Plano de Ação
Vitória Sustentável



BID
Banco Interamericano de Desenvolvimento

FUNDO SOCIOAMBIENTAL CAIXA

PREFEITURA DE VITÓRIA

Instituto Pólis

Plano de Ação
Vitória Sustentável

2015

Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis

BID
Banco Interamericano de Desenvolvimento

Fundo Socioambiental Caixa

Prefeitura de Vitória

InstitutoPólis

CAIXA

Governo Federal Brasil Pátria Educadora

cisco

idom

cobrape



sobre este plano

O Plano de Ação Vitória Sustentável é resultado de um importante esforço empreendido em conjunto pela Prefeitura Municipal de Vitória, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a CAIXA e o Instituto Pólis na busca do crescimento sustentável do município. Para o desenvolvimento da ICES em Vitória foi fundamental a coordenação da Secretaria de Gestão Estratégica (SEGES) que é responsável, no âmbito municipal, pelo planejamento e a execução integrada das políticas, programas e ações da administração municipal. Contamos também com o empenho e dedicação de todas as secretarias setoriais do município, o que possibilitou a integração e a articulação das várias ações desenvolvidas e planejadas permitindo uma leitura integrada sobre o território de Vitória e municípios vizinhos, e seus principais desafios.

Foram investidos recursos humanos e financeiros na realização de um diagnóstico da cidade a fim de identificar o caminho mais adequado ao enfrentamento dos problemas específicos de Vitória e de sua região metropolitana hoje e no futuro. Os principais desafios identificados e caminhos apontados estão expressos neste Plano de Ação. Este documento sintetiza os resultados deste diagnóstico realizado de forma multisetorial, a priorização das áreas de atuação, as ações para o crescimento sustentável da cidade e as soluções propostas.

As ações propostas deverão contribuir para a atuação e para o direcionamento dos investimentos do poder público, das organizações da sociedade civil e do setor privado para o planejamento integrado das políticas, com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida de toda a população, de forma equilibrada com o meio ambiente e com as especificidades territoriais. No entanto, a transformação positiva do uso do território, do planejamento da gestão urbana, e da prestação de serviços dependerá do esforço e da cooperação entre esses agentes, do setor privado, e da cidadania, juntamente com o indispensável apoio do governo estadual e federal. A formulação do Plano de Ação procurou contribuir para o diálogo entre os diferentes atores que atuam na cidade de forma a avançar na articulação de ações cada vez mais integradas.

É importante destacar, por fim, que embora a ICES tenha como foco central o Município de Vitória, com boa parte das ações voltadas à definição de potenciais de desenvolvimento socioeconômico e territorial locais, ficou claro para todos os envolvidos no processo a necessidade imperativa de avançar na gestão metropolitana integrada. Este é o desafio central para uma região na qual Vitória é a cidade referência, considerando que o enfrentamento de muitas das questões apontadas passam por essa compreensão das dinâmicas regionais.

ICES BRASIL

INICIATIVA CIDADES
EMERGENTES E SUSTENTÁVEIS



apresentação



Vitória, uma cidade sustentável, ancorada na Gestão Compartilhada

Vitória é a capital e o principal centro econômico, financeiro, político e administrativo do estado do Espírito Santo. Juntamente com os estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, compõe a Região Sudeste do Brasil.

O município é constituído por uma ilha principal, várias ilhas menores no seu entorno além das ilhas da Trindade e Martin Vaz, distantes 1.140 km, e uma parte continental situada ao norte, totalizando uma área de 98 km². Vitória integra, juntamente com os municípios de Cariacica, Fundão, Guarapari, Serra, Viana e Vila Velha a Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), que possui cerca de 1.884.096 habitantes.

Recentemente Vitória foi considerada a melhor cidade do país para se abrir um negócio, a 1ª capital do país em qualidade de vida e a 2ª capital mais transparente do Brasil. Mesmo com todas as conquistas e sendo um dos melhores centros urbanos do mundo para viver, Vitória sofre, como a maioria das cidades brasileiras, com diversos problemas de ordem estrutural, ambiental, segurança, mobilidade urbana e acessibilidade, dentre outros.

Para vencer esses desafios, A Prefeitura de Vitória elaborou seu Planejamento Estratégico 2013/2016, que incluiu a elaboração do PPA 2014/2017, com base na gestão compartilhada, transparente, eficiente e participativa. Foram definidas quatro diretrizes organizadas de forma sistêmica, integrada e articulada: "Ambiente Social de Paz", "Equidade e Justiça Social", "Desenvolvimento com Sustentabilidade" e "Gestão Compartilhada, Transparente e Eficiente", que se traduziram em 38 Programas de Governo.

Em 2015 Vitória completará 464 anos, e temos muitos desafios, como ser reconhecida nacional e mundialmente, como uma cidade sustentável, ancorada na gestão compartilhada; organizada, segura e humana; saudável para os moradores e encantadora para os visitantes; inovadora, dinâmica e repleta de oportunidades; uma cidade que valoriza e abraça sua rica identidade, sua história, sua paisagem e sua diversidade cultural, com equidade e justiça social.

A parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Caixa Econômica Federal no âmbito da Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis (ICES) é e será de suma importância para a implementação de ações e projetos que tornarão possíveis a realização de grande parte desses sonhos e desafios.

E este **Plano de Ação Vitória Sustentável** aponta os caminhos a serem percorridos para consolidarmos nossa cidade de forma sustentável, inteligente, socioeconomicamente equilibrada e feliz.

Luciano Santos Rezende
Prefeito de Vitória



A ICES no Brasil

A sustentabilidade urbana é um dos temas mais relevantes do século XXI. Diferentes instituições, em todo o mundo, se debruçam sobre o assunto, buscando soluções criativas para os problemas que se apresentam hoje, e que podem ser agravados pela mudança climática. A Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis (ICES) nasceu no BID em 2011 como um produto de conhecimento, e se apresenta como uma resposta aos cidadãos da América Latina e Caribe (ALC) diante dos enormes desafios de desenvolver cidades melhores para se viver.

As cidades médias brasileiras registram atualmente uma importante dinâmica de crescimento populacional e econômico. Estão em um estágio de desenvolvimento no qual é possível aproveitar suas economias de escala e controlar os custos da aglomeração, melhorando a eficiência dos serviços urbanos. Além disso, apresentam condições para alcançar um desenvolvimento mais sustentável, evitando, no futuro, enfrentar situações mais difíceis e custosas de serem corrigidas.

Estas cidades possuem potencial de apresentar resultados positivos mais impactantes em sua competitividade, caso concentrem ações e tenham foco de atuação em temas estruturados e com uma visão intersetorial. A ICES é uma contribuição concreta do BID para estas cidades.

No Brasil, a ICES nasceu apoiando a cidade de Goiânia (GO) com um Plano de Ação lançado em 2012. Uma parceria com a CAIXA, que consideramos de alta relevância para a sociedade brasileira, nos permitiu expandir nossa atuação para João Pessoa (PB), Palmas (TO), Vitória (ES) e Florianópolis (SC). Hoje temos a ICES presente em cidades nas diferentes regiões do país.

Vitória é a segunda cidade a lançar seu Plano de Ação no âmbito desta parceria. Ter uma importante cidade da Região Sudeste do Brasil com o plano concluído, apontando novos rumos diante dos desafios para sua sustentabilidade, é para nós motivo de orgulho, e demonstra que trilhamos caminhos seguros para melhorar a vida das pessoas.

Esperamos que o governo e a sociedade de Vitória se apropriem deste trabalho exitoso, e busquem juntos concretizar as ações previstas, construindo, em um caminhar contínuo, um futuro em que as pessoas se sintam cada vez mais preparadas e apoiadas diante dos problemas, desafios e oportunidades de viver na cidade.

Parabenizo a todos que coletivamente construíram o Plano Vitória Sustentável e desejo os melhores resultados nesta jornada.

Daniela Carrera-Marquis
Representante
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID



Plano de Ação Vitória Sustentável

A CAIXA é parceira dos municípios brasileiros na busca de soluções para o desenvolvimento sustentável do País, priorizando a sustentabilidade ambiental, econômica e social em suas ações e parcerias.

Fortemente alinhada a essa diretriz, a Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis (ICES), lançada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em 2011, busca responder ao desafio da sustentabilidade urbana em cidades de médio porte da América Latina e Caribe.

Por isso, é motivo de grande satisfação para a CAIXA o lançamento do **Plano de Ação Vitória Sustentável**, desenvolvido no âmbito da ICES, que além de atacar os problemas urbanos mais urgentes, viabiliza recursos técnicos e financeiros para apoiar municípios na elaboração de Planos de Ação Sustentáveis Locais.

Implementada inicialmente pelo BID na cidade de Goiânia, a parceria com a CAIXA, a partir de 2012, possibilitou a expansão da ICES para as cidades de Vitória, João Pessoa, Florianópolis e Palmas. O apoio da CAIXA à Iniciativa ocorre por meio de aporte de recursos financeiros do Fundo Socioambiental CAIXA, destinado a apoiar, em caráter demonstrativo, projetos inclusivos, inovadores, sustentáveis e reaplicáveis, que contribuam para o desenvolvimento de cidades melhores de se viver.

O intenso dinamismo econômico e populacional de Vitória e os bons indicadores de qualidade de vida de sua população - acima da média nacional - evidenciam a sua condição de cidade emergente e a posicionam de maneira estratégica no desenvolvimento regional e nacional, aspecto determinante para a participação de Vitoria na ICES.

Em Vitória, sete áreas temáticas foram identificadas como críticas: mobilidade urbana; segurança, gestão de resíduos sólidos, uso do solo e ordenamento territorial, competitividade econômica, mitigação de mudanças climáticas e gestão fiscal.

Certa de que a ICES contribuirá para a construção de um futuro mais harmônico e sustentável para a cidade de Vitória, a CAIXA parabeniza a todos os que contribuíram para a construção do Plano de Ação Vitória Sustentável e deseja sucesso ao município na concretização das estratégias e ações priorizadas para a cidade.

Miriam Belchior
Presidente da CAIXA

EQUIPE COORDENAÇÃO SEDE/BID

Ellis J. Juan
Coordenador Geral da ICES

Horacio Terraza
Coordenador Setorial para Infraestrutura e Meio Ambiente, ICES

Andres Blanco
Coordenador Setorial para Instituições e Desenvolvimento, ICES

Maurício Bouskela
Especialista Sênior em Ciência e Tecnologia (IFD/CTI)

Harvey Scorcia
Jovem Profissional, ICES

Avelina Ruiz
Consultora, ICES

David Maleki
Consultor, ICES

Gines Suarez Vazquez
Consultor, INE/RND

Luis Lopez-Torres
Consultor, ICES

Maricarmen Esquivel
Consultor, INE/CCS

Martin Kerres
Consultor, INE/CCS

Sebastian Lew
Consultor, ICES

EQUIPE COORDENAÇÃO I REPRESENTAÇÃO DO BRASIL/BID

Márcia Casseb
Coordenadora da ICES no Brasil
Especialista Sênior em Desenvolvimento Urbano e Saneamento (FMM/CBR)

Cristina Mac Dowell
Especialista Sênior em Desenvolvimento Fiscal e Municipal (FMM/CBR)

Dino Caprirolo
Especialista Principal em Modernização do Estado (ICS/CBR)

Janaina Goulart
Especialista Sênior em Comunicação (CMG/CBR)

Vanderleia Radaelli
Especialista Sênior em Ciência e Tecnologia (CTI/CBR)

Veimar Nobre
Especialista de Transporte (TSP/CBR)

Andres Muñoz Miranda
Associado Sênior em Desenvolvimento Fiscal e Municipal (FMM/CBR)

Thiago Mendes
Associado Sênior para Mudanças do Clima (CCS/CBR)

Marcelo Facchina
Consultor, ICES (FMM/CBR)

Renata Seabra
Consultora, ICES (FMM/CBR)

Katia Miller
Consultora, ICES (FMM/CBR)

William Lauriano
Consultor, Economia (CSC/CBR)

Mônica de Oliveira
Consultora, Mudanças do Clima (CCS/CBR)

Andreza Leodido
Consultora, Mudanças do Clima (CCS/CBR)

Tiago de Barros Cordeiro
Consultor, Segurança Cidadã (ICS/CBR)

Pollyane Alves
Consultora, Assistente de Projeto (CSC/CBR)

Danielle Pinto
Assistente de Projeto (CSC/CBR)

equipe de trabalho

EQUIPE COORDENAÇÃO CAIXA | MATRIZ/ BRASÍLIA-DF

Jean Rodrigues Benevides
Gerente Nacional - Gerência Nacional de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental

Marcus Venicius Monturil Rego
Gerente Nacional – Gerência Nacional de Segmentos

Mara Luisa Alvim Motta
Gerente Executiva - Gerência Nacional de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental

Stella Maris Martins Garcia
Gerente Executiva - Gerência Nacional de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental

Soraya Souza Zaiden
Gerente Executiva em Exercício – Gerência Nacional de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental

Teresa Cristina Montalvão Moreira
Técnico Bc. - Gerência Nacional de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental

Flávio Yutaka Oshiro
Arquiteto – Gerência Nacional de Segmentos

Rogéria Cristina B. de Araújo
Assist. Exec. Sênior – Gerência Nacional de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental

EQUIPE COORDENAÇÃO CAIXA | VITÓRIA/ES

José Carlos Cassoli
Superintendente Regional – Superintendência Regional Norte do Espírito Santo

Jeferson Won Rondon de Souza
Gerente de Filial de Governo – Gerência Executiva de Governo Vitória/ES

Ana Paula Carvalho Andrade
Coordenadora – Gerência Executiva de Governo Vitória/ES

Marisa Chaves Barboza da Silva
Assistente Sênior – Gerência Executiva de Governo Vitória/ES

Eduardo Silveira Nitz
Engenheiro – Gerência Executiva de Governo Vitória/ES

Mônika Gimenes Alvarenga Ferrari
Supervisora de Filial – Representante CAIXA - Gerência Executiva de Governo Vitória/ES

Marcela Cardoso Oliose
Supervisora de Filial – Representante CAIXA – Gerência Executiva de Governo Vitória/ES

EQUIPE PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA (PMV)

Prefeitura Municipal de Vitória | Plano de Ação ICES

Antônio Claudino de Jesus
Assessor de Projetos Especiais – Coordenador

Bianca Assis Ribeiro de Sousa Loureiro
Secretária Municipal de Gestão Estratégica

Lenise Menezes Loureiro
Secretária Municipal de Desenvolvimento da Cidade

Joventina Vieira Santiago Tavares
Subsecretária de Gestão Pública

Prefeitura Municipal de Vitória | Equipe Técnica

Anna Claudia Aquino dos Santos Pela
Ariane Celestino Meireles
Ivani Soares Zecchinelli
Juliano Galimberti da Rosa
Leandro Andrade Haddad
Mardel Freitas Braga
Pedro Ronchi
Renata Salles Pirola
Regina de Fátima Wigeneron Gimenes
Ricardo Camões Osório
Thiago Zecchinelli Sampaio

Prefeitura Municipal de Vitória | Colaboradores

Amanda Duarte Quenupe Torres
Ana Elisa Nahas Amorim Pimentel
Daniel Pombo de Abreu
Daniela Fonseca Figueiredo
Gabriela Gilles Ferreira
Inês Borgo da Cunhalima
João Luiz Paste
Jomir Antonio Lozer Morelato
Lana Pantoja do Nascimento de Sá
Melissa Passamani Boni
Tiago Gomes Bongiovani

Prefeitura Municipal de Vitória | Apoio

Alexsandra Wenceslau do Nascimento de Souza
Claudiceia Dias
Pauline Guedes Lyra
Taíse Vieira dos Santos

INSTITUTO POLIS | COORDENAÇÃO

Margareth Matiko Uemura
Gerente de projeto

Danielle Cavalcanti Klintowitz
Coordenador técnico

Flávio Henrique Ghilardi
Coordenador de indicadores

João Carlos Ignácio
Coordenador financeiro

Instituto Polis | Especialistas Setoriais

Érica Cristina Castilho Diogo
Especialista em planejamento urbano e regional

Ana Cristina Gentile Ferreira
Especialista em planejamento urbano e regional

Rafael Ambrosio
Especialista em planejamento urbano e regional

Sebastião Ney Vaz Júnior
Especialista em saneamento

Marcos Pimentel Bicalho
Especialista em transporte e mobilidade urbana

Marcel Fantin
Especialista em meio ambiente urbano, poluição da água, ar, solo, sonora

Ricardo de Souza Moretti
Especialista em mudanças climáticas/desastres naturais

Rosângela Dias Oliveira Paz
Comunicação/mobilização social

Leandro Pereira Morais
Especialista em economia local/competitividades

Roberto Kishinami
Especialista m conectividade/análise e desenvolvimento de sistemas de informações

Odilon Guedes Pinto Júnior
Especialista em gestão pública e gestão fiscal

Khaled Ghoubar
Orçamentista

Instituto Polis | Equipe Técnica

Jorge Kayano
Especialista na análise de indicadores socioeconômicos e demográficos

Júlio Cesar Pedrassoli
Geógrafo pleno

Vitor Coelho Nisida
Arquiteto júnior

Instituto Polis | Equipe de Apoio

Lucas Figueiredo
Auxiliar administrativo

Maria Aparecida Mendes dos Anjos
Secretária

Instituto Polis | Equipe Contrapartida

Vilma Guerra
Supervisora financeira

Gisele Balestra
Coordenadora administrativa

índice

resumo executivo 14

1 iniciativa cidades emergentes e sustentáveis – ICES 32

2 o que representa Vitória e por que incluí-la na ICES? 38

3 como realizamos a avaliação de Vitória? 46

diagnóstico

4 o que nos ensinaram os números? 52

5 como encontramos o território? 82

6 estudo de base adicional: conectividade em Vitória 110

soluções

7 em que temas nos concentrarmos? 124

8 plano de ação: o que temos que fazer? 132

9 plano de investimento 196

10 monitoramento e seguimento das metas 200

11 conclusão (o desafio da sustentabilidade em Vitória) 202



resumo executivo

Iniciativa cidades emergentes e sustentáveis (ICES)

Os processos de urbanização apresentam um ritmo acelerado na América Latina e Caribe (ALC), região em desenvolvimento mais urbanizada do planeta[1]. A taxa de urbanização passou de 62%, em 1980, para 80%, em 2014. Se essa tendência se mantiver, estima-se que em 2050 essa taxa alcance 86%[2].

Esses padrões de crescimento urbano têm sofrido alterações nas últimas décadas. O acelerado ritmo de crescimento das grandes metrópoles perdeu força, e observam-se maiores taxas de crescimento nas cidades médias. Essas cidades são os novos vetores para a difusão de inovações, geração de conhecimento, concentração de mão de obra especializada e de atividades econômicas da região.

Esse fenômeno também é observado no Brasil. As cidades médias brasileiras apresentaram grande dinamismo nos últimos anos. Comparando-se os dados do Censo IBGE de 2000 e 2010, observa-se que o número de cidades médias[3] aumentou de 207 para 263, e seus habitantes passaram de 60,2 milhões para 74,6 milhões. Hoje elas abrigam 39% da população. Além disso, as cidades brasileiras médias têm apresentado maior crescimento econômico: a participação no Produto Interno Bruto (PIB) cresceu de 39%, em 2000, para 45%, em 2010.

O rápido crescimento urbano e a concentração das atividades econômicas criam oportunidades para milhões de pessoas, mas também trazem consigo grandes desafios para os governos locais na provisão de serviços básicos, na garantia de níveis adequados de qualidade de vida, na redução das desigualdades, na geração de empregos, na proteção do meio ambiente e no enfrentamento dos desafios das mudanças do clima. Além disso, as cidades médias da ALC necessitam de governos locais fortalecidos em suas capacidades institucionais e operacionais, o que acaba sendo limitado pela escassez de recursos para investimentos e pela dificuldade de manter uma gestão fiscal adequada.

Considerando o contexto atual dessas cidades emergentes, o BID criou a ICES, um programa de assistência técnica voltado aos governos das cidades médias da região. A ICES é uma metodologia de avaliação rápida, que permite a identificação e priorização de projetos de infraestrutura, assim como a definição de ações urbanas, ambientais, sociais, fiscais e de governança de curto, médio e longo prazos. Essas ações visam a atacar os desafios de sustentabilidade local antes que eles se tornem um limitante ao desenvolvimento.

A Iniciativa representa uma nova perspectiva para o desenvolvimento urbano da ALC com foco nas cidades médias e emergentes, e utiliza uma abordagem integrada e interdisciplinar baseada em três dimensões:

- ambiental e mudança climática;
- urbana;
- fiscal e governança.

[1] Conforme dados das Nações Unidas, a região mais urbanizada do planeta é a América do Norte, seguida de América Latina e Europa.

[2] ICES. Guia Metodológica Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis. Banco Interamericano de Desenvolvimento: Washington, 2014.

[3] A ICES identifica como cidades médias, no Brasil, aquelas com população entre 100 mil e dois milhões de habitantes.

Além disso, a ICES busca ajudar as cidades a gerir sua vulnerabilidade frente a desastres naturais e na necessidade de adaptação às mudanças do clima, prioridades comumente negligenciadas nas agendas locais de desenvolvimento.

Essas dimensões retratam, mas não esgotam os fortes vínculos intersetoriais presentes na vida urbana. O tratamento dos desafios urbanos exige ações que se voltem para um desenvolvimento integral, e que permitam satisfazer as necessidades do presente sem comprometer o bem estar das gerações futuras. A Iniciativa contribui para que cidades emergentes da ALC possam, de maneira apropriada, identificar seus principais problemas e ações que permitam orientá-las em sua trajetória para uma situação de sustentabilidade.

No Brasil, a Iniciativa ocorreu inicialmente na cidade de Goiânia, uma das cinco cidades da ALC na qual a metodologia foi aplicada em sua fase piloto a partir de 2011[4]. Hoje, a ICES está presente em 20 países da região, esperando atingir 50 cidades e uma população de 52 milhões de pessoas até 2015.

A expansão da aplicação da ICES em cidades brasileiras está sendo possível a partir de uma parceria entre o BID e a CAIXA, iniciada com a assinatura de um Termo de Compromisso em 2013. No âmbito desta parceria estão sendo contempladas quatro cidades brasileiras, o que permite atingir todas as regiões do país, atendendo a uma cidade por região: além de Goiânia (GO), na Região Centro-Oeste, estamos atuando em João Pessoa (PB), na Região Nordeste, Vitória (ES), na Região Sudeste, Florianópolis (SC), Região Sul e Palmas (TO), Região Norte.

[4] As outras cidades foram Porto Espanha (Trinidad e Tobago), Montevideo (Uruguai), Trujillo (Peru) e Santa Ana (El Salvador).

A metodologia parte da elaboração de um diagnóstico rápido através do levantamento de 117 indicadores referentes à 23 temas da cidade divididos nas três dimensões de sustentabilidade da ICES. Este diagnóstico vem acompanhado de três estudos de base:

- Inventário de gases de efeito estufa;
- Vulnerabilidade diante riscos naturais no contexto das mudanças do clima;
- Estudo do crescimento urbano.

Estes diagnósticos e estudos de base são o ponto de partida para o processo de priorização que é realizado por meio de filtros que, ao serem aplicados, permitem estabelecer uma ordem de prioridade dos temas críticos para a sustentabilidade da cidade. A metodologia ICES define cinco filtros para priorizar cada um dos temas:

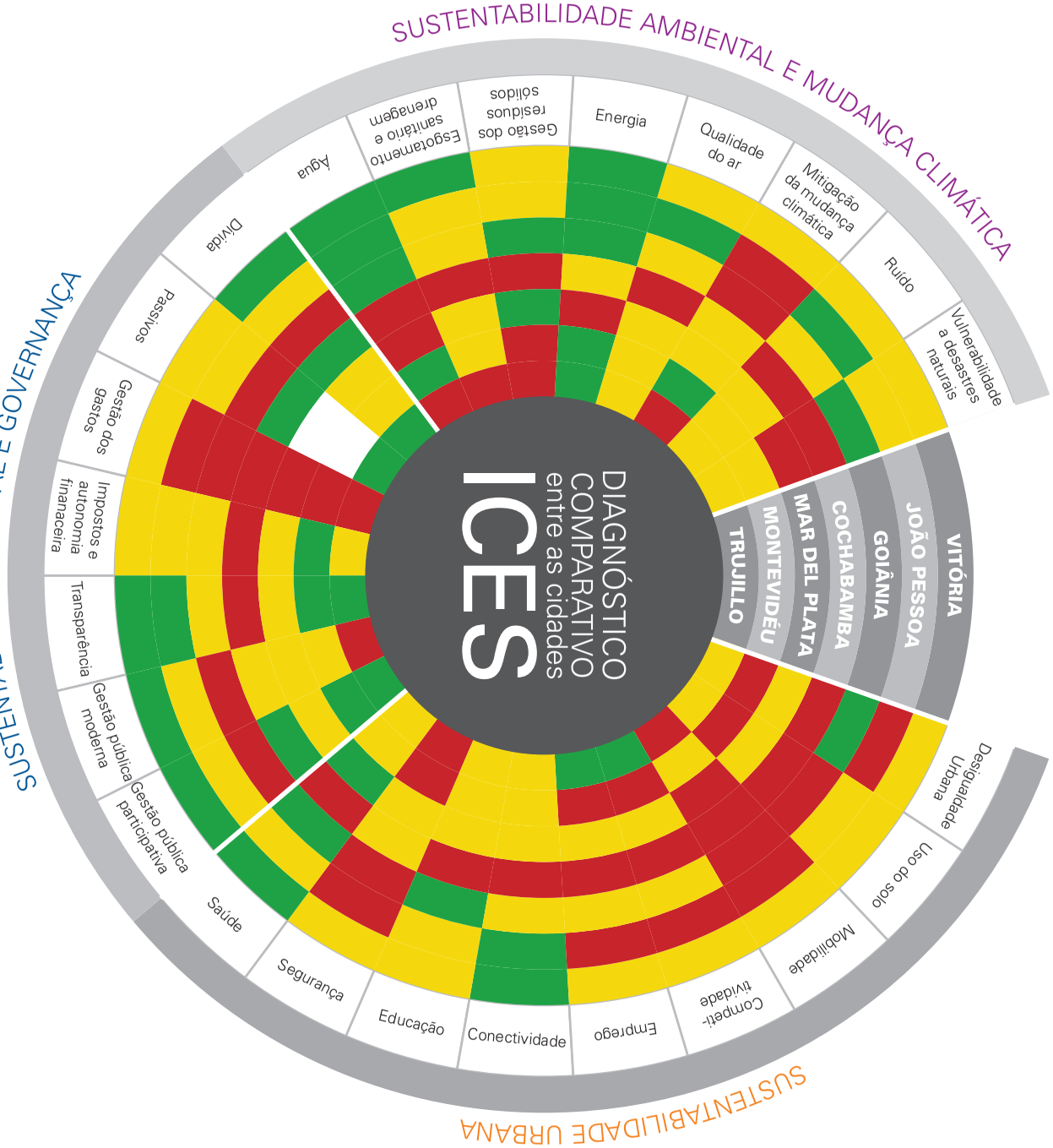
1. Situação dos indicadores e temas na fase de diagnóstico;
2. Pesquisa de Opinião Pública, que busca captar a opinião dos cidadãos sobre as condições das temáticas tratadas;
3. Impacto Econômico, que avalia os benefícios socioeconômicos que se obterá ao resolver os problemas relativos a cada tema e o custo para a sociedade da inação em relação ao tema.
4. Ambiental/ mudança climática, que avalia a interrelação entre a mudança do clima e cada um dos temas, considerando tanto a emissão de gases de efeito estufa, quanto a vulnerabilidade frente aos desastres naturais e o crescimento da mancha urbana.
5. Técnico, que avalia a partir da percepção dos especialistas das diferentes áreas o impacto de cada tema em relação aos outros setores.
6. Como resultado da aplicação destes filtros obtém-se uma lista de temas para intervenção prioritária para garantir o desenvolvimento sustentável da cidade.

Diagnóstico setorial

O levantamento de inúmeros dados sobre a capital capixaba viabilizou a construção de um amplo diagnóstico setorial sobre a cidade, cuja leitura e análise se basearam na construção dos 117 indicadores que integram o Programa ICES Vitória. Esses indicadores, divididos em 23 diferentes temas, montaram um panorama sobre os diversos setores estratégicos em que a incidência das políticas públicas municipais é fundamental.

Com a maior renda per capita entre as capitais e o 4º melhor Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) entre todas as cidades brasileiras, Vitória tem muito do que se orgulhar. De fato, algumas políticas setoriais, essenciais ao pleno desenvolvimento e bem estar social, foram muito bem avaliadas pela metodologia dos indicadores ICES, como é o caso dos serviços de saneamento básico.

O abastecimento de água é exemplar é já atende 99,3% da população com qualidade de potabilidade e continuidade de serviço. A universalização é uma questão de pouco tempo e a companhia local de saneamento, CESAN, continua investindo para que o saldo hídrico permaneça positivo e a capacidade de atendimento dê conta da demanda crescente nas próximas décadas. Em relação à coleta de esgoto, a rede foi ampliada para quase 80% da cidade em 2013, com previsão de chegar aos 100% já em 2015. A capacidade local de tratamento dos efluentes já contempla a totalidade do esgoto produzido na cidade e só aguarda a ligação de todos os domicílios à rede de coleta.


SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E MUDANÇA CLIMÁTICA
SUSTENTABILIDADE URBANA
SUSTENTABILIDADE FISCAL E GOVERNANÇA
DIAGNÓSTICO COMPARATIVO entre as cidades
ICES
VITÓRIA
JOÃO PESSOA
GOIÂNIA
COCHABAMBA
MAR DEL PLATA
MONTEVIDÉU
TRUJILLO
Vulnerabilidade a desastres naturais
Ruído
Mitigação da mudança climática
Qualidade do ar
Energia
Gestão dos resíduos sólidos
Esgotamento sanitário e drenagem
Água
Dívida
Passivos
Gestão dos gastos
Impostos e autonomia finanaceira
Transparência
Gestão pública moderna
Gestão pública participativa
Saúde
Segurança
Educação
Conectividade
Emprego
Competi-tividade
Mobilidade
Uso do solo
Desigualdade Urbana

Outro serviço básico de Vitória cujo desempenho foi extremamente positivo nos indicadores ICES foi energia. O fornecimento de energia elétrica está praticamente universalizado na cidade e as interrupções foram reduzidas a baixíssimos índices. Além do excelente sistema de distribuição, o município tem trabalhado para desenvolver meios de melhorar a eficiência energética, adotando equipamentos e estratégias mais econômicas que reduzem os gastos públicos com luz. O maior desafio de Vitória e do Estado do Espírito Santo nessa área é o desenvolvimento de fontes renováveis de geração de energia: alternativas que diminuam o impacto socioambiental e que deem conta de atender a crescente demanda capixaba por eletricidade.

A saúde pública de Vitória também é muito bem avaliada. Todos os indicadores que medem a qualidade desse serviço apontam para um sistema de qualidade: alta expectativa de vida ao nascer, baixíssimas taxas de mortalidade infantil, boa relação entre leitos hospitalares e população residente. Os destaques do sistema público de saúde da capital capixaba são o apoio à saúde da família e a acessibilidade e qualidade da atenção básica, muito bem avaliada pelo Ministério da Saúde.

Por ter inúmeras áreas verdes de proteção ambiental, parques e praças para usufruto público, por ter controlado a expansão de sua mancha urbana e o avanço sobre áreas ambientalmente frágeis, Vitória também teve um ótimo desempenho nos indicadores de uso do solo. O ordenamento territorial da cidade é composto por Plano Diretor, atualizado a cada dez anos, Plano Municipal de Habitação de Interesse Social e Plano Municipal de Redução de Riscos. Esses planos congregam os principais instrumentos de planejamento e programas para a implementação da política urbana de Vitória, visando à democratização da cidade e a construção de um território socioambientalmente mais includente.

Vitória foi bem avaliada ainda em outros dois temas, de acordo com a metodologia dos indicadores ICES. A conectividade da cidade aponta para um grande potencial de expansão das redes de comunicação e tecnologias de informação: já existem mais linhas de telefonia móvel do que habitantes na capital capixaba. A gestão democrática da cidade também foi bem avaliada por seus canais de participação popular e de transparência governamental, especialmente, sobre as finanças municipais. Existem instrumentos para que os moradores de Vitória exerçam sua cidadania de forma participativa e as políticas públicas municipais contam com 26 conselhos setoriais para debater e decidir os rumos do município.

As contas de Vitória estão sanadas e a situação da dívida municipal bastante confortável, pois as receitas correntes do município cobrem, suficientemente, todos os passivos da dívida. É importante frisar, entretanto, que o baixo coeficiente do serviço da dívida significa que o governo municipal tem controlado suas finanças para não gastar excessivamente, porém não tem aproveitado seu próprio potencial de financiamentos e, portanto, de investimentos nas áreas mais estratégicas da cidade.

Um setor bem estruturado, mas que necessita atenção é o sistema de educação pública. Esta área acumula inúmeros indicadores positivos, como a alta escolaridade e a média de anos estudados da população, porém os bons índices do município não se refletem em um bom desempenho das escolas e dos alunos uniformemente no território. Embora o índice de educação de Vitória seja muito alto e contribua para seu excelente IDH Municipal, seu nível de excelência tem atraído matrículas de moradores de municípios limítrofes, o que já representa uma demanda adicional com o qual o município terá que lidar no planejamento e na execução de sua política educacional local.

Embora universalizada, a coleta domiciliar de resíduos sólidos de Vitória ainda não conta com uma destinação totalmente satisfatória do lixo que produz. Ainda há descarte irregular e a compostagem e o aproveitamento energético de resíduos ainda não são alternativas adotadas para a devida destinação do que Vitória produz de resíduos sólidos urbanos, sendo grande parte dispostas no aterro sanitário da cidade.

A poluição atmosférica e sonora também são temas que preocupam o Município de Vitória e vêm mobilizando ações para se solucionar os seus problemas decorrentes. Hoje, as medições oficiais de poluentes no ar de Vitória apontam para uma qualidade do ar aceitável de acordo com resoluções do CONAMA, mas ruins quando submetidos a avaliações de acordo com os parâmetros da Organização Mundial da Saúde, o que coloca a necessidade de uma regulação local mais rigorosa para o controle devido dos poluentes emitidos no município. Sobre os ruídos urbanos, apesar do serviço de fiscalização, o município não tem conseguido atender à demanda de denúncias e precisa desenhar novas estratégias de ação preventiva e controle da emissão excessiva de ruídos, baseada em um diagnóstico mais preciso das principais fontes de poluição sonora.

Um setor estratégico dentro do planejamento de políticas públicas e ações diretas do Governo Municipal é a vulnerabilidade da cidade diante de desastres naturais no contexto das mudanças do clima. Apesar de contar com um sistema estadual de monitoramento e alerta para desastres naturais, Vitória é uma cidade especialmente sensível às mudanças de nível do mar, face à sua confi-

guração geográfica e geomorfológica e, por isso, clama por soluções mais integradas de gestão de risco, calcadas em um planejamento adequadamente elaborado para as condições físicas e ambientais em que se encontra o município.

O município de Vitória precisa ainda dar mais atenção à sua boa gestão de gastos públicos, atentando para a provável queda de receitas dos próximos anos, e ao seu perfil de município economicamente competitivo. A capital capixaba possui uma economia muito dinâmica que gera inúmeras divisas para o município, mas padrão de crescimento econômico precisa contemplar um novo modelo de redistribuição de renda para que possa incluir mais a população local neste circuito virtuoso de competitividade e geração de renda.

Embora a taxa de desemprego (7,25%) e de informalidade (30%) sejam relativamente baixas, mais de um terço da população tem rendimentos abaixo de dois salários mínimos mensais. É uma contradição se comparado com os bons números socioeconômicos como o grande PIB e o alto índice de escolaridade da população que, embora tenha um bom grau de formação, recebe salários muito baixos. As políticas locais de geração de emprego, articuladas com as dinâmicas econômicas regionais e nacionais, devem visar a criação de postos de trabalho com melhores remunerações, que sejam mais compatíveis com o nível de formação da população.

As desigualdades internas à Vitória apresentam índices visíveis no território municipal e seguem uma lógica de segregação. O Índice Gini de 0,59 revela um padrão e desigualdade social significativo e as análises territoriais demonstram que a população mais pobre vive nas áreas onde os serviços públicos básicos são mais deficientes. Embora a capital capixaba seja um município muito rico, há muito que se fazer para aprimorar as políticas públicas de combate à pobreza e desigualdades socioterritoriais. O Programa Terra que atua nos assentamentos informais da cidade, onde estão quase 28% dos domicílios de Vitória, é um exemplo de política pública que aponta para o enfrentamento destes problemas em diversas dimensões.

Dentre as políticas públicas em que Vitória precisa investir mais esforços e recursos para melhorar nos próximos anos estão três áreas bastante críticas, mas no entanto estratégicas, para o município. A mobilidade urbana é uma delas. Os pontos de estrangulamento na cidade são inúmeros e os congestionamentos diários são uma das maiores preocupações da população local. O sistema de transporte público não é suficientemente amplo e estruturado pra atender à crescente demanda e à má distribuição territorial dos empregos da cidade contribuem para piorar a situação, pois exigem grandes deslocamentos diários de boa parte dos cidadãos. Os investimentos em transporte coletivo e meios alternativos de transporte urbano precisam ser ampliados e o planejamento da rede e dos projetos de mobilidade deve, necessariamente, observar a escala real do problema que tem dimensões metropolitanas.

A segurança pública na capital capixaba é outro tema que deverá receber especial atenção nos próximos anos, apesar de alguns índices de desenvolvimento humanos serem extremamente positivos. Vitória é uma das cidades mais violentas do Brasil com uma altíssima taxa de homicídios (acima das médias nacionais) e o maior número de mortes por arma de fogo dentre as capitais brasileiras. A violência doméstica e os crimes contra o patrimônio precisam ser considerados como um problema sensível para a cidade, sobretudo, por causa da subnotificação dos crimes correlacionados. Em sua grande maioria (quase 90%), os cidadãos de Vitória declaram se sentir inseguros andando pela cidade, o que é um índice muito preocupante.

O último - mas não menos importante - tema crítico para o município está relacionado à sua autonomia financeira. O que parece ser uma situação muito confortável, já que Vitória tem a maior receita per capita das capitais brasileiras, é, na verdade, objeto de grande preocupação, pois a tendência de queda na arrecadação municipal deve seguir constante. 40% das receitas de Vitória são próprias, mas as transferências constitucionais tem diminuído desde 2012, principalmente o ICMS estadual. Este quadro aponta para estratégias que ampliem ainda mais a autonomia financeira de Vitória, para depender menos e menos dos repasses dos governos Estadual e Federal e poder realizar os investimentos que o município precisa sem comprometer as finanças públicas.

Mudanças do clima: um constante desafio

Considerando o alto grau de vulnerabilidade aos efeitos da mudança do clima que apresentam as cidades da região da América Latina e do Caribe (ALC) e em menor medida sua contribuição às emissões de gases de efeito estufa (GEE), a ICES oferece a essa temática um lugar prioritário durante o processo de análise e priorização de atividades. É muito importante que a ALC se prepare para enfrentar os efeitos da mudança do clima, uma vez que estes terão um grande impacto em seus processos de desenvolvimento.

Nesse contexto, o BID complementa as atividades realizadas em cada cidade participante, com o apoio específico para a realização de um inventário da emissão de gases de efeito estufa e de um mapa de vulnerabilidades a desastres naturais. Isso permitirá que as autoridades possam contar com informações de base adequadas que lhes permitam tomar decisões sobre o futuro desenvolvimento da infraestrutura urbana e social da cidade.

Inventário de gases de efeito estufa e manual de mitigação

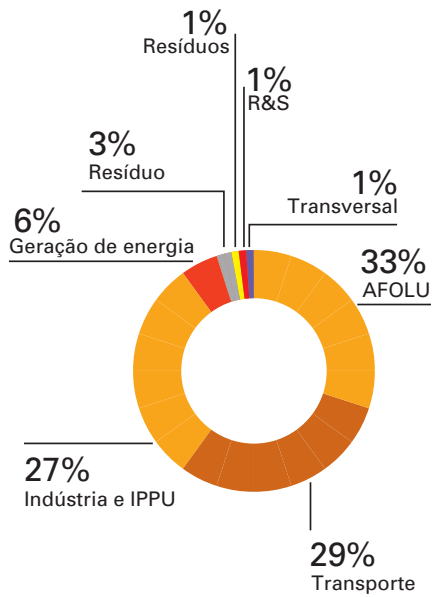
Hoje, 70% dos gases de efeito estufa (GEE) emitidos no planeta estão associados a atividades nos centros urbanos. Tendo em vista o protagonismo que as cidades têm neste fenômeno global e a contribuição que elas devem fomentar para um desenvolvimento ambientalmente responsável, o Consórcio IDOM-Cobrape realizou um estudo de mitigação e mudança climática para a Região Metropolitana de Vitória (RMGV).

O estudo procurou fazer medições temporais para analisar possíveis variações estabelecendo como limites os anos de 2010 e 2013. O diagnóstico apontou como principal agente emissor, em 2010, o setor industrial da Grande Vitória, sobretudo por causa da produção siderúrgica. 66% das emissões são de responsabilidade da produção industrial metropolitana, 27% dos transportes motorizados e 4% das residências e serviços. A produção energética também ganhou importância devido à ativação da usina termoelétrica no município de Viana. A variação destes números para o ano de 2013 foi usada para construir um cenário tendencial de emissão de poluentes para as seguintes décadas: 2020, 2030, 2040 e 2050.

Os números apontam que a queima de combustíveis fósseis no uso de transporte motorizado deva ser o principal responsável pelo incremento da emissão de GEE nos próximos anos, cujo saldo precisa ser mitigado na RMGV com ações e estratégias específicas. A primeira ação proposta pelo estudo é a implementação de um monitoramento qualificado e constante sobre a emissão dos gases de efeito estufa, o que, segundo o mesmo estudo, poderia reduzi-la em 25% as emissões em 35 anos.

Para cada tipo de responsável pelas emissões, sugere-se uma medida diferente de acordo com o potencial de mitigação e com a importância e o impacto que cada um gera no meio ambiente. Ao todo, são sete ações e estratégias diferentes que necessitam de investimentos tanto nos setores da indústria, de transportes quanto na melhoria da eficiência energética do consumo doméstico. O estudo aponta também para a importância de se implementar ações para a captação de carbono com atividades agrícolas ou manutenção de cobertura vegetal que, no caso de Vitória, representa um grande potencial em suas áreas de preservação ambiental.

Participaçõa dos setores na mitigação dos GEEs



Fonte: Elaboração Consórcio IDOM – COBRAPE

Vulnerabilidade diante riscos naturais no contexto das mudanças do clima

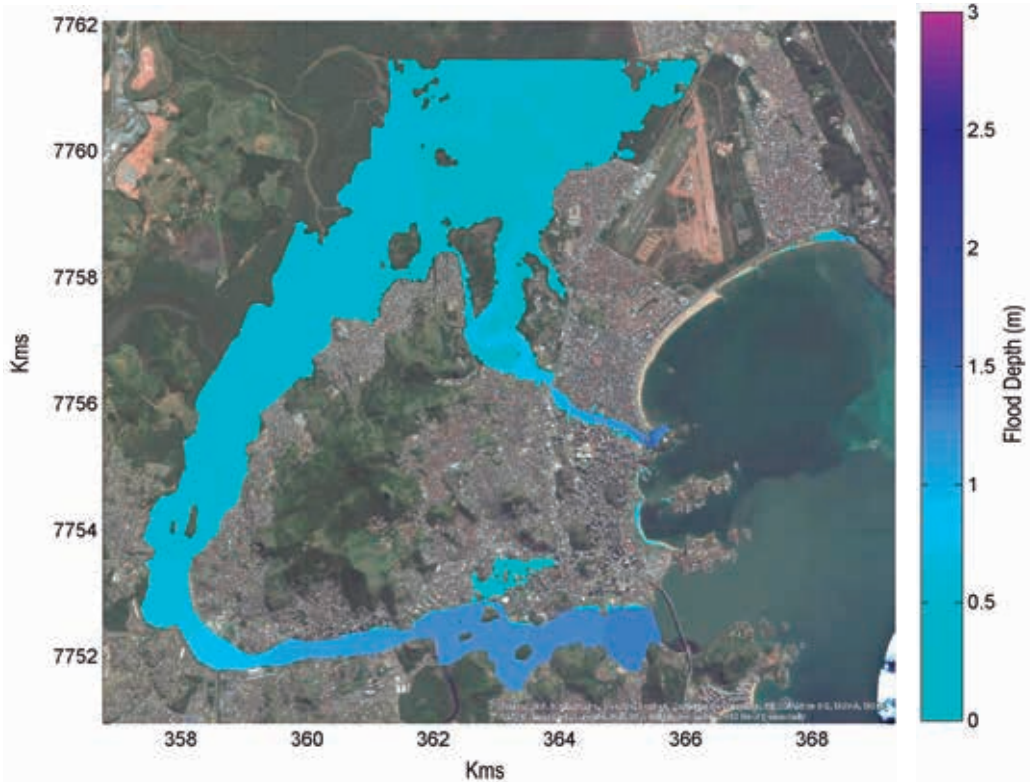
O estudo de vulnerabilidade diante dos riscos naturais no contexto de mudanças climáticas teve como objetivo o diagnóstico dos principais perigos a que Vitória está sujeita para que se possa estimar os desastres a eles associados, bem como planejar as medidas prioritárias para qualificar os mecanismos de gestão do risco como é o caso de instrumentos de ordenamento territorial que podem dirigir a ocupação humana para áreas mais seguras a formação de assentamentos urbanos.

As três componentes do risco foram consideradas: a ameaça, a exposição e a vulnerabilidade. Elas foram utilizadas como critério de diagnóstico das áreas ameaçadas por inundações fluviais, inundações costeiras e deslizamentos, que foram os riscos previamente definidos como prioritários entre o consórcio IDOM-Cobrape e as Prefeituras de Vitória e Vila Velha.

No caso do risco de inundação fluvial, foram identificadas as principais áreas de inundação para diversos períodos de retorno, considerando possíveis variações dos níveis pluviométricos ao longo do tempo em um cenário de mudanças climáticas. O modelo Digital de Terreno (MDT) do município de Vitória foi utilizado para determinar tais áreas apesar das limitações de leitura topográfica paras aquelas bacias hidrográficas que também pertencem a municípios vizinhos, cujas bases territoriais não são tão completas ou apuradas.

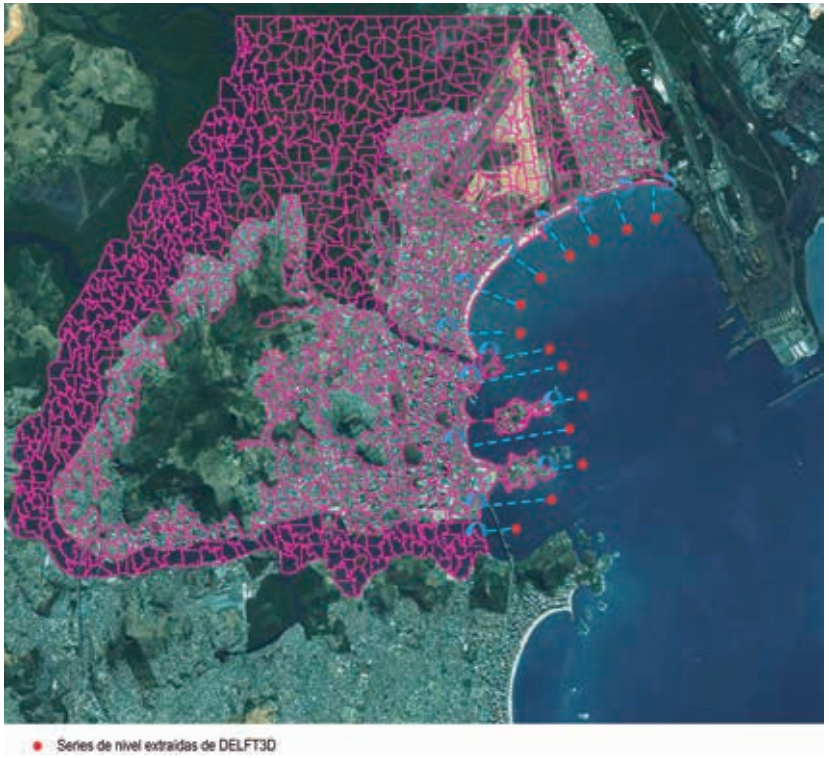
O estudo também mapeou as áreas de Vitória que estão mais sujeitas a alteração do nível médio do mar pela dinâmica das marés e/ou efeitos de mudanças climáticas, considerando sua probabilidade de ocorrência em dois períodos de retorno distintos: 10 anos, que representaria um cenário de menor impacto, e 200 anos para o qual projeta-se uma elevação do nível do mar em até 1 metro.

Pegada de inundação (profundidade) obtida para os cenários de PR de 10 anos com 1 m de SLR (direita)



Fonte: Elaboração Consórcio IDOM – COBRAPE

Representação conceitual da transferência da série de nivel do mar obtida pela simulação numérica do domínio de inundação

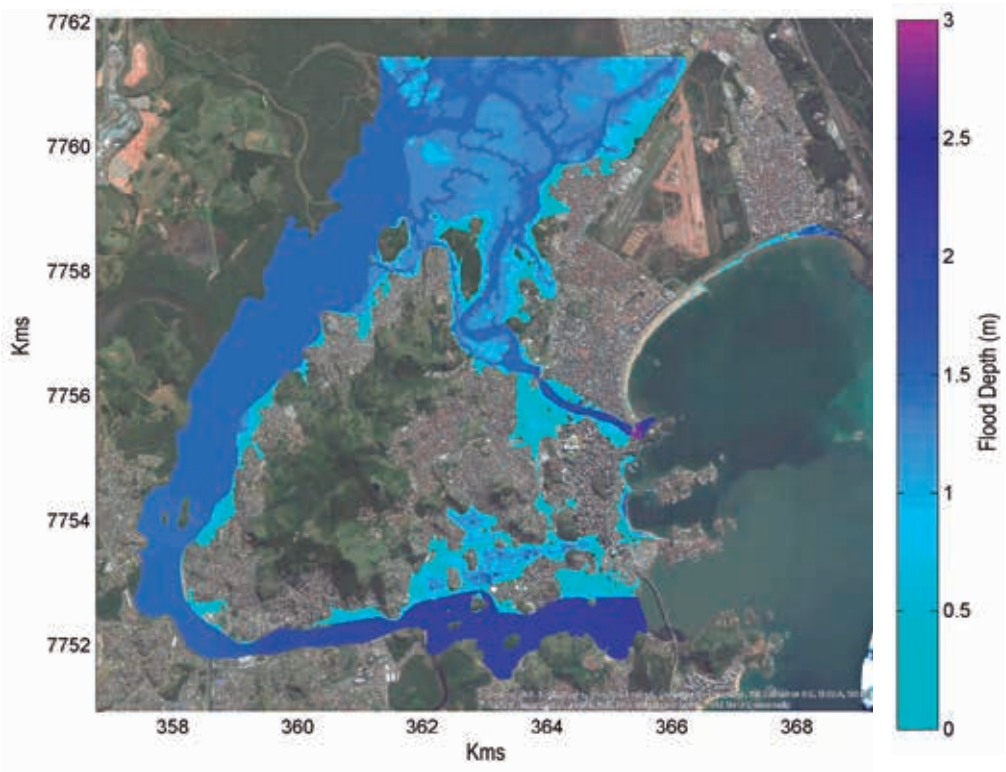


Fonte: Elaboração Consórcio IDOM – COBRAPE

Foram calculadas possíveis perdas monetárias para cada situação simulada, assim como o número de pessoas potencialmente afetadas pelas inundações marítimas. Considerando as condições de clima atual este número varia entre 5 mil e 11,5 mil habitantes a depender do tempo de período considerado. Os bairros de Ilha de Santa Maria, Monte Belo e áreas limítrofes foram identificados como os locais com maior potencial de danos por causa das inundações marinhas esperadas.

Tendo em vista o diagnóstico de áreas e população atingidas, bem como dos custos que os impactos das inundações costeiras implicariam, o estudo aponta para algumas ações preventivas e também mitigadoras. O planejamento territorial articulado, a longo prazo, com os instrumentos de planejamento e gestão das áreas de risco é uma das medidas essenciais para dirigir o crescimento urbano e a ocupação humana de forma a evitar as áreas mais suscetíveis à inundações costeiras. Também são

Pegada de inundação (profundidade) obtida para os cenários de PR de 200 anos com 1 m de SLR (direita)



Fonte: Elaboração Consórcio IDOM – COBRAPE

medidas propostas a proteção dos ecossistemas ligados à vida marinha e estuarina e a elaboração de estudos em escala metropolitana.

O diagnóstico de risco de deslizamentos apontou para este tipo de problema como algo muito recorrente na cidade de Vitória, especialmente, pela combinação das condições topográficas de áreas ocupadas por assentamentos informais, onde as infraestruturas de drenagem e a qualidade construtiva das edificações colocam a população residente em condição de vulnerabilidade. A análise foi feita para Vitória e para a Região Metropolitana em levantamentos diferentes devido à disponibilidade de bases de informações com níveis diferentes de precisão.

Em Vitória, o mapa de suscetibilidade à deslizamentos aponta as áreas de morro ocupadas por assentamentos informais como os locais de maior grau de risco. Ao todo são 140 mil pessoas vivendo em áreas de média ou alta suscetibilidade de deslizamentos, o que representa quase 40% da população da capital capixaba.

Estudo do crescimento urbano

O estudo de base sobre o crescimento urbano de Vitória faz uma análise histórica do crescimento de sua mancha urbana sem perder a dimensão metropolitana, que estão necessariamente relacionados com os processos que induziram este movimento de expansão ao longo do tempo. Os aspectos econômicos e sociais pertinentes a esta análise são usados como elementos da narrativa na construção deste histórico, que também tem como objetivo subsidiar um exercício prospectivo de cenários de crescimento da mancha urbana da Grande Vitória para 2030 e 2050.

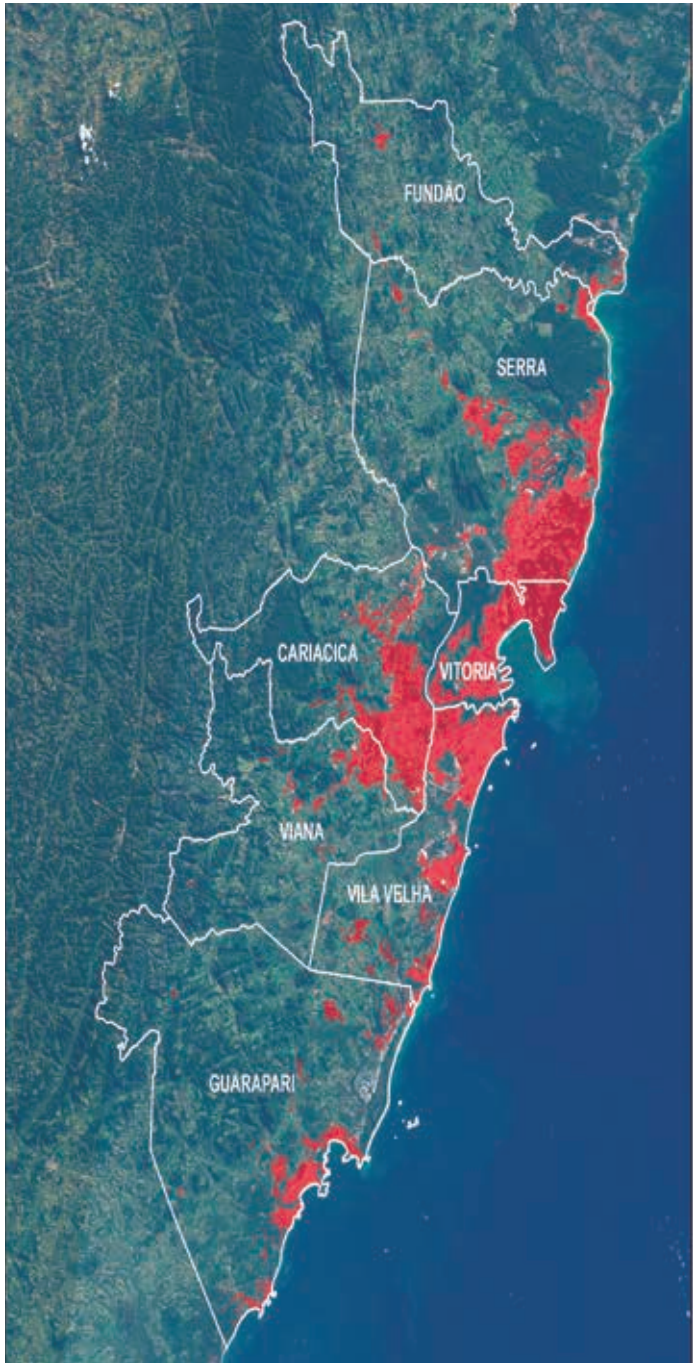
Hoje, a mancha urbana da RMGV tem 33,5 mil hectares de extensão e um razoável grau de conurbação, sobretudo, por meio de suas vias rodo e ferroviários, que constituem os principais eixos regionais de articulação territorial. O espraiamento e a fragmentação da ocupação urbana só ocorrem e passam a ser mais evidentes nas áreas periféricas e áreas costeiras mais afastadas da Região Metropolitana. Dentro do Município de Vitória, entretanto, também há algumas descontinuidades e vazios urbanos, principalmente, nas regiões onde a ocupação é predominantemente irregular e horizontalizada nos bairros próximos do Maciço Central. As áreas mais verticalizadas coincidem com os bairros costeiros mais centrais entre Vila Velha e o norte de Vitória.

Pelo fato de ser uma ilha, a porção insular do município de Vitória possui uma densidade e uma variedade de usos do solo maiores que o restante da RMGV. Nos demais municípios, predomina o uso residencial e, mesmo naqueles em que houve um forte desenvolvimento econômico com a instalação de indústrias, o movimento pendular diário para a capital – principal centro de empregos – ainda é muito grande.

Apesar das condicionantes e limitantes ambientais da ilha, do estuário e dos mangues e matas que são inclusive demarcadas como áreas de proteção, muito do crescimento demográfico dos últimos anos em Vitória tem ocorrido exatamente nestes locais. O avanço da mancha urbana ou seu adensamento nas áreas ambientalmente frágeis não apenas implica uma agressão ao meio físico como também significa um aumento da população residente em áreas que representa algum tipo de risco.

O município de Vitória, capital do estado e sede da região metropolitana, já foi o mais populoso, mas por uma condição de restrição física ao seu crescimento, Cariacica, Vila Velha e Serra já possuem cada uma um número de habitantes superior ao da capital. Não apenas o crescimento populacional, mas também inúmeras atividades econômicas passaram a se instalar nos municípios limítrofes a Vitória nas últimas décadas pela falta de espaço disponível. Um dos resultados desta nova dinâmica foi a conformação de novas centralidades ao longo do território metropolitano.

Apesar de conurbados os municípios da RMGV têm perfis e vocações diferentes. Cariacica, por exemplo, que é um município bastante populoso, acumula baixo desempenho em seus índices sociais, caracterizando-se como o território periférico desta Região Metropolitana. Vila Velha, que já foi a capital do estado, tem características socioeconômicas que a aproximam mais de Vitória, enquanto Serra tem se destacado pelo desenvolvimento industrial, aproveitando-se de sua proximidade com a infraestrutura portuária da capital. Os demais municípios de Viana, Fundão e Guarapari também estão articulados às dinâmicas e à mancha metropolitana, porém em um nível de interação menor dado o afastamento entre eles e Vitória.



Mancha Urbana Atual - RMGV

Fonte: Base IBGE, 2010; Google Earth© e elaboração do Consórcio

O sítio relativamente plano dos municípios da RMGV favorece ainda mais a contiguidade da mancha urbana, entretanto o estudo mostra que nem sempre foi assim. A mancha urbana do que hoje chamamos de Grande Vitória já foi muito mais dispersa e concentrada nos seus diferentes núcleos. O desenvolvimento econômico e urbano que conduziu a região metropolitana a sua condição territorial atual é muito recente e teve início nos anos de 1950. Até o início do século XX o crescimento da mancha urbana foi muito lento.

O ciclo de expansão econômica e os investimentos em grandes projetos do setor produtivo exportador (indústria mineradora, siderúrgica e celulose) alavancaram um forte crescimento e um rápido incremento populacional, iniciando um processo de metropolização e intensa urbanização de Vitória e seus municípios vizinhos. O desenvolvimento urbano não se deu, entretanto, de forma homogênea e includente em toda a cidade, pois as áreas costeiras, mais valorizadas e onde passaram a se concentrar os serviços e, portanto, grande parte dos empregos, foram ocupadas pelas classes mais abastadas. As famílias mais pobres passaram a ocupar assentamentos informais as áreas de morro ou em áreas distantes, que, posteriormente, se consolidaram como bairros periféricos de Vitória.

Dentre os aspectos físicos e geomorfológicos determinantes para a conformação da mancha urbana de Vitória estão o fato de o município situar-se em uma ilha na qual há um enorme maciço rochoso. Além de uma importante barreira física o Maciço Central da Ilha de Vitória também é uma importante área de proteção ambiental ao redor da qual se desenvolveu e se consolidou a mancha urbana da cidade. A condição insular impôs restrições, mas não impediu o crescimento urbano do município e tampouco da região metropolitana, que foi se expandindo nas áreas disponíveis dentro do continente, inicialmente, ao longo dos principais eixos estruturantes da metrópole e, depois, seguindo uma lógica própria de consolidação dos núcleos urbanos principais que estavam fora de Vitória.

O estudo aponta que foi na década de 1990 que os municípios vizinhos à capital capixaba começaram a receber a expansão da mancha urbana não comportada nos limites de Vitória. A expansão se deu com diversos perfis de renda, porém o maior adensamento destes municípios (Cariacica, Serra, Viana e parte de Vila Velha) se deu com o crescimento da população mais pobre.

A prospecção para a expansão futura da mancha urbana da Região Metropolitana da Grande Vitória levou em consideração dois cenários de crescimento demográfico e de expansão territorial, elaborados a partir das tendências de crescimento urbano e populacional dos últimos 30 anos. O Consórcio IDOM-Cobrape projetou um crescimento para 2030, quando a população metropolitana deve chegar a 2,3 milhões de pessoas, e 2050, para o qual foi estimada uma população de 3 milhões de habitantes.

A expansão da mancha urbana referente a este incremento populacional foi simulada a partir de padrões de distribuição territorial, cujos critérios de caracterização foram densidade, limites à ocupação e prioridade de ocupação. A partir destas análises foram gerados três cenários: o Cenário de Crescimento Urbano Tendencial, o Cenário de Crescimento Urbano Intermediário e o Cenário de Crescimento Urbano Ótimo.

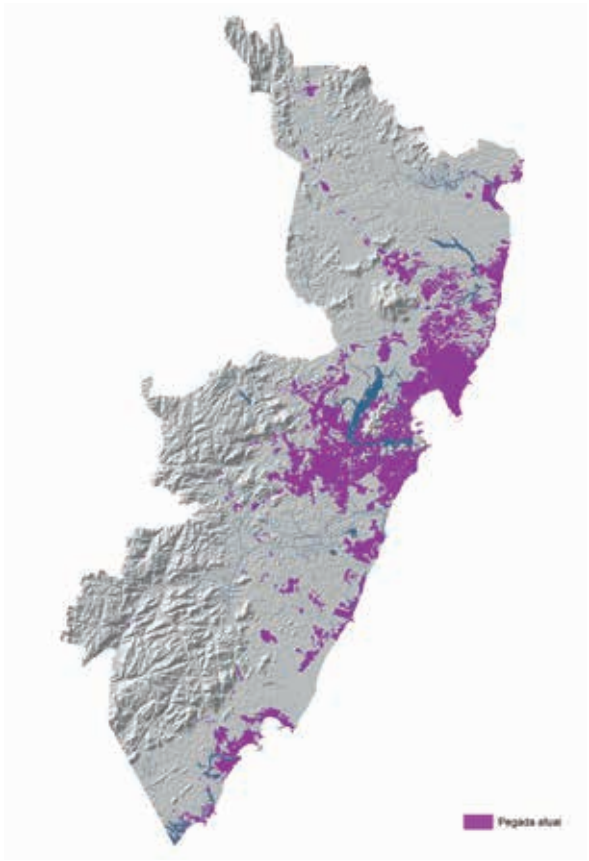
O primeiro cenário representa uma realidade não intervencionista e serve como modelo de limite inferior da análise, isto é, serve como uma perspectiva de crescimento a ser evitada por implicar os impactos mais desastrosos para o futuro da região metropolitana. Neste cenário, tendencial, o crescimento urbano seguiria o padrão de ocupação ao longo dos principais eixos de transporte coletivo e também sobre as limitantes e condicionantes ambientais, agravando ainda mais a agressão ao meio físico e a situação e vulnerabilidade e de risco da população mais pobre.

O risco de deslizamentos ou de inundações fluviais ou costeiras em áreas ocupadas por assentamentos informais aumentaria e a incapacidade territorial da capital de absorver o incremento demográfico empurraria o crescimento populacional para os municípios vizinhos. Neste cenário o espraiamento urbano e a fragmentação territorial seriam maiores e resultaria em uma expansão de até 130% da mancha urbana de 2030 ou de até 150% em 2050.

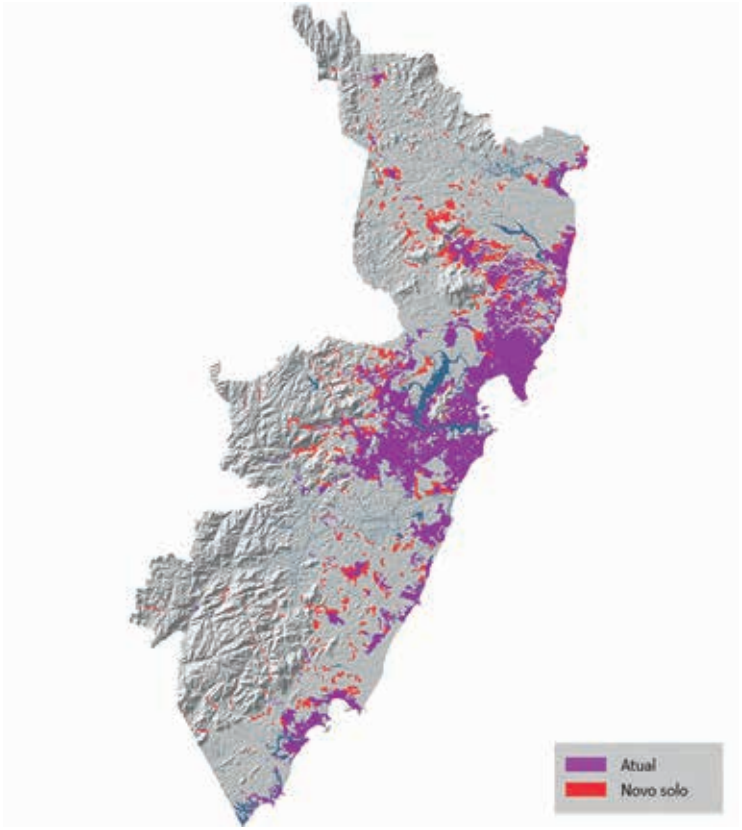
No segundo cenário, projeta-se um padrão intermediário de crescimento urbano, no qual procura-se um desenvolvimento sustentável com a ocupação racional de áreas apropriadas para a urbanização bem como a reestruturação e requalificação da mancha urbana atual. Para esta simulação foram consideradas as restrições orçamentárias, institucionais, bem como algumas limitações ambientais e sociais para a plena implementação dos instrumentos e estratégias de planejamento e ordenamento territorial que poderiam induzir a expansão urbana para seus vazios ou a ocupação de imóveis ociosos.

De uma maneira geral, o cenário intermediário não coloca um novo modelo de desenvolvimento urbano, mas procura regra-lo de maneira mais contida, para evitar a reconversão de uso de terras indefinidamente, qualificar as áreas já consolidadas com o incentivo à diversidade de usos. O aumento da densidade populacional e dos tipos de uso do solo nas áreas já ocupadas seria uma das principais estratégias para controlar a expansão indefinida da mancha urbana, mesmo sem alterar a lógica de crescimento dos municípios vizinhos e a expansão de áreas urbanizadas, decorrente da não capacidade de Vitória receber o incremento populacional das próximas décadas.

Cenário atual



Cenário tendencial

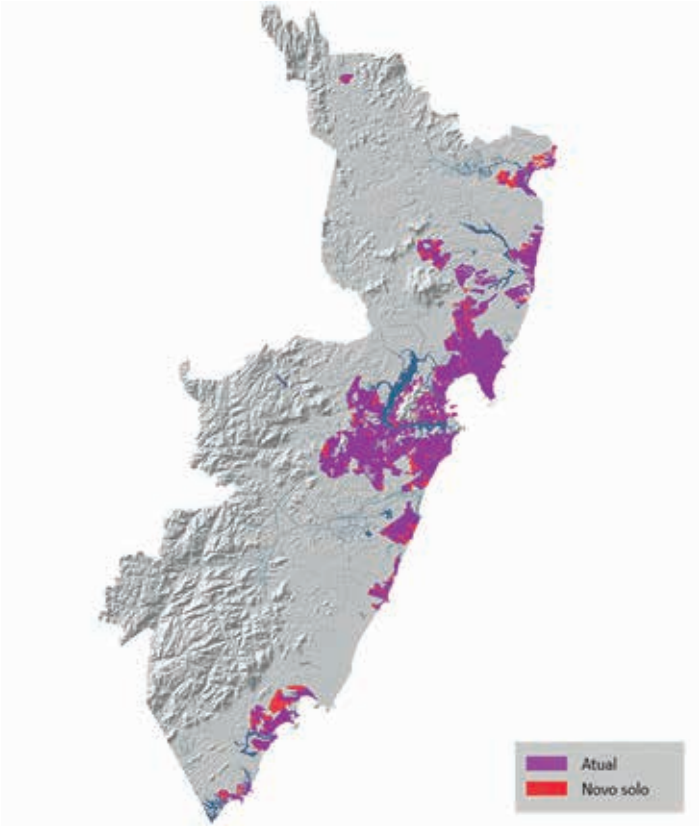


O incentivo à maior diversidade de uso do solo, regulação das áreas de uso ocasional, esforço para ampliar as densidades ao longo dos eixos de transporte público e para utilização de vazios urbanos são as estratégias pontadas para este cenário. Ainda que seja um cenário intermediário, o estudo já aponta para a importância de se priorizar a estruturação de um ordenamento territorial em escala metropolitana, capaz de articular o território como um todo e não apenas as áreas internas aos limites oficiais da capital capixaba.

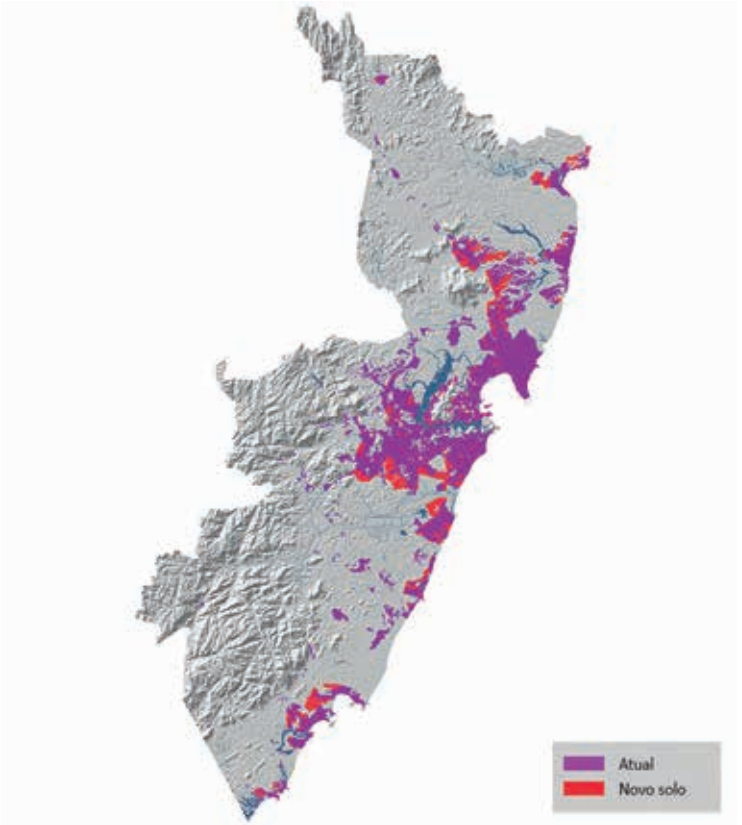
O Cenário de Crescimento Urbano Ótimo é o limite superior da modelagem de análise e constrói uma condição ideal de desenvolvimento urbano e estruturação territorial para as próximas décadas. Nesta simulação, todas as condicionantes e limitantes ambientais ao crescimento urbano são respeitadas, reduzindo a exposição e vulnerabilidade da população de baixa renda aos riscos naturais de inundações e deslizamentos. O aumento da densidade demográfica média de forma homogênea, a diversificação do uso do solo, ocupação de edifícios ociosos e de vazios urbanos são adotados como principais diretrizes para o ordenamento territorial e gestão do uso e ocupação do solo, as quais não teriam nenhuma restrição financeira, humana ou tecnológica para sua plena implementação.

O desenvolvimento urbano priorizaria o crescmento ao longo das vias tronco de transporte público coletivo, que funcionariam como os principais eixos de adensamento e investimentos. Seguindo estes parâmetros de expansão, em 2050 – horizonte mais distante deste estudo

Cenário ótimo



Cenário intermediário



– a RMGV teria que expandir apenas 2% em áreas para comportar de maneira adequada e sustentável, seus mais de 3 milhões de habitantes. O estudo apontou que o município de Vitória poderia suportar o crescimento populacional dentro de seus limites, sem exportar o incremento para seus municípios vizinhos, o que seria um ótimo fator de redução da segregação socioespacial da região metropolitana.

A aplicação dos instrumentos urbanísticos que deem conta destas estratégias de ocupação de vazios, adensamento populacional e estruturação territorial a partir dos eixos de transporte coletivo é fundamental. Dentre os instrumentos urbanísticos mencionados estão as ZEIS, o IPTU Progressivo no Tempo e o Reajuste Urbanístico. A "visão metropolitana" defendida pelo estudo depende, neste cenário, da instituição de um órgão responsável pela gestão do ordenamento territorial em escala metropolitana para planejar e aplicar os instrumentos bem como para implementar a infraestrutura verde regional com unidades de conservação e cinturões agrícolas de amortecimento e transição das áreas de interesse ambiental e áreas de ocupação urbana.

De acordo com o estudo, é importante também que novas áreas sejam repensadas quanto ao seu uso atual, para que, em um cenário posterior a 2050, o município permaneça capaz de dar conta do seu crescimento populacional dentro deste padrão de estruturação territorial, uma vez que tal projeção assegura este modelo compacto de desenvolvimento urbano apenas até este ano limite de 2050.

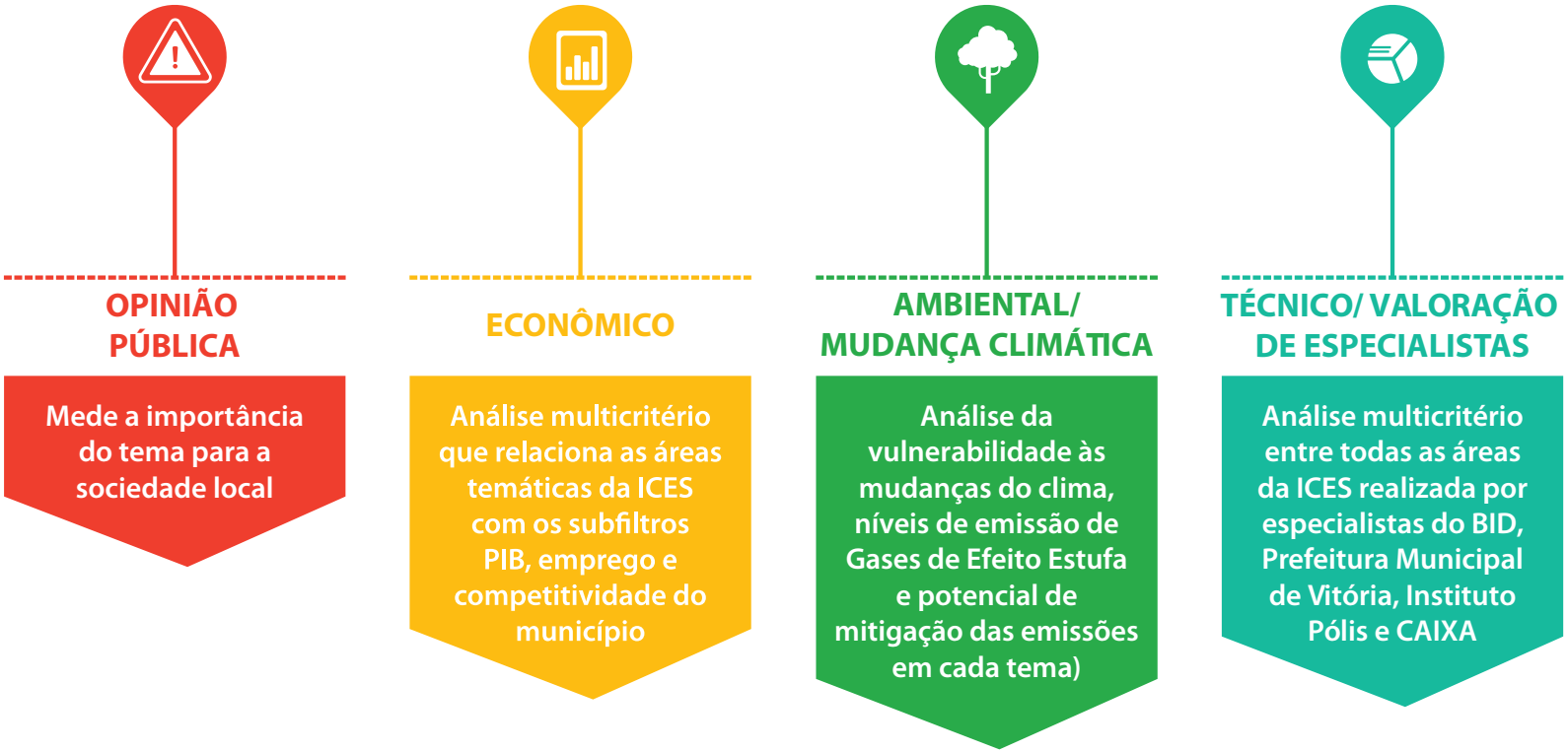
Processo de aplicação de filtros e soluções

Para priorizar os temas mais importantes para a cidade de Vitória e definir quais seria objeto de proposição deste Plano de Ação, foi aplicada a metodologia de filtros proposta pela ICES. Cada filtro tem sua função de ponderar os temas mais estratégicos segundo critérios e pesos próprios.

O primeiro filtro é a "semaforização" resultante da aplicação dos indicadores temáticos na primeira fase do projeto. O resultado de cada um dos 23 diferentes temas foi medido de acordo com um cálculo de priorização: aqueles com os piores resultados receberam uma pontuação maior em relação àqueles com resultados médios ou bons e, assim, passaram a ser considerados temas prioritários de acordo com a aplicação objetiva dos dados sociais, econômicos, urbanísticos e ambientais aplicados aos indicadores ICES.

O segundo filtro, o Filtro Ambiental, foi feito a partir de dados coletados e processados pelo consórcio IDOM-Cobrape, relacionando os 23 temas da ICES com as dimensões ambientais de mitigação de mudanças do clima e de vulnerabilidade a desastres naturais expansão da mancha urbana. A partir desta comparação e estabelecimento de grau de relação entre cada tema e cada dimensão ambiental na cidade de Vitória, foram definidos aqueles que deveriam ser priorizados de acordo com esta análise específica.

O Filtro de Opinião Pública foi inteiramente baseado nos resultados da pesquisa cidadã feita com 1.200 munícipes de Vitória em abril de 2014. O questionário aplicado nas entrevistas possibilitou uma ampla leitura sobre o que a população local pensa sobre o governo, sobre as infraestruturas urbanas, sobre os serviços públicos e quais são as áreas mais críticas que,



portanto, deveriam ser priorizadas nas políticas públicas de Vitória.

Analogamente ao Filtro Ambiental, o Filtro Econômico procurou estabelecer uma correlação entre as temáticas ICES com as dimensões econômicas de desempenho do PIB, geração de empregos e de competitividade local. Os especialistas envolvidos na elaboração deste filtro apontaram o grau de correlação entre os 23 temas e as dimensões descritas acima, para definir quais seriam aqueles que deveriam receber prioritariamente a atenção do governo municipal, visando o desenvolvimento econômico de Vitória.

A aplicação do Filtro Técnico foi feita pelos especialistas temáticos que trabalharam no projeto e apontou a inter-relação que há entre todos os temas. A partir de uma matriz comparativa os 23 temas foram comparados entre si para se estabelecer um nível alto, médio ou baixo de interação entre eles.

O resultado final da aplicação dos cinco filtros foi consolidado por um método de ponderação que avaliou o peso de cada um deles dentro do processo de avaliação da ICES Vitória. O filtro Semáfórico recebeu o peso de 35% em função da importância do diagnóstico técnico realizado a partir do levantamento e interpretação dos 117 indicadores. Já o filtro Opinião Pública recebeu peso de 25%, uma vez que a percepção cidadã dos problemas que a cidade enfrenta é algo relevante, embora esta possa ser enviesada devido a superposição de funções dos diferentes entes federados brasileiros. O filtro Ambiental recebeu peso de 20% e o filtro Técnico e o filtro Econômico receberam peso de 10% cada, totalizando os 100% do processo de priorização através dos filtros.

Após a consolidação dos filtros, o ranking de temas a serem priorizados pelo município em suas ações estratégicas e políticas públicas setoriais foi submetido a um último debate do qual participaram os secretários e os técnicos da Prefeitura Municipal de Vitória. A priorização final dos temas centrais deste Plano de Ação, após as discussões com o governo municipal, são: **mobilidade e transporte, segurança, uso do solo e ordenamento territorial, gestão de resíduos sólidos urbanos, mitigação de mudanças climáticas, competitividade econômica e impostos e autonomia financeira**.

Soluções

O Plano de Ação Vitória Sustentável propõe uma série de ações estratégicas e projetos específicos a fim de solucionar os problemas nevrálgicos priorizados e transformar Vitória em um verdadeiro modelo de cidade sustentável e competitiva. Estas ações inter-relacionadas se agrupam em seis linhas estratégicas.

Linha estratégica 1 **Polos de geração de desenvolvimento**

Vitória é um município que se destaca em termos econômicos tanto em relação à Região Metropolitana quanto em âmbito nacional. Contudo, a realidade de Vitória revela que há uma parcela da população ainda carente de serviços sociais básicos, sendo importante a promoção do efetivo desenvolvimento econômico, para além do crescimento econômico, o que envolve transversalizar temas e áreas de atuação, bem como articular as questões metropolitanas, de modo que se estabeleçam soluções para os desafios apresentados com ações necessárias sem prescindir da competitividade da região.

As ações propostas nessa linha de ação fomentam novos territórios de desenvolvimento, a partir do fomento de áreas com potencial turístico, assim como, a diversificação das atividades econômicas com uma visão sócio-territorial, trabalhando em de áreas degradadas e monofuncionais, que hoje não geram oportunidades suficientes de emprego e renda. O planejamento das ações de desenvolvimento econômico dialoga com as estratégias de desenvolvimento urbano e de mobilidade que buscam transformar os territórios monofuncionais de moradia e sem oportunidades de diversificação e inovação de atividades em áreas de usos multifuncionais e concentram-se nas áreas de fora da orla marítima mais consolidada, diagnosticados como mais carentes, menos criativas e competitivas no cenário urbano. O eixo noroeste mostra-se como importante potencial de desenvolvimento da cidade nos diferentes temas, incluindo o tema da competitividade.

Para alcançar estes objetivos a linha estratégica se desenvolve em três diretrizes principais:

1. **Desenvolvimento econômico e territorial de áreas monufuncionais e precárias**, que inclui ações como a Requalificação da Orla Noroeste; Requalificação da Região das Paneleiras e Criação de Polos Gastronômicos em zonas monofuncionais e de interesse econômico, histórico e urbanístico;
2. **Desenvolvimento de novos territórios de desenvolvimento econômico**, que se desdobra em ações tais como implantação de Parque Tecnológico Metropolitano de Vitória; implantação de um Oceanário e ampliação da Fábrica de Ideias.
3. **Desenvolvimento do Potencial Turístico de Vitória**, que busca estabelecer um planejamento público de turismo e fomento da atratividade da cidade.

Linha estratégica 2 **Desenvolvimento urbano, uso do solo e habitat urbano**

Esta linha estratégica está consolidada em um conjunto de ações que estruturará e preparará o território para receber adequadamente as iniciativas dos outros temas. Em um eixo formando a partir da área do Centro Histórico, passando pelo tradicional Mercado da Vila Rubim até a região das Goiabeiras, projeta-se a nova área de interesse de desenvolvimento sustentável da cidade, onde ações de diferentes temas estarão concentradas, de modo a tornar a região mais dinâmica e atrativa. As principais propostas de ações estão localizadas na região noroeste e a área central da cidade. Para tanto as ações de desenvolvimento urbano estão estruturadas em três diretrizes:

1. Planejamento do crescimento urbano que se desdobra em planos e estudos voltados para o desenvolvimento urbano e habitacional em uma visão metropolitana;
2. Intervenções habitacionais com construção de novas habitações de interesse social, melhorias e regularização fundiária;
3. Implantação do Projeto de Revitalização do Centro Histórico por meio da qualificação da infraestrutura e de intervenções em edifícios de interesse cultural e histórico na área central de Vitória e na diversificação de usos na área.

Linha estratégica 3 **Mobilidade e transporte**

Como as demais cidades brasileiras, Vitória teve sua estrutura viária direcionada para a circulação geral, sem prioridade para o transporte coletivo. O Plano de Ação apresenta soluções voltadas para a presença e ampliação de ciclovias e qualificação dos passeios de pedestres, assim como o desenvolvimento de políticas de acesso aos morros, permitindo assim a ampliação das viagens não motorizadas em Vitória.

O tema mobilidade, assim como outras áreas, insere-se com muita relevância na discussão metropolitana. As caraterísticas geográficas, articuladas à integração da capital com municípios vizinhos destacam a necessidade de um plano metropolitano integrado de qualificação do transporte público motorizado e do não motorizado, assim como a integração das obras e projetos do Governo do Estado do Espírito Santo com as soluções pensadas para Vitória. Para o tema mobilidade as ações propostas permeiam escalas diferentes de obras e intervenções, divididas em três diretrizes:

1. Planejamento da mobilidade urbana com interface metropolitana e modernização do sistema, que inclui propostas voltadas à Revisão do Plano de Mobilidade e Realização de Pesquisa OD; integração dos projetos de transporte e sistema viário de abrangência metropolitana e modernização de sistemas e controle de trânsito;
2. Apoio e incentivo às viagens não motorizadas, com a implantação do Plano Cicloviário e melhorias nas condições de circulação e de segurança dos pedestres e ciclistas;
3. Melhoria da Infraestrutura Viária, Promoção da Acessibilidade para toda a Cidade e Segurança no Trânsito, a partir da implantação de obras viárias municipais; Plano de Acessibilidade nos Morros e ações de educação e segurança no trânsito.

Linha estratégica 4 **Desenvolvimento ambiental sustentável**

Para o desenvolvimento sustentável de Vitória, foi apresentada a perspectiva de fazer da cidade um ambiente mais social, com sua infraestrutura voltada para as pessoas. Na região de Vitória predomina a existência da floresta atlântica como mata nativa, ecossistema com ampla biodiversidade e estoque de carbono. Ações voltadas para sua conservação contribuirão para a mitigação das causas da mudança do clima, assim como possibilitará o uso destes espaços pela população. A implantação de uma infraestrutura verde nos ambientes urbanos, além de ações de mobilidade que visam estimular o uso de transportes não motorizados, integrando a preocupação ambiental aos planejamentos locais de forma definitiva, auxiliará nessa transformação do ambiente. Uma preocupação importante refere-se também ao setor de resíduos que gera importantes percentuais de emissões de gases de efeito estufa.

Para o desenvolvimento ambiental sustentável se delineou duas diretrizes:

1. Ações de Mitigação da Mudança Climática que se desenvolve por meio da promoção da instalação e preservação de infraestrutura verde; elaboração de estudo para obras e medidas voltadas para redução dos impactos da elevação do nível do mar; aprofundamento das análises e dos estudos elaborados por meio da ICES para mitigação de mudanças do clima e elaboração de estudos e análises visando à implantação de uma usina de dessalinização da água do mar
2. Qualificação da Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos, que estabelece a necessidade do planejamento da gestão dos resíduos sólidos urbanos; implantação de Eco-pontos e a reforma e modernização da Unidade de Transbordo.

Linha estratégica 5 **Segurança cidadã**

O tema da segurança pública e urbana foi considerado prioritário para a cidade Vitória, que aparece nos diagnósticos como uma das cidades com as mais altas taxas de homicídios do país. Reconhecida como um direito, a segurança vem sendo pensada atualmente também como a convivência pacífica e ordenada dos cidadãos e da sociedade em seu conjunto e não mais exclusivamente como uma política unicamente associada **à** atividade policial ou a estratégias de repressão. Em outras palavras, a segurança pública deve estar associada à garantia de direitos, à liberdade que resulta dessa condição e a construção permanente de coesão social. É nesse contexto de fortalecimento das políticas de prevenção da violência que e o papel da cidade ganha destaque.

Ainda que os municípios não tenham protagonismo em se tratando de políticas de segurança pública, os espaços da municipalidade permitem que se amplie a interlocução de outras áreas como, por exemplo, educação, saúde, desenvolvimento urbano e mobilidade com a segurança, possibilitando a implementação de uma política transversal de prevenção da violência e, consequentemente, ampliando, assim, a capacidade de prevenção e a resiliência das cidades. A partir destas premissas, estabeleceu-se na linha estratégica de segurança pública duas diretrizes:

1. Implementação de projetos integrados e multidisciplinares, que se desdobram em ações de prevenção por ações educacionais, ações de esporte e ações culturais;
2. Ampliação da Capacidade Institucional, da Gestão da Prefeitura Municipal e dos Conselhos participativos, por meio da elaboração de Plano Municipal de Segurança Cidadã, Capacitações de Gestores Municipais e dos Conselhos Participativos e Ampliação do Programa Botão do Pânico.

Linha estratégica 6 **Governança e sustentabilidade fiscal**

Para alcançar adequadamente todas as soluções previstas no Plano de Ação, é imperativo que se tratem das questões relativas à estabilidade fiscal e administrativa de Vitória. Como visto, embora encontre-se em uma situação fiscal relativamente confortável no presente, as projeções futuras de queda na arrecadação indicam a necessidade de ações com vistas a impedir essas perdas. Dessa forma, são necessárias medidas voltadas para a maior eficiência finanças públicas do município, a qual passa tanto pelo aumento da capacidade de arrecadação do município quanto pela melhoria nos processos com fins a tornar os gastos públicos mais eficientes.

Para avançar nesses aspectos foram estabelecidas duas diretrizes:

1. Ampliação da Arrecadação Municipal e Eficientização do Gasto, que se estrutura a partir de ações destinadas à ampliação da arrecadação baseada em receitas próprias; da eficientização do gasto público e da modernização administrativa;
2. Aprimoramento da Gestão por meio do uso de Tecnologia, com a implantação de um Centro Integrado de Operação da Cidade; upgrade da Rede Metrovix e provisão de acesso público a internet sem fio e implantação do projeto vitória cidade inteligente.

As ações propostas neste Plano para as linhas estratégicas delineadas constituem um ponto de partida para se estruturar um programa sólido de investimentos de forma a garantir as bases para um desenvolvimento sustentável de longo prazo para Vitória. O valor total de investimentos planejados para Vitória é da ordem de R$ 3.101.348.065, divididos nas linhas estratégicas como mostra a tabela abaixo.

Linhas estratégicas do PA	Pré-Investimento	Investimento	Total
POLOS DE GERAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO	19.245.000	737.651.000	756.896.000
DESENVOLVIMENTO URBANO, USO DO SOLO E HÁBITAT URBANO	23.270.000	111.114.000	134.384.000
MOBILIDADE E TRANSPORTE	17.976.065	847.630.000	865.606.065
DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL	42.715.000	833.903.000	876.618.000
SEGURANÇA CIDADÃ	24.370.000	139.034.000	163.404.000
GOVERNANÇA E SUSTENTABILIDADE FISCAL	25.040.000	279.400.000	304.440.000
TOTAIS	**152.616.065**	**2.948.732.000**	**3.101.348.065**

A implementação da ICES em Vitória, em um esforço que envolveu a Prefeitura e diferentes instituições, permitiu gerar um conhecimento que envolve diferentes dimensões da vida da cidade. Ela destacou o papel da Vitória como elemento chave para traçar um novo caminho no desenvolvimento metropolitano, e poderá guiar a cidade para uma futuro que traga cada vez mais qualidade de vida para todos os seus cidadãos.



1 iniciativa cidades emergentes e sustentáveis . ICES

Os processos de urbanização apresentam um ritmo acelerado na América Latina e Caribe (ALC), a região em desenvolvimento mais urbanizada do planeta[1]. A taxa de urbanização passou de 62%, em 1980, para 80%, em 2011. Se essa tendência se mantiver, estima-se que em 2050 essa taxa alcance 86%[2].

Esses padrões de crescimento urbano tem sofrido alterações nas últimas décadas. O acelerado ritmo de crescimento das grandes metrópoles perdeu força, e observam-se maiores taxas de crescimento nas cidades médias. Essas cidades são os novos vetores para a difusão de inovações, geração de conhecimento, concentração de mão de obra especializada e de atividades econômicas da região.

Esse fenômeno também é observado no Brasil. As cidades médias brasileiras apresentaram grande dinamismo nos últimos anos. Comparando-se os dados do Censo de 2000 e 2010, observa-se que o número de cidades médias[3] aumentou de 207 para 263, e seus habitantes passaram de 60,2 milhões para 74,6 milhões. Hoje elas abrigam 39% da população. Além disso, as cidades brasileiras médias tem apresentado maior crescimento econômico: a participação no Produto Interno Bruto (PIB) cresceu de 39%, em 2000, para 45%, em 2010.

O rápido crescimento urbano e a concentração das atividades econômicas criam oportunidades para milhões de pessoas, mas também trazem consigo grandes desafios para os governos locais na provisão de serviços básicos, na garantia de níveis adequados de qualidade de vida, na redução das desigualdades, na geração de empregos, na proteção do meio ambiente e no enfrentamento dos desafios das mudanças do clima. Além disso, as cidades médias da ALC necessitam de governos locais fortalecidos em suas capacidades institucionais e operacionais, o que acaba sendo limitado pela escassez de recursos para investimentos e pela dificuldade de manter uma gestão fiscal adequada.

Considerando o contexto atual dessas cidades emergentes, o BID criou a ICES, um programa de assistência técnica voltado aos governos das cidades médias da região. A ICES é uma metodologia de avaliação rápida, que permite a identificação e priorização de projetos de infraestrutura, assim como a definição de ações urbanas, ambientais, sociais, fiscais e de governança de curto, médio e longo prazos. Essas ações visam atacar os desafios de sustentabilidade local antes que eles se tornem um limitante ao desenvolvimento.

A Iniciativa representa uma nova perspectiva para o desenvolvimento urbano da ALC com foco nas cidades médias e emergentes, e utiliza uma abordagem integrada e interdisciplinar baseada em três dimensões: (I) ambiental e mudança climática; (II) urbana; e (III) fiscal e governança. Além disso, a ICES busca ajudar as cidades a gerir sua vulnerabilidade frente a

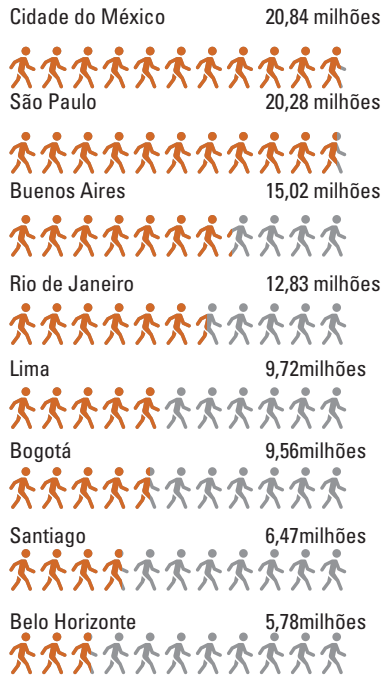
[1] Conforme dados das Nações Unidas, a região mais urbanizada do planeta é a América do Norte, seguida de América Latina e Europa.

[2] Nações Unidas. World Urbanization Prospects [Highlights], the 2014 Revision. Nova York: Nações Unidas. Disponível em: http://esa.un.org/unpd/wup/Highlights/WUP2014-Highlights.pdf.

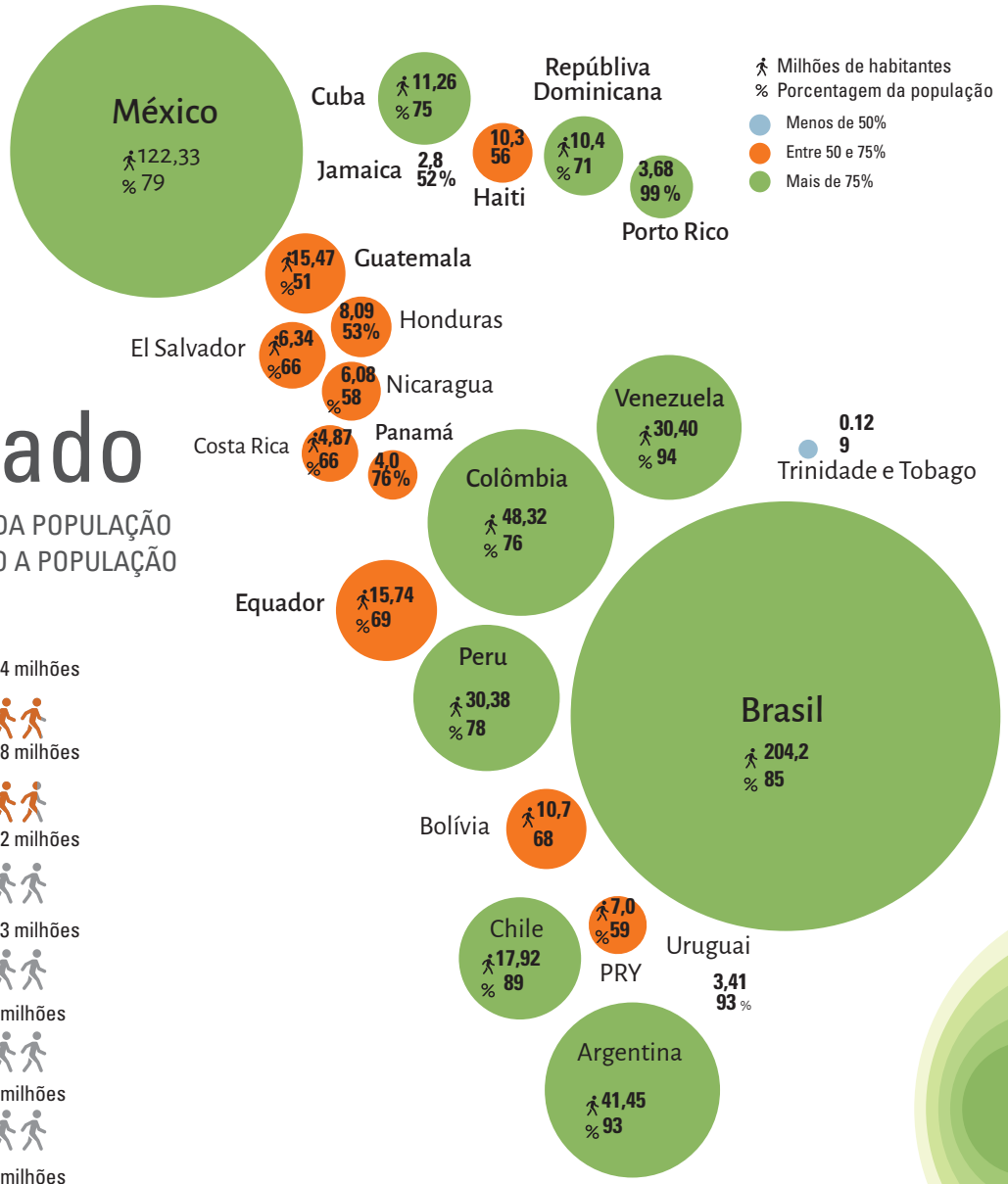
[3] A ICES identifica como cidades médias, no Brasil, aquelas com população entre 100 mil e dois milhões de habitantes.

um mundo urbanizado

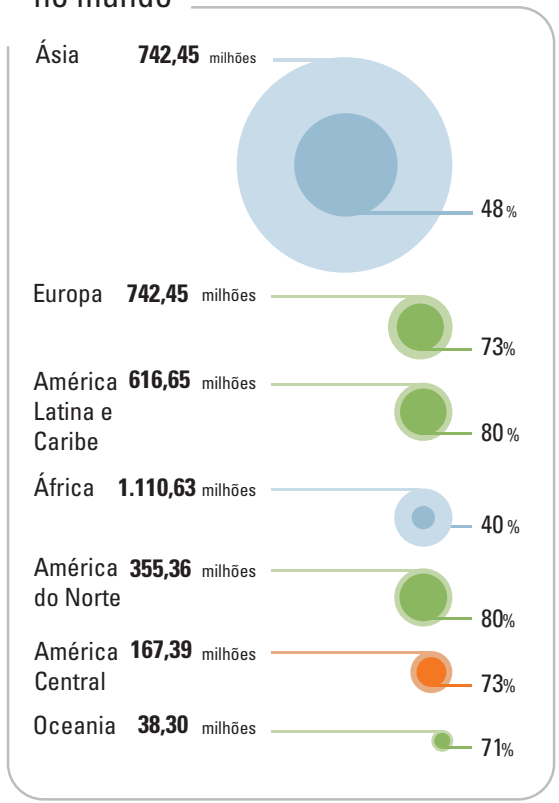
TOTAL E PORCENTAGEM DA POPULAÇÃO URBANA CONSIDERANDO A POPULAÇÃO TOTAL DO PAÍS DE 2014

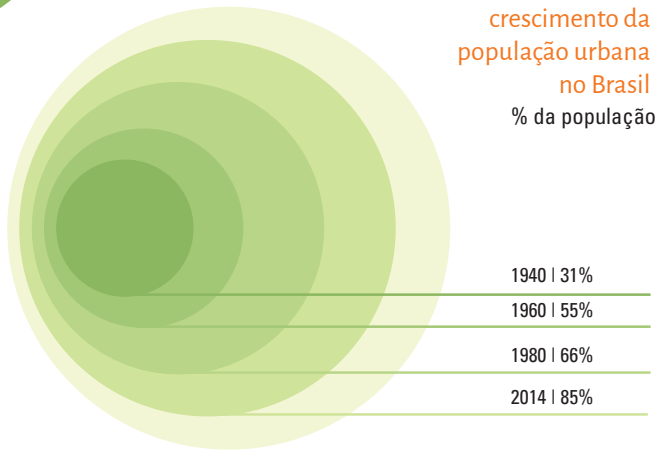


na américa latina e caribe



no mundo





Fonte: World Urbanization Prospects, 2014 Revisão: United Nations, Department of Economic and Social A fair.
Censo 2010: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

desastres naturais e na necessidade de adaptação às mudanças do clima, prioridades comumente negligenciadas nas agendas locais de desenvolvimento.

Essas dimensões retratam, mas não esgotam os fortes vínculos intersetoriais presentes na vida urbana. O tratamento dos desafios urbanos exige ações que se voltem para um desenvolvimento integral, e que permitam satisfazer as necessidades do presente sem comprometer o bem estar das gerações futuras, tornando as cidades mais criativas e resilientes. A Iniciativa contribui para que cidades emergentes da ALC possam, de maneira apropriada, identificar seus principais problemas e ações que permitam orientá-las em sua trajetória para uma situação de sustentabilidade.

No Brasil, a Iniciativa ocorreu inicialmente na cidade de Goiânia, uma das cinco cidades da ALC na qual a metodologia foi aplicada em sua fase piloto a partir de 2011[4]. Hoje, a ICES está presente em 20 países da região, esperando atingir 50 cidades e uma população de 52 milhões de pessoas até 2015.

A expansão da aplicação da ICES em cidades brasileiras está sendo possível a partir de uma parceria entre o BID e a CAIXA, iniciada com a assinatura de um Termo de Compromisso em 2013. No âmbito desta parceria estão contempladas quatro cidades brasileiras, o que permite atingir todas as regiões do país: além de Goiânia (GO), na Região Centro-Oeste, em João Pessoa (PB), na Região Nordeste - que concluiu em setembro de 2014 seu Plano de Ação, Vitória (ES), na Região Sudeste, Florianópolis (SC), Região Sul e Palmas (TO), Região Norte.

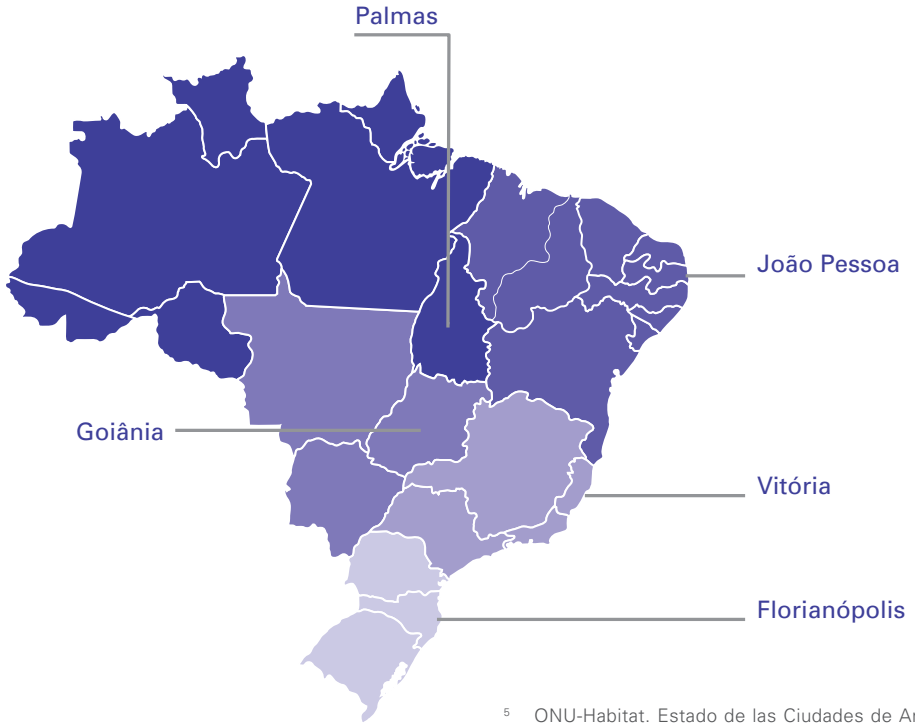
[4] As outras cidades foram Porto Espanha (Trinidad e Tobago), Montevideo (Uruguai), Trujillo (Peru) e Santa Ana (El Salvador).

O que é uma Cidade Sustentável?

Uma cidade sustentável é aquela que oferece alta qualidade de vida a seus habitantes, sem com- prometer os recursos e possibilidades de futuras gerações. É uma cidade com infraestrutura que leva em conta a escala humana, que minimiza seus impactos sobre o meio natural e é capaz de se adaptar à mudança do clima. Ela conta também com um governo local com capacidade fiscal e administrativa para manter o seu crescimento econômico e para conduzir suas funções urbanas com participação ativa da sociedade.

O que é uma Cidade Emergente?

Para a ICES, uma cidade emergente deve ter uma área urbana de tamanho médio que mostra crescimento populacional e econômico acima da média em seu país. Além disso, desenvolve-se em um ambiente de estabilidade social e governabilidade. Em termos de crescimento populacional nos países da ALC, observa-se que as cidades médias cresceram a uma taxa maior que as grandes cidades, além de ser mais dinâmicas que essas, pois a contribuição das cidades médias emergentes da região ao PIB vem crescendo constantemente nas últimas décadas[5]. Isto nos permite prever que o maior desafio da sustentabilidade urbana na América Latina encontra-se precisamente nas cidades médias.



[5] ONU-Habitat. Estado de las Ciudades de América Latina y Caribe 2012: rumbo a una nueva transición urbana. Rio de Janeiro: ONU-Habitat. Disponível em: http://www.onuhabitat.org/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=816&Itemid=538

Cidades na América Latina onde a ICES está presente



CAIXA BRASIL apresenta: PLANETA sustentável

#ofuturoagentefazagora
planetasustentavel.com.br

CONTEÚDO PUBLICITÁRIO

SUA CIDADE MELHOR

A CAIXA, por meio da Iniciativa para Cidades Emergentes e Sustentáveis (ICES)*, incentiva os municípios a se planejarem para crescer, sem deixar de lado a qualidade de vida dos cidadãos.

MÃOS À OBRA

Quatro municípios brasileiros participam da iniciativa, no âmbito da parceria entre CAIXA e BID. João Pessoa, o primeiro a aderir, deve concluir seu Plano de Ação no primeiro semestre de 2014; os demais, no segundo semestre.



1 ENGAJAMENTO

A iniciativa é aplicável a cidades em rápido crescimento, numa parceria entre a CAIXA, o BID, a prefeitura e uma entidade técnica especializada.



2 PEÇAS PRIORITÁRIAS

São avaliados cerca de 120 indicadores relacionados a desenvolvimento urbano, meio ambiente e gestão para identificar as principais demandas locais. Os temas mais importantes são destacados e incorporados a um Plano de Ação Sustentável para a cidade.

3 RESULTADOS

Em nove meses, são feitos o diagnóstico, a pesquisa de opinião pública e a discussão de propostas que geram o Plano de Ação, que direcionará o crescimento de forma sustentável e inclusiva.

RECURSOS

A CAIXA destina até R$ 1 milhão do seu Fundo Socioambiental para cada cidade elaborar seu Plano de Ação Sustentável.

Saiba mais em caixa.gov.br

EDUITE PLANETA SUSTENTÁVEL | ILUSTRAÇÃO RAUL AGUIAR | FOTO: DIVULGAÇÃO/BID

BID

*A ICES é uma metodologia do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Goiânia (GO) foi o primeiro município brasileiro a participar da ICES, que está sendo expandida para outras cidades em parceria com a CAIXA.



2

o que representa Vitória e por que incluí-la na ICES

Vitória, a capital do Espírito Santo, tem 327.801 habitantes (CENSO 2010) e é a cidade polo de uma Região Metropolitana (RMV) que agrega outras seis cidades: Cariacica, Fundão, Guarapari, Serra, Vila Velha e Viana. Vitória está conurbada com três dessas cidades (Cariacica, Serra e Vila Velha), configurando o centro da Região Metropolitana da Grande Vitória, que concentra 90% da população total desta região.

A intensa migração interna no estado do Espírito Santo e a advinda de outros estados foi responsável pelo incremento populacional da Grande Vitória que, hoje, possui quatro cidades que compartilham intensas relações de trabalho, mobilidade, serviços e moradia. Ainda existe um forte processo de concentração demográfica da população do Espírito Santo na RMV, que, em 1970 representava 26,1% do total do Estado e que hoje corresponde a 48%.

A capital agrega 20% do total da população metropolitana, distribuída tanto pela porção continental quanto pela porção insular da Ilha de Vitória. Devido às características físicas do sítio, repleto de morros e morrotes, apenas 53,9km² – do total de 98,2km² – correspondem ao território urbano efetivamente ocupado. Envolto pela Baía de Vitória e pelo estuário formado pelos Rios Santa Maria, Marinho, Bubu e Aribiri, o município apresenta ilhas, encostas, enseadas, mangues e praias, elementos de grande apelo paisagístico.

Apesar de ser a capital do Espírito Santo e apresentar a economia mais potente do Estado, Vitória não é o maior município e nem apresenta as maiores taxas de crescimento populacional na região metropolitana. Municípios como Cariacica, Serra e Vila Velha são mais populosas e têm apresentado taxas mais acentuadas de crescimento demográfico nos últimos anos. No entanto, o município de Vitória permanece sendo o grande polo atrativo da força de trabalho e como o indutor do desenvolvimento da região.

Por todos estes motivos, o desenvolvimento sustentável da Grande Vitória se coloca como um imenso desafio para o Governo do Estado e para o aprimoramento da gestão metropolitana nessa imperante parcela do território estadual. Alguns temas como, por exemplo, habitação e mobilidade têm uma dimensão eminentemente regional e necessitam de estratégias integradas que articulem, necessariamente, as políticas e ações dos municípios da Região Metropolitana, principalmente daqueles que estão conurbados.

Em termos econômicos, o município de Vitória tem grande expressividade na região sudeste e nacionalmente, tanto por sua atividade industrial quanto por sua relevância enquanto polo logístico e de serviços. A indústria destaca-se na produção de alimentos, materiais têxteis, móveis, na siderurgia, produtos químicos e setores ligados à mineração e ao petróleo e gás (este, mais recentemente). Seu complexo portuário é uma importante via para o escoamento da produção mineradora e se integra a diversos modais de transporte, constituindo, com os demais estados da região, a chamada "Faixa de Desenvolvimento da Região Sudeste".

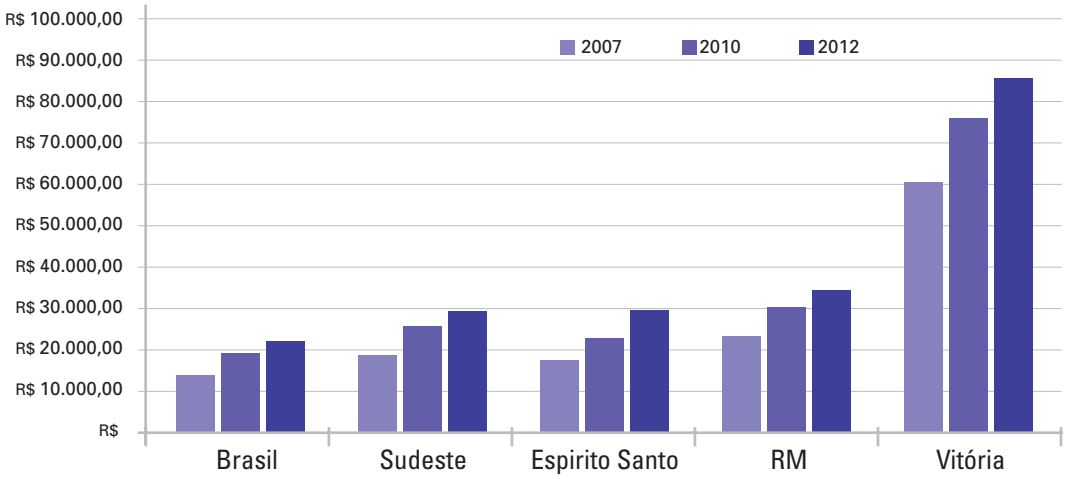
Seu Produto Interno Bruto corresponde a uma parte significativa do PIB estadual, cerca de 29% (SEGES/PMV 2013), e o valor do PIB per capita, de R$86 mil ao ano, é superior à média nacional e o maior entre as capitais brasileiras (IBGE, 2014). Se comparado com o estado do Espírito Santo ou com a média da RMV, o PIB per capita é, respectivamente, 2,9 e 2,4 vezes superior.

Baía e Terceira Ponte



Foto: Yuri Barichivich

PIB *per capita*



Fonte: IBGE, 2007, 2010, 2012

O tema educação é definitivamente um dos elementos responsáveis por Vitória apresentar um alto Índice de Desenvolvimento Humano (0,845), sendo o 4º melhor IDH Municipal do Brasil junto com Balneário Camboriú (SC) segundo o estudo 'Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2012' do PNUD, atrás apenas de São Caetano do Sul (SP), Águas de São Pedro (SP) e Florianópolis (SC), respectivamente. O componente de educação no IDH de Vitória – composto também por indicadores de saúde e renda – é elevadíssimo, e configura o maior dentre as capitais brasileiras. Como consequência do bom padrão do ensino público, famílias de municípios vizinhos matriculam seus filhos nas escolas de Vitória, o que demonstra a importância de expandir a articulação metropolitana existente, e o desafio que se coloca para o desenvolvimento desta e de outras políticas públicas.

Esse dinamismo populacional e econômico, somado aos bons indicadores de qualidade de vida da população retratados pelo alto IDH Municipal, são elementos determinantes para que Vitória tenha sido escolhida como umas das cidades para receber a Iniciativa de Cidades Emergentes e Sustentáveis (ICES). Os dados demonstram a condição emergente de Vitória entre as cidades médias brasileiras e a coloca como estratégica para o desenvolvimento do país.

O crescimento econômico apresentado nos últimos anos, somado ao incremento e à concentração populacionais, originaram novas oportunidades para a Vitória e sua Região Metropolitana, mas também trouxeram enormes desafios. As características físico-territoriais de Vitória, que impedem a expansão de sua mancha urbana, são limitadores significativos. A crescente demanda por novas moradias da Região Metropolitana como um todo (que expandiu 127% nos últimos trinta anos) e a reduzida disponibilidade de terra disponível com a devida infraestrutura, foram responsáveis pela expansão de precariedades habitacionais e situações de risco no município.

Além disso, a valorização do solo urbano, ocorrida a partir dos grandes empreendimentos industriais, comerciais, de serviços, e mesmo dos lançamentos imobiliários, tem se tornado grandes impedimentos para o desenvolvimento urbano mais inclusivo, de maneira a dar acesso à população de baixa renda a áreas consolidadas com boa prestação de serviços, acesso a transporte de qualidade e oportunidades de trabalho.

Como consequência desse processo, percebe-se uma migração da população para as cidades conurbadas da Região da Grande Vitória, onde há maior disponibilidade de terra, mais barata e mais acessível para a população de menor renda.

Com os gargalos de mobilidade que se formaram nos últimos anos nas conexões entre Vitória e os municípios vizinhos, oportunidades de emprego e atividades econômicas também têm migrado para as cidades metropolitanas do entorno, sem, porém, permitir a desconcentração da dependência da capital.

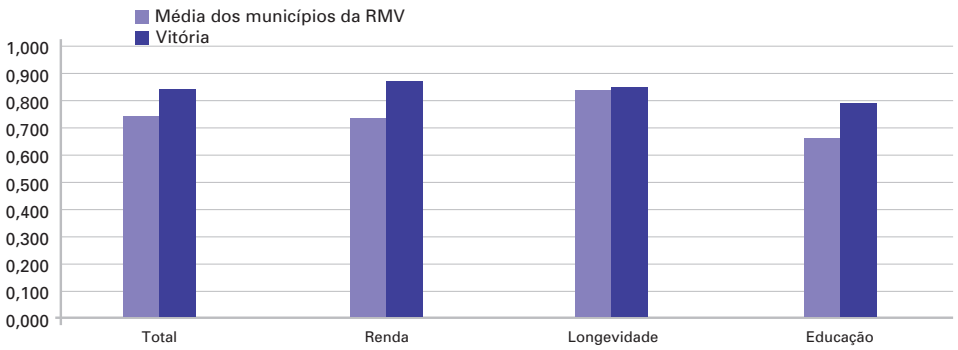
Esses e outros desafios que serão apresentados mais adiante demonstram que Vitória, apesar de seu crescimento e desenvolvimento exemplares, não está livre dos riscos que esses processos de concentração impõem, como, por exemplo, o aumento da desigualdade urbano e dos índices de violência.

A ICES atua no sentido de apoiar os atores públicos, privados e a sociedade de Vitória a alavancar as oportunidades existentes nesses espaços que podem ser cada vez mais sinérgicos e atrativos, buscando caminhos para construir um espaço urbano equilibrado e justo, de maneira a orientar o crescimento e permitir o desenvolvimento pleno e sustentável do município e da região.

Ranking IDHM 2010	Município	IDHM 2010 Total	Renda	Longevidade	Educação
1 º	São Caetano do Sul (SP)	0,862	0,891	0,887	0,811
2 º	Águas de São Pedro (SP)	0,854	0,849	0,89	0,825
3 º	Florianópolis (SC)	0,847	0,87	0,873	0,8
4 º	Balneário Camboriú (SC)	0,845	0,854	0,894	0,789
4 º	Vitória (ES)	0,845	0,876	0,855	0,805
6 º	Santos (SP)	0,84	0,861	0,852	0,807
7 º	Niterói (RJ)	0,837	0,887	0,854	0,773
8 º	Joaçaba (SC)	0,827	0,823	0,891	0,771
9 º	Brasília (DF)	0,824	0,863	0,873	0,742
10 º	Curitiba (PR)	0,823	0,85	0,855	0,768

Fonte: PNUD, 2010

IDH municipal



Fonte: PNUD, 2010

Como Vitória foi Escolhida?

Considerada a 7ª economia mundial, o Brasil possui 5570 municípios com ocupação heterogênea do território, características ambientais diversas e distintas dinâmicas sociais, econômicas e urbanas. Esses municípios estão localizados nas cinco regiões, e concentrados nas regiões Sudeste, Sul e no litoral.

As primeiras cidades a fazer parte da ICES foram Goiânia, localizada na Região Centro Oeste, e João Pessoa, localizada na região Nordeste. Para a identificação das cidades brasileiras com potencial para integrar a ICES na etapa piloto da parceria BID/CAIXA foi desenvolvida, no início dos trabalhos, uma metodologia pautada em critérios objetivos, que permitissem uma abordagem regional na escolha.

Como ponto de partida foram utilizados alguns conceitos iniciais aplicados pela ICES.

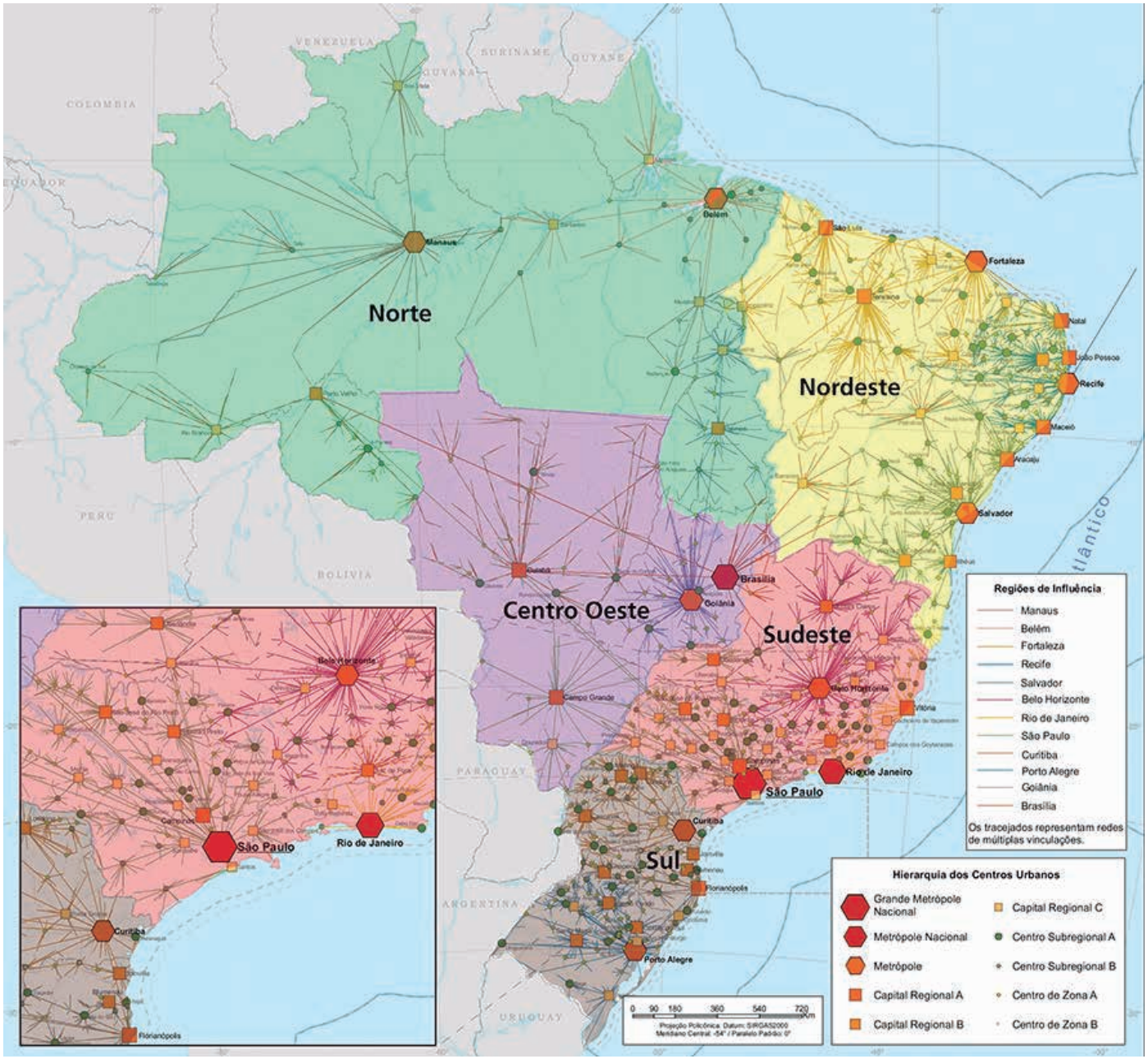
As primeiras perguntas a serem respondidas foram: qual é o objetivo da ICES? Em quantas cidades é possível atuar? Quais são as cidades médias no Brasil de acordo com a ICES?

Partiu-se dos conceitos da ICES aplicados em sua fase de concepção:

a) Cidades médias: atuar em um grupo de cidades consideradas médias de acordo com uma faixa de população, a partir de características específicas de cada país da ALC. Para o Brasil foi adotado o critério de considerar cidades entre 100 mil e dois milhões de habitantes de acordo com o IBGE. Em 2010 havia 263 municípios com população nessa faixa, distribuí- dos como mostrado na figura 2.4.

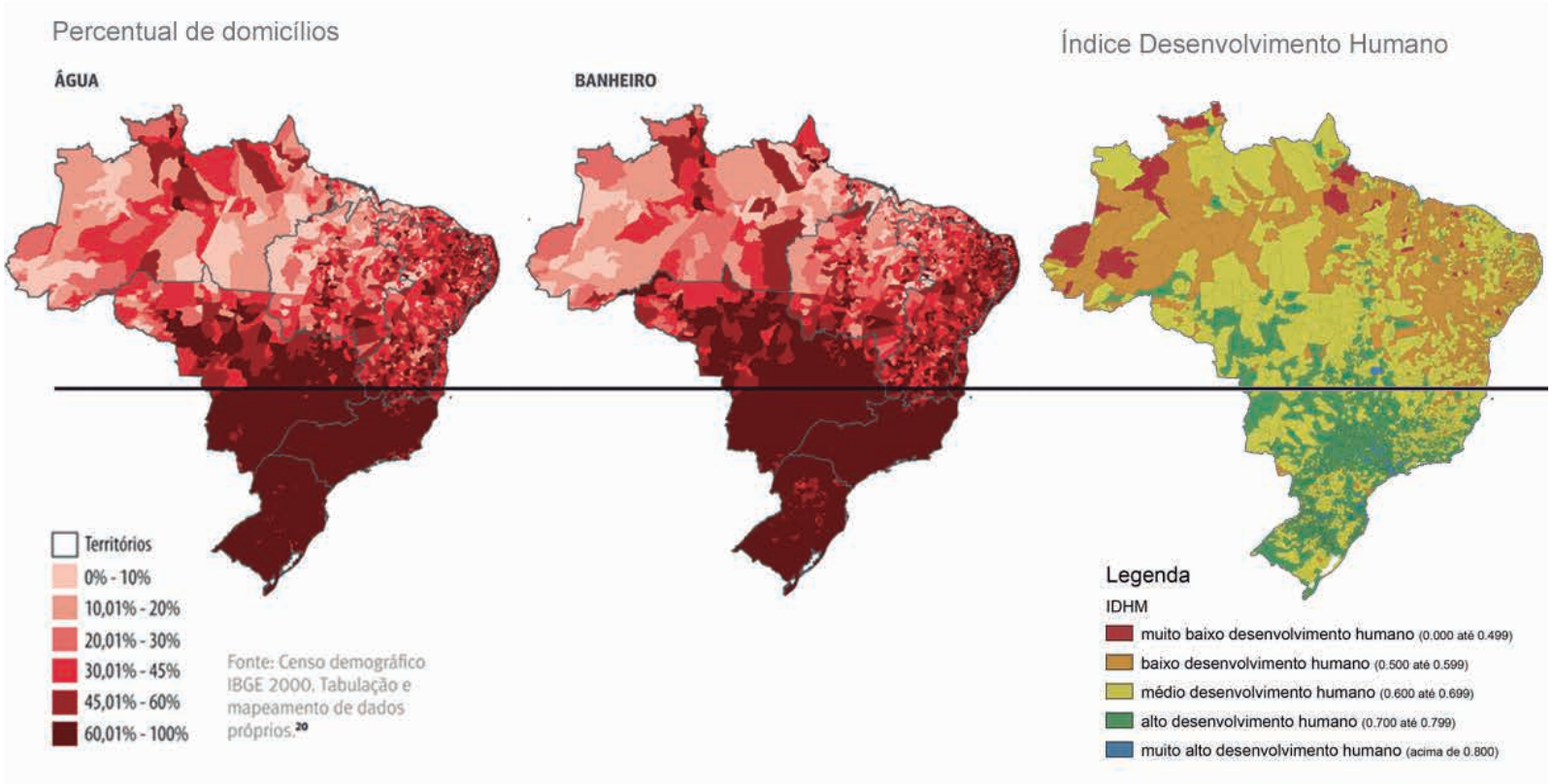
b) Cidades emergentes: atuar em cidades que demonstraram um crescimento populacional positivo considerando os últimos períodos intercensitários, e que apresentam, adicionalmente, uma série de indicadores em evolução: (I) crescimento do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), segundo o PNUD; (II) crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) per capita; (III) qualidade institucional e governabilidade, avaliadas a partir de pesquisa realizada com especialistas do BID e avaliação da existência de experiência com o próprio Banco.

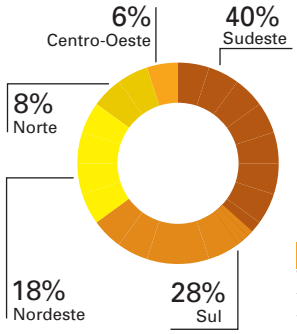
Rede Urbana Brasileira



Fonte: Elaborado com base em Região de Influência das Cidades 2007, IBGE.

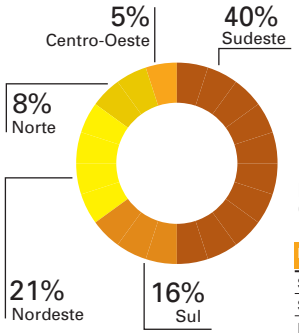
Estratificação das cidades médias brasileiras por região segundo a ICES, 2013
Mapas da concentração de melhores condições no Sul e Sudeste.





Estratificação das 50 + Emergentes Cidades Médias Brasileiras

Região	Quantidade
Sudeste	20
Sul	14
Nordeste	9
Norte	4
Centro-Oeste	3
Total	50



Estratificação das Cidades Médias Brasileiras

Região	Quantidade
Sudeste	131
Sul	43
Nordeste	54
Norte	21
Centro-Oeste	14
Total	263

Fonte: Elaborado pelo BID com base nas publicações "O Estado das Cidades no Brasil", 2010 e "Atlas Brasil 2013".

A partir desta primeira abordagem, utilizada para construir uma primeira lista de cidades para a etapa piloto da ICES, notou-se que as cidades que aparecem nas primeiras posições do ranking concentravam-se nas regiões Sul e Sudeste do país. Esse resultado levaria à continuidade da concentração histórica dos investimentos e atenções nessas regiões.

No Brasil, indicadores de urbanização mostram um país dividido em duas partes: um sul com condições mais adequadas e um norte que, apesar de grandes avanços das últimas décadas, ainda apresenta uma situação mais precária. Como mostrado na figura 2.6, observa-se uma concentração das melhores condições de recursos básicos, como abastecimento de água e existência de banheiros, nas regiões Sul e Sudeste. O resultado do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) municipal de 2013 corroborou esta divisão geográfica. Visando diversificar a área geográfica de atuação, o BID e a CAIXA optaram por ampliar as variáveis de análise para a escolha das cidades na expansão da ICES.

Foram incluídas outras variáveis àquelas utilizadas inicialmente pela ICES, que permitissem ampliar a abrangência do leque de escolhas de cidades, localizadas em diferentes regiões do país, e que permitissem criar diferentes experiências na busca da sustentabilidade urbana.

São trinta variáveis divididas em quatro categorias, sendo três relacionas às dimensões da ICES: Categoria I – socioeconômicas; Categoria II – urbana; Categoria III - ambiental; e Categoria IV – fiscal e governança. Foi definido que o peso das variáveis para formar o indicador composto seria igualmente proporcional entre as quatro categorias, tendo sido considerado um percentual de valoração de 25% para cada uma. As variáveis receberam pesos iguais dentro de cada categoria, ao passo em que dentro de cada uma delas o peso das variáveis foi composto de forma a totalizar 25%. Desta forma, explicam-se os diferentes valores para cada variável, o que depende do número de variáveis em cada categoria. Ao final do processo, foi possível criar um ranking de cidades divididas por região. Foram elencadas, assim, as 50 primeiras do ranking.

Em uma segunda etapa, sem considerar o ranking, já que as 50+ são classificadas como "emergentes" e com potencial de receber a ICES, foi elaborada uma lista de cidades por região do país. O município de João Pessoa foi o primeiro a ser selecionado, sendo a primeira cidade a aplicar a metodologia no âmbito da parceria. Vitória e Florianópolis, ao aceitarem o desafio de implantar a metodologia, iniciaram ao mesmo tempo sua aplicação em dezembro de 2013.

O Brasil tem hoje cinco cidades na ICES, cada uma localizada em uma região do país: Goiânia (Região Centro Oeste), João Pessoa (Região Nordeste), Palmas (Região Norte) e Vitória (Região Sudeste).

Categorias e variáveis usadas para priorização das cidades.

	Fator	%	% e qualidade
SOCIOECONÔMICO	Região	3,1%	25%
	IDH Longevidade	3,1%	
	IDH Educação	3,1%	
	IDH Renda	3,1%	
	PIB 2000 - 2010	3,1%	8
	População	3,1%	
	Cresc. das Agências CAIXA	3,1%	
	Contido em Reg. Met. ou Capital	3,1%	
URBANO	Elaborado Plano Diretor	2,8%	25%
	Plano Diretor Revisto	2,8%	
	Plano Diretor Aprovado	2,8%	
	Proximidade Grandes Eventos	2,8%	
	Crédito Imiobiliário	2,8%	9
	PAC - Infraest. Social e Econômica	2,8%	
	Cidades Históricas	2,8%	
	Possui Cons. Municipal de Segurança	2,8%	
	Possui Plano Municipal de Segurança	2,8%	
AMBIENTAL	Índice de Atend. com Rede de Água	4,2%	25%
	Índice de Atend. com Rede de Esgoto	4,2%	
	Índice de Tratam. de Esgoto	4,2%	
	Riscos Ambientais e Desastres	4,2%	6
	Possui Cons. Mun. Meio Ambiente	4,2%	
	Possui Unidades de Conservação	4,2%	
FISCAL E GOVERNABILIDADE	Expeeriência com A CAIXA	3,6%	25%
	Experiência com a PNAFM	3,6%	
	Experiência com o BID	3,6%	
	Experiência com o OI	3,6%	7
	Gastos com Pessoas/Receitas	3,6%	
	Dívida/Receita	3,6%	
	Rating Capac. de PGT (STN-CAIXA)	3,6%	
	TOTAL	100%	



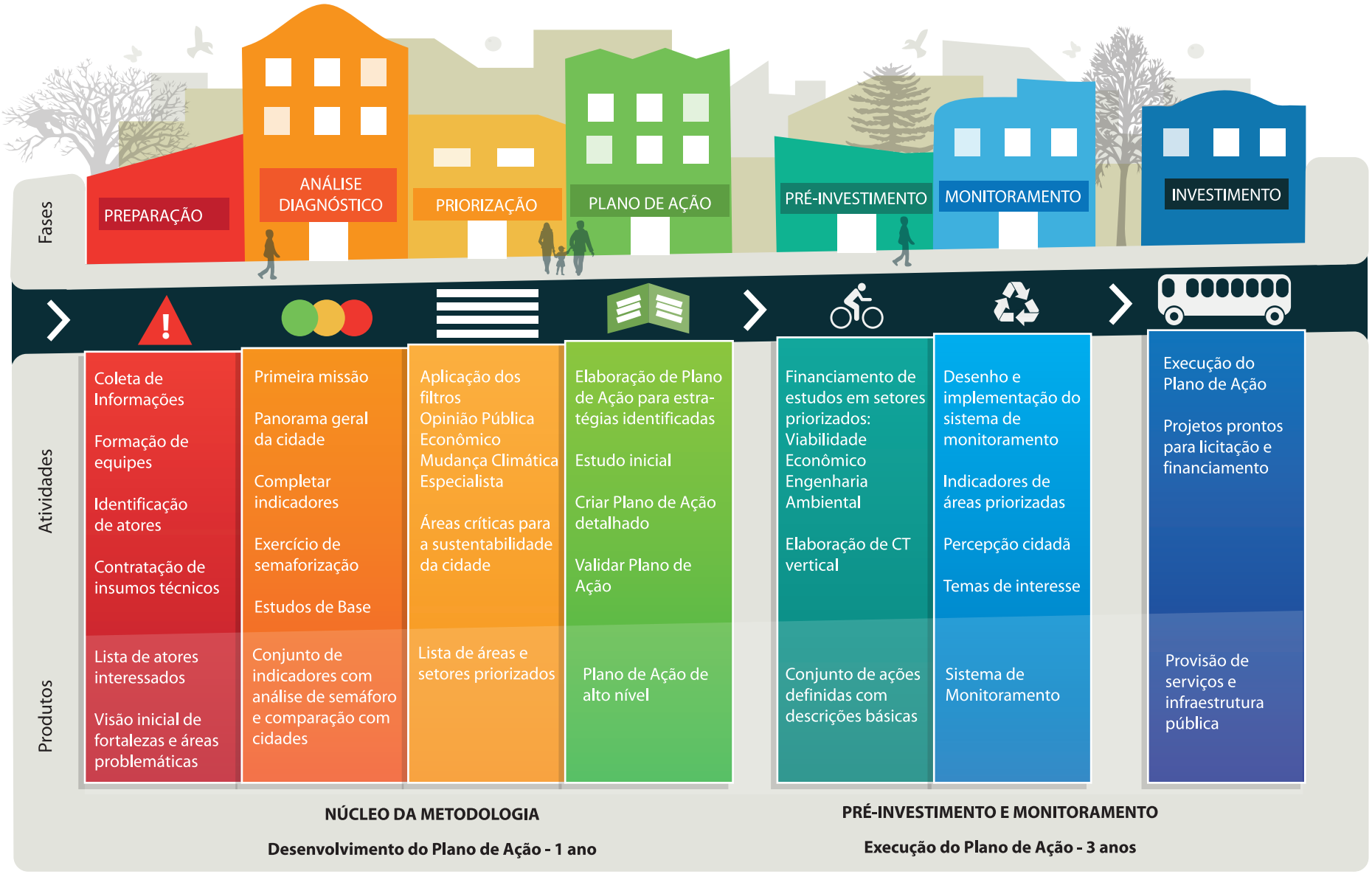
3

como realizamos a avaliação de Vitória?

Para apoiar as cidades de porte médio da América Latina e Caribe a estabelecer um caminho mais claro em direção à sustentabilidade, o BID desenvolveu uma metodologia de diagnóstico rápido que oferece elementos objetivos e analíticos acerca da situação de uma variedade de setores examinados. Dentro desse enfoque, a metodologia instrumentaliza o processo de priorização de soluções que visam estabelecer o desenvolvimento de médio e longo prazos para cada cidade. Ademais, a metodologia busca oferecer insumos ao financiar estudos e/ou buscar financiamento disponível que objetivam a realização de investimentos chave para atingir os objetivos priorizados. Assim, a ICES representa uma nova maneira de identificar e abordar os objetivos mais urgentes de sustentabilidade das cidades a partir de uma visão integrada e multissetorial.

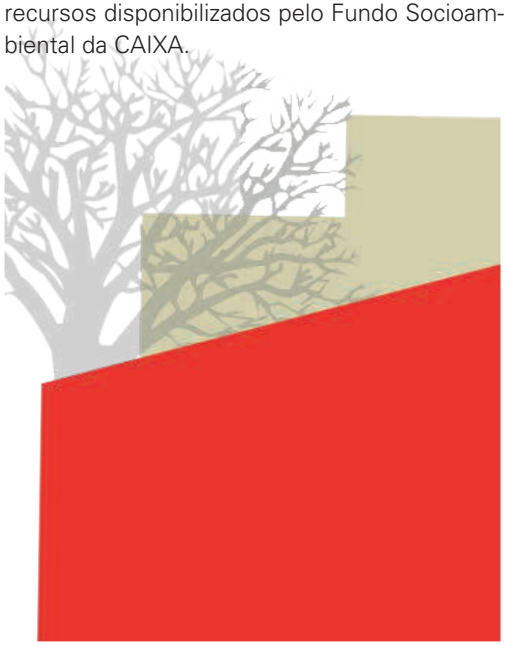
A metodologia ICES compreende seis fases, agrupadas em duas etapas. A primeira etapa consiste no contato com o governo local, formação de equipes e levantamento de informações sobre a cidade (Fase 0), na avaliação rápida e transversal da realidade urbana (Fase 1), na priorização dos mais importantes desafios para sustentabilidade de médio e longo prazos da cidade (Fase 2), e na elaboração de um Plano de Ação para a cidade contendo propostas concretas para interferir positivamente as áreas identificadas como críticas ou que mereçam atenção (Fase 3). A primeira etapa tem duração média de um ano. A segunda etapa da metodologia tem como enfoque a execução do Plano de Ação (Fase 4) e no incentivo à criação de um sistema monitoramento cidadão (Fase 5). Essa etapa tem duração média de três a quatro anos, a depender das intervenções contidas no Plano de Ação.

Fases de uma cidade na Iniciativa CIDADES EMERGENTES e SUSTENTÁVEIS



Fase 0 **Preparação**

A preparação da ICES em uma cidade brasileira começa com o processo de seleção e o convite formal do BID e da CAIXA para participação na Iniciativa. Após a oficialização do interesse da cidade em integrar a ICES - que é feita a partir do envio de uma correspondência que oficializa a adesão - é realizada a designação oficial de um coordenador-geral e de coordenadores para cada uma das três dimensões, dando-se início à Fase 0 da metodologia, que tem quatro objetivos principais: (i) constituir a equipe técnica que conduzirá o processo; (ii) dialogar com os atores dos diversos setores da cidade para obter uma visão geral inicial dos desafios mais críticos enfrentados; (iii) identificar os principais atores envolvidos e (iv) iniciar a compilação de estudos gerais sobre a cidade e outras informações relevantes que estejam disponíveis. No caso da ICES Vitória, a Fase 0 envolveu também a seleção e contratação do Instituto Pólis para a aplicação da Iniciativa na cidade com os recursos disponibilizados pelo Fundo Socioambiental da CAIXA.



Fase 1 **Análise e Diagnóstico**

Esta fase tem como objetivo principal identificar as áreas críticas que afetam a sustentabilidade da cidade. Para isso, realiza-se uma avaliação multissetorial e territorial rápida de um conjunto de indicadores quantitativos e qualitativos. Os indicadores são complementados com um diagnóstico mais abrangente sobre diferentes temas, realizada por um grupo de especialistas, acompanhado pela prefeitura, BID e CAIXA. No caso de Vitória, o diagnóstico envolveu o levantamento de 117 indicadores agrupados em 23 áreas temáticas. Uma vez completado o levantamento, os valores obtidos são comparados com os parâmetros propostos pelo BID para a América Latina e Caribe. Como resultado dessa comparação, cada indicador é classificado de acordo com um sistema de semáforos: (I) verde: a cidade mostra bom desempenho; (II) amarelo: o desempenho da cidade poderia melhorar; e (III) vermelho: a situação da cidade é crítica e é necessário atuar.

A partir desse exercício de "semaforização" de indicadores, são analisados em conjunto os resultados do processo por tema, assim como aspectos qualitativos não refletidos diretamente pela avaliação dos indicadores. Ao final, determina-se a cor de consenso entre as diferentes instituições envolvidas para cada um dos 23 temas ou setores.

A metodologia ICES também propõe, de forma a complementar a análise da cidade, um diagnóstico territorial, onde várias informações são analisadas mais detalhadamente por zonas da cidade, raios censitários, unidades administrativas ou outro tipo de divisão territorial. O objetivo dessa análise é identificar zonas críticas na cidade, nas quais os indicadores coletados demonstram um desempenho abaixo da média e que concentram vários problemas identificados.

Fase 2 **Priorização**

Nesta fase, busca-se estabelecer a ordem de prioridade dos temas críticos para a sustentabilidade da cidade, identificados na fase anterior. Todos os temas e setores da ICES são priorizados a partir da aplicação de quatro filtros: (I) opinião pública (a importância do tema para a sociedade local); (II) econômico: análise multicritério (relaciona as áreas temáticas da ICES com os subfiltros relacionados a dados secundários obtidos para o PIB, emprego e competitividade do município); (III) ambiental/mudança do clima (vulnerabilidade à mudança do clima, níveis de emissão de gases de efeito estufa e potencial de mitigação das emissões em cada tema); e (IV) técnico/valoração de especialistas (análise multicritério entre todas as áreas da ICES). Como resultado, obtém-se uma lista de temas ou áreas de intervenção prioritárias para a sustentabilidade da cidade. A análise realizada durante a Fase 2 envolve a equipe técnica do BID, da CAIXA, da prefeitura, entidades parceiras e de outros atores chave da cidade.



Fase 3 **Plano de Ação**

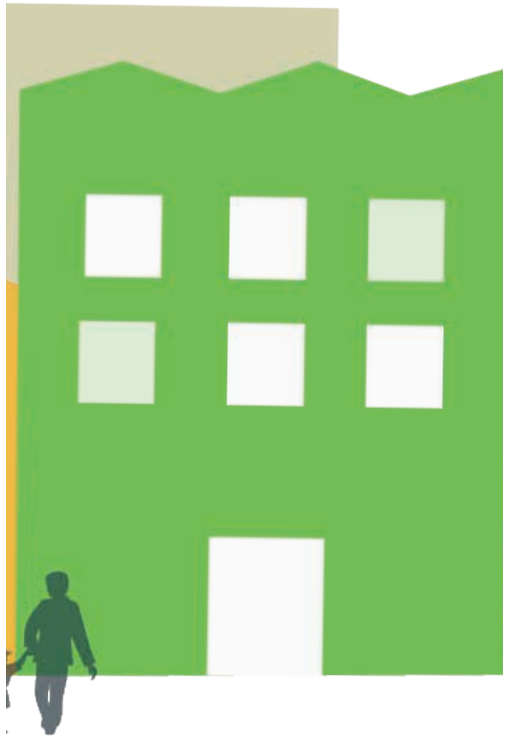
Esta fase tem por finalidade aprofundar a análise dos temas priorizados na fase anterior e identificar as soluções técnicas concretas que serão formuladas no Plano de Ação. O Plano inclui a programação das ações a serem implementadas e a identificação de possíveis fontes de financiamento. Neste caso, é importante mencionar que serão incluídos não apenas estudos preparatórios que podem ser incluídos pelo BID, mas também aquelas soluções que podem ter outras fontes de financiamento (locais, nacionais, privadas, outras fontes multilaterais, agências de cooperação etc.) e que venham a somar nas iniciativas para uma cidade mais sustentável. Embora o Plano de Ação tenha como foco principal as estratégias a serem implementadas pela cidade no curto e médio prazos, sua definição e programação estão orientadas para uma visão de longo prazo.

Fase 4 **Pré-Investimento**

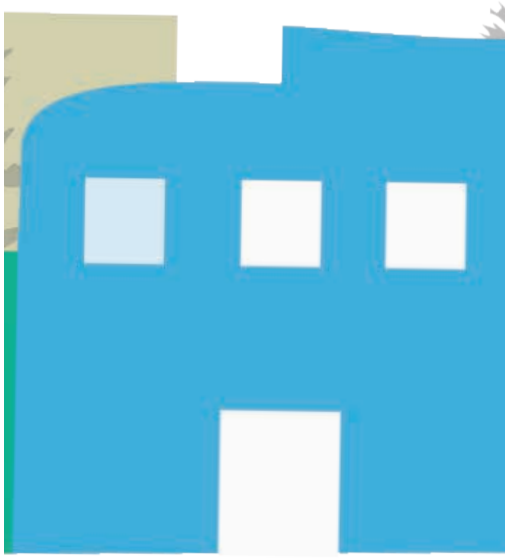
Durante esta fase se inicia a execução do Plano de Ação. Neste momento são realizados os estudos de pré-investimento para formular propostas das soluções concretas incluídas no Plano de Ação. Esses estudos e projetos permitem aprofundar o diagnóstico rápido dos temas priorizados na Fase 2. Além disso, permitem facilitar a formulação de soluções factíveis, que podem ser financiadas por diferentes fontes.

Fase 5 **Monitoramento**

Esta fase busca contribuir para a implementação ou fortalecimento de um sistema de monitoramento cidadão da sustentabilidade na cidade. Seu objetivo principal é gerar um conjunto de indicadores de medição padronizados que permita realizar o acompanhamento dos temas identificados como prioritários nas fases anteriores, que deve ser gerido de maneira independente pela sociedade civil local. Um propósito adicional dessa fase é o fortalecimento e aprimoramento das práticas de participação cidadã e de acompanhamento da prestação de contas dos governos, de modo a fomentar a eficiência na administração pública e incentivar o direcionamento dos recursos para setores prioritários ao desenvolvimento sustentado da cidade.



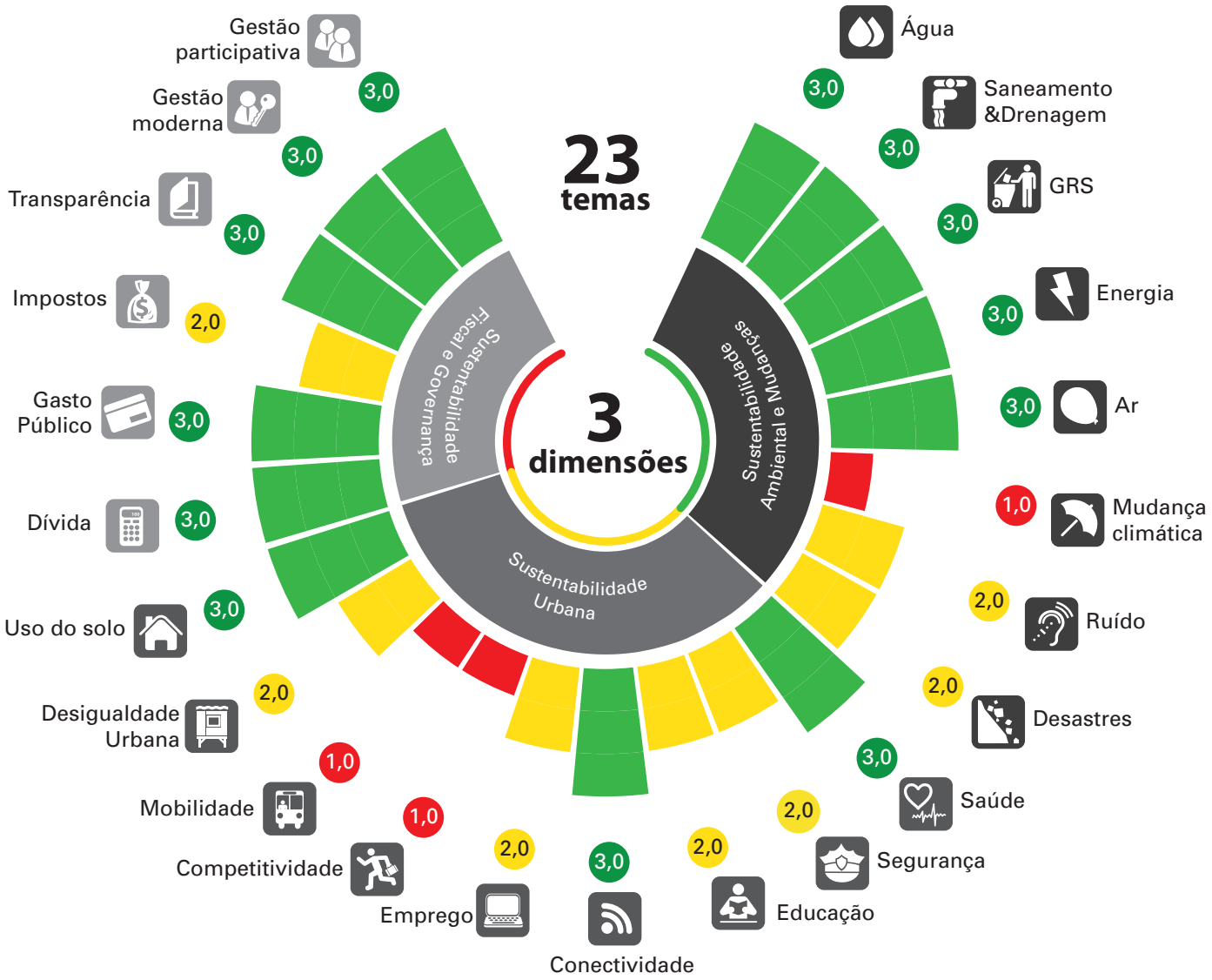






4

o que nos ensinaram os números?


23
temas
3
dimensões
Sustentabilidade Fiscal e Governança
Sustentabilidade Ambiental e Mudanças
Sustentabilidade Urbana
Gestão participativa
3,0
Gestão moderna
3,0
Transparência
3,0
Impostos
2,0
Gasto Público
3,0
Dívida
3,0
Uso do solo
3,0
Desigualdade Urbana
2,0
Mobilidade
1,0
Competitividade
1,0
Emprego
2,0
Conectividade
3,0
Educação
2,0
Segurança
2,0
Saúde
3,0
Desastres
2,0
Ruído
2,0
Mudança climática
1,0
Ar
3,0
Energia
3,0
GRS
3,0
Saneamento &Drenagem
3,0
Água
3,0

Como explicado anteriormente, o primeiro exercício que se realiza uma vez firmado o acordo de participação de uma cidade na ICES é o de estabelecer os setores ou temas críticos para a cidade. Isso ocorre por meio de uma análise de seu desempenho em diversos indicadores, que buscam avaliar o desempenho municipal nos mais variados aspectos.

Como visto anteriormente, uma cidade sustentável na visão da ICES deve se sobressair em três dimensões:

- 1) Sustentabilidade Ambiental e Mudança Climática
- 2) Sustentabilidade Urbana
- 3) Sustentabilidade Fiscal e Governança

Com essas três dimensões em mente, criamos, para cada uma delas, uma série de pilares, que por sua vez se dividem em temas e subtemas a serem analisados por meio de indicadores e de uma análise qualitativa complementar. A figura a seguir ilustra os níveis de análise da ICES em uma cidade. Cada um dos indicadores é comparado a valores de referência para a América Latina e Caribe, e são classificados de acordo com seu desempenho relativo em um semáforo que o posiciona nas cores verdes, amarela, ou vermelha.

Dentro das dimensões, avaliamos em Vitória um total de 11 pilares, 23 temas, 59 subtemas, por meio de 117 indicadores. A aplicação da metodologia do ICES possibilitou uma leitura de desafios e oportunidades a serem pensadas para o desenvolvimento sustentável da cidade. Além disso, tivemos todos os temas também avaliados pela população local por meio da pesquisa de opinião pública, trazendo ao conhecimento dos técnicos a percepção da sociedade sobre cada um dos temas abordados na ICES.

O diagnóstico apontou temas, caracterizados como verdes, que indicam a existência de políticas públicas bem desenhadas e compatíveis com as necessidades e características de Vitória,. Os temas que apareceram como amarelo, apontam a necessidade de monitorá-los mais atentamente, uma vez que representam desafios para o médio e longo prazo. Os temas que aparecem em vermelho mostram a necessidade de intervenções mais imediatas e incisivas, uma vez que representam desafios que já se manifestam como de forte impacto negativo na vida da cidade.

Os temas relacionados à infraestrutura urbana de água, esgotamento sanitário, drenagem e energia apresentaram todos seus indicadores em verde, assim como o acesso a saúde, a conectividade e o uso do solo. A Gestão Pública de maneira geral também foi analisada de forma positiva, embora questões relativas à capacidade de arrecadação de impostos e autonomia financeira do município, como veremos, apresentam um cenário preocupante.

Os temas de Competividade da Economia, Emprego e Gestão do Gasto Público foram avaliados como amarelos. O mesmo ocorreu com os temas de educação e desigualdade urbana. Temas que perpassam questões climáticas como vulnerabilidade diante de desastres naturais no contexto da mudança climática, qualidade do ar, problemas com ruído e gestão de resíduos sólidos também merecem atenção, principalmente no contexto mundial atual que aponta para necessidade das cidades se prepararem para as mudanças climáticas e ambientais do futuro próximo.

Por último, os indicadores que merecem atenção imediata para o desenvolvimento sustentável de Vitória são aqueles que se referem aos temas de Segurança Pública e Mobilidade Urbana, que aparecem na cidade como destaques negativos tanto na avaliação quantitativa feita por meio da coleta de indicadores, como na avaliação dos cidadãos por meio da pesquisa de opinião pública.

A seguir apresentamos uma síntese dos principais resultados deste exercício com os indicadores e pesquisa com a população. Para alinhar nossa leitura com as soluções propostas a seguir, já separamos os temas de acordo com os resultados obtidos: primeiro apresentamos "os grandes valores de Vitória"; em seguida apresentamos os temas destacados como amarelo, que indicam "em que Vitória pode melhorar"; finalmente, falaremos a respeito dos "temas críticos de Vitória".

“Os grandes valores de Vitória”

Vitória se destaca em diversos temas por seus excelentes indicadores relativos à sustentabilidade urbana e ambiental, assim como à governança e transparência.

Uso do Solo e Ordenamento Territorial

- **92,72** hectares de espaços públicos de recreação por 100 mil habitante
- Apenas **3,75%** Das moradias não respeitam os padrões de habitabilidade
- A cidade tem um **plano diretor** legalmente implementado e em fase de revisão

Água

- **23,7h/dia** de continuidade do serviço de água
- **100%** de moradias com ligações domiciliares à rede de água
- **97%** das amostras de água em um ano que atendem às normas nacionais de qualidade da água potável

Energia elétrica

- **99,4%** dos domicílios ligados à energia elétrica
- Apenas **1,31** interrupções por cliente ao ano com duração média de **4,51 horas** por cliente
- **2.656 kWh/domicílio/ano** consumo anual residencial de eletricidade

Gestão Pública Moderna

- Existência de um **sistema eletrônico** que mede os avanços e resultados da gestão municipal de contas e um sistema aberto ao público que divulga as chamadas para concursos e os resultados das licitações públicas
- **Indicadores de desempenho** e metas com acompanhamento periódico, e seus resultados são incorporados ao orçamento

Esgoto

- **72,61%** de águas residuais tratadas conforme as normas nacionais
- **78,8%** de moradias com ligação domiciliar ao sistema de esgoto

Saúde

- **13,34** é taxa de mortalidade de menores de 5 anos
- São **1.480** médicos por 100 mil habitantes
- **76,28** anos é a esperança de vida ao nascer
- **649,1** leitos de hospital por 100.000 habitantes

Gestão Pública Participativa

- A cidade tem um **Plano Plurianual** de 4 em 4 anos
- Pelo menos 40% da remuneração do pessoal incorpora os resultados de uma avaliação baseada em um **sistema de indicadores de desempenho**
- Mais de uma sessão pública de **prestação de contas** por ano

Dívida

- Menos de **30%** de passivos contingentes como porcentagem da receita própria
- **4,6%** é o coeficiente do serviço da dívida seguinte

Conectividade

- **117,3** assinaturas de telefones móveis por 100 habitantes
- **25,07** assinaturas de internet banda larga fixa por 100 habitantes
- **118,7** assinaturas de Internet de banda larga móvel por 100 habitantes

Água

A Companhia Espírito Santense de Saneamento - CESAN), companhia estadual, é responsável pela captação, tratamento e distribuição de água no município de Vitória, tendo a concessão do abastecimento de água na Região Metropolitana de Vitória por um prazo de 50 anos.

O Sistema Integrado de Produção de água para o Município de Vitória abrange as bacias hidrográficas do Rio Jucu (Estações de Tratamento de Água - ETAS Vale Esperança e Cobi) e Santa Maria da Vitória (Estração de Tratamento de Água - ETA Carapina) que são responsáveis, respectivamente, por 61% e 36% do abastecimento da Grande Vitória. Os sistemas Santa Maria e Jucu possuem juntos 36 Reservatórios, 115 estações elevatórias e quatro milhões de metros de rede de água.

As bacias hidrográficas que abastecem Vitória abrangem territórios de 10 municípios do Espírito Santo e três microrregiões (central serrana, sudoeste serrana e metropolitana), totalizando cerca de 10% do território do estado. Essas bacias devem ser consideradas no planejamento regional e gestão dos serviços de saneamento ambiental, posto que estabelecem relações com a quantidade e qualidade das águas, tanto as de adução para tratamento e consumo humano e industrial, quanto as das praias e as necessárias à manutenção dos ecossistemas.

O sistema de abastecimento de água em Vitória atende a quase totalidade da população (99,3%, segundo o censo do IBGE 2010), dentro dos padrões de potabilidade estipulados pelo Ministério da Saúde.

Nos últimos anos a CESAN tem realizado importantes investimentos em saneamento em todo o Estado do Espírito Santo. Entre os anos de 2003 e 2010 foram investidos R$ 1,01 bilhão e para o período 2011-2015 estão sendo investidos mais R$1,02 bilhão. Deste total, R$ 400 milhões estão sendo investidos em obras no Município de Vitória. Com estes investimentos, ocorreu uma redução de 93% da intermitência no abastecimento de água no município de Vitória.

A universalização dos serviços de infraestrutura de abastecimento de água potável em curto prazo pode ser uma realidade. Entretanto a garantia de tarifas acessíveis a todos, bem como a transparência sobre a tarifação são alguns dos desafios colocados para a municipalidade e para a região metropolitana e sua resolução passa por outro desafio que é a proposta de implantação de agência reguladora que englobe os serviços de saneamento ambiental, já prevista no plano estratégico da cidade de Vitória - Agenda Vitória 2008-2028.

Em Vitória há um saldo hídrico para atendimento até 2030. Esse indicador aponta pra o futuro do abastecimento da Grande Vitória porque ele posiciona que na atual condição hídrica de abastecimento e baseado no aumento da demanda, sem considerar investimentos para ampliação do sistema e busca de outras tecnologias, é possível garantir independência hídrica para o abastecimento nos próximos 15 anos. Ou seja, Vitória tem garantida a captação de áagua até o ano de 2030, tempo suficiente para que possam ser planejadas ações de recuperação hídrica e investimentos em soluções alternativas.

Paralelamente à resolução das questões estruturais do sistema de abastecimento, é necessário também empenhar esforços para a conscientização ambiental por meio de programas educacionais e informativos que atentem à população para o uso racional da água, questão que vem tomando destaque no Brasil devido aos eventos climáticos observados nos anos recentes.

O diagnóstico da área indica que as principais áreas de ações futuras para o abastecimento de água devem se concentrar em propostas que envolvam a questão metropolitana, atentando para a questão da preservação dos mananciais que garantirão a captação futura.

O excelente sistema de captação, tratamento e distribuição de água em Vitória é bem avaliado pela grande maioria da população, aparecendo com destaque como uma política pública muito positiva do município. Não apenas o serviço é universalizado, como também apresenta baixos índices de intermitência e oferece uma boa qualidade da água tratada durante o ano todo. Investimentos públicos continuam sendo feitos para garantir que o abastecimento atenda as demandas atuais e futuras mantendo a mesma qualidade do serviço prestado, mesmo com os resultados positivos apresentados.

Em comparação às Cidades Pares ICES brasileiras e latino americanas (Florianópolis, João Pessoa, Pereira e Mar del Plata), Vitória apresentou o melhor resultado no tema da água, sendo a única cidade na comparação que não apresentou nenhum indicador relativo a este tema amarelo ou vermelho.

Esgotamento Sanitário e Drenagem

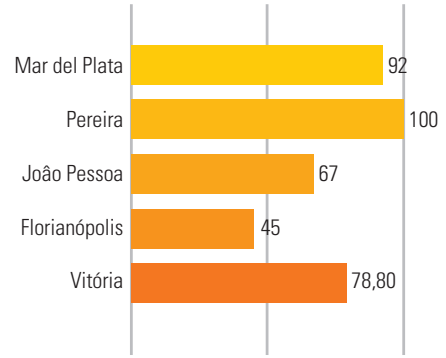
A companhia estadual CESAN, também é responsável pelo sistema de coleta e tratamento de esgotamento sanitário do município de Vitória, tendo a concessão para os próximos 50 anos. Os investimentos em drenagem urbana têm a responsabilidade compartilhada entre o governo do estado e prefeitura municipal, recebendo investimentos de ambas instâncias de governo.

A rede de esgotamento sanitário de Vitória tem sido significativamente ampliada nas ultimas gestões e já está alcançando um estágio bastante avançado de cobertura na cidade. As ações da Prefeitura Municipal têm como objetivo a universalização do serviço, visando à ligação de 100% dos domicílios ao sistema, cuja capacidade de tratamento já contempla toda a quantidade de esgoto gerado pelo município.

Nos últimos anos, houve uma sensível ampliação da rede instalada (79% em 2013 com expectativa de se atingir 100% em 2015). Entretanto, o número de domicílios ligados à rede de esgoto (78,8%) ainda precisa ser ampliado, sendo este um desafio a ser superado para a universalização do atendimento. Este desafio deve-se à existência de um grande número de habitações subnormais, sendo que a Prefeitura Municipal tem feito investimentos para universalizar as ligações nos bairros mais carentes, com perspectivas de alcançar o percentual de 100% dos domicílios ligados à rede de esgoto em 2015.

Em comparação às Cidades Pares ICES, Vitória apresentou o melhor resultado no tema esgotamento sanitário e drenagem, sendo a única cidade na comparação que não apresentou nenhum indicador relativo a este tema amarelo ou vermelho. Vale notar que, apesar de Vitória ainda apresentar percentuais de ligação domiciliar do esgotamento sanitário abaixo das cidades pares latino-americanas, na comparação com as cidades pares brasileiras – João Pessoa e Florianópolis – os resultados de Vitória são muito superiores.

Moradias com ligação domiciliar ao sistema de esgoto (%)



Fonte: Dados Prefeitura Municipal de Vitória – elaboração Instituto Pólis

O sistema de macrodrenagem da cidade de Vitória tem sido alvo de muitos investimentos do Estado nos últimos anos. As obras de drenagem urbana realizadas pelos governos do estado e municipal conseguiram reverter as intensas enchentes comuns no passado, já não havendo ocorrência de enchentes há 10 anos na cidade.

Há, ainda, apenas ocorrências de alagamento de vias públicas, as quais vêm sendo reduzidas com as grandes obras de macrodrenagem previstas no Plano Diretor de Macro Drenagem. O sistema de drenagem escoa as águas em cerca de 2 horas.

Em 2013 foi registrado um evento climático com chuvas que foi classificado pelo Incaper (Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural) como o pior enfrentado pelo Estado do Espirito Santo desde que iniciaram os registros meteorológicos. A Cidade de Vitória sofreu com alagamentos neste período, mas os efeitos da chuva não chegaram a ser caracterizados como enchentes, pois o sistema de macrodrenagem implantado foi eficiente e não permitiu que a situação se agravasse[1].

[1] As enchentes são caracterizadas por fenômenos de transbordamento dos rios devido à elevação do nível d'água dos rios, resultante de precipitações sobre a bacia. Este fenômeno é natural, mas é agravado pela urbanização, que promove a impermeabilização das áreas urbanas, aumentando o escoamento superficial e, consequentemente, o volume de água que chega aos rios. Os sistemas de macrodrenagem buscam interferir neste processo. Os alagamentos, por sua vez, são ocasionados pelo acúmulo de água na superfície urbana e, na maioria das vezes, ocorrem por falhas no sistema de microdrenagem.

Energia

No Brasil, a distribuição de energia elétrica e o fornecimento de gás natural são de competência estadual e, atualmente, no estado do Espírito Santo são realizados por empresas concessionárias privadas. Tal fato limita muito o raio de ação do município dentro deste tema.

O operador do sistema elétrico da cidade de Vitória é o Grupo EDP Escelsa, empresa concessionária de serviços públicos de energia elétrica, que atua em 70 dos 78 municípios do Estado do Espírito Santo.

Hoje, o fornecimento de energia elétrica está praticamente universalizado, atingindo quase a totalidade dos domicílios de Vitória, com 99,4% dos domicílios ligados à energia elétrica. O padrão de serviço oferecido é ótimo, com pouquíssimas interrupções ao longo do ano, com uma média de apenas 1,31 interrupções por cliente ao ano.

Existem leis municipais voltadas para eficiência energética (instalação de sistema de fornecimento de energia solar em imóveis próprios municipais e Programa de Incentivos ao Uso de Energia Solar nas Edificações Urbanas). Além da legislação existente, o município tem tomado importantes iniciativas voltadas para a eficiência energética, como no caso da iluminação pública da cidade, e iniciou discussões sobre a implementação de formas alternativas renováveis de geração de energia elétrica para o futuro próximo.

Entretanto, é importante observar que o Estado do Espírito Santo tem apresentado o maior crescimento no consumo de energia do sudeste brasileiro. Neste contexto, há grande potencial para implementação de ações voltadas para a eficiência energética da iluminação pública e dos prédios públicos. Neste sentido, o município aderiu a programas federais para troca de iluminação pública a fim de torná-la mais eficiente.

Atualmente, o município de Vitória não gera energia renovável. No entanto, há possibilidades futuras, como o aproveitamento energético dos resíduos sólidos urbanos dentro do consórcio metropolitano de tratamento dos resíduos sólidos; a instalação de painéis fotovoltaicos para geração distribuída na implantação do programa Redes Inteligentes (“smart grid”) pela Escelsa; ou a instalação de geradores eólicos tanto em terra (“on shore”) como em locais adequados da plataforma continental (“off shore”).

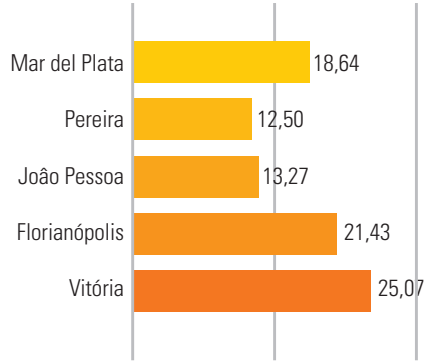
Apesar da qualidade do serviço energético atual em Vitória, a questão da produção de energia renovável e a temática da eficiência energética apresentam-se como importantes ações futuras que podem ser desenvolvidas.

As ações de geração de energia renovável, como o aproveitamento energético dos resíduos sólidos urbanos que já estão sendo discutidas pela Prefeitura no âmbito do Plano de Saneamento Municipal. A prefeitura também já está começando a executar um programa para melhoria da eficiência energética futura com a troca de lâmpadas utilizadas para iluminação pública.

Conectividade

Em comparação às Cidades Pares ICES, Vitória, apresentou o melhor resultado no tema da conectividade A internet banda larga já atende 25% da população, com grande potencial de expansão, seguindo uma tendência nacional. Um aspecto interessante desse cenário é o fato de, em valores absolutos, haver mais assinaturas de telefones celulares do que pessoas na cidade, o que mostra que alguns cidadãos têm mais de um aparelho..

Assinaturas de Internet de banda larga fixa (por 100 habitantes)



Fonte: Dados Prefeitura Municipal de Vitória – elaboração Instituto Pólis

Diante dos bons índices de conectividade da cidade, percebe-se que uma área de possível atuação futura seriam os serviços públicos de telecomunicação, como, por exemplo, a oferta de acesso à internet pública. Em realidade, a

Prefeitura, por meio de sua rede MetroVix, já disponibiliza serviços de internet sem fio gratuita em alguns pontos da cidade.

Existe, ainda, um setor na gestão municipal que trabalha com o desenvolvimento na área da informação e conectividade e que tem desenvolvido planejamentos para importantes avanços desta área no município. Este setor foi responsável pela implantação no município do sistema de fibra ótica que abrange toda a cidade.

Na área da saúde, o município é responsável pelo atendimento básico e programa de saúde da família. Nesse âmbito, a cidade já utiliza o prontuário eletrônico – online. Por meio desse sistema o cidadão pode ser atendido em qualquer posto de saúde da cidade, sendo que o médico terá todas as informações sobre a saúde desse paciente disponibilizada online. Foi implantado ainda, o atestado médico informatizado que acabou com fraude em relação à expedição desse tipo de atestado.

Para melhorar a eficiência da administração pública, está se elaborando uma série de medidas ainda, que buscam aproximar o governo municipal de empreendedores através de sistemas de informação, de forma que a prefeitura possa apoiar as empresas e ao mesmo tempo ter mais controle sobre a cobrança de tributos e serviços.

Uso do solo e ordenamento territorial

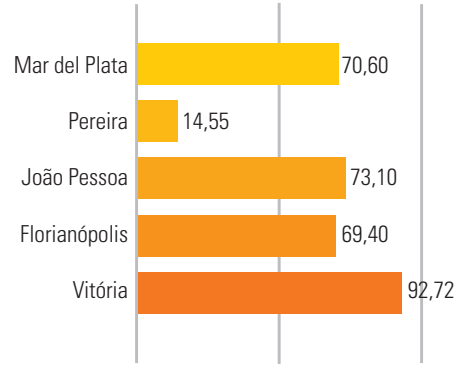
Envolto pela Baía de Vitória e pelo estuário formado pelos Rios Santa Maria, Marinho, Bubu e Aribiri, o município apresenta ilhas, encostas, enseadas, mangues e praias, elementos de grande apelo paisagístico. Vitória é formada por um arquipélago composto por trinta e quatro ilhas e por uma porção continental. A cidade administra ainda a Ilha de Trindade e as Ilhas Martim Vaz, a 1.100 km da costa.

Grande parte da extensão territorial do município está compreendida em uma ilha flúvio-marinha principal, a Ilha de Vitória e, junto com outras ilhas e com a porção continental que formam a capital, Vitória tem cerca de 98,2 km². Devido às características físicas do sítio, todos seus habitantes estão distribuídos em uma mancha urbana de 53,9 km², o que resulta numa densidade de 6.081 habitantes por km², representando 20% da população metropolitana (cerca de 50 % da população do Estado) em 5% do seu território. Originalmente, eram 50 as ilhas que compunham o sítio, muitas das quais foram agregadas por meio de aterros à ilha maior.

Cerca de 40% do território municipal é constituído por morros e morrotes de vertentes íngremes limitando muito a possibilidade de ocupação urbana. Vários aterros propiciaram o crescimento urbano por meio da ampliação de terrenos planos edificáveis, aumentando em cinco vezes o aproveitamento do espaço físico da cidade.

Vitória possui inúmeras áreas verdes, sejam de proteção ambiental, sejam espaços públicos para lazer e recreação, existindo um total de 432 ha de área verde no munícipio. Mesmo que todas as áreas verdes definidas oficialmente como "praças" não sejam todas consideradas como espaços de acesso e usufruto público, Vitória apresenta as melhores relações de espaços públicos por cidadão entre as cidades pares da ICES.

Espaços públicos de recreação (por 100.000 habitantes)



Fonte: Dados Prefeitura Municipal de Vitória – elaboração Instituto Pólis

O município de Vitória foi ocupado primeiramente muito próximo ao chamado maciço central da ilha. A migração interna e a mobilidade das classes sociais de mais alta renda do centro para o mar (ocupação costeira) obedeceu à mesma lógica de ocupação de novas frentes de expansão urbana das principais capitais brasileiras: novas áreas de ocupação impulsionadas pelo uso do transporte individual (carro) gerando novas frentes de exploração imobiliária. Atualmente o bairro Praia do Canto configura-se como a centralidade principal do município de Vitória, com o Jardim da Penha e Mata da Praia se constituindo como subcentros e o Jardim Camburi, depois do aeroporto, reforçando o eixo de expansão a norte.

Em Vitória a primeira frente de expansão imobiliária se deu na direção leste, junto à frente costeira. A ocupação do eixo sul apresenta dificuldade de mobilidade por conta do braço de mar que separa Vitória de Vila Velha. Já a ocupação industrial de grande porte existente ao norte do município de Vitoria, bem como o litoral de característica rochosa, impede a continuidade da expansão urbana nesta direção de forma constante.

A correlação entre condições habitacionais precárias e renda baixa é notada na comparação entre as regiões administrativas, mas é também perceptível na comparação dos dados entre a ilha e o continente. A ilha concentra maior número de domicílios (68,61%) e é onde a ocupação por população de baixa renda ocorreu de forma mais intensa. A ocupação se deu no entorno do Maciço Central, em áreas ambientalmente frágeis, que não interessavam ao mercado imobiliário formal pelas dificuldades que a verticalização em encostas apresenta e também, e principalmente, pelas regras de uso do solo que impõem restrições à ocupação a partir de determinada cota de declividade.

A expansão da área urbana tem sido controlada e seu principal instrumento de ordenamento territorial que estabelece as regras para o crescimento da cidade é o Plano Diretor Urbano – PDU. O primeiro Plano Diretor Urbano de Vitória foi instituído em 1984 e a versão atual, de 2006 (Lei Municipal 6.705/06), já incorpora os instrumentos urbanísticos do Estatuto das Cidades e está em fase de revisão para ser atualizado.

A partir da Lei no. 4167/94 (PDU de Vitória), de 27 de dezembro de 1994, a área urbana passou a abranger todo o território de município, e desde então, a definição de território não sofreu qualquer alteração, assim, atualmente, não há taxa de crescimento anual da malha urbana dentro do território municipal.

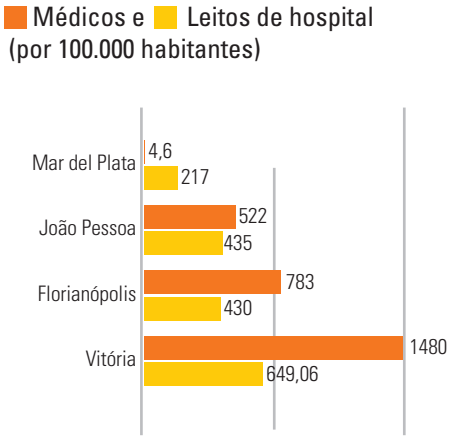
O Plano de Uso do Solo está vinculado ao PDU de 2006 e incorpora em seu escopo normas de uso, ocupação e parcelamento do solo. O Capítulo I trata Do Uso do Solo Urbano. Segundo a legislação, as normas e diretrizes quanto ao uso e ocupação do solo estão contempladas no Anexo 8 da lei que define as zonas de uso e a classificação por atividades. Em relação às questões ambientais, áreas do município foram definidas como Zonas de Proteção Ambiental (ZPA 1,2 e 3), compostas por ecossistemas de interesse para a preservação, conservação e desenvolvimento de atividades sustentáveis e definidas em função das necessidades de proteção integral e dos diferentes graus de uso sustentável permitidos.

Em 1984 foi criado o Conselho Municipal do Plano Diretor Urbano – CMPDU, como órgão consultivo do Poder Executivo para matérias de natureza urbanística e de política urbana, sendo responsável pelo acompanhamento permanente da implementação das normas estabelecidas pelo PDU. Composto por representantes do poder público, sociedade civil e moradores de todas as regiões administrativas da cidade é o mais antigo da Grande Vitória. O PDU de 2006 propôs a criação do Sistema Municipal de Planejamento e Gestão Urbana composto pelos órgãos responsáveis pelo planejamento e gestão do território urbano.

Saúde

Vitória acumula ótimos indicadores de saúde como a elevada esperança de vida ao nascer e baixas taxas de mortalidade infantil, diferenciando-se do país, que ainda apresenta muitos problemas em relação a este indicador. Vitória apresenta um valor de esperança de vida ao nascer superior á média do país (73,5 anos).

A relação de médicos e leitos hospitalares por habitante é considerada excelente no município demonstrando que o serviço público e privado de saúde dá boa resposta às necessidades dos cidadãos. O enorme número de leitos de Vitória deve-se ao seu papel de centro de referência estadual, e particularmente para a região metropolitana. Em relação ao número de médicos e leitos hospitalares por 100 mil habitantes, Vitória apresenta resultados muito superiores aos apresentados pelas cidades pares ICES.



Fonte: Dados Prefeitura Municipal de Vitória – elaboração Instituto Pólis

A cobertura da população de Vitória por planos de saúde é de mais de 70%. Quase dois terços desta cobertura são oferecidos por empresas empregadoras. Mesmo assim, uma parte expressiva da população está acessando os serviços oferecidos pelos planos ao mesmo tempo em que utilizam o SUS - Sistema Único de Saúde.

A administração mantém um claro compromisso com a implementação do SUS – Sistema Único de Saúde - e o fortalecimento da Estratégia da Saúde da Família, tanto ampliando a cobertura da população pelas Equipes de Saúde da Família e de Saúde Bucal, que já é das mais altas entre as capitais – 80% e 65% respectivamente. O governo municipal está ainda introduzindo equipes de NASF – Núcleos de Apoio à Saúde da Família, que não havia nas gestões anteriores em Vitória.

Um dado que a administração municipal apresenta, com satisfação, é o do IDSUS – Índice de Desempenho do SUS. Ele foi construído em 2012 pelo Ministério da Saúde com 24 indicadores, buscando produzir "uma aferição contextualizada do desempenho do sistema de saúde, avaliando o acesso e a sua efetividade". Os municípios foram divididos em 6 grupos. Os municípios do Grupo 1 são os que apresentam melhor infraestrutura e condições de atendimento à população. Apenas 29 municípios entraram neste grupo, entre eles 21 capitais. No Espírito Santo, apenas Vitória faz parte dele, possuindo o melhor IDSUS, de 7,08. Os maiores destaques em Vitória estão nos indicadores de acesso e qualidade da atenção básica.

Gestão pública participativa

As gestões públicas contemporâneas se pautam, mesmo que parcialmente, pela participação dos cidadãos desde o planejamento das ações, da consulta sobre as prioridades a serem adotadas, à definição de recursos para as áreas a serem contempladas, até o acompanhamento da execução dos gastos públicos.

A Prefeitura Municipal de Vitória tem feito um importante esforço, através da Secretária de Gestão Estratégica, para a construção de uma política de Gestão Compartilhada que tem como princípios, gabinete itinerante que, por meio de audiências, realiza escuta à população e; planejamento estratégico. Neste contexto foram implantados diversos serviços. O Gabinete online foi criado como um canal de participação virtual destinado às pessoas que precisam expor os problemas enfrentados e não têm condições de participarem presencialmente. Adicionalmente, existem ainda canais de comunicação entre a gestão e os cidadãos como as redes sociais (Facebook; twitter; instagram e whatsapp).

Assegurada pelo Art. 54 da Lei de Responsabilidade Fiscal, há em Vitória, no mínimo três sessões públicas por ano, ao final de cada quadrimestre, para apresentação do Relatório de Gestão Fiscal para que a população possa ter contato com a gestão orçamentária municipal. As apresentações dos Relatórios são precedidas de ampla divulgação para que a população possa ter conhecimento de quando e onde vai ocorrer e desta forma poder participar ativamente.

Existem ainda, na cidade, 26 Conselhos Municipais que discutem e tomam decisões periodicamente sobre as políticas públicas desenvolvidas pela gestão municipal.

Gestão pública moderna

A Prefeitura de Vitória conta com vários instrumentos que contemplam uma gestão pública moderna. Um exemplo importante da moderna gestão de Vitória é a remuneração do pessoal baseada em sistema de indicadores de desempenho. Com a implantação do Sistema de Avaliação de Desempenho no Município de Vitória, os servidores efetivos do município passaram a ser avaliados por suas competências, conforme estabelecido por Lei Complementar Municipal, utilizada para fins de aquisição da estabilidade no serviço público, conforme o art. 41 parágrafo da Constituição Federal.

O site do governo publica informações de forma transparente sobre as mais diversas áreas da atuação pública, inclusive a de finanças, o que permite à população conhecer o planejamento das ações da prefeitura e discutir sobre elas nos canais de participação existentes. A transparência das contas municipais possibilita aos cidadãos acessarem as receitas e despesas do governo e, portanto, um importante instrumento para a cidadania.

A cidade possui um orçamento planejado por quatro anos, baseado no Plano Plurianual – PPA, lei que define as prioridades do Governo pelo período de 4 (quatro) anos. Em Vitória, há vasta abrangência dos conteúdos integrantes do plano plurianual, ou seja, o estabelecimento, de forma regionalizada, das diretrizes, objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

Através do site da Prefeitura de Vitória é possível acessar o link Portal da Transparência, que também dá acesso ao Portal de Compras, Editais e Licitações, onde se obtêm informações

sobre as compras e licitações, inclusive de pregões eletrônicos e presenciais que estão ocorrendo. O sistema permite aos cidadãos e empresas se informarem sobre os procedimentos e quando vão ocorrer os processos licitatórios, o que amplia a possibilidade de participação de todos.

Em comparação às Cidades Pares ICES, Vitória apresentou no tema Gestão Pública Moderna os melhores resultados, sendo o único município com todos indicadores verdes. Este fato deve-se ao empenho da gestão municipal atual em empreender uma gestão com planejamento e monitoramento através de indicadores de resultado.

Vale destacar, ainda, o papel da Controladoria Geral do Município – CGM, que exerce um importante controle interno de toda a gestão municipal, por meio de mecanismos que visam à garantia da aplicação dos recursos públicos em conformidade com os bons princípios da administração pública e com a legislação vigente.

Esse conjunto de instrumentos permite à população conhecer o planejamento das ações da prefeitura, ter um quadro motivado de funcionários e uma população informada a respeito do andamento das políticas públicas.

Dívida

O balanço das contas de Vitória demonstra que sua situação em relação à dívida pública é bastante segura, o que significa um bom controle sobre os cofres da cidade. Os passivos da dívida municipal estão dentro de níveis bastante seguros em relação à receita da cidade e seu coeficiente de serviço se mantém baixo.

O coeficiente do serviço da dívida em relação às receitas próprias do município, segundo dados da Prefeitura de Vitória em - 2013 foi de 4,6%, portanto dentro dos melhores padrões de classificação desse item. A série histórica deste indicador, desde 2010 apresentou constância neste padrão positivo, mostrando que este resultado positivo está consolidado no município.

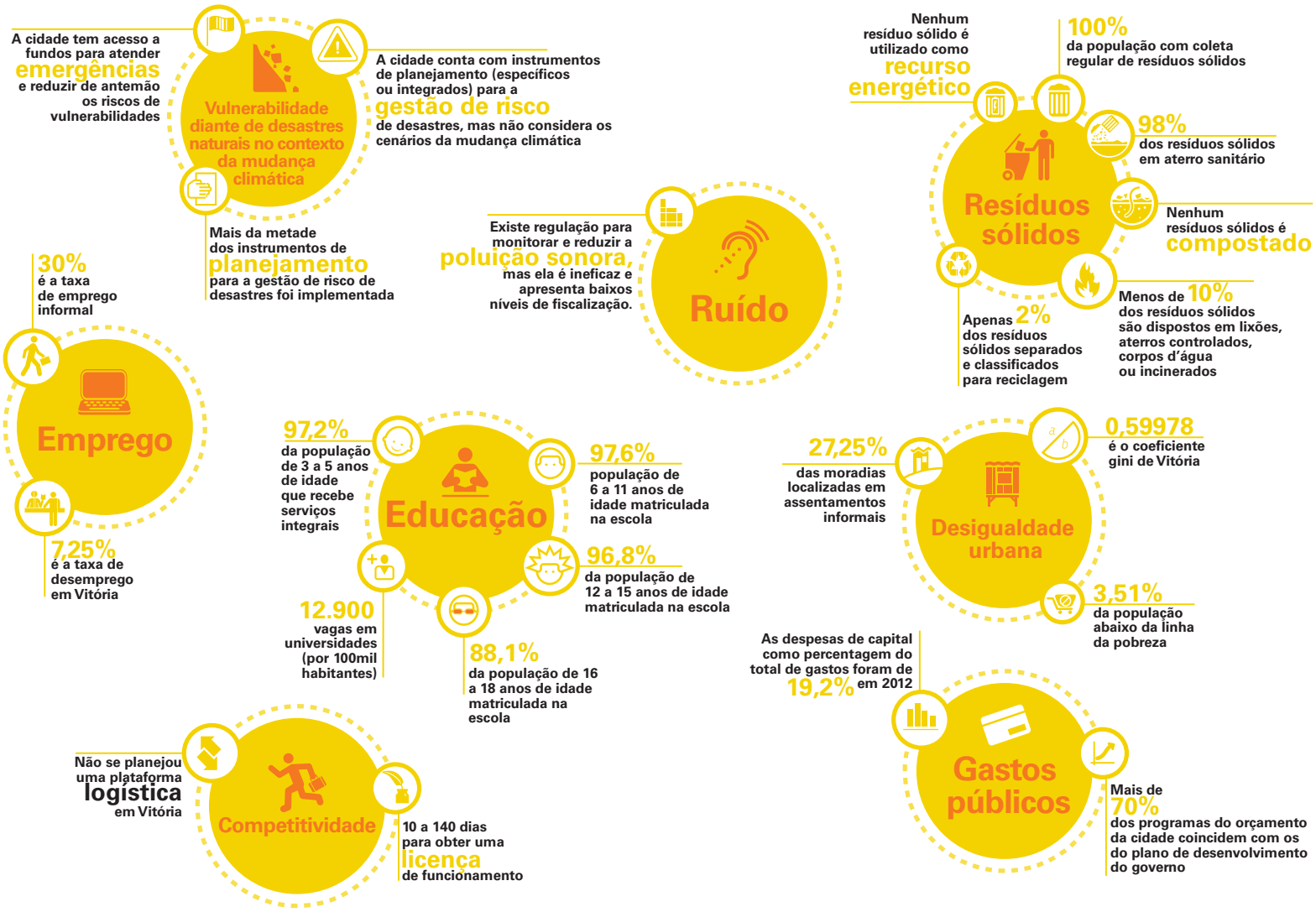
Coeficiente do serviço da dívida

2010	2011	2012	2013
5,1%	5,7%	7,0%	4,6%

Fonte: Secretaria Municipal de Fazenda – SEMFA.

Contudo, apresentar baixos valores de dívida contratada nem sempre significa que a situação deve permanecer assim, o governo local de Vitória têm uma ampla margem para obter financiamentos através de operações de crédito, que deve ser utilizado para garantir o maior investimento nos temas priorizados a curto, médio e longo prazo. Assim, para o tema da dívida, o diagnóstico aponta para a possibilidade de ações de estudo sobre a consecução de financiamentos que poderão ser obtidos pelo município para a execução de políticas públicas, possibilitado pela condição atual da dívida do município.

O que em Vitória merece atenção e pode melhorar!



Uma variedade de temas em Vitória foram diagnosticados como amarelos e serão aprofundados a seguir. A composição de variáveis que formam os indicadores destes temas obtiveram resultados regulares para alguns itens e insatisfatórios para outros, resultado um tema classificado como amarelo no cômputo geral. Nesses casos os resultados negativos alertam para temas que necessitam de melhorias, questões ainda não resolvidas de maneira adequada ao desenvolvimento sustentável do município, mas que não apresentam ainda situações graves. Tais ressalvas devem pautar discussões da gestão pública e da sociedade desde o planejamento até a definição de recursos para implementação de programas e ações das áreas abordadas a médio e longo prazo.

Educação

A área de educação é muito bem estruturada em Vitória, atraindo inclusive usuários de municípios vizinhos que buscam vagas no município de Vitória. A média de anos de estudo em Vitória é uma das mais altas do país, chegando a 10,4 anos.

O município de Vitória possui alguns indicadores de educação bastante favoráveis, apresentando o segundo melhor índice de Desenvolvimento Humano - IDH-E (dimensão educação do IDH Municipal) entre os 81 municípios com mais de 300 mil habitantes do país (inclusive todas as capitais estaduais). A capital capixaba também apresentou-se como um dos cinco municípios brasileiros com índice 'muito alto' de desenvolvimento em educação.

Observa-se em Vitória um fato curioso e diferenciado em relação ao resto do Brasil. Existe uma ampliação da procura por vagas no ensino público pelas famílias de classe média em função da melhoria da qualidade do serviço prestado. O índice de reprovação por Regiões também tem indicado melhoras nos últimos anos.

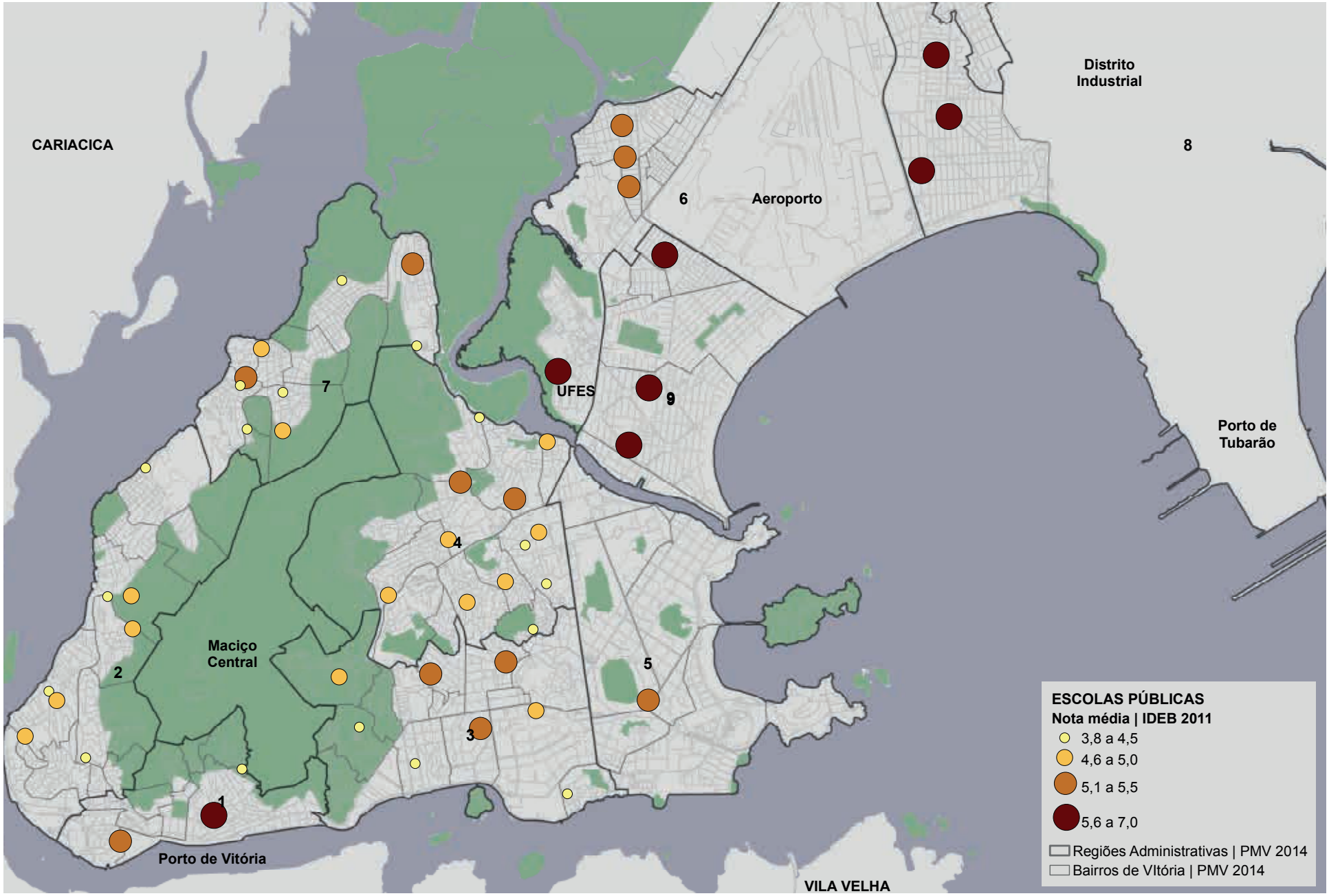
Vitória apresenta-se, então, como ilha de excelência na política pública de educação. Contudo, enfrenta um desafio importante, pois os bairros limítrofes com outros municípios apresentam uma demanda das cidades vizinhas para as escolas de Vitória. A postura da Prefeitura municipal diante deste fato é de não impedir o atendimento mesmo quando se verifica o fato dos alunos morarem em outras cidades. Entretanto, esta posição cria um risco importante para o tema, que precisa disponibilizar cada vez um número maior de vagas para atender seus munícipes e os municípios do entorno. Neste sentido, é fundamental que se faça uma discussão metropolitana sobre a questão da educação, buscando alternativas integradas entre os municípios e, também, o envolvimento do governo estadual.

Por outro lado, a cidade apresenta diferenças socioterritoriais que se refletem diretamente nos indicadores educacionais, e que acabam contribuindo para a reprodução de desigualdades territoriais existentes. O reflexo de problemas na área da educação podem ser observados nos resultados da avaliações da Prova Brasil e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB por escola, que apresentam resultados muito diferenciados de acordo com a região dos alunos. O diagnóstico da área sugere que o enfrentamento das desigualdades territoriais na questão educacional seja a principal linha de ação futura.

Na comparação no tema Educação com as Cidades Pares ICES, Vitória que foi o único município que não obteve vermelho no resultados individuais das variáveis que compõem o tema. No entanto, na variável que refere-se ao número de matriculas entre crianças e adolescentes, em idades de 6 a 15 anos, não apresentaram resultados tão satisfatórios em relação ao benchmark estabelecido na metodologia, resultando em um indicador amarelo para o tema, ainda que em comparação as outras cidades a Educação em Vitória se apresente mais satisfatória.

	Vitória	Florianópolis	João Pessoa	Pereira	Mar del Plata
Taxa de alfabetismo entre os adultos	97%	98%	90%	94,90%	98%
Porcentagem da população de 3 a 5 anos de idade que recebe serviços integrais de desenvolvimento infantil pré-escolar	97,20%	72%	32%	72%	90%
Porcentagem da população de 6 a 11 anos de idade matriculada na escola	97,60%	88,60%	81,17%	96%	N/D
Porcentagem da população de 12 a 15 anos de idade matriculada na escola	96,80%	88,60%	99,52%	83%	91,00%
Porcentagem da população de 16 a 18 anos de idade matriculada na escola	88,10%	90,90%	83,75%	48%	75,00%
Vagas em universidades por 100.000 habitantes	12.900	2.722	4381	41%	5.134

Fonte: Dados Prefeitura Municipal de Vitória – elaboração Instituto Pólis



1 – Centro, 2 – Santo Antônio, 3 – Jucutuquara, 4 – Maruípe, 5 – Praia do Canto, 6 – Goiabeiras, 7 – São Pedro, 8 – Jardim Camburi e 9 – Jardim da Penha I Fonte: IDEB, 2011 – elaboração Instituto Pólis

Gestão de Resíduos Sólidos

A Secretaria Municipal de Serviços (Semse) é responsável pela execução, gerenciamento e fiscalização dos serviços de limpeza pública no município de Vitória. A SEMSE executa os seguintes serviços: coleta seletiva, coleta de lixo domiciliar, coleta de lixo hospitalar, varrição de ruas e lavagem de ruas e escadarias, mutirões de limpeza, limpeza de feiras livres, limpeza da Baía de Vitória e estações Bota-Fora.

A coleta de resíduos sólidos domiciliares em Vitória foi universalizada e quase a totalidade dos resíduos sólidos urbanos (98%) produzidos em Vitória é encaminhada para um aterro sanitário, com uma boa vida útil remanescente (20 anos), localizado no município de Cariacica, município vizinho da Grande Vitória. A disposição dos resíduos sólidos de Vitória é feita no aterro da empresa Marca Ambiental, com área total de 2.207.255 m².

Quando avaliados os indicadores do tema, o resultado mostra-se satisfatório. No entanto problemas com a disposição dos resíduos e baixos índices de reciclagem foram citados pela população do município e refletem as diretrizes determinadas no novo marco legal da política nacional.

A Pesquisa de Percepção Cidadã apontou que 44% dos entrevistados relataram que muitos resíduos são deixados para trás durante este processo. Ademais, apesar de não ocorrer disposição de resíduos em lixões ou aterros controlados em Vitória, o descarte irregular de resíduos sólidos domiciliares pela população é um problema sério a ser equacionado.

Além disso, a compostagem e o aproveitamento energético de resíduos não existe no município, e a separação e classificação para o processo de reciclagem apresenta uma porcentagem muito baixa com relação à totalidade dos resíduos gerados (apenas 2%).

A prefeitura municipal atualmente está elaborando o plano municipal de saneamento, que inclui o tema dos Resíduos Sólidos Urbanos. Tal planejamento demonstra a preocupação do governo local em discutir novas alternativas e tecnologias para solucionar a disposição final dos RSU de Vitória, mas o tema ainda inspira cuidados que devem refletir-se em políticas de médio e longo prazo.

Outra ação futura fundamental no tema de resíduos sólidos é a reflexão e busca de novas alternativas à disposição integral dos resíduos no aterro sanitário. Além do aterro utilizado atualmente ter uma vida útil determinada, a nova política de RSU do Brasil determina que se reduza significativamente a disposição dos resíduos em aterros.

Em comparação às Cidades Pares ICES, Vitória apresentou um resultado no tema Gestão dos Resíduos Sólidos muito semelhante aos demais municípios, inclusive em comparado às cidades brasileiras. Os resultados vermelhos concentram-se nas questões ligadas à reciclagem, compostagem e aproveitamento dos resíduos para produção de energia limpa, o que revela que esses temas ainda precisam avançar. Esta é uma realidade brasileira, não exclusiva de Vitória, mas com a aprovação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, busca-se um avanço nos resultados dos municípios brasileiros nas ações ligadas ao tema.

Indicador		Unid.	Valor Inicial	Cidades Pares - ICES			
				Florianópolis	João Pessoa	Pereira	Mar del Plata
10	Porcentagem da população da cidade que conta com coleta regular de resíduos sólidos municipais	%	100%	100%	100%	100%	100%
11	Porcentagem de resíduos sólidos municipais da cidade dispostos em aterros sanitários	%	98%	94%	99%	100%	99%
12	Vida remanescente útil das instalações do aterro sanitário	anos	(*) 20 anos	10	15	12	20
13	Porcentagem de residuos sólidos municipais da cidade dispostos em lixões, aterros controlados,corpos d'água ou incinerados	%	<10%	0%	0%	0%	0%
14	Porcentagem de residuos sólidos municipais da cidade compostados	%	0%	1%	1%	0%	0%
15	Porcentagem de resíduos sólidos municipais da cidade separados e classificados para reciclagem	%	2%	5,00%	1,01%	0,20%	9,20%
16	Porcentagem de resíduos sólidos municipais da cidade utilizados como recurso energético	%	0%	0%	0%	100%	0%

(*) Pode ser licenciado para mais 25 anos.

Fonte: Dados Prefeitura Municipal de Vitória – elaboração Instituto Pólis

Qualidade do ar

A Região Metropolitana da Grande Vitória possui uma Rede Automática de Monitoramento da Qualidade do Ar (RAMQAR) administrada pelo Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA). Os dados coletados nas estações de monitoramento da RAMQAR estão relacionados aos seguintes poluentes atmosféricos: Partículas Totais em Suspensão (PTS); Partículas Inaláveis (PM10); Ozônio (O3); Óxidos de Nitrogênio (NOx); Monóxido de Carbono (CO) e Hidrocarbonetos (HC). No sentido de viabilizar a análise da qualidade do ar, também são realizados o monitoramento de parâmetros meteorológicos nestas estações, incluindo Direção e Velocidade dos Ventos, Precipitação Pluviométrica, Umidade Relativa do Ar, Temperatura, Pressão Atmosférica e Radiação Solar. No Município de Vitória existem três estações que fazem parte da RAMQAR: Vitória Centro, Enseada do Suá e Jardim Camburi.

Os padrões de qualidade do ar existentes são considerados bons para todos os poluentes medidos, em que pese alguns eventos regulares registrados anualmente, principalmente nos períodos de outono e inverno, quando há menor precipitação.

Entretanto, é importante observar que os padrões de qualidade do ar observados nestas medições (Resolução CONAMA 03/1990) estão muito defasados se comparados aos parâmetros atuais de qualidade do ar definidos pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como adequados para a saúde humana. Nesse sentido, se levarmos em consideração os padrões de qualidade do ar definidos pela OMS, a concentração de poluentes atmosféricos no Município de Vitória apresenta muitos eventos considerados acima do estabelecido como aceitável.

A diferença nos padrões de análise sugere a necessidade de se estabelecer, em nível estadual e/ou municipal, padrões mais rigorosos de qualidade do ar e, também, dar efetividade aos mesmos com o objetivo de melhor resguardar a saúde e qualidade de vida dos cidadãos que vivem nesta municipalidade.

Ruído

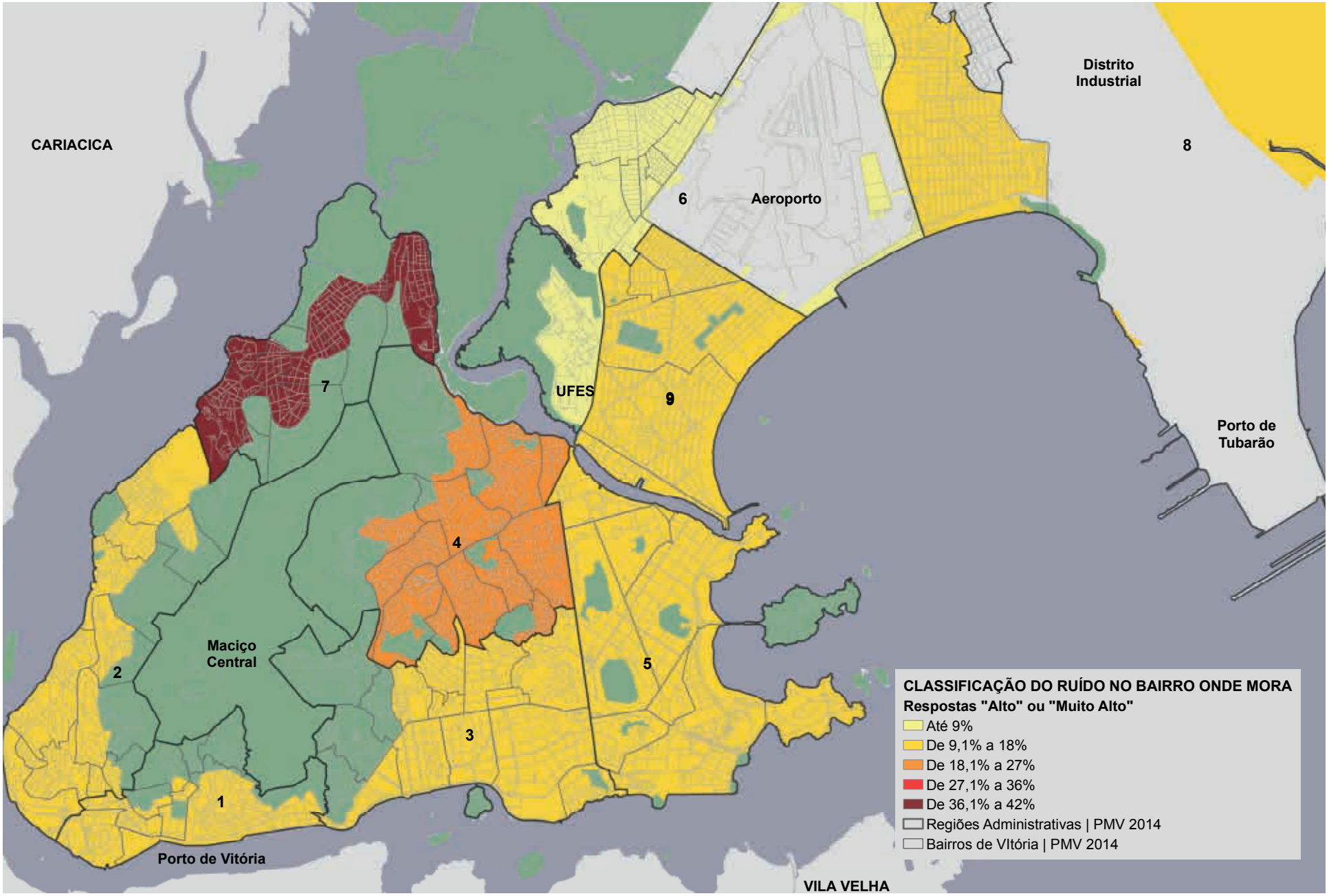
O Município de Vitória possui um sistema estruturado de controle e fiscalização da poluição sonora desde 1998. Este sistema, chamado Disque Silêncio, ligado à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, funciona 24 horas por dia mediante denúncias de perturbação do sossego público. Este serviço trabalha com resposta imediata para a denúncia realizada e os parâmetros adotados são aqueles estabelecidos pela norma brasileira NBR 10.151/2000 e Resolução COMDEMA n. 44/2012, que determina os limites máximos de decibel (dB) permitidos por tipologia de zona definida no Plano Diretor.

Entretanto, apesar de o Disque Silêncio atender cerca de 3 mil denúncias anuais, o cumprimento das normas acústicas fornecido por este tipo de fiscalização é limitado e o monitoramento inconstante. Fundamentalmente, a fiscalização mediante demanda não permite um tratamento amplo da problemática que envolve a poluição sonora em ambientes urbanos e periurbanos.

Para tanto, faz-se necessário desenvolver uma política mais ampla de prevenção, mitigação, monitoramento e fiscalização das fontes de poluição sonora, incluindo, por exemplo, um maior controle na concessão de alvarás para atividades e empreendimentos geradores de ruído, investimentos em tecnologias de monitoramento de ruído, ações de educação ambiental e o estabelecimento de uma rotina de fiscalização, independente de denúncias, em áreas críticas.

Ademais, para que esta política seja efetiva, é importante elaborar um amplo diagnóstico que vá além da base estatística de ocorrências registradas pelo disque silêncio, incluindo uma base de dados espaço temporal sobre a dinâmica das diversas fontes de poluição sonora local. Importante observar que a Pesquisa de Percepção Cidadã ICES evidencia que, apesar de algumas regiões administrativas apresentam níveis maiores de ruídos, a poluição sonora atinge a todas as regiões e segmentos da sociedade de Vitória através de fontes diversas.

Destaque especial pode ser dado para a poluição sonora provocada por fontes de difícil percepção pelo atual sistema de monitoramento e fiscalização, incluindo os ruídos e incômodos provocados pelo trânsito e circulação, por som automotivo e, também, por aqueles ruídos derivados de carros, motos e bicicletas de propaganda.



1 – Centro, 2 – Santo Antônio, 3 – Jucutuquara, 4 – Maruípe, 5 – Praia do Canto, 6 – Goiabeiras, 7 – São Pedro, 8 – Jardim Camburi e 9 – Jardim da Penha I Fonte: Pesquisa de Opinião ICES, 2014, elaboração Instituto Pólis

Vulnerabilidade diante de desastres naturais no contexto da mudança climática

Quando comparado ao cenário nacional, a estrutura que Vitória possui para os riscos da cidade é relativamente boa, pois conta com sistemas de alerta estaduais que têm apresentado eficiência nos últimos eventos ocorridos. A análise realizada nos três Estudos de Base realizadas pela parceira IDOM-Cobrape e desenvolvidas no próximo capítulo dessa publicação, permite uma análise mais aprofundada do tema.

Vitória está incluída no Centro Nacional de Monitoramento de Desastres Naturais - CEMADEN. Estando incluída como cidade monitorada, o município pode ser atendido pelo sistema nacional de alerta apesar de não existir um sistema próprio municipal.

Vitória é uma cidade especialmente sensível às mudanças de nível do mar, face à sua configuração geográfica e geomorfológica. A Prefeitura Municipal de Vitória em conjunto com a Universidade Federal (UFES) desenvolve há vinte anos o PROJETO MAPENCO, que monitora as áreas de risco do município e respaldam tecnicamente a Defesa Civil Municipal em suas ações. Este Projeto elabora onze laudos geológico-geotécnicos por mês. E a Secretaria Municipal de Obras (SEMOB) é responsável, ainda, pelo desenvolvimento de cinco projetos de encosta por mês. Atualmente, estão mapeados, no município de Vitória, 136 setores com risco geológico-geotécnico, sendo que desses, 95 são setores em risco alto e muito alto. Os mapeamentos indicaram 562 domicílios em setores de risco alto e muito alto, e um número de 120 domicílios indicados para remoção por conta do risco.

Os impactos nos setores de drenagem de águas pluviais e esgotos, bem como os riscos associados a esses setores, tais como inundações e problemas de saúde pública associadas aos esgotos, podem ser relevantes nos próximos anos.

Em 2008 foi aprovado em audiência pública o Plano Municipal de Drenagem Urbana, onde foi cadastrada toda a rede de drenagem e produzidos mapas de pontos críticos de alagamento e de vulnerabilidade ao assoreamento das redes.

Existem 98 bacias de drenagem em Vitória. Foram realizadas 29 ações estruturais (obras) levando em consideração os dados produzidos. Para tanto a demandas e as obras foram primeiro simuladas em software (modelo digital).

Em Vitória, existem ainda, três estações de bombeamento que operam 24 horas por dia retirando das galerias as águas das chuvas (Sistema B. República, Sistema Maruípe e Sistema J. Camburi). Os investimentos anuais em manutenção são da ordem de R$ 4,2 milhões. Foram construídos dois reservatórios de amortecimento em Maruípe para complementar o trabalho da estação de bombeamento, com as águas lançadas nos manguezais. Estas obras estão inseridas em um planejamento que prevê aplicação de R$ 235 milhões em drenagem em 29 bacias da cidade, sendo R$ 16 milhões em intervenções já concluídas e R$ 123 milhões em andamento. Há recursos próprios da Prefeitura e dos governos federal (PAC 3) e estadual.

Colocam-se como desafios importantes ainda aumentar a quantidade de projetos a serem elaborados por mês para suprir a necessidade da Prefeitura Municipal, assim como ampliar o número de laudos a serem elaborados por mês, tendo em vista a grande quantidade de processos aguardando a elaboração de laudos. Existe, ainda, a necessidade de readequar a estrutura organizacional da PMV e aumentar a quantidade de profissionais para atendimento da gestão do risco de forma mais eficiente, principalmente na área de fiscalização.

É importante observar que apesar destas medidas que vem sendo tomadas pelo governo local, ainda há falta de gestão de risco integrada, uma vez que são realizadas apenas ações isoladas. Assim, é fundamental também que se incorpore o Mapeamento de Risco no Mapa de Uso e Ocupação do Solo do município, inserindo a definição de resiliência na gestão do risco no município e criando respostas aos munícipes de acordo com a preparação realizada.

Gestão do gasto público

Os gastos correntes nas prefeituras brasileiras, normalmente, superam em muito as despesas de capital porque a prefeitura fundamentalmente é uma prestadora de serviços nas áreas de educação, saúde e, de forma auxiliar, na área da segurança pública o que envolve a contratação de mão de obra.

Os dados de Vitória apontam que mais de 70% dos programas do orçamento incluídos no PPA (Plano Plurianual) coincidem com os planos de desenvolvimento do governo, no entanto o gasto público tem sido objeto de muita preocupação do governo local de Vitória, que tem projeções importantes de perda de receita nos próximos anos.

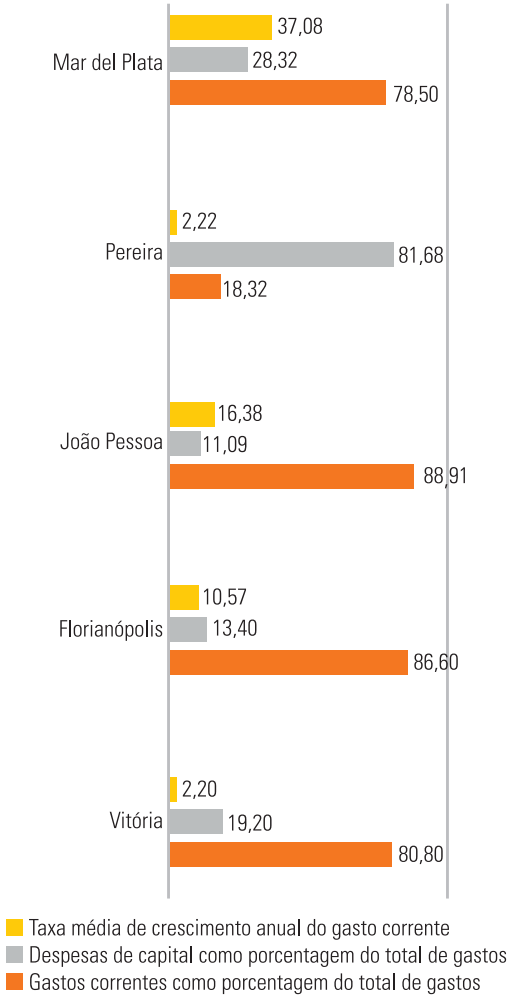
Em Vitória, seguindo a tendência nacional, os gastos correntes como percentagem do total de gastos foram de 90,1% em 2013, percentual maior do que os anos anteriores. Será importante a Prefeitura acompanhar e planejar permanentemente os gastos correntes para que não faltem professores, médicos e que o nível salarial continue atraindo profissionais para a área pública.

Gastos correntes (porcentagem do total de gastos)

2010	2011	2012	2013
80,1%	84,8%	80,8%	90,1%

Fonte: Secretaria Municipal de Fazenda – SEMFA

Gastos correntes como porcentagem do total de gastos



Fonte: Dados Prefeitura Municipal de Vitória – elaboração Instituto Pólis

Em comparação às Cidades Pares ICES, Vitória apresentou no tema Gestão do Gasto Público os melhores resultados, junto com Florianópolis, apresentando todos os indicadores positivos. No entanto, com a diminuição da receita, um grande desafio de Vitória é melhorar a gestão de seus gastos. Este tem sido o principal esforço da secretaria de finanças municipais na gestão atual. Entre os anos de 2012 e 2014 houve uma considerável diminuição nos gastos. Contudo, a maior diminuição dos gastos observada foi em investimento, o que representa um risco importante para o desenvolvimento sustentável do município.

Variação das despesas (PMV)

Variação na Despesa 2013/2012	Global	Part. %	Recursos Próprios	Part. %
Despesa total	-12,6%	100,0%	-9,2%	100,0%
Pessoal	-4,0%	49,9%	-7,6%	51,3%
Custeio	-2,8%	38,9%	-3,0%	38,1%
Investimento	-59,9%	8,0%	-43,9%	7,0%
Serviço da Dívida	36,8%	3,3%	36,8%	3,6%

Fonte: Secretaria Municipal de Fazenda – SEMFA

Ajustar as despesas à realidade da queda de receita nos últimos anos configura-se como a principal ação a ser enfrentada pela Prefeitura de Vitória em curto prazo.

Competitividade da economia

Dentro da estrutura de governança da Prefeitura de Vitória na área de competitividade econômica atua a Companhia de Desenvolvimento de Vitória – CDV, uma empresa pública municipal, pessoa jurídica de direito privado, constituída sob a forma de sociedade anônima e que iniciou suas atividades em 1987. Enquanto instrumento de negócios da Prefeitura Municipal, esta companhia é responsável por analisar conjunturas econômicas, desenvolver estudos e pesquisas, contratar projetos de viabilidade técnica e econômica, com o objetivo de fomentar e desenvolver a economia destas estruturas da cidade em médio e longo prazos. Além da CDV, também atua na área a Secretaria de Desenvolvimento da Cidade – SEDEC que, entre outras atribuições, concede licenciamentos para novos negócios na cidade.

A Secretaria de Turismo, Trabalho e Renda - SEMTRE é responsável pelo desenvolvimento turístico e pela geração de trabalho e renda, sendo um importante indutor do desenvolvimento econômico com inclusão social, desenvolvendo programas de curto, médio e longo alcances, complementando a ação estratégica da CDV"

Vitória é um município que se destaca, em termos econômicos, seja entre os municípios de sua Região Metropolitana, seja em âmbito nacional. O PIB per capita da cidade, que apresenta a riqueza produzida pela população local, é o maior entre as capitais brasileiras.

Contudo, a realidade deste território apresenta uma considerável desigualdade que se revela no insuficiente acesso de parte da população aos serviços sociais básicos e na demanda ainda existente por condições dignas de moradia em áreas de difícil acesso, de risco e de interesse ambiental. Este fato se expressa na diferença entre crescimento e desenvolvimento econômi-

co, sendo o primeiro entendido como um indicador de crescimento da economia (aumento do PIB) e o segundo como a distribuição dos frutos deste crescimento de forma justa com a sociedade. Este entendimento pressupõe que para o desenvolvimento sustentável são fundamentais algumas ações estratégicas estruturantes para melhorar a avaliação do tema em Vitória, permitindo uma melhor absorção da dinâmica econômica por uma parcela significativa da sociedade.

Em termos gerais, a economia de Vitória é voltada para as atividades portuárias, ao comércio, à indústria, à prestação de serviços e também ao turismo.

A indústria destaca-se na produção de alimentos, têxteis, móveis, siderurgia, produtos químicos e setores ligados à mineração e ao petróleo e gás (este, mais recentemente). Atualmente, seguindo uma trajetória semelhante à da própria economia brasileira, a indústria em Vitória vem perdendo participação no PIB municipal, em detrimento do aumento do setor de serviços, embora muitos deles ainda conectados com a indústria (os chamados "serviços industriais", de apoio à atividade industrial, como os serviços logísticos, de intermediação financeira, bancários, de consultorias às indústrias em temas jurídicos, de marketing etc), além dos serviços ligados ao turismo e ao comércio. Na última pesquisa sobre PIB municipal, quase 50% da geração de riqueza concentrava-se nesse setor.

Os novos e volumosos investimentos realizados no município e na região ao longo dos últimos trinta anos demonstram que boa parte destes se origina nas atividades das grandes empresas produtoras de commodities (mineração, siderurgia, celulose, petróleo e gás natural) e, sobretudo, por empresas internacionais, num nítido cenário de internacionalização do território capixaba. Em que pese que tais investimentos acarretam uma melhoria da competitividade sistêmica do território, bem como a um aumento na arrecadação de determinados tributos, entende-se que este "modelo" de crescimento negligencia parte importante da população local, em termos do acesso aos frutos deste aumento da competitividade (emprego de melhor qualidade, qualificação da mão – de- obra em setores modernos, mobilidade urbana de melhor qualidade, salários e moradias dignos, etc.).

Emprego

Na área de trabalho e renda, a Secretaria de Turismo, Trabalho e Renda da Prefeitura de Vitória (SEMTTRE) faz a articulação do trabalhador desempregado, de baixa renda ou de baixa qualificação profissional com o mercado de trabalho da região metropolitana, por meio da Agência Municipal do Trabalhador. É de responsabilidade desta secretaria, ainda, a oferta de cursos de capacitação e qualificação profissional e o estímulo à formação de associações e empresas associativas de produção de bens ou serviços. Também facilita o acesso do empreendedor formal e informal ao crédito.

Vitória tem uma taxa de desemprego de 7,25% e uma taxa informalidade de 30%, dados inferiores ao do estado do Espírito Santo que apresenta 46% de taxa de informalidade, colocando a cidade em uma situação razoável no tema.

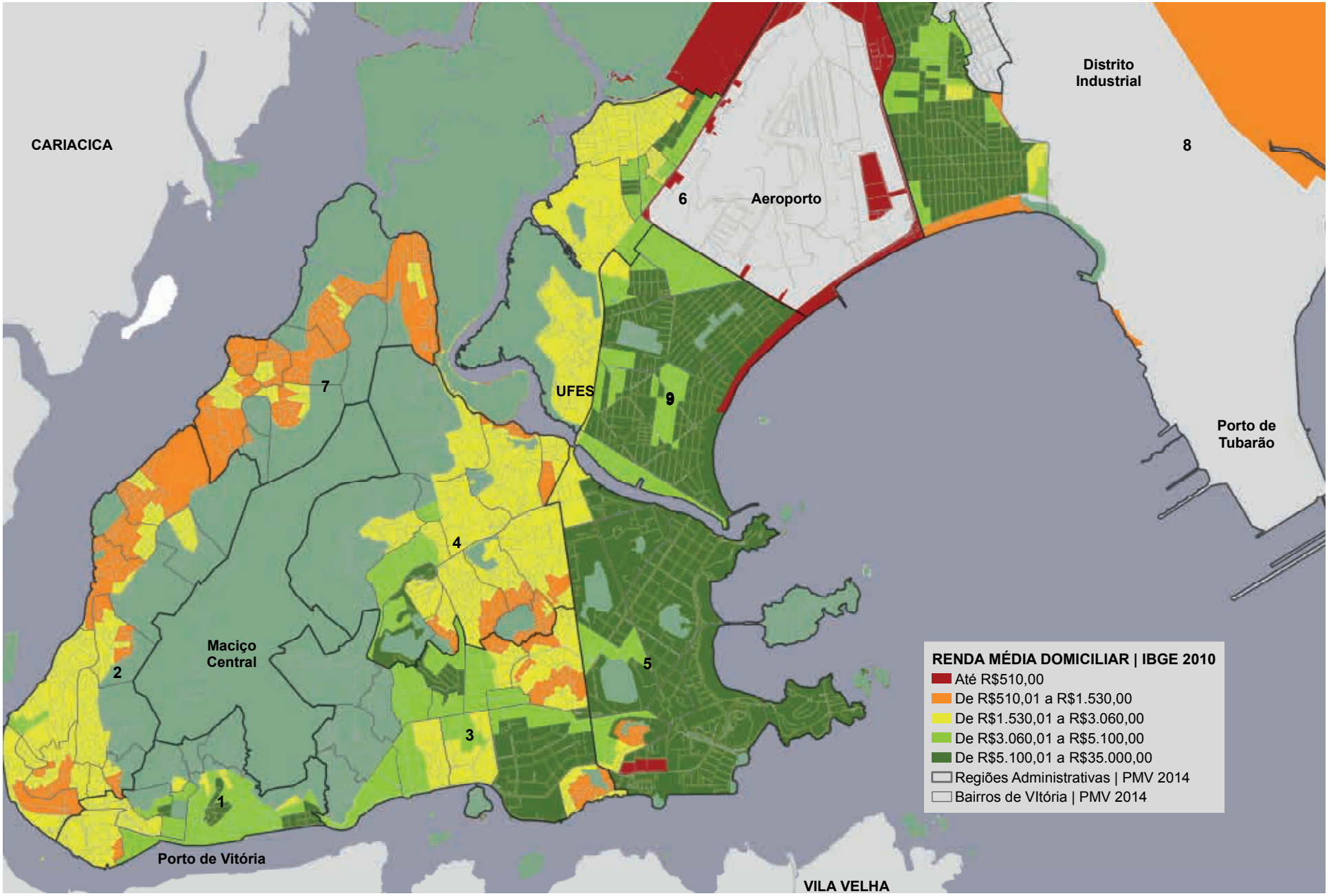
Em relação ao rendimento do trabalho, os dados do IBGE (2010) apontam que 34% da população economicamente ativa tem rendimento abaixo de 2 salários mínimos e apenas 3,02% recebem rendimentos acima de 20 salários mínimos.

Contudo, o fato de Vitória concentrar suas atividades no setor de Serviços (cerca de 50% do PIB), e mais especificamente, Serviços de Governo, faz com que exista um conjunto de servidores públicos, principalmente da esfera federal, com remunerações bem acima da média nacional.

Entretanto, os trabalhadores com empregos formais de Vitória têm um grau elevado de escolaridade, com mais de 66% deles com o ensino médio completo ou diploma universitário, o que revela uma contradição quando comparado aos os percentuais de famílias com baixos salários. Explicando esta contradição, os dados apresentados pelo estudo Agenda Vitória 2008-2028[2] mostram que a demanda por trabalhadores no município de Vitória se concentra em áreas que exigem pouca qualificação, mesmo que, para efeito de seleção dos trabalhadores para as vagas disponíveis, exija-se alto nível de escolaridade. Neste sentido, é essencial que o município caminhe para um modelo desenvolvimento econômico que possibilite a geração de emprego com melhores salários e de melhor qualidade.

O fato dos indicadores de emprego apresentarem-se como amarelos nas análises apontam para a necessidade de reflexão por parte do governo e da sociedade sobre a implementação de ações que visem o desenvolvimento de novos investimentos em diferentes dimensões setoriais e intersetoriais, de modo a conectar a nova oferta de empregos e à demanda de mão-de-obra local. Além disso, promoveria maior articulação entre as instituições de ensino e qualificação da mão-de-obra, em prol do pacto pela geração do emprego local.

[2] http://www.vitoria.es.gov.br/arquivos/20110511_agendavix_trabalho_diag.pdf.



1 – Centro, 2 – Santo Antônio, 3 – Jucutuquara, 4 – Maruípe, 5 – Praia do Canto, 6 – Goiabeiras, 7 – São Pedro, 8 – Jardim Camburi e 9 – Jardim da Penha I Fonte: IBGE/Censo 2010. Elaboração Instituto Pólis

Desigualdade urbana

Constata-se que há uma desigualdade muito alta na Grande Vitória, haja vista a renda altamente concentrada em Vitoria. Da mesma maneira, no interior do município de Vitória, apesar do alto PIB per capita e da pouca presença de população abaixo da linha de pobreza, constata-se uma desigualdade importante que aparece quando os indicadores são territorializados, por isso o índice Gini é muito alto. O expressivo resultado do índice Gini (0,59) mostra uma importante desigualdade na distribuição de renda e riqueza entre os cidadãos do município.

A desigualdade de renda verificada no território reflete-se nas moradias da população, segundo Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS, 2007) - 27,25% dos domicílios de Vitória estão localizados em assentamentos informais. Contudo o Programa Terra, que atua de forma integrada nas áreas de interesse social com projetos de urbanização, programas habitacionais e sociais, conjuntamente com o Programa Habitar Vitória desenvolvido pela Secretaria de Habitação, vem reduzindo significativamente esta demanda

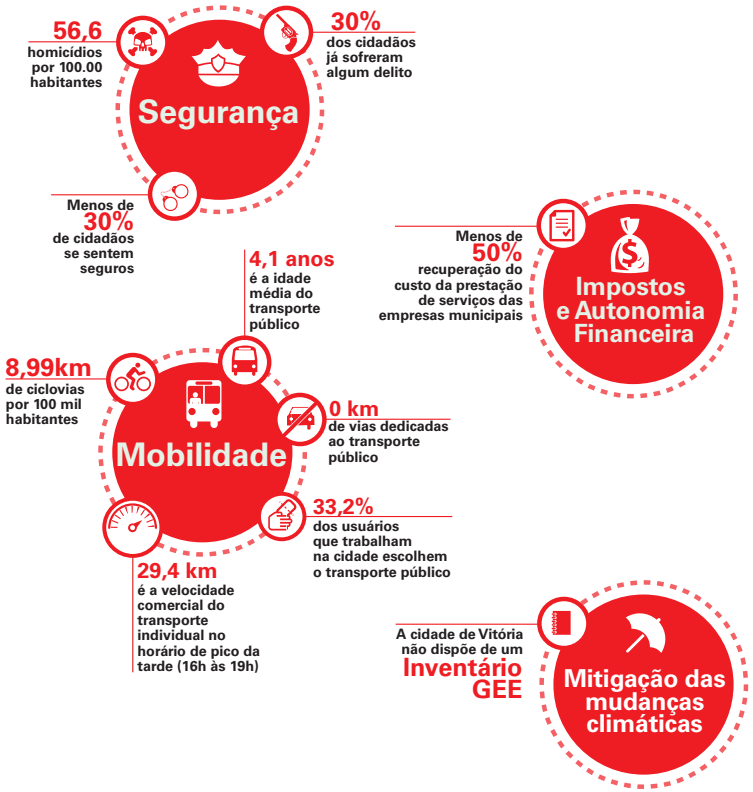
Observa-se ainda que regiões administrativas da cidade onde aparecem as menores concentrações de renda são também as regiões onde indicadores de outros temas apresentam pior desempenho e onde a população, na pesquisa de opinião, apontou as maiores fragilidades das políticas públicas. Este fato demonstra que apesar de Vitória ser uma cidade que na média apresentou bons resultados nos indicadores, existe uma desigualdade urbana importante a ser considerada.

O tema da desigualdade no município sugere como horizonte de atuação o aprimoramento das políticas de combate à pobreza, assim como das políticas de infraestrutura e de estimulo econômico, de modo a distribuir os benefícios do desenvolvimento de maneira mais sustentável e integrada no território.



O que nos chama atenção: os temas críticos de Vitória

Existem quatro temas críticos em Vitória presentes em todas as três dimensões de sustentabilidade da ICES. Isso reforça a necessidade de pensarmos em soluções transversais que permitam melhorar a qualidade de vida de seus cidadãos.



Mobilidade

Em Vitória a Secretaria Municipal de Transportes, Trânsito e Infraestrutura Urbana (Setran) planeja, coordena e gerencia a implementação das políticas municipais de transporte, trânsito e de infraestrutura viária e de iluminação pública.

A mobilidade é um dos maiores gargalos na capital capixaba: os congestionamentos diários nos horários de pico têm se tornado um grande entrave para a locomoção da população de Vitória. A pesquisa de opinião pública ICES revelou que 70% da população da Região Metropolitana de Vitória consideram os engarrafamentos no trânsito um dos principais problemas para a qualidade de vida dos cidadãos. Nessa mesma pesquisa, a melhoria da mobilidade apareceu como um dos maiores desejos da população.

A própria configuração do uso do solo de Vitória contribui para os gargalos de mobilidade. A relação emprego e moradia nos bairros em Vitória mostrou-se muito pior do que nas cidades pares brasileiras, isto é, a cidade é constituída de muitos bairros residências, onde existem poucos empregos, e bairros com maior dinâmica econômica, onde existem poucas moradias. Esta configuração leva a que a maioria dos moradores (42% segundo a Pesquisa Origem e Destino de 2007) tenha que se deslocar cotidianamente nos horários de pico pela manhã e no final do dia.

Média da relação entre emprego e moradia nos bairros de Vitória

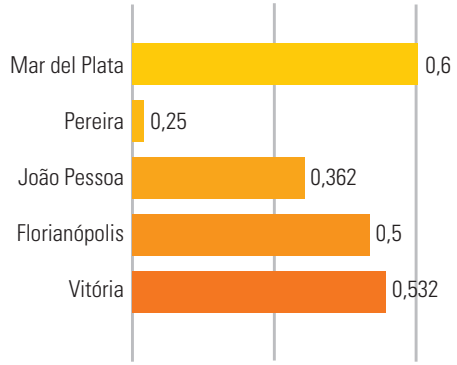
Cidades Pares brasileiras - ICES			
	Vitória	Florianópolis	João Pessoa
Razão emprego / moradia	14/1	1,7/1	1,29/1

Fonte: Dados Prefeitura Municipal de Vitória – elaboração

Instituto Pólis

A frota de automóveis na cidade é muito grande, sendo a segunda cidade entre as cidades pares em percentual de automóveis por habitantes (0,532 automóveis per capita, IBGE, 2010).

Automóveis *per capita*



Fonte: Dados Prefeitura Municipal de Vitória – elaboração Instituto Pólis

Adicionalmente, o sistema de transporte público é deficiente em relação à demanda, que tem uma escala metropolitana. Assim, apenas 33,2% dos habitantes da cidade usam o transporte coletivo como modal cotidiano. A elevada participação do transporte individual é resultado da renda relativamente mais alta da Capital aliada aos constantes engarrafamentos em diversos horários do dia.

O Município de Vitória é atendido por dois sistemas de transporte coletivo que se superpõem e competem entre si: os serviços municipais, constituído por 55 linhas, operando com uma frota de cerca de 300 veículos, respondendo por 19 mil viagens ao mês, e os serviços metropolitanos, com 198 linhas e uma frota de mais de mil ônibus. O sistema metropolitano – TRANSCOL, gerenciado pela CETURB-GV, empresa do Governo do Estado, é um modelo tronco-alimentado, estruturado em 7 terminais de integração: Dom Bosco, Vila Velha, Ibes, Itacibá, Laranjeiras, Carapina e Campo Grande.

Apesar dos investimentos estaduais que se iniciaram recentemente para melhorar as infraestruturas de transporte coletivo, o município ainda não possui corredores dedicados exclusivamente ao transporte público e o serviço convencional de linhas de ônibus tem uma fraca avaliação em relação ao tempo de espera e de viagem. Os investimentos em transporte coletivo são uma grande urgência na cidade.

É necessário também, o investimento em modos alternativos de transporte. Apesar dos 29,5 km de ciclovias existentes, bastante expressiva para a realidade brasileira, a rede de vias e faixas para bicicleta ainda tem uma extensão pouco abrangente e precisa ser expandida para atender mais regiões da cidade e se consolidar como uma alternativa para o transporte urbano cotidiano.

A atual gestão tem investido neste modal como prioridade, ampliando a malha cicloviária, a instalação de paraciclos e realizando outras ações como a redução de vagas para estacionamentos de carros em áreas de grande densidade de trânsito, a instalação de estacionamentos rotativos além de campanhas incentivando a convivência pacífica no trânsito.

O município de Vitória tem grande importância dentro da Região Metropolitana devido à concentração de empregos e de serviços. Porém, como o crescimento populacional dos outros municípios tem sido maior do que o de Vitória, a participação percentual desses nas viagens cotidianas tem aumentado. Atualmente, Vitória é o grande polo de atração de viagens da Região, recebendo em 2007, 510 mil viagens diárias (quase 43% do total), além de viagens entre os demais municípios, que precisam necessariamente passar pela já saturada Área Central de Vitória.

Atração de viagens dos municípios da RM no interior do município de Vitória

	Centro	Centro Expandido	Reta da Penha	Maruípe	Serafim Derenzi	Continental	Total
Cariacica	3.668	2.130	3.129	1.370	305	2.520	**13.122**
Serra	2.525	1.977	3.583	1.252	205	4.042	**13.584**
Viana	444	450	208	28	88	1.811	3.029
Vila Velha	2.788	2.082	1.582	480	298	2.584	**9.814**
Vitória	3.728	4.289	3.642	4.992	1.740	6.605	24.996
Externa	13.153	10.928	12.144	8.122	2.636	17.562	**.545**
Total	**20,4%**	**16,9%**	**18,8%**	**12,6%**	**4,1%**	**27,2%**	**100,0%**

Fonte: Pesquisa Origem-Destino Região Metropolitana da Grande Vitória 2007

Dada a natureza do problema e a dimensão metropolitana da questão de mobilidade, é essencial que Vitória trabalhe de forma integrada com demais municípios da RMV e com o Governo do Estado. Assim, na área de transporte, as ações de planejamento e a integração metropolitana devem ser necessariamente serem implementadas pelo município em integração com a gestão metropolitana.

Neste sentido, o governo do Estado do Espírito Santo já iniciou a construção de uma ligação de transporte coletivo de alta capacidade, por ônibus - BRT, em via exclusiva para a conexão da RMGV que inclui um importante trecho de sistema passando no interior do município de Vitória.

Seria muito interessante o desenvolvimento de consórcios associados ao tema para gestão da mobilidade metropolitana.

Segurança Pública

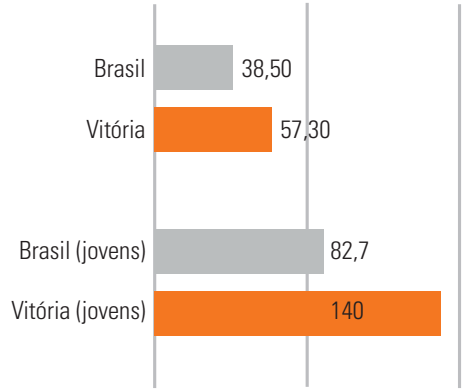
Embora Vitória tenha bons índices de desenvolvimento humano e seus sistemas de educação e de saúde públicas sejam reconhecidos pelo desempenho acima da média, a capital capixaba sofre bastante com os indicadores de segurança.

No que se refere ao tema de Segurança Pública, a cidade de Vitória possui, em sua estrutura de governança municipal, duas secretarias que atuam na área. A Secretaria Municipal de Segurança Urbana – SEMSU, cujos objetivos são a proposição e execução de ações de prevenção à violência e à criminalidade a partir de estratégias de inclusão social. E a Secretaria de Cidadania e Direitos Humanos – SEMCID, que tem como meta a construção de uma cultura cidadã de direitos humanos e de paz e a defesa da igualdade racial e de gênero, bem como a toda forma de tolerância. A cidade também tem uma Guarda Civil Municipal que é subordinada à SEMSU e responde por parte dos projetos da secretaria.

Dados de pesquisas recentes colocam Vitória como uma das cidades com as mais altas taxas de homicídios do país, sendo considerado 3º. Capital com o maior número de mortes por arma de fogo no Brasil.[3]

A partir dos dados disponíveis em pesquisas nacionais como o Mapa da Violência organizado pela FLACSO/Brasil, Vitória é a 7ª capital com maior taxa de homicídios (por 100 mil habitantes) no país, com 57,3 enquanto a média brasileira é de 38,5[4], número que dispara quando são considerados os homicídios de jovens entre 15 e 29 anos. Nesta faixa etária específica, Vitória é a 4ª capital do país, com uma taxa de 140,7 homicídios a cada 100 mil habitantes. A taxa brasileira é de 82,7/ 100 mil habitantes.

Taxas de homicídio no Brasil e em Vitória/ES (cada 100.000 habitantes)



Fonte: Mapa da Violência organizado pela FLACSO/Brasil

De acordo com os dados disponibilizados pela SEMSU, essas mortes se concentram em algumas regiões administrativas da cidade (Maruípe, Santo Antonio e São Pedro principalmente), revelando uma distribuição desigual da violência, que deve ser observada nas políticas de prevenção. Essas informações são confirmadas pelos resultados obtidos na pesquisa de percepção cidadã da ICES. Ainda no diagnóstico do perfil dessas mortes, Vitória segue os padrões internacionais e do restante do país: os homicídios estão concentrados entre os homens e jovens (16 a 29 anos) com predominância na raça negra.

Apesar de a taxa de violência doméstica registrada no município não ser tão elevada assim como a de roubos e furtos, estes são crimes com reconhecida subnotificação e merecem algumas ponderações e por isso não podem ser menosprezados nas políticas específicas de prevenção. Trata-se, indiscutivelmente, de um tema prioritário para a cidade.

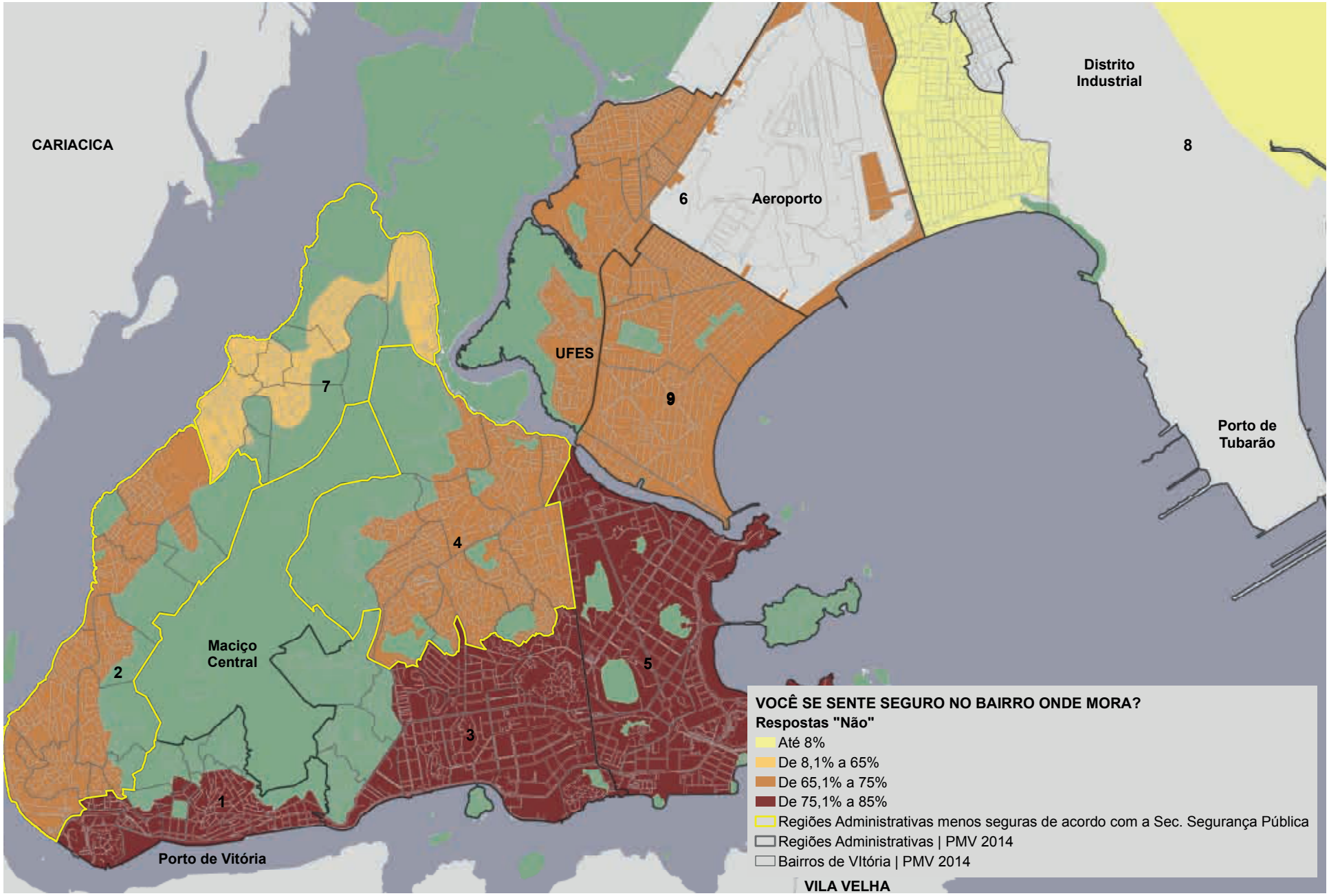
A Semcid desenvolve um programa voltado a este tema em um Centro de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica – Cavvid, que oferece suporte e apoio às vítimas, assim como desenvolve um programa de sensibilização com os agressores. Importante ação inédita é desenvolvida através do "Botão do Pânico" que é fornecido às vítimas com medida protetiva determinada pela justiça e que garante a cobertura da Guarda Municipal em caso de tentativa de aproximação feita pelo agressor.

Ainda no campo da violência contra a mulher, os indicadores levantados pela ICES devem ser observados com cautela, sobretudo quando do analisados junto com a taxa de homicídios de mulheres no Estado e em Vitória. O Espírito Santo é o estado com a maior taxa de homicídios entre mulheres (9,4/100 mil habitantes) e Vitória ocupa a 18ª posição em relação ao país[5]

[3] Mapa da Violência 2013 - Mortes matadas por Armas de Fogo

[4] Dados do ano de 2012.

[5] Mapa da Violência 2012 Caderno Complementar 11: Homicídio de Mulheres no Brasil.

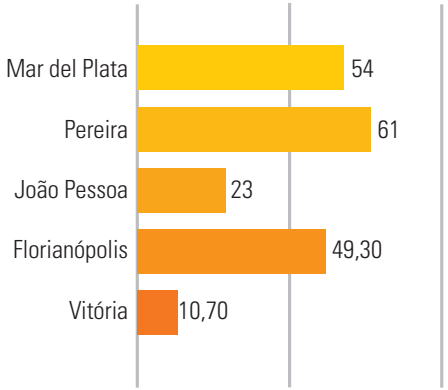


1 – Centro, 2 – Santo Antônio, 3 – Jucutuquara, 4 – Maruípe, 5 – Praia do Canto, 6 – Goiabeiras, 7 – São Pedro, 8 – Jardim Camburi e 9 – Jardim da Penha I Fonte: Pesquisa de Opinião, 2014, elaboração Instituto Pólis

Além disso, vale considerar também a taxa de estupros para o estado (a informação não está disponível para os municípios). O Espírito Santo registrou uma taxa de 16,5 em 2012. A título de comparação, a taxa mais alta no Brasil foi registrada em Roraima (52,2) e a mais baixa em Minas Gerais (10,1).

Os números de roubos e furtos são menos preocupantes quando comparados aos crimes contra a vida, sugerindo que os crimes contra o patrimônio não são fundamentalmente uma prioridade para o município. Entretanto, duas observações são necessárias: (i) e a (ii) esses são crimes com altas taxas de subnotificação e, normalmente, são também avaliados a partir de pesquisas de vitimização. Além disso, o fato de que menos de 30% dos entrevistados declarou se sentir seguro na cidade pode ser interpretado considerando não apenas os crimes contra a vida, mas também os crimes contra o patrimônio, um elemento que reconhecidamente contribui para a sensação de insegurança.

Cidadãos que se sentem seguros (%)



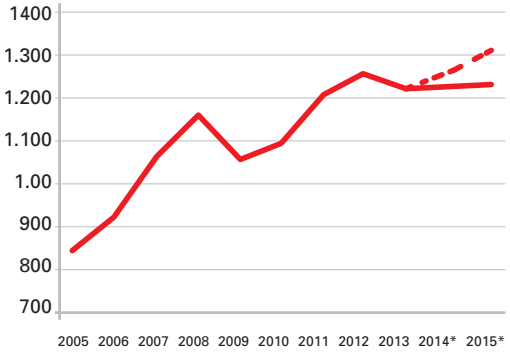
A porcentagem de cidadãos que se declaram inseguros na cidade é muito alta. Na pesquisa de percepção cidadã em Vitória, 89,3% dos entrevistados responderam que, em geral, não se sente seguro caminhando sozinho à noite na cidade. Na mesma pesquisa, ainda, 79,3% dos entrevistados responderam que, em geral, não se sentem seguros no bairro onde vivem. Entre as cidades pares selecionadas na ALC, Vitória foi a que apresentou os piores resultados na percepção de segurança nos cidadãos.

Ainda na pesquisa de percepção cidadã em Vitória, 17,6% dos entrevistados responderam que ele ou algum parente já foi assaltado, agredido ou vítima de algum delito nos últimos 12 meses.

Impostos e autonomia financeira

A autonomia financeira é um indicador fundamental que permite conhecer a capacidade do município de definir suas políticas públicas com recursos próprios. Vitória tem maior receita per capita das capitais brasileiras.

Evolução da receita disponível em R$ bilhões (PMV)



Fonte: Prefeitura Municipal de Vitória, 2013

Entretanto, Vitória teve uma perda muito significativa de receita entre os anos de 2012 e 2014. Em 2012, a receita per capita de Vitória era 45,5% maior do que a do 2º colocado neste ranking, sendo em 2013 esta diferença baixo para 27,0% esta diferença. Em relação à média nacional, o mesmo ocorreu: em 2012, Vitória estava 83,3% acima da média nacional, baixando a diferença, em 2013, para 55,1%.

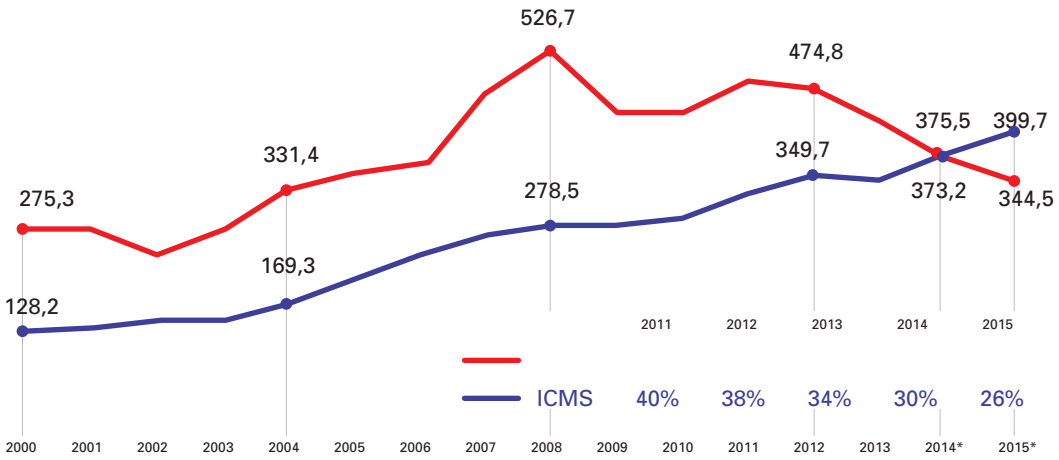
Em R$ preços correntes	2012	2013
Vitória	4.115	1.940
Curitiba	2.829	1.528
São Paulo	2.775	1.586
Porto Alegre	2.670	1.389
Belo Horizonte	2.543	1.491
Rio de Janeiro	2.510	1.462
Palmas	2.393	1.237
Florianópolis	2.205	1.257
Cuiabá	2.180	1.127
Recife	1.993	1.058
Aracaju	1.922	1.006
Porto Velho	1.805	996
João Pessoa	1.791	978
Teresina	1.747	934
Fortaleza	1.606	781
Natal	1.577	853
Manaus	1.551	809
Boa Vista	1.521	923
Maceió	1.398	717
Rio Branco	1.356	724
Belém	1.316	684
Salvador	1.296	753
Macapá	1.083	583
Total	2.246	1.251

Diferente de outros municípios brasileiros que apresentam baixa autonomia na receita, Vitória tem quase 40% de sua receita vinda de tributos/arrecadação própria. Entretanto, o município ainda conta fortemente com a receita advinda de transferências constitucionais, como royalties e ICMS. O imposto municipal que mais contribui com a receita é o ISS, representando 62% dos impostos arrecadados e 24,8% da receita corrente total do município e caracterizando-se como o maior ISS per capta das capitais brasileiras. Contudo, o ISS arrecadado é muito concentrado em algumas atividades. Existe uma gama de atividades que não pagam o imposto. O IPTU é responsável por apenas 11% dos impostos arrecadados.

Nesta gestão o governo municipal está realizando uma série de medidas a fim de cobrar destes serviços com o advento da NOTA VITÓRIA, seguindo o modelo da nota fiscal paulista. O objetivo desse programa é incentivar a solicitação de documento fiscal dos prestadores de serviços estabelecidos no Município de Vitória, através da disponibilização para todos os clientes pessoas físicas que contratarem serviços no Município de Vitória de 30% do ISS efetivamente recolhido pelo prestador.

Até 2013 o ICMS foi o principal componente da receita municipal, representando naquele ano, 34% da receita total. Entretanto este imposto tem apresentado uma importante queda a partir de 2012.

Receita de ICMS e ISS em R$ milhões



Fonte: Prefeitura Municipal de Vitória, 2013

A cidade de Vitória começou a sentir os efeitos da unificação das alíquotas do chamado ICMS de importação. O estado do Espírito Santo e consequentemente a capital do estado onde está situado o porto tiveram as alíquotas daquele imposto reduzidas de 12% para 4%, o que levou a perda de arrecadação. Isso ocorreu devido à aprovação da Resolução Nº 13 do Senado Federal em 2012. Essa Resolução unificou a alíquota do ICMS interestadual sobre os produtos importados em todo território nacional. Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento (MDIC), os automóveis foram um dos itens que afetaram o desempenho das importações nos portos capixabas.

Nesse novo quadro, em 2013 houve uma perda de receita total de R$ 169,3 milhões e em 2014 e 2015 deverá ocorrer uma perda de ICMS de R$ 50 milhões em cada ano, apontando para uma tendência de estagnação da receita disponível.

Houve, ainda, queda das transferências do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) devido à isenção do IPI da indústria automobilística e da linha branca.

Assim, a receita de Vitória teve importantes perdas nos últimos anos, com uma forte tendência de estagnação da Receita Disponível. São perdas que precisam ser compensadas por outras formas de aumento de receitas e/ou com a melhoria dos gastos públicos. Apenas assim será possível manter o nível de investimentos e qualidade dos serviços na cidade.

Em conclusão, apesar de Vitória ter uma receita própria ampla - acima da média dos 80 maiores municípios brasileiros - e de depender menos de transferências governamentais de outros entes federativos do que a maioria dos municípios brasileiros - a queda na arrecadação total apresenta-se como o principal desafio das finanças públicas municipais a ser enfrentado já a curto prazo para que os investimentos planejados sejam possíveis.

Mitigação a mudanças climáticas

O Estado do Espírito Santo editou a Lei 9.531/2010 que Institui a Política Estadual de Mudanças Climáticas - PEMC, contendo objetivos, princípios, diretrizes e instrumentos de aplicação.

Na PEMC estão previstas a adoção de ações de mitigação e adaptação às mudanças climáticas

com base em um Plano Estadual de Mudanças Climáticas que fundamenta e orienta a implantação da PEMC, bem como em um Plano Estratégico para Ações Emergenciais (PEAE), que tem por objetivo dar resposta a eventos climáticos extremos que possam gerar situação de anormalidade em território capixaba, notadamente em áreas de vulnerabilidade direta.

Existem 20 estações meteorológicas instaladas no Estado do Espirito Santo e mais 27 previstas, além da instalação de medidores de vazão. Ainda, com aporte financeiro da VALE do Rio Doce serão instaladas 25 estações meteorológicas automáticas, um radar com 250 km de visada, um supercomputador e um centro de monitoramento. Toda esta estrutura se constituirá no Centro Capixaba de Monitoramento Hidrometeorológico, que será responsável pelo monitoramento e gerenciamento de risco e desastre, assim como, pela prevenção e resposta atuando de forma integrada.

Estão sendo elaborados um mapa de vulnerabilidades climáticas e o Plano Diretor de Drenagem da Região Metropolitana de Vitória, bem como de Resíduos Sólidos.

A questão de obras e intervenções na drenagem deve ser repensada. O tempo de recorrência[6] exigido é de 50 anos e com as chuvas mais intensas a cada ano deveria ser de 25 anos.

No município de Vitória, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente da Prefeitura de Vitória é o órgão da estrutura administrativa local que apresenta atribuições com maior interface com o tema.

Em comparação às Cidades Pares ICES, Vitória não apresentou resultado satisfatório no tema Mitigação da Mudança Climática, no entanto, o estudo realizado pela parceria Idom-Cobrape apontou o indicador como amarelo.

Conclusão a respeito dos indicadores

Este diagnóstico rápido efetuado sobre a base de indicadores coletados segundo a metodologia da ICES nos revela que Vitória apresenta uma situação positiva em relação a maioria dos temas tratados. No entanto, o município apresenta, também, alguns temas importantes classificados como amarelos, que despertam alertas para a reflexão de como melhorá-los de forma a torná-los verdes em um futuro próximo, melhorando a qualidade de vida da população nestes aspectos.

Muitos dos temas elencados como amarelos podem inclusive torna-se rapidamente verdes com simples campanhas cidadãs, com uma melhor comunicação entre o governo e a sociedade e com intervenções de baixo custo que podem reverter-se em importantes impactos positivos para a qualidade de vida da sociedade, como no tema da reciclagem de resíduos sólidos secos e orgânicos, por exemplo.

Poucos são os temas que apresentam indicadores vermelhos, que necessitam de soluções e ações urgentes e imediatas. Este diagnóstico é condizente com as características de pujança de produção de riqueza no município e com a tradição técnica e de planejamento do governo local.

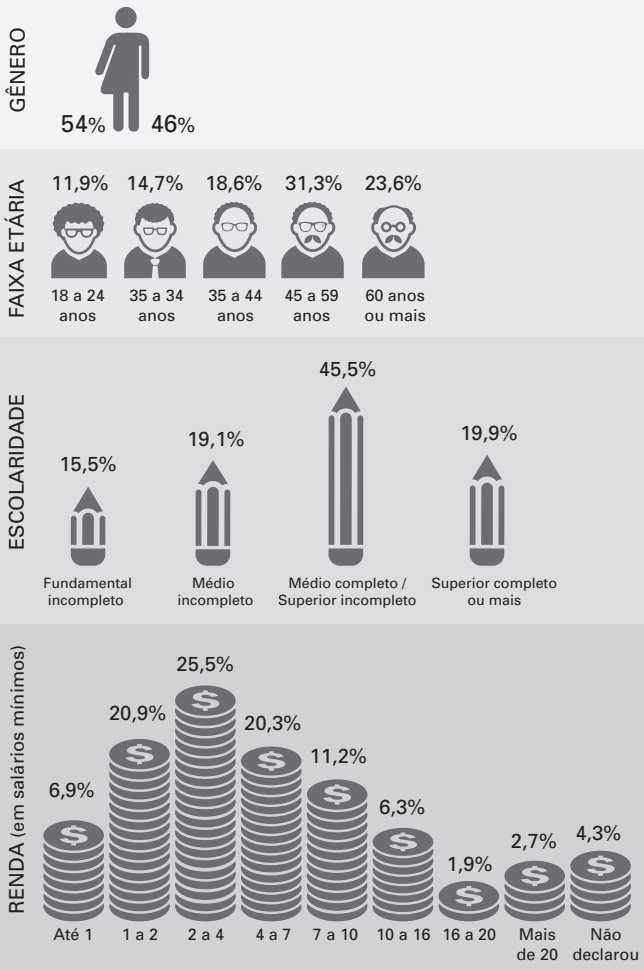
No entanto, os poucos temas que se apresentaram como vermelhos, obtiveram indicadores individuais técnicos muito ruins e foram assinalados como graves também pela população, na pesquisa de percepção cidadã. Este fato mostra que de Vitória ter revelado ser uma cidade com boa qualidade dos serviços públicos e planejamento, os pontos frágeis apontados apresentam-se como graves e precisam ser solucionados rapidamente para garantir um desenvolvimento sustentável para o município.

O diagnóstico revelou que os temas ligados à segurança e mobilidade apresentam importantes entraves à preservação e melhoria da qualidade de vida da sociedade local. Se estes temas não forem tratados com presteza e assertividade, podem comprometer o desenvolvimento da cidade como um todo, implicando redução da boa qualidade de vida dos cidadãos.

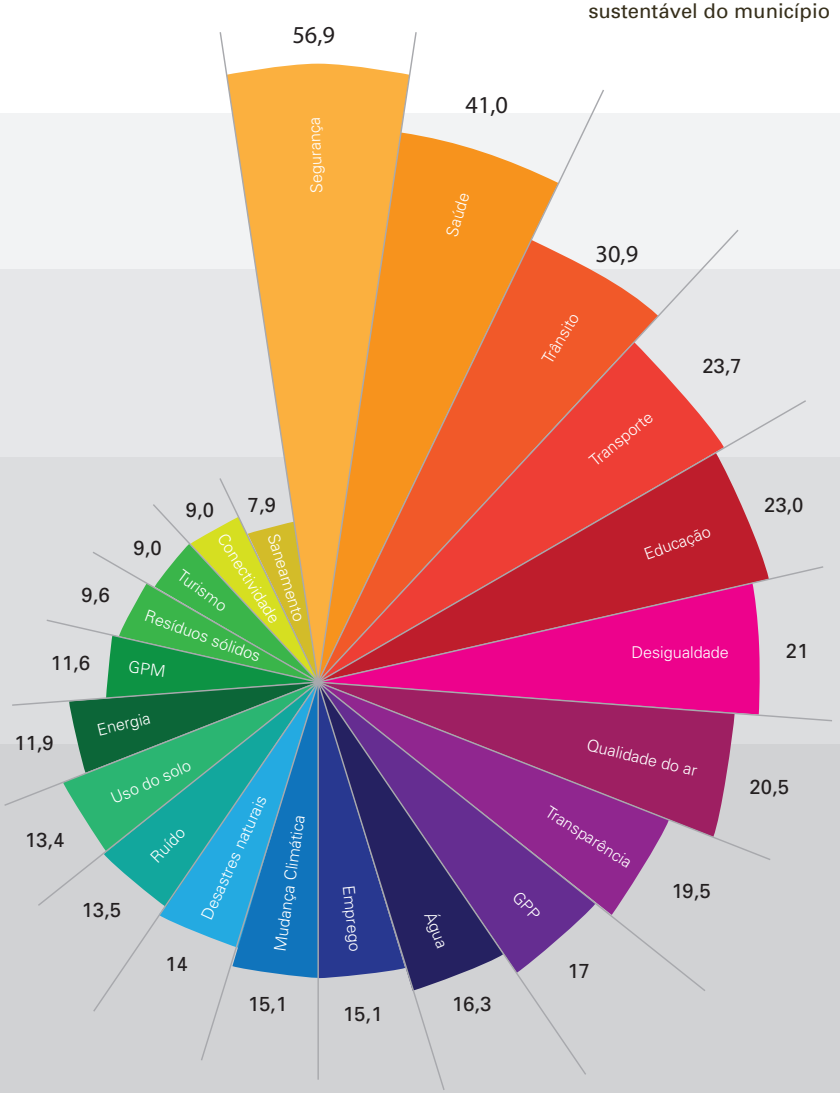
[6] Para as obras de engenharia, segurança e durabilidade frequentemente associam-se a um tempo ou período de recorrência cujo significado refere-se ao espaço de tempo em anos onde provavelmente ocorrerá um fenômeno de grande magnitude pelo menos uma vez. No caso de obras de drenagem este tempo diz respeito a enchentes de projeto que orientarão o dimensionamento de modo que a estrutura indicada resista a estas enchentes sem risco de superação. A escolha do tempo de recorrência da enchente de projeto de uma obra de engenharia, consequentemente, a vazão a ser adotada no projeto de uma determinada obra, depende da comparação do custo para sua implantação e da perspectiva dos prejuízos resultantes da ocorrência de descargas maiores do que a de projeto, levando-se em conta que quanto maior o tempo de recorrência mais onerosa será a obra, porém os prejuízos decorrentes da insuficiência a esta vazão serão menores, resultando menores despesas de reposição ou reparos.

pesquisa de
OPINIÃO PÚBLICA

Perfil dos entrevistados



Porcentagem da população de Vitória que classifica os temas como importantes para o desenvolvimento sustentável do município





5

como encontramos o território?
(estudos de base)

Como parte do diagnóstico de Vitória, a ICES realizou três estudos de base que permitiram obter uma perspectiva mais ampla a respeito das principais problemáticas no território metropolitano no que tange à (I) mitigação das mudanças do clima, (II) à redução de riscos frente a desastres naturais que se relacionam a essas mudanças, (III) e à evolução histórica e futura do crescimento urbano.

Grande parte dos temas analisados no diagnóstico por indicadores em Vitória guarda uma estreita relação com o território mais amplo no qual a cidade está situada. Por essa razão, a ICES realizou três estudos em profundidade no nível da região metropolitana[1], (7 municípios):

1. Um estudo de emissões de gases de efeito estufa;
2. Um estudo de ameaças naturais, riscos e vulnerabilidade; e
3. Um estudo do crescimento urbano e uso do solo.

[1] A Região Metropolitana de Vitória (RMGV) compreende os municípios de Vitória, Cariacica, Vila Velha, Serra, Fundão, Viana e Guarapari.

Os resultados desses estudos são valiosos para o planejamento e gestão urbana não apenas no âmbito da ICES mas também para instrumentalizar as decisões da cidade em geral. Além dos estudos propriamente ditos, foi entregue às cidades um completo inventário de emissões de gases de efeito estufa divididos por setor, o qual pode ser atualizado pelas próprias autoridades municipais responsáveis pelo tema a partir da ferramenta oferecida e das capacitações realizadas. Os dados, lançados publicamente e disponíveis à sociedade civil[2] podem também servir de linha de base para o monitoramento externo e educação/sensibilização sobre o tema.

A cidade de Vitória também recebeu a base de dados geográfica completa desenvolvida no âmbito dos estudos 2 e 3, incluindo imagens de alta resolução do satélite LANDSAT e análises e modelizações em formato shape.

A seguir, resumimos os principais resultados desses estudos.

[2] Todos os estudos da ICES podem ser encontrados no Urban Dashboard da Iniciativa (www.urbandashboard.org)

Estudo de Base 1 **Inventário de Gases de Efeito Estufa e Manual de Mitigação**

As cidades crescem e rapidamente se transformam em centros de população, de inovação, consumo de energia e recursos naturais e fontes de emissão de gases do efeito estufa. Hoje, 70% dos gases de efeito estufa associados ao consumo são emitidos nos centros urbanos.

Com o objetivo de fomentar um desenvolvimento inteligente e ambientalmente responsável, durante a aplicação da ICES o Consórcio IDOM-Cobrape realizou um estudo de mitigação e mudança do clima para a Região Metropolitana da Grande Vitória. O estudo revelou uma situação relativamente confortável na região, mas com uma evolução que pode vir a trazer preocupações.

O inventário foi desenvolvido a partir da metodologia de inventário que está de acordo com a ISO 14.064 e segue o guia de diretrizes do IPCC 2006, incluindo os procedimentos para identificar os setores e atividades chaves. Essa metodologia considera as emissões diretas e indiretas, ou seja, emissões que são produzidas, respectivamente, dentro dos limites geográficos da área de estudo e produzidas fora, mas que possuem uma relação direta com as atividades dessa região. Para a área de estudo em questão foram consideradas as fontes de emissão apresentadas na figura a seguir.

Com o objetivo de poder identificar o comportamento das emissões de GEE ao longo do tempo e realizar as devidas projeções até o ano de 2050, estabeleceram-se dois limites temporais para o inventário: 2010 e 2013. Para 2010, as emissões foram de 6,8 milhões de toneladas de dióxido de carbono (CO2), 15,7 mil toneladas de metano (CH4) e 155 toneladas de óxido nitroso, o que totaliza 7.141.457 toneladas de CO2e. Para 2013 houve um pequeno decréscimo de 0,6% das emissões de GEE, totalizando 7.101.555 tCO2e, o que corresponde a 6,7 milhões de toneladas de CO2, 15,6 mil toneladas de CH4 e 180 toneladas de N2O.

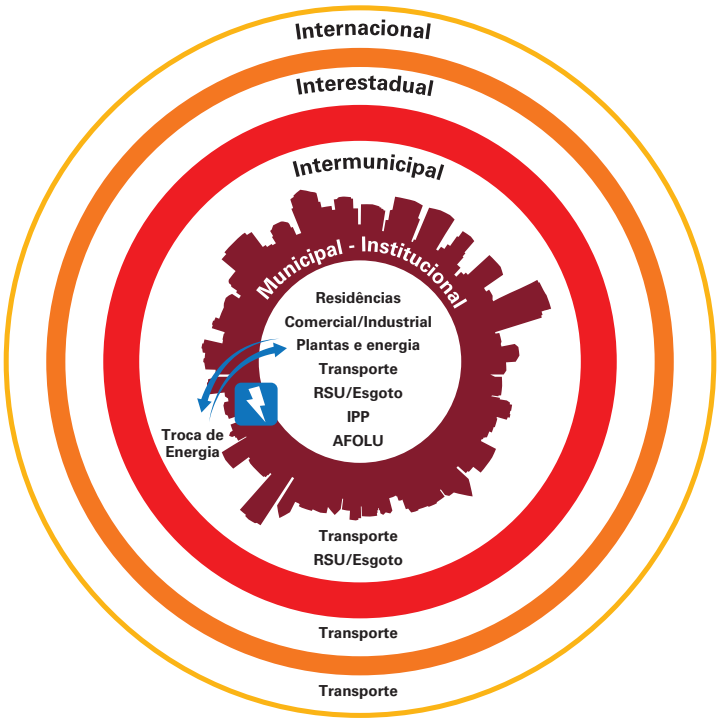
Emissões por Setor

Em 2010, a maior fonte de emissões é o setor Industrial e IPPU com 72%, principalmente pela produção de aço. Em segundo tem-se, de forma também expressiva, o setor de transportes, com 29%, impulsionado pelo uso de combustíveis fósseis. E, em terceiro, pelas emissões residenciais e de serviços com 5%, cujo principal causador é o consumo do Gás Liquefeito de Petróleo (GLP).

Para 2013, observou-se um acréscimo de 7% nas emissões do setor de produção de energia, pela intensificação do uso da termelétrica de Viana para complementar o Sistema Integrado Nacional. Apesar do setor Industrial e IPPU reduzir a participação no total de emissões em 2013, ainda continua sendo a maior fonte de emissão, com 60%.

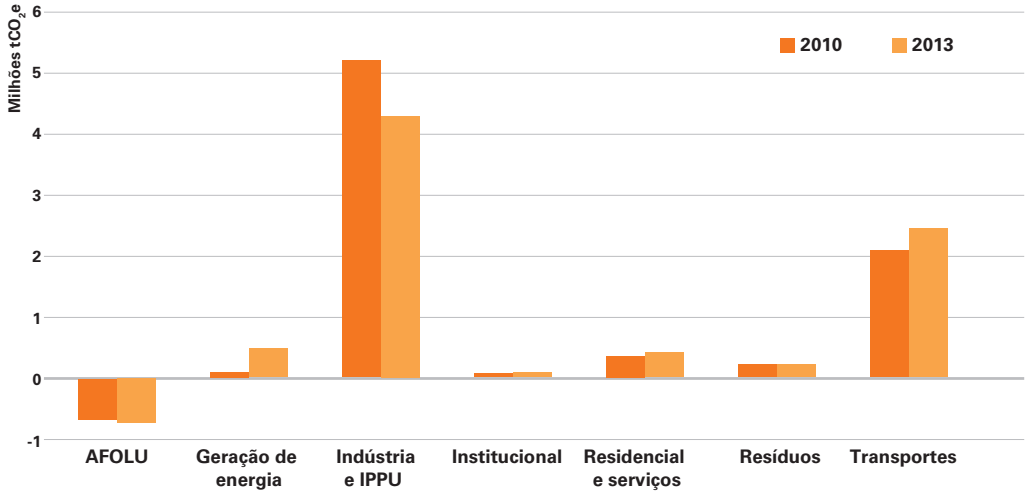
O inventário de GEE de 2013 apresenta um quantitativo de 3,83 tCO2e/per capita, valor já próximo da média mundial (4,7 tCO2e/per capita em 2009), e acima da média da América Latina (2,59 tCO2e/ per capita em 2009) e da maioria das cidades integrantes da iniciativa ICES.

Fontes de emissão Consideradas para a Região Metropolitana da Grande Vitória



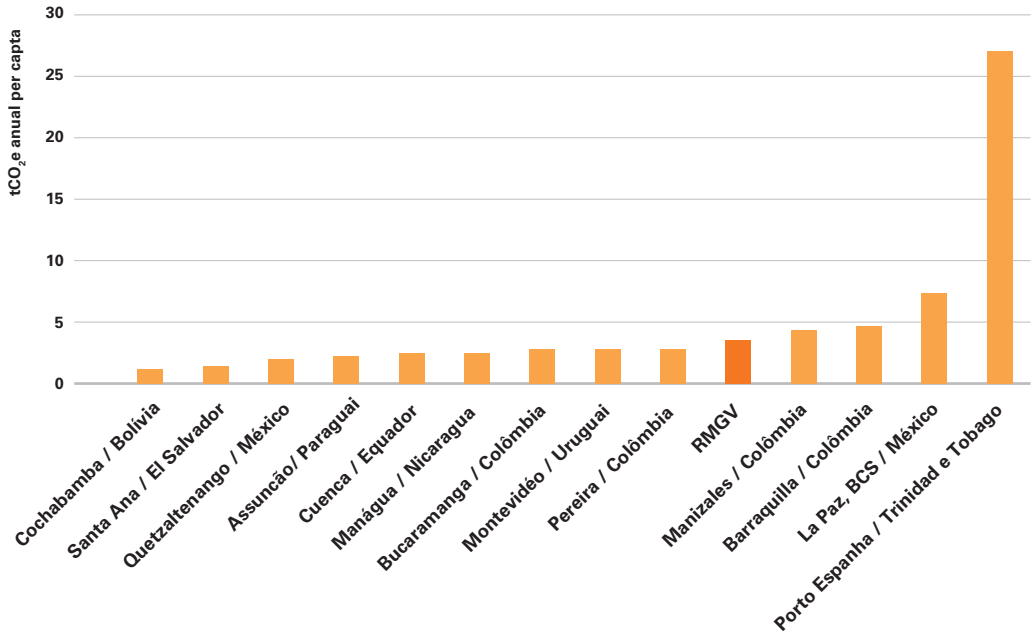
Fonte: Elaboração do Consórcio IDOM-COBRAPE.

Emissões por Setor em 2010 e 2013



Fonte: Elaboração do Consórcio IDOM-COBRAPE

Emissões per capita de tCO2e



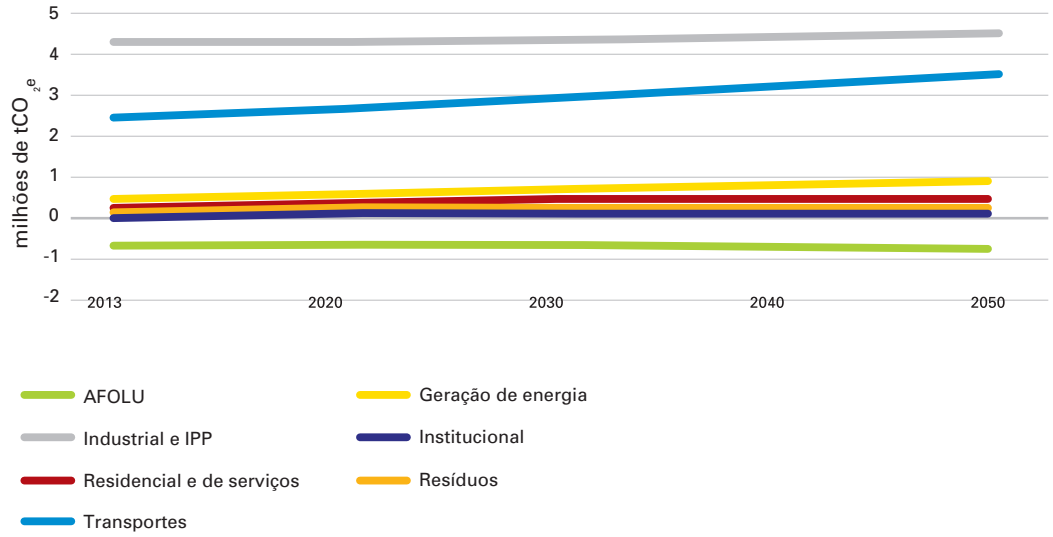
Fonte: Elaboração do Consórcio IDOM-COBRAPE.

O Cenário Tendencial

Considerando-se os cenários tendenciais para 2020, 2030, 2040 e 2050, observa-se uma tendência mais acentuada de crescimento nas emissões do setor de Transportes. Este fato está relacionado com a tendência de aumento do número de veículos, esperado para todo o hemisfério Sul ao longo das próximas décadas, consequência do crescimento esperado de população e renda. É previsto um crescimento populacional com taxa de 0,43% ao ano e do número de carros por habitante em 0,02% ao ano, portanto um incremento provável de emissões GEE em termos absolutos de 42% (até 2050) e per capita de cerca de 33%.

Com o aumento das emissões e da tendência desse quadro se permanecer ascendente, o saldo de emissões da RMGV é elevado e deve ser mitigado por meio de estratégias e ações concretas. Essas práticas têm o potencial de trazer para o município uma vantagem ambiental importante que pode se tornar também uma vantagem competitiva, considerando o mercado de carbono e de compensação ambiental.

Cenário Tendencial de Emissões GEE



Fonte: Elaboração do Consórcio IDOM-COBRAPE

O Cenário Inteligente e Estratégias de Mitigação

Os Estudos revelam que investir no monitoramento e na redução da emissão de GEEs nos próximos 35 anos representaria cerca de 25% de GEEs a menos sendo lançados na atmosfera, ou seja, uma redução de emissões em mais de 2,2 milhões de toneladas de carbono equivalente, alterando também a possível emissão per capita de 4,44 tCO2e/habitante em 2050 para 3, tCO2e/habitante para o mesmo ano.

Os principais alvos de intervenção levantados são os setores Industrial e IPPU, Transportes e AFOLU. O primeiro é o maior responsável pelas emissões na região, e deve ser tratado de forma diferenciada. O segundo possui grande relevância localmente e uma alta perspectiva de mitigação. Já o setor de AFOLU possui grande potencial de redução de GEE. Contudo, todos os demais setores foram observados segundo sua relevância de forma a participarem das estratégias e ações de mitigação.

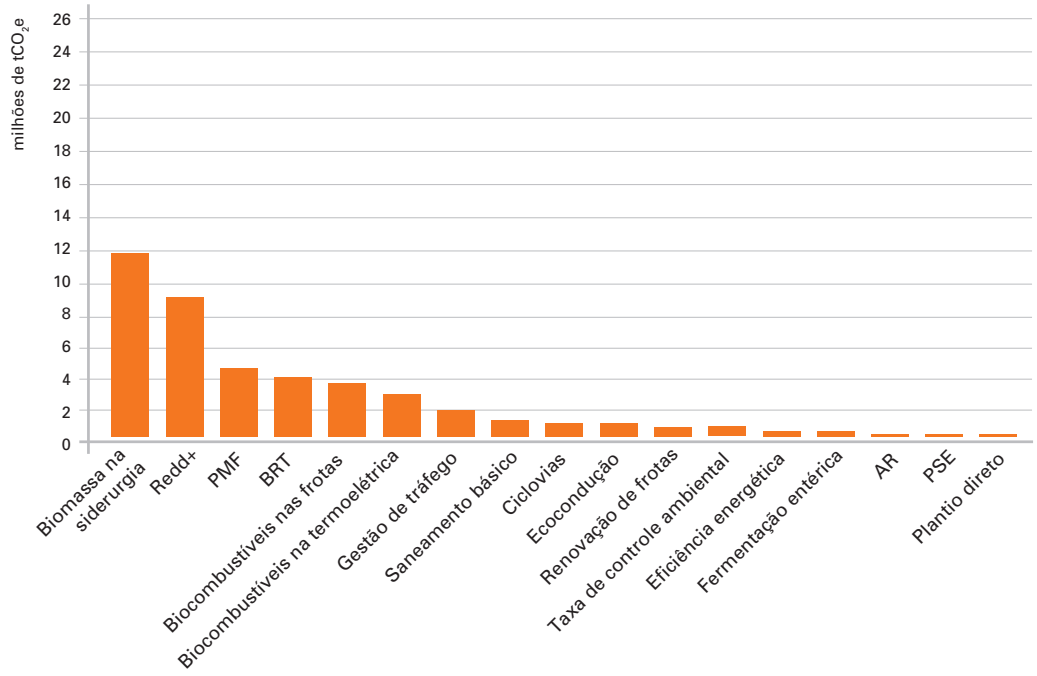
Considerando as principais fontes de emissões de GEE da RMGV, citam-se como estratégias e ações: (I) implantação de uma infraestrutura verde, (II) implantação de Agricultura de Baixo Carbono; (III) Biocombustíveis na Termoelétrica; (IV) Biomassa na Siderurgia, (V) redução do consumo de energia nos setores residencial e de serviços, por meio de ações de eficiência energética; (VI) implantar estação de tratamento de efluentes com recuperação de gases, (VII) redução do consumo de combustível nos meios de transporte.

Sobre um detalhamento do custo benefício dessas estratégias e suas respectivas linhas de ação, o estudo abordou cada uma de forma individual, cujos resultados são apresentados na sequência, já sua descrição técnica

será abordada posteriormente. Do total em investimentos, cerca de R$ 2,2 bi, mais de 80% está alocado nos setores Industrial e IPPU e de Transportes, já que demandam os maiores custos para suas intervenções.

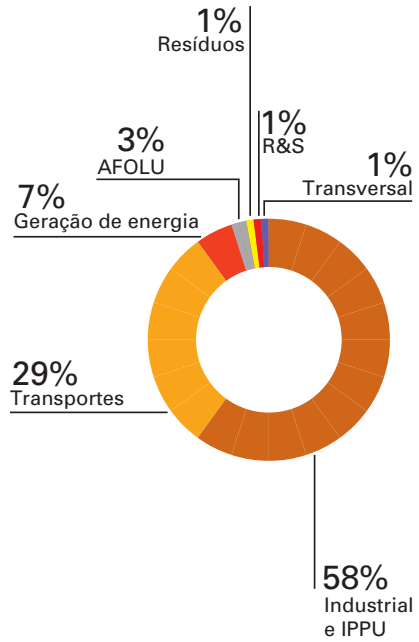
Contudo, os maiores investimentos não representam proporcionalmente os maiores ganhos em termos de mitigação dos GEEs, embora necessários, conforme se observa no gráfico a seguir, que apresenta a contribuição de cada setor na redução total de emissões.

Participação dos setores na mitigação dos GEEs



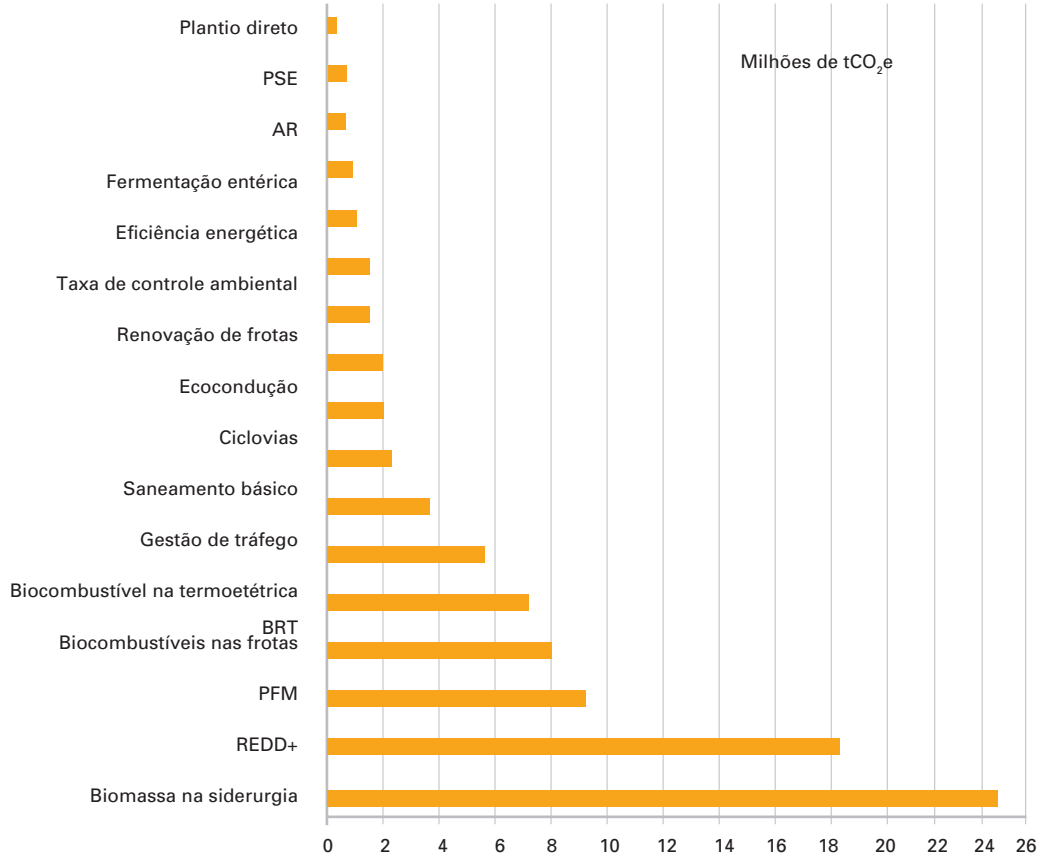
Fonte: Elaboração do Consórcio IDOM-COBRAPE

Distribuição dos investimentos por setor



Fonte: Elaboração do Consórcio IDOM-COBRAPE

Redução total de GEE por Ação



Fonte: Elaboração do Consórcio IDOM-COBRAPE

O montante total reduzido por cada ação, individualmente, pode ser observado na Figura 07. Nota-se a relevância dos resultados de ações a serem tomadas nos setores Industrial e IPPU e de Transportes, devido às suas grandes emissões, e também o setor AFOLU, com enorme potencial de redução de GEE.

A emissão de gases de efeito estufa em Vitória não possui um monitoramento adequado, nem mecanismos atuantes de controle e fiscalização municipais. Espera-se que o inventário da emissão de gases de efeito estufa elaborado no âmbito da ICES auxilie a prefeitura no sentido de elaborar um plano de mitigação com metas de redução setoriais e sistemas de monitoramento para definir, implementar e operacionalizar as medidas de mitigação de GEE nos diferentes setores e áreas de infraestrutura.

O controle das emissões de gases de efeito estufa em Vitória pode ser utilizado para beneficiar processos de aumento da competitividade da economia local. Ter um monitoramento adequado, assim como mecanismos comando e controle associados a instrumentos de incentivos financeiros, por exemplos isenções fiscais podem auxiliar na redução das emissões de GEE ao mesmo tempo em que aumentam a atividade econômica da cidade. Espera-se que o inventário de emissões de gases de efeito estufa elaborado no âmbito da ICES auxilie a prefeitura no sentido a ampliar o conhecimento e incentivar novos estudos para subsidiar a tomada de decisão informada e consciente de suas implicações ambientais, econômicas e sociais.

Estudo de Base 2 **Vulnerabilidade diante riscos naturais no contexto das mudanças do clima**

Os estudos de risco e vulnerabilidade realizados em Vitória identificam os principais perigos naturais que ameaçam a cidade. Além disso, eles buscam estimar o risco de desastre associado, isto é, medem a combinação da probabilidade de que se produza um evento e suas consequências em termos de impactos econômicos e humanos.

Os resultados obtidos permitem à cidade priorizar seus investimentos para melhorar seus mecanismos de gestão de risco. Os dados e mapas gerados facilitam a revisão dos instrumentos de desenvolvimento relacionados ao ordenamento territorial, guiando assim o crescimento da cidade e evitando a criação de assentamentos em zonas de risco.

Os estudos de base analisam três componentes do risco:

1. Ameaça: a intensidade em um local específico e para uma frequência ou suscetibilidade dada do evento;
2. Exposição: a quantidade de infraestrutura, população ou bens geograficamente afetados pela ameaça;
3. Vulnerabilidade: as características e as circunstâncias de uma comunidade, sistema ou bem que os fazem suscetíveis aos efeitos danosos de uma ameaça.

O consórcio IDOM-Cobrape, em colaboração com as prefeituras de Vitória e Vila Velha, realizou um exercício de análise e priorização das ameaças a serem estudadas na RMGV. A partir desse processo, três ameaças foram identificadas:

- Inundação fluvial[3]
- Inundação costeira
- Deslizamentos

Inundação fluvial

O estudo de inundações fluviais está centrado, fundamentalmente, no estudo hidrológico e hidráulico e analises das áreas de inundação das diferentes redes de drenagem que ficam contidas na RMGV e, mais especificamente, na cidade de Vitória. O objetivo de tais análises é identificar as principais áreas de inundação fluvial, para diversos períodos de retorno e incluindo, também, as possíveis variações nas chuvas e temperatura no caso de um cenário de mudanças do clima.

Para realizar tal modelização é necessário possuir um Modelo Digital do Terreno (MDT) com boa qualidade. Para a cidade de Vitória foi possível utilizá-lo, entretanto, as interações provenientes dos Rios Santa Maria e Jucu, que provém de demais municípios da RMGV foi dificultada pela falta de dados topográficos adequados e de batimetria dos rios.

Por este motivo, para a análise de inundações fluviais, foi realizada a seguinte metodologia: a partir do modelo digital do terreno disponível ASTER de 30 metros por célula, foram analisadas as direções que adquirem o fluxo de chuvas, relacionando, assim, cada célula com sua área tributária ou área de aportação de vazão (subbacia), de forma que foi possível definir os rios da RMGV por meio das células com maior área, transportando, portanto, maior vazão. Isto permite definir os canais dos rios, não a nível de ameaça, já que não determinam sua profundidade e velocidade, mas a nível ambiental e como limitante ao desenvolvimento urbano, já que os canais e áreas ribeirinhas são zonas ricas, férteis e sensíveis que devem ser protegidas por razões ecossistêmicas que vão além das medidas de mitigação de risco para infraestruturas e pessoas assentadas em suas margens e em zonas inundáveis.

Esta limitação de ameaça fluvial afeta a RMGV e não ao município de Vitória, que foi mais bem caracterizado pela análise de risco de inundação costeira e estuarina.

Inundação costeira

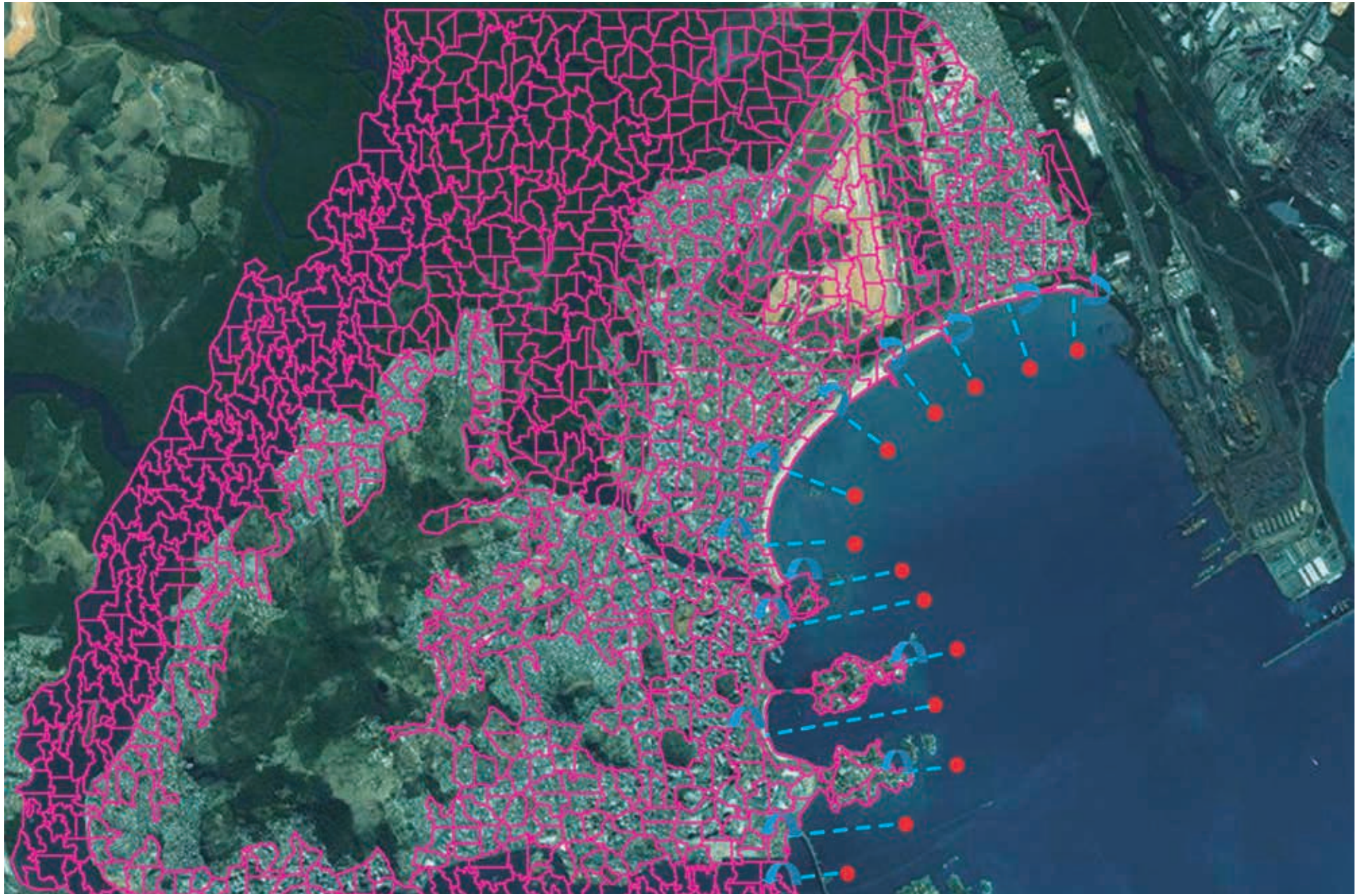
A inundação na costa é um fenômeno que envolve os eventos extremos da dinâmica marinha, as características geométricas e mecânicas das defesas costeiras e a da topografia afetada pelos eventos de inundação. Além disso, é importante ter em conta que as mudanças do clima tem impacto direto na alteração dessa dinâmica em um futuro próximo, alterando não apenas a dinâmica marinha, mas também o espaço urbano, o que acarretaria em uma maior vulnerabilidade para as cidades costeiras.

Para tanto, o objetivo da análise de inundação costeira é definir aquelas zonas que serão inundadas pela água do mar pela consequência da soma das ondulações, da maré astronômica (força gravitacional da lua, principalmente) e da maré meteorológica (pressão atmosférica e vento), associado aos níveis do mar e a frequência ou probabilidade de ocorrência. A estes três fenômenos, também é necessário somar a possível subida do nível médio do mar por efeito de mudanças do clima para diversos cenários temporais, como o ano de 2050.

As imagens a seguir representam, de todas as combinações estudadas, a de menor impacto, correspondente ao período de retorno (frequência) de 10 anos e com o clima atual e a de maior impactos, sendo esta correspondente a um período de retorno de 200 anos e com cenário de subida do nível médio do mar de 1 metro (o máximo projetado para todo o século XXI). O restante de combinações ficam contidas entre estas duas manchas de inundação.

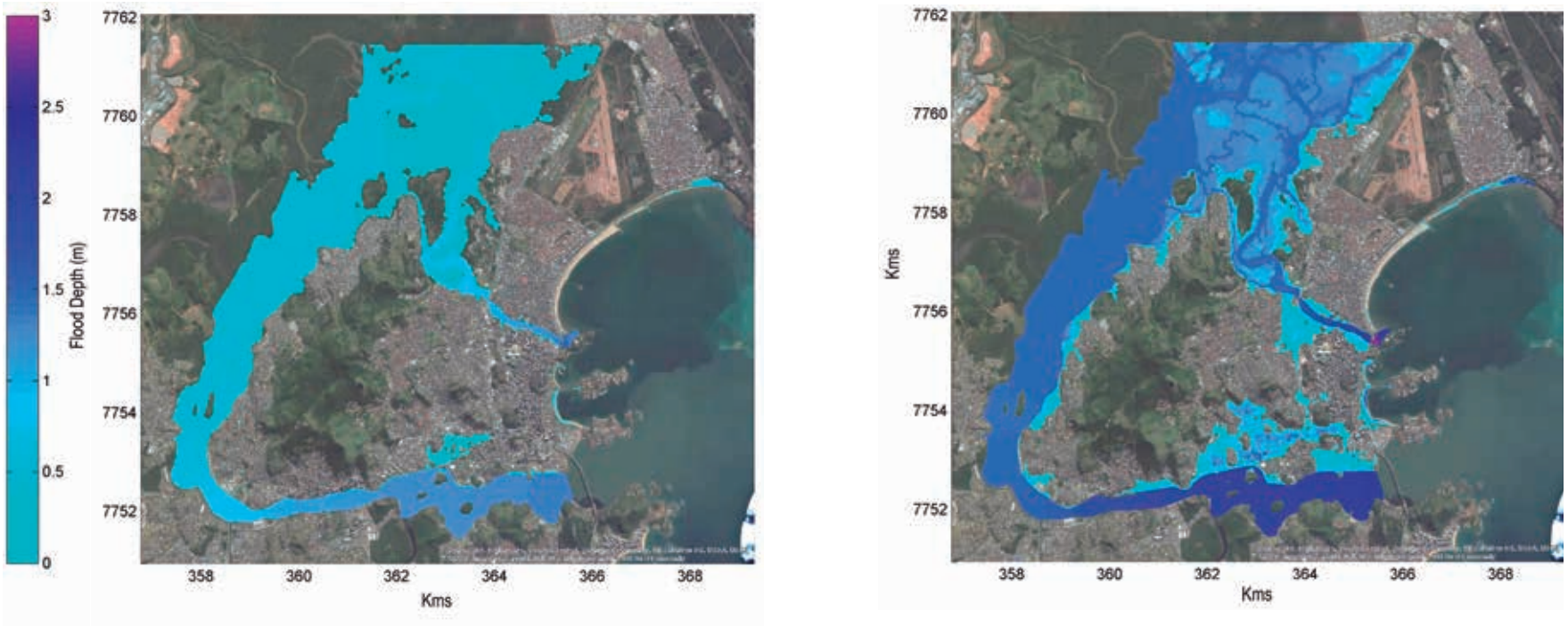
[3] A não existir informação disponível e adequada para construir um Modelo Digital do Terreno para os demais municípios da RMGV (exceto Vitória), é impossível representar os canais dos rios com a precisão adequada para estudar a ameaça fluvial. Apesar de Vitória possuir tal informação, a falta de informação para a RMGV afeta o estudo desse município, pois os rios Jacu e Santa Maria influenciam diretamente nessa ameaça. Entretanto, graças a qualidade de informação disponível para o município de Vitória, foi possível realizar a modelização de inundação costeira e sua influência nos rios Jacu e Santa Maria, identificando as áreas inundáveis com suficiente precisão.

Representação conceitual da transferência da série de nivel do mar obtida pela simulação numérica do domínio de inundação



Fonte: Elaboração Consórcio IDOM – COBRAPE

Pegada de inundação (profundidade) obtida para os cenários de PR de 200 anos com 1 m de SLR (direita)



Fonte: Elaboração Consórcio IDOM – COBRAPE

Analisando-se as subidas do nível médio do mar em um cenário muito mais extremista de mudanças do clima, a realidade territorial do município de Vitória se veria radicalmente alterada. É um cenário hipotético para um período de retorno bastante alto (200 anos), o que significa uma baixa possibilidade de ocorrência, porém não nula e que deve fazer parte de planos de risco e emergências municipais.

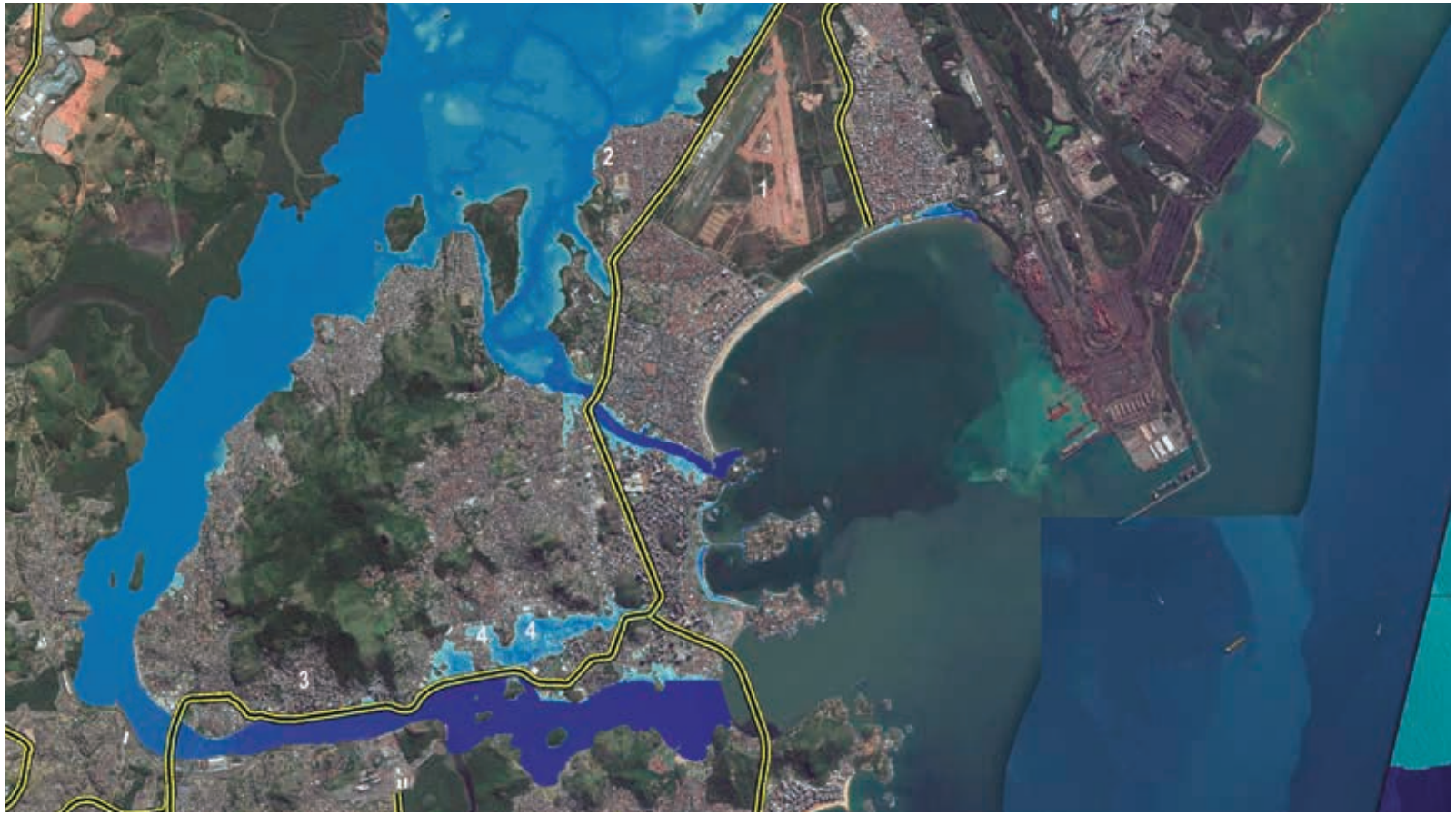
É importante enfatizar que, se não houver medidas mundiais, regionais e locais para a diminuição das emissões de gases de efeito estufa, como relatado anteriormente, o cenário de inundação marinha mais extremo pode se tornar uma realidade futura.

Estas imagens mostram como o principal impacto se produz nas entradas de água por meio dos rios e canais que conectam o rio Santa Maria com o mar, fazendo com que este entorno seja alvo de atenção e cuidado para instalações futuras de infraestrutura de contenção, mas, tão importante quanto, um desenvolvimento urbano adequado que viabilize a instalação de infraestruturas e impeça a construção de edificações em áreas mais vulneráveis.

Tratando-se das possibilidades de riscos de inundações costeiras em um cenário climático atual, com a modelização realizadas, é possível destacar diversas questões relevantes:

- A perda máxima esperada (PML) por inundação marinha varia em uma categoria de 14 e 27 milhões de reais de acordo com os períodos de retorno respectivos de 10 e 200 anos com o cenário de clima atual, sendo possível incrementar teoricamente até cerca de 93 milhões de reais com um período de retorno de 200 anos em um cenário incremento do nível do mar de 0,5 m, por efeito da alteração climática.
- A perda anual esperada (PAE) por efeito de inundações marinhas, de acordo ao cenário de clima atual, subiria para cerca de 5,5 milhões de reais.

Análise de coincidência de rede de rodovias e aeroporto sobre manchas de inundação



Fonte: Elaboração Consórcio IDOM – COBRAPE

- O núcleo de maior perda anual esperada se encontra nos bairros de Ilha Santa Maria, Monte Belo e zonas circundantes, onde maior persistência de inundação marinha se espera. Igualmente nas margens do Rio Santa Maria devem ser considerados como zonas sensíveis.
- O número de pessoas potencialmente afetadas pela ameaça de inundação em Vitória, em condições de clima atual, se estima em entre 5.000 e 11.500.

Como forma de evitar e mitigar esses problemas, algumas ações e recomendações podem ser ressaltadas:

- Planejamento urbano adequado e a longo prazo: somente com um planejamento urbano que esteja integrado com os mapeamentos e modelagem de riscos de inundação (para, no mínimo, um período de retorno de 50 anos) seria possível evitar a vulnerabilidade de pessoas e bens em áreas com possibilidade de inundação costeira.
- Conservação de ecossistemas ligados à vida marinha/estuarina e que não podem receber usos urbanos, como os manguezais.
- Detalhamento e ampliação do escopo do estudo: é necessário realizar um estudo de inundação marinha ainda mais detalhado e ampliado, também, aos outros municípios da RMGV, já que também sofreram impactos, principalmente em contexto de mudanças do clima e que podem acarretar em ações que afetem a cidade de Vitória.

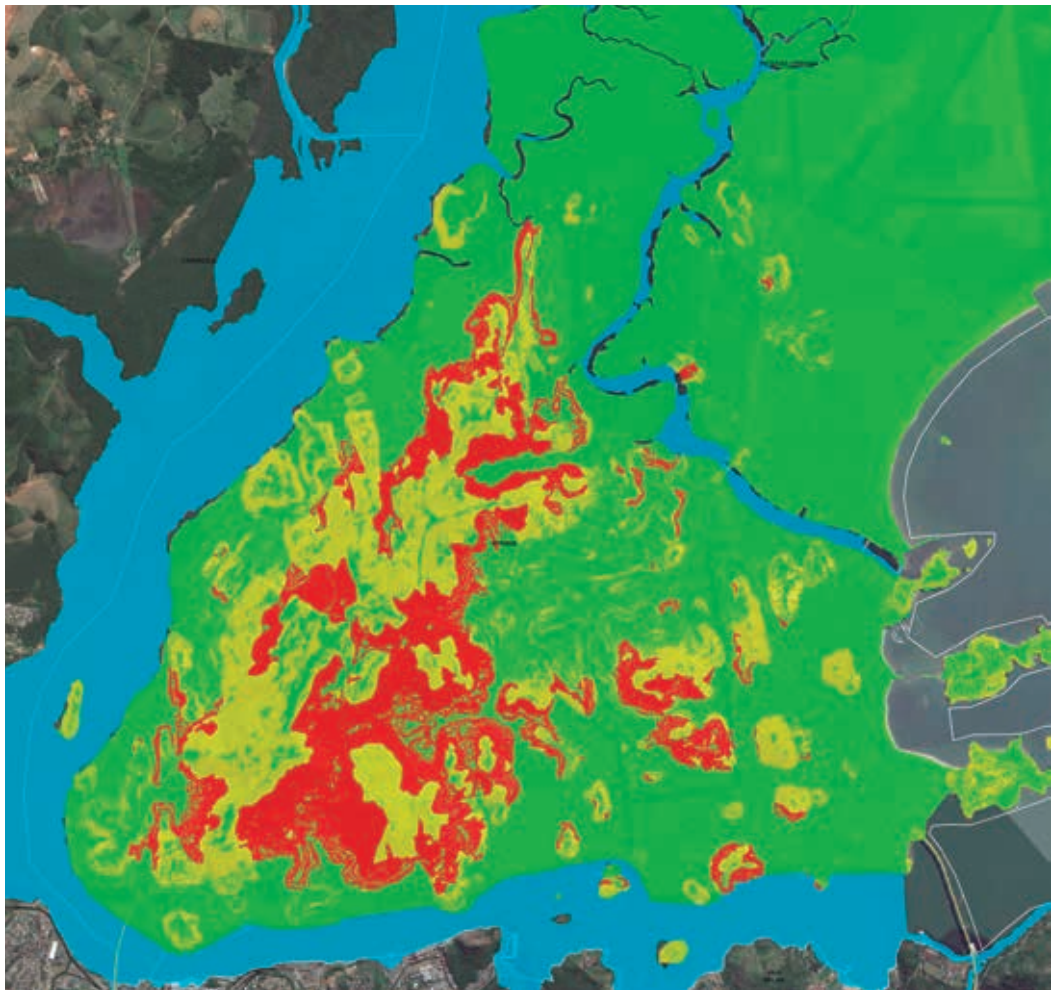
Deslizamentos

Os deslizamentos são uma importante ameaça para o município de Vitória e RMGV e a análise dos eventos históricos indica que esta ameaça é recorrente, produzindo diversos danos em muitos elementos vulneráveis. No município de Vitória, especialmente, os processos de deslizamento acontecem de maneira periódica nas épocas de chuvas. As dimensões dos processos são muito variáveis, sendo difícil realizar uma extrapolação do mapa de suscetibilidade ao de periculosidade.

Assim, foram realizadas duas análises, uma para Vitória e outra para a RMGV, já que as informações disponibilizadas possuíam qualidades e precisões distintas, principalmente no que se refere às escalas dos mapas geológicos, litológicos e do modelo digital do terreno (como já comentado anteriormente). Deste modo, a precisão dos resultados alcançados se relaciona com a precisão dos dados obtidos: para a RMGV os mapas produzidos estão baseados em informações a 1:50.000, que, mesmo que com menor precisão que para o município de Vitória, os resultados encontrados são importantes para identificar as zonas mais problemáticas e servir de limite ao desenvolvimento urbano, principalmente em cenário ótimo e intermediário.

Após as visitas de campo a Vitória e RMGV, foi observado que há tanto fatores naturais como antrópicos que disparam os processos de ladeira e deslizamentos. É habitual encontrar no território lançamentos de águas residuais em áreas com acentuada inclinação, a ausência de calhas de guarda na zona superior dos taludes e sobrecargas em zonas próximas da borda de taludes com a presença de moradias e edifícios (muitos relacionados com invasões). Assim, diversos taludes e áreas com acentuada inclinação se vêem mais vulneráveis, pois acabam por não possuir nenhum tipo de sustentação ou fator corretor que evitem a erosão do mesmo e sua estabilidade.

Mapa de suscetibilidade para o município de Vitória



Fonte: Elaboração Consórcio IDOM – COBRAPE

Portanto, os principais problemas identificados acabam ocorrendo em locais onde também encontram-se alguns assentamentos informais, ligados a áreas de morro e em inclinações mais acentuadas. Está clara esta ligação, já que, -normalmente, são áreas com restrições à construção formal, mas que se vêem propícias a segmentos sociais de mais baixa renda que possuem menores possibilidades de aquisição de lotes não vulneráveis.

Tais zonas são mais suscetíveis a deslizamentos por sua condição topográfica e física, mas, também, pela falta de infraestrutura urbana adequada, como falta de canalização de águas, que é um elemento desencadeante a deslizamento, principalmente em momentos de chuvas. Todos esses fatores soma-

dos a um tipo de construção informal, de mais baixa qualidade construtiva, faz com que tais áreas (e vermelho no mapa ao lado) sejam mais vulneráveis e que os danos sofridos no caso de deslizamentos sejam maiores.

De maneira geral, a análise e modelagem das áreas mais suscetíveis a deslizamentos em Vitória e RMGV aponta como principais questões:

- Devido à falta de dados não foi possível realizar uma avaliação detalhada da vulnerabilidade funcional da cidade de Vitória, se bem que em conjunto parece relativamente pouco sensível.
- A vulnerabilidade das infraestruturas principais da cidade frente a deslizamentos parece pouco significativa.
- O valor estrutural, habitações e edifícios terciários e industriais associados, exposto à ameaça de deslizamentos, está na seguinte ordem de magnitude:
  - Susceptibilidade Alta: cerca de 1.245 milhões de reais; e
  - Susceptibilidade Média: em torno aos 1.150 milhões de reais.
- O número de pessoas residentes em zonas com susceptibilidade média e alta de deslizamentos se eleva a mais de 140.000.

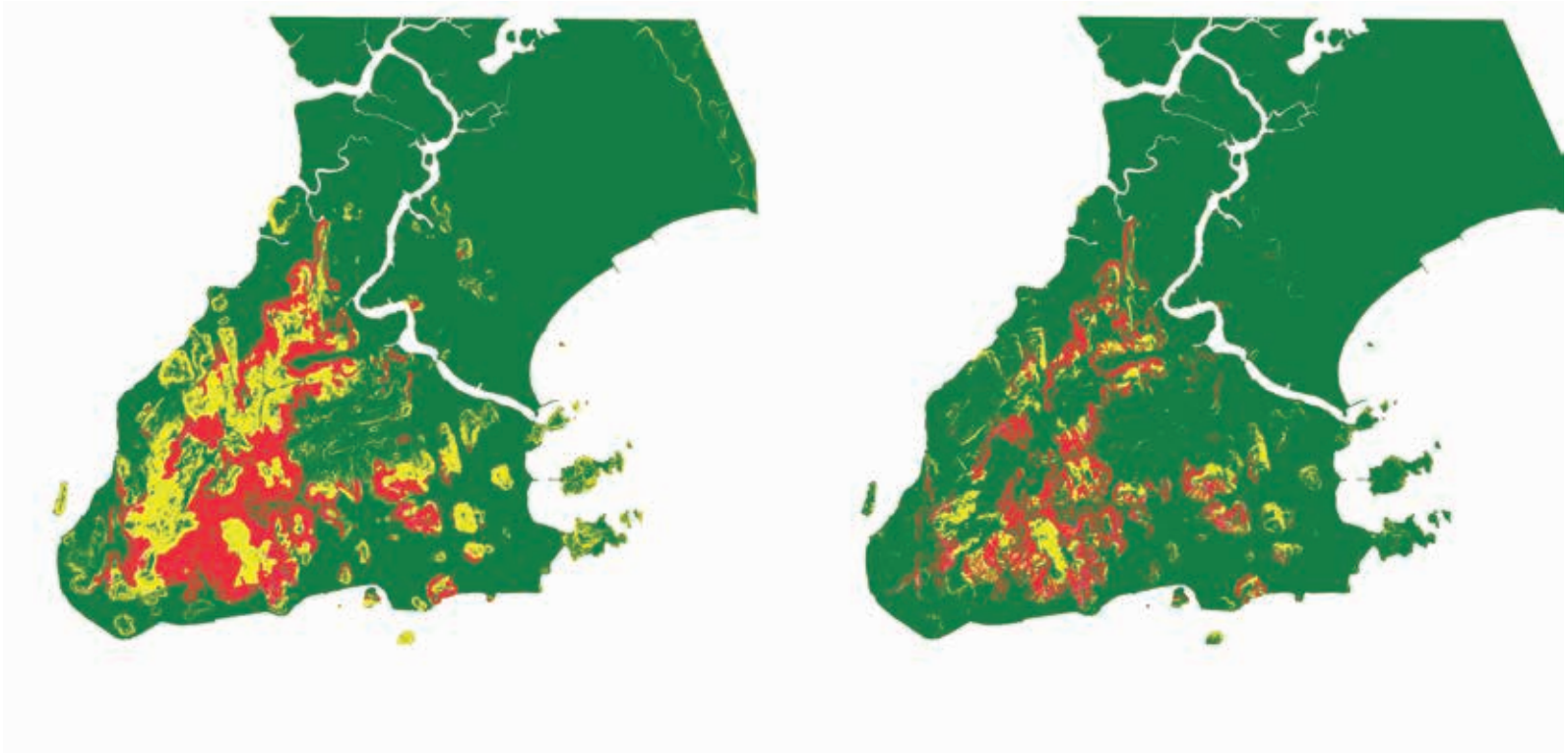
Inventário de Processos

Inventário Microrregião		
RMGV	CPRM	IDOM
Gravitacional	**178**	**145**
Deslizamentos superficiais	**291**	
Quedas de Bloqueios	**32**	

Municipalidade de Vitória			
FASE	PMRR	IDOM	Total
Deslizamentos	**122**	**6**	**128**
Quedas	**8**	**3**	**11**

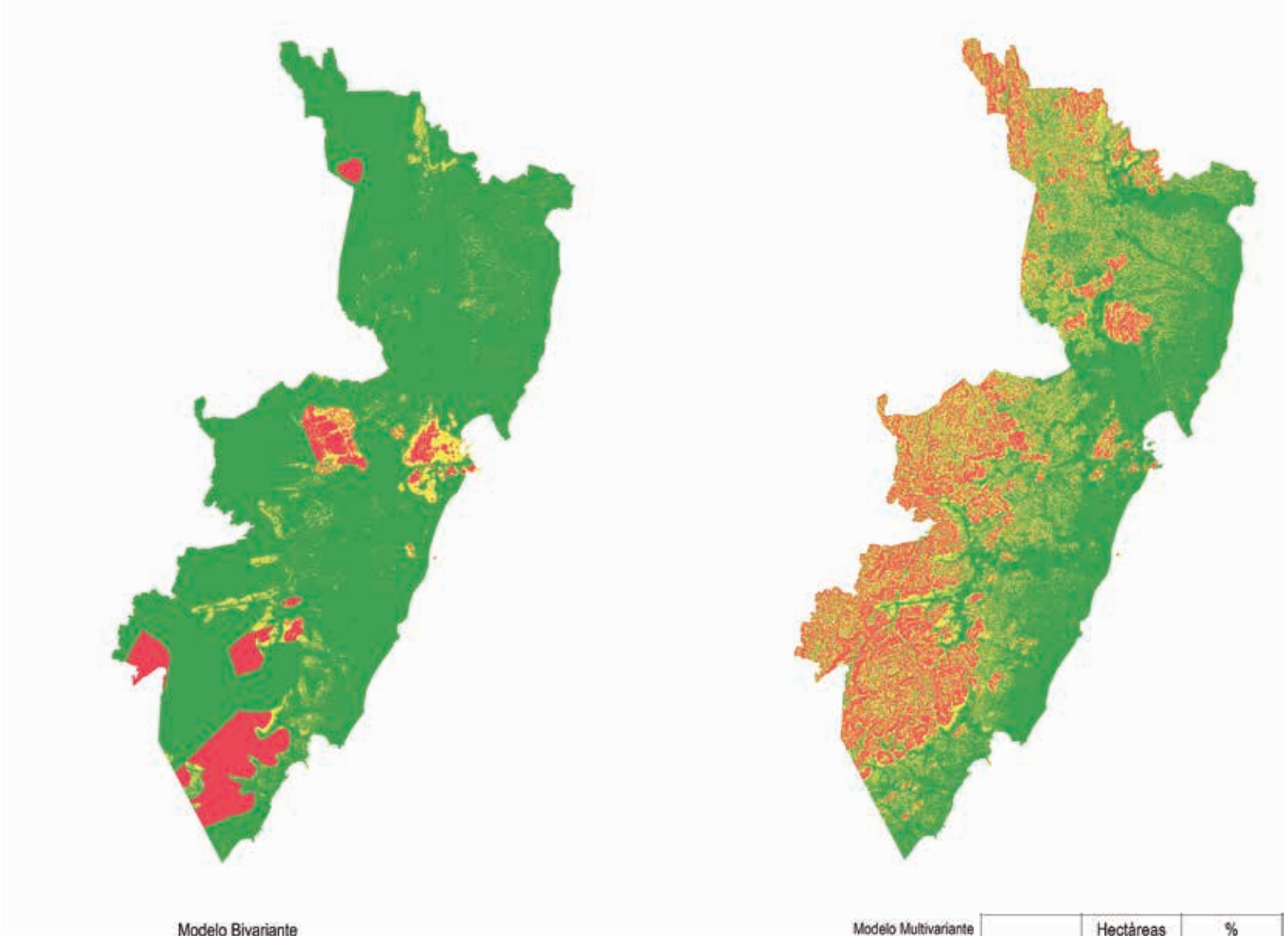
Fonte: Elaboração Consórcio IDOM – COBRAPE

Mapas de suscetibililidade do municipio de Vitória



Fonte: Elaboração Consórcio IDOM – COBRAPE

Mapas de suscetibililidade da RMGV

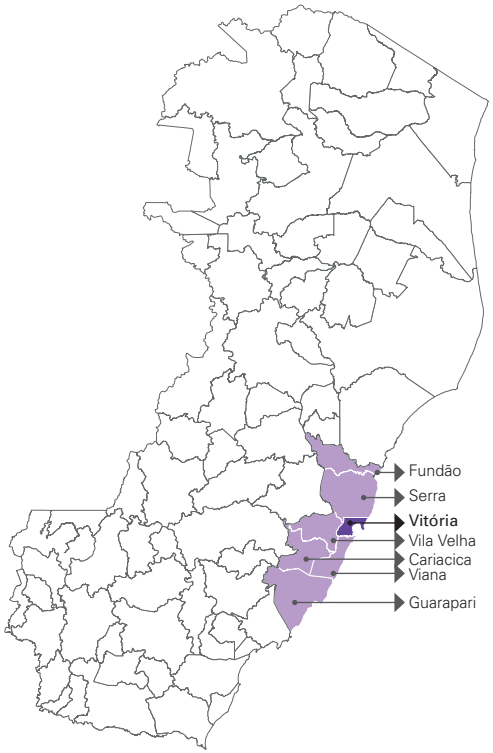


Fonte: Elaboração Consórcio IDOM – COBRAPE

Estudo de Base 3 **Estudo do Crescimento Urbano**

O estudo do crescimento urbano da Região Metropolitana de Vitória tem por objetivo realizar uma análise histórica e atual do crescimento da mancha urbana considerando a relação da cidade com seu entorno, bem como as dinâmicas globais e regionais que as afetam. O estudo também faz um exercício prospectivo por meio do desenho de cenários de crescimento de longo prazo (2030 e 2050). Uma vez projetados os três cenários, analisamos suas diferenças com relação aos custos econômicos que cada um representa para Vitória e para a região metropolitana.

Região Metropolitana da Grande Vitória



Fonte: Elaboração Consórcio IDOM-COBRAPE com base em IBGE, 2010.

A Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) é uma das mais recentes regiões metropolitanas criadas no Brasil; em 21 de fevereiro de 1995, pela Lei Complementar Estadual nº 58. Constitui-se de sete municípios: Vitória, Cariacica, Vila Velha, Serra, Fundão, Viana e Guarapari e sua área central sofreu um processo de conurbação intenso e acelerado. Hoje, a mancha urbana de Vitória se estende nos municípios de Cariacica, Vila Velha e Serra e está fragmentada por Fundão, Viana e Guarapari.

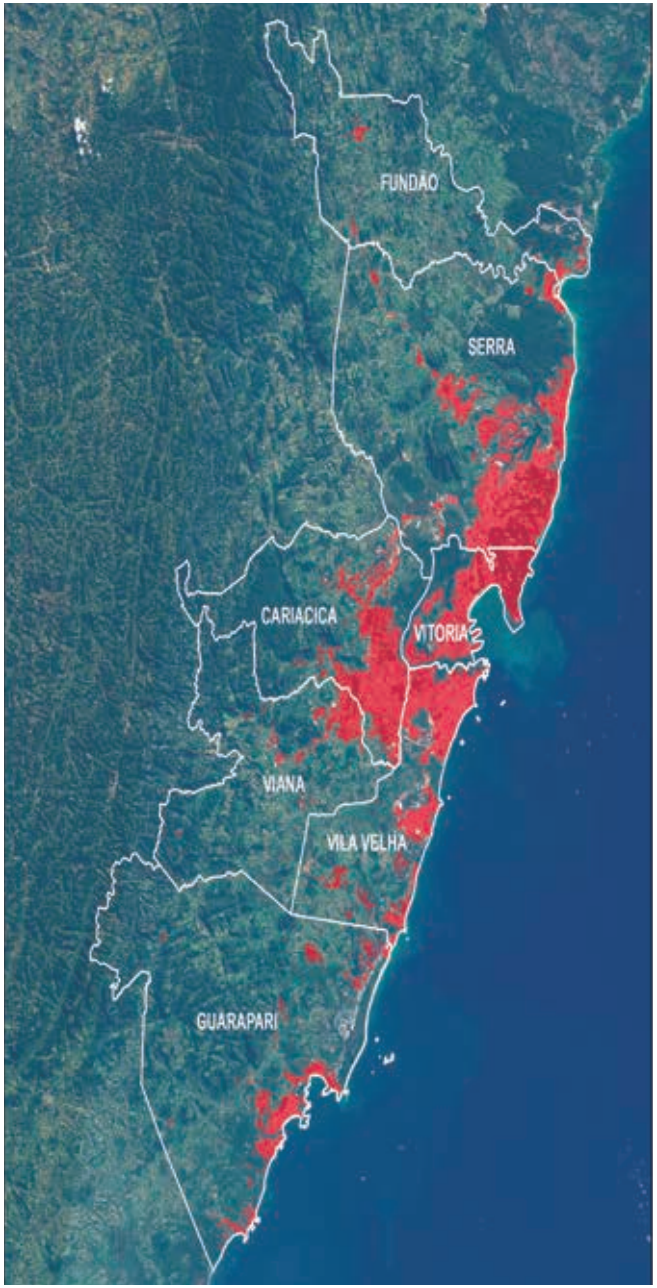
Vitória é o principal polo de desenvolvimento urbano e industrial do Estado do Espírito Santo, concentrando uma população de 1.687.704 habitantes, o que representa cerca de 48% da população total do Estado, sendo que sua área equivale a 5% da área do estado (IBGE, 2010).

No caso da RMGV, cada município tem suas particularidades e vocações, porém interferem e dependem das dinâmicas uns dos outros, principalmente da capital. A RMGV contém indicativos de coesão que são expressos pelo adensamento populacional e participação na dinâmica urbana e econômica que a classifica como alto grau de integração metropolitana.

A conurbação urbana é uma realidade para a RMGV. A rede de rodovias e a ferrovia existente são vetores de crescimento e assentamento urbano que provocam um contínuo urbano entre todos os municípios da região. A RMGV é rica em articulações viárias das mais diversas formas, pois uma das mais importantes atividades da região e que calcou seu desenvolvimento, desde tempos coloniais, foi o transporte de mercadorias através dos portos de Vitória.

A área insular do município de Vitória conecta-se com o município de Vila Velha por meio de duas pontes, Ponte do Príncipe e Ponte Terceira; e com Serra pela Ponte da Avenida Nossa Senhora da Penha, deixando-a integrada com sua porção continental.

Mancha Urbana Atual - RMGV



Fonte: Base IBGE, 2010; Google Earth© e elaboração do Consórcio IDOM-COBRAPE.

Atualmente existem três portos na capital: Porto de Vitória, Tubarão e Praia Mole. Em Vila Velha existem mais dois portos, Terminal Vila Velha (TVV) e Companhia Portuária de Vila Velha (CPVV). O aeroporto internacional Eurico Aguiar Salles é um dos poucos do país com terminal de cargas internacional, o que evidencia o caráter da região como grande pólo logístico.

A RMGV é bastante integrada e interdependente e por isso, Vitória, que já foi o município com maior número de habitantes, atualmente, foi ultrapassada por Cariacica, Serra e Vila Velha que contam com população maior de 340.000 habitantes cada. Este fato deve-se, principalmente, ao esgotamento do território de Vitória e do transbordamento das atividades econômicas polarizadas para tais municípios, consolidando novas centralidades.

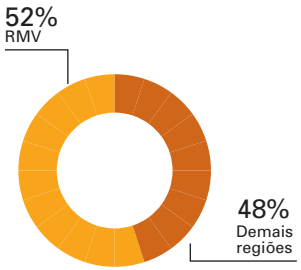
Vila Velha foi a capital do estado até a fundação de Vitória, e durante boa parte de sua história esteve muito ligada a esta, inclusive sendo anexada nas décadas de 30 e 40. Hoje ainda é o município com características mais próximas a da capital. Já Cariacica é um município com baixos índices sociais e, apesar de grande relevância para a região, tem características de periferia urbana no contexto da RMGV. Serra, por sua vez, contém inúmeras indústrias, principalmente na região sul, próximo ao porto de Tubarão e nos complexos CIVIT e vem recebendo um contingente populacional bastante considerável nos últimos anos.

Viana, Fundão e Guarapari ainda apresentam uma população mais reduzida, com menos de 110.000 habitantes. Também estão pouco mais afastados do contínuo urbano e tem papéis secundários para o desenvolvimento da RMGV; são municípios com menor densidade populacional e mancha urbana reduzida. Apesar disso têm suas características próprias, sendo Fundão o município com maior porcentagem de área rural e sua principal atividade econômica é a cafeicultura. Já Viana tem como principais atividades a indústria e o setor terciário e Guarapari tem como principal atividade o turismo, de reconhecida beleza cênica e areias terapêuticas, possuindo número considerável de segundas residências da população de classes alta e média dos outros municípios.

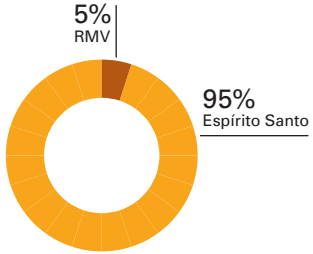
Houve, portanto, um intenso processo de migração entre municípios, dada a forte inter-relação territorial e econômica dos mesmos. Entre 2005 e 2010 os municípios de Serra e Vila Velha receberam um maior contingente populacional, ainda assim acompanhado por Vitória e a seguir por Cariacica.

No que se refere às suas características físicas, a maior parte da RMGV é relativamente plana e seu relevo é constituído por tabuleiros costeiros, sendo este formado por rochas sedimentares desgastadas da região serrana e compactadas nas partes mais baixas do relevo. A RMGV está inserida no bioma Mata Atlântica e é abrangida pelas bacias dos rios Jucu e Santa Maria da Vitória, na região central, além das interbacias dos rios Piraquê-Açu, ao norte, e Benevente, ao sul. O rio Jucu é responsável pelo abastecimento de água de Vila Velha, Viana, a maior parte de Cariacica e a toda a ilha de Vitória, sendo sua parte continental abastecida pelo rio Santa Maria.

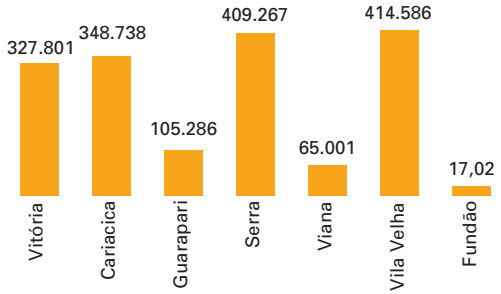
População da Região Metropolitana em relação à população do estado de Espírito Santo



Área da região metropolitana em relação ao estado de Espírito Santo



População 2010 municípios RMGV



Fonte: Dados IBGE, 2010; elaboração do Consórcio IDOM-COBRAPE

Como a RMGV cresceu até hoje?

A área que hoje abriga a Região Metropolitana da Grande Vitória possui algumas das mais antigas cidades do país. Apesar da colonização ter se iniciado ainda no começo do século XVI, até o fim do século XIX seu desenvolvimento foi muito vagaroso, devido a constantes ataques de indígenas que ocupavam as florestas e travavam lutas de guerrilha, além de ataques eventuais de franceses, ingleses e holandeses.

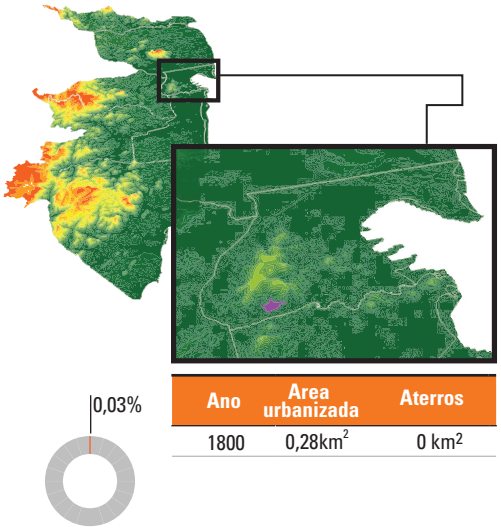
A fundação do Espírito Santo foi iniciada em 1535, quando Vasco Fernandes Coutinho tomou posse da capitania hereditária e se fundou a Vila de Espírito Santo, atual cidade de Vila Velha. Porém, devido aos ataques mencionados, em 1551 foi construída uma nova capital insular, com o nome de Nossa Senhora da Vitória, atual cidade de Vitória.

A nova capital se desenvolveu na parte alta da ilha, posição estratégica protegida por um paredão rochoso na sua retaguarda. Esta localização deu origem a ruas estreitas e tortuosas, e, na parte baixa da cidade, foram construídos vários fortes a beira mar. Vitória foi elevada à categoria de cidade em 1823, mas até o início do século XX esta ainda possuía seu traçado colonial, que trazia condições de salubridade consideradas precárias. Sua paisagem começa a mudar em 1908, com a execução do primeiro aterro da cidade que criou o parque Moscoso, e a partir daí com uma série de outras obras sanitaristas e modernizadoras que se estenderam até anos 50.

A partir dos anos 50 a região entra em uma nova fase de crescimento devido à implantação de grandes projetos produtivos voltados para exportação na região de influência imediata da cidade de Vitória, onde se destacam os investimentos realizados pela CVRD – Companhia Vale do Rio Doce, CST – Companhia Siderúrgica de Tubarão, Aracruz Celulose e Samarco Mineração. Estes investimentos induziram o surgimento de novas atividades e alavancaram as existentes, provocando o surgimento de novos segmentos sociais e atraindo migrantes de diversas origens.

A nova dinâmica econômica estabelecida inicia o processo de metropolização de Vitória e um rápido processo de urbanização envolvendo as cidades vizinhas à capital, dando lugar à formação da Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV). A taxa de crescimento populacional da RMGV saltou de uma média anual de 1,68% na década de 40 para 5,26% na década seguinte, seguido de um índice de 6,58% nos anos 60.

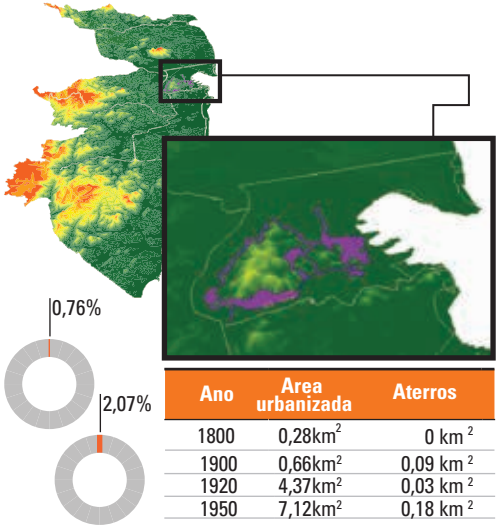
Mancha urbana em Vitória em 1800



Ano	Area urbanizada	Aterros
1800	0,28km²	0 km²

Fonte: OLIVEIRA; ANDRADE, 2014, base cartográfica PMV, 2014, IJSN, 2014 e IBGE, 2010 e elaboração do Consórcio IDOM-COBRAPE

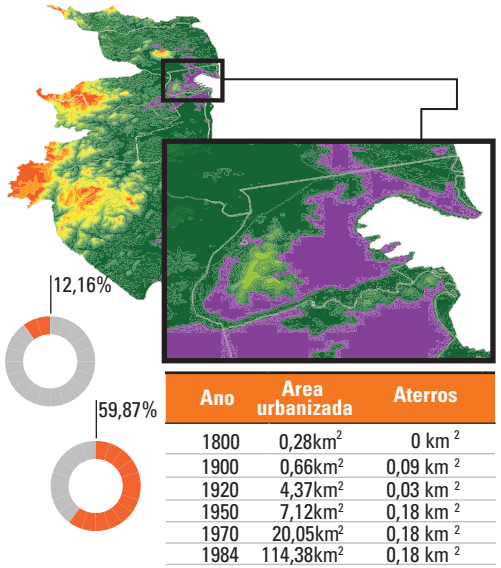
Mancha urbana em Vitória em 1950



Ano	Area urbanizada	Aterros
1800	0,28km²	0 km²
1900	0,66km²	0,09 km²
1920	4,37km²	0,03 km²
1950	7,12km²	0,18 km²

Fonte: OLIVEIRA; ANDRADE, 2014, base cartográfica PMV, 2014, IJSN, 2014 e IBGE, 2010 e elaboração do Consórcio IDOM-COBRAPE

Mancha urbana da RMGV em 1984



Ano	Area urbanizada	Aterros
1800	0,28km²	0 km²
1900	0,66km²	0,09 km²
1920	4,37km²	0,03 km²
1950	7,12km²	0,18 km²
1970	20,05km²	0,18 km²
1984	114,38km²	0,18 km²

Fonte: OLIVEIRA; ANDRADE, 2014, base cartográfica PMV, 2014, IJSN, 2014 e IBGE, 2010 e elaboração do Consórcio IDOM-COBRAPE

Nos anos 50 o município de Vitória teve sua maior taxa de crescimento registrado, uma média de 4,97% ao ano. Este período foi marcado pela ocupação da região onde hoje se situam os bairros Romão, Forte São João, Itararé, Morro Gurigica, Ilha de Santa Maria, Monte Belo e Morro São José, além das encostas do maciço central na região de Santo Antônio com a formação do bairro de Santa Tereza.

Em 1984 é aprovado o primeiro Plano Diretor Urbano de Vitória, que visa o ordenamento de uma cidade já marcada pela fragmentação. Porém o PDU consolida um processo intenso de verticalização e, além da continuação da expansão horizontal, principalmente nas áreas novas da cidade criadas pelos aterros de Bento Ferreira e da Enseada do Suá, a cidade se expande verticalmente, com classes desfavorecidas nos morros e classes altas e médias no modelo de torres. As ocupações ao longo da Av. Serafim Derenzi crescem, formando os bairros de Nova Palestina, Resistência, Redenção, Aglomerado São Pedro, Grande Vitória, Estrelinha, Inhanguetá e Nossa Senhora Aparecida - que completam a conurbação na parte insular do município, o que vai conferir à mancha urbana um aspecto de anel em torno do Maciço Central. Em Camburi é implantado o porto de Praia Mole e surge o bairro Maria Ortiz e ampliam-se os bairros de Jardim da Penha e Jardim Camburi.

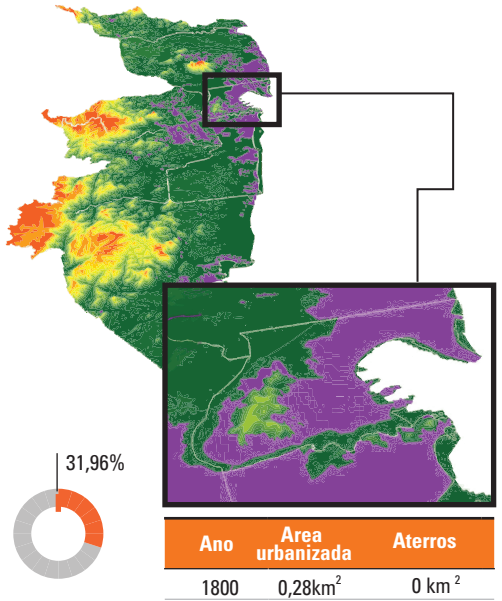
Percebe-se, assim, uma segregação sócio espacial na cidade de Vitória. Ao mesmo tempo em que a população de mais alta renda passou a ocupar edifícios verticalizados ligados à costa, principalmente, o centro da cidade terminou de terceirizar-se e os morros e áreas com pior qualidade urbana, como a oeste do maciço central, eram ocupados por população de menor renda. No entanto, por se tratar de um município insular (em parte) e com restrita área municipal (em comparação com os municípios vizinhos), já na década de 1990 Vitória não apresenta grandes áreas de possível expansão da mancha urbana.

Os municípios vizinhos a Vitória passam a receber vetores de crescimento da mancha urbana conurbada de 1990. Este processo torna-se ainda mais intensos nos 20 anos que procedem. Vila Velha também apresenta um processo de adensamento de diversos bairros, principalmente aqueles ligados à costa, ao mesmo tempo em que conta com uma grande periferia de residências unifamiliares, basicamente.

Até 2004, Vila Velha apresenta um vetor de crescimento costeiro muito fragmentado e distanciado da mancha urbana existente em Guarapari. Ao mesmo tempo Serra consolida mais intensamente seu vetor de crescimento costeiro, se comparado com a mancha urbana de 2004, e Fundão passa a contar com um núcleo urbanizado também próximo à costa.

Até 2014 as dinâmicas urbanas de segregação sócio espacial se intensificam e a população com menor renda é empurrada com mais intensidade à periferia dos municípios da RMGV. Vitória, neste caso, acaba ainda expulsando população mais carente e Cariacica, Serra, Viana e a parte interiorizada de Vila Velha passam a ampliar suas manchas urbanas, principalmente ao redor de eixos rodoviários e em vales, o que configura uma mancha urbana atual muito esparsa e pouco conectada.

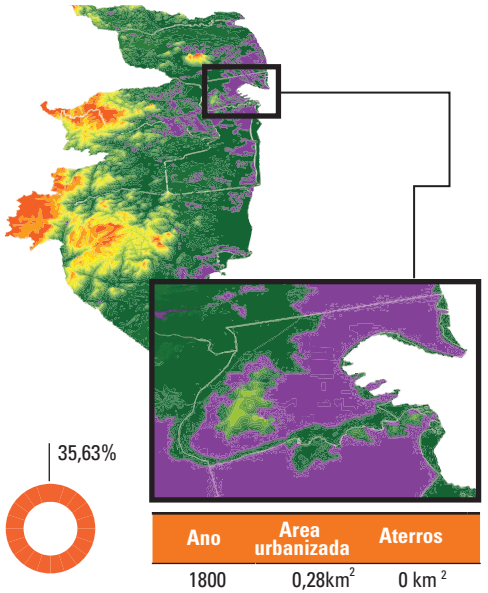
Mancha urbana da RMGV em 2004



Ano	Area urbanizada	Aterros
1800	0,28km²	0 km²
1900	0,66km²	0,09 km²
1920	4,37km²	0,03 km²
1950	7,12km²	0,18 km²
1970	20,05km²	0,18 km²
1984	114,38km²	0,18 km²
1950	7,12km²	0,18 km²

Fonte: OLIVEIRA; ANDRADE, 2014, base cartográfica PMV, 2014, IJSN, 2014 e IBGE, 2010 e elaboração do Consórcio IDOM-COBRAPE

Mancha urbana da RMGV em 2014



Ano	Area urbanizada	Aterros
1800	0,28km²	0 km²
1900	0,66km²	0,09 km²
1920	4,37km²	0,03 km²
1950	7,12km²	0,18 km²
1970	20,05km²	0,18 km²
1984	114,38km²	0,18 km²
1994	157,97 km²	
2004	300,52 km²	
2014	335,46 km²	

Fonte: OLIVEIRA; ANDRADE, 2014, base cartográfica PMV, 2014, IJSN, 2014 e IBGE, 2010 e elaboração do Consórcio IDOM-COBRAPE

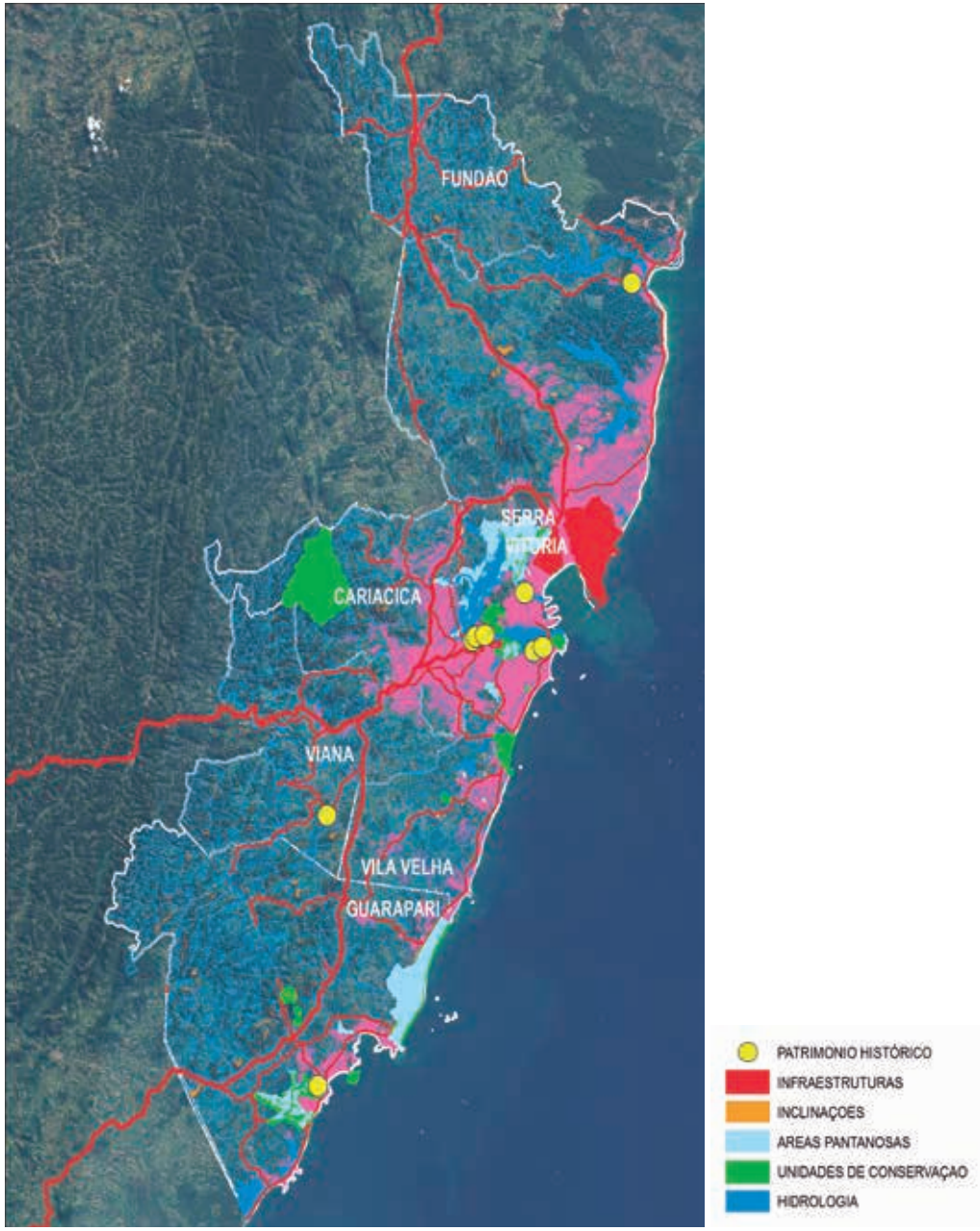
Como a RMGV crescerá no futuro? Condicionantes e limitantes ao crescimento da mancha urbana

O contínuo urbano da RMGV apresenta uma área total de 33.500 hectares e ainda se encontra fragmentado e espraiado, principalmente em relação às áreas urbanas costeiras mais afastadas e os municípios do interior, que contém um menor contingente populacional. Contudo, os municípios de Vitória, Vila Velha, Cariacica, Serra e Viana apresentam uma continuidade forte da mancha urbana atual, estabelecendo uma área conurbada, onde vivem a maioria do contingente populacional atual da região.

Existe uma área costeira com maior verticalização ou com condições de uso mesclado no norte de Vila Velha ligada pela Terceira Ponte à Vitória e que vai praticamente até o bairro de Jardim Camburi. No entanto, 34% do território urbano da RMGV têm uma ocupação interiorizada, horizontalizada e irregular. Ela apresenta descontinuidades e vazios urbanos, caracterizando, assim, a periferia da RMGV e, a área oeste da cidade de Vitória. Os locais próximos ao maciço central e de inclinações mais acentuadas também possuem essas características.

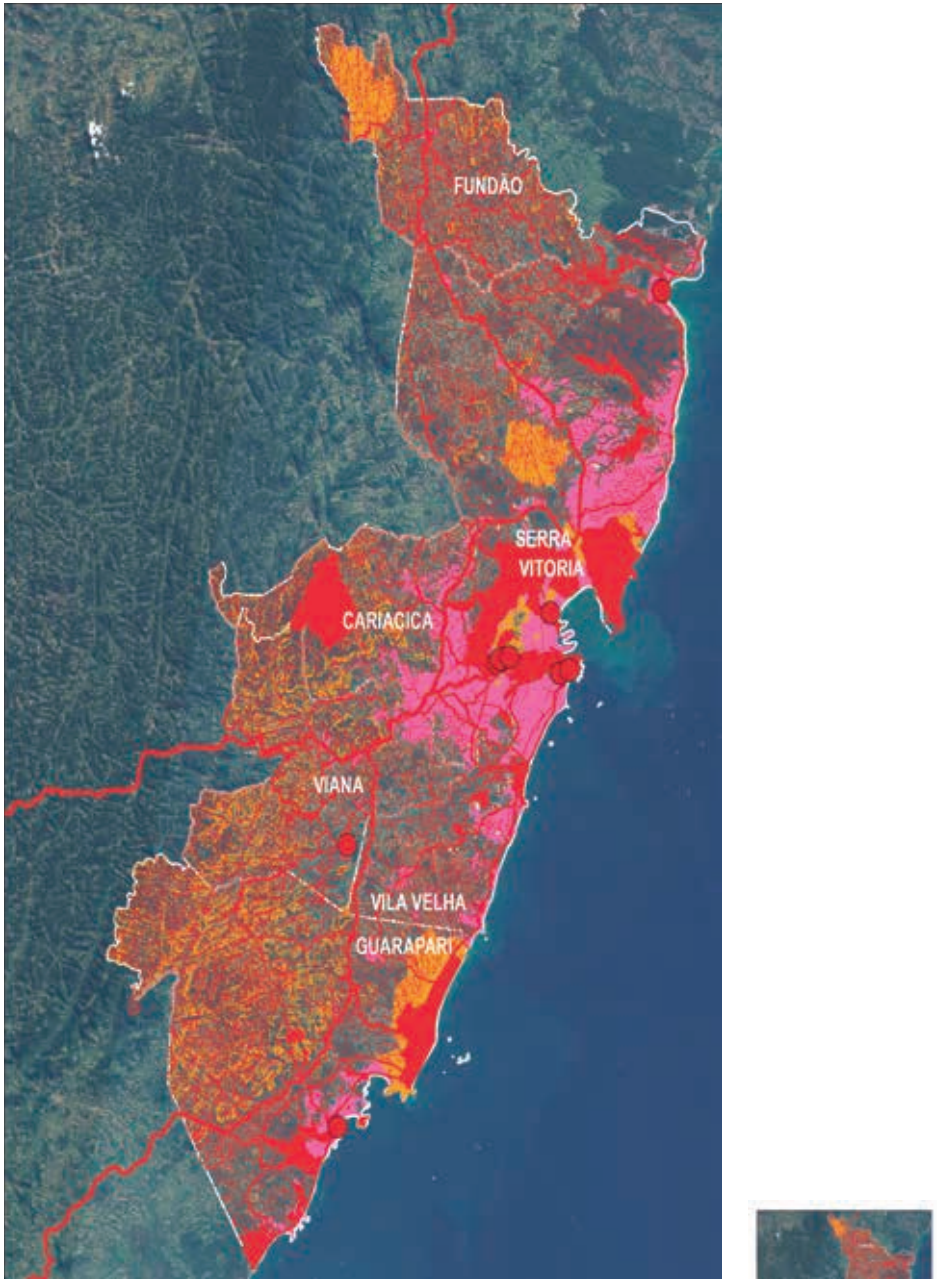
Além disso, também relevante seria a ocupação costeira de uso ocasional ligado aos atrativos cênicos e balneários de Guarapari, Vila Velha, Serra e Fundão, que marcam uma tendência de crescimento linear costeiro tanto ao norte como ao sul de Vitória, aproximando-se, inclusive, das áreas com uso urbano diário e permanente.

Conjunto de Limitantes e Condicionantes ao Crescimento Urbano



Fonte: Elaboração do Consórcio IDOM-COBRAPE.

Conjunto de Limitantes e Condicionantes ao Crescimento Urbano



Fonte: Elaboração do Consórcio IDOM-COBRAPE.

A cidade de Vitória apresenta índices de densidade elevados em diversos pontos, com uma maior variedade de usos do solo, diferente dos demais municípios. Tal característica deve-se ao fato da condição física insular e a pequena área territorial do município, o que fez com que suas construções se encontrem mais compactas no território. Os demais municípios da RMGV possuem usos do solo mais voltados a residências e, por isso, há um forte movimento pendular diário entre os municípios e a cidade de Vitória.

O crescimento urbano acelerado de Vitória e região acabou por invadir áreas de condicionantes e limitantes ao crescimento urbano. Isto significa que diversas variáveis que deveriam ser respeitadas e mantidas sem ocupação humana e urbana, por questões ambientais, legais, técnicas ou de outra índole, não foram respeitadas e a área urbana histórica e atual altera o uso do solo desses locais.

Os condicionantes refletem fatores que estabelecem alguma restrição para a urbanização e construção de edifícios, mas sem proibição total de tal prática. Os limitantes, entretanto, são aqueles que impedem a urbanização e construção por diversos motivos, porém, assim como os condicionantes, nem sempre são respeitados. Além disso, a partir dos resultados do estudo 2, foram identificadas áreas de risco natural e que poderiam ser ainda mais afetadas por mudanças do clima em cenários futuros, analisando, especialmente, os riscos de inundação fluvial e costeira e deslizamentos.

Quanto aos condicionantes ao crescimento urbano, a cidade de Vitória possui, em 2010, um maior contingente populacional vivendo em unidades de conservação e com taxas elevadas de crescimento nos últimos anos. Quanto aos limitantes ao crescimento urbano, as áreas de proteção permanente e de manguezais próximas ao Rio Jacu (em Vila Velha) foram as mais invadidas

nos últimos dez anos, diminuindo as características naturais e de proteção de tal ecossistema.

No que tange os riscos naturais, Vitória seria o município com maior população em locais de maior suscetibilidade de deslizamento e de inundação, porém com taxas de crescimento interanual mais baixas que os demais municípios. Viana e Guarapari teriam uma quantidade de área municipal afetada por deslizamento muito mais altas que os demais, porém mais localizado em áreas montanhosas fora do perímetro urbano, influenciando menos população moradora. Já as inundações afetariam o município de Vitória mais drasticamente (e se veriam pioradas em cenários de mudanças do clima), afetando, principalmente as planícies costeiras e área de aterro.

Limitantes e Condicionantes considerados

		Limitante	Condicionante	Risco
Infraestrutura	Ferroviária	X	X	
	Portos		X	
	Aeroportos	X	X	
	Rodovias	X	X	
Água	Areas alagadiças	X		
	Lagos e lagoas	X		
Inclinações Protegidas	25º - 45º		X	
	+ 45º	X		
Unidades de Conservação	de Uso Sustentável		X	
	de Proteção Integral	X		
Áreas de risco natural	Deslizamentos			X
	Inundações			X

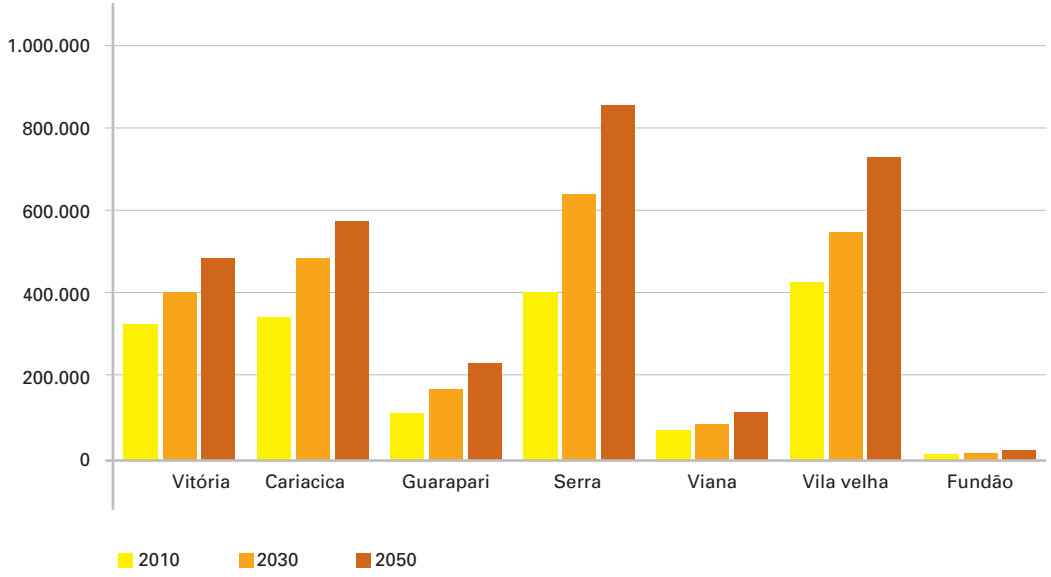
Fonte: Elaborado por Consórcio IDOM-COBRAPE.

Para compreender como crescerá a RMGV e, especialmente, a cidade de Vitória a futuro, entende-se as tendências territoriais avaliando seu crescimento nos últimos 30 anos e projeta-se a população de maneira estatística e territorial (cenários de crescimento urbano). Para isso, foram examinados estudos publicados que levem em conta a projeção estatística populacional para a área de estudo em questão, mesmo que utilizem de distintos métodos projetivos e que não contemplem, completamente, o período temporal de 2030 e/ou 2050. Além disso, também foi realizada, pelo Consórcio IDOM-COBRAPE, uma projeção estatística por município, sempre comparando-as com os estudos existentes, e, posteriormente, uma projeção populacional territorial, para entender como tal população se localizaria no território.

Portanto, para os cenários de crescimento da mancha urbana, foram adotados os seguintes valores para a Região Metropolitana da Grande Vitória:

- População a 2030: 2.373.761 habitantes
- População a 2050: 3.018.896 habitantes

Prospectiva de crescimento populacional



Fonte: IBGE, 2010 e elaboração do Consórcio IDOM-COBRAPE.

Os cenários de Crescimento Urbano

O histórico de espraiamento da mancha urbana da Região Metropolitana da Grande Vitória torna importante a análise de diferentes cenários do seu crescimento. A metodologia para o cálculo da superfície da mancha urbana em diferentes cenários parte da projeção global da população da região metropolitana e seus municípios, individualmente, a 2030 e 2050. O cálculo da superfície da mancha urbana identifica as formas que esse contingente populacional se distribuiria pelo território ao longo do tempo. Os critérios estabelecidos serviram de base para as formas de crescimento nos diferentes cenários propostos e se relacionam, basicamente, com três principais temáticas: densidades, limitantes ao crescimento urbano e prioridade de ocupação urbana.

Cenário de Crescimento Urbano Tendencial

No cenário tendencial, as áreas desfavorecidas veriam sua situação mantida ou piorada, ou seja, as debilidades detectadas seriam mais acentuadas e as fortalezas diminuídas. É, portanto, um cenário não intervencionista e que serve como modelo de limite inferior da análise.

A ocupação no território seguiria os vetores históricos e atuais de crescimento urbano: crescimento linear e fragmentado pela costa e pelos eixos de transporte público e crescimento fragmentado por áreas interiorizadas em locais mais planos e fundos de vale. Além disso, também manteriam a tendência de ocupação urbana em áreas de limitantes e condicionantes ao crescimento urbano, totalizando uma população em áreas de risco natural a 2050 de 327.439 habitantes, o que significa 10% da população total prevista.

A população em áreas de condicionantes ao crescimento urbano teria o crescimento mais expressivo, totalizando uma população em áreas de risco natural a 2050 de 327.439 habitantes, o que significa 10% da população total prevista. No município de Vitória, a ocupação ocorreria, principalmente, nas áreas de conservação de uso sustentável próximo ao maciço central, onde também localizam-se as áreas com maior suscetibilidade de deslizamentos, isso significa que uma maior população ainda sofreria riscos a vida, muito condicionado, também, por momentos de fortes chuvas.

A cidade de Vitória chegaria a sua capacidade de carga e não conseguiria absorver o contingente populacional esperado estatisticamente se mantiver os padrões de crescimento urbano atual, deixando de receber um contingente populacional esperado de 41.526 habitantes a 2030 e 115.623 habitantes a 2050. Tal população seria absorvida pelos municípios de Serra, Cariacica e Vila Velha e fariam com que a parte da nova mancha urbana futura de tais municípios fosse de responsabilidade do município de Vitória, que não seria capaz de receber tais contingentes populacionais em sua área municipal.



Cenário Tendencial

Apresenta uma continuação da tendência de adensamento de cada classe de análise, até atingir sua capacidade de carga (capacidade física de recebimento de tais índices urbanísticos atuais).

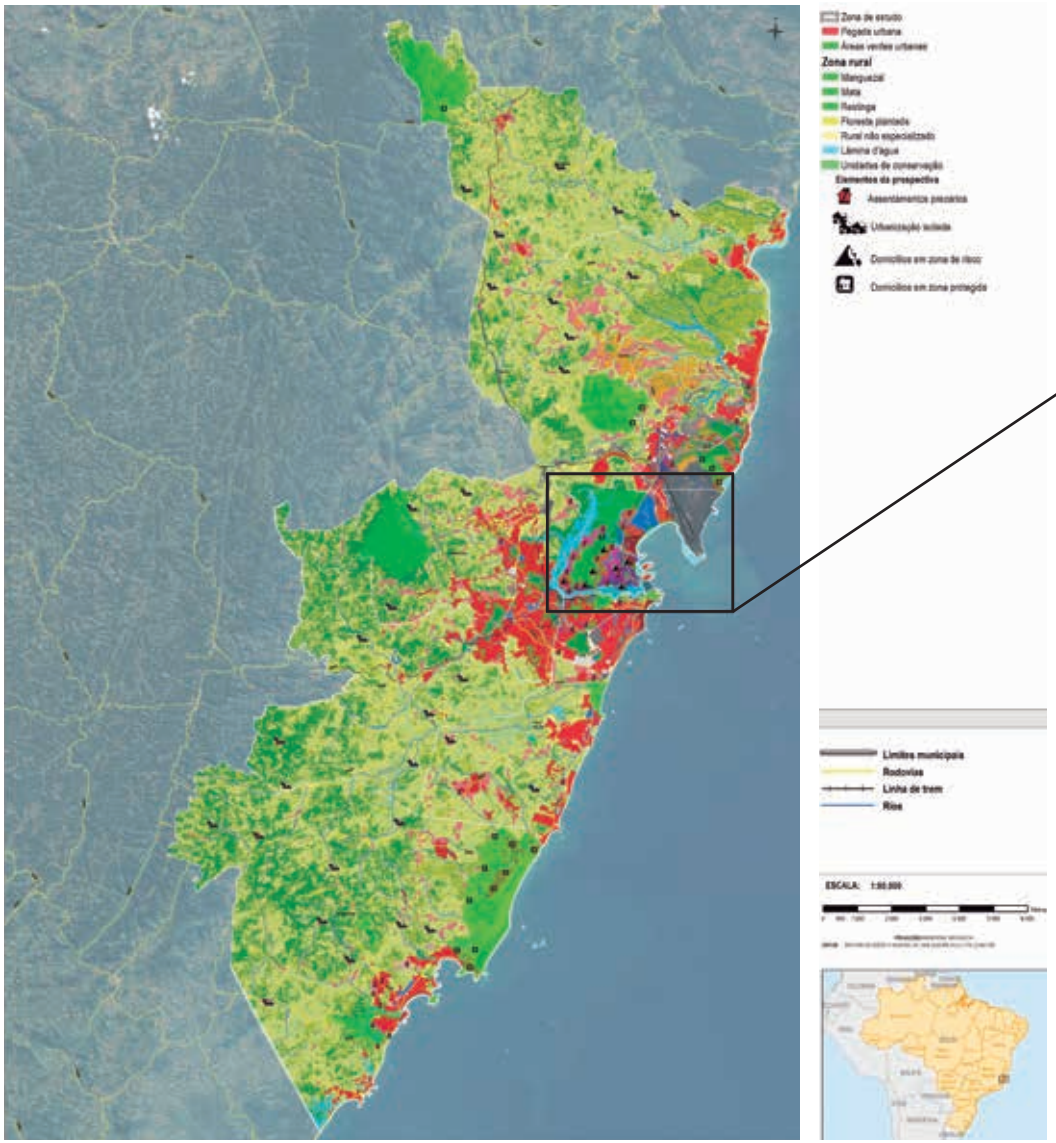
Cenário Ótimo

Busca a densidade ideal da cidade para que não seja necessário ampliar a mancha urbana a 2030 e 2050, respeitando as áreas de limitantes ao crescimento urbano e buscando resolver as principais questões urbanas da região.

Cenário Intermediário

Discutido e validado em oficinas de participação, este cenário também busca resolver os principais problemas urbanos levantados, mas entende que mudanças bruscas são complicadas e lentas. Busca assim sanar os problemas urbanos derivados de uma expansão urbana desordenada.

Espacialização da Mancha Urbana Tendencial.





Fonte: Elaboração do Consórcio IDOM-COBRAPE

A mancha urbana tendencial da RMGV é de 43.825 hectares a 2030 e de 50.244 hectares a 2050, o que significa uma diferença de aproximada de 10.322 hectares a 2030 e 16.721 hectares a 2050, em comparação com a mancha urbana atual. Ou seja, a mancha urbana a 2030, a mancha urbana cresceria 130%, enquanto que em 2050 seria 150% maior que a mancha urbana atual.

De forma sintética, se a mancha urbana atual continuar mantendo as mesmas formas de ocupação e espraiamento que ocorreram até hoje, Vitória e a RMGV teriam:

- Crescimento linear por rodovias e linha de costa, inclusive com pressão de segunda residência em diversos pontos como Guarapari, Vila Velha, Serra e Fundão
- Crescimento de novos solos urbanos de maneira fragmentada pelo interior dos municípios, ligados à oportunidades menos custosas de moradia na RMGV, principalmente de morfologia de até 2 pavimentos.
- A cidade de Vitória não conseguiria manter os mesmos índices de crescimento populacional apresentados até 2010 e, como já ocorre atualmente, passaria a expulsar população a outros municípios (parte da mancha urbana tendencial futura dos outros municípios é de responsabilidade de Vitória – custo Vitória) e também cresceria sobre áreas frágeis e de conservação, como morros com inclinações acentuadas e manguezais, ampliando sua população em áreas de risco à vida humana e diminuindo drasticamente a qualidade de vida urbana da cidade.

Cenário de Crescimento Urbano Ótimo

O cenário de crescimento urbano ótimo, ou imagem desejável do crescimento urbano, como discutido até aqui, permite fixar o limite superior da análise de desenvolvimento urbano a futuro, seguindo uma perspectiva de crescimento urbano sustentável. Entretanto esta é uma imagem difícil de reproduzir, tendo em conta os importantes investimentos necessários para controlar a dinâmica tendencial do crescimento urbano.

No entanto, em se tratando de um cenário hipotético, é possível considerar critérios básicos orientados para a melhora da qualidade de vida da população mediante uma gestão ótima dos elementos naturais como elemento inspirador da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável, considerando o respeito às áreas de limitantes e condicionantes ao desenvolvimento urbano, como é o caso das zonas de risco e vulneráveis. Estes critérios permitem criar medidas de adaptação às mudanças do clima, auxilia na constituição de cidades mais funcionais, densas e compactas, com melhores sistemas viários e de transporte público e com maior oferta de usos, serviços e equipamentos públicos. Para isto, com a finalidade de unir estes elementos, o cenário ótimo acaba por considerar uma disponibilidade absoluta de recursos financeiros, humanos e tecnológicos, assim como a perfeita adequação de uso e ocupação dos solos urbanos.

Com isto, o modelo proposto é direcionado a um ordenamento consciente do território, promovendo o adensamento dos solos urbanos, de maneira mais homogênea e buscando reverter o quadro de segregação socioespacial da população da RMGV. Assim, ao se aumentar a densidade líquida para a RMGV à uma média de 90 habitantes por hectare, ao ocupar os edifícios ociosos, as áreas de vazios urbanos e as áreas estratégicas dentro da mancha urbana atual, a mancha urbana esperada a 2050, para atender os 3.018.896 novos habitantes, seria de 33.571 hectares, 2% maior que a mancha urbana de 2010.

Em oficinas de participação dos Estudos Base, os técnicos municipais indicaram 3 áreas estratégicas em Vitória, dentro do contexto urbano atual, que poderiam transformar-se em solo urbano qualificado no futuro. São elas:

- Terreno próximo à Fazendinha, na região noroeste de Vitória
- Terrenos de uso primário próximo aos bairros de Joana d' Arc e Resistência
- Parque Tecnológico previsto próximo à Universidade Federal do Espírito Santo, no bairro de Goiabeiras

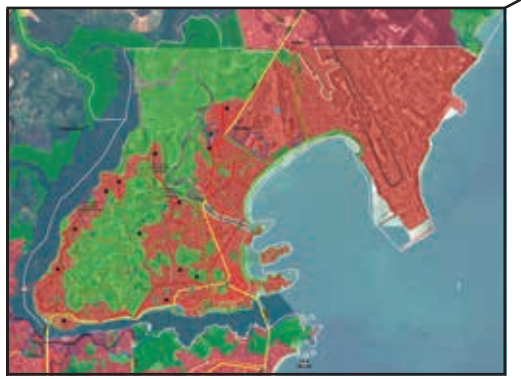
A cidade de Vitória, neste cenário e adotando as estratégias propostas, poderia absorver todo o contingente populacional estatisticamente esperado a 2030 e 2050, sem expulsar parte a outros municípios, ampliando sua densidade líquida média de 63 habitantes por hectare (atual) para 93 habitantes por hectare a 2030 e 2050. Entretanto, é importante destacar que, sem as medidas e aplicação de instrumentos urbanísticos de adensamento e criação de novos solos urbanos, o município de Vitória não teria capacidade de carga para o recebimento de novos contingentes populacionais. No cenário ótimo a 2050, com esses instrumentos, é possível ampliar a oferta praticamente dentro da mancha urbana atual, mas em cenários temporais mais longos, a capacidade de carga chegaria ao limite já que é proposto um cenário de adensamento qualificado (e não um adensamento indiscriminado que diminua a qualidade urbana). Para tanto, outras medidas deveriam ser tomadas, por exemplo, a retirada do aeroporto da área urbana da cidade e levá-lo outro local, reconvertendo o local em um novo bairro.

De forma sintética, para que a cidade de Vitória e sua região metropolitana possam atingir um contexto urbano sustentável e qualificado a 2030 e 2050, algumas ações e recomendações deveriam ser tomadas:

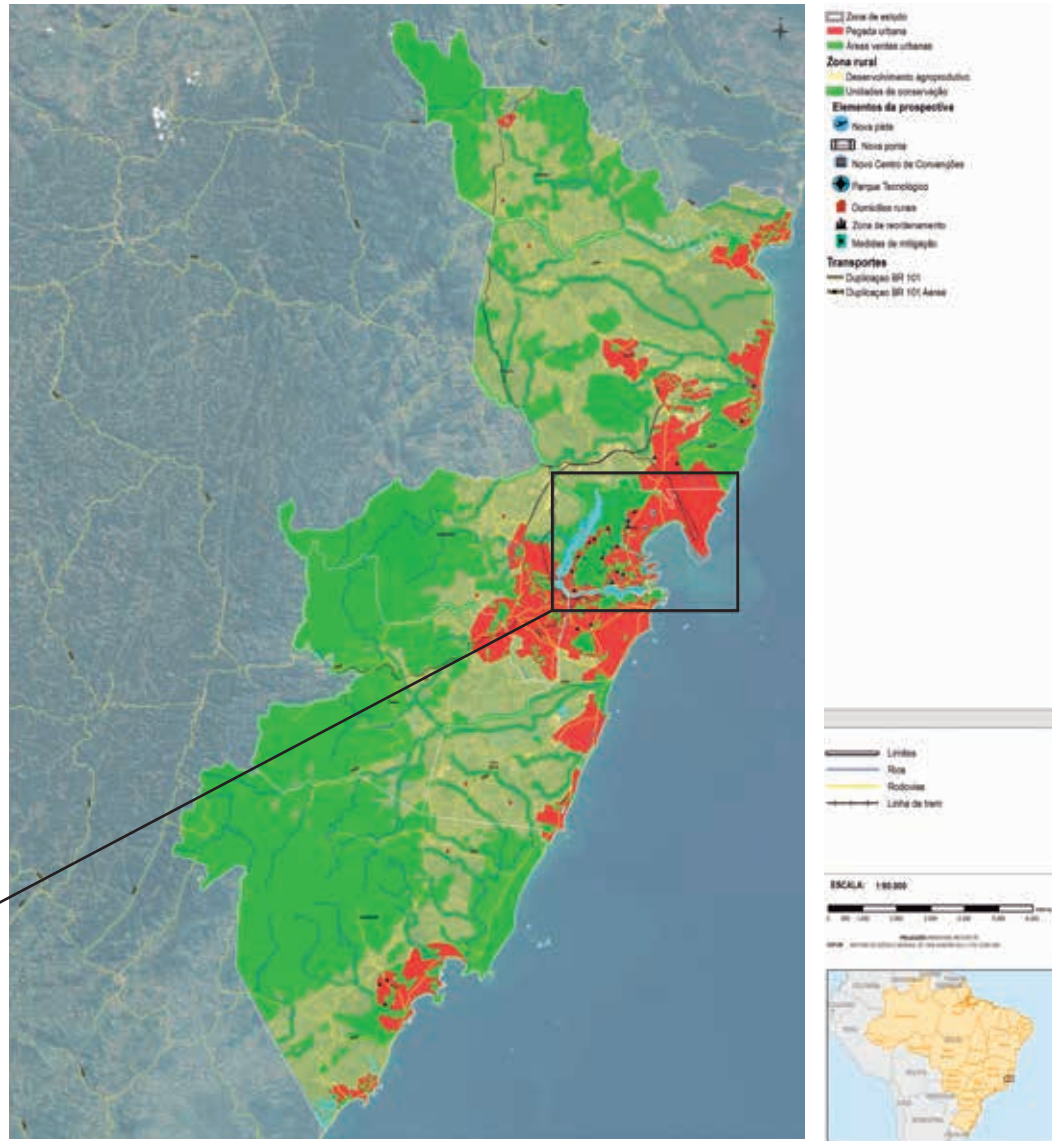
- Ampliação das densidades habitacionais (de forma qualificada e com variedade de uso do solo) por meio de uso de instrumentos urbanísticos previstos no Estatuto das Cidades e, ainda, outros ainda não presentes mas que possam constar nos Planos Diretores Municipais, são eles:
  - Operações Urbanas: por meio deste instrumento seria possível ampliar a densidade de setores urbanos, principalmente aqueles próximos ao BRT proposto, e requalificar o espaço urbano.
  - Áreas de Intervenções Urbanas: neste ponto é importante ressaltar que toda o passeio marítimo e o passeio estuarino de Vitória poderia ser requalificado e transitável, já prevendo estruturas de contenção para as previsões de inundações costeiras. Além disso, a área do canal em Vitória é um ponto estratégico para uma intervenção urbana, pois a futuro apresentará maior vulnerabilidade a inundações costeiras.
  - Zonas de Interesse Social: as zonas de interesse social, principalmente aquelas próximas a áreas de acentuadas inclinações e inundáveis (Estudo 2), mas que não necessitem reassentamento populacional, somente um contínuo monitoramento e fiscalização para congelar o crescimento dos bairros e adequar às edificações, diminuindo sua vulnerabilidade.
  - IPTU Progressivo: diversos imóveis e terrenos vazios por toda a RMGV poderiam exercer sua função social e evitar a necessidade da expansão da mancha urbana a futuro.

- Reajuste Urbanístico: alguns bairros de Vitória possuem conflitos fundiários que impedem sua requalificação e adensamento, como Bento Ferreira e Ilha de Santa Maria. Com o reajuste urbanístico seria possível fomentar as negociações para sua reorganização cadastral e legal.

- Visão metropolitana: é necessário instituir uma empresa metropolitana que faça a gestão do ordenamento territorial de toda a área:
  - Plano de Ordenamento Territorial Metropolitano: este plano daria diretrizes para os Planos Diretores Municipais e conteria o espraiamento urbano futuro, além de integrar-se com outros planos metropolitanos, como o Plano de Mobilidade.
  - Infraestrutura verde (Estudo 1): a instalação de uma infraestrutura verde que conecte as unidades de conservação existentes com um cinturão verde metropolitano ampliaria a qualidade ambiental das cidades, faria possível a produção rural/alimentícia próxima às mesmas e neutralizaria as emissões de gases de efeito estufa.



Espacialização da Mancha Urbana Ótima



Fonte: Elaboração do Consórcio IDOM-COBRAPE

Cenário de Crescimento Urbano Intermediário

O cenário de crescimento urbano intermediário, discutido em oficina participativa com diversos agentes locais, está orientado a um desenvolvimento sustentável da cidade, buscando terrenos aptos para o recebimento de novos contingentes populacionais a futuro, mas ainda reestruturando e requalificando a mancha urbana atual. Este cenário, portanto, busca uma melhora da dinâmica urbana, mas tendo em conta limitações administrativas, financeiras, ambientais e sociais, que influenciam na ocupação de terrenos ociosos e de vazio urbano, o que causa certa pressão para a expansão da mancha urbana por solos não urbanizados.

Neste sentido, entende-se que a RMGV possui grande potencial para o recebimento de novos contingentes populacionais em áreas em consolidação e de vazios urbanos, sendo necessária a inclusão de instrumentos urbanísticos que favoreçam tais práticas dentro dos Planos Diretores de todos os municípios. Além disso, a forte presença de domicílios vagos, que não cumprem seu dever social, é uma peça-chave para a absorção de futuros contingentes populacionais em áreas já com infraestrutura instalada.

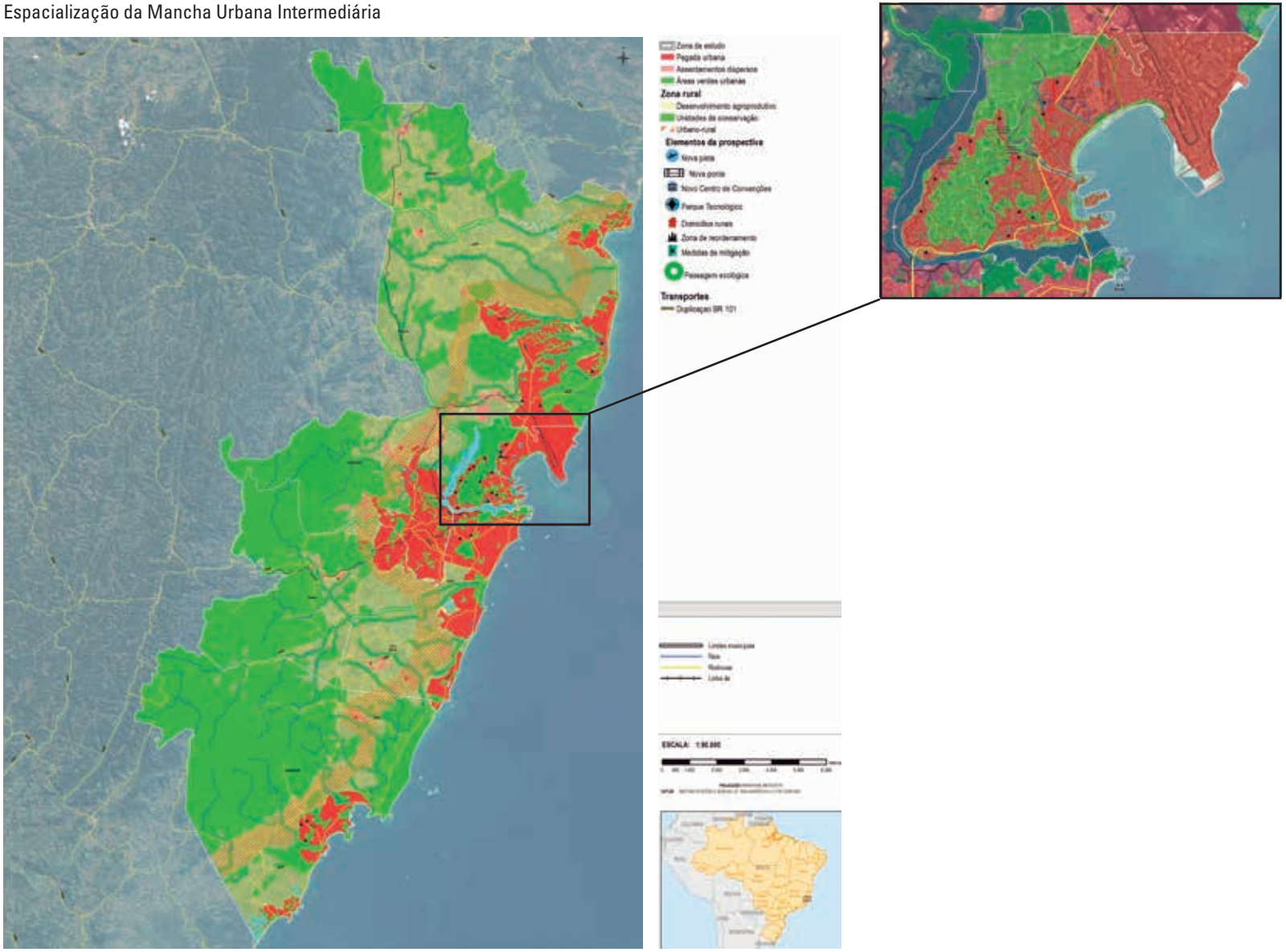
Os novos solos urbanos se fazem necessários, neste cenário, principalmente no município de Vitória, pela não adoção de medidas para a reestruturação de áreas já consolidadas, como proposto no Cenário Ótimo, já que, sabe-se que sua aplicação é um processo lento e burocrático, o que acarreta na necessidade mais emergencial de novos solos urbanos, principalmente para a população mais carente, latente por moradias e que, dificilmente conseguiriam adquirir imóveis já valorizados em áreas de reconversão urbana. Além disso, este cenário não nega a existência e ampliação de zonas para domicílios ocasionais, ligados ao veraneio e ao turismo, aceitando sua ampliação, mas buscando critérios de morfologia urbana mais compacta e mista, sem a necessidade de ocupação de grandes áreas e com localização adequada no território – zonas aptas ao seu recebimento.

Especificamente, a cidade de Vitória chegaria a sua capacidade de carga em 2050 e não conseguiria absorver o contingente populacional esperado estatisticamente, mesmo com todas as ações elencadas até aqui, já que o Cenário Intermediário busca conciliar o recebimento de novos contingentes populacionais com um adensamento e qualificação urbana. A população não absorvida por Vitória seria localizada nos principais municípios da RMGV, como já ocorre atualmente, mas ainda adotando critérios de adensamento e sustentabilidade para o crescimento urbano. Esta situação acaba por reafirmar, entretanto, uma forte necessidade de estabelecer um ordenamento urbano metropolitano, já que é impossível planejar Vitória, sem estabelecer relações com o restante da RMGV.

De forma sintética, para que a cidade de Vitória e sua região metropolitana possam atingir um contexto urbano sustentável e qualificado a 2030 e 2050, algumas ações e recomendações deveriam ser tomadas:

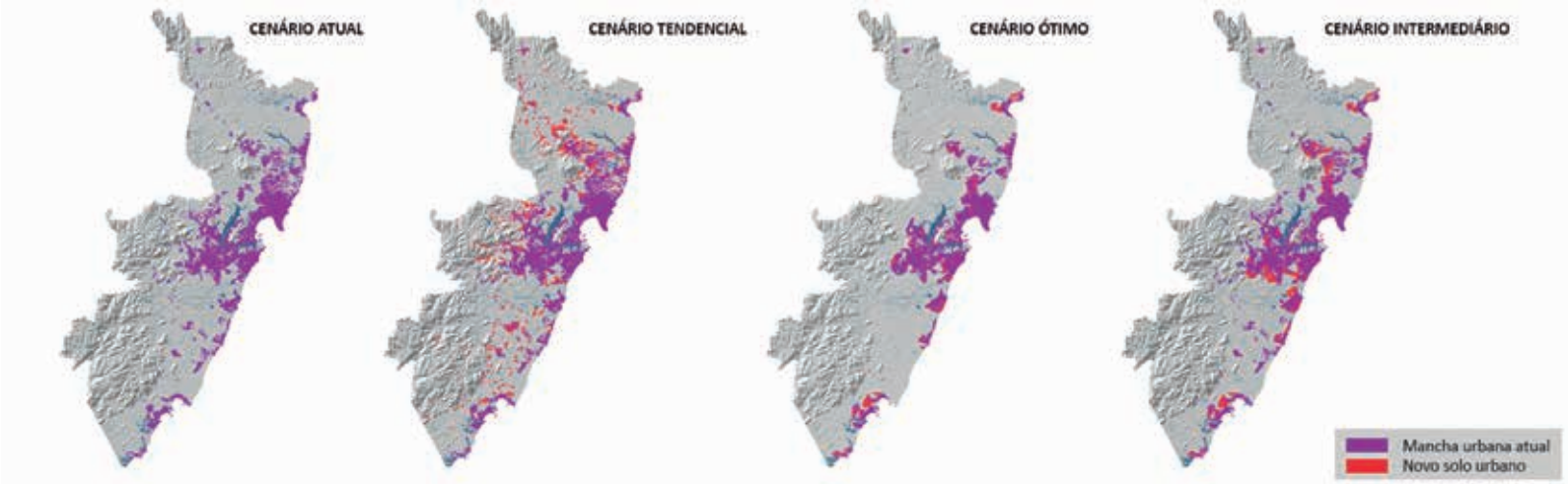
- Esforço na utilização prioritária de vazios urbanos, zonas pouco consolidadas e domicílios vagos, antes da necessidade de reconversão de novos solos.
- Esforço em ampliar a densidade de maneira qualificada, principalmente ligada a eixos de transporte público
- Regulação de construções de uso ocasional para a um crescimento menos fragmentado e fora de áreas ecologicamente frágeis
- Utilização de áreas de oportunidade ligadas ao contexto urbano atual, como podem ser: terrenos próximos à Fazendinha, Joana D'Arc e futuro Parque Tecnológico de Vitória
- Maior diversidade de uso do solo e tipologias edificatórias mistas, diminuindo a necessidade de novos solos urbanos
- Visão metropolitana quanto à estruturação e ordenamento territorial, ampliando as áreas verdes e de proteção e contendo o crescimento da mancha urbana a futuro.

Espacialização da Mancha Urbana Intermediária



Fonte: Elaboração do Consórcio IDOM-COBRAPE

Diferenças entre Cenários de Crescimento Urbano a 2050



População a 2050	3.018.896 habitantes		
População na Mancha Urbana Atual	2.336.050 habitantes	3.018.896 habitantes	2.752.138 habitantes
População Fora da Mancha Urbana Atual	682.846 habitantes	0	266.758 habitantes
Nova Superfície Urbana a 2050	16.721 hectares	68 hectares	5.743 hectares
Densidade Média da RMGV	60 habitantes/hectare	90 habitantes/hectare	77 habitantes/hectare
Investimentos necessários para urbanização	R$ 6.636 milhões	R$ 636 milhões	R$ 2.798 milhões

Fonte: Elaboração do Consórcio IDOM-COBRAPE



6

estudo de base adicional:
conectividade em Vitória

Além dos estudos de base territoriais conduzidos no âmbito da ICES e apresentados no capítulo anterior, em Vitória realizamos um estudo adicional que busca entender como a cidade se vale de Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) no seu dia a dia e como poderia utilizá-las para melhorar a qualidade de vida da população. Esses estudos foram desenvolvidos em uma parceria entre o BID e a Cisco Systems América Latina[1].

A tecnologia está no centro de várias soluções criativas. Uma Cidade Inteligente pode catalisar transformações de espaços em comunidades conectadas possibilitando:

- Promover segurança, gestão da mobilidade, sustentabilidade ambiental e adaptação às mudanças do clima, saúde, educação e outros serviços públicos;
- Estimular um crescimento econômico sustentável;
- Possibilitar sustentabilidade ambiental por meio da gestão de recursos e eficiência operacional, e;
- Melhorar a qualidade de vida dos cidadãos.

Como a figura acima mostra, a base de uma Cidade Inteligente está em uma infraestrutura sólida de internet de banda larga, que possibilite apoiar serviços compartilhados entre várias instituições. O presente estudo procurou olhar tanto para a essa infraestrutura básica, quanto para os cinco "eixos" de serviços ao cidadão na cidade de Vitória.

Vitória é uma das cidades da América Latina e Caribe com o maior potencial de se transformar em uma Cidade Inteligente. A rede de internet pública municipal e os indicadores de conectividade acima da média evidenciam esse enorme potencial. Por essa razão, Vitória foi escolhida no âmbito da ICES para a colaboração com a Cisco na realização dos estudos de base adicionais de conectividade. Os estudos foram realizados entre os meses de junho e dezembro de 2014, e os resultados estão estruturados em três grandes seções:

1. Diagnóstico e Identificação de Desafios, contendo os resultados da aplicação da metodologia e da pesquisa de percepção cidadã a respeito do ambiente de Tecnologia de Informação em Vitória;
2. Soluções para uma Cidade Inteligente, onde cada um dos eixos é descrito com base nas entrevistas com gestores municipais e possíveis soluções de TICs são descritas e priorizadas;
3. Plano de Ação no qual se recomenda um plano de implementação com a apresentação dos respectivos requisitos de investimento.

[1] Esclarecimento: Os estudos estão inseridos no âmbito do Memorando de Entendimento entre a Cisco e o BID, foram realizados sem custos para a Prefeitura Municipal de Vitória, e não implicam nenhum tipo de vínculo comercial entre a empresa e a municipalidade.

Diagnóstico e identificação de desafios

O primeiro passo para a definição de um Plano de Ação para Vitória está na compreensão de suas necessidades. A pesquisa para identificação dos desafios e potencialidades da cidade para a área de TICs e conectividade teve os seguintes componentes:

- Uma pesquisa com os cidadãos de Vitória com vistas a identificar desafios urbanos amplos, oportunidades e recomendações para melhorias na cidade. Mais abaixo, ainda neste capítulo, veremos mais detalhes a respeito da metodologia e dos resultados da pesquisa;
- Um diagnóstico da infraestrutura de TICs em Vitória para identificar quais áreas apresentam potencial para elevarem Vitória à condição de uma Cidade Inteligente;
- Entrevistas com gestores municipais para entender suas opiniões a respeito do ambiente de serviços digitais da prefeitura. Optou-se aqui em explorar os eixos com atividades já em curso na Prefeitura de Vitória, e por essa razão as contribuições da Prefeitura são relatadas nos primeiros parágrafos da descrição de cada um dos eixos deste capítulo.

Pesquisa com Cidadãos

A pesquisa tratou dos seguintes temas:

- Informações gerais sobre os cidadãos e seus domicílios;
- Serviços de telecomunicação;
- Nível de desenvolvimento tecnológico dos domicílios (acesso a telefone, cabos, wi-fi etc.) e a percepção de qualidade e preço dos serviços;
- Avaliação geral dos serviços municipais acordados previamente com a Prefeitura:
  - Segurança;
  - Trânsito e Mobilidade;
  - Sustentabilidade Ambiental e Mudança do Clima;
  - Saúde;
  - Educação.

A pesquisa é uma ferramenta tanto para entender a percepção do cidadão comum a respeito da tecnologia e dos serviços públicos oferecidos quanto para monitorar o uso de TICs em Vitória ao longo do tempo e em comparação com outras cidades da região. 7.978 pessoas participaram da pesquisa, que procurou entender:

- A percepção dos cidadãos em relação à provisão dos serviços públicos a partir de sua experiência;
- O conhecimento dos cidadãos com relação à disponibilidade de soluções tecnológicas para a melhoria dos serviços públicos;
- A demanda dos cidadãos por soluções tecnológicas com fins a melhorar a prestação desses serviços.

Existência de Fibra Ótica em Vitória



Fonte: Prefeitura Municipal de Vitória, elaboração SEMFA/GEO

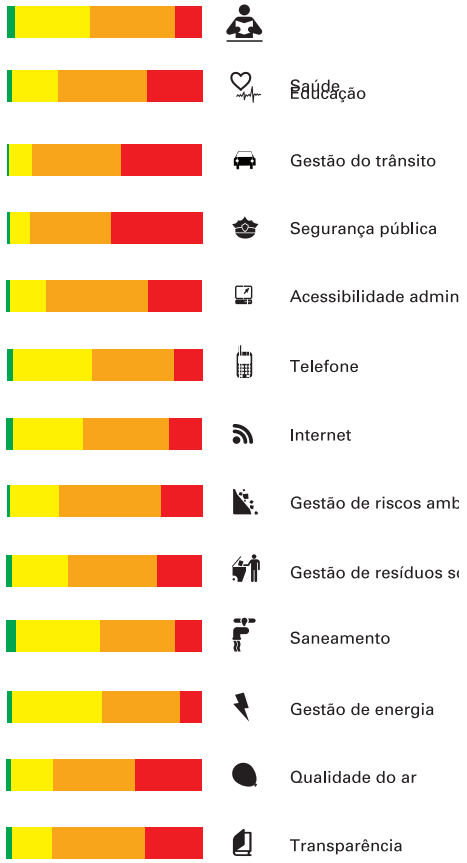
A tabela ao lado resume a percepção da qualidade dos serviços na cidade:

Os destaques da pesquisa encontram-se no infográfico.

Percepção da Qualidade do Serviço

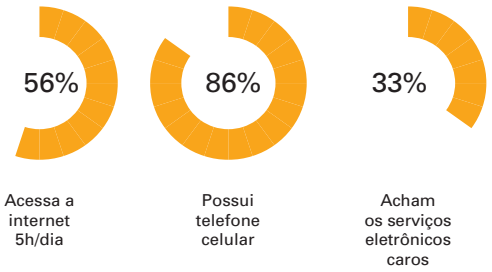
Serviço	Ótimo	Bom	Regular	Ruim
Educação	4.0%	38.7%	44.0%	13.3%
Saúde	2.0%	24.4%	45.3%	28.2%
Gestão do Trânsito	0.7%	11.9%	45.9%	41.5%
Segurança Pública	0.6%	10.8%	41.6%	46.9%
Acessibilidade Administrativa	1.0%	19.1%	52.3%	27.6%
Telefone	3.0%	40.3%	42.9%	13.7%
Internet	2.9%	36.2%	44.3%	16.6%
Gestão de Riscos Ambientais	1.1%	25.1%	52.8%	20.9%
Gestão de Resíduos Sólidos	2.4%	28.8%	45.9%	22.8%
Saneamento	4.7%	43.0%	38.9%	13.4%
Gestão de Energia	3.0%	45.3%	40.7%	11.0%
Qualidade do Ar	1.2%	22.2%	42.5%	34.1%
Transparência em Finanças Públicas	2.3%	20.8%	47.7%	29.1%

Avaliação da Qualidade dos Serviços



Resultados das pesquisas com os cidadãos

Porcentagem da população que:

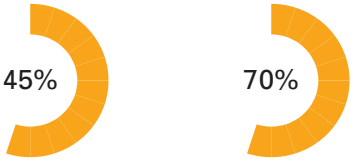


Acessa a internet 5h/dia

Possui telefone celular

Acham os serviços eletrônicos caros

Considerando as areas de segurança, trânsito e mobilidade, sustentabilidade ambiental e mudança climática, saúde e educação, porcentagem dos entrevistados que:



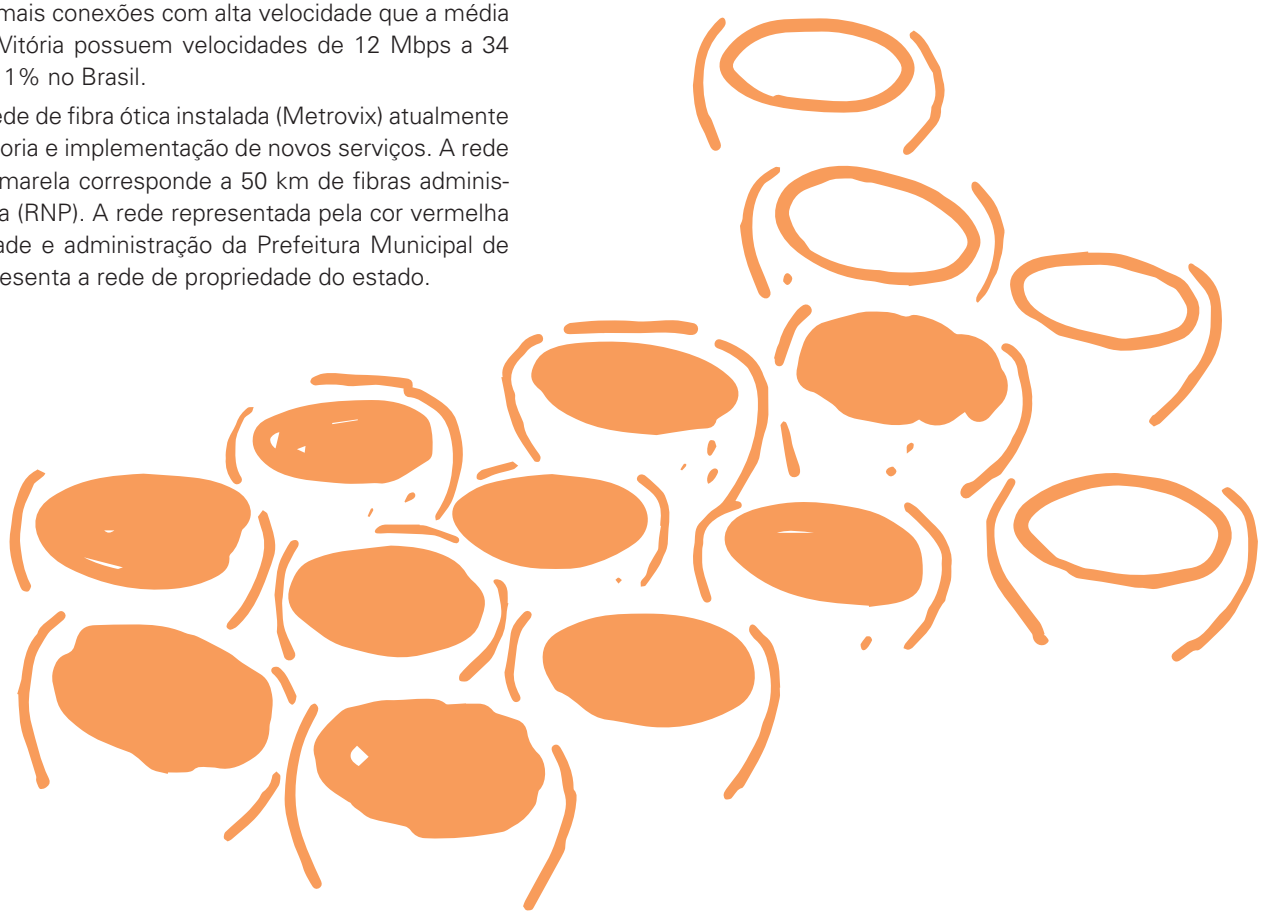
Avaliam os custos dos serviços são regulares

Acham que a melhoria dos serviços nessas areas possuem impacto positivo na qualidade e no desenvolvimento econômico social

Infrasestrutura Atual de TICs

Vitória possui uma série de vantagens tecnológicas se comparadas ao resto do Brasil. Atualmente, a cidade já possui parte da infraestrutura necessária para integrar e oferecer serviços avançados que podem elevá-la à condição de Cidade Inteligente.

- **Acesso à Internet:** Vitória é a segunda cidade em termos de acesso a internet no Brasil, com cerca de 68% da população conectada a ela. Em comparação, outras cidades densamente povoadas como Rio de Janeiro e São Paulo encontram-se na 23ª e 19ª posições respectivamente[2].
- **Razão entre Pontos de Conexão a Internet e Cidadãos:** A razão entre pontos de conexão e cidadãos em Vitória (255 por 1000) é maior do que a média brasileira e também do que maioria das cidades mais populosas do Brasil, como o Rio de Janeiro (126 por 1000) e São Paulo (158 por 1000)[3].
- **Maior Velocidade de Conexão:** Vitória possui mais conexões com alta velocidade que a média brasileira. 26% das conexões de internet em Vitória possuem velocidades de 12 Mbps a 34 Mbps, comparado com uma média de apenas 11% no Brasil.
- **Rede de Fibra Ótica Instalada:** os 160 km de rede de fibra ótica instalada (Metrovix) atualmente presentes em Vitória pode ser usada pra a melhoria e implementação de novos serviços. A rede Metrovix possui dois tipos de fibra. A de cor amarela corresponde a 50 km de fibras administradas pela Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP). A rede representada pela cor vermelha corresponde aos 110 km de fibra de propriedade e administração da Prefeitura Municipal de Vitória. A rede representada pela cor verde representa a rede de propriedade do estado.



[2] FGV. Mapa da Inclusão Digital no Brasil. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: http://www.cps.fgv.br/cps/telefonica/

[3] Disponível em: http://www.internetlivestats.com/

Soluções para os eixos de Cidades Inteligentes

Esta seção começa com uma discussão a respeito da metodologia que a Cisco utilizou para priorizar as potenciais soluções por eixo. Em seguida, apresentam-se as soluções de infraestrutura para cada um deles.

Metodologia

Dois critérios principais foram utilizados para priorizar as soluções para Vitória: (i) Impacto na Cidade e (ii) Viabilidade de Implementação.

- **Impacto na Cidade:** este critério define benefícios e vantagens que serão geradas pela implementação de uma certa solução em Vitória. Para definir o impacto de uma solução, dois subcritérios foram estabelecidos:
  - **Visão de Cidade Inteligente:** este subcritério tem um peso de 65% dentro do critério de Impacto na Cidade, e é composto por três elementos que definem as principais características de uma cidade inteligente e sustentável na perspectiva da ICES.

    Sustentabilidade Ambiental: o impacto da solução em minimizar danos ambientais e a mudança climática;

    Sustentabilidade Urbana: relacionado à construção de espaços urbanos que permitem aos cidadãos melhorar seu padrão e qualidade de vida;

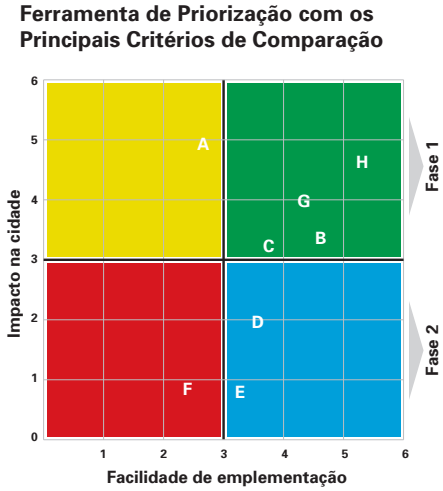
    Sustentabilidade Fiscal e Governança: relacionado à capacidade administrativa do governo em manter o crescimento econômico de forma participativa.

  - **Visibilidade da Solução para os Cidadãos:** este subcritério tem um peso de 35% dentro do critério de Impacto na Cidade. Soluções tecnológicas implementadas pelos cidadãos tem maior impacto quando atendem a expectativas e podem ser efetivamente vistas pelos cidadãos. Um exemplo disso é o uso de câmeras de vigilância, que aumentam a percepção de segurança dos habitantes de uma cidade.
- **Viabilidade de Implementação:** Este critério leva em conta a viabilidade técnica da implementação das soluções na cidade a partir da perspectiva da infraestrutura tecnológica existente e recursos de TICs necessárias para que a solução funcione adequadamente. Para definir a facilidade de implementação, dois elementos foram levados em conta:
  - **Viabilidade Técnica:** com um peso de 70% dentro do critério de Viabilidade de Implementação, leva em conta o estado atual da infraestrutura da cidade (tecnológica ou física) que pode ser utilizada para instalar serviços e soluções na cidade.
  - **Recursos de TIC necessários:** com um peso de 30%, está relacionado com as capacidades tecnológicas necessárias por cada solução ou serviço proposto para funcionar adequadamente. Essas capacidades podem ser resumidas em três: capacidade de processamento de dados (unidade de processamento central), armazenamento de dados e armazenamento de dados temporário (memória interna).

Critério de Ajuste

A análise mostrou que algumas soluções foram classificadas fora do quadrante de primeira prioridade, ainda que muito próximas. Nesses casos, um critério de ajuste foi usado para determinar se a solução deveria ser priorizada numa primeira fase, segunda fase ou mais adiante. Este critério de Prioridade de Implementação foi baseado nas contribuições de especialistas sobre o potencial futuro da solução na cidade. Esse critério de ajuste garante que soluções úteis para a cidade, mas que estão marginalmente fora dos critérios estabelecidos, sejam reconsideradas se entendidas como interessantes para o desenvolvimento de Vitória.

Ferramenta de Priorização com os Principais Critérios de Comparação



Soluções de segurança pública
A. Videovigilância
B. Analytics de video
C. Sistema de interoperabilidade e colaboração
D. Controle de acesso e smart card
E. Rastreamento GPS em unidades
F. GPS Tracking em ativos chaves
G. Plataforma cidadã
H. Comunicações unificadas

Análise da Priorização

- As soluções com mais alta incidência nos critérios de priorização estão localizadas no quadrante verde. Essas soluções tem um impacto positivo significativo para a cidade, e são de mais fácil implementação. Por isso, fazem parte da primeira fase de implantação das soluções na cidade de Vitória. Essas fases são mostradas em maior detalhe a seguir e na Seção de "Descrição de Alto Nível das Soluções Técnicas" do relatório completo.
- O quadrante amarelo mostra as soluções com incidência significativa em termos de impacto, mas que não possuem grande facilidade de implementação devido aos requisitos de TIC ou infraestrutura física para a operação. Algumas soluções localizadas nesse quadrante poderiam mover-se para o quadrante verde em razão do critério de ajuste comentado anteriormente. Em geral, as soluções indicadas no quadrante amarelo também fazem parte da primeira fase de implementação das soluções em Vitória, sobretudo em razão do seu impacto positivo na cidade.
- O quadrante azul indica soluções que não possuem grande incidência sobre o indicador de Impacto na Cidade, mas que são facilmente implementáveis por não exigir requisitos sofisticados em termos de tecnologia. Essas soluções tem pouca probabilidade de serem implementadas numa primeira fase, mas poderiam ser aplicadas em fases posteriores.
- Finalmente, as soluções do quadrante vermelho não possuem incidência significativa em nenhum dos dois critérios de priorização. Essas soluções não possuem impacto significante na cidade e não podem ser facilmente implementadas. Portanto, não são priorizadas em uma primeira fase, ainda que eventualmente possam ser aplicadas em fases posteriores.

Soluções por Eixos

Como indicado acima, a pesquisa, as visitas de campo e as entrevistas mostraram que Vitória deveria considerar investimentos que recaem sobre cinco eixos principais. Nesta seção, o contexto atual da utilização da tecnologia em cada um desses eixos será apresentado, bem como recomendações de melhorias nas respectivas áreas. Todos os investimentos para cada um dos eixos devem ser apoiados em uma infraestrutura de rede robusta, e por isso começamos tratando dela.

Infraestrutura de Rede Municipal

O ponto de partida para a discussão das soluções por eixos está na rede municipal que servirá de estrutura para elas. A infraestrutura básica – cobertura, velocidade, confiabilidade, resiliência, custo – é o que torna viáveis todas as soluções discutidas nesta seção.

Como mencionado anteriormente, a conectividade de internet em Vitória já está acima da média brasileira. Da mesma maneira, a cidade é bem servida pela rede municipal de fibra ótica (Metrovix), que cobre quase todas secretarias, prédios públicos e serviços municipais.

Embora bem servida de infraestrutura, a rede de Vitória possui alguns gargalos e desafios, dentre os quais se destacam:

- A falta de um banco de dados consolidado, o que acaba exigindo o preenchimento, pelo cidadão, de diferentes sistemas (muitos manualmente) e sem integração de dados;
- Um data-center pequeno que não atende à demanda atual;
- O link de internet de 200 Mbps está sendo usado em mais de 80% de sua capacidade;
- Dependência de diferentes softwares, alguns desatualizados, e falta de uma padronização para e-mails ou compartilhamento de dados.

Para fazer face a esses desafios, Vitória continua a investir em infraestrutura. Os projetos que mais se destacam são:

- Vitória Online, um projeto para provisão de WiFi pela cidade;
- Projeto de um novo data-center, bem como um novo prédio para a Subsecretaria de Tecnologia da Informação (SubTI);
- Projeto de um Centro de Comando e Controle de 900 m^2 projetado para armazenar e centralizar os centros de monitoramento de diferentes secretarias e agências.

Em vista desses desafios e desses projetos, a Cisco recomenda:

- A Metrovix necessita ser flexível para adaptar novos serviços, escalável para suportar a demanda crescente por banda, e passível de ser conectada a todas as instalações da prefeitura;
- O novo data-center deve prover uma única base de dados para armazenar informação de múltiplas fontes e assim integrar todos os serviços do município. A discussão por eixos que segue faz referência frequente à coordenação centralizada, seja nos campos da segurança pública ou de gestão ambiental. Um data-center e uma rede Metrovix robustos são essenciais para possibilitar esse nível de coordenação entre os órgãos do município.
- A pesquisa de opinião mostrou que apenas 22% dos respondentes conheciam um local na cidade onde há acesso gratuito a Wi-Fi. Ademais, 25% disseram que havia áreas da cidade em que não

havia nem cobertura de internet nem de telefone celular. Um acesso mais amplo, ou mesmo ubíquo, permitiria um melhor acesso dos cidadãos aos serviços municipais. Além disso, vários estudos apontam para uma correlação positiva entre acesso a internet banda larga, crescimento econômico, competitividade e inovação[4].

- O Centro de Comando e Controle da Cidade planejado pelo município deveria ser transformado em um Centro Integrado de Operação da Cidade, dentro do qual se pudesse:
  - Prover uma visão holística da cidade ao permitir acesso a dados e informações coletadas por um ambiente compartilhado;
  - Integrar sensores e aplicações conectadas (câmeras, semáforos etc.) localizadas pela cidade;
  - Gerir incidentes ocorrendo em tempo real e planejar para eventos antecipados;
  - Usar dados analíticos para prever eventos futuros de forma coordenada, melhorar a provisão de serviços e oferecer informação para aprimorar políticas públicas.

[4] ITU, Impact of Broadband on the Economy. 2012. Disponível em: https://www.itu.int/ITU-D/treg/broadband/ITU-BB-Reports_Impact-of-Broadband-on-the-Economy.pdf; Banco Mundial. Information and Communications for Development 2009: Extending Reach and Increasing Impact. 2009. Disponível em: http://www.scribd.com/doc/17023553/Information-and-Communication-Technologies-for-Development-2009-Extending-Reach-and-Increasing-Impact?autodown=pdf

Segurança Cidadã

Atualmente Vitória é monitorada por 142 câmeras de vídeo-vigilância dispostas pela cidade e conectadas via rede Metrovix. Ônibus privados também são monitorados por câmeras. Os cidadãos também podem usar o serviço do **Fala Vitória** para sugestões, e mulheres sob medidas protetivas têm acesso a botões do pânico. Contudo, toda a operação e controle é feita manualmente.

Melhorias atualmente planejadas preveem a inclusão de 85 câmeras adicionais, novas câmeras portáteis para agentes da polícia, tablets e dispositivos de GPS nos carros da polícia, e serviços de Waze/Google via prefeitura para a provisão de informações em tempo real para os cidadãos.

É importante notar que, na pesquisa de opinião realizada para os estudos de base de conectividade, bem como na pesquisa de percepção cidadã para a ICES, segurança é o tema que mais desperta insatisfação dos moradores de Vitória.

Com esses elementos em vista, a Cisco recomenda:

- Os **componentes de vigilância por câmeras** devem ser integrados a uma plataforma única centralizada para que todas as autoridades competentes possam acessar a rede. O uso de inteligência de vídeo e respostas automáticas também devem ser integrados à rede (ou às câmeras), uma vez que o monitoramento automático frequentemente se prova mais eficaz que o monitoramento humano. Para além dos aspectos de segurança, as câmeras devem ser dispostas pela cidade de maneira a possibilitar, quando possível, o monitoramento do tráfego na cidade;
- **Um sistema de colaboração e interoperabilidade** permitirá a integração de rádios, redes de IP e sem IP em casos de emergências. Ele também facilitará a comunicação com equipes móveis como inspetores e equipes de manutenção trabalhando pela cidade;
- **Controle de acesso e smart cards** permitirão a gestão do acesso a órgãos públicos por meio de um cartão único contendo todas as informações do cidadão. Esse controle poderia incluir estacionamentos, transporte público, saúde e outros serviços.
- **Rastreamento de GPS para veículos e itens do inventário municipal** permitiria aos gestores monitorar o uso e localização de todos os equipamentos de propriedade do município. Isso aprimoraria a gestão do inventário e reduziria a incidência de equipamentos perdidos ou mal alocados. Além disso, a solução de GPS aliada ao monitoramento central melhoraria a capacidade de resposta da prefeitura a incidentes.
- **Quiosques Interativos e Comunicações Unificadas** podem informar os cidadãos com respeito a questões de segurança urbana. Essas ferramentas permitiriam aos cidadãos reportar situações como roubos, acidentes, brigas e outras emergências. Acessíveis por qualquer aparelho com IP, isso também permitiria uma comunicação de mão-dupla entre cidadãos e autoridades. Ademais, um **ambiente de comunicação unificado** possibilitaria comunicação por chat, voz, vídeo, email, entre outros, de qualquer aparelho entre gestores, órgãos e cidadãos.

Tráfego e Mobilidade

Os semáforos de Vitória estão conectados por uma infraestrutura de fibra ótica, mas são controlados por três sistemas que não podem ser integrados. Os ônibus possuem monitores GPS que oferecem informações das linhas, horários e status via serviços do **Ponto Vitória** e **Fala Vitória**.

A cidade espera aprimorar os serviços de mobilidade ao melhorar o sistema de provisão de informações por meio de aplicações móveis e integração com Waze. Parquímetros digitais e outros sistemas de estacionamento também estão sendo desenvolvidos. Finalmente, sistemas de BRT e sistemas de integração de bilhetes também estão planejados para o futuro próximo.

Após os estudos, a Cisco recomenda:

- Instalar **semáforos inteligentes** e permitir o controle centralizado de sinais verdes/vermelhos para abrir e fechar ruas e assim facilitar a mobilidade;
- Oferecer **acesso público de Wi-Fi** para passageiros do transporte coletivo de forma a facilitar informação para transporte e outros serviços para a cidade.
- Instalar **Pontos de Ônibus Inteligentes e painéis digitais** de forma a melhorar a experiência de transporte público para os cidadãos ao oferecer informação em tempo real sobre mobilidade e outros serviços da cidade.
- Integrar os componentes relativos à mobilidade em Vitória numa **plataforma única e centralizada**. Isso permitirá um foco específico em gestão da mobilidade, aumentar a satisfação dos cidadãos e gerar externalidades positivas ao meio ambiente. Se adequadamente integradas nessa plataforma centralizada – que pode ser o Centro Integrado de Operação e Controle –, o sistema de vigilância também pode ser usado para auxílio da gestão da mobilidade em Vitória, inclusive com a inclusão de funcionalidades como leitura automática de placas e contagem de veículos.
- Introduzir soluções de **estacionamento inteligente** para reduzir o tempo gasto pelos cidadãos para procurar vagas. A solução seria conectar as vagas de estacionamento (tanto nas ruas quanto em garagens), por meio de um chip, a um sistema que mostra aos cidadãos onde há vagas disponíveis. O pagamento pode ser feito por um *smart card* de Vitória ou por aparelhos celulares. Monitores na cidade ofereceriam uma visão sistêmica da disponibilidade de vagas.
- Um sistema de bicicletas compartilhadas no qual o pagamento seria automático e a localização de estações estaria disponível em aplicações móveis de forma a possibilitar o uso eficiente dessa infraestrutura. Ao promover o acesso ao *smart card* de Vitória mencionado acima e permitir a conectividade tanto das bicicletas quanto das estações por Wi-Fi ou rede de celular, a cidade pode implementar essa solução simples e altamente visível para uma estratégia de Cidade Inteligente de Vitória.

Sustentabilidade Ambiental e Mudança Climática

Vitória já utiliza sensores para monitorar a qualidade ambiental da cidade. 28.000 árvores foram registradas, e a qualidade da água em 24 praias é monitorada (manualmente) toda semana. Os parques urbanos também são monitorados. Alguns sensores de pressão são utilizados para monitorar o sistema de água potável, embora medições manuais também sejam feitas. As conexões clandestinas de água resultam em perdas não-técnicas de aproximadamente 30%. Uma Parceria Pública Privada (PPP) fará a gestão da iluminação pública na cidade, mas a reciclagem de resíduos ainda parece inviável do ponto de vista econômico.

A Cisco recomenda que Vitória adote uma abordagem mais ampla com respeito ao monitoramento ambiental. Recomenda-se a instalação de sensores de qualidade do ar e de poluição sonora, e novos sensores devem ser instalados para ajudar o monitoramento e controle do consumo de energia de equipamentos municipais. Essa informação permitirá a análise em tempo real e ininterrupta do consumo dos recursos naturais mais importantes da cidade.

As soluções propostas com respeito à sustentabilidade ambiental e mudança climática podem ser divididas em duas categorias: gestão energética e sensoriamento da cidade. A integração dessas duas categorias com soluções de mapeamento para gestão do uso do solo criará uma base ampla para o Centro Integrado de Operação da Cidade gerir questões relativas a riscos ambientais.

Soluções de gestão energética auxiliarão a redução do consumo em domicílios, escritórios e indústrias por meio de tecnologias para medir e monitorar o uso de eletricidade. **Sistemas de resposta automática ao aumento da demanda** permitiriam ao Centro Integrado de Operação e Controle enviar mensagens aos usuários com relação ao seu consumo e a regulação de equipamentos não-essenciais. **Medidores inteligentes, edifícios inteligentes e equipamentos mais eficientes** também permitiriam aos usuários reduzir seu consumo ou mudar seus hábitos para períodos de me-

nor preço (num ambiente de preços de eletricidade variável). Finalmente, um painel de energia ofereceria visualização em tempo real para usuários e gestores da cidade, indicando oportunidades para reduzir o consumo.

Sensores dispostos pela cidade também podem monitorar a qualidade do **ar, água** (incluindo vazão) ou *ruído*. Sensores podem também ser usados para gerir as áreas de **saneamento** e **resíduos sólidos** para garantir o descarte seguro e efetivo.

Saúde

Vitória dispõe atualmente de uma estrutura tecnológica bastante ampla para atendimento na área de saúde. Os cidadãos tem à sua disposição portais web para ajudar o acesso a serviços de saúde. Cartões de identidade de saúde permitem o acesso a prontuários médicos unificados por todas as 30 unidades de saúde da cidade. A premiada Rede Bem Estar, um sistema de gestão de informação, apoia essa rede.

A Cisco recomenda que as seguintes inciativas sejam tomadas em consideração para o avanço no eixo de saúde:

- Colaboração entre profissionais médicos é essencial para garantir um atendimento de qualidade aos pacientes. Uma estratégia de Comunicação Unificada permitindo comunicações por meio de voz, vídeo, dados e chat tanto dentro de unidades de saúde quanto entre essas e hospitais dentro e fora da cidade. Isso pode incluir atenção coordenada para casos de maior complexidade, treinamento e compartilhamento de conhecimento ou gestão de emergências entre clínicos e pessoal administrativo.
- O **cuidado à distância** é uma abordagem comumente usada para aprimorar a assistência de saúde com menores custos, fácil acesso e conveniência. O conceito é combinar serviços de telepresença com equipamentos médicos permitindo a cuidadores e pacientes que podem estar a milhares de quilômetros de distância de um ambiente clínico.
- Prontuários eletrônicos permitem que as informações relevantes dos cidadãos sejam armazenadas num data-center único que pode ser usado para informar outros serviços. O prontuário eletrônico oferece informação detalhada sobre o paciente e, quando integrado com estratégias de cuidado à distância, pode aprimorar significativamente serviços médicos a despeito da localização do paciente.
- Soluções mencionadas em outros eixos podem igualmente ser relevantes para o atendimento de saúde. A vigilância por vídeo e o controle de acesso pode aumentar a segurança dos pacientes, unidades de saúde e pessoal clínico. O rastreamento de veículos e patrimônio via chips RFID também pode auxiliar na redução de perdas e aumento de eficiências.

Educação

Com lousas inteligentes em 33 escolas e um portal de educação do cidadão, Vitória já está investindo em tecnologias de educação voltados para o cidadão. Além disso, a cidade também dispõe de um sistema de informação e gestão para escolas públicas que possibilita o monitoramento, ajustes de dados escolares e performance individual de cada estudante.

A cidade está planejando trazer ainda mais tecnologia para as escolas. Uma iniciativa de Wi-Fi nas unidades de ensino será iniciada em 21 escolas. Junto a outros recursos de informática, esse investimento também apoiará o treinamento de professores. Além disso, uma rede de vigilância eletrônica ajudará a promoção da segurança de estudantes, professores e unidades de ensino.

A Cisco recomenda considerar as seguintes inovações para a área de educação:

- A pesquisa de opinião conduzida sugeriu que Wi-Fi gratuito é uma facilidade oferecida de forma limitada em Vitória. Instalar **acesso à internet sem fio em escolas** poderia ajudar a tratar desse problema, ao menos no que tange ao uso de estudantes e funcionários. A instalação também serviria como base para possibilitar iniciativas de ensino à distância e soluções para escolas conectadas;
- Educação à distância promove o aumento do acesso a serviços educacionais, aumenta a flexibilidade em como, quando e onde serviços de educação são consumidos e, em alguns casos, reduz as despesas ao diminuir as necessidades de viagens. Em geral, soluções de educação à distância podem ser viabilizadas tanto ao vivo quanto sob demanda, onde estudantes ouvem ou assistem a aulas pré-gravadas.
- O conceito de **escolas conectadas**, incluindo colaboração em desktops, é focada em como a tecnologia pode transformar o ensino e a aprendizagem na sala de aula. Essa abordagem permite o engajamento dos alunos com áudios e vídeos ricos, interativos e de alta qualidade. Ela pode facilitar, por exemplo, trabalhos em equipe virtuais, agendas mais simples, registros, participação em classe e relatoria com ferramentas de gestão flexíveis.

Nesta linha, bibliotecas digitais permitiriam também aos estudantes interagir com livros e vídeos e compartilha-los por equipamentos móveis ou computadores.

- Assim como no eixo de saúde, soluções de segurança e rastreamento do patrimônio também são relevantes para o eixo de educação, especialmente tendo-se em conta o que foi revelado pelas entrevistas durante o processo de pesquisa: algumas escolas de Vitória, em especial aquelas em áreas mais carentes, servem de espaço para tráfico de drogas e esconderijo de armas.

Plano de Ação

Estimativa de Custo

A tabela da página seguinte oferece um resumo dos custos de cada eixo individual, bem como dos investimentos de infraestrutura necessários para viabilizar as recomendações presentes na seção anterior[5]. A soma dos custos estimados chega a US$ 66 milhões (R$ 231,84 milhões), os quais incluem US$ 16 milhões (R$ 51,84 milhões[6]) para investimento em infraestrutura e US$ 50 milhões (R$ 162 milhões) para investimentos relacionados à implementação de cada grupo de soluções por eixo.

Existem importantes benefícios financeiros a serem auferidos pela implementação de soluções múltiplas e concomitantes no contexto de uma estratégia e Plano de Ação para uma Cidade Inteligente. Além disso, vários dos componentes de rede utilizados para apoiar uma solução pode ser usado para apoiar outras. O trabalho realizado estima que o total de investimento - US$ 66 milhões (R$ 213,84 milhões) - para as soluções dos eixos pode ser reduzido em 15% ou 20% ao se convergir múltiplos serviços em uma infraestrutura única. Isso reduziria os custos de investimento para US$ 53 milhões (R$ 172 milhões).

Todos os custos mencionados referem-se a aspectos tecnológicos. Qualquer projeto de tecnologia também precisa considerar custos de instalação. Contudo, sem um estudo detalhado do local (atividade que foge ao escopo do presente trabalho), não é possível estima-los com a precisão devida. Neste sentido, recomenda-se que Vitória preveja que os custos de instalação variem em torno de 10% do valor total de investimento. Além disso, a operação e manutenção também precisam ser contabilizados no orçamento municipal para a manutenção do projeto. Essas também giram em torno de 10% dos custos de investimento por ano.

Outra possível estratégia de investimento é converter custos de capital em custos de operação. O princípio que rege essa estratégia cada vez mais popular é fazer com que o governo compre a infraestrutura necessária como um serviço, e delegue a um terceiro (ex. PPP) que faça os investimentos em capital. Isso permite que várias soluções sejam implementadas com menos recursos no curto prazo. Os estudos aqui realizados estimam que os requisitos de investimento no curto prazo que poderiam ser implementados sob essa estratégia giram em torno de US$ 28 milhões (R$ 90,72 milhões). Isso reduziria ainda mais os investimentos de capital necessários no curto prazo para Vitória, embora os custos de operação no médio e longo prazo aumentem. Outros modelos financeiros poderiam ser explorados, mas não fazem parte do escopo deste trabalho.

Plano de Implementação

Enquanto os investimentos requeridos são substanciais, é importante notar que eles não precisam ser implementados de uma vez. Algumas soluções, como o IOCC, podem ser implementadas separadamente. No entanto, boa parte dos investimentos para soluções em eixos vão requerer investimentos em infraestrutura. Em particular, o upgrade da Metrovix é estimado em US$ 6 milhões (R$ 19,5 milhões), com mais US$ 6 milhões para implementar a rede Wi-Fi. Do ponto de vista prático, pode-se buscar realizar tais investimentos à medida em que as soluções por eixo vão evoluindo. Para determinar com precisão e detalhes técnicos e estratégicos, recomenda-se que a Prefeitura invista em serviços de consultoria. O benefício de um planejamento detalhado é assegurar que os investimentos feitos hoje sejam eficientes o suficiente para garantir os resultados almejados no futuro. Um detalhamento mais amplo a respeito do escopo dos investimentos em infraestrutura pode ser visto no relatório completo.

[5] Como mencionamos, maiores informações podem ser encontradas no relatório completo disponível em www.urbandashboard.org

[6] Valores do câmbio para o dia 31/03/2015. US$ 1,00 = R$ 3,24

Eixo	Solução	Custo (US$ Milhões)	Custo (R$ Milhões)
Infraestrutura	Total	16	52
	Upgrade da Rede Metrovix	6	20
	Wi-Fi Público	6	20
	Centro Integrado de Operação e Controle (CIOC)	4	13
Segurança	Total	21	68
	Vigilância e Inteligência de Vídeo	3,1	10
	Sistema de Interoperabilidade e Colaboração	2,1	6,8
	Rastreamento GPS em unidades*	1,7	5,5
	Rastreamento GPS em itens de inventário*	1,7	5,5
	Plataforma de Colaboração da Cidade *	6,4	20,7
	Comunicação Unificada	6	20
Tráfego e Mobilidade	Total	7	22
	Estacionamento Inteligente*	2	4.6
	Semáforos Inteligentes	5	16,2
	Pontos de Ônibus Inteligentes	Incluído na Plataforma de Cooperação da Cidade	
	Sinalização Digital	Incluído na Plataforma de Cooperação da Cidade	
	Rastreamento GPS para Veículos Municipais	Incluído em Rastreamento GPS em unidades	
	Contadores de Veículos	Incluído em Semáforos Inteligentes	
Meio Ambiente	Total	11	35,64
	Implantação de sensores na cidade*	10	32,4
	Gestão de Energia	1	3,24
Saúde	Total	6	20
	Medicina à Distância	6	20
	Colaboração Intra-hospitalar	Incluído em medicina à distância	
	Colaboração Inter-Hospitalar	Incluído em medicina à distância	
	Prontuário Médico Eletrônico	Incluído em medicina à distância	
Educação	Total	6	19,44
	Educação à Distância*	6	19,44
	Escola/Classe Conectada	Incluído em Educação à Distância	
	Escola Segura	Incluído em Segurança	
	Acesso à internet sem fio em escolas	Incluído em Educação à Distância	
	Colaboração em Desktops	Incluído em Educação à Distância	

Fase 0: Centro Integrado de Operação e Controle

Recomenda-se que Vitória comece o caminho para sua transformação em Cidade Inteligente pelo Centro Integrado de Operação e Controle (CIOC). O CIOC (IOCC em inglês) é uma plataforma desenhada para auxiliar a Prefeitura de Vitória a obter uma visão ampla das ocorrências variadas da cidade. A solução integra todas as outras soluções tecnológicas da cidade em uma única plataforma de gestão. O CIOC melhora a coordenação de equipamentos e pessoal, além de acelerar a comunicação dos diversos órgãos que servem à cidade. O resultado é que a informação, vídeo, controle de acessos e sensores trabalham em conjunto para aumentar o controle e melhorar a operação da cidade em tempo real. Todos os dados disponíveis são integrados em um painel de operação comum, e a resposta é iniciada e acelerada por meio da colaboração interoperável e tecnologias de notificação. As vantagens oferecidas pelo CIOC são as seguintes:

- Oferece informações estratégicas, auxiliam na tomada de decisões sobre a cidade, antecipam problemas e gerem os recursos da melhor maneira para repostas mais rápidas e efetivas;
- Mapeia a situação da cidade em tempo real por meio de colaboração e análise de dados de voz, vídeo e gestão de recursos;
- Monitora indicadores estratégicos de performance que auxiliam na identificação de tendências, uso de recursos e acompanhamento próximo de gastos;
- Detecta, avalia e oferece uma resposta integrada a partir uma visão holística da cidade, com potencial redução de riscos, consolidação de programas e prevenção de perdas.

Fases I e II: Implementação de Soluções

Recomenda-se que Vitória volte-se depois para investimentos em cada um dos eixos analisados no Plano de Ação acima. As Fases I e II mostram a priorização de acordo com explicado na seção "Metodologia". Os eixos em si estão descritos em ordem de prioridade da esquerda para a direita.

Como mencionado, é importante que, ao longo dessa fase de implementação das soluções, os investimentos em infraestrutura sejam feitos de modo a oferecer o suporte adequado a cada um dos eixos. Com a atual infraestrutura instalada, entende-se que é impossível que as soluções propostas sejam concretizadas. Além disso, muitas dessas soluções vão requerer conectividade Wi-Fi. No entanto, como destacado, a boa notícia é que nem todo investimento em infraestrutura precisa ser feito de uma vez. Por exemplo, um ponto de ônibus inteligente ou um estacionamento inteligente exige conectividade apenas na localidade ou seu entorno imediato, não ao longo de toda cidade.

Conclusão

Vitória já é uma líder em cidades inteligentes na América Latina. Seus indicadores de acesso à internet são maiores que as médias da região, e o uso atual de tecnologia na cidade é bastante avançado. O próximo passo para a cidade está na integração desses serviços, por meio do CIOC e outros, para depois instalar uma rede de padrão internacional juntamente com soluções 3.0. A Cisco acredita que Vitória tem o potencial de se tornar uma liderança global em termos de cidades inteligentes.

	Fase 1 2015 - 2018	Fase 2 20159 - 2021
Segurança		
	Vigilância e inteligência de vídeo	Rastreamento GPS em unidades
	Sistema de Interoperabilidade e colaboração	Rastreamento GPS em ítens do inventário
	Plataforma de colaboração da cidade Comunicações unificadas	
Mobilidade		
	Ponto de ônibus inteligente	Rastreamento GPS para veículos municipais
	Vagas de estacionamento inteligente	
	Semáforos inteligentes	
	Sinalização digital	
	Contadores de veículos	
Meio Ambiente		
	Gestão energética	
	Implantação de sensores da cidade	
Saúde		
	Medicina à distância	
	Colaboração inter-hospitalar	
	Colaboração intra-hospitalar	
	Prontuário médico eletrônico	
Educação		
	Educação à distância	
	Escola segura	
	Acesso à internet sem fio em escolas	
	Colaborações em desktops	





7 em que temas nos concentramos?

A análise dos indicadores da ICES sobre o município de Vitória, conjuntamente com os estudos de base e a pesquisa de percepção cidadã construíram uma leitura panorâmica de como estão os diversos temas que são importantes para a cidade, apontando quais estão em situação favorável, quais precisam de alguma atenção e quais são os mais problemáticos.

Para afinar essa análise, com o objetivo final de selecionar os temas mais prioritários de Vitória, a ICES desenvolveu uma metodologia que pondera os resultados da primeira etapa (a dos indicadores) através de filtros específicos. Os filtros assinalam uma pontuação de 1 a 5 para cada área temática, onde 1 é a prioridade mais baixa e 5 é a prioridade mais alta[1]. Após a consolidação dos filtros, os temas com a pontuação total mais alta são apresentados à Prefeitura, Caixa e BID para deliberação e validação em um seminário de áreas priorizadas. A partir desse seminário, os temas acordados como de maior prioridade para a cidade são selecionados.

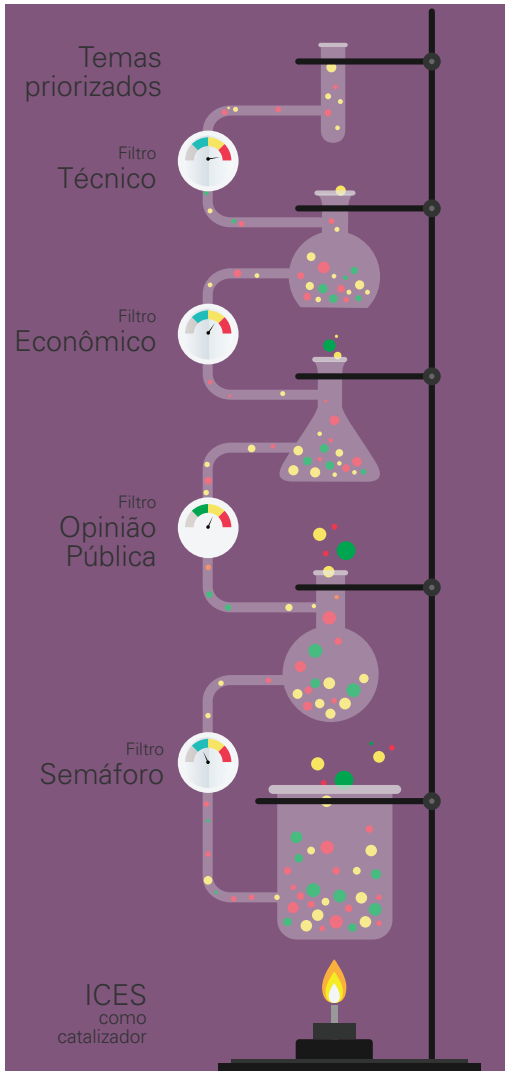
O **Filtro Semáforo**, preenchido durante a Fase 1 da metodologia e validado no Seminário de Validação dos Indicadores, reflete a análise dos indicadores levantados separados por cada uma das 23 áreas temáticas. Os temas em vermelho ganham prioridade alta (5), os temas em amarelo prioridade média (3) e os temas em verde prioridade baixa (1).

O **Filtro Ambiental** foi preenchido a partir dos dados coletados e analisados pelo consórcio IDOM-Cobrape, que está realizando os estudos de base ligados à metodologia ICES em Vitória. Ele visa a análise da vulnerabilidade a desastres naturais, bem como os potenciais de mitigação das áreas temáticas da ICES em relação aos efeitos de mudanças climáticas.

O **Filtro de Opinião Pública** foi totalmente baseado nos resultados da Pesquisa de Opinião Pública realizada em 2014 no município de Vitória na qual foram entrevistados 1.200 cidadãos, que deram sua opinião sobre os temas abordados pela ICES oferecendo, assim, uma ponderação qualitativa calcada na percepção dos moradores da capital capixaba.

Os últimos são o **Filtro Técnico** e o **Filtro Econômico**, que foram preenchidos pelos especialistas do Instituto Pólis, técnicos da Caixa local, BID e Prefeitura Municipal de Vitória.

No **Filtro Econômico**, foi analisada a relação entre os mesmos temas com o desempenho do Produto Interno Bruto (PIB), a geração de empregos e a competitividade do município de Vitória. **No Filtro Técnico**, foram ponderados os pesos de cada tema avaliado previamente pelos indicadores de acordo com a análise e a visão específica/temática de cada especialista da área.



[1] No caso do filtro ambiental, há também a possibilidade de não preenchimento de valor, indicando uma não relação entre a área temática e potenciais de mitigação. Esses valores foram representados com "0".

Filtro de Opinião Pública

A Pesquisa de Opinião Cidadã foi feita na cidade de Vitória durante o mês de abril de 2014 e entrevistou 1.200 pessoas em todas as nove Regiões Administrativas do município, buscando colher a percepção dos moradores da capital capixaba sobe os temas abordados pela ICES. O número de questionários aplicados em cada região administrativa seguiu a distribuição populacional das mesmas de modo a garantir uma representatividade estatística e territorial da amostra.

A amostra da pesquisa, além da abrangência territorial, tem um perfil bastante heterogêneo em relação ao gênero, faixa etária, renda familiar e grau de instrução dos entrevistados, o que confere um grau de confiabilidade muito importante para a avaliação dos resultados bem como a utilização dos mesmos para a aplicação do Filtro de Opinião Pública. O questionário continha 129 perguntas, divididas em 20 blocos temáticos além dos 7 campos de caracterização do perfil do entrevistado. Os temas e a quantidade de perguntas de cada um estão descritos na tabela abaixo:

A tabulação final dos resultados da pesquisa foi analisada tema a tema e algumas leituras puderam ser feitas por meio da espacialização dos números. Isto possibilitou uma avaliação mais ponderada, para a qual a territorialização das informações coletadas subsidiou análises mais precisas acerca dos problemas e desigualdades na cidade de Vitória. Desta forma, resultados gerais ou médias ponderadas relativos ao município como um todo, foram examinados territorialmente de acordo com a divisão das nove Regiões Administrativas, a partir das quais observou-se as diferenças intraurbanas do município para as várias questões abordadas pelo questionário da pesquisa.

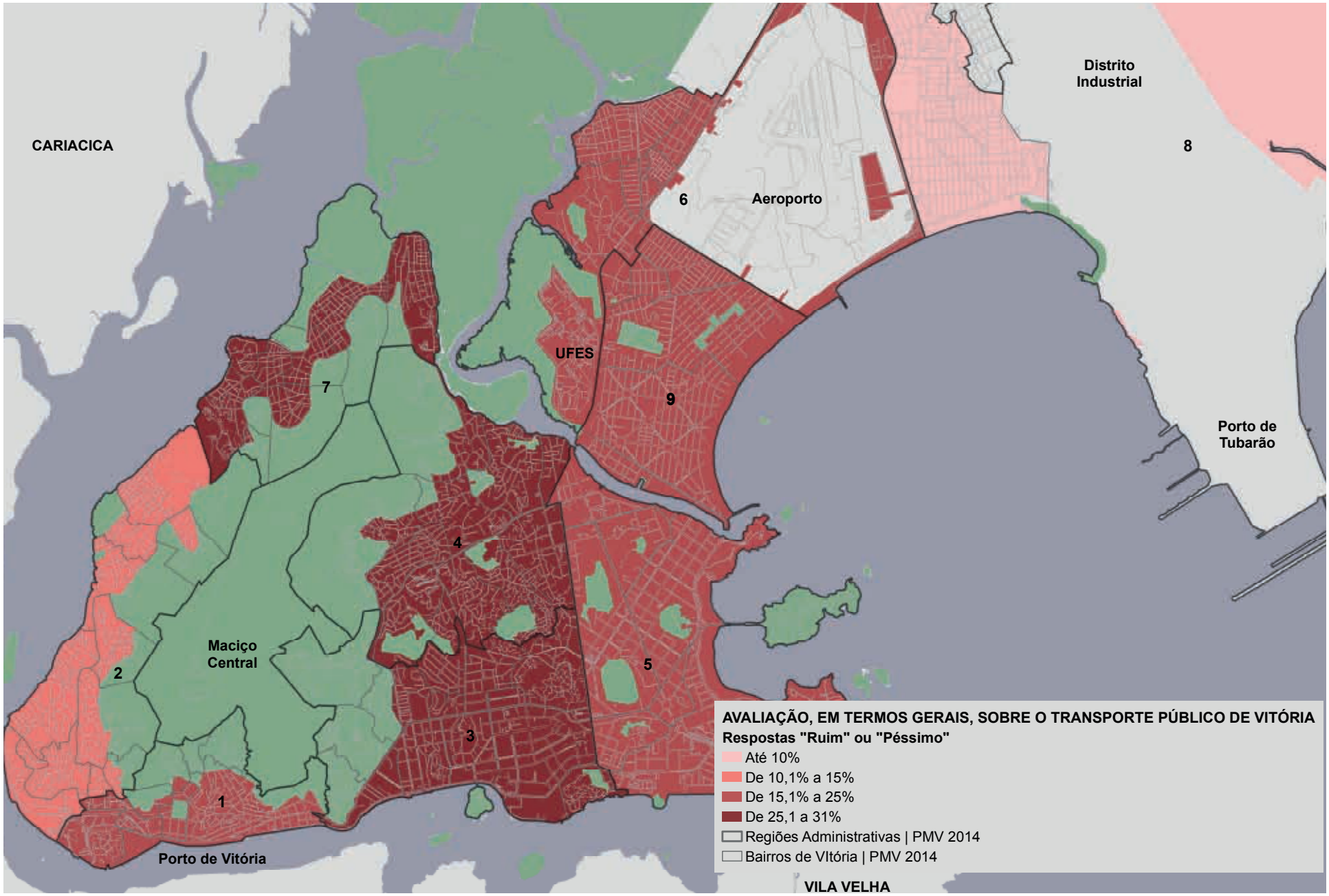
Algumas informações só ganham relevância, de fato, quando localizadas e analisadas no território físico. Somente através deste método que se pode aferir onde estão concentrados os problemas e quais devem ser as áreas priorizadas pelas ações governamentais. Mapear as regiões com mais precariedades ou com os maiores gargalos ao desenvolvimento é um primeiro passo para se definir políticas e ações de cunho estratégico para o município.

Medidas preventivas relacionadas à segurança pública ou mesmo projetos de mobilidade urbana são exemplos de políticas que devem se basear fortemente em uma leitura territorial tanto de dados secundários quanto de levantamentos de dados específico. Para casos como estes, as informações coletadas e mapeadas pela pesquisa de percepção cidadã têm grande importância e conteúdo suficiente para contribuir não apenas com os indicadores e a priorização da ICES, mas também com a formulação futura de políticas públicas para Vitória.

Ademais das informações que serviram para complementar as análises temáticas dos especialistas e os debates técnicos, a pesquisa de opinião também compôs um dos filtros aplicados sobre os indicadores da ICES Vitória. Para tanto foram utilizadas as respostas da questão 104 do questionário, na qual os cidadãos avaliam tema a tema atribuindo a cada um uma nota de 0 a 10: quanto menor, mais grave o problema e quanto maior a nota, melhor é a avaliação que a pessoa faz sobre o tema perguntado. A aplicação deste filtro, computando todos os 1.200 questionários, apontou que os pontos mais graves são: (1) mobilidade, (2) educação, (3) segurança, (4) saúde, (5) gestão pública participativa, (6) gestão pública moderna e (7) transparência.

DIMENSÃO	TEMAS	35% OPINIÃO PÚBLICA		
sustentabilidade ambiental e mudanças climáticas	água	1,0		
	saneamento e drenagrem	1,0		
	gestão de resíduos sólidos	1,0		
	energia	1,0		
	qualidade do ar	3,0		
	mitigação de mudança climática	3,0		
	ruído	3,0		
	vulnerabilidade desastres naturais	3,0		
sustentabilidade urbana	uso do solo/ordenamento territorial	3,0		
	desigualdade urbana	1,0		
	mobilidade/transporte	5,0		
	competitividade da economia	1,0		
	emprego	1,0		
	conectividade	3,0		
	educação	5,0		
	segurança	5,0		
	saúde	5,0		
sustentabilidade fiscal e governança	gestão pública participativa	5,0		
	gestão pública moderna	5,0		
	transparência	5,0		
	impostos e autonomia financeira	3,0		
	gestão do gasto público	3,0		
	dívida	1,0		

Mapa sobre avaliação do transporte público



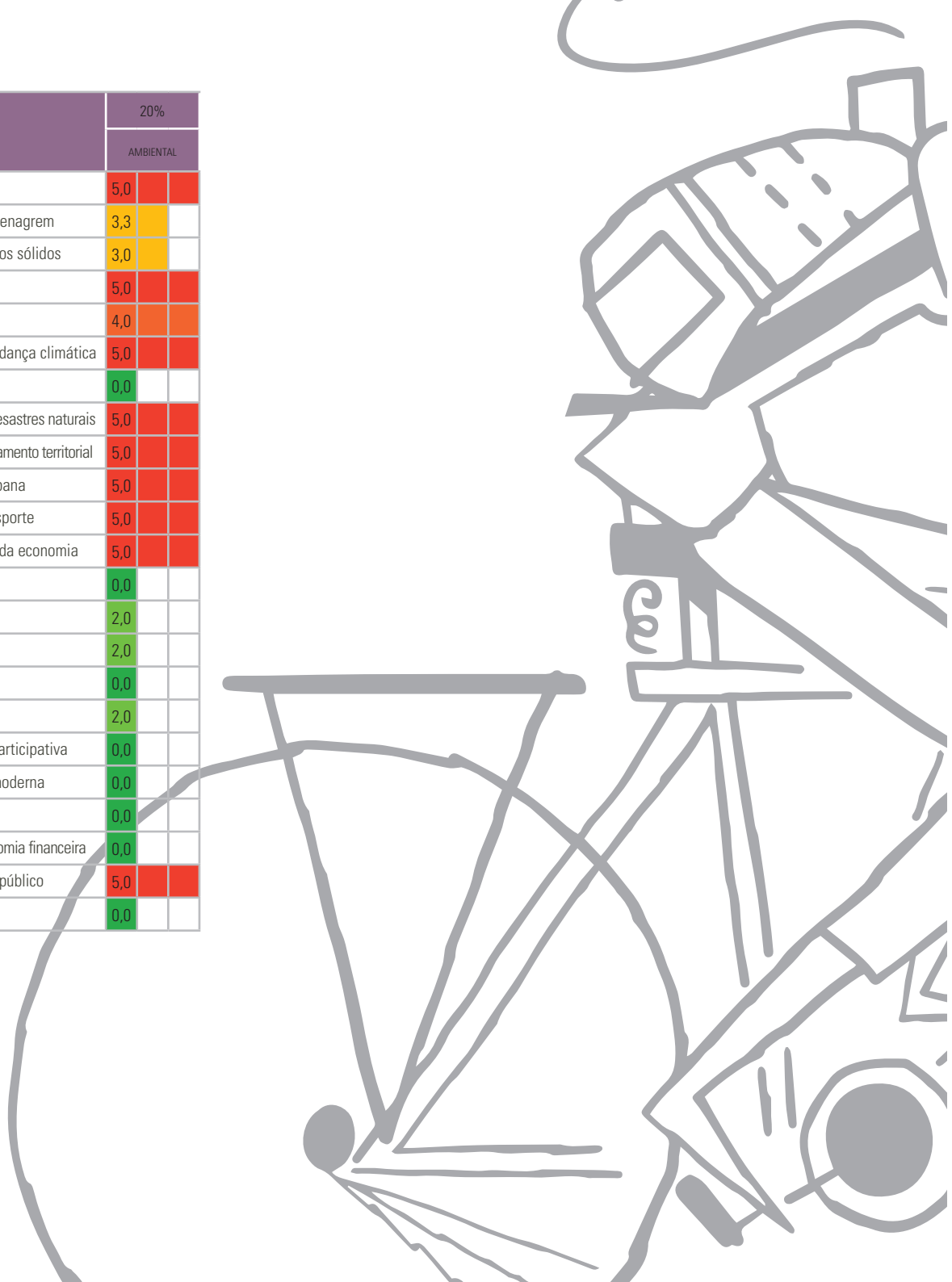
1 – Centro, 2 – Santo Antônio, 3 – Jucutuquara, 4 – Maruípe, 5 – Praia do Canto, 6 – Goiabeiras, 7 – São Pedro, 8 – Jardim Camburi e 9 – Jardim da Penha I Fonte: Pesquisa de Opnião Pública, elaboração Instituto Pólis

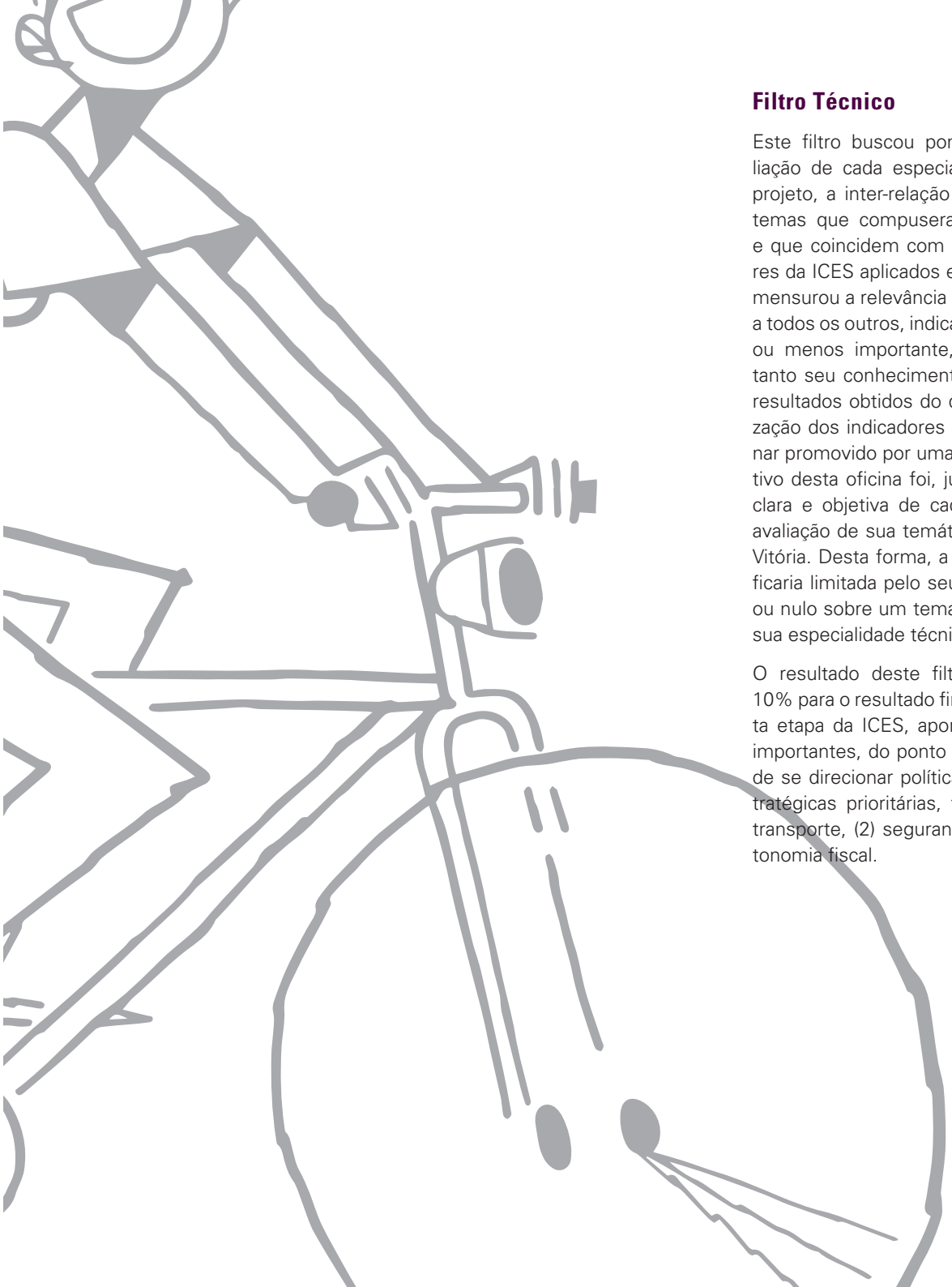
Filtro Ambiental

O Filtro Ambiental foi elaborado pelo consórcio hispano-brasileiro IDOM-COBRAPE, responsável pela realização dos estudos de base da Metodologia ICES em Vitória, e buscou verificar a relação de cada um dos 23 temas propostos pela metodologia ICES e coletados pelo Instituto Pólis com as dimensões ambientais. A primeira dimensão diz respeito à mitigação da mudança climática, que está intimamente relacionada à emissão de gases de efeito estufa por cada um dos temas selecionados. A outra dimensão contempla a vulnerabilidade dos temas da cidade frente a mudanças climáticas e desastres naturais.

Tanto para a dimensão de mitigação da mudança climática quanto para a dimensão de vulnerabilidade, foram feitos levantamentos e sistematizações de informações relacionadas aos temas abordados pela ICES e as dimensões ambientais apresentadas acima. Por meio de técnicas de análise multicritério, estimou-se o grau de conexão entre os indicadores selecionados e a realidade ambiental de Vitória. Os resultados podem ser vistos na tabela abaixo.

DIMENSÃO	TEMAS	20% AMBIENTAL		
sustentabilidade ambiental e mudanças climáticas	água	5,0		
	saneamento e drenagrem	3,3		
	gestão de resíduos sólidos	3,0		
	energia	5,0		
	qualidade do ar	4,0		
	mitigação de mudança climática	5,0		
	ruído	0,0		
	vulnerabilidade desastres naturais	5,0		
sustentabilidade urbana	uso do solo/ordenamento territorial	5,0		
	desigualdade urbana	5,0		
	mobilidade/transporte	5,0		
	competitividade da economia	5,0		
	emprego	0,0		
	conectividade	2,0		
	educação	2,0		
	segurança	0,0		
	saúde	2,0		
sustentabilidade fiscal e governança	gestão pública participativa	0,0		
	gestão pública moderna	0,0		
	transparência	0,0		
	impostos e autonomia financeira	0,0		
	gestão do gasto público	5,0		
	dívida	0,0		





Filtro Técnico

Este filtro buscou ponderar, segundo a avaliação de cada especialista que trabalhou no projeto, a inter-relação entre cada um dos 23 temas que compuseram a matriz de análise e que coincidem com os temas dos indicadores da ICES aplicados em Vitória. Cada técnico mensurou a relevância de um tema em relação a todos os outros, indicando se ele é mais, igual ou menos importante, sempre considerando tanto seu conhecimento específico quanto os resultados obtidos do diagnóstico, a semaforização dos indicadores e o debate interdisciplinar promovido por uma oficina técnica. O objetivo desta oficina foi, justamente, a exposição clara e objetiva de cada especialista sobre a avaliação de sua temática para o município de Vitória. Desta forma, a ponderação de um não ficaria limitada pelo seu conhecimento restrito ou nulo sobre um tema que não diz respeito a sua especialidade técnica.

O resultado deste filtro, que contribui com 10% para o resultado final da consolidação desta etapa da ICES, apontou como temas mais importantes, do ponto de vista da emergência de se direcionar políticas públicas e ações estratégicas prioritárias, foram (1) mobilidade e transporte, (2) segurança e (3) impostos e autonomia fiscal.

DIMENSÃO	TEMAS	35% SEMÁFORO*		
sustentabilidade ambiental e mudanças climáticas	água	1,0		
	saneamento e drenagrem	1,0		
	gestão de resíduos sólidos	3,0		
	energia	10		
	qualidade do ar	3,0		
	mitigação de mudança climática	3,0		
	ruído	3,0		
	vulnerabilidade desastres naturais	3,0		
sustentabilidade urbana	uso do solo/ordenamento territorial	3,0		
	desigualdade urbana	3,0		
	mobilidade/transporte	5,0		
	competitividade da economia	3,0		
	emprego	3,0		
	conectividade	1,0		
	educação	3,0		
	segurança	5,0		
	saúde	1,0		
sustentabilidade fiscal e governança	gestão pública participativa	1,0		
	gestão pública moderna	1,0		
	transparência	1,0		
	impostos e autonomia financeira	5,0		
	gestão do gasto público	3,0		
	dívida	1,0		

Filtro Econômico

O Filtro Econômico levou em consideração os dados básicos da economia de Vitória, como a participação dos diferentes setores econômicos no desempenho de seu Produto Interno Bruto (PIB) e no mercado de empregos formais. São valores de referência que auxiliaram a aplicação do filtro pelos especialistas no momento da ponderação entre os temas dos indicadores ICES e as três dimensões econômicas aqui avaliadas: PIB, emprego e competitividade.

A ponderação pretendida no Filtro Econômico exigia que cada especialista, de acordo com sua especialidade - e com o conhecimento adquirido por meio do debate sobre todos os temas do programa ICES -, indicasse se há ou não há algum vínculo entre os setores da economia de Vitória e cada um dos 23 temas abordados. Assim, foi avaliado o nível de relação – ou de concordância - entre os temas dos eixos Sustentabilidade Ambiental, a Sustentabilidade Urbana e Sustentabilidade Fiscal e de Governança com os serviços, comércio, com a indústria e a administração pública de Vitória. Este cruzamento visou ponderar a importância destes vínculos para o PIB municipal e para a geração de empregos.

Para avaliar a competitividade de Vitória os 23 temas foram avaliados a partir de quatro dimensões: Capital Humano, Apoio Empresarial, Ambiente de Negócios e Transparência Pública e Infraestrutura e Investimentos. Aqui, igualmente, a análise procurou estabelecer se há ou não vínculo entre as dimensões de competitividade e os temas avaliados pela ICES.

ÁREA DE AÇÃO/ SETORES PIB		PIB	EMPREGO	COMPETITIVIDADE	TOTAL	%TOTAL	NÍVEL 1 a 5
sustentabilidade ambiental e mudanças climáticas					96	100%	32
	água	5,0	5,0	3,2	13	14%	4,4
	saneamento e drenagrem	5,0	4,8	3,2	13	13%	4,3
	gestão de resíduos sólidos	5,0	5,0	3,6	14	14%	4,5
	energia	5,0	5,0	3,9	14	14%	4,6
	qualidade do ar	5,0	5,0	1,8	12	12%	3,9
	mitigação de mudança climática	5,0	4,2	1,4	11	11%	3,5
	ruído	5,0	3,8	1,1	10	10%	3,3
	vulnerabilidade desastres naturais	5,0	3,9	1,6	10	11%	3,5
sustentabilidade urbana					125	100%	42
	uso do solo/ordenamento territorial	5,0	4,9	2,0	12	10%	4,0
	desigualdade urbana	5,0	5,0	4,3	14	11%	4,8
	mobilidade/transporte	5,0	4,8	4,5	14	12%	4,8
	competitividade da economia	5,0	5,0	5,0	15	12%	5,0
	emprego	5,0	5,0	5,0	15	12%	5,0
	conectividade	5,0	4,9	5,0	15	12%	5,0
	educação	5,0	5,0	4,8	15	12%	4,9
	segurança	5,0	4,5	2,5	12	10%	4,0
	saúde	5,0	4,9	2,5	12	10%	4,1
sustentabilidade fiscal e governança					84	100%	28
	gestão pública participativa	5,0	3,7	5,0	14	16%	4,6
	gestão pública moderna	5,0	4,5	5,0	15	17%	4,8
	transparência	5,0	3,7	5,0	14	16%	4,6
	impostos e autonomia financeira	5,0	5,0	5,0	15	18%	5,0
	gestão do gasto público	5,0	5,0	5,0	15	18%	5,0
	dívida	5,0	5,0	2,0	12	14%	4,0

O resultado final de todo o processo de aplicação do Filtro Econômico, em todas as suas dimensões e etapas, apontou como prioritárias as áreas de ação de (1) energia, (2) qualidade do ar, (3) competitividade da economia, (4) emprego e (5) gestão pública.

Consolidação dos filtros

A semaforização dos indicadores, os filtros ambiental, técnico, econômico e de opinião pública foram agregados, considerando a importância de cada um, para se consolidar um filtro único que subsidiasse o processo de priorização dos temas. Esta é a metodologia da ICES para que as ações estratégicas incidam sobre os problemas mais urgentes do município, levando em conta as várias dimensões apresentadas anteriormente, tanto do ponto de vista técnico quanto da opinião dos cidadãos de Vitória.

Para tanto se realizou uma ponderação para cada filtro de acordo com a metodologia prévia desenvolvida. O filtro Semáfórico recebeu o peso de 35% em função da importância do diagnóstico técnico realizado a partir do levantamento e interpretação dos 117 indicadores. Já o filtro Opinião Pública recebeu peso de 25%, uma vez que a percepção cidadã dos problemas que a cidade enfrenta é algo relevante, embora esta possa ser enviesada devido a superposição de funções dos diferentes entes federados brasileiros. O filtro Ambiental recebeu peso de 20% e o filtro Técnico e o filtro Econômico receberam peso de 10% cada, totalizando os 100% do processo de priorização através dos filtros.

Após a definição do ranking dos temas priorizados pela aplicação dos filtros e sua consolidação, realizou-se, em setembro de 2014, um seminário de apresentação dos resultados ao Prefeito de Vitória, todo seu secretariado e técnicos da Prefeitura. Após a apresentação da pesquisa de opinião pública, dos semáforos das áreas temáticas da ICES, do esclarecimento a respeito da metodologia de aplicação dos filtros e do ranking das áreas priorizadas, o Prefeito e Secretários municipais decidiram pela abordagem de determinados temas e a priorização das áreas temáticas para o Plano de Ação Vitória Sustentável, presentes na tabela a seguir:

DIMENSÃO	TEMAS	35% SEMÁFORO	25% OPINIÃO PÚBLICA	20% AMBIENTAL	10% TÉCNICO	10% ECONÔMICO	100% PONDERADA
sustentabilidade ambiental e mudanças climáticas	água	1,0	1,0	5,0	3,6	2,3	2,19
	saneamento e drenagrem	1,0	1,0	3,3	4,2	2,3	1,92
	gestão de resíduos sólidos	3,0	1,0	3,0	3,8	4,8	2,76
	energia	1,0	1,0	5,0	2,2	5,0	2,32
	qualidade do ar	3,0	3,0	4,0	4,3	2,3	3,25
	mitigação de mudança climática	3,0	3,0	5,0	2,7	3,0	3,37
	ruído	3,0	3,0	0,0	1,0	1,8	2,08
	vulnerabilidade desastres naturais	3,0	3,0	5,0	3,3	1,0	3,23
sustentabilidade urbana	uso do solo/ordenamento territorial	3,0	3,0	5,0	3,5	1,3	3,28
	desigualdade urbana	3,0	1,0	5,0	4,2	1,7	2,89
	mobilidade/transporte	5,0	5,0	5,0	4,2	1,9	4,60
	competitividade da economia	3,0	1,0	5,0	2,0	5,0	3,00
	emprego	3,0	1,0	0,0	2,4	4,8	2,02
	conectividade	1,0	3,0	2,0	1,3	4,3	2,06
	educação	3,0	5,0	2,0	3,7	2,8	3,35
	segurança	5,0	5,0	0,0	5,0	1,0	3,60
	saúde	1,0	5,0	2,0	3,7	1,0	2,47
sustentabilidade fiscal e governança	gestão pública participativa	1,0	5,0	0,0	3,4	1,0	2,04
	gestão pública moderna	1,0	5,0	0,0	2,3	5,0	2,33
	transparência	1,0	5,0	0,0	3,0	2,8	2,18
	impostos e autonomia financeira	5,0	3,0	0,0	2,7	2,7	3,04
	gestão do gasto público	3,0	3,0	5,0	2,6	3,1	3,37
	dívida	1,0	1,0	0,0	2,2	1,7	0,99

Área 1	Mobilidade e Transporte
Área 2	Segurança
Área 3	Uso do solo/ordenamento territorial
Área 4	Gestão de Resíduos Sólidos
Área 5	Mitigação da mudança climática
Área 6	Competitividade da Economia



8

plano de ação:
o que temos que fazer?

O município de Vitória se destaca por apresentar bons índices de desenvolvimento humano e indicadores socioeconômicos igualmente positivos. Os sistemas públicos de educação e de saúde, a alta expectativa de vida de seus cidadãos e a renda per capita acima da média nacional são alguns dos pontos que, tradicionalmente, associam Vitória à imagem de uma cidade próspera e com desenvolvimento adequado.

Vitória tem um altíssimo nível médio de escolaridade, e seu reconhecido sistema público de ensino atrai matrículas de alunos de famílias de municípios vizinhos. A expectativa de vida elevada, as baixas taxas de mortalidade infantil e a relação entre médicos e habitantes na cidade estão acima da média do país. Segundo a Pesquisa de Opinião Pública feita para a ICES Vitória, quase 55% dos cidadãos da cidade estão satisfeitos ou muito satisfeitos com o serviço de saúde utilizado.

Os serviços urbanos básicos de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, energia elétrica, bem como a infraestrutura de drenagem – recentemente remodelada – têm um ótimo desempenho em Vitória de acordo com os indicadores da ICES. A distribuição de água atende a praticamente todos os domicílios da cidade (99,3%, segundo o censo do IBGE 2010). A rede de esgoto e o número de ligações domiciliares têm aumentado expressivamente, com expectativa de se atingir 100% em 2015.

A energia elétrica já está universalizada nos domicílios da cidade. Hoje, o município se coloca de maneira proativa na pesquisa para implementação de formas alternativas de geração de eletricidade e de estratégias de diminuição e eficiência do consumo em áreas públicas.

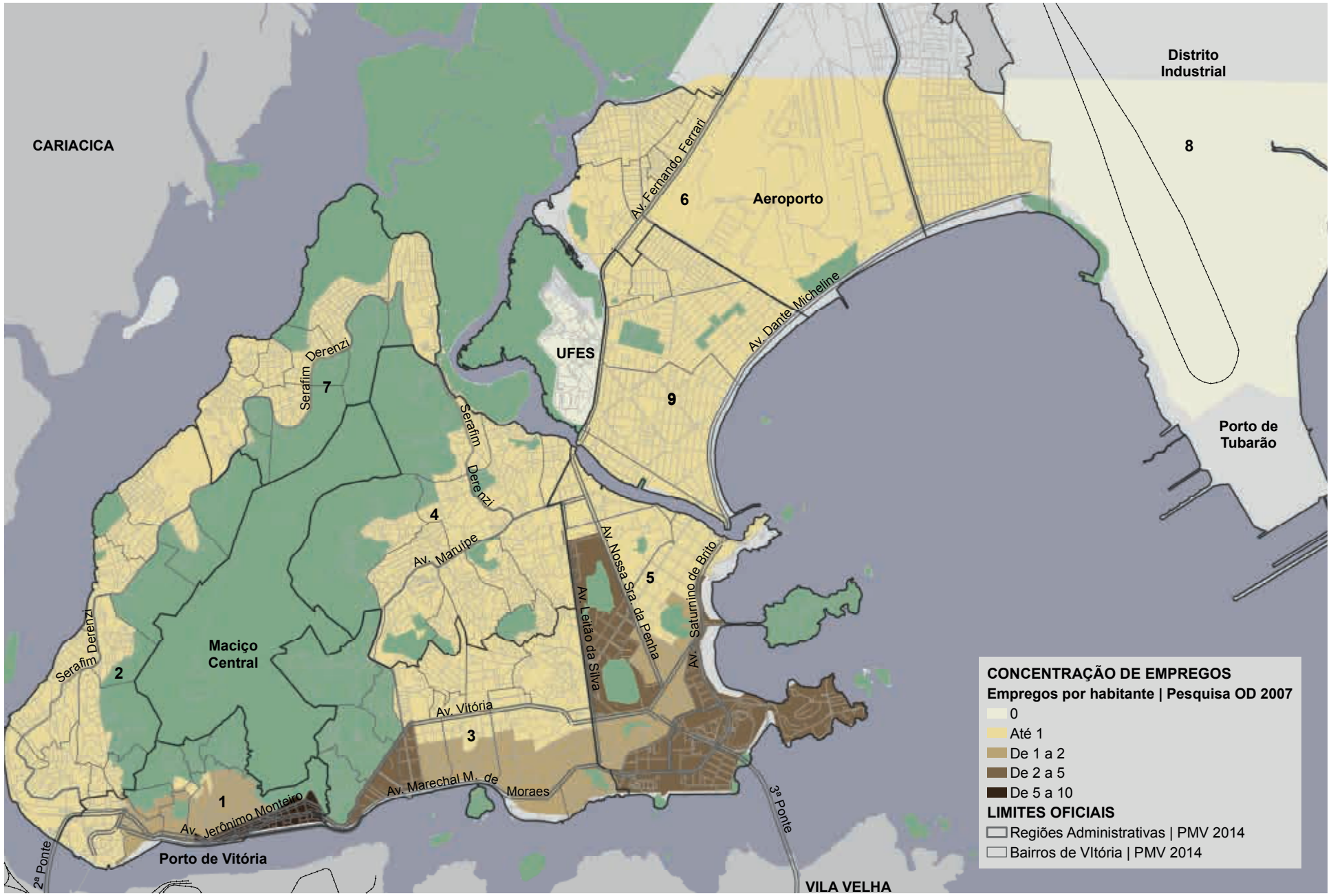
Vitória é uma cidade altamente conectada. Possui potencial para expansão dos serviços de tecnologia com o aumento do número de usuários atualmente ligados à internet de banda larga. Hoje, existem mais linhas ativas de telefonia móvel, no município, do que habitantes.

A capital capixaba conta com inúmeras áreas verdes, sejam de proteção ambiental, sejam espaços públicos para lazer. Somando apenas as áreas verdes de usufruto público, existem mais de 92 hectares para cada 100 mil habitantes e, se considerarmos o total delas incluindo ainda as áreas de proteção ambiental, são quase 130 hectares para os mesmos 100 mil habitantes.

A expansão da área urbana tem sido controlada, e seu principal instrumento de ordenamento territorial que estabelece as regras para o crescimento da cidade, o Plano Diretor Urbano, está em fase de revisão.

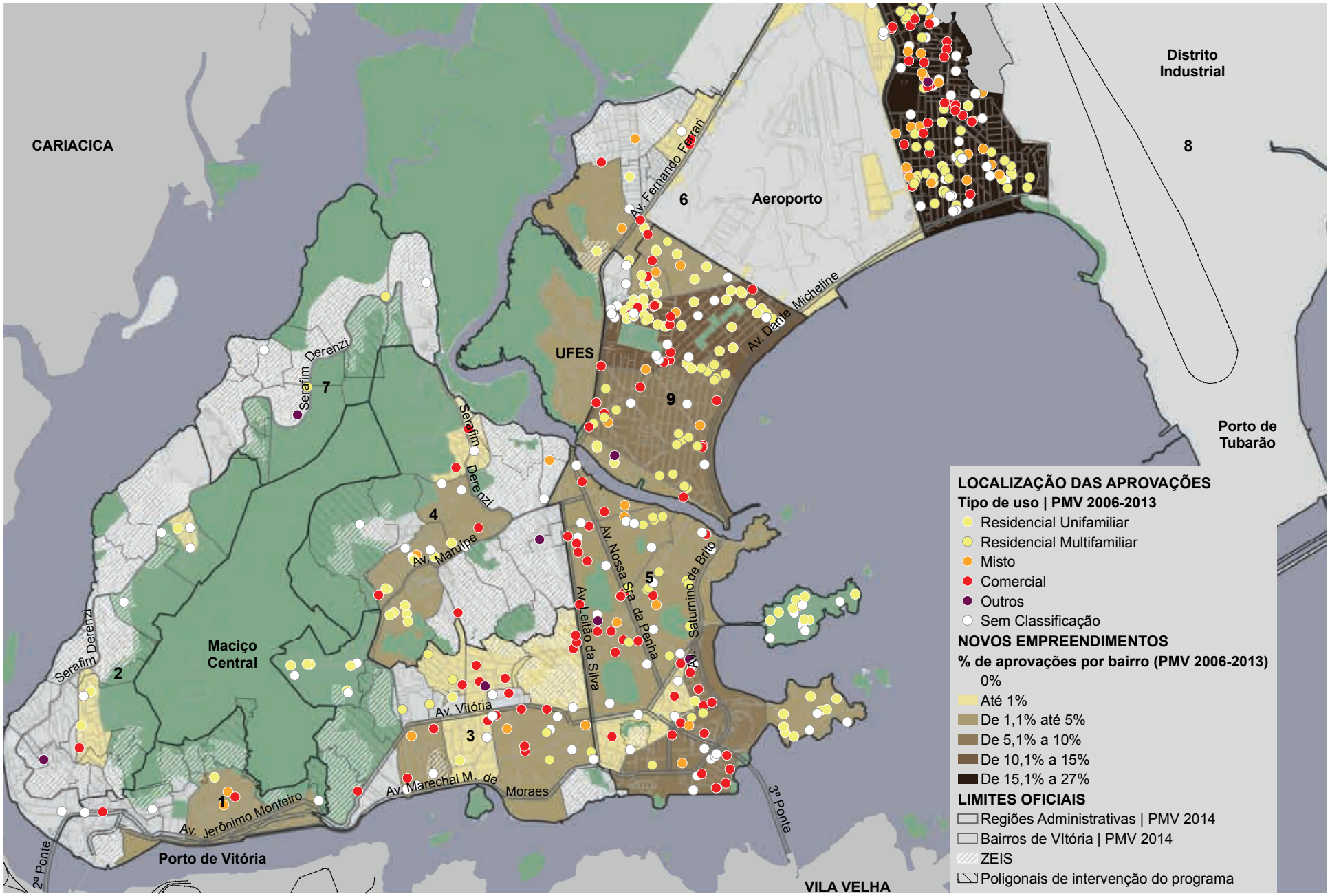
No entanto, a capital capixaba não é um território homogêneo. Alguns dos indicadores que na média do município aparecem como muito bons e são classificados na semaforização da metodologia da Iniciativa ICES na cor verde, distribuem-se de maneira desigual no território. Eles podem, inclusive, aparecer na cor vermelha em certas regiões, afetando de maneira mais crítica algumas áreas da cidade. A pesquisa de percepção cidadã realizada com a população local corroborou essa observação, revelando uma série de desigualdades territoriais em relação à distribuição das políticas e serviços públicos.

Concentração de empregos em Vitória



1 – Centro, 2 – Santo Antônio, 3 – Jucutuquara, 4 – Maruípe, 5 – Praia do Canto, 6 – Goiabeiras, 7 – São Pedro, 8 – Jardim Camburi e 9 – Jardim da Penha I Fonte: Elaboração Instituto Pólis a partir de dados CENSO - IBGE, 2010, CNAE, 2011.

Empreendimentos Aprovados



1 – Centro, 2 – Santo Antônio, 3 – Jucutuquara, 4 – Maruípe, 5 – Praia do Canto, 6 – Goiabeiras, 7 – São Pedro, 8 – Jardim Camburi e 9 – Jardim da Penha I Fonte: Elaboração Instituto Pólis a partir de dados Prefeitura Municipal de Vitória, 2015.

Existem porções do território de Vitória em que coincidem inúmeras variáveis de precariedade, como as menores rendas familiares, as maiores carências por equipamentos públicos, as piores avaliações dos serviços ofertados e das condições de vida urbana, assim como, a menor diversidade de atividades econômicas. Indicadores que se demonstram altamente satisfatórios em determinadas regiões da cidade, em outras chegam a números muito baixos, demonstrando o nível de desigualdade sócio-territorial em que a cidade se encontra.

Analisando alguns dados no território é possível concluir que as regiões em que se concentram as famílias com rendas mais elevadas (IBGE, 2010), são também as zonas onde há maior dinamismo econômico (CNAE, 2011; OD 2007) e maior diversificação no uso do solo (POLIS/PMV 2015). Trata-se das Regiões Administrativas da Praia do Canto (RA 5) e Jardim da Penha (RA 9) na orla marítima de Vitória, onde os assentamentos precários são quase inexistentes.

Do outro lado da área insular de Vitória, ao longo da chamada "Orla Noroeste", nota-se uma cidade completamente diferente, com uma população com menor renda e indicadores de fraco dinamismo econômico como a baixa densidade de empregos e um pequeno número de estabelecimentos comerciais, industriais ou de serviços.

No entanto, apesar do baixo desempenho econômico, trata-se de uma região de Vitória que não deixou de crescer, e teve áreas com um significativo aumento da densidade populacional na última década: são as Regiões Administrativas de Santo Antônio (RA 2) e São Pedro (RA 7).

Nessas áreas, os usos não residenciais são mais raros e a quantidade de assentamentos precários (ou aglomerados subnormais) é muito grande, conformando uma área homogênea monofuncional com pobreza e precariedades. O mapeamento dos empreendimentos aprovados entre 2006 e 2013 pelo município demonstra também que o mercado imobiliário formal atua muito pouco nestas regiões, onde predomina a informalidade na construção do território.

A monofuncionalidade destas regiões não permite oportunidades de emprego e geração de renda, gerando grandes impactos para a mobilidade da cidade de forma geral, já que a população moradora destas regiões tem que se deslocar cotidianamente para as áreas da cidade com maior concentração de empregos.

Evidente que as desigualdades territoriais da capital capixaba não se resumem apenas às diferenças entre as regiões mencionadas, mas são essas regiões destacadas que apresentam as maiores discrepâncias dentro do município.

Alguns números da Pesquisa de Opinião Pública da ICES realizada pelo instituto Pólis em 2014 mostram que a percepção dos cidadãos de Vitória com respeito a diversos temas também é desigual e varia bastante conforme as diferentes regiões da cidade. A avaliação sobre a maioria dos aspectos levantados pela pesquisa tende a ser pior nessas áreas monofuncionais de menor renda, que incluem, além das Regiões Administrativas da Orla Noroeste - Santo Antônio (RA 2) e São Pedro (RA 7), a Região de Maruípe (RA 4).

Em relação às demais regiões de Vitória, que em alguns casos pode também incluir a Região Administrativa de Goiabeiras - área que mais depende do transporte coletivo para a locomoção cotidiana é o local onde os moradores fazem a pior avaliação do transporte público da cidade. A avaliação sobre a oferta e a qualidade dos espaços públicos para lazer e recreação também é deficitária nessas áreas, apesar de estarem muito próximas à maior Unidade de Conservação Ambiental existente na área insular – a APA Maciço Central. A sensação de segurança também é mal avaliada nos bairros da região da Orla Noroeste de Vitória. Deve-se destacar, ainda, que essas são as áreas da cidade onde a pesquisa de opinião apresentou menor percentual de conhecimento sobre o Orçamento Participativo e sobre a existência de outras formas de participação da sociedade nas decisões tomadas pelo poder público municipal.

Ao mesmo tempo em que essas regiões possuem muitas fragilidades nas políticas e serviços públicos e um baixo desempenho dos indicadores socioeconômicos, elas apresentam áreas vazias ou subtilizadas e uma riqueza ambiental com um grande potencial turístico e de usos sustentáveis.

É fato que a municipalidade de Vitória já reconhece as carências e também as potencialidades da Orla Noroeste da cidade. As áreas de intervenção urbanística, os perímetros de zonas especiais destinadas à regularização de assentamentos informais (ZEIS) e os polígonos do Programa Terra que estão gravados nessas regiões também indicam que a Prefeitura está atenta às necessidades da população desta região de Vitória.

Visando o potencial de desenvolvimento dessa região da cidade, a Prefeitura Municipal desenvolveu um grande projeto de intervenção urbanística, denominado Orla Viva, ao longo de toda a sua extensão.

Na perspectiva de dialogar com a distribuição territorial dos indicadores e necessidades levantadas e com as ações da Prefeitura Municipal em andamento, o Plano de Ação Vitória Sustentável, além de priorizar os temas mais caros à cidade, propõe um olhar específico para o território, atento às regiões mais frágeis do município, com estratégias dedicadas ao seu desenvolvimento e à integração às porções da cidade que apresentam melhores indicadores sócio-territoriais, de maneira a proporcionar um desenvolvimento sustentável e que se estenda por todo território de Vitória.

Bairro São Pedro



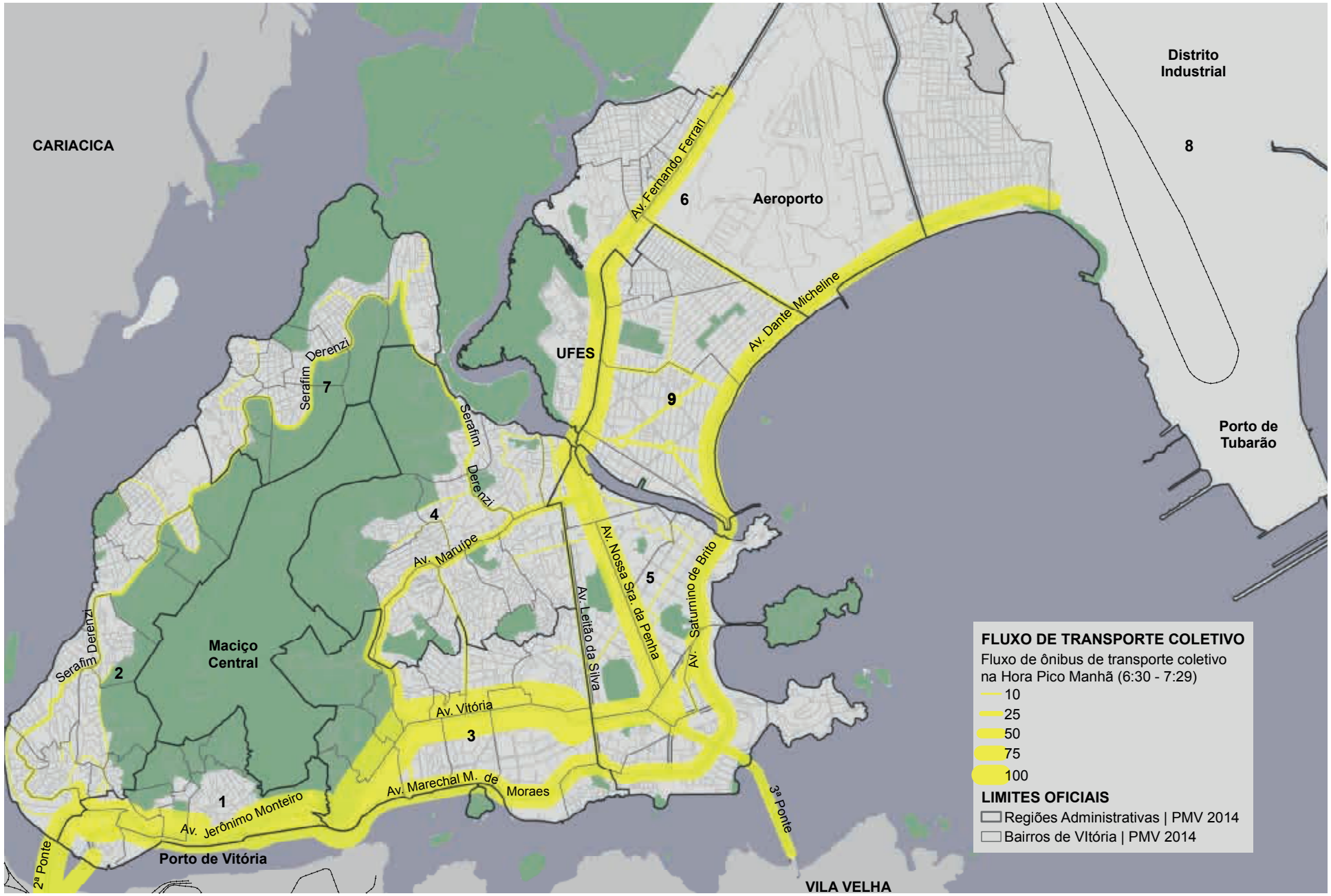
Foto Yuri Barichivich

Os projetos prioritários da cidade foram desenvolvidos para integrar e qualificar o território de Vitória, objetivando aumentar seu dinamismo e sua competitividade econômica. Além disso, os projetos visam a articular essas ações ao conjunto da cidade com obras de mobilidade que priorizam o transporte coletivo e meios alternativos de locomoção.

Também é uma estratégia fundamental a busca de integração de todas as ações com o ordenamento do uso do solo e a legislação urbanística, de modo a promover uma ocupação urbana mais planejada e com uma distribuição de usos e atividades mais equilibrada. A oportunidade de realizar o Plano de Ação Vitória Sustentável paralelamente ao começo da revisão do Plano Diretor foi de grande conveniência para a cidade, que pode tratar as questões do solo mais específicas do Plano Diretor de maneira alinhada com as propostas de intervenção indicadas neste Plano de Ação e vice-versa.

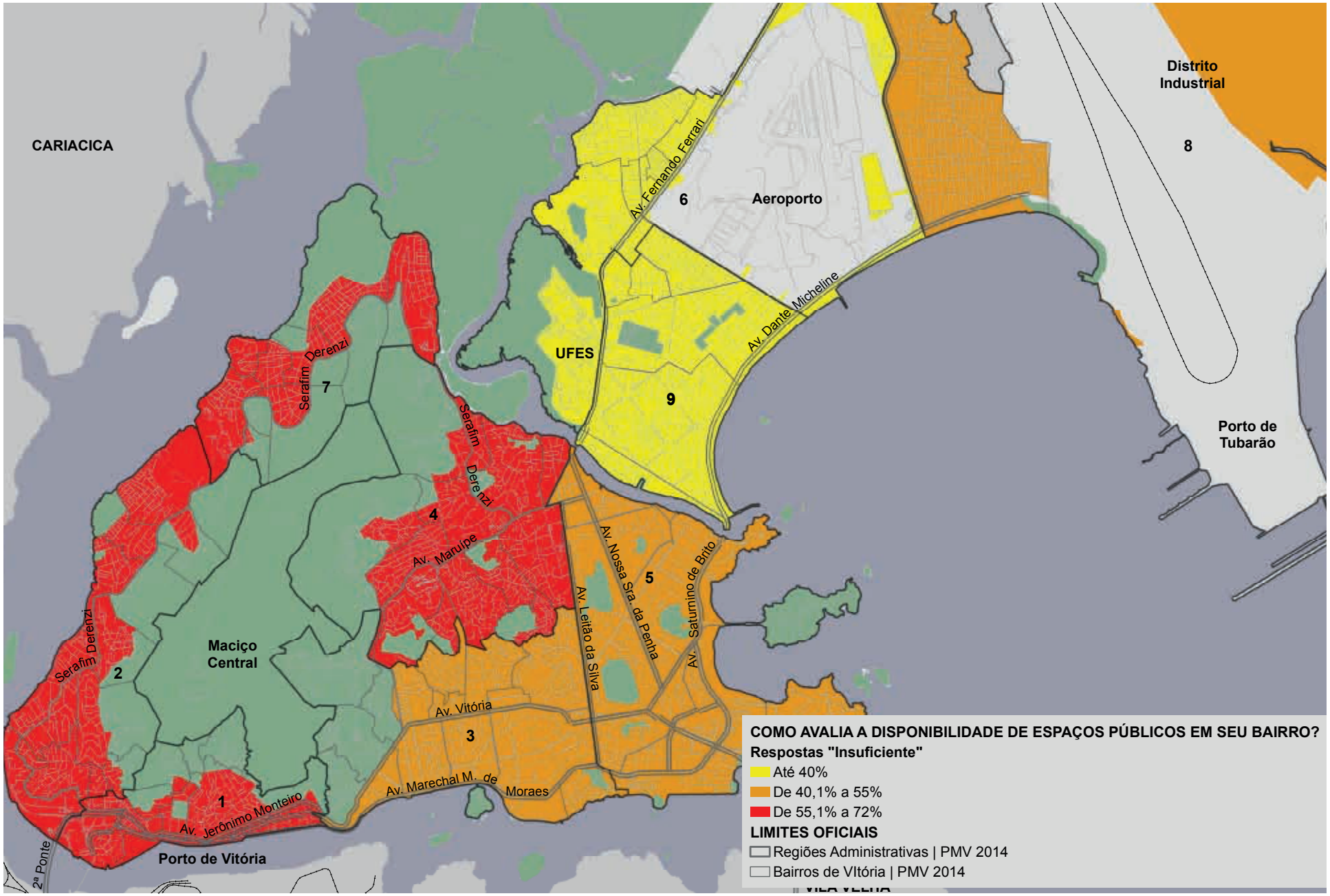
A partir destas considerações, o presente Plano de Ação mapeou os temas e as áreas mais frágeis de Vitória, buscando apontar as soluções e ações estratégicas interrelacionadas de curto, médio e longo prazo que ajudem a promover o desenvolvimento pleno da cidade e a melhora da qualidade de vida de seus cidadãos de modo a transformar Vitória em uma cidade sustentável.

Fluxo em vias de transporte coletivo pico da manhã (das 6:30 às 9:30)



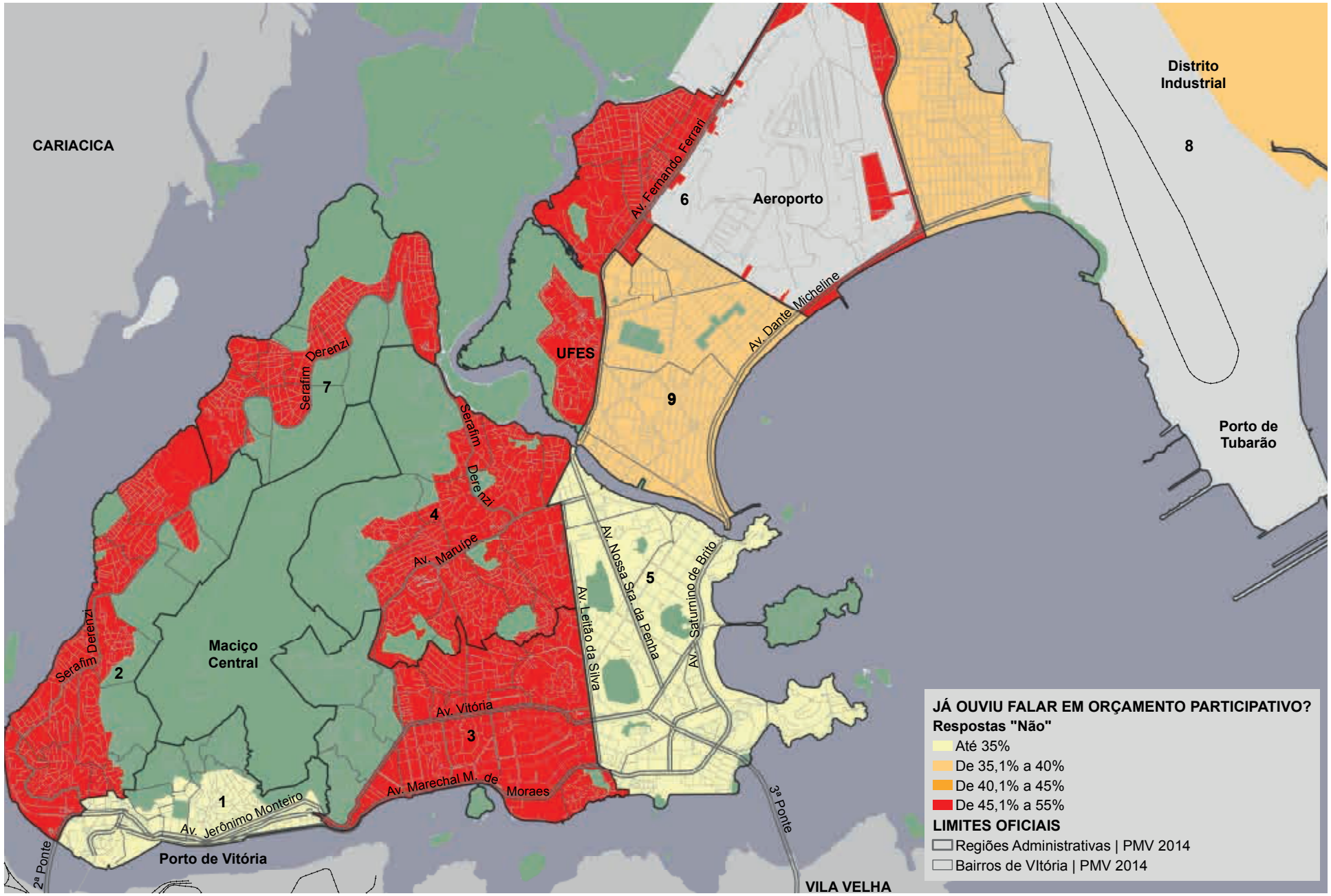
1 – Centro, 2 – Santo Antônio, 3 – Jucutuquara, 4 – Maruípe, 5 – Praia do Canto, 6 – Goiabeiras, 7 – São Pedro, 8 – Jardim Camburi e 9 – Jardim da Penha I Fonte: Elaboração Instituto Pólis a partir de dados Plano de Mobilidade, 2008.

Mapa de avaliação dos espaços públicos de Vitória



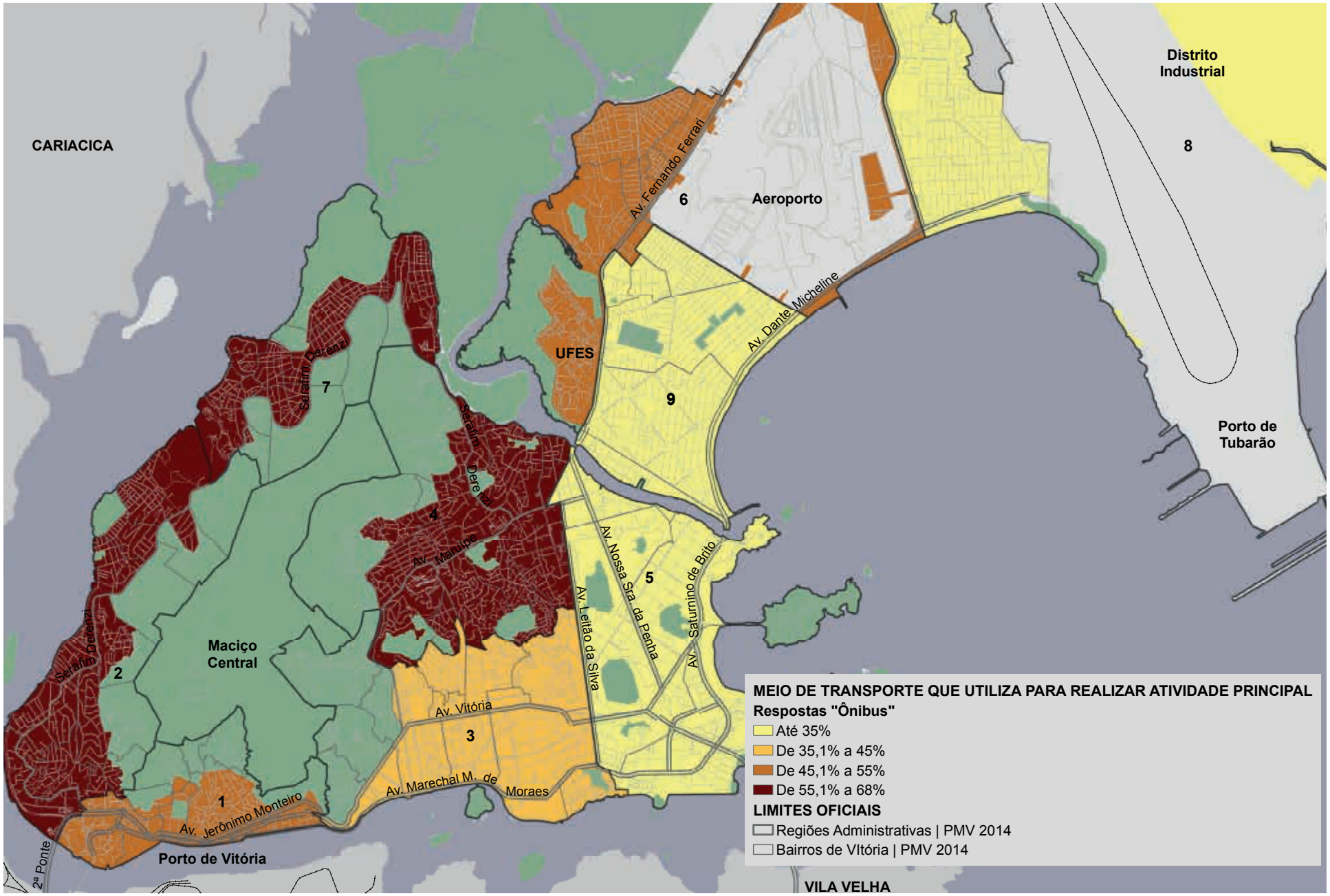
1 – Centro, 2 – Santo Antônio, 3 – Jucutuquara, 4 – Maruípe, 5 – Praia do Canto, 6 – Goiabeiras, 7 – São Pedro, 8 – Jardim Camburi e 9 – Jardim da Penha I Fonte: Elaboração Instituto Pólis a partir de dados Plano de Mobilidade, 2008.

Mapa sobre participação social no governo local



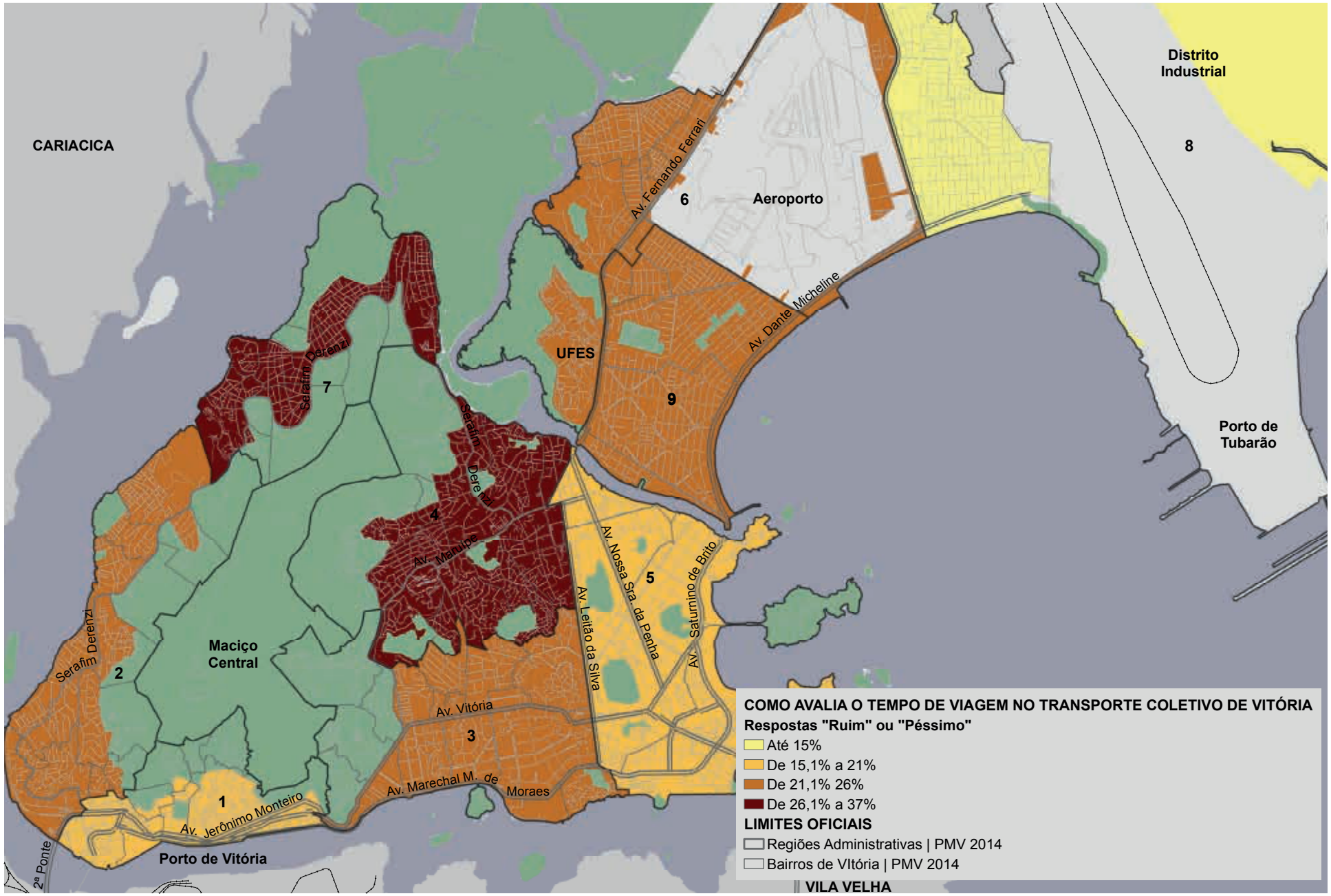
1 – Centro, 2 – Santo Antônio, 3 – Jucutuquara, 4 – Maruípe, 5 – Praia do Canto, 6 – Goiabeiras, 7 – São Pedro, 8 – Jardim Camburi e 9 – Jardim da Penha I Fonte: Elaboração Instituto Pólis a partir de dados Plano de Mobilidade, 2008.

Mapa sobre mobilidade cotidiana



1 – Centro, 2 – Santo Antônio, 3 – Jucutuquara, 4 – Maruípe, 5 – Praia do Canto, 6 – Goiabeiras, 7 – São Pedro, 8 – Jardim Camburi e 9 – Jardim da Penha I Fonte: Elaboração Instituto Pólis a partir de dados Plano de Mobilidade, 2008.

Mapa avaliação do tempo gasto no transporte público de Vitória



1 – Centro, 2 – Santo Antônio, 3 – Jucutuquara, 4 – Maruípe, 5 – Praia do Canto, 6 – Goiabeiras, 7 – São Pedro, 8 – Jardim Camburi e 9 – Jardim da Penha I Fonte: Elaboração Instituto Pólis a partir de dados Plano de Mobilidade, 2008.

Linhas estratégicas

A metodologia ICES em Vitória permitiu consolidar de forma participativa as soluções adequadas que dialogam com o Plano Estratégico do Município, que estabelece como objetivo promover o desenvolvimento sob os pontos de vista ambiental, cultural, social e econômico, voltado ao bem-estar coletivo, à geração de oportunidades, ao dinamismo e à sustentabilidade da cidade, compromissado com o equilíbrio planetário e com a qualidade de vida das futuras gerações.[1]

A implementação das análises e do processo de priorização de temas da ICES definiu 4 temas estratégicos para o desenvolvimento sustentável de Vitória: (I) Mobilidade/Transporte; (II) Segurança; (III) Uso do Solo/Ordenamento Territorial; (IV) Competitividade da Economia. Os temas de Gestão de Resíduos Sólidos, Mitigação da Mudança Climática e Governança Fiscal foram incorporados ao processo de planejamento devido à estreita interrelação que apresentam com os temas priorizados para a sustentabilidade municipal.

A partir dos temas priorizados foram desenvolvidas linhas estratégicas que integram temas e ações com objetivos comuns.

A primeira linha estratégica que se destaca diz respeito aos **Polos de Geração de Desenvolvimento,** com foco no incremento da área econômica, no turismo e desenvolvimento territorial. O foco dessa linha de ação é a integração entre o tema de competividade econômica e desenvolvimento territorial, concentrando as novas atividades nas regiões da cidade que necessitam de maior desenvolvimento. Para que isso aconteça, novos territórios de desenvolvimento econômico devem ser definidos com a priorização de investimentos em projetos de desenvolvimento econômico, assim como projetos de desenvolvimento territorial, como reestruturação de áreas precárias.

A linha estratégica de **Desenvolvimento Urbano, Uso do Solo e Habitat Urbano** está totalmente integrada à proposição de **Polos de Geração de Desenvolvimento**, mencionados acima e prevê ações como a reurbanização de áreas precárias, requalificação da área central e dos parques urbanos de Vitória e o planejamento integrado metropolitano. Esta linha de ação é fundamental para o Plano de Ação na medida em que propõe intervenções estruturais para a execução de todas as ações definidas para o desenvolvimento sustentável de Vitória.

Uma linha estratégica muito importante para a cidade de Vitória é a **Mobilidade**, em especial na interface que integra o sistema local e o Metropolitano. A localização geográfica e a relação entre Vitória e os municípios vizinhos faz com que o tema mobilidade apresente ênfase no cenário Metropolitano. Por tratar-se de um plano de desenvolvimento voltado para o município de Vitória, optou-se por adotar uma linha estratégica que organizou as obras viárias prioritárias e as diretrizes para intervenções de infraestrutura, assim como os sistemas e serviços de transporte coletivo de modo a explorar as interfaces da integração metropolitana nos diferentes sistemas de mobilidade urbana. As intervenções propostas na área de mobilidade serão, também, responsáveis por criar a conectividade urbana e de serviços necessários para que os Polos de desenvolvimento sejam integrados ao restante da cidade e aos demais municípios que compõem a Região Metropolitana.

Outra Linha Estratégica a ser desenvolvida no Plano de Ação faz menção à **Segurança Cidadã,** e surge de evidências que demonstram que os altos índices de criminalidade e de insegurança nos países da América Latina e Caribe têm imposto entraves significativos para o pleno desenvolvimento econômico e social da região. Tendo em mente esse diagnóstico e os dados de pesquisas recentes, que colocam Vitória entre uma das cidades com as mais altas taxas de homicídios do país, faz-se necessário elencar a segurança pública como uma linha estratégica prioritária para a cidade de Vitória. Essa linha foi denominada segurança cidadã pelo entendimento expresso neste Plano de Ação de que a segurança pública deve estar associada à garantia de direitos, à liberdade que resulta dessa condição e a construção permanente de coesão social. É nesse contexto, de fortalecimento das políticas integradas de prevenção da violência que e o papel da cidade ganha destaque.

A Linha Estratégica de **Desenvolvimento Ambiental e Sustentável** tem como foco as questões de mitigação das mudanças do clima, de modo a propor estudos e intervenções para redução dos impactos da elevação do nível do mar e que evitem maiores consequências à ação marítima, e na gestão de resíduos sólidos que têm profundo impacto sobre as questões ambientais e que em Vitória aparece, ainda, como um importante componente do saneamento ambiental a ser enfrentado.

Por último, a linha estratégica **Governança e Sustentabilidade Fiscal** perpassa diferentes temas e áreas da municipalidade por tratar-se de uma dimensão que envolve aspectos relativos à gestão municipal. Essa linha estratégica tem, portanto, o objetivo de garantir a sustentabilidade administrativa do município para que as outras ações propostas possam ser implementadas com ferramentas modernas para a cidade e seus

[1] PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORIA. Planejamento Estratégico 2013-2016, 2013, P. 22. Disponível em: http://www.vitoria.es.gov.br/arquivos/20140306_revista_planejamento.pdf

gestores. Ela impõe um grande desafio na medida em que necessita de grande empenho político das lideranças municipais para garantir o sucesso de sua implementação. Além disso, tendo em vista a vocação tecnológica de Vitória, evidenciada por seus bons indicadores e reforçada pelos estudos de base deste Plano de Ação, essa linha estratégica também oferece ações que visam a aprimorar a gestão dos serviços da cidade por meio da tecnologia.

Linha estratégica 1
Polos de geração de desenvolvimento

Vitória é um município que se destaca em termos econômicos tanto em relação à Região Metropolitana quanto em âmbito nacional. Isso é evidenciado por seu alto PIB per capita, que em 2013 apresentava-se em cerca de R$ 86 mil, enquanto o indicador para uma média nacional é de pouco mais de R$ 24 mil.

A indústria do município tem importante destaque na economia local, embora atualmente a venha perdendo participação no PIB municipal para o setor de serviços - uma trajetória semelhante à da própria economia brasileira. Contudo, muitos deles ainda estão conectados à indústria, o que reforça o papel do setor secundário como eixo importante de desenvolvimento da região.

Estrategicamente localizada na região Sudeste do Brasil, Vitória se destaca pelo satisfatório potencial para integração dos diversos modais de transporte (plataformas logísticas) formando com os estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo a chamada "Faixa de Desenvolvimento da Região Sudeste". Tal fato constitui um importante diferencial competitivo do segmento logístico em razão de estar a menos de mil quilômetros dos principais centros consumidores, produtores e distribuidores do país. Vitória possui hoje dois grandes portos: o Porto de Vitória e o Porto de Tubarão.

No entanto, como observado, a realidade de Vitória revela que há uma parcela da população ainda carente de serviços sociais básicos como saneamento, educação e saúde, a condições dignas de moradia, de mobilidade e de trabalho. Existe na cidade, portanto, a necessidade de se promover, para além do crescimento econômico, o efetivo desenvolvimento, que implica transversalizar temas e áreas de atuação (educação, qualificação, infraestrutura urbana etc.), bem como incorporar a discussão metropolitana tornando mais realista pensar nos desafios e ações necessárias sem prescindir da competitividade da região.

Entendemos competitividade econômica como um conceito amplo que congrega o fomento às atividades e núcleos de negócios que gerem empregos, renda e receita para o município, mas também como polos territoriais de desenvolvimento que dialoguem com a estrutura urbana existente e pretendida, de maneira a trazer não só novos espaços para os negócios, mas também que sejam polos irradiadores de desenvolvimento sócio-territorial.

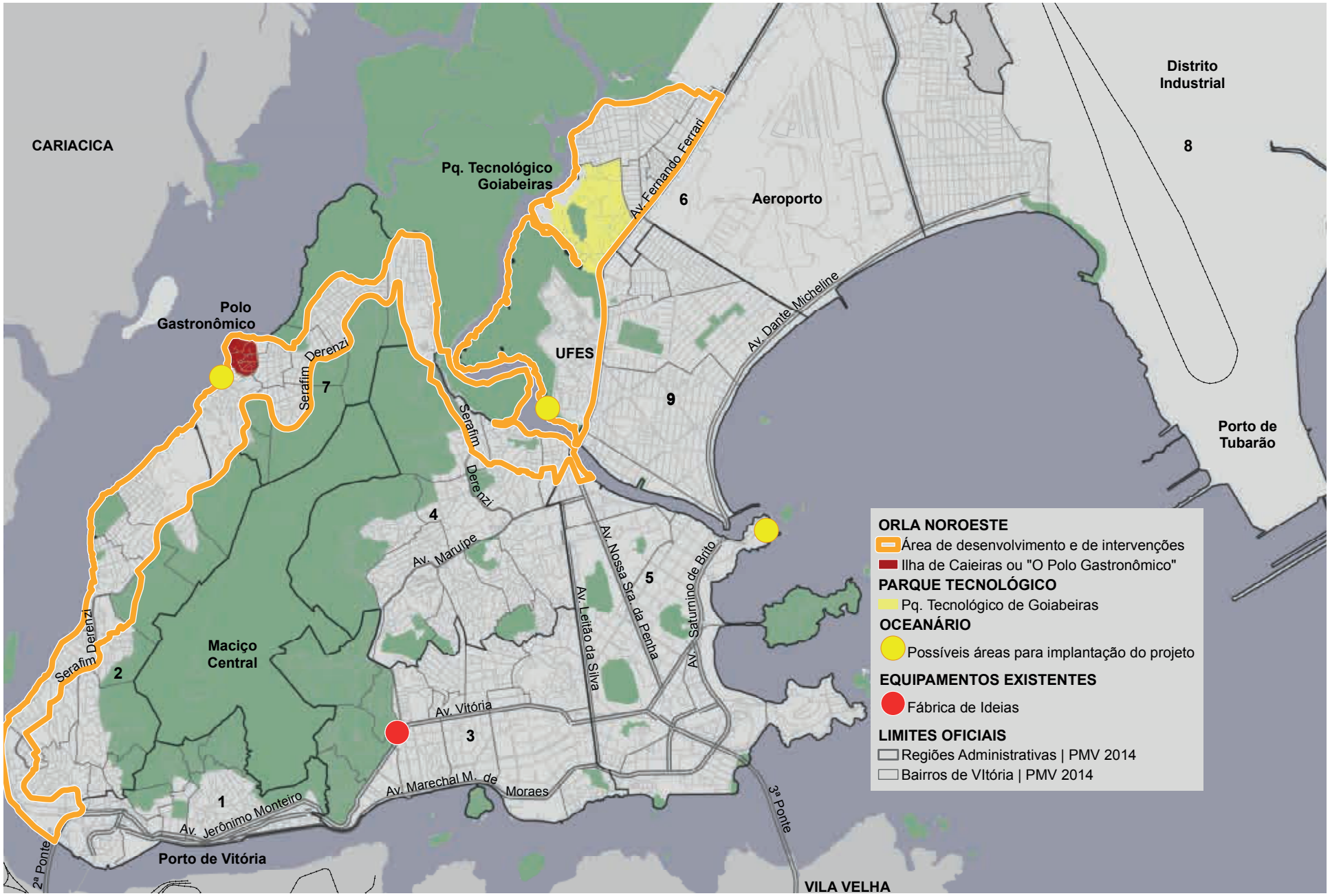
As ações propostas fomentam novos territórios de desenvolvimento econômico, o desenvolvimento de áreas com potencial turístico, assim como o desenvolvimento econômico e sócio-territorial de áreas degradadas e monofuncionais que hoje não geram oportunidades suficientes de emprego e renda.

Do ponto de vista territorial, o planejamento das ações de desenvolvimento econômico dialoga com as estratégias de desenvolvimento urbano pensadas para transformar os territórios, hoje destinados quase que exclusivamente à moradia, em áreas de usos multifuncionais, com residências e oportunidades de empregos na mesma região. Essas ações levam desenvolvimento econômico a regiões da cidade, como a Orla Noroeste e a região de Goiabeiras, que carecem de oportunidades econômicas. Ao mesmo tempo, tem importantes reflexos para a linha estratégica de mobilidade, na medida que a criação de novos empregos em áreas tradicionalmente residenciais diminui o fluxo de longos deslocamentos na cidade nos horários de pico.

Assim, nas propostas de ações de competividade econômica para Vitória, é possível observar que as áreas de intervenção localizam-se nos territórios diagnosticados como mais carentes de desenvolvimento econômico e urbano, fora da orla marítima mais consolidada. A região noroeste da cidade mostra um importante potencial de desenvolvimento da cidade nos diferentes temas, incluindo o tema da competitividade.

Em relação às propostas de Vitória para melhorar a competitividade da cidade, destacam-se a implantação do Parque Tecnológico, a construção de um Oceanário e a implantação de um Polo Gastronômico. Além dos projetos citados, algumas propostas de menor porte também devem ser consideradas para a competitividade econômica de Vitória.

Mapa de Principais Ações para Competividade Econômica de Vitória



1 – Centro, 2 – Santo Antônio, 3 – Jucutuquara, 4 – Maruípe, 5 – Praia do Canto, 6 – Goiabeiras, 7 – São Pedro, 8 – Jardim Camburi e 9 – Jardim da Penha I Fonte: Elaboração Instituto Pólis.

Diretriz 1

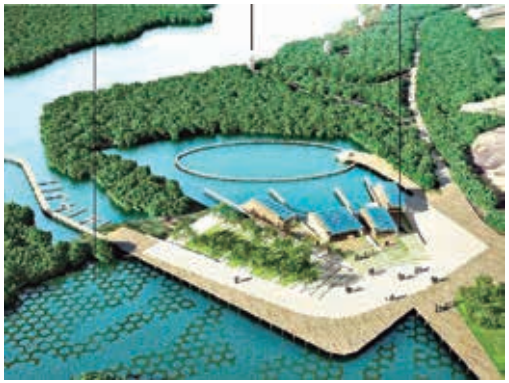
Desenvolvimento econômico e territorial de áreas monofuncionais e precárias

Ação 1 Requalificação da Orla Noroeste

Conforme as análises realizadas e apresentadas anteriormente, a região denominada como Orla Noroeste do município de Vitória apresenta um território monofuncional e com uma série de precariedades e deficiências de serviços, equipamentos e políticas públicas. Ao mesmo tempo, apresenta-se como uma área de grande interesse ambiental e turístico com amplo potencial de desenvolvimento sustentável para as comunidades locais.

A Prefeitura Municipal de Vitória lançou no final de 2013 um Concurso Nacional de Estudos Preliminares de Urbanismo, Paisagismo e Arquitetura para a Orla Noroeste de Vitória. O concurso propôs a criação de um passeio contínuo numa área total de 760.000 m^2, 15,5 km de orla, envolvendo áreas públicas e privadas, que vai interligar 20 bairros da cidade, beneficiando diretamente 72 mil moradores.

Proposta Vencedora do Concurso Orla Noroeste – Decks e Piers



Fonte: Divulgação Prefeitura Municipal de Vitória

A requalificação da Orla Noroeste objetiva voltar a atenção das intervenções públicas para esta porção do Município, interligando as duas cidades – a Vitória com infraestrutura adequada e com oportunidades de emprego e geração de renda e a Vitória monofuncional, precária e com baixa atividade econômica, recuperando uma importante região com a requalificação de espaços públicos por meio do desenho urbano.

Um dos principais objetivos do projeto é promover a integração urbana e visual para a qualificação de todo o eixo proposto por meio da implantação de ciclovias, passeios, píeres, atracadouros, jardins, mobiliário urbano, áreas de encontro e lazer em toda a extensão da Orla. A implantação dessas novas infraestruturas potencializará os atrativos turísticos da região e viabilizará alternativas de geração de renda para os moradores da região, tais como restaurantes, quiosques e pontos de pesca.

Os aspectos ambientais, principalmente relacionados à presença da água do mar e do manguezal, norteiam quase todas as condicionantes de projeto do concurso. A proposta desenhada atentou para a interface dessa região da cidade com a natureza, em uma área ainda carente de recursos plenos para que este relacionamento seja reciprocamente sustentável. Assim, com a implantação do projeto, pretendem-se criar dois eixos de desenvolvimento sustentáveis integrados: a geração de desenvolvimento econômico e novas oportunidades para a comunidade local e a preservação ambiental com usos sustentáveis.

A harmonia entre o meio ambiente construído e o meio ambiente natural é o objetivo do "Projeto Orla Viva", vencedor do Concurso Orla Noroeste. O trabalho da equipe composta por quatro arquitetos do Brasil, Espanha, Chile e Bélgica foi selecionado pela Prefeitura Municipal de Vitória por fazer uma leitura integrada do território.

O projeto prevê o equilíbrio por meio de intervenções urbanísticas adequadas à região que buscam a reintegração desta porção da ilha de Vitória com a água e todo o ecossistema do entorno, o mangue, que possui características transitórias que reforçam a passagem diferenciada. Nesse contexto, foi projetada a implantação de espaços públicos de contemplação do horizonte que estabelecem a conexão entre o espaço urbano e o ambiente natural do mangue. Para reforçar essa conexão, está prevista também a implantação de atividades que confiram urbanidade e diversificação de usos nas escalas metropolitana, municipal e local.

Um aspecto fundamental apontado para o projeto de Requalificação da Orla Noroeste é o potencial de integração de ações que estão segmentadas em diversas secretarias municipais, ou ainda na esfera do governo estadual. Essas ações podem ser reunidas em um programa único de intervenções ao longo da região por meio do conceito de passeio contínuo. Trata-se de uma iniciativa certamente de grande relevância para a melhoria da qualidade de vida dos moradores, não apenas da região, mas da cidade como todo. Além disso, a requalificação da Orla Noroeste representa um importante passo para a redução da desigualdade urbana em Vitória.

Foram definidas nove áreas de intervenção (duas delas no continente) interligadas por toda a extensão da orla. Os objetivos da Prefeitura para cada uma das áreas são os seguintes:

1. A Orla ou "O Passeio Contínuo".
2. Goiabeiras ou "A Rota das Paneleiras".
3. A Estação Ecológica Municipal da Ilha do Lameirão ou "Base da EEMIL".
4. Andorinhas ou "O Encontro".
5. A Ilha do Campinho ou "Entrada para o Manguezal".
6. A Ilha do Crisógono ou "Mirante da Baía".
7. O Parque Orla Noroeste ou "Os Passos Verdes".
8. A Ilha das Caieiras ou "Um Polo Gastronômico".
9. A área da Faesa e da Fazendinha ou "Um Plano de Ocupação".
10. Estrelinha e Inhanguetá ou "Redesenvolvimento Urbano"

O concurso foi segmentado em etapas de projetos. As atividades definidas são:

1. **Estudos de Impacto Ambiental do Projeto Orla Noroeste (EIA/RIMA)**

   A elaboração de um Estudo de Impacto Ambiental é uma atividade que visa garantir a mitigação dos possíveis impactos ambientais ocasionado pelas obras pretendidas.

2. **Execução da primeira etapa das Obras do Projeto Orla Noroeste com a reurbanização do espaço público da área da Ilha das Caieiras.**

   Para cumprir este objetivo já foi contratado o projeto executivo pela Prefeitura Municipal de Vitória que deverá estar finalizado ainda no ano de 2015, e possibilitará o começo das obras de implantação.

Ação 2 **Criação de Polos Gastronômicos em zonas monofuncionais e de interesse econômico, histórico e urbanístico**

Vitória possui uma identidade cultural forte ligada à gastronomia, o que tem estimulado o turismo gastronômico na cidade. A tradição pesqueira e a herança da cultura indígena e negra influenciaram profundamente a culinária capixaba, tornando-a eclética. Com a vinda de imigrantes europeus novos pratos foram acrescentados a essa cozinha.

Acrescido à diversidade étnica que influenciou a culinária capixaba, a tradição das panelas de barro, que remonta às tribos indígenas que habitaram o litoral do Estado, constituem o principal elemento cultural na elaboração de pratos típicos da culinária capixaba. Entre os pratos típicos mais famosos citam-se a torta capixaba e a moqueca, a muma de siri e a caranguejada. A moqueca capixaba, a moqueca de garoupa salgada com banana-da-terra e a torta capixaba têm de ser feitas em panela de barro para serem autênticas. Essas iguarias que compõem a culinária única do estado do Espirito são importantes atrativos ao turismo na cidade de Vitória.

A proposta de Polos Gastronômicos vem atender à necessidade municipal de criação e fomento de atrativos turismos para estimular novas atividades econômicas na cidade de Vitória por meio da organização de regiões na cidade voltadas ao serviço de gastronomia regional. Nos polos Gastronômicos, moradores da cidade e turistas contarão com atendimento de qualidade e cardápios de identificação regional e local.

Os Polos Gastronômicos em Vitória serão assessorados pela Gerência de Apoio ao Micro e Pequeno Empreendedor (Gampe), ligada à Secretaria Municipal de Turismo, Trabalho e Renda (Semmtre) da Prefeitura Municipal de Vitória. O principal objetivo é promover a revitalização econômica local, com a conjugação de esforços entre o poder público municipal e a iniciativa privada, para a recuperação da atividade econômica e revitalização dos espaços públicos em áreas onde se observa a concentração de empresas, potencial de desenvolvimento econômico e vocações locais.

Com essa ação, busca-se promover ações conjuntas entre os empresários do setor de gastronomia com as demais empresas e entidades representativas da cadeia para profissionalizar a gestão, qualificar e diversificar os serviços.

O Poder Público local incentivará a promoção e o ordenamento do local mediante apoio dos órgãos envolvidos para garantir o livre trânsito de veículos e de pedestres, a sinalização indicativa dos estabelecimentos participantes, a melhoria da iluminação pública, a limpeza dos logradouros públicos e a segurança local. Os estabelecimentos que integrarem o Polo Gastronômico se comprometerão em participar de programas de qualificação do empresário e seus funcionários, visando à excelência no atendimento e na manutenção do negócio e poderão, ainda, usar áreas públicas para o atendimento do clientes com disposição de mobiliários e equipamentos.

Os programas de qualificação mencionados serão desenvolvidos a partir de parcerias entre o poder público, a iniciativa privada(incluindo a entidade representativa), além do SEBRAE e outras entidades de apoio, com atuação local ou regional.

A implantação dos polos gastronômicos na Cidade de Vitória começou a ser estruturada em 2013 por meio da mobilização e adesão de parcerias que possibilitaram a elaboração de um plano de trabalho que determina as ações que devem ser empreendidas pela prefeitura e as ações empreendidas pela iniciativa privada. Também foram realizadas palestras com as comunidades e empresários locais, oferecendo cursos e consultorias individuais e coletivas, além de missões empresariais para outras regiões do país a fim de estabelecer contato com agentes responsáveis por outras iniciativas semelhantes.

Bairro São Pedro



Foto Yuri Barichivich

No Plano de Ação Vitória Sustentável, prevê-se a implantação do programa Polos Gastronômicos em três regiões de Vitória:

- Ilha de Caieiras
- Centro Histórico
- Curva da Jurema

Polo Gastronômico da Ilha de Caieiras

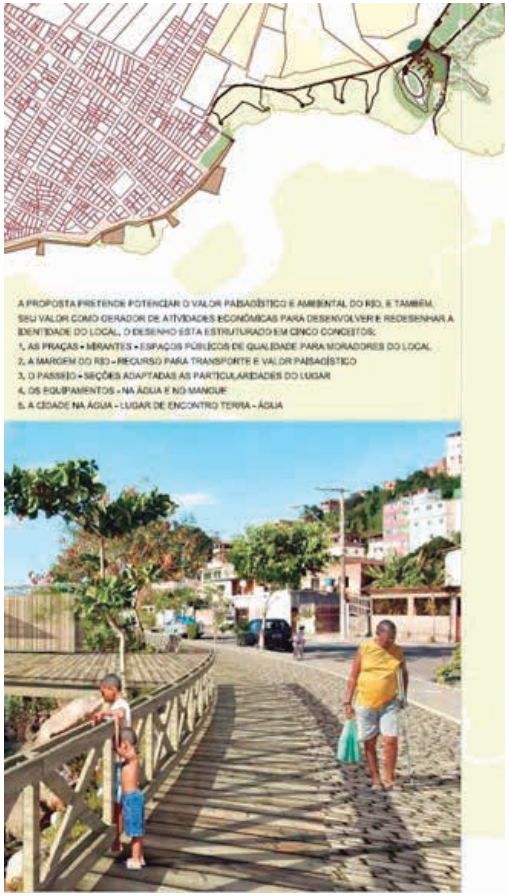
A área de Caieiras era uma ilha próxima a uma área de mangue e isolada do continente. Hoje, depois de um processo de aterro, se tornou uma pequena península de Vitória, na região da Grande São Pedro. A Ilha das Caieiras está cercada por um dos maiores e mais belos manguezais urbanos do mundo, com área de 891,83 hectares.

A área ficou conhecida em um primeiro momento por suas desfiadeiras de siri, profissão tradicional que permanece até hoje. Com tempo, muitas das desfiadeiras abriram seus restaurantes na região. Atualmente a Ilha de Caieiras é caracterizada pela presença de bares e restaurantes especializados em pescados, atraindo um número significativo de visitantes. No entanto essa região não dispõe de infraestrutura adequada, recebendo os visitantes de maneira ainda precária.

A criação do **Polo Gastronômico na Ilha das Caieiras** integra-se à ação de requalificação da Orla Noroeste, sendo um projeto importante para estimular o desenvolvimento econômico da região.

No Projeto Orla Noroeste o Polo Gastronômico está incluído como um plano a ser desenvolvido, onde deverão ser projetadas estruturas de mesas ao ar livre para os restaurantes e bares com a integração dos passeios públicos.

A proposta de "Rua Viva" tem prioridade para pedestre, ciclistas e cadeirantes e deve ser a principal ação para o sucesso do projeto. Outros trechos também deverão contemplar a mobilidade com destaque aos passeios ciclísticos e de pedestres.



Polo Gastronômico do Centro Histórico

Sendo fundada oficialmente no dia 8 de setembro de 1551, Vitória manteve seu traçado colonial até o início do século XX, quando foram produzidas mudanças urbanas e o perfil do território foi alterado por grandes aterros e obras viárias. Apesar dessas grandes transformações urbanas, a área central conservou um grande acervo cultural, com patrimônios datados dos séculos XVI ao XX, por meios dos quais a memória da sociedade capixaba encontra grande parte de sua história.

Recentemente foram realizadas obras de revitalização da Rua Sete, que foi uma das ruas mais importantes do Espírito Santo, onde se encontravam as repartições públicas e também as lojas mais sofisticadas da cidade, e continua concentrando uma movimentação intensa de pessoas cotidianamente. A revitalização busca contribuir para preservar e valorizar o espaço público e potencializar a beleza do patrimônio histórico e paisagístico da região.

A região vai ganhar também a intervenção do projeto Rua Viva, com ombrelones, paisagismo, demarcação da área de bares nas calçadas e melhor iluminação pública. Com essa intervenção urbana, busca-se preparar o local, criando o ambiente para que receba o programa de Polo Gastronômico que tem o objetivo de aumentar o fluxo de pessoas e turistas nessa área da cidade.

Polo Gastronômico da Curva da Jurema

A Curva da Jurema fica localizada na orla marítima de Vitória e apresenta um belo visual da baia de Vitória. O local possui uma estrutura de quiosques padronizados que servem os tradicionais petiscos da culinária capixaba e é muito frequentado pelos cidadãos locais e turistas. A Curva da Jurema é um ponto de encontro e lazer de Vitória. À noite a praia se transforma em um local de encontro de jovens, com uma programação diferente a cada dia da semana.

A implantação do programa Polo Gastronômico nesta região busca melhorar os serviços e atendimentos aos frequentadores do local e turistas, agregando maior valor à região e intensificando as atividades econômicas existentes.

Centro Histórico - Convento São Francisco



Foto Yuri Barichivich

Rua Viva – Triângulo das Bermudas



Foto: Yuri Barichivich

Ação 3 **Fomento da atividade pesqueira na Ilha das Caieiras**

Como já se comentou, a Ilha de Caieiras tem sua história ligada aos pescadores e desfiadoras de siri. No entanto, a atividade pesqueira existente atualmente na região necessita de fomento, como a melhoria da infraestrutura pesqueira, para que esta atividade possa ter um desenvolvimento adequado e continue ocupando parte da população residente da região.

Com base na identificação desta necessidade, o Projeto Orla Noroeste previu em seu escopo atividades como a criação de uma Central de Beneficiamento de Pescado com definição de áreas demarcadas para as diferentes atividades de recebimento, estocagem, manuseio e distribuição dos pescados. Além disso, prevê-se a definição e implantação de áreas como atracadouro e estacionamento de barcos.

Essas atividades previstas no Projeto Orla Noroeste são importantes para o desenvolvimento local e tem profunda articulação com as outras atividades propostas para a região. Sendo assim, entendeu-se como pertinente integrar estas atividades no escopo de ação do Plano Vitória Sustentável.

Considerando a importância da cultura dos pescados na região da Ilha de Caieiras, propõem-se ainda atividades de **fomento cultural dos pescadores na Ilha das Caieiras** com a construção da sede da Associação dos Pescadores e Marisqueiros da Ilha das Caieiras e o anexo do Museu do Pescador. Essa iniciativa também pode servir como atrativo turístico para os visitantes da Orla Noroeste e do Polo Gastronômico.

Ilha das Caieiras



Foto Yuri Barichivich

Ação 4 **Requalificação da Região das Paneleiras**

O saber envolvido na fabricação artesanal de panelas de barro foi o primeiro bem cultural registrado pelo IPHAN como Patrimônio Imaterial no Livro de Registro dos Saberes, em 2002[2]. O processo de produção no bairro de Goiabeiras Velha, em Vitória, emprega técnicas tradicionais e matérias-primas provenientes do meio natural. A atividade, eminentemente feminina, é tradicionalmente repassada pelas artesãs paneleiras às suas filhas, netas, sobrinhas e vizinhas no convívio doméstico e comunitário.

As panelas de barro, fruto de um conjunto de saberes, constituem suporte indispensável para o preparo da típica moqueca capixaba e continuam sendo modeladas manualmente com o auxílio de ferramentas rudimentares - a partir de argila (produto do qual se originou a cerâmica indígena). O processo de produção das panelas de Goiabeiras conserva todas as características essenciais que a identificam com a prática dos grupos nativos das Américas, antes da chegada de europeus e africanos. Depois de secas ao sol, as panelas são polidas, queimadas a céu aberto e impermeabilizadas com tintura de tanino, produto obtido da casca de uma árvore característica do mangue (*Rhizophora mangle*).

Apesar da urbanização e do adensamento populacional que envolveu o bairro de Goiabeiras, fazer panelas de barro continua sendo um ofício familiar, doméstico e profundamente enraizado no cotidiano e no modo de ser da comunidade de Goiabeiras Velha. É o meio de vida de mais de 120 famílias, muitas das quais aparentadas entre si. Envolve um número crescente de executantes, atraídos pela demanda do produto, promovido pela indústria turística como elemento essencial do "prato típico capixaba"[3].

[2] http://portal.iphan.gov.br

[3] http://portal.iphan.gov.br

Galpão das Paneleiras



Foto André Sobral

Em 2011, o galpão da associação das paneleiras, local onde são realizadas as atividades de fabricação e exposição das panelas, foi reformado e adaptado à logística do trabalho das paneleiras. No entanto, essa sede ainda necessita de melhorias para adequá-la à visitação turística mais intensa. Propõe-se, além da revitalização do espaço de exposição e trabalho das paneleiras, a construção de um espaço público externo que permita a instalação de áreas de descanso e sociabilização. O novo espaço das Paneleiras está incluído no escopo do Projeto Orla Noroeste, integrando a região a todo o circuito de passeio projetado.

Proposta Vencedora do Concurso Orla Noroeste – Espaço das Paneleiras



Foto Divulgação Prefeitura Municipal de Vitória

Diretriz 2

Desenvolvimento de novos territórios de desenvolvimento econômico

Ação 1 **Implantação de Parque Tecnológico Metropolitano de Vitória**

A proposta de um Parque Tecnológico em Vitória não é recente. Há alguns anos se discute a possibilidade de implementação de um espaço de propulsão do desenvolvimento econômico no município, que possa centralizar e mobilizar negócios no setor de ciência, tecnologia e inovação de toda a Região Metropolitana.

Vitória é uma cidade com poucos espaços disponíveis para instalação de indústrias e para produção extensiva como, por exemplo, a agropecuária. O desenvolvimento econômico do municípiotem cada vez mais se voltado para o setor de prestação de serviços, fundamentalmente na área de inovação, ciência e tecnologia. No entanto, atualmente não existem na cidade incentivos e vantagens destacadas para os empresários que desejam iniciar um negócio nessa área, o que acaba se constituindo como uma fator de evasão da áreas de inovação.

O Parque Tecnológico vem com o objetivo de cumprir o papel de polo incentivador do desenvolvimento de negócios na área de inovação. Assim, sua instalação trará benefícios para as empresas que atuam nesse setor e para a população, com geração de novos postos de trabalho.

O Parque Tecnológico Metropolitano de Vitória visa a contribuir para o desenvolvimento sustentável e competitivo na economia de produção de conhecimento do município de Vitória e da sua Região Metropolitana; a ampliação da capacidade local de inovação e; a criação de uma marca regional, que permita ampliar o mercado para os bens e serviços intensivos em conhecimento produzidos em Vitória e, por extensão, no Espírito Santo.

Existem diversas possibilidades de concentração de atividades inovadoras e de alta tecnologia para Parques Tecnológicos. No caso de Vitória, a proposta se concentrará em um Parque de Pesquisa, um Parque Tecnológico e um Centro de Inovação. Assim, o novo espaço será uma área para a instalação de empresas de tecnologia e laboratórios de pesquisa públicos e privados. Pretende-se que órgãos das três instâncias de governo (federal, estadual e municipal) trabalhem em conjunto para gerar inovação para toda a cadeia industrial que está se formando no entorno do município de Vitória.

O projeto pretende ser um espaço com infraestrutura para atrair empresas do setor metalmecânico, empresas de tecnologia da informação, software, robótica, nanotecnologia, automação; indústrias de base tecnológica que fazem fabricação de componentes eletrônicos como chips; laboratórios de certificação de produtos; agentes de fomento à ciência; incubadoras; entre outras.

Atualmente já existe um convênio firmado entre a Prefeitura Municipal e Governo Federal para instalação de laboratórios de pesquisa da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e do Instituto Federal do Espírito Santo (IFES) onde serão desenvolvidas incubadoras de empresas de inovação; instalação de agências de fomento e de empresas de apoio à propriedade intelectual.

O Parque Tecnológico será um agente indutor do processo de planejamento territorial por meio de ações mobilizadoras com agentes locais; regionalização do território e constituição de uma governança regional, constituindo um espaço destinado à geração de informações, análises, debates e trocas de experiências entre pesquisadores, agentes locais e sociedade.

O Parque Tecnológico será construído no bairro de Goiabeiras, em um terreno próximo à Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), trazendo melhorias urbanas e oportu-

nidades de emprego para a região que apresentou um importante aumento populacional nos últimos anos.

O projeto está planejado em etapas de implantação com três setores diferenciados.

- Setor 01: Instalação da Estação Ecológica do Lameirão (obra da sede);
- Setor 02: Instalação de Centro de Inovação;
- Setor 03: Área de implantação dos galpões para indústrias com base tecnológica.

A primeira etapa de desenvolvimento do projeto já foi concluída, e refere-se à regularização fundiária do terreno. Ainda em 2015, será iniciada a ocupação dos espaços para instalação de serviços que devem ser prestados no local.

O primeiro edifício a ser construído será o Centro de Inovação (CI), que será administrado pela Prefeitura de Vitória. Sua construção foi dividida em duas fases para que as atividades possam se iniciar no curto prazo. A primeira fase da construção deverá ser financiada parcialmente pelo governo federal, cujos recursos já estão garantidos. O restante dos recursos necessários ainda devem ser negociados.





Ação 2 **Ampliação da Fábrica de Ideias**

Além do Parque Tecnológico, o estímulo a projetos e inovações pode ser realizado em locais já existentes em Vitória, e que possam ser ampliados e potencializados. Um desses espaços é a Fábrica de Ideias, dedicada à formação de empreendedores e com foco nas áreas que são vocações de Vitória, como serviços, tecnologia, economia criativa e turismo. O objetivo do local é estimular bons projetos e inovações. Para isso, o espaço é voltado para a formação de empreendedores modernos, atentos às novidades e transformações vividas em sociedade. Ações desse tipo tornam Vitória uma cidade mais atrativa para investidores e turistas.

As projeções futuras para a Fábrica de Ideias são promissoras: o lugar está pronto para receber o Bistrô de Artes, onde chefs culinários apresentarão suas criações. No espaço, denominado Espaço Verde e Criativa Bistrô, também ocorrerá a capacitação de pequenos empresários.



O projeto para o local - uma antiga fábrica - prevê a oferta toda a estrutura física necessária para o desenvolvimento de projetos, com salas de aula, auditório, oficinas-laboratório e um espaço multiuso de 1.444 m^2, para a realização de exposições e outros eventos de porte maior. No entanto, atualmente apenas uma parte da fábrica está disponível para o público: o espaço multiuso, que está em pleno funcionamento.

Para a implementação da primeira fase da Fábrica de Ideias foram utilizados recursos próprios da Prefeitura Municipal, que investiu na elaboração do projeto global do espaço, considerando todas as fases de instalação, e nas obras da primeira parte que permitiram o início das atividades.



A inserção do projeto de ampliação da Fábrica de Ideias no Plano de Ação Vitória Sustentável destina-se a concluir a instalação da infraestrutura de modo a permitir que este projeto inovador abrigue outras atividades prospectadas que darão ainda maior vigor para as atividades desenvolvidas no local.

Ação 3 **Implantação de um Oceanário**

A região de Abrolhos, que se estende da costa norte do Espírito Santo ao litoral sul da Bahia, detém a maior biodiversidade marinha do Atlântico Sul. Além da diversidade de corais (abriga 19 das 21 espécies conhecidas no Brasil), a região é um dos principais locais de reprodução da baleia-jubarte no mundo.

Pesquisadores que estudam a região descobriram recentemente uma formação de Rodolitos, que são estruturas esféricas encontradas no fundo do mar, semelhantes a corais, que serve de habitat para peixes e pequenos invertebrados, além disso, o calcário produzido pelas algas, ao entrar na cadeia alimentar do oceano, dá origem à carapaça de crustáceos, moluscos e até de corais[4]. Na região de Abrolhos, esse um conjunto ocupa 20,9 mil km^2, o equivalente à área de países como Israel, El Salvador ou Belize.

Calcula-se que esse manto de algas levou cerca de 10 mil anos para se formar. Só agora, porém, foi possível classificar precisamente sua extensão: trata-se do maior banco de Rodolitos do mundo.

Trata-se de uma riqueza ambiental única e que deve ser preservada e conhecida pela população. Ao mesmo tempo, sabe-se que Vitória, tem uma vocação econômica que passa pela atração de turistas. Esses dois fatores são os vetores que levaram a especialistas do tema de competitividade a pensar na implantação de um equipamento que os cidadãos e turistas possam visitar, além de ser um local para a pesquisa e a preservação dessa biodiversidade

Assim, o objetivo desta ação é implantar um Oceanário em Vitória que reunirá várias espécies da vida marinha. O Oceanário poderá ser usado, ainda, para traçar estratégias de recuperação da flora e da fauna marinha e gerar emprego e renda para as comunidades.

O Oceanário de Vitória deverá funcionar em parceria com o Instituto de Oceanografia da Universidade Federal do Espírito Santo, objetivando oferecer educação ambiental, pesquisa, e também um local para visitação, com educação ambiental, lazer e entretenimento para os turistas e para toda a população. Além do desenvolvimento nas áreas correlatas ao uso de um Oceanário, sua implantação criará um novo ponto turístico para Vitória e região.

A Implantação deste Oceanário pretende, assim, não apenas gerar empregos para a população local no próprio empreendimento, mas também transformar Vitória em uma referência turística no Brasil e internacionalmente, o que gerará também outras oportunidades de negócios na área de turismo na cidade.

A localização, o modelo do negócio, a viabilidade técnica, as questões ambientais e o custo do projeto serão definidos por estudos de viabilidade que serão contratados no curto prazo. Já foi realizada uma licitação para selecionar empresas capazes de realizar esse estudo e no curto prazo a Prefeitura Municipal deverá contratar o estudo que iniciará a primeira fase de implantação do Oceanário.

O projeto prevê três fases:

A primeira se refere à de elaboração dos estudos, pesquisas e projetos. Nessa etapa serão realizados estudos de concepção, de localização e *geomarketing, master plan*, estudos preliminares do projeto arquitetônico, estudos ambientais preliminares, estudos de *value for money,* estudos de viabilidade legal e socioeconômica e estudos sobre o modelo do negócio. A partir destes estudos e projetos que se poderá ter a noção exata de como se caminhará para a implantação do projeto;

A segunda fase contará com o desenvolvimento do projeto executivo de arquitetura e urbanismo e dos projetos complementares de engenharia;

Na terceira fase será realizada a execução das obras e a implantação modular do Oceanário de Vitória.

A localização do Oceanário ainda não está definida e deverá ser melhor analisada nos estudos de viabilidade. Atualmente existem três propostas de localização que deverão ainda ser avaliadas. No entanto, é importante ressaltar que o Oceanário é um projeto de porte que pode se transformar em um importante Polo de Desenvolvimento territorial para a região onde for implantado e, nesse sentido, os estudos de viabilidade deverão levar em conta os processos de desenvolvimento que estão sendo projetados pelo Plano de Ação Vitória Sustentável.

Atualmente ainda não há recursos disponíveis para a implantação do Oceanário de Vitória. Pretende-se estabelecer um modelo de PPP (Parceria Público Privada) para o financiamento para a implementação desta ação.

[4] A descoberta, publicada recentemente nas revistas científicas PLoS One (http://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0035171) e Science (http://www.sciencemag.org/content/336/6081/524.2.summary), é de um grupo de pesquisadores da Rede Abrolhos, composta pelas universidades de São Paulo, federais do Espírito Santo, Paraíba, Pernambuco e Rio de Janeiro (UFRJ), estaduais de Santa Cruz (BA) e Maringá (PR), Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro e pela organização não governamental Conservação Internacional.

Diretriz 3

Desenvolvimento do Potencial Turístico de Vitória

Ação 1 Fomento da atividade turística na Orla Noroeste

O turismo, sobretudo aquele aliado à proteção ambiental, representa uma grande potencialidade para o desenvolvimento de Vitória. A orla noroeste do município, onde se encontram atrativos de visitação e o patrimônio ambiental é um grande exemplo que ainda pode ser explorado no sentido de potencializar sua preservação de maneira sustentável, promovendo, ainda, uma melhora significativa nas condições de vida da população.

As áreas com potencial turístico são um foco importante para Vitória, e incrementar a região com edificações e serviços de apoio voltados para o turismo exercerá papel importante para essa linha estratégica.

Ação 2 Planejamento Público de Turismo e fomento da atratividade da Cidade

O turismo é uma atividade com grande potencial para o desenvolvimento econômico local e geração de emprego e renda. O investimento nesse setor possibilita o fortalecimento da provisão de serviços e comércio a partir do aprimoramento desses e de outros setores da economia. Nesse setor, o Poder Público exerce papel fundamental, especialmente no planejamento turístico, um processo complexo que visa apresentar as diretrizes para o desenvolvimento da atividade turística, sistematizando as ações necessárias ao alcance do desenvolvimento sustentável almejado.

Vitória é uma cidade com importante potencial turístico. Considerando este fato, uma ação importante a ser realizada é a elaboração de um Plano Diretor de Turismo e elaboração de um Estudo de Fluxo Turístico. Tais projetos deverão subsidiar o município com dados importantes para que a Prefeitura Municipal e os empreendedores privados possam tomar decisões que tornem Vitória uma cidade mais atrativa para investidores e turistas.

Esses instrumentos de planejamento servirão para orientar as ações da Secretaria de Turismo, Trabalho e Renda (Semttre) com relação às atividades do turismo em Vitória. O documento deverá balizar as ações programáticas do setor de turismo nos próximos 10 anos, evidenciando as ações necessárias para a colocação do turismo como negócio importante para o desenvolvimento sustentável do município, deixando de ser considerado apenas como uma atividade residual ou simples consequência das riquezas naturais existentes.

Com este planejamento será possível a estruturação de produtos turísticos, sua promoção e comercialização. Além disso, o planejamento permitirá estabelecer padrões de novos incentivos públicos para o setor, determinar a capacidade de investimento público e privado para garantir as mudanças no fluxo turístico e promover avanços nas ações voltadas para o desenvolvimento do setor. Contudo, algumas ações pontuais e imediatas de fomento da atratividade de Vitória para o turismo já podem ser desenvolvidas enquanto se elabora as estratégias de planejamento no longo prazo.

As ações de fomento à atratividade de turistas têm dois eixos principais. O primeiro, foca na instalação de infraestrutura na cidade, como a universalização do acesso à internet e a implantação da Calçada Cidadã, que prevê facilitar o acesso de pedestres a todos os locais da cidade, por meio da padronização das calçadas conforme determinam as legislações federal e municipal de acessibilidade. O segundo eixo de ações imediatas destina-se à melhoria da qualidade de visitação dos espaços públicos de Vitória. Nesta chave, propõe-se a instalação de infraestrutura nos parques urbanos, com implantação do projeto de Arvorismo no Parque Estadual da Fonte Grande para melhorar a atratividade desta unidade de conservação; a Implantação do Parque Vale do Mulembá, área próxima ao Parque Tecnológico e a urbanização do Canal de Camburi com a construção Marina Pública que permitirá a ampliação dos atrativos náuticos de Vitória.

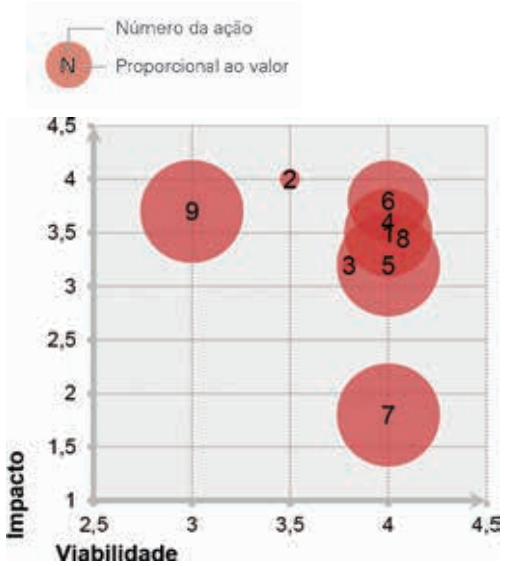
Relação das diretrizes da Linha Estratégica 1 Polos de Geração de Desenvolvimento com as demais linhas estratégicas



Tabela de ações da Linha Estratégica 1: Polo de Geração de Desenvolvimento

Ord	Ações	Responsável	Pré-investimento (mil R$)	Investimento (mil R$)	Total (mil R$)	Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo
DIRETRIZ 1- Desenvolvimento econômico e territorial de áreas monofuncionais e precárias								
1	Requalificação da Orla Noroeste	Sedec, Semmam, Semob	2.125	73.100	75.225			
2	Criação de polos gastronômicos em zonas monofuncionais e de interesse econômico, histórico e urbanístico	Semttre, CDV, Semc	256	3.817	4.073			
3	Fomento da atividade pesqueira na Ilha das Caieiras	Semttre	305	1.524	1.829			
4	Requalificação da Região das Paneleiras	Semttre, CDV	248	1.240	1.488			
DIRETRIZ 2 - Desenvolvimento de novos territórios de desenvolvimento econômico								
5	Implantação de Parque Tecnológico Metropolitano de Vitória	CDV	8.568	106.668	115.236			
6	Ampliação da Fábrica de Ideias	Semttre, Semob	318	61.300	61.618			
7	Implantação de um Oceanário	CDV	6.000	361.200	367.200			
DIRETRIZ 3 - Desenvolvimento do potencial turístico de Vitória								
8	Fomento da atividade turística na Orla Noroeste	Semttre, CDV, Semc	125	2.000	2.125			
9	Planejamento público de turismo e fomento da atratividade da cidade	Semttre, CDV	1.268	126.802	128.070			
		Total	19.213	737.651	756.864			

Gráfico de Viabilidade e Impacto das ações



Linha estratégica 2

Desenvolvimento urbano, uso do solo e hábitat urbano

Na metodologia ICES, a área temática "Uso do Solo e Ordenamento Territorial" possui diferentes variáveis que permitem uma ampla análise da cidade. Informações quanto **às** condi**ções** de habitabilidade, densidade populacional, crescimento da mancha urbana, existência de legislações urbanísticas, de áreas verdes e de recreação, permitem uma análise territorial. Essa análise é complementada com os estudos de base.

Entende-se a linha estratégica de desenvolvimento urbano, uso do solo e hábitat urbano como um conjunto de ações que estruturará e preparará o território para receber adequadamente as iniciativas dos outros temas.

No cenário de desenvolvimento urbano e sustentável projetado para Vitória, assim como no tema competitividade econômica, as propostas para o desenvolvimento do uso do solo estão mais concentradas nas áreas da Orla Noroeste da cidade. É possível observar no mapa que as principais propostas de ações estão localizadas na região que abarca Orla Noroeste e a área central da cidade, formando um eixo a partir da área do Centro Histórico, passando pelo tradicional Mercado da Vila Rubim até a região das Goiabeiras. É importante observar que nesse eixo projetamos a nova área de interesse de desenvolvimento sustentável da cidade, onde ações de diferentes temas estarão concentradas, de modo a tornar a região mais dinâmica e interessante. Neste contexto, as ações de desenvolvimento urbano buscam dar o suporte para as intervenções projetadas.

Diretriz 1

Planejamento do crescimento urbano

As projeções de crescimento urbano realizadas pelo Consórcio IDOM-Cobrape nos estudos de base, indicam que no cenário tendencial a ocupação no território seguiria os vetores históricos e atuais de crescimento urbano, mantendo a tendência de ocupação de áreas limitantes e condicionantes do crescimento urbano, o que seria responsável pela ampliação da densidade populacional e construtiva de regiões da cidade que apresentam fragilidades físicas e de políticas e serviços públicos. Neste cenário estima-se que 10% do incremento populacional ocuparia áreas de risco até 2050.

Diante deste cenário tendencial, fica clara a necessidade que o crescimento urbano sustentável seja planejado por meios de instrumentos e estudos que analisem a cidade e a região metropolitana a médio e longo prazo, período raramente levado em conta pela administração e gestores públicos envolvidos nas questões governamentais urgentes do dia-a-dia. Além disso, a visão holística a longo prazo tem a virtude de fornecer cenários ótimos de crescimento territorial e espacial, deixando de lado a rigidez dos limites administrativos dos instrumentos de planejamento existentes e propondo uma melhora da qualidade urbana e de vida dos cidadãos.

Para propor ações estratégicas para o desenvolvimento urbano é necessário não apenas analisar estes recursos, mas também definir os objetivos e diretrizes que as conduzirão. O objetivo central é apontar um futuro sustentável, tanto do ponto de vista ambiental como socioeconômico. Para tanto é necessário racionalizar recursos, minimizar a segregação sócio-territorial, garantir a preservação do meio ambiente e utilizar os potenciais existentes na região.

Ação 1 **Estudo para readequação das densidades construtivas**

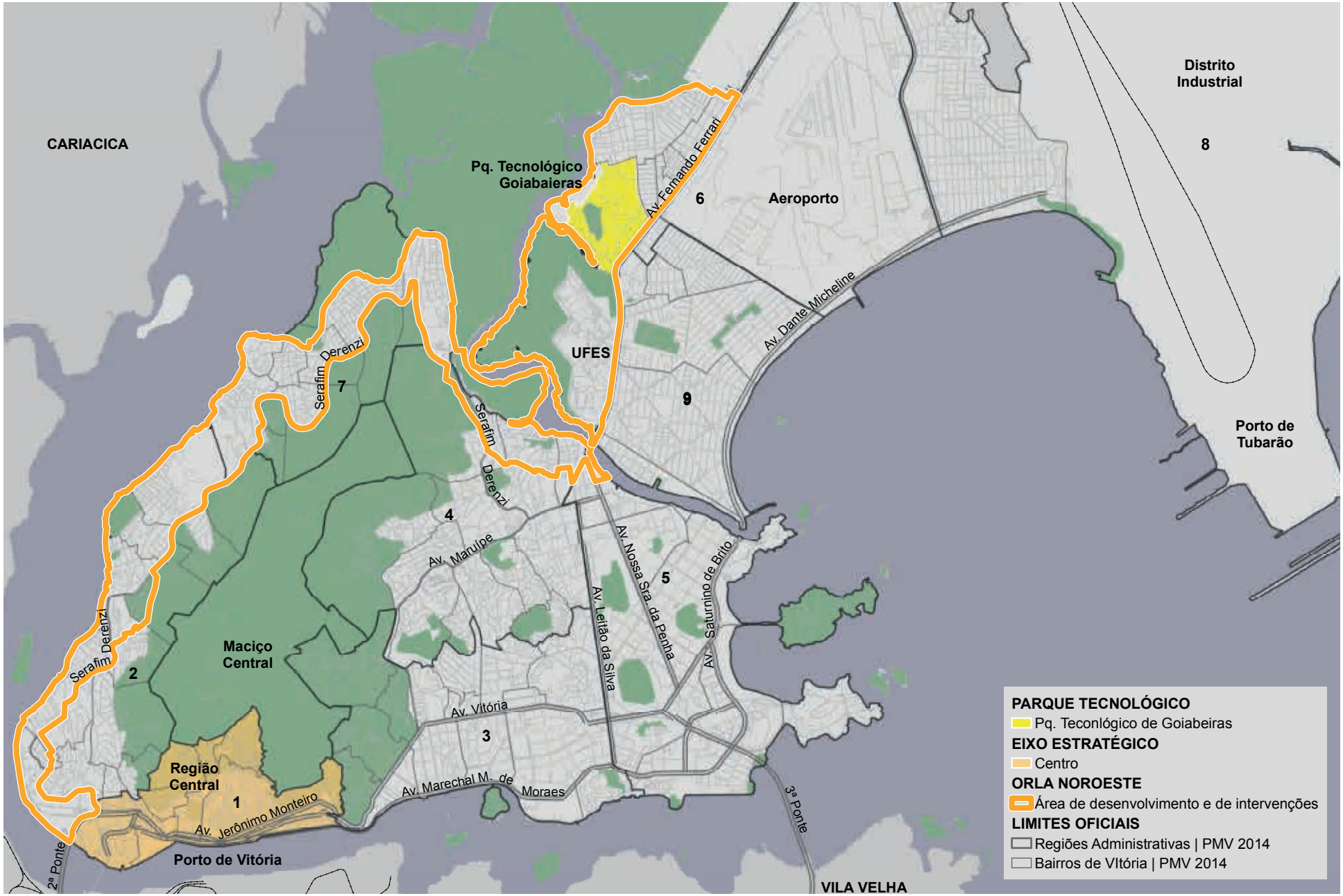
Grande parte dos municípios brasileiros não tem disponibilidade de terra para expansão urbana e Vitória não se mostra diferente. Este fato resulta no agravamento de ocupações em áreas ambientalmente frágeis e inadequadas para a construção de habitações. Em Vitória, podemos observar, ainda, áreas da cidade muito densas contrapondo-se a regiões pouco ocupadas.

O estudo realizado pelo consórcio IDOM-Cobrape também observou em seus diagnósticos problemas relacionados ao crescimento desordenado da cidade e os impactos para o município e região. Este estudo sugeriu que, para reduzir o espraiamento da Região Metropolitana da Grande Vitória, o município sede de Vitória utilize as seguintes diretrizes:

- Aumento da densidade de ocupação;
- Ocupação de vazios urbanos e áreas de oportunidade dentro da mancha urbana atual;
- Ocupação de domicílios vagos;
- Criação de cinturão verde em torno da mancha urbana existente de forma a propiciar a conexão das distintas unidades de conservação.

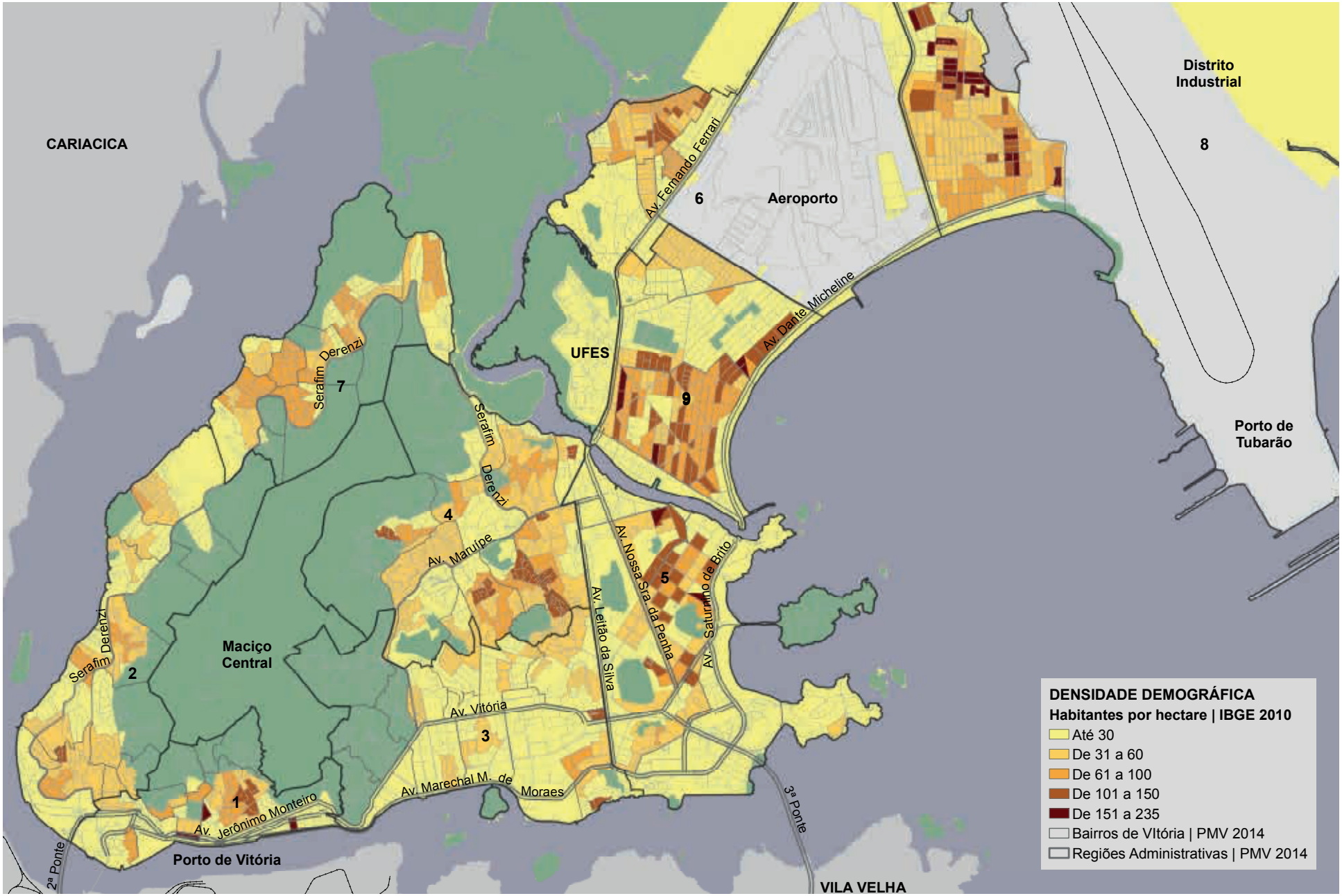
Assim, estratégias para o crescimento ordenado da cidade considerando as questões ambientais devem ser destacadas. Neste contexto, o Plano de Ação propõe a elaboração de um estudo para readequação das densidades construtivas e populacionais no município de forma a viabilizar o adensamento controlado em áreas subutilizadas. O estudo visa, por meio de projeções estatísticas e estudos demográficos, consolidar uma reflexão para orientar o município no desenvolvimento sustentável e ordenado da cidade, de modo viabilizar o adensamento controlado em áreas subutilizadas. Este será um importante instrumento de apoio que subsidiará as propostas de revisão do Plano Diretor Municipal.

Mapa de áreas estratégicas para o planejamentos municipal



1 – Centro, 2 – Santo Antônio, 3 – Jucutuquara, 4 – Maruípe, 5 – Praia do Canto, 6 – Goiabeiras, 7 – São Pedro, 8 – Jardim Camburi e 9 – Jardim da Penha I

Mapa de densidade demográfica



1 – Centro, 2 – Santo Antônio, 3 – Jucutuquara, 4 – Maruípe, 5 – Praia do Canto, 6 – Goiabeiras, 7 – São Pedro, 8 – Jardim Camburi e 9 – Jardim da Penha I Fonte: Elaboração Instituto Pólis, a partir do Censo 2010 (IBGE)

Ação 2 **Plano de Desenvolvimento Urbano e Habitacional Metropolitano**

Cada vez mais no Brasil, a questão metropolitana tem se apresentado como um desafio para as políticas de desenvolvimento urbano. Anteriormente a recente instituição do Estatuto da Metrópole[5], a regulamentação de uso de solo e desenvolvimento urbano no país estava quase que completamente focada em instrumentos de regulação municipal, principalmente o Plano Diretor Municipal. No entanto, o tema metropolitano é uma realidade para as grandes cidades brasileiras e uma importante questão para Vitória, que está conurbada com outros 3 municípios (Vila Velha, Serra e Cariacica) de sua região metropolitana.

Temas como o da migração de parte da população de Vitória para os municípios do entorno em busca de moradia, tendem a ocasionar outros problemas para o próprio município de origem, como de mobilidade urbana, e para os municípios da região metropolitana que tem que acomodar esta nova população.

A questão da mobilidade também deve envolver uma acomodação do fluxo metropolitano, pois, como se sabe, Vitória ainda representa um importante polo de emprego e serviços para os municípios do entorno, o que ocasiona uma quantidade expressiva de viagens pendulares diariamente. Por essas raz**õ**es, o Plano de Ação Vitória Sustentável propõe a elaboração de um Plano de Desenvolvimento Urbano e Habitacional Metropolitano que busque soluções integradas no âmbito metropolitano para os temas ligados ao desenvolvimento urbano e novas áreas para moradia.

A elaboração adequada desse instrumento de planejamento exigirá a integração e articulação com os municípios do entorno e com o governo estadual para que as soluções encontradas sejam compatíveis com as diferentes realidades que se apresentam nestes municípios e para que haja uma concertação institucional para sua implementação futura. Vitória, como município sede da Região Metropolitana, terá um importante papel de liderança junto com o Governo do Estado nesta ação.

[5] Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015.

Diretriz 2

Intervenções habitacionais

A estruturação e implementação de uma política habitacional de interesse social é um importante instrumento para o desenvolvimento urbano de Vitória. Em alinhamento com uma política dos novos polos de desenvolvimento mencionados anteriormente, que trarão novas oportunidades de emprego em diferentes porções do território, a política habitacional ajudará a estruturar o espaço para um desenvolvimento mais equilibrado, com melhor mobilidade, preservação ambiental e diversidade de usos.

A administração pública municipal tem realizado uma série de intervenções relacionadas à política habitacional em diferentes linhas programáticas. Essas intervenções continuadas já foram responsáveis por um significativo investimento de recursos em soluções habitacionais que agora pretende-se incrementar para garantir sua efetividade no médio e longo prazos.

Ação 1 **Construção de Novas Habitações de Interesse Social**

Segundo dados da Prefeitura Municipal (2014), 380 novas unidades habitacionais precisam ser construídas em diferentes bairros de Vitória visando garantir moradia digna e segura para a população que necessita de novos domicílios. Estas novas habitações serão edificadas, prioritariamente, em ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social) demarcadas no Plano Diretor Urbano do Município.

As ZEIS totalizam 45 áreas, sendo 9 delas na categoria de ZEIS 3[6], ou seja, imóveis públicos ou particulares edificados ou não, não utilizados, dotados parcialmente de infraestrutura e serviços urbanos, necessários à implantação de EHIS (Empreendimento de Habitação de Interesse Social), com respectivos equipamentos comunitários e urbanização complementar adequados, que serão objeto de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios. Essas áreas foram demarcadas no Plano Diretor Urbano e Plano Municipal de Habitação e de Regularização Fundiária de Interesse Social e devem ser o foco principal das intervenções habitacionais de provisão de novas moradias.

Com a revisão do Plano Diretor Urbano do município, que está em curso, pretende-se que novas áreas sejam demarcadas como ZEIS, ampliando a possibilidade da Prefeitura Municipal realizar os atendimentos habitacionais a partir da construção de novas moradias.

Ação 2 **Melhoria Habitacional**

Segundo as diretrizes do Plano Municipal de Habitação e de Regularização Fundiária de Interesse Social, Vitória deve promover a melhoria das condições de habitação em 100% dos imóveis inadequados. Para cumprir esta diretriz, uma ação importante, além da construção de novas moradias, é a realização de melhorias nos imóveis que apresentam condições e não precisam ser substituídos.

[6] Plano Municipal de Habitação e de Regularização Fundiária de Interesse Social – Documento Final; Outubro, 2008.

A Prefeitura Municipal de Vitória (2014) calcula que 2.422 unidades habitacionais localizadas nos bairros de São José, Nova Palestina e Santo André, todas na Região Administrativa 7, incluída no perímetro de intervenção do Projeto Orla Noroeste, devem ser contempladas com melhorias, como reforma e/ou inclusão de banheiro nos domicílios que não o tem, visando assegurar condições mínimas de habitabilidade às referidas famílias, sem que seus imóveis precisem ser substituídos.

Em um município como Vitória, onde há pouca possibilidade de expansão da mancha urbana, mas que ainda apresenta precariedades habitacionais a serem solucionadas, intervenções de melhorias nos domicílios passíveis deste tipo de intervenção são fundamentais para garantirem um desenvolvimento urbano sustentável.

Ação 3 **Regularização Fundiária**

A Regularização Fundiária para imóveis de baixa renda está incluída no Plano de Ação Vitória Sustentável por sua importância no contexto da política habitacional de desenvolvimento urbano. Como demonstra o diagnóstico realizado pelo consórcio IDOM-Cobrape, uma parte significativa da cidade apresenta irregularidade fundiária, o que impede que o município possa realizar plenamente políticas de desenvolvimento urbano adequadas.

Levantamentos da Prefeitura Municipal, em 2014, definiram 10 bairros prioritários em Vitória que devem ser contemplados com a regularização fundiária. São eles:

- Região Administrativa 3 (Jucutuquara): Romão, Forte São João, Cruzamento;
- Região Administrativa 6 (Goiabeiras) Jabour;
- Região Administrativa 7 (São Pedro) Ilha das Caieiras, São José, Santo André, Resistência, Redenção;
- Região Administrativa 2 (Santo Antônio) Grande Vitória.

Estima-se que a interversão de regularização fundiária nestas áreas deverá beneficiar aproximadamente 10.500 famílias com o título de propriedade de seus imóveis.

O Plano Municipal de Habitação e de Regularização Fundiária de Interesse Social do município de Vitória cita os instrumentos de regularização fundiária do Estatuto da Cidade como premissas para programas e ações, como por exemplo, Usucapião Urbano, Concessão Real de Uso de imóveis públicos e Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia. Além disso, um conjunto de legislações municipais auxilia na definição de parâmetros que permitam a regularização fundiária.

A partir deste levantamento, o plano de regularização fundiária estabelecerá, dentre os diversos instrumentos de regularização presentes na legislação brasileira, qual o mais adequado a cada situação e possibilitará a inclusão social das famílias envolvidas que receberão a posse segura e legal da terra.

Diretriz 3
Implantação do Projeto de Revitalização do Centro Histórico

A região conhecida como Centro em Vitória foi, durante um longo período, uma região de grande dinamismo na cidade, passando, desde o século XIX, por uma série de intervenções de embelezamento e aterros que ampliaram sua dimensão.

Na década de 1970, contudo, Vitória atingiu uma população de mais de 130.000 habitantes, o que gerou a necessidade de expansão da mancha urbana ocupada. A implantação de aterros além da área do Centro e o desenvolvimento dos meios de transporte, como o bonde, fez com que novos bairros se formassem. Esse período marca também o início da formação da aglomeração urbana da Grande Vitória, correspondendo ao grande aumento dos fluxos migratórios em direção a capital e aos municípios do seu entorno.

O Centro de Vitória tornava-se, ao mesmo tempo, o centro que concentrava o comércio e serviços mais especializados para a população de toda a aglomeração urbana da Grande Vitória, quanto, e o lugar de residência da população de mais alta renda da cidade. Sendo assim, a área central aglutinava de um lado praticamente todas as atividades comerciais, serviços, sede das repartições e instituições públicas municipais, estaduais e federais, e de outro as opções de lazer e diversão (concentrando teatros, cinemas, restaurantes, casas noturnas, etc.)[7].

Contudo, a sobrecarga de atividades e população à qual o Centro de Vitória foi submetido a partir do expressivo crescimento que a cidade conheceu durante as décadas de 1960 e 1970, conduziu, paulatinamente, à emergência de uma série de problemas derivados da excessiva concentração. Isso acabou por gerar a perda das amenidades nesta área, fazendo com que, progressivamente, o Centro da cidade fosse abandonado pela elite que, até a década de 1970, nele predominantemente residia[8]. Por consequência, o movimento foi gerando degradação do patrimônio histórico e cultural, além da desvalorização das atividades na região.

Assim, como muitos centros históricos das grandes cidades brasileiras, o Centro de Vitória, sofreu então esvaziamento e desvalorização. Na década de 1990 a área Central de Vitória voltou a ter a atenção do Poder Público municipal e estadual, por meio de projetos de intervenção urbana baseados na ideia de valorização do pa-

[7] REIS, Luiz Carlos Tosta dos. Descentralização e Desdobramento do Núcleo Central de Negócios na Cidade Capitalista: estudo comparativo entre Campo Grande e Praia do Canto, na Grande Vitória-ES. Tese de Doutorado. UFRJ / Depto de Geografia. 2007.

[8] Idem

trimônio histórico. Na década de 2000, novos estudos e projetos foram realizados pela gestão municipal (2005-2008), como o Planejamento Urbano Interativo do Centro[9]. Dentre algumas proposições de intervenção retiradas desse estudo, pode-se citar a qualificação da mobilidade urbana, valorização e preservação da paisagem e do meio ambiente, valorização turístico-cultural e educação patrimonial, programa de ação social integrada e segurança pública no centro, além da dinamização econômica.

No entanto, apesar da existência de um Plano, e da implantação de algumas ações, muitas intervenções ainda necessitam ser realizadas para que a área central de Vitória volte a ter a vitalidade de outrora.

Ação 1 **Intervenções em edifícios de interesse cultural e histórico na área central de Vitória**

A Revitalização do Centro de Vitória é uma das ações prioritárias para a administração municipal. Seu objetivo é valorizar a região histórica da cidade e reverter seu processo de esvaziamento socioeconômico e cultural, recuperando a atratividade da região central tanto como local para se morar, como para se investir.

Visando criar incentivos para maior atratividade para o centro histórico, a Prefeitura Municipal estabeleceu um conjunto de desconto nos impostos para os imóveis de interesse histórico-cultural de preservação na área. A Prefeitura de Vitória concede, desde 2001, a isenção parcial ou total do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) aos proprietários que mantêm em bom estado de conservação os imóveis de interesse de preservação protegidos por lei. O objetivo é incentivar a manutenção das edificações identificadas pelo programa de Revitalização do Centro como de interesse para a preservação da história e do patrimônio cultural, paisagístico e arquitetônico do município.

Adicionalmente, foi proposto um programa de Revitalização do Centro Histórico que inclui uma série de projetos específicos de intervenções em áreas de interesse cultural e histórico que, em conjunto, conformam uma expressiva reestruturação para a região. Entre as ações propostas estão a recuperação dos imóveis de interesse de preservação, a identificação e destinação de imóveis ociosos para novos usos e a reurbanização e requalificação dos espaços públicos.

Também são de interesse do programa a valorização e potencialização do patrimônio histórico, cultural e paisagístico da cidade; a implantação de novos equipamentos turísticos, culturais e de lazer com ganhos sociais e econômicos para a região.

Segundo a Prefeitura Municipal, entre os 421 imóveis de interesse histórico-cultural localizados dentro do município de Vitória, 172 são protegidos por lei. Ao todo, são 42 edificações tombadas na cidade, sendo 11 pelo município, 25 pelo Estado e 06 pelo Governo Federal. Além disso, 130 edificações são identificadas como de interesse de preservação. Todas estas edificações são protegidas por lei para garantir sua integridade física e incentivar a recuperação e os usos compatíveis com o imóvel.

Os projetos de intervenção em áreas de interesse cultural e histórico já estão sendo realizado pela prefeitura há alguns anos, onde foram investidos montantes significativos de recursos próprios, mas deve ter sua continuidade garantida de modo a que se promova a intervenção integral em todo o conjunto do patrimônio histórico.

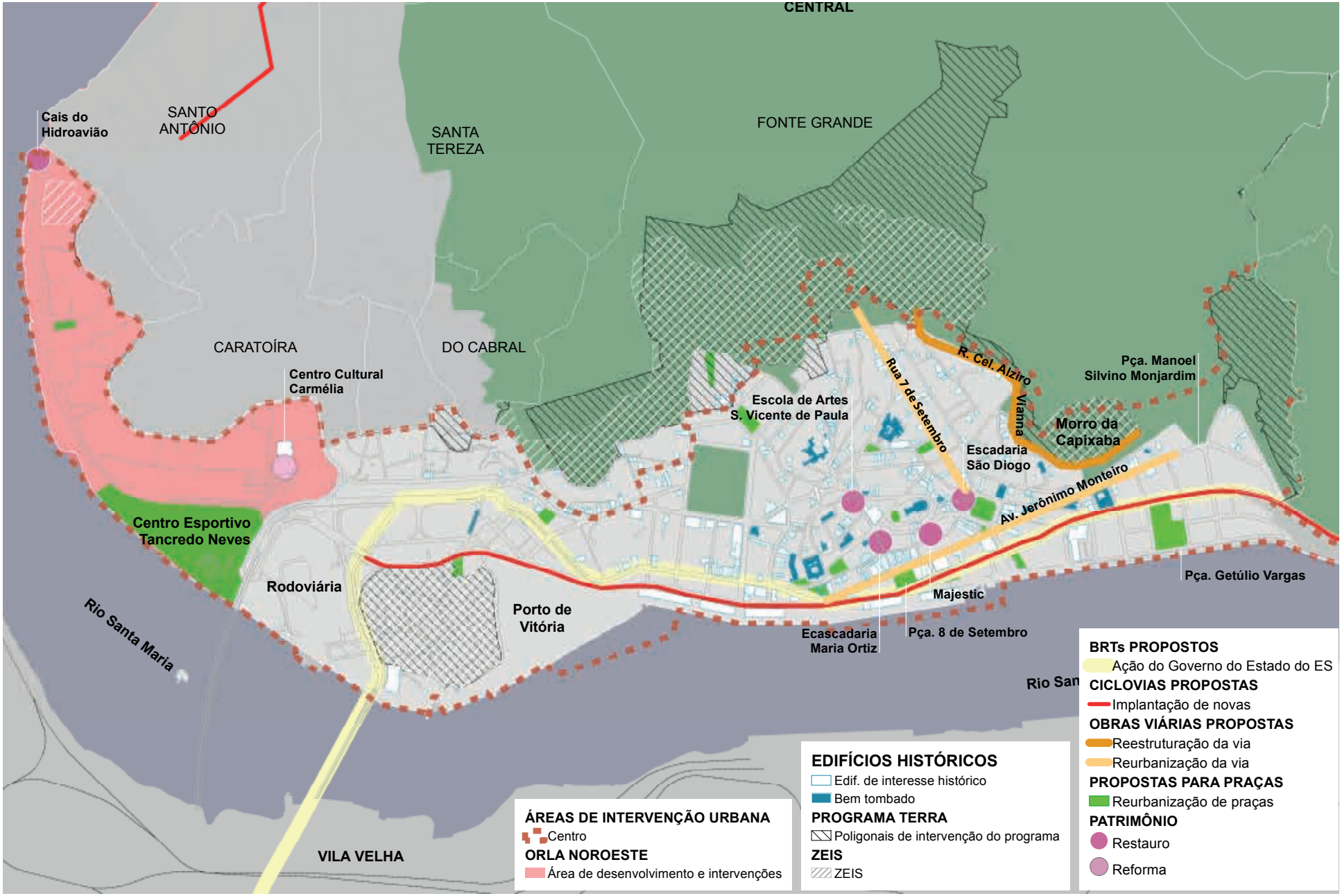
Centro Histórico - Teatro Carlos Gomes



Foto Yuri Barichivich

[9] Prefeitura Municipal de Vitória / Secretaria de Desenvolvimento da Cidade. Planejamento Urbano Interativo do Centro de Vitória, 2006.

Intervenções para a Área Central de Vitória



1 – Centro, 2 – Santo Antônio, 3 – Jucutuquara, 4 – Maruípe, 5 – Praia do Canto, 6 – Goiabeiras, 7 – São Pedro, 8 – Jardim Camburi e 9 – Jardim da Penha I Prefeitura Municipal de Vitória, elaboração Instituto Pólis

Dentre as novas ações propostas, está a Reforma do Centro Cultural Carmelia, localizado em Mário Cypreste, e o Restauro do Cais do Hidroavião em Santo Antônio, ambos no extremo oeste da área do projeto Orla Noroeste elaborado.

Outra importante intervenção programada é o processo restauro e reforma do Edifício Majestic, antigo Hotel Majestic, localizado próximo a Catedral de Vitória. Outro edifício que merece atenção e deverá sofrer restauração e reforma é a Escola de Artes São Vicente de Paulo, construção do final do século XIX que foi usada inicialmente como residência e, posteriormente, abrigou a primeira escola particular de Vitória.

O Centro de Vitória ainda contempla escadarias importantes e algumas delas com esculturas de valor histórico, cultural e artístico, como por exemplo, as esculturas presentes na escadaria Bárbara Lindenberg, que devem também sofrer intervenções de restauro e recuperação. Restaurar as escadarias e suas esculturas é parte integrante da conservação patrimônio cultural do Centro.

Está pensada ainda a requalificação do tradicional Mercado da Vila Rubim, com vistas a recuperar sua importância socioeconômica e cultural.

Ação 2 **Qualificação da Infraestrutura na Área Central de Vitória**

Além dos projetos específicos de intervenção e restauro em edifícios de interesse histórico, inserem-se como ações importantes para área Central a substituição da rede elétrica aérea por rede subterrânea, a iluminação cênica de todos os monumentos e escadarias, dando o destaque devido e ampliando a segurança local, e a construção de calçadas cidadãs garantindo acessibilidade e melhorando a mobilidade do pedestre.

Estas intervenções na área em questão são de total relevância para o sucesso de um programa de revitalização de territórios de importância histórica e cultural com vocação turística, como é o caso do Centro Histórico de Vitória.

O cabeamento subterrâneo dará mais segurança à rede elétrica, que ficará protegida de eventos climáticos e colisões de veículos, além de contribuir para a melhoria estética da região do centro. A internalização da fiação, que compreende a retirada de postes das calçadas, eliminará a poluição visual e obstáculos dos passeios na área do entorno dos edifícios de interesse histórico-cultural, dando oportunidade para que as pessoas possam contemplar melhor a paisagem urbana. A ideia da iluminação cênica é ressaltar as linhas e estilos arquitetônicos das construções históricas, incorporando sombras e texturas como elementos de composição e contraste, para um impacto cênico ainda maior para quem visita a área central à noite. A luminosidade é uma das mais privilegiadas formas de realçar imóveis relevantes para a história de uma cidade.

Intervenções como essas com vistas a valorizar áreas de interesse cultural tem sido promovidas em uma série de centros históricos nas cidades brasileiras com incentivo do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), por meio do Projeto Monumenta, do Governo Federal. No contexto do Plano de Ação Vitória Sustentável uma possibilidade é se estabelecer uma parceria entre a Prefeitura Municipal e o Governo Federal, por meio do IPHAN, para o financiamento desta ação.

Relação das diretrizes da Linha Estratégica 2 Desenvolvimento Urbano, Uso do Solo e Habitat Urbano com as demais linhas estratégicas



Tabela de ações da Linha Estratégica 2:
Desenvolvimento Urbano, Uso do Solo e Habitat Urbano

Ord	Ações	Responsável	Pré-investimento (mil R$)	Investimento (mil R$)	Total (mil R$)	Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo
DIRETRIZ 1 - Planejamento do crescimento urbano								
10	Estudo para readequação das densidades construtivas	Seges, Sehab, Sedec	1.500		1.500	■		
11	Plano de Desenvolvimento Urbano e Habitacional Metropolitano	Seges, Sehab, Sedec	10.000		10.000	■		
DIRETRIZ 2 - Intervenções habitacionais								
12	Construção de novas Habitações de Interesse Social	Sehab, Semob	2.756	27.560	30.316		■	
13	Melhoria habitacional	Sehab	2.209	22.030	24.239		■	
14	Regularização fundiária	Sehab, PGM	1.305	6.524	7.829		■	
DIRETRIZ 3 – Implantação do projeto de revitalização do centro histórico								
15	Intervenções em edifícios de interesse cultural e histórico na área central de Vitória	Semc, Sedec, Semob	3.000	30.000	33.000			■
16	Qualificação da infraestrutura na área central de Vitória	Sedec, Semob	2.500	25.000	27.500	■		
		Total	23.270	111.114	134.384			

Gráfico de Viabilidade e Impacto das ações



Linha estratégica 3

Mobilidade e Transporte

A situação geográfica do Município de Vitória (característica insular e presença do maciço central) gera fortes demandas para investimentos nas infraestruturas relacionadas à Mobilidade e Transporte. Como as demais cidades brasileiras, Vitória teve sua estrutura viária direcionada para a circulação geral, sem prioridade para o transporte coletivo.

A presença e ampliação de ciclovias mostram-se essenciais para o desenvolvimento sustentável da cidade, assim como o desenvolvimento de políticas de acesso aos morros permitindo assim a ampliação na mobilidade dos habitantes de Vitória.

O tema mobilidade não difere de outras áreas quanto à relevância de uma discussão metropolitana. Mais uma vez a questão geográfica e a integração da capital com municípios vizinhos ressaltam a necessidade de um plano integrado de qualificação do transporte público motorizado e do não motorizado.

Um ponto relevante na discussão do tema é a integração metropolitana e as obras e projetos do Governo do Estado do Espírito Santo. A elaboração de projeto de reestruturação da rede municipal e metropolitana de transporte coletivo considerando a proposta de construção do BRT, incluído a integração tarifária, modelo de remuneração dos operadores e gestão compartilhada deve ser considerada uma ação prioritária para Vitória considerando o impacto do BRT no sistema existente de transporte coletivo municipal.

Para o tema mobilidade as ações propostas permeiam escalas diferentes de obras e intervenções, desde um Plano de Mobilidade para toda a região metropolitana como pequenas interferências viárias.

Diretriz 1

Planejamento da mobilidade urbana com interface metropolitana e modernização do Sistema

Mesmo não havendo qualquer menção de obrigatoriedade no tratamento da mobilidade de forma integrada nos municípios componentes de uma região metropolitana na política nacional de mobilidade urbana, como já se constatou, a compreensão do fenômeno metropolitano no planejamento da mobilidade é fundamental no contexto de uma Região Metropolitana de Vitória.

A possibilidade de priorização do desenvolvimento utilizando essa escala de análise resulta em um efeito prático valoroso, pois permite a integração do planejamento de mobilidade no nível macro, incluindo aspectos de uso e ocupação do solo, como previsto na resolução nº 34 do Conselho das Cidades de 2005.

Contudo, embora na lógica de planejamento e desenvolvimento seja importante incorporar a dinâmica metropolitana na questão da mobilidade, geralmente a implementação das ações na escala metropolitana esbarra em questões de cunho federativo. A inexistência de uma agência de transporte metropolitano, por exemplo, acaba dificultando sua implementação adequada.

A partir dessa reflexão, o Plano de Ação Vitória Sustentável traz ações de planejamento e modernização do sistema de mobilidade urbana concentradas nos limites espaciais do município de Vitória, mas que contemplam reflexões sobre as interfaces metropolitanas, como os fluxos cotidianos de viagens pendulares e a integração dos sistemas de transporte metropolitano com o sistema de transporte municipal.

Ação 1 **Revisão do Plano de Mobilidade e Realização de Pesquisa OD**

A partir do PDU (Plano Diretor Urbano), os planos setoriais, entre eles o **Plano de Mobilidade Urbana**, completam o arcabouço normativo que as cidades dispõem para lidar com o processo de produção, renovação e controle da produção do espaço urbano. O Plano de Mobilidade deve ser parte sequencial e harmônica do Plano Diretor, tendo como objetivo orientar as condições de mobilidade da população e de logística da circulação de mercadorias e produtos. Nesse sentido, o Plano de Mobilidade deve organizar os espaços destinados à circulação e a forma de prestação dos serviços de transporte público, contendo diretrizes específicas para as políticas de mobilidade, atuando, pelo menos, em:

- Delimitação dos espaços de circulação dos diversos modos de transporte, inclusive estabelecendo prioridades;
- Regulação das relações entre o Poder Público e os agentes privados provedores dos serviços de transporte; e
- Disciplinamento do uso dos espaços de circulação.

A cidade de Vitória já possui um Plano de Mobilidade, denominado Plano Diretor de Transporte e Mobilidade Urbana de Vitória (PDTMU), elaborado em 2008. Esse Plano foi desenvolvido tendo como referência básica as recomendações do Ministério das Cidades que definiu diretrizes estratégicas para o planejamento da mobilidade no âmbito da Política Nacional de Mobilidade Urbana Sustentável. No entanto, é essencial sua revisão, dado o tempo de realização do plano existente e a intensa dinâmica do sistema de mobilidade metropolitano.

Tal revisão deve incluir pesquisas capazes de subsidiar informações importantes para a nova versão do Plano. A pesquisa de Origem e Des-

tino (OD) é uma pesquisa essencial para o bom desenvolvimento do Plano de Mobilidade, na medida em que apresenta a realidade atual detalhada com dados referentes aos tipos de transporte utilizados, grau de satisfação dos usuários quanto aos serviços prestados pelas companhias de transporte coletivo, tempos de deslocamento, etc.

A Pesquisa de Origem Destino conhecida como "Pesquisa OD" é um instrumento vital para o planejamento de transporte, pois fornece dados para o conhecimento da natureza dos deslocamentos da população em um espaço urbano, incluindo aí sua situação socioeconômica[10].

Nesse sentido, a contratação da Pesquisa OD mostra-se essencial a revisão e desenvolvimento das ações definidas no Plano de Mobilidade.

O Plano deve conter princípios e diretrizes para a política setorial, aprofundamento da leitura técnica (pesquisas, levantamentos e análises), uso de ferramentas de planejamento (modelos, simulação de alternativas), diretrizes para intervenção na infraestrutura, nos sistemas e nos serviços, além de estimativa de investimentos.

Ação 2 **Integração dos projetos de transporte e sistema viário de abrangência metropolitana**

Um ponto importante na discussão do tema de mobilidade incide na integração metropolitana e nas obras e projetos do Governo do Estado do Espírito Santo que interferem no território de Vitória. O governo do Estado do Espírito Santo está planejando uma importante intervenção do transporte metropolitano: o Programa de Mobilidade Metropolitano. Em 2012 foi realizada uma leitura da situação e constatou-se a desarticulação das ações propostas anteriormente e a necessidade de um novo sistema de transporte metropolitano com transporte coletivo.

O Desenvolvimento deste programa foi baseado da lei federal de 2012 que versa sobre o Política Nacional de Mobilidade Urbana Sustentável e estruturado em 3 pilares: transporte coletivo, sistema viário e multimodalidade. O programa visa também a estabelecer um planejamento para as vias estruturantes, circulação de pessoas e cargas – com destaque para a importância da logística do porto, priorizando o transporte coletivo, recuperação de calçadas, construção de ciclovias, integração entre modais e requalificação urbana e a operação 24h por dia em alguns terminais.

No âmbito deste programa está prevista a estruturação do BRT Grande Vitória (Bus Rapid Transit), incluindo a requalificação do entorno; telhado verde nas estações; calçadas livres para pedestres; estações em média a cada 600m e arborização dos canteiros. O projeto prevê, ainda, corredores exclusivos, plataforma na altura do piso dos ônibus, veículos articulados com ar refrigerado, ultrapassagens nas estações e cobrança desembarcada. Estão sendo estudados 3 tipos de linha: expressas, semi-expressas e paradoras.

Há a previsão de um aumento de aproximadamente 300 mil passageiros/dia na região coberta pelo BRT, passando a carregar em torno de mais de 1 milhão de passageiros/dia na RM de Vitória, em sistema com 10 terminais, 5 portais, 43 estações e 35 km de extensão (primeira etapa). Este projeto terá um importante impacto no território de Vitória e deve ser planejado de maneira conjunta entre municipalidade e governo estadual. Para realização deste projeto será necessária a realização de desapropriações, que devem que ser planejadas de maneira articuladas com o governo municipal.

Para o transporte público metropolitano, propõem-se, ainda, a integração tarifária, com Tarifa Única para os sistemas municipal e metropolitano.

A ICES em Vitória contribuiu para intensificar a articulação entre o governo municipal de Vitória e o Governo Estadual para a discussão e integração dos projetos de transporte e viários de impacto metropolitano. A partir das conversas iniciais entre estas instâncias governamentais, criou-se um grupo de trabalho o qual será responsável por refletir sobre as soluções apresentadas por ambas as parte e estabelecer acordos sobre as melhores soluções. Este grupo intergovernamental já está trabalhando e avançando em busca de soluções que contemplem os desejos da cidade e as necessidades de toda a região metropolitana.

Para colaborar com a reflexão deste grupo de trabalho, o Plano de Ação Vitória Sustentável destaca como importante a **elaboração de projeto de reestruturação da rede municipal e metropolitana de transporte coletivo,** considerando a proposta de construção do BRT e a proposta de integração tarifária com modelo de remuneração dos operadores e gestão compartilhada.

Ação 3 **Modernização dos Sistemas de Monitoramento e Controle**

A implantação deste Sistema de Monitoramento e Controle possibilitará a implantação de 20 totens informatizados com informações da PMV, que deverão ser implantados em locais de grande circulação de pedestres, para que o cidadão tenha informações sobre a cidade e serviços oferecidos pela Prefeitura.

Esses sistemas de monitoramento devem ser estruturados por meio de Sistemas Inteligentes de Transporte para controle do fluxo de veículos par-

[10] ARAUJO, Ageu Viana; Pesquisa Origem e Destino: Planejamento de Sistemas de Transportes Metropolitanos; São Paulo; 2003.

ticulares, circulação do transporte coletivo e informações instantâneas aos cidadãos e motoristas, priorizando a segurança dos usuários de transporte não motorizados e pedestres. Além da implantação de sistema de monitoramento para a população, local, propõe-se a modernização do Sistema Semafórico e sinalização voltada ao turismo.

Outra ação conectada a modernização de sistema e controle é a criação do talonário eletrônico de autuação utilizado pela Guarda Municipal. O talonário é um dispositivo portátil informatizado usado nas ruas pelos agentes de trânsito, substituindo com vantagens o tradicional talão impresso de multas. Sua praticidade, aliada a múltiplas funcionalidades, otimiza o processamento dos dados e permite um melhor gerenciamento operacional do trânsito urbano.

Diretriz 2

Apoio e incentivo às viagens não motorizadas

A mobilidade urbana não motorizada é um dos pilares para o desenvolvimento urbano sustentável. Atualmente esse tema tem sido orientado ao estudo das densidades urbanas, do uso do solo e de sua relação com o transporte público e na concepção de espaços públicos. Como mostra a pesquisa OD de 2007 realizada na Região Metropolitana de Vitória, as viagens não motorizadas tem grande participação nos deslocamentos urbanos na cidade. Ainda que não tenha a relevância adequada no planejamento urbano no Brasil.

O município de Vitória tem avançado na reflexão e no investimento de recursos em intervenções que oferecem infraestrutura para a mobilidade não motorizada, como a construção ciclovias e de infraestruturas de acessibilidade e segurança nas calçadas para os pedestres. O Plano de Ação Vitória Sustentável traz o incentivo às viagens não motorizadas como uma diretriz dentro da linha estratégica de mobilidade e transporte para que as ações já iniciadas pela administração municipal sejam intensificadas.

Ação 1 Implantação do Plano Cicloviário

Dentre as diretrizes para a mobilidade na cidade de Vitória inseridas no texto do PDU, está o apoio a viagens não motorizadas com foco específico para o sistema cicloviário. Para atender a essa diretriz, a municipalidade elaborou um plano cicloviário que pretende infraestruturar e conectar a cidade através de um percurso que passa paralelamente ao sistema viário existente. O Plano intenciona criar um sistema que sirva à mobilidade diária da população nos percursos mais frequentes como trabalho e estudos, além de possibilitar percursos de lazer.

O Plano de Ação Vitória Sustentável contempla a implantação integral do Plano Cicloviário da cidade de Vitória como contribuição efetiva para a diretriz inserida no PDU. O Plano Cicloviário deve que ser associado ao Plano Diretor do município no sentido de que no projeto de implantação de novas vias ou recuperação vias das existentes no município de Vitória, sejam incorporadas as ações previstas no Plano Cicloviário.

Ciclovia implantada na região central



Foto: André Sobral

Ciclovia Ponte de Camburi



Foto: Diego Alves

Um importante eixo de ampliação das ciclovias está localizado entre as Regiões do Centro e de Maruípe, contemplando os bairros Forte São João e Jucutuquara. Ainda em Maruípe, uma ligação entre a Av. Serafim Derenzi com a Av. Leitão da Silva está prevista no plano. Outro eixo liga o bairro Ilha do Príncipe, passando pelo Centro, até a orla de Camburi, estendendo-se ao bairro Jardim Camburi, no limite municipal com a Serra. Na região do Aeroporto, está prevista a implantação de uma nova ciclovia fazendo ligação entre as avenidas Dante Micheline e Fernando Ferrari. Tal ciclovia é estratégica, uma vez que melhora o eixo para a área onde será implantado o Parque Tecnológico localizado na Avenida Fernando Ferrari, e importante ligação com a ciclovia da orla da Praia de Camburi.

Outros eixos secundários contemplarão ciclovias em áreas de grande circulação, estabelecendo conexão com o anel cicloviário que circunda a ilha. Além dos principais projetos para a ampliação e restruturação das ciclovias, é possível observar uma malha, em vias secundárias e locais, de ciclorrotas que têm como objetivo indicar as rotas mais recomendadas aos ciclistas.

Para que essa ação se efetive, uma primeira fase requer a elaboração de um Projeto Executivo que poderá rever trechos e integrações presentes no Plano existente, de modo a adequar a proposta à realidade atual. Cumprida a etapa de projeto executivo, se realizará a implantação física efetiva do Plano Cicloviário demonstrando a importância das ciclovias para o desenvolvimento sustentável do município.

Ação 2 **Melhorias nas condições de circulação e de segurança dos pedestres e ciclistas**

Algumas ações de prevenção de acidentes e maior controle da frota motorizada devem ser pensadas para todas as cidades, e principalmente em municípios com grande fluxo de pedestres e veículos como é o caso de Vitória. A cidade de Vitória faz parte do projeto Vida no Trânsito, do Ministério da Saúde/Organização Panamericana de Saúde, que tem como principal objetivo reduzir lesões e óbitos decorrentes de acidentes no trânsito, identificando locais de maior incidência de atropelamentos ou colisões, propondo intervenção viárias e atividades educativas, que serão incorporadas nesta Ação. Essas intervenções são fundamentais para garantir a segurança dos cidadãos e estimular os pedestres a ampliarem suas viagens não motorizadas.

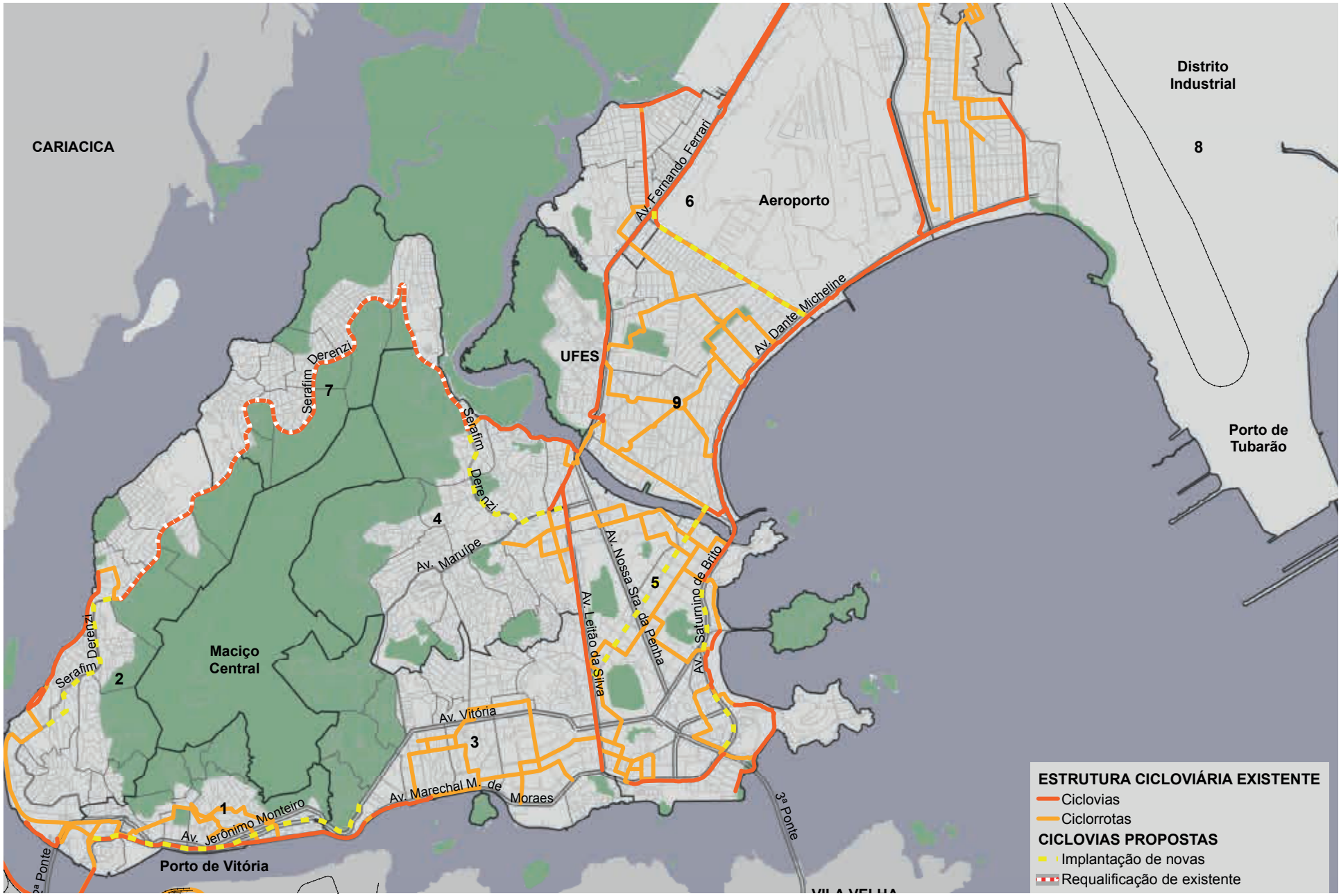
Uma primeira intervenção importante que deve ser realizada é a **melhoria das condições de Iluminação nas calçadas de Vitória.** Propõem-se obras de iluminação nas faixas de pedestres que permitiram a maior segurança dos pedestres na mobilidade urbana. Neste projeto estão previstos 9.000 pontos de iluminação em faixas.

De modo a ampliar o escopo e a abrangência, o Plano de Ação Vitória Sustentável aponta a necessidade de melhoria da iluminação nos territórios elevados da cidade, com a ampliação da rede de iluminação pública nas escadas, rampas, becos e vias nessas áreas.

Na área de acessibilidade, Vitória é uma cidade que prima por desenvolver projetos de significativos para os cidadãos. No município 90% da frota de transporte coletivo municipal possui adaptação para deficientes físicos, com elevadores para cadeirantes. Parte das calçadas de Vitória também já é adaptada para cadeirantes, tendo sido investidos importantes recursos próprios para essas adaptações. No entanto, em relação ao transporte municipal ainda é necessário oferecer estrutura para que a locomoção seja realizada com segurança.

Além disso, é necessário ampliar a acessibilidade de maneira geral em Vitória. O Plano de Ação propõe, neste sentido, a instalação de orientação sonora e tátil para os deficientes visuais em 200 pontos de ônibus. A solução proposta deverá realizar a instalação de um aviso sonoro sobre a informação das linhas que passam pelo ponto de ônibus e sobre as linhas que estão chegando ao ponto, ligado com o monitoramento de frota, em tempo real.

Mapa Estrutura Cicloviária



1 – Centro, 2 – Santo Antônio, 3 – Jucutuquara, 4 – Maruípe, 5 – Praia do Canto, 6 – Goiabeiras, 7 – São Pedro, 8 – Jardim Camburi e 9 – Jardim da Penha | Fonte: Elaboração Instituto Pólis a partir de dados Plano de Mobilidade, 2008.

Diretriz 3

Melhoria da Infraestrutura Viária, Promoção da Acessibilidade para toda a Cidade e Segurança no Trânsito

Ação 1 **Implantação de Obras Viárias Municipais**

O Plano de Ação propõe também a implantação de uma série de obras viárias no município de maneira a favorecer a integração do sistema viário existente com as inseridas no âmbito da ICES. O mapa sobre o tema apresenta as intervenções viárias propostas pelo município para melhorar a mobilidade em Vitória, integrando-a a concepção de cidade criada a partir deste Plano de Ação.

Seguindo a lógica de ocupação do território da Orla Noroeste, propõe-se a reestruturação na Av. Serafim Derenzi, que deverá ser realizada com solução diferenciada para o transporte coletivo. A intervenção neste trecho prevê a conexão deste sistema com o do BRT projetado, de forma a integrar o sistema de transporte utilizado pela comunidade local com o metropolitano proposto, ofertando assim novas possibilidades de mobilidade para a população da região e facilitando o acesso dos visitantes para as atividades propostas nesse novo Polo de Desenvolvimento.

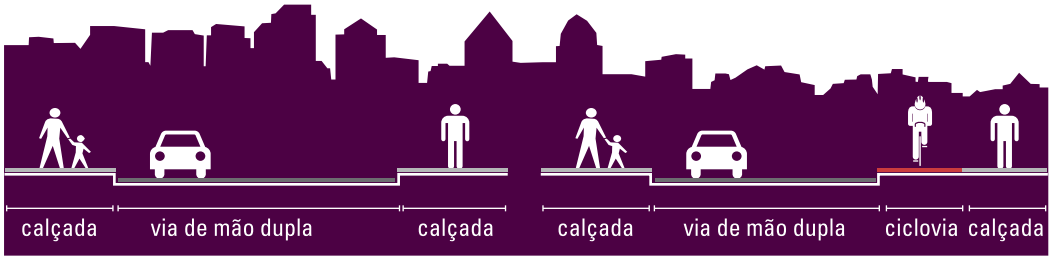
Uma nova via para a área do Terminal de Cargas do Aeroporto deverá ser aberta na Av. Norte Sul, a fim de facilitar o acesso ao aeroporto, que tem previsão de ampliação para os próximos anos. Além tornar mais fluido o acesso ao aeroporto, essas obras facilitarão o escoamento da região do novo Parque Tecnológico proposto.

Há também projetos de mergulhões, que permitem melhorar o fluxo de veículos principalmente nos cruzamentos de vias de acessos estruturantes. No primeiro caso, na região do Aeroporto, o mergulhão deverá ser construído entre a Av. Dante Micheline com a Av. Adalberto Simão Nader. Outro mergulhão deverá ser implantado entre os bairros de Bento Ferreira e Praia do Suá, próximo à Terceira Ponte na Intersecção da Av. Leitão da Silva com Av. Beira Mar e Rua Ferreira Coelho.

Completando as propostas de intervenção no sistema viário de Vitória, está prevista a reurbanização de três vias de fundamental importância para conexão entre regiões da cidade. São elas:

- Trecho da Av. Jerônimo Monteiro
- Av. Marechal Campos
- Rua da Grécia

Especificamente, o projeto de Reurbanização da Rua Grécia propõe a diminuição na calha da via de acesso de veículos de 10 metros para uma largura que varia entre 6 e 8 metros. A mudança na dimensão da via permite a inclusão de faixa de serviço e de uma ciclovia, como modo alternativo de transporte para a região. As dimensões das calçadas também poderão sofrer modificações.



Ação 2 **Plano de Acessibilidade nos Morros**

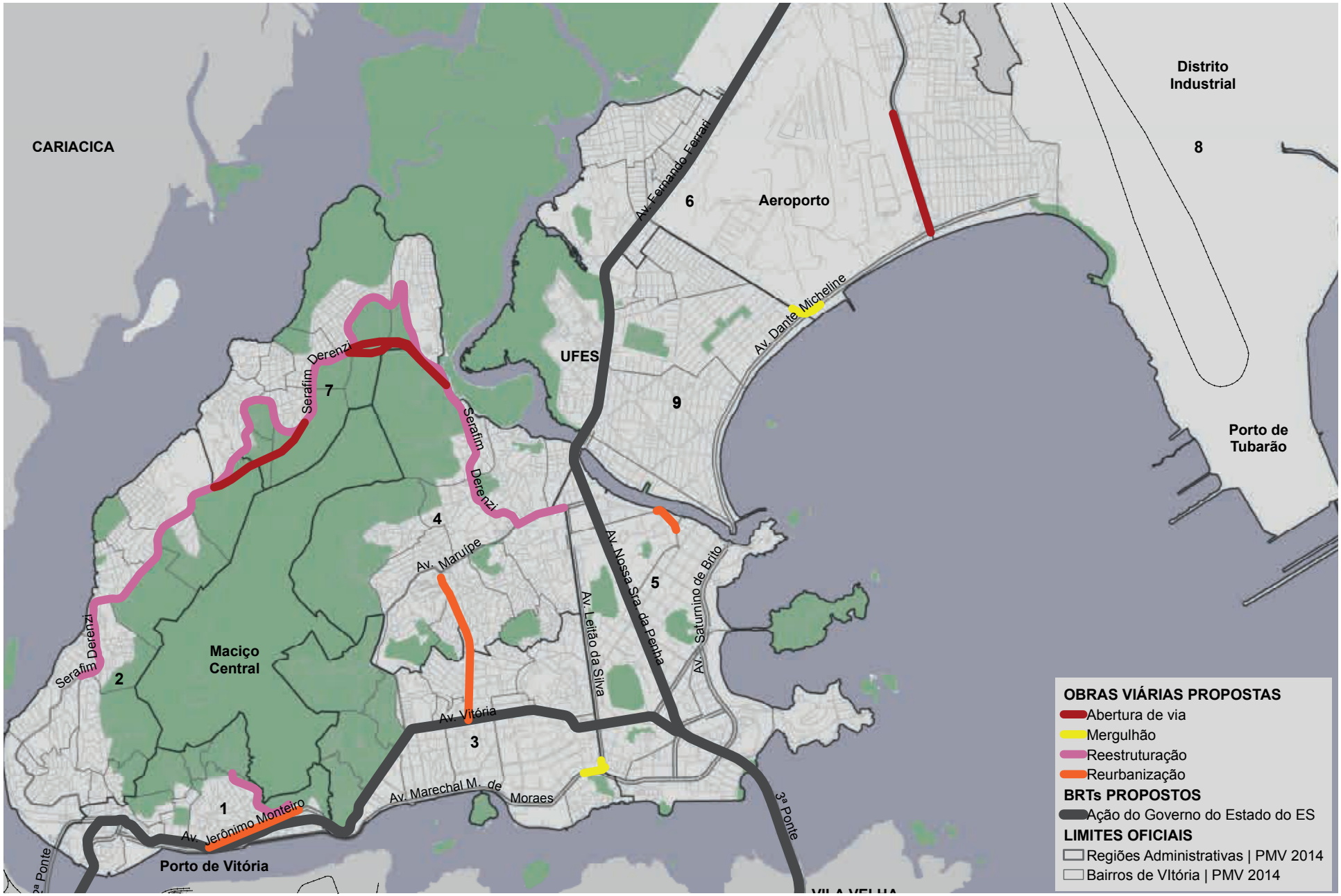
Acredita-se que a acessibilidade universal à cidade é um princípio básico para seu desenvolvimento sustentável. Portanto, os municípios devem buscar soluções que permitam a população usar a cidade e seus serviços de forma plena. Uma das características topográficas de Vitória é a existência de um número significativo de morros no território municipal. E parte deles está ocupada pela população de baixa renda do município. Estima-se um total de 83.164 habitantes residentes, o que corresponde a 24,7% da população, ou seja, praticamente ¼ da população de Vitória vive nessas condições[11].

Por se tratar de áreas acidentadas e, na maioria dos casos, assentamentos precários informais, a acessibilidade para esses locais de moradia é inadequada e exige soluções criativas não convencionais. Recentemente, o poder público local realizou estudos de alternativas de diferentes modais para o acesso em alguns morros específicos, no entanto, verificou-se que a solução deve ser pensada para toda extensão municipal.

Assim, o Plano de Ação Vitória Sustentável propõe como ação específica a contratação de Projeto de Mobilidade nos Morros, no âmbito do Plano de Mobilidade Urbana, que deve contar com projetos executivos de novas vias, escadarias, parapeitos e corrimãos, além de soluções alternativas de mobilidade e acessibilidade, tendo como principal objetivo melhorar o acesso dessa parte significativa da população às demais áreas da cidade.

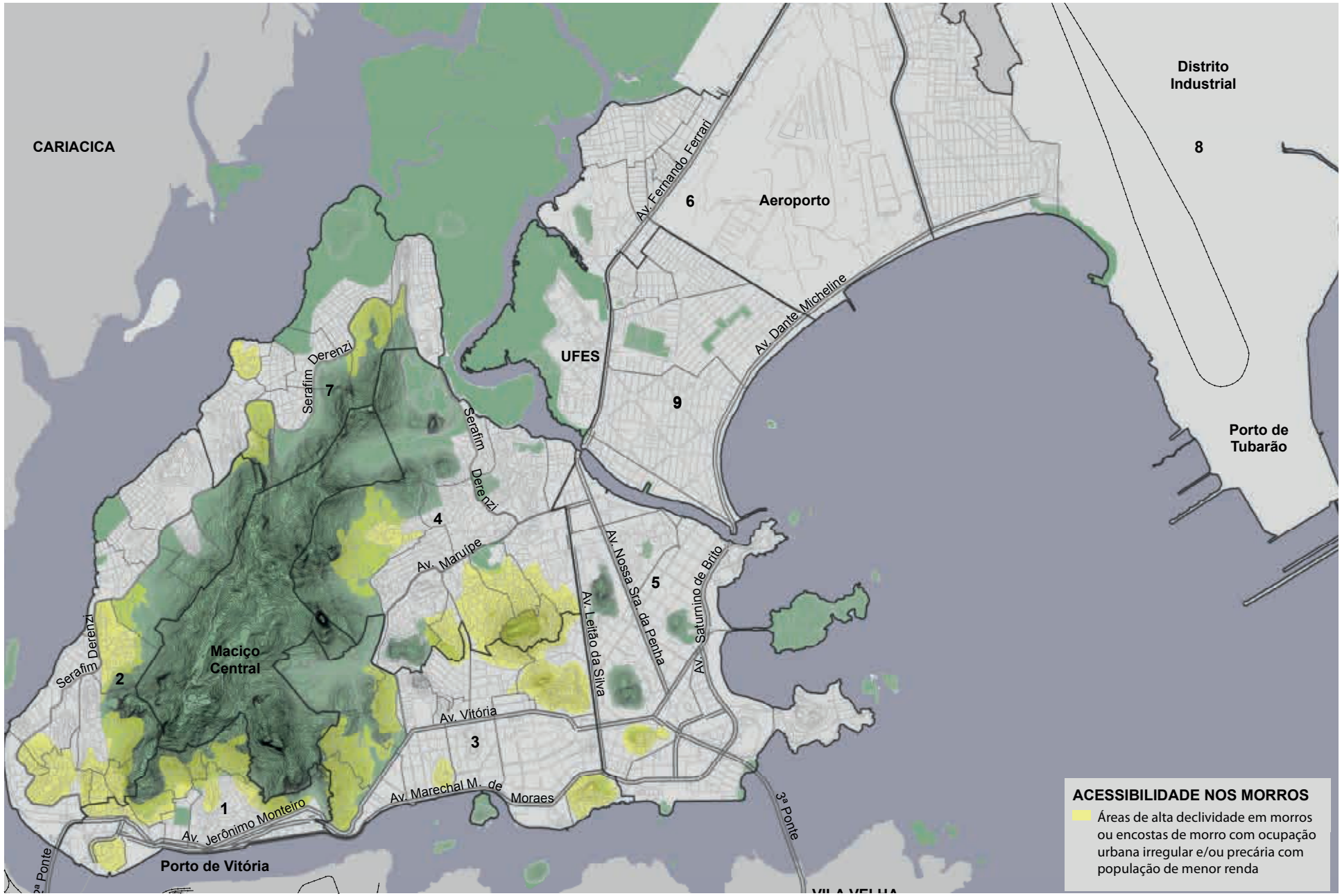
[11] Para calcular a população residente nos morros, foram consideradas as áreas com declividade alta e presença de assentamentos precários, seja morros, morrotes e alguns pontos de encostas do maciço central. No, no entanto, para a elaboração do Plano de Acessibilidade nos morros, é fundamental que seja realizados estudos detalhados sobre a população existente nestes locais e suas características.

Mapa Obras Viárias



1 – Centro, 2 – Santo Antônio, 3 – Jucutuquara, 4 – Maruípe, 5 – Praia do Canto, 6 – Goiabeiras, 7 – São Pedro, 8 – Jardim Camburi e 9 – Jardim da Penha I Fonte: Elaboração Instituto Pólis a partir de dados Plano de Mobilidade, 2008.

Estimativa da mancha urbana ocupada nos Morros de Vitória



1 – Centro, 2 – Santo Antônio, 3 – Jucutuquara, 4 – Maruípe, 5 – Praia do Canto, 6 – Goiabeiras, 7 – São Pedro, 8 – Jardim Camburi e 9 – Jardim da Penha I Fonte: Elaboração Instituto Pólis a partir de dados Plano de Mobilidade, 2008.

Ação 3 **Educação e Segurança no trânsito**

Para discutir a segurança no trânsito e a formação da população em relação ao tema, a Prefeitura Municipal de Vitória possui um projeto de Educação para o Trânsito com o objetivo de educar e conscientizar os cidadãos de Vitória em relação à boa convivência e ao respeito às leis de trânsito através de ações e campanhas. Elas são feitas de forma educativa, nas escolas municipais, por meio de atividades lúdicas que ensinam, desde a infância, o respeito às leis de trânsito e cidadania.

Essas campanhas acontecem durante todo o ano (ações nas escolas, incentivo à implantação da calçada cidadã, entre outras) e algumas somente quando a gerência é demandada ou analisa e entende a necessidade (campanhas de rua), de acordo com estatísticas, por exemplo, da quantidade de multas por conta do uso do celular ao volante ou atropelamentos pelo não respeito à faixa de pedestre.

De maneira complementar ao Projeto Educativo "Cidade no trânsito", propõe-se a criação de uma mini cidade onde as crianças locais e de fora da região metropolitana poderão aprender regras sobre o trânsito de uma maneira divertida. Já é pacífico que um condutor e um pedestre conscientes devem conhecer as regras desde cedo, conscientizando a importância de respeitar as sinalizações do trânsito. Pensando nisso, a SETRAN entende ser necessário educar as crianças sobre trânsito desde cedo e esse projeto é uma maneira divertida para que as crianças aceitem e entendam a necessidade de um trânsito seguro. É um projeto já implantado em outras cidades, e em Vitória seria implantado no Parque Barreiros.



Relação das diretrizes da Linha Estratégica 3 Mobilidade e Transporte com as demais linhas estratégicas

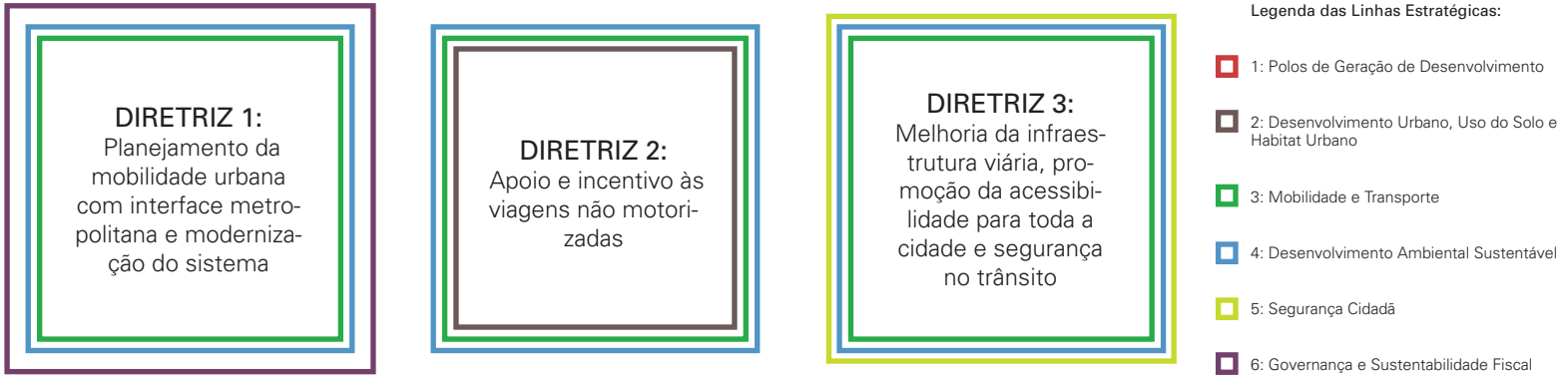
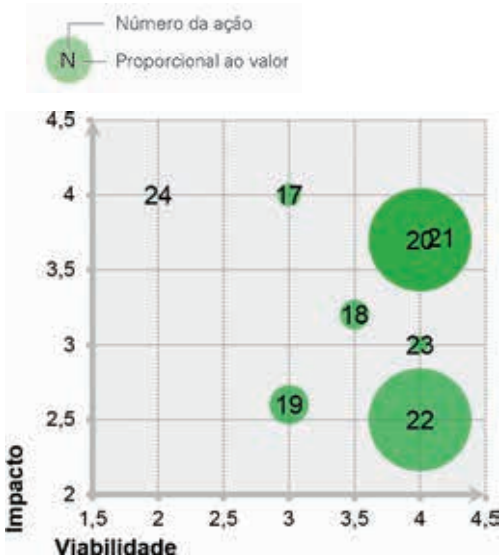


Tabela de ações da Linha Estratégica 3: Mobilidade e Transporte

Ord	Ações	Responsável	Pré-investimento	Investimento	Total	Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo
			(mil R$)					
DIRETRIZ 1- Planejamento da mobilidade urbana com interface metropolitana e modernização do Sistema								
17	Revisão do Plano de Mobilidade e Realização de Pesquisa OD	Seges, Setran, Sedec	5.000		5.000			
18	Integração dos projetos de transporte e sistema viário de abrangência metropolitana	Seges, Setran	1.400	7.000	8.400			
19	Modernização de sistemas e controle de trânsito	Setran, Semfa-Sub TI	1.660	13.000	14.660			
DIRETRIZ 2 - Apoio e incentivo às viagens não motorizadas								
20	Implantação do Plano Cicloviário	Sedec, Setran, Semob	1.382	138.195	139.557			
21	Melhorias nas condições de circulação e de segurança dos pedestres e ciclistas	Sedec, Setran, Semob	1.760	104.450	106.210			
DIRETRIZ 3 - Melhoria da infraestrutura viária, promoção da acessibilidade para toda a cidade e segurança no trânsito								
22	Implantação de obras viárias municipais	Semob, Seges, Setran	3.575	584.835	588.410			
23	Plano de acessibilidade nos morros	Seges, Sedec, Semob, Setran	3.200		3.200			
24	Educação e segurança no trânsito	Setran, Seme, Semus, Semsu		150	150			
		Total	17.977	847.630	865.607			

Gráfico de Viabilidade e Impacto das ações



Linha estratégica 4

Desenvolvimento Ambiental Sustentável

O crescimento e a urbanização fizeram Vitória prosperar nos últimos anos e trouxeram problemas, tais como trânsito com congestionamento, poluição e estresse, através do privilégio das vias para uso dos veículos de transporte. Para o desenvolvimento sustentável, foi apresentada a perspectiva de fazer da cidade um ambiente mais social, com sua infraestrutura voltada para as pessoas.

Segundo os estudos realizados pelo consórcio IDOM-Cobrape, o setor Transportes é um dos mais importantes na geração de emissões de GEE na região de Vitória, estando atrás apenas do setor Industrial. Por conta desta relevância e da evidência da pressão pelo aumento das emissões deste setor, ele se torna prioritário nas ações. Apesar de ações ligadas à mobilidade e transporte estarem organizadas em uma linha estratégica específica, suas soluções trazem importantes contribuições para o desenvolvimento ambiental sustentável. Como forma de garantir a implantação das atividades capazes de reduzir emissões, a estratégia para o setor foi desenvolvida baseada na redução do consumo de combustíveis fósseis, através do estímulo de mudança de hábitos da população e dos próprios governantes, que são papéis chaves na adoção das ações propostas.

A construção de um sistema cicloviário, juntamente com campanhas de estímulo à adesão da bicicleta no dia a dia, é capaz de proporcionar uma redução significativa de emissões de GEE, visto que a cidade é plana e conta com belezas naturais, o que pode servir de estímulo para muitos deixarem os carros de lado e passarem a pedalar. A proposta é aumentar a extensão das ciclovias e a conexão entre elas, para reduzir o consumo de gasolina por veículos automotivos, o que consequentemente gera redução de emissões de GEE. As ações de instalação de ruas vivas e calçadas cidadãs que estimulam os deslocamentos a pé, também podem contribuir significativamente para a diminuição das viagens motorizadas.

A implantação de uma infraestrutura verde nos ambientes urbanos, integrando a preocupação ambiental aos planejamentos locais de forma definitiva auxiliará nessa transformação do ambiente. A infraestrutura verde contribui para regulação do clima, fornecimento de água e regulação hidrológica, assimilação de resíduos e qualidade da água, regulação de nutrientes, retenção de solo e formação de solos orgânicos, prevenção de distúrbios, polinização, recreação e benefícios estéticos e outros que estejam associados ao território em que ela está circunscrita.

Outra importante medida para o desenvolvimento ambiental adequado é a redução de emissões de GEE. No âmbito nacional, ações voltadas para a redução das emissões de GEE provenientes do desmatamento e degradação florestal, como conservação ambiental, manejo florestal sustentável e aumento de estoques de carbono florestal (REDD+) vêm sendo estimuladas em todo o território brasileiro por meio da compensação pela preservação de, principalmente, matas nativas. A implantação do REDD+ é uma relevante opção de mitigação e adaptação das mudanças climáticas, podendo ser implementada com menor investimento, se comparada a outras estratégias. Também pode gerar benefícios adicionais como a proteção da biodiversidade e a diminuição da pobreza.

Na região de Vitória, predomina a existência da floresta atlântica como mata nativa, ecossistema rico em estoque de carbono, bem como em biodiversidade, cuja conservação contribui para a mitigação das causas da mudança do clima. Sua preservação visa assegurar, de maneira compensatória, as áreas de floresta nativa, prevenindo a conversão dessas para outros usos não florestais.

O setor de Resíduos é um setor com importantes emissões em Vitória, isso somado ao fato do saneamento ambiental ser um item de grande importância para a saúde e consequente qualidade de vida da população, o que fez com que uma diretriz de ação fosse proposta para o setor, mais especificamente para os resíduos sólidos.

Diretriz 1

Ações de Mitigação da Mudança Climática

Com o objetivo de fomentar um desenvolvimento inteligente e ambientalmente responsável, durante a aplicação da ICES o Consórcio IDOM-Cobrape realizou um estudo de mitigação e mudança do clima para toda a Região Metropolitana da Grande Vitória. O estudo revelou uma situação relativamente confortável na região, especialmente em razão de seu manguezal e demais áreas ambientalmente protegidas. Contudo, já se nota uma evolução que pode vir a trazer preocupações. Assim, é importante que Vitória já comece a desenvolver ações de mitigação para que no futuro não venha a ter problemas nesta área.

Ação 1 **Promover a instalação e preservação de infraestrutura verde**

O setor de Agricultura, Florestal e Outros Usos da Terra (AFOLU) tem relevância para a garantia da qualidade de vida das populações. Como o município em estudo não conta com área rural, os fundamentos da infraestrutura verde para a Vitória passam pelo fortalecimento de ações voltadas para garantir a presença das áreas verdes existentes no presente e no futuro.

Uma infraestrutura verde, assim como a infraestrutura cinza é construída ao longo de eixos de conectividade entre unidades centrais. No caso da infraestrutura verde, estes eixos são rios, lagos e áreas verdes que ligam Unidades de Conservação (públicas e privadas), Reservas Legais (RL), Áreas de Preservação Permanente (APP), plantações florestais, agricultura e uma série de diferentes usos do solo.

Uma das principais práticas de mitigação no combate à intensificação do efeito estufa é o AR (*Afforestation and Reforestation*, ou arborização e reflorestamento). As atividades de reflorestamento foram reconhecidas pela Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e pelo Protocolo de Quioto como medidas mitigadoras de grande importância no combate à mudança climática. Elas foram vinculadas ao Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, estimulando a obtenção de recursos para a sua implementação.

A proposta de implantação do reflorestamento em Vitória ocorre com a valorização da cobertura vegetal em áreas públicas de maneira planejada e organizada. Neste contexto, como Vitória já possui um **Plano de Arborização** desde a década de 90 e que foi revisado em 2013, foi proposta a contratação de projetos de paisagismo que permitam implementar, a curto prazo, as iniciativas para ampliação da cobertura arbórea na cidade , sob as diretrizes de seu Plano de Arborização.

A formação de uma infraestrutura verde, comandada pelos governos municipais da Região Metropolitana da Grande Vitória, estimulará a participação das iniciativas privadas na conservação da natureza. Agindo dessa forma conjunta, espera-se evitar a degradação da qualidade de vida enquanto são garantidas as bases para o desenvolvimento sustentável.

Como já se destacou, Vitória conta com uma extensa área ambientalmente preservada em Unidades de Conversação (UCs). Essa riqueza ambiental deve ser preservada para as gerações futuras. Assim, uma ação integrada à infraestrutura verde necessária para Vitória é a **preservação das unidades de conservação existentes**. Importantes ações para a garantia da preservação dessas áreas são o monitoramento e a fiscalização, além do fundamental desenvolvimento de atividades de educação ambiental para a população, com foco principal em ações nas escolas.

Outra ação fundamental é a **preservação dos parques urbanos**. Vitória conta com uma importante extensão de parques urbanos, mas esses espaços são muito visitados, e muitos deles não têm infraestrutura adequada para visitação. Na pesquisa de Opinião Pública, uma significativa parcela da população apontou ter poucas áreas de lazer na cidade, apesar da existência dos parques urbanos.

Assim, outra importante ação proposta para a preservação das áreas de interesse ambiental de Vitória é a instalação de equipamentos de infraestrutura e visitação nos parques urbanos, de forma a garantir o uso sustentável dessas áreas.

No mesmo contexto, propõe-se a **implantação de um Programa de Segurança dos Parques Públicos**, de forma a garantir a tranquilidade da população visitante. Os problemas com segurança pública são reconhecidos em Vitória e seu impacto sobre a visitação dos parques públicos aparece na pesquisa de Opinião Pública que revelou que uma parte significativa da população sente-se insegura nos espaços públicos da cidade. Assim, a promoção de um programa de segurança específico para os parques públicos possibilitará a maior visitação desses espaços.

A visitação de áreas ambientalmente protegidas traz conhecimento sobre a riqueza ambiental existente na região e ainda aproxima afetivamente os visitantes desses espaços, o que favorece o fomento à preservação.

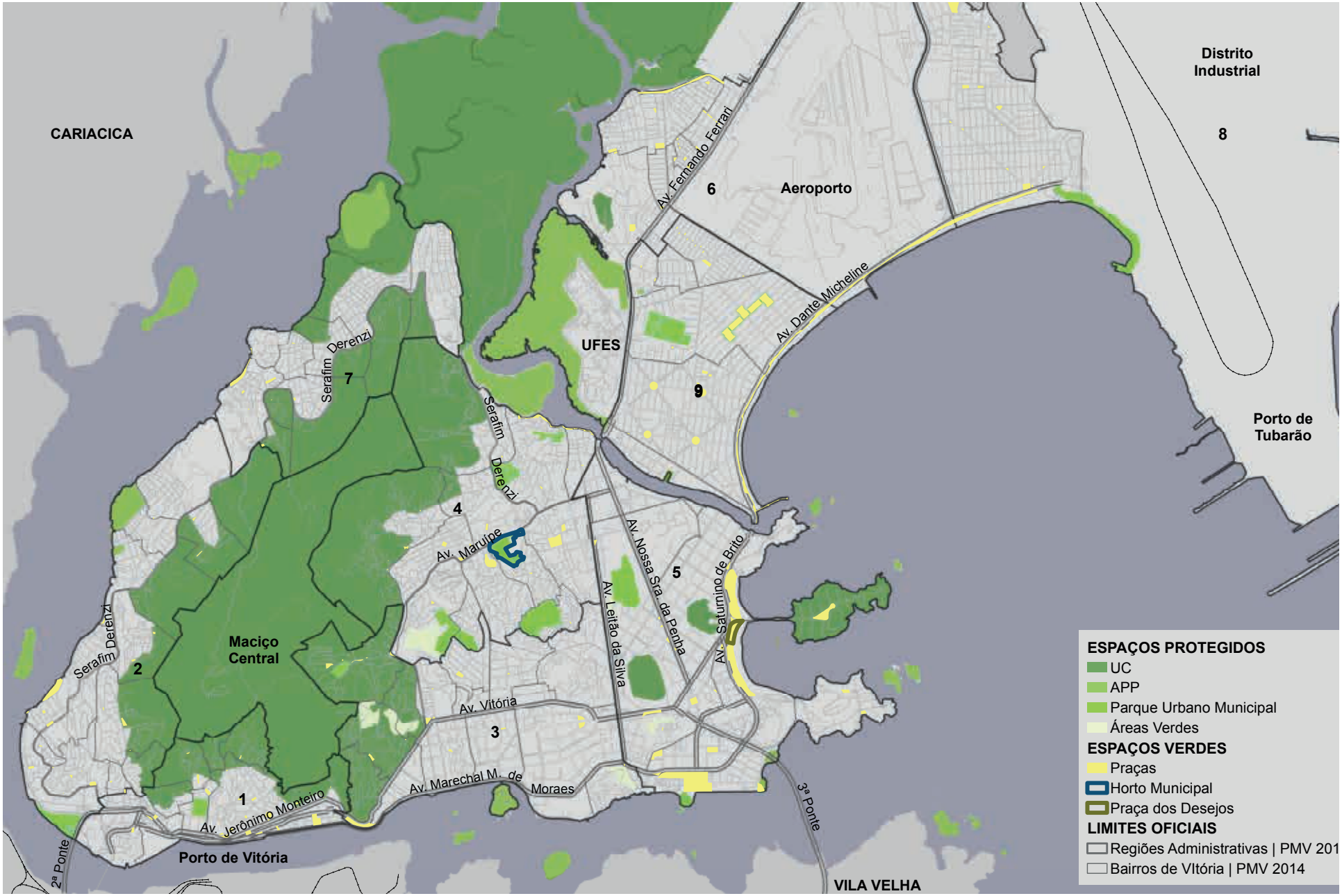
Ação 2 **Elaboração de estudo para obras e medidas voltadas para redução dos impactos da elevação do nível do mar**

Realizado no âmbito da iniciativa ICES, pelo consórcio IDOM-Cobrape, o Estudo sobre Redução de Riscos prevê algumas obras e medidas que devem ser realizadas pela Prefeitura Municipal. Essas recomendações foram incluídas como propostas para o Plano de Ação a fim de intensificar as medidas de mitigação à mudança climática.

A mitigação do risco de inundação costeira deve estar centrada nas zonas de maior impacto tendo como principal medida a separação do canal de Vitória (que une o Rio Santa Maria com o mar). Nesta zona há diversas edificações particulares que estão localizadas muito próximas ao canal, o que dificulta a mitigação do risco de inundação. Portanto, é necessário tomar uma medida conjunta com restrições e renovações urbanísticas para possibilitar a execução de obras civis preventivas.

Os problemas de inundações têm um caráter metropolitano, portanto, considera-se necessário que o estudo não se restrinja à Vitória, mas inclua os diversos municípios que podem ser afetados pelas inundações, conforme diagnóstico desenvolvido nesse sentido pela IDOM-Cobrape.

Espaços protegidos em Vitória



1 – Centro, 2 – Santo Antônio, 3 – Jucutuquara, 4 – Maruípe, 5 – Praia do Canto, 6 – Goiabeiras, 7 – São Pedro, 8 – Jardim Camburi e 9 – Jardim da Penha I Elaboração Instituto Pólis a partir das bases da Prefeitura Municipal de Vitória (2015)

Ação 3 **Elaboração de estudos e análises para o aprofundamento do diagnóstico para mitigação da Mudança Climática**

Para além do Inventário de Gases de Efeito Estufa realizado pelo consórcio IDOM-Cobrape outros estudos e análises são importantes para o aprofundamento das ações de mitigação da Mudança Climática em Vitória. Nesse sentido foi proposta uma série de estudos que buscam apresentar soluções adequadas para cada uma das ações necessárias.

Estudo de modelagem com vistas à recuperação do processo de erosão da baía de Camburi e Curva da Jurema.

Após as visitas de campo efetuadas pelo consórcio IDOM-Cobrape observou-se que a concatenação de fatores naturais com os antrópicos disparam os processos de deslocações de terra. É habitual a ausência de calhas de guarda na zona superior dos taludes, a existência de lançamentos de águas residuais em ladeiras e as sobrecargas em zonas próximas na borda do talude em forma de edificações incontroladas, assim como a execução de taludes de geometria subvertical sem nenhum tipo de sustentação ou fator corretor que mitiguem tanto a erosão do talude como sua estabilidade.

Para as zonas observadas em Vitória, sabe-se que os processos analisados acontecem de maneira periódica nas épocas de chuvas. Somente com um planejamento urbano, que esteja integrado com os mapeamentos e modelagem de riscos de deslizamento, será possível evitar a vulnerabilidade de pessoas e bens em áreas com possibilidade de erosão costeira.

Estudo de avaliação da cobertura espacial da rede de monitoramento atmosférico e qualidade dos dados produzidos.

Conforme o diagnóstico realizado na fase de coleta de dados, constatou-se que existe em Vitória uma rede de monitoramento atmosférico para prevenção de desastres decorrentes de efeitos climáticos instalado pelo governo do estado. No entanto, em avaliação preliminar, questionou-se a efetividade do sistema devido à sua cobertura espacial. Entende-se, portanto, a necessidade de avaliação aprofundada da cobertura espacial dessa rede de monitoramento de modo a garantir a efetiva qualidade do monitoramento e à otimização dessa rede.

Estudo de impactos à saúde advindos da mudança climática e qualidade do ar e proposta de medidas de mitigação desses impactos.

Segundo o Programa de Mudanças Ambientais Globais e Saúde da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca – FIOCRUZ[12], além dos efeitos dos eventos do clima sobre o meio ambiente, existem mecanismos por meio dos quais os processos climáticos podem também afetar diretamente a saúde da população, através de influências sobre a fisiologia humana, como por exemplo, em ondas de calor, ou provocando traumas físicos em acidentes, como em tempestades e inundações. Diante desse quadro, o aprofundamento de estudos dos possíveis efeitos das mudanças do clima sobre a saúde da população de Vitória e apresentação de soluções torna-se extremamente necessário para a garantia de um desenvolvimento ambiental sustentável.

Além dos possíveis efeitos das mudanças do clima sobre a saúde da população de Vitória, uma preocupação da administração pública e da população, captada na pesquisa de Opinião Pública, refere-se aos efeitos das emissões atmosféricas que implicam na qualidade do ar da região. Em 2010, a maior fonte de emissões de GEE foi o setor Industrial. Conforme a avaliação do consórcio IDOM-Cobrape, apesar desse setor reduzir a participação no total de emissões no ano de 2013, ainda continua sendo a maior fonte de emissão, contribuindo com 60% das emissões.

Neste contexto é de urgência que sejam pensadas soluções para redução das emissões do setor Industrial. Incialmente, para que se desenvolvam soluções adequadas, é necessário que se conheça mais profundamente as grandes emissões do setor Industrial devido às suas especificidades. Atualmente a emissão de GEE em Vitória não possui um monitoramento adequado, nem mecanismos atuantes de controle e fiscalização municipais. Espera-se que os estudos propostos ajudem a desenhar as ações de mitigação com metas de redução setoriais e sistemas de monitoramento para definir, implementar e operacionalizar as medidas de mitigação de GEE no setor Industrial.

Assim como em outras áreas abordadas no Plano de Ação, apesar das propostas serem voltadas para o município de Vitória, faz-se necessário um olhar sob a região metropolitana para que os resultados se mostrem mais adequados.

Ação 4 **Elaboração de estudos e análises visando a implantação de uma usina de dessalinização da água do mar**

Vitória tem seu abastecimento de água potável garantido pelas Bacias dos Rios Santa Maria da Vitória e do Jucu, ambas originadas nas vizinhas Regiões Centro Serrana e Oeste Serrana, além da Região Metropolitana de Vitória, não possuindo mananciais próprios que permitam a autossuficiência hídrica da cidade.

Em seu território, especialmente na Ilha de Vitória, foram mapeadas algumas nascentes onde se localiza a APA do Maciço Central, com corpos hídricos de pouca vazão, que estão em processo de preservação e, ou recuperação,

[12] Disponível em http://portalgeo.rio.rj.gov.br/protocolo/pcontrole/documentos/saude

mas não representam volume de significância para o abastecimento da cidade. Contudo, são simbólicos enquanto elementos educativos e podem suprir pequenas necessidades dos munícipes, especialmente os que habitam as regiões elevadas da cidade.

Com o advento dos longos períodos de estiagem, que tendem a se ampliar em função das mudanças do clima, já vem sendo bastante impactando a qualidade de vida no Espírito Santo, como se observou no verão de 2014/2015. Neste contexto, Vitória tende a ter seu abastecimento comprometido, indicando que uma saída possível pode estar no mar.

O Plano de Ação Vitória Sustentável propõe que sejam realizados estudos com vistas à instalação de uma usina de dessalinização da água do mar, de modo que ela possa ser aproveitada tanto para consumo humano, quanto para as atividades produtivas.

Diretriz 2

Qualificação da Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos

O setor de Resíduos é um importante emissor de GEE da área de estudo, isso somado ao fato do saneamento ambiental ser um item de grande importância para a saúde e consequente qualidade de vida da população, estruturou-se uma diretriz da linha de ação de sustentabilidade ambiental com propostas para o setor, mais especificamente para os resíduos sólidos urbanos. O objetivo é que a implantação dessas propostas possa ser, ainda, uma opção para a geração de energia, além de reduzir as emissões de GEE.

Todas as propostas citadas nesta publicação objetivam o desenvolvimento sustentável de Vitória em relação ao tratamento e destinação correta dos resíduos gerados pela população.

AÇÃO 1 Planejamento da Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos

O município de Vitória possui algumas propostas já consolidadas para o desenvolvimento da área de resíduos. Por meio do Termo de Compromisso Ambiental (TCA) nº. 617/2011, celebrado entre Ministério Público do ES, Ministério Público do Trabalho e Prefeitura Municipal de Vitória, alguns compromissos foram firmados, entre eles os principais foram a Revisão do Plano Diretor de Resíduos Sólidos da RMGV e o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.

Propõe-se, então, a **elaboração imediata dos planos de resíduos sólidos e de coleta seletiva** para o município. O município já tomou inciativa para o desenvolvimento de ambos os planos e eles se encontram em diferentes estágios: enquanto o Plano Municipal de Resíduos Sólidos está sendo gestado dentro do Plano Municipal de Saneamento Básico, que foi realizado com recursos próprios e tem seu prazo de conclusão o mês de maio/2015, o Plano de Coleta Seletiva tem recursos garantidos pelo Governo Federal e se encontra aguardando a liberação do financiamento.

Para completar as atividades de planejamento para o tema de Resíduos foram propostos dois estudos relacionados aos resíduos úmidos. No primeiro caso deverá ser realizado um **estudo de caracterização dos resíduos orgânicos do município de Vitória**, no segundo um **estudo de viabilidade da implantação do processo de compostagem de resíduos sólidos**, visando à redução dos resíduos destinados ao aterro sanitário.

AÇÃO 2 Implantação de Eco-pontos

Ações para implementar a coleta seletiva porta a porta e a entrega voluntária por meio de Postos de Entrega Voluntária – PEVs também foram firmadas, tanto com a proposta de instalação de pontos estratégicos no Município, como a implantação de pontos de coletas em Escolas e demais órgãos públicos. Algumas ações de implementação desses eco-pontos já foram realizadas pela administração pública local com recursos próprios, no entanto, a infraestrutura não está completa. Assim este Plano de Ação propõe a instalação definitiva dos Postos de Entrega Voluntária – PEVs e dos Pontos de Coleta em Escolas e órgãos públicos.

AÇÃO 3 Reforma e modernização da Unidade de Transbordo

Uma importante obra para a cidade de Vitória é a reforma e modernização da Unidade de Transbordo de Vitória. O projeto integra diferentes edifícios e uma nova logística de funcionamento no complexo.

A primeira etapa contará com um novo acesso pela Rodovia Serafim Derenzi. A Nova Estação de Transbordo será construída em ambiente fechado, atendendo às exigências ambientais e aeroportuárias. Para proteger as habitações existentes no entorno da Unidade de Transbordo será implantado um cinturão verde, entre a nova estação e a via de acesso.

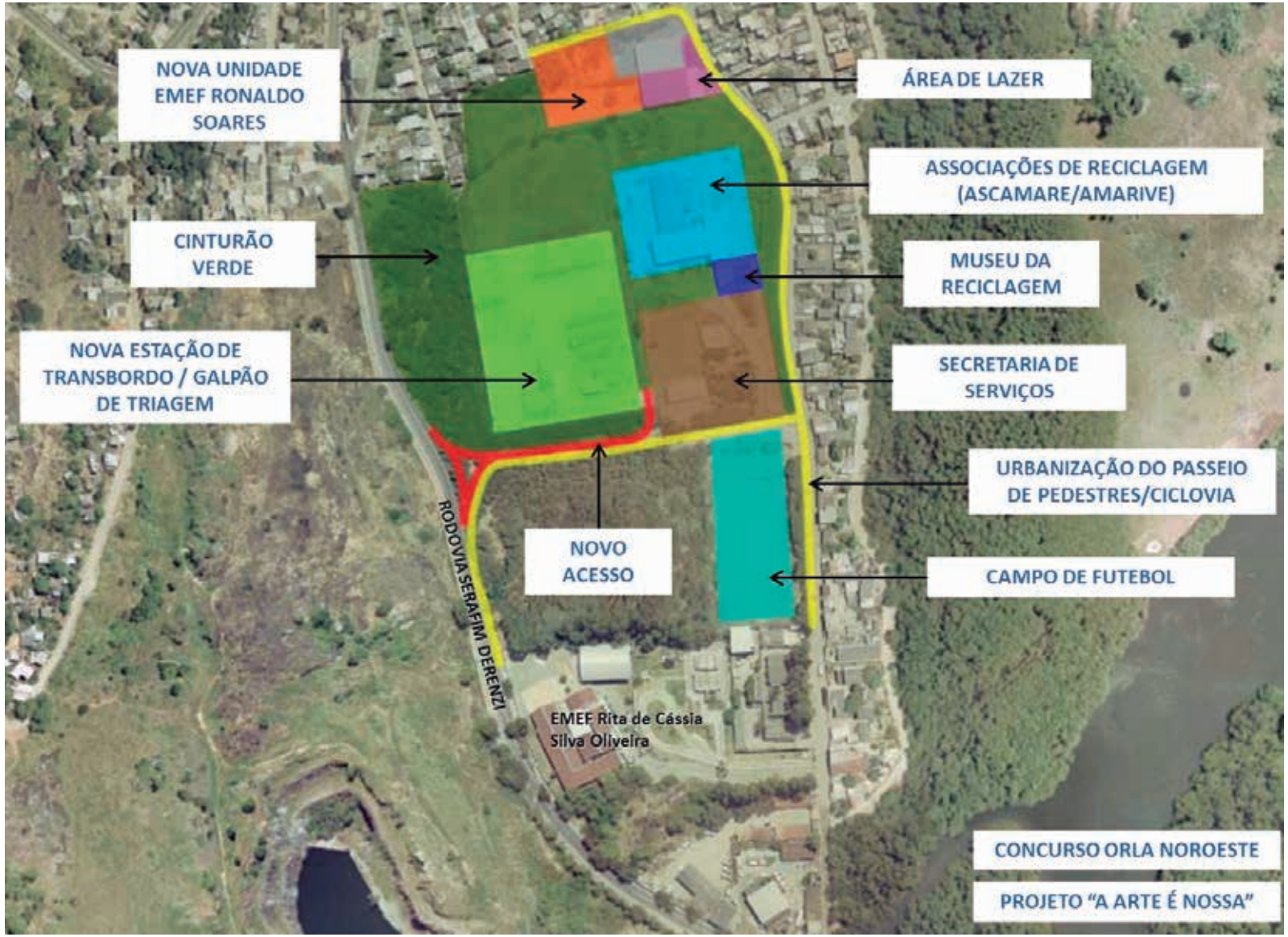
Galpões para implantação do sistema de segregação de materiais recicláveis serão construídos na área demarcada para as Associações de Reciclagem (ASCAMARE[13]/AMARIVE[14]).

A capacitação continuada para Gestão de Resíduos Sólidos e para Associações de Catadores também deve fazer parte das ações municipais.

[13] Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Vitória.

[14] Associação de Catadores de Materiais Recicláveis da Ilha de Vitória.

Proposta para Parque Logístico e Recreativo



Fonte: Prefeitura Municipal de Vitória

Uma nova área de lazer e um campo de futebol serão construídos. Contornando grande parte da área, será implantado um passeio de pedestre e ciclovias. Ainda na área de intervenção, deverão ser construídos o Museu da Reciclagem e a sede da Secretaria de Serviços. Completando as propostas de novos equipamentos de lazer e serviços para população, uma nova escola (EMEF Ronaldo Soares) deverá ser construída.









Relação das diretrizes da Linha Estratégica 4 Desenvolvimento Ambiental Sustentável com as demais linhas estratégicas

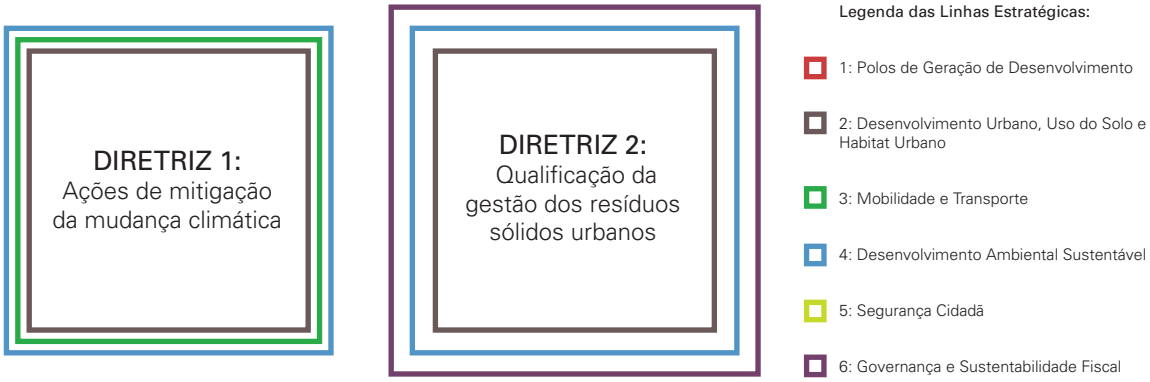
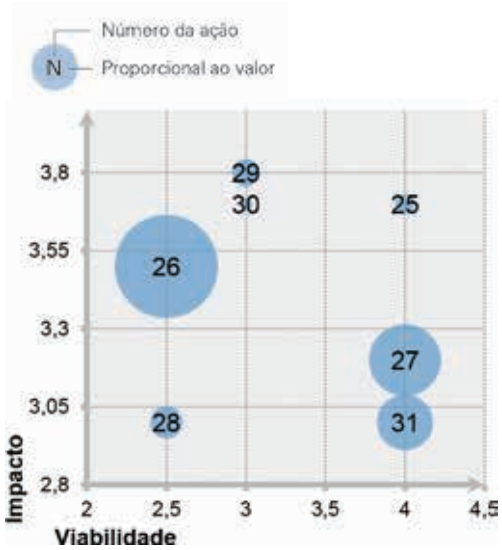


Tabela de ações da Linha Estratégica 4: Desenvolvimento Ambiental Sustentável

Ord	Ações	Responsável	Pré-investimento	Investimento	Total	Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo
			(mil R$)					
DIRETRIZ 1 - Ações de mitigação da mudança climática								
25	Promover a instalação e preservação de infraestrutura verde	Semmam, Semob, Semse	500	3.000	3.500			
26	Elaboração de estudo para obras e medidas voltadas para redução dos impactos da elevação do nível do mar	Semmam, Seges	15.340	761.554	776.894			
27	Elaboração de estudos e análises para o aprofundamento das análises para a mitigação da mudança climática	Semmam, Seges	7.900	40.530	48.430			
28	Elaboração de estudos e análises visando à implantação de uma usina de dessalinização da água do mar	Semmam, Seges	10.000		10.000			
DIRETRIZ 2 - Qualificação da gestão dos resíduos sólidos urbanos								
29	Planejamento da gestão dos resíduos sólidos urbanos	Semse, Seges, Semmam, Semus	7.100		7.100			
30	Implantação de eco-pontos	Semse		1.520	1.520			
31	Reforma e modernização da unidade de transbordo	Semse, Semob, Semttre	1.875	27.299	29.174			
		Total	42.715	833.903	876.618			

Gráfico de Viabilidade e Impacto das ações



Linha estratégica 5 **Segurança cidadã**

Evidências demonstram que os altos índices de criminalidade e de insegurança nos países da América Latina e Caribe têm imposto entraves significativos para o pleno desenvolvimento econômico e social da região. Tendo em mente esse diagnóstico e os dados de pesquisas recentes, que colocam Vitória como uma das cidades com as mais altas taxas de homicídios do país, no âmbito da ICES o tema da segurança pública e urbana foi considerado prioritário para a cidade.

Como já se evidenciou, nos dados disponíveis em pesquisas nacionais como o Mapa da Violência organizado pela FLACSO/Brasil em 2014, Vitória aparece como a 7ª capital com maior taxa de homicídios (por 100 mil habitantes) no país, com 57,3 enquanto a média brasileira é de 38,5[15], número que se eleva quando são considerados os homicídios de jovens entre 15 e 29 anos, majoritariamente do sexo masculino de raça negra. Nessa faixa etária específica, Vitória é a 4ª capital do país, com uma taxa de 140,7 homicídios a cada 100 mil habitantes. A taxa brasileira é de 82,7/100 mil habitantes.

As propostas dos Planos de Ação no tema Segurança Pública têm a prevenção como um de seus principais focos. Além disso, o trabalho interdisciplinar deve auxiliar em propostas e programas da Segurança. Assim, as questões de segurança perpassam ações preventivas, ampliação de programas, de projetos e de estruturas já existentes, e criação de novos programas e ações, discutidos entre diferentes áreas da gestão municipal. A maneira integrada de pensar a segurança pública permitirá a população de Vitória usar a cidade de maneira mais ampla e justa.

Está em curso na América Latina um processo de mudança de paradigmas no conceito e na implementação de políticas de segurança pública. Reconhecida como um direito, a segurança vem sendo pensada atualmente também como a convivência pacífica e ordenada dos cidadãos e da sociedade em seu conjunto e não mais exclusivamente como uma política unicamente associada à atividade policial ou às estratégias de repressão. Em outras palavras, a segurança pública deve estar associada à garantia de direitos, à liberdade que resulta dessa condição e à construção permanente de coesão social. É nesse contexto, de fortalecimento das políticas de prevenção da violência, que o papel da cidade ganha destaque.

Ainda que os municípios não tenham protagonismo em se tratando de políticas de segurança pública, cada vez mais seu papel central no desenvolvimento e aplicação de iniciativas de prevenção da violência vem sendo reconhecido. Nos municípios existe maior possibilidade para que se amplie a interlocução de outras áreas como, por exemplo, educação, saúde, desenvolvimento urbano e mobilidade com a segurança, possibilitando a implementação de uma política transversal de prevenção da violência e, consequentemente, ampliando a capacidade de prevenção e a resiliência das cidades.

Ainda vale lembrar que a gestão municipal é a instância de administração pública mais próxima da população e, com efeito, tem um grande potencial para gerir e implementar estratégias de prevenção como as citadas acima, voltadas a territórios, ao redesenho das cidades e a grupos populacionais específicos como crianças, jovens e mulheres.

Além disso, a administração local tem maiores condições de disseminar as políticas e levá-las para equipamentos públicos de diferentes áreas (escolas, unidades básicas de saúde), presentes no dia-a-dia dos cidadãos.

Outro elemento que expressa o papel importante que o município pode cumprir em se tratando da prevenção da violência é seu potencial para desenvolver redes e consolidar parcerias com diferentes atores da sociedade, como associações comunitárias, ONGs, o setor privado, além da articulação com os governos estadual e federal.

De acordo com as Nações Unidas, as políticas de prevenção podem ser elaboradas a partir de diversas perspectivas[16]:

Por meio do desenvolvimento social, com iniciativas voltadas, por exemplo, as áreas de educação e lazer, para melhorar o bem estar e a qualidade de vida da população, o que aumenta suas oportunidades;

Com intervenções territorializadas, focadas em comunidades vulneráveis e não indivíduos, como programas de reurbanização de favelas ou um diagnóstico participativo de prevenção;

A partir do redesenho do espaço ou da melhoria da infraestrutura, a chamada "prevenção situacional", cujo objetivo é reduzir as oportunidades para ocorrências criminais;

Com programas de reintegração social, que procuram evitar a reincidência de egressos do sistema prisional.

É importante ressaltar, no entanto, que nenhum desses princípios é eficaz quando adotado isoladamente. A implementação das estratégias de forma combinada contribui para uma maior efetividade das políticas.

[15] Dados do ano de 2012.

[16] UNODC, 2010.

Diretriz 1 **Implementação de projetos integrados e multidisciplinares**

No caso de Vitória, como já se comentou, os dados sobre violência apontam que as mortes se concentram em algumas regiões administrativas da cidade (Maruípe – R4, Santo Antônio – R2 e São Pedro – R7, principalmente), informações confirmadas na pesquisa de Opinião Pública. Essa distribuição desigual da violência tem correlação com as carências diagnósticas em outros temas, mas mesmas regiões da cidade.

Alinhando esse diagnóstico à diretriz geral indicada para as linhas estratégicas - que busca articular as ações propostas territorialmente de modo a promover uma ocupação urbana mais planejada e com uma distribuição de usos e atividades mais equilibrada em Vitória - a linha estratégica de Segurança Cidadã também concentra as ações de projetos integrados e multidisciplinares em uma parte do território específico de Vitória, onde justamente as ações de desenvolvimento econômico e territorial se concentram.

Assim, as ações de educação, de esportes e culturais aqui estruturadas compõem uma cadeia continua de ações nessas regiões que garantirão o seu desenvolvimento sustentável.

Ação 1 Prevenção por ações educacionais e de saúde

Projetos nas áreas de educação como ampliação do período escolar para o período integral e de atividades extracurriculares são ações de impacto na segurança. Algumas unidades escolares municipais como EMEF e CMEI no Alto São Benedito, EMEF Paulo Freire em Inhanguetá, Unidade Brincarte em Andorinhas, Escola Neuza Nunes em São Pedro e CMEI Geysla Militão em Nova Palestina são exemplos do programa de Educação em Tempo Integral, que tem mostrado grande eficiência.

Assim, no Plano de Ação Vitória Sustentável estão inseridas ações para ampliação do quadro de escolas com período integral de forma a potencializar esta ação em todos os bairros que apresentam maiores índices de violência no município.

O impacto na segurança cidadã gerado pela ampliação do tempo em que o jovem passa na escola pode ser potencializado, ainda, se acompanhado de atividades como: métodos de solução pacífica de conflitos, promoção de uma cultura de paz, e, principalmente, reforço escolar e formação profissionalizante.

Deve-se, ainda, verificar a viabilidade de ampliação da oferta de vagas de Educação para Jovens e Adultos (EJA) nos bairros mais violentos do município.

Além disso, a Secretaria de Estado de Educação executa o programa Coordenadores de Pais, que busca reduzir a evasão e o abandono escolar, com grandes resultados. Seria de grande valia articular a administração municipal ao governo estadual para garantir a ampliação desse programa nas escolas de Vitória que se situem nos bairros com mais altas taxas de criminalidade, ou mesmo a replicação da metodologia a nível municipal.

A existência de programas contínuos de prevenção deve ser estimulada também. A ampliação do Programa de Ações Educativas para os Direitos Humanos, especialmente no enfrentamento e prevenção da violência doméstica, da discriminação racial e homofobia é um importante instrumento para a politica de Segurança Pública. Nesse programa, os técnicos do setor identificam os territórios da cidade que possuem uma maior demanda e oferecem ações educativas em parceria com os dispositivos da rede de proteção municipal, como as Unidades Básicas de Saúde (UBS), Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e o Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), espaços que já estão presentes no território. A ampliação do Programa de Ações Educativas para os Direitos Humanos também deve levar em conta a concentração geográfica de crimes específicos ligados à violência doméstica, discriminação racial e homofobia.

No campo da saúde é fundamental compreender seu relevante papel na prevenção da violência. A insuficiência de prestação de serviços básicos de saúde nos territórios mais expostos à violência permite a agressão à vida demonstrada nos índices de doenças de fácil prevenção, com repercussões danosas ao desenvolvimento pleno da criança, especialmente, e de todos os que ali residem expondo-os a comporem os índices mais críticos de saúde e de mortalidade por causas naturais. Por outro lado levam as comunidades à sensação de descaso do poder público, que muitas vezes os leva a buscar outras alternativas, em sua maioria vinculadas aos arranjos de um "poder paralelo" que, aos poucos, os torna reféns de situações que os leva à submissão ao que pode ser denominado "marginalidade".

Este conceito e a constatação real que a denominada "cidade invisível" carece de maiores cuidados de educação, aliados ao suporte de programas de saúde, leva à proposição de suprir estas carências com a implantação de serviços e equipamentos sanitários essenciais, com a construção de novas unidades de saúde em áreas de interesse social, bem como à implementação de programas integrados escola/saúde/comunidade que possam contribuir com a erradicação de problemas nestas áreas e possibilitar ao munícipe residente nestes territórios melhores condições para o exercício da cidadania, antídoto à violência de grande valia.

Ação 2 **Prevenção por ações de esporte**

Os investimentos no Esporte também refletem diretamente nas questões de segurança, uma vez que permite a crianças e jovens o uso adequado dos espaços públicos.

Projetos de reformas e coberturas de quadras existentes e a criação de novos locais para a prática do esporte nos bairros com maiores carências de equipamentos e serviços públicos e com maiores índices de violência vem apoiar ainda mais as ações de prevenção.

Uma iniciativa importante também a ser realizada dentro desta ação é a articulação com o governo estadual, no sentido de aproveitar o programa Campo Bom de Bola, executado pela Secretaria de Esporte.

Ação 3 **Prevenção por ações culturais**

Na perspectiva do incremento de ações de prevenção como elemento fundamental na construção de uma sociedade mais solidária baseada em uma cultura de paz e tolerância, as atividades artístico-culturais são indispensáveis à consolidação desse conceito.

Dentre as ações já desenvolvidas pela municipalidade, o programa Circuito Cultural, que oferece aos moradores a oportunidade de conhecer os fundamentos de manifestações artísticas oferecidas gratuitamente a moradores acima de cinco anos em áreas como música, teatro, dança, artes plásticas, vídeo, fotografia, desenho, literatura e capoeira, realiza visitas técnicas a espaços culturais e intercâmbio entre os bairros do Circuito. É desenvolvido, com ênfase, nas Regiões 4 – Maruípe e 7 – São Pedro, que são compostas por bairros que apresentam altos índices de ocorrências de violência, especialmente contra jovens negros e mulheres, funcionando como uma das bases culturais com foco na prevenção da violência e fortalecimento da cidadania.

Ampliar e consolidar o Circuito Cultural como atividade permanente, assim como outras ações em desenvolvimento na cidade como o projeto "A Arte é Nossa", que realiza intervenções urbanas revitalizando espaços públicos e popularizando manifestações artísticas como grafite, arte-mural, arte-relevo e pintura, dentre outras, faz parte do escopo deste Plano de Ação Vitória Sustentável.

Escolinhas de Esportes no Tancredão



Foto André Sobral

Diretriz 2

Ampliação da Capacidade Institucional, da Gestão da Prefeitura Municipal e dos Conselhos Participativos.

Ação 1 **Elaboração do Plano Municipal de Segurança Cidadã**

Para que o Município de Vitória consiga implementar uma política de segurança cidadã capaz de prevenir e reduzir a violência urbana e que tenha um enfoque integral, local e participativo, é necessário elaborar uma ferramenta de gestão que consiga envolver as ações que já estão sendo implementadas, definir diretrizes, propor novas ações estabelecer metas e resultados a serem monitorados. Essa ferramenta a ser formulada é o Plano Municipal de Segurança Cidadã. Entende-se, então, que o eixo central de atuação no âmbito da segurança pública na cidade de Vitória no próximo período seria a ela-

boração desse plano, que será uma plataforma de planejamento conjunto que mapeie, fortaleça, amplie ou reformule as ações que já estão em curso e, principalmente, desenvolva uma estratégia que garanta articulação e sustentabilidade da política de prevenção da violência no município.

O primeiro passo para desenvolver uma política voltada para esta pauta é conhecer as potencialidades, ameaças, fortalezas e fraquezas da cidade em questão. Para isso, é necessário **elaborar um diagnóstico integral e participativo** que identifique a situação de violência e criminalidade na cidade. Somente a partir de um conhecimento profundo da localidade, é possível desenhar as estratégias de prevenção e enfrentamento dos problemas identificados. Esse processo está em fase inicial em Vitória, pois a Secretaria de Segurança Urbana tomou iniciativa para a elaboração do diagnóstico situacional da cidade e finalizou em dezembro de 2014 uma fase de consulta pública nas 9 regiões do município.

Além disso, outro passo que deve ser dado nessa mesma área é a construção de uma estratégia de **mapeamento das capacidades institucionais da prefeitura**. Esse mapeamento poderá definir a viabilidade das ações propostas e potencializar as que já estão em curso para aprimorar a intervenção da prefeitura.

Um processo participativo e transparente de elaboração do Plano, que envolva diferentes atores sociais é fundamental, já que estimula a formulação de iniciativas de prevenção e enfrentamento da violência mais adequados à realidade local, garante maior legitimidade das ações que serão desenvolvidas, contribui para o empoderamento das comunidades envolvidas para lidar com questões ligadas à segurança em seus territórios e potencializa a participação destes atores na execução do plano, possibilitando um trabalho interinstitucional (Estado, sociedade, setor privado e academia).

Além de envolver os atores externos da sociedade, é importante desenvolver uma estratégia compartilhada por diferentes órgãos da prefeitura que articule a gestão como um todo. Nesse sentido, faz-se necessária a criação de um grupo de gestores responsável, coordenado pelas secretarias de Segurança Urbana e de Cidadania e Direitos Humanos que, além de possível fonte pra o mapeamento institucional, pode viabilizar ações em diferentes frentes da gestão municipal cujas iniciativas estão relacionadas à prevenção da violência.

Outra etapa importante da se refere à **articulação da iniciativa municipal na área de segurança cidadã com o governo do estado do Espírito Santo.** Os estados são entes que possuem um papel central na política de segurança pública e devem estar a par do processo de implementação de uma nova política de prevenção nos municípios. Além disso, é necessário garantir um alinhamento, integração e uma clara definição de funções entre cada ente federativo, para que se efetive um esforço de cooperação entre secretarias e princípios de prevenção do crime e da violência sejam levados em consideração em suas atividades.

A partir do diagnóstico e de um processo participativo de elaboração é possível definir as áreas prioritárias para atuação, seus programas e projetos necessários, além dos órgãos da gestão pública que serão envolvidos. No caso de Vitória, já foram identificadas algumas áreas prioritárias para intervenção. Como resultado da sistematização de dados disponíveis, da consulta da população e do diálogo com as equipes da gestão, já está definido que serão implementadas ações de prevenção da violência com os recortes de juventude, de mulheres e de raça. Algumas, inclusive já estarão sendo desenvolvidas paralelamente ao processo de desenvolvimento do plano. Além disso, de acordo com as informações coletadas pelo próprio município, os índices de violência são distribuídos de forma desigual pela cidade. Por isso, é importante elaborar intervenções focadas nos territórios que possuem maior vulnerabilidade. Outro importante elemento para a prevenção da violência é a gestão dos espaços públicos como praças e as vias da cidade, que está incluído como ação da linha estratégica de desenvolvimento ambiental.

O Plano Municipal de Segurança Cidadã contribuirá para definir de que forma o poder público irá intervir com relação à prevenção da violência na cidade e possibilitar um fortalecimento das capacidades institucionais das autoridades locais, além de otimizar os recursos e esforços da gestão pública e da sociedade civil.

Por fim, tal ferramenta deve estar integrada a uma estratégia mais ampla, que poderá contribuir para um salto de qualidade na criação e implementação de políticas públicas no município de Vitória: a criação, a longo prazo, de um Centro de Inteligência articulando e disseminando informações provenientes de todas as áreas do governo, incluído na linha estratégica de governança e sustentabilidade fiscal. Nesse sentido, é importante que no Plano Municipal de Segurança Cidadã já estejam desenvolvidos os instrumentos para a produção de informação na área de segurança e de prevenção, com vistas em alimentar o Centro no futuro.

O monitoramento permanente e avaliação do impacto do plano e das outras ações empreendidas deve ser parte essencial do processo de elaboração e implementação de uma nova política de prevenção no município de Vitória.

Assim, ambas etapas devem estar previstas desde o início do plano.

O Plano é uma ferramenta que define o conjunto de ações a serem realizadas, relacionando compromisso e responsabilidades dos diversos atores sociais envolvidos, além dos prazos e recursos necessários para a implementação. As ações de monitoramento e avaliação são importantes ferramentas da gestão, pois auxiliam na superação de dificuldades que normalmente ocorrem no processo de execução, indicam eventuais correções de rumo, e garantem um acompanhamento do desempenho e aperfeiçoamento contínuo da qualidade do que se almeja atingir.

A inclusão de estratégias de monitoramento e a avaliação no Plano possibilita a geração de informações concretas sobre os resultados alcançados, identificando as restrições e dificuldades enfrentadas, elaborando recomendações para a ação dos gestores e outros atores sociais envolvidos e promovendo uma gestão transparente do processo. Para que estas estratégias sejam efetivas, é importante que desde o início sejam delimitadas as metas e objetivos de cada iniciativa, além dos resultados esperados, definindo também os indicadores que irão mensurar a efetividade da política e os seus meios de verificação. Existem dezenas de possíveis indicadores no âmbito da prevenção da violência, entre eles taxas de crime e de violência, nível de medo do crime ou sentimentos de segurança entre os moradores, taxas de vitimização, número de moradores usando os espaços públicos e ruas, etc[17]. Monitorar e avaliar vão além de fiscalizar ou de exercer controle social, são possibilidades de fazer com que planos, programas e projetos se tornem melhores, flexíveis e mais criativos.

[17] Prevenção Comunitária do Crime e da Violência em Áreas Urbanas da América Latina: Um Guia de Recursos para Municípios / Banco Mundial

É importante ressaltar que o monitoramento e a avaliação são práticas complementares e interdependentes. O monitoramento fornece informações em tempo real necessárias para a gestão, enquanto a avaliação fornece uma análise mais abrangente. Os dados obtidos ao longo do processo de monitoramento e as suas conclusões podem gerar perguntas que devem ser respondidas pela avaliação e ambos têm objetivos comuns: garantir que a ação programada alcance metas e resultados previstos da melhor forma possível[18].

Ação 2 Capacitações de Gestores Municipais e dos Conselhos Participativos

A proposta de criação de um Programa de Capacitação dos Gestores Municipais, no âmbito do observatório de violência, deverá preparar os servidores que atuam em áreas de conflito de Vitória, além de auxiliar na formação dos Gestores nas relações de gênero, raciais e homofobia. As iniciativas de formação deverão abordar diferentes temas relacionados ao trabalho de prevenção da violência. Essas atividades terão o objetivo central de fortalecer a capacidade institucional da Prefeitura de Vitória no que se refere à segurança pública.

Esse tipo de formação pode ser oferecida ao conjunto dos funcionários da gestão municipal ou para grupos específicos em cada Secretaria a depender do seu envolvimento com a implementação das ações ligadas à segurança pública. Seu objetivo é fortalecer o impacto que as políticas desenvolvidas terão ao longo de sua implementação. Uma equipe que possui um maior repertório sobre tais temas terá maiores condições de executar ações efetivas e sustentáveis. Entre os temas de formação que podem contribuir para o fortalecimento das intervenções da Prefeitura no campo da segurança pública estão o papel dos municípios na prevenção da violência; a mediação de conflitos nas comunidades e dentro da instituição; workshop para a formação de mediadores de conflito; juventude e prevenção da violência; desenvolvimento urbano e estratégias de prevenção da violência e interação pacífica no trânsito, levando em conta a nova malha cicloviária proposta.

[18] Coletânea Convivência e Segurança Cidadã: Guias de Gestão Territorial Participativa - Monitoramento e Avaliação do Plano Integral em Convivência e Segurança Cidadã / PNUD

Além do programa de capacitação de gestores municipais, essa ação também fortalecerá o Observatório de Violência de Vitória, para que este possa apoiar o GGIM, elaborando: diagnósticos, relatórios mensais de conjuntura e relatórios semestrais dos determinantes da violência; além de realizar avaliações das iniciativas de prevenção da violência.

Nesta ação inclui-se também ações destinadas ao fomento da participação cidadã no desenho e implementação de atividades de segurança pública. Nesse sentido, deverão ser feitos levantamento dos Conselhos Interativos de Segurança Pública (CONSIGS) existentes em Vitória.

Esses são espaços de aproximação entre as Polícias, a Prefeitura e a comunidade, e que podem servir para orientar o poder público localmente, no entanto muitos dos Conselhos existentes encontram-se atualmente desativados, e poucos estão suficientemente estruturados para ser um canal efetivo de comunicação entre o poder público e as comunidades. O fortalecimento desses conselhos (por meio da aquisição de equipamentos físicos, da elaboração de procedimentos operacionais padrão, entre outras atividades) pode ser um vetor de fomento à participação comunitária na melhoria da segurança cidadã de Vitória.

Ação 3 **Ampliação do Programa Botão do Pânico**

O Espírito Santo é o estado com a maior taxa de homicídios entre mulheres do Brasil, 9,8 por 100 mil habitantes. Já Vitória é a primeira no ranking entre as capitais brasileiras: 10,2 por100 mil habitantes – a taxa nacional é 5,4 por100 mil habitantes[19]. Outra informação referente à violência contra a mulher são os dados de estupros. A taxa de Espírito Santo era de 9,4 por100 mil habitantes em 2012, sendo o estado com a maior taxa de homicídios entre mulheres e Vitória ocupa a 18ª posição em relação ao país[20].

No entanto, Vitória tem desenvolvido ações inovadoras no combate a esses crimes. Desde 2013, uma parte das mulheres em Vitória que se sente ameaçada por ex-maridos, namorados ou companheiros conta com um mecanismo importante de proteção: o Botão do Pânico.

O equipamento foi distribuído para 62 mulheres que estão sob medida protetiva na 11ª Vara Criminal de Vitória e pode ser acionado caso o agressor não mantenha a distância mínima garantida pela Lei Maria da Penha. Ele capta e grava a conversa num raio de até cinco metros. A gravação poderá, ainda, ser utilizada como prova judicial.

Trata-se de aparelho que é disponibilizado as mulheres e possibilita a efetiva fiscalização das medidas protetivas de urgência (MPU) concedidas pela justiça às mulheres em situação de violência doméstica e familiar. É uma iniciativa pioneira implantada no estado do Espírito Santo e tem a intenção de preencher uma lacuna da Lei Maria da Penha, que não prevê mecanismos de fiscalização das medidas protetivas deferidas pelos Juízes das Varas de Violência Doméstica. O equipamento é desenvolvido em parceria com Governo do Estado – através do Tribunal de Justiça do Espírito Santo, o Instituto Nacional de Tecnologia Preventiva (INTP) e a sociedade civil organizada.

O Botão do Pânico também dispara informações para a Central Integrada de Operações e Monitoramento (CIOM), com a localização exata da vítima, para que um carro da Patrulha Maria da Penha seja enviado ao local. Para garantir agilidade no atendimento ao pedido de proteção, a administração municipal disponibiliza viaturas da Guarda 24 horas.

A administração municipal investiu recursos próprios para realizar a fase inicial do programa que obteve um enorme sucesso na prevenção à violência. No entanto, por tratar-se de um programa piloto de grande resultado na cidade de Vitória, o Programa Botão do Pânico deverá ser ampliado com recursos do Instituto Nacional de Tecnologia e do BID. Esses investimentos proporcionarão à administração pública local a ampliação da capacidade institucional de forma a possibilitar a universalização da campanha do botão do pânico para todas as mulheres residentes que estejam ameaçadas.



[19] Dados do Mapa da Violência 2012, atualizados do Relatório da Fase 1 da Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis.

[20] Mapa da Violência 2012 Caderno Complementar 11: Homicídio de Mulheres no Brasil.

Relação das diretrizes da Linha Estratégica 5 Segurança Cidadã com as demais linhas estratégicas

DIRETRIZ 1:
Implementação de projetos integrados e multidisciplinares

DIRETRIZ 2:
Ampliação da Capacidade Institucional, da Gestão da Prefeitura Municipal e dos Conselhos participativos

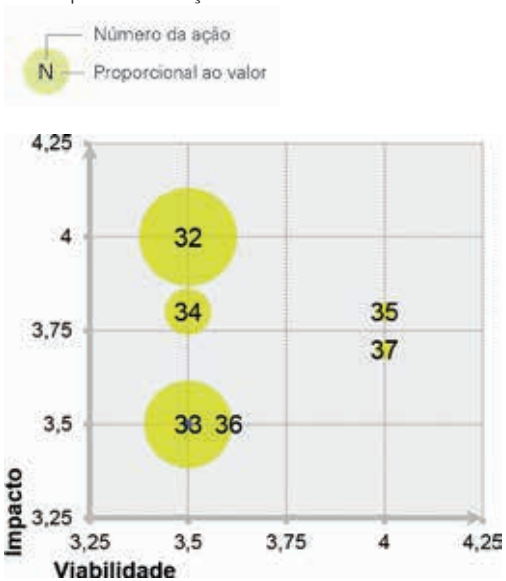
Legenda das Linhas Estratégicas:

- 1: Polos de Geração de Desenvolvimento
- 2: Desenvolvimento Urbano, Uso do Solo e Habitat Urbano
- 3: Mobilidade e Transporte
- 4: Desenvolvimento Ambiental Sustentável
- 5: Segurança Cidadã
- 6: Governança e Sustentabilidade Fiscal

Tabela de ações da Linha Estratégica 5: Segurança Cidadã

Ord	Ações	Responsável	Pré-investimento	Investimento	Total	Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo
			(mil R$)					
DIRETRIZ 1 - Implementação de projetos integrados e multidisciplinares								
32	Prevenção por ações educacionais e de saúde	Seme, Semcid, Semsu	590	58.150	58.740			
33	Prevenção por ações de esporte	Semesp, Seme	280	46.784	47.064			
34	Prevenção por ações culturais	Semc, Semse, Semsu	1.200	12.000	13.200			
DIRETRIZ 2 - Ampliação da capacidade institucional, da gestão da prefeitura municipal e dosc conselhos participativos								
35	Plano municipal de segurança cidadã	Semcid, Semsu, Seges, PGM	2.000		2.000			
36	Capacitações de gestores municipais e dos conselhos participativos	Seges, Semad, Semcid, Semsu		500	500			
37	Ampliação do Programa Botão do Pânico	Semcid, Semsu	300	1.600	1.900			
		Total	4.370	119.034	123.404			

Gráfico de Viabilidade e Impacto das ações



Linha estratégica 6 **Governança e sustentabilidade fiscal**

Para o alcance das metas definidas no Plano de Ação Vitória Sustentável, é necessário que o governo municipal disponha de capacidade de financiamento tanto por meio de recursos correntes quanto pela contratação de operações de crédito.

De acordo com o diagnóstico realizado, o município vem perdendo receita nos últimos anos, principalmente aquelas provenientes das transferências dos governos federal e estadual. É necessário, portanto, fortalecer a gestão fiscal do município, atuando tanto no fortalecimento das receitas públicas quanto na melhoria da eficiência dos gastos públicos, de forma que o governo de Vitória passe a dispor de maior capacidade fiscal para financiar os novos investimentos.

Apesar do Município de Vitória contar com vários instrumentos modernos de gestão pública como o planejamento e monitoramento por meio de indicadores de resultado e a remuneração de parte de seu pessoal baseada em sistema de indicadores de desempenho, ainda se faz necessário avançar na modernização tecnológica da prefeitura, o que permitirá a tomada de decisões de maneira mais ágil e eficaz, bem como maximizará o uso dos recursos do município.

Diretriz 1
Fortalecimento da Gestão Fiscal do Município

Ações relativas ao aumento da eficiência da administração tributária e financeira vêm sendo priorizadas pelos gestores como forma de contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços ofertados pelo governo e para a criação de espaço fiscal para os investimentos públicos

No tocante à administração tributária, é necessário que a Prefeitura de Vitória implante uma série de medidas que visem à ampliação da receita corrente, tanto receitas próprias quanto aquelas provenientes de transferência intergovernamentais, que vão desde a revisão das normas tributárias e do aperfeiçoamento de processos e sistemas até a melhoria do atendimento ao contribuinte e da transparência fiscal, estimulando o cumprimento voluntário das obrigações tributárias. É necessária, ainda, a articulação de um sistema de gestão da dívida ativa integrado entre a Procuradoria e respectiva Secretaria de Finanças.

Apesar dos indicadores relativos ao tema "gestão do gasto público" terem apresentado resultados positivos no diagnóstico realizado, o cenário econômico, tanto local quanto nacional, de limitação dos recursos disponíveis impõe a necessidade de adoção de medidas que melhorem a qualidade do gasto público por intermédio da eliminação do desperdício e da melhoria contínua da gestão dos processos.

Nesse sentido devem ser implantadas ações que melhorem, por exemplo, o processo de compras públicas, maximizando os recursos disponíveis, por meio, de planejamento das necessidades e do aperfeiçoamento do sistema de gestão de suprimentos e gerenciamento de contratos terceirizados. O aperfeiçoamento da administração financeira, a mitigação dos riscos previdenciários e o monitoramento das receitas de transferências são também ações que devem ser implementadas para gerar maior espaço fiscal para o município.

Ação 1 Aumento da arrecadação baseada em receitas próprias

De maneira geral é importante que se caminhe para a melhoria do **atendimento ao contribuinte** de forma a estimular o cumprimento voluntário das obrigações tributárias, com modelos de atendimento considerando o perfil do contribuinte, a complexidade da consulta e a segregação por critérios, com desburocratização e simplificação dos processos. Além disso, é importante seguir na ampliação de serviços on-line (legislação, receitas, gastos e gestão financeira) e acesso a informação, bem como melhorar os canais amigáveis de interlocução com a sociedade e a implantação de Programa de Educação Fiscal para Educação para Cidadania.

Uma alternativa para o aumento da arrecadação própria municipal no Brasil é a **revisão do IPTU**. Historicamente no Brasil esse imposto é reconhecido como impopular, e as administrações públicas costumam deixar as plantas genéricas de valores, na qual são baseadas as alíquotas pagas, desatualizadas. Da mesma forma não se empenham na atualização do cadastro de imóveis e no avanço na política de cobrança progressiva em sua arrecadação.

Contudo, o IPTU, além de ser uma importante fonte de recursos, também é um importante instrumento da política de uso e ocupação do solo, e portanto de planejamento urbano. No caso específico de Vitória, o IPTU representou cerca de 4% da receita orçamentária, em 2013. A título de comparação, na cidade de São Paulo naquele mesmo ano, o IPTU representou cerca de 14% da arrecadação.

No Plano de Ação Vitória Sustentável foram incluídas as seguintes ações que visam a melhoria da arrecadação deste imposto:

1. Atualização da Planta Genérica de Valores

Recadastramento, Atualização e Modernização do Cadastro Imobiliário

Ações para a Redução da inadimplência do IPTU

2. Estudo sobre a aplicação da progressividade do IPTU de forma a aumentar a equidade da cobrança deste imposto.

O ITBI (Imposto de Transmissão de Bens Imóveis Inter-Vivos) é outra fonte própria que possibilita o aumento da arrecadação do município. Como o IPTU, o seu aumento depende de uma decisão política. Algumas das ações relacionadas à melhoria da cobrança do IPTU – tais como revisão do cadastro imobiliário com ações de recadastramento, atualização e modernização

do cadastro Imobiliário e a atualização de planta genérica de Valores – também estão associadas à melhoria da arrecadação do ITBI.

A Constituição Federal de 1988 deu aos municípios o status de ente federativo, o que envolve apresentar autonomia financeira e tributária. Neste esforço de arrecadação tributária, o ISS (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza) apresenta posição de destaque, pois o setor de serviços é um dos que mais cresceu na década passada. Isso se reflete nas estatísticas de arrecadação tributária municipal que mostram que o ISS é a maior fonte de arrecadação dos municípios. Assim, outra forma de procurar aumentar sua arrecadação está ligada a melhoria da arrecadação do ISS por meio da análise da possibilidade de se ampliar a gama de produtos para a cobrança desse imposto, além de uma ampla e permanente campanha de combate à sonegação. Essas medidas já estão em desenvolvimento pela Prefeitura de Vitória e poderão ter um importante efeito sobre a receita municipal nos próximos anos.

Uma importante ação está sendo a "Nota Vitória", um programa criado a partir do decreto nº 16.082, que permite o contribuinte receber de volta parte do valor pago em impostos. Para isso, é necessário que ele obtenha a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) da prestação de serviços como estacionamentos, academias, escolas, creches e faculdades particulares, cursos de idiomas, lavanderias, construtoras, lojas de conserto de eletrodomésticos, salões de beleza, hoteis, oficinas mecânicas e empresas de limpeza e vigilância localizadas no município.

Além das ações relativas à cobrança dos tributos municipais, também é necessário desenvolver atividades para incrementar a recuperação da dívida ativa do município e assim aumentar o risco subjetivo do não cumprimento tributário. Nesse sentido, a articulação de um sistema de gestão da dívida ativa integrado entre a Procuradoria e respectiva Secretaria de Finanças que estabeleça uma sistemática para acompanhamento do perfil da dívida com vistas a identificar a probabilidade de recuperação do crédito. Para isso é necessário investir na implantação de modelo de gestão por resultados, na capacitação de pessoal para análise estatística de dados; em sistema integrado entre a secretaria de finanças e a procuradoria, bem como na interligação com os cartórios.

A modernização tecnológica com implantação e modernização de sistemas de administração dos vários tributos é também essencial para que se obtenha efetivo retorno das ações de ampliação da arrecadação estabelecidas.

Ação 2 **Melhoria na eficiência da administração financeira e dos gastos públicos**

O governo de Vitória deveria avançar no aperfeiçoamento da administração financeira por meio de medidas que visem ao fortalecimento do planejamento fiscal e do modelo de gestão de tesouraria, bem como na implantação de módulos integrados para gestão do fluxo de caixa e gestão das contas de receitas. Além disso, é importante realizar programa permanente de formação dos técnicos e gestores das áreas financeira e contábil.

Ainda na administração financeira, o município deveria ter uma atitude mais proativa em relação ao monitoramento do montante de transferências a ser recebida do governo estadual e federal. É necessário desenvolver ações que permitam a verificação dos detalhes dos cálculos da base a ser distribuída e dos coeficientes individuais de participações e, principalmente, estudar a evolução e a estruturação dessas transferências, para verificar o que afeta seu desempenho e para traçar cenários. Destaca-se também o gerenciamento das receitas de transferências federais e estaduais, por meio de um sistema que permita avaliar sua correta composição e repasse em tempo hábil de forma que a sua ausência não afete o equilíbrio fiscal. Propõe-se o desenvolvimento de metodologia de acompanhamento das Receitas de Transferências (FPE; Royalties Petróleo, gás natural, hídricos e minerais; salário educação etc.) e a implantação de Sistema de controle das transferências para permitir análise da correção dos valores.

A melhoria da gestão do gasto público pode ser obtida por meio da implantação de metodologia e sistema de apuração de custos dos serviços públicos[21] e no desenvolvimento de um sistema integrado de folha de pagamento (direta – indireta - ativos e inativos). Além disso, pode maximizar o uso de recursos por meio de melhoria dos processos de compras públicas, gestão de contratos e convênios, gestão de suprimentos e planejamento das necessidades (serviços, recursos humanos, compras, aquisição de materiais).

A previdência social representa o grande passivo contingente a ser mitigado pelos governos municipais e estaduais. O déficit dos regimes de previdência dos estados e municípios já se aproxima de R$ 50 bilhões por ano. Em função do tamanho e da importância desse passivo, é necessário que os entes governamentais desenvolvam soluções que permitam a criação de fundos de previdência complementar e a mitigação de riscos previdenciários. Falta mapear o processo da dívida, realizar levantamento do volume e origem do déficit previdenciário e identificar fontes para seu financiamento. O déficit previdenciário é mais explosivo que o problema da dívida pública e pressiona outros

[21] Até a presente data pouquíssimos entes governamentais no Brasil conseguiram desenvolver uma metodologia e implantação de Sistema Integrado de apuração de custos dos serviços públicos. Saber o quanto custa a administração Pública e a oferta de serviços públicos é fundamental para aferir a qualidade do gasto público


GUARDA
MUNICIPAL

gastos. Portanto, é preciso garantir a compensação previdenciária, cujo prazo prescricional pode gerar grandes perdas. É necessário então realizar estudo sobre previdência complementar e modelagem de fundo de pensão ou previdência complementar, bem como desenvolver metodologia de avaliação financeira e atuarial.

Ação 3 **Modernização administrativa**

Para ampliar o impacto das medidas que já estão sendo tomadas de ampliação da arrecadação e melhoria da qualidade do gasto público em Vitória, é fundamental a também a implantação de ações de modernização administrativa que trarão maior capacidade institucional à gestão para que se possa executar todas as ações pretendidas de maneira adequada. Assim se propõem ações como:

- Modernização administrativa e de Sistemas de arrecadação e fiscalização (Estrutura física, tecnológica, operacional e frota de veículos)
- Implantação de um Sistema Operacional Integrado de Tributação
- Revisão e Consolidação do Código Tributário
- Capacitação para o Quadro Técnico/ Fiscal que atuará no sistema de Fiscalização da cobrança dos tributos
- Sistemas integrados: Imperiosa mudança dos sistemas integrados para atender novos padrões contábeis, modernizar gestão financeira e aperfeiçoar a transparência fiscal
- Tesouro: Priorizar investimentos nos tesouros estaduais para corrigir gap em relação à modernização já empreendida na administração tributária – incluindo adotar ou aperfeiçoar sistemas, ampliação e capacitação de pessoal especializado, plano de carreira, etc
- Outras receitas: adotar ou melhorar sistemas para acompanhamento mais fino de transferências federais (FPM, FUNDEB, royalties) e empréstimos
- Contabilidade: Completar transição para novo padrão mundial de contabilidade e adotar sistemas próprios de contabilidade de custo
- Eficiência de gestão: Desenvolver sistemas permanente e eficaz para avaliar qualidade do gasto, a começar por grandes projetos

Diretriz 2
Aprimoramento da Gestão por meio do uso de Tecnologia

A modernização dos sistemas e do uso da tecnologia torna disponível para a Administração Pública as informações precisas necessárias para facilitar o processo de tomada de decisão e para dar condições para que as funções de planejamento, organização, controle e direção sejam executadas de maneira eficaz. Nesse contexto, a gestão da informação centrada em aspectos organizacionais e não meramente tecnicistas se destaca fortemente.

Os Sistemas de Informações modernizados como geradores de informação de caráter decisório, podem trazer outros benefícios para a municipalidade, especialmente na área financeira, pois reduzem os custos das operações e propiciam relatórios mais precisos e rápidos. A administração dos recursos – materiais, humanos e financeiros – pode ser realizada com mais rapidez e precisão com a utilização da Tecnologia da Informação (TI).

Entre os benefícios do sistema estão a melhoria da produtividade nos processos de trabalho, melhoria nos serviços realizados e oferecidos aos cidadãos, melhoria na estrutura organizacional da gestão pública, melhoria no fluxo de informação, melhoria na adaptação da administração pública para enfrentar os acontecimentos não previstos nos projetos e processos de trabalho, otimização na prestação dos serviços aos munícipes, melhor interação entre os gestores e contribui também para o aumento do nível de motivação das pessoas envolvidas nos processos de trabalho.

Para além dos benefícios financeiros e gerenciais de sistemas de informação, o uso da tecnologia também pode possibilitar uma maior e melhor capacidade de sensoriamento e interação entre os serviços da Prefeitura e os cidadãos. Dessa forma, este Plano de Ação também prevê incidir sobre a capacidade de Vitória de agregar informações geradas pela cidade e processá-la de maneira a melhorar a capacidade de resposta do Município às suas demandas cotidianas e emergenciais. Essas iniciativas tem por base dois eixos principais: investimento em infraestruturas e investimento nas áreas de maior impacto potencial para o gerenciamento da cidade. A primeira está detalhada abaixo, e a segunda pode ser vista em maior detalhe nos eixos descritos no capítulo relativo ao estudo de base adicional de conectividade.

Ação 1 **Implantação de um Centro Integrado de Operação da Cidade**

Conforme o diagnóstico elaborado de acordo com a metodologia ICES e os levantamentos feitos no âmbito do Estudo de Base de Conectividade, Vitória é uma cidade líder em cidades inteligentes na América Latina. No entanto, ainda é necessária a integração desses serviços, por meio de um centro de inteligência e comando integrado.

A Implantação de um Centro Integrado de Operação da Cidade, que incorpora diversas secre-

tarias com foco na interação com o cidadão, é uma das ações propostas de melhoria da gestão da Prefeitura como um todo. Sua estrutura deverá ter capacidade para receber diversos órgãos envolvidos em situações específicas, como crises, grandes operações, teleconferências dentre outras. O Centro de Operação deverá ainda permitir, de forma efetiva, centralizar e gerenciar as informações decorrentes dos atendimentos realizados para subsidiar o planejamento, a tomada de decisões e a efetiva ação dos órgãos da Prefeitura.

O Centro Integrado de Operação da Cidade deve reunir, em um só espaço, soluções tecnológicas e integração de pessoal das várias áreas que compõem a Prefeitura Municipal, além de parceiros que atuam direta ou indiretamente nos setores integrados no centro.

Ação 2 **Upgrade da Rede Metrovix e Provisão de Acesso Público a Internet Sem Fio**

A capital tem uma infovia municipal (Rede Metrovix) que interliga à rede da Prefeitura todos os sistemas de saúde, educacional e administrativo do município. Atualmente a cidade de Vitória conta com 160 km de rede de fibra ótica instalada (Metrovix). Essa rede deve ser ampliada para possibilitar a melhoria e implementação de novos serviços de tecnologia que serviram para o melhoria da gestão municipal e também da competitividade econômica do município, por possibilitar a atração de empresas que necessitem de tecnologia avançada para suas atividades.

Sabe-se também que Vitória possui mais conexões com alta velocidade que a média brasileira. Na cidade existe também uma iniciativa denominada Vitória Online, que é um conjunto de tecnologias que permitem a qualquer cidadão acessar a internet utilizando uma rede sem fio, sem necessidade de um provedor comercial. O programa existe desde 2009 para promover a inclusão digital, o apoio ao turista e o desenvolvimento econômico por meio de uma malha pública de acesso à rede mundial de computadores.

A abertura do sinal gratuito de internet contribui para a utilização, criação e manutenção de vários serviços, como acompanhamento de notícias, pesquisas educativas, confecção e manutenção de blogs, participação de redes sociais, entre outras, acesso a serviços municipais, bancários, compras governamentais e educação a distância , facilitando a ampliação do processo de democratização das informações por meio do acesso livre à internet.

Vitória já dispõe de mais de 40 áreas com sinal liberado para acesso à internet, sem necessidade de do uso de provedor comercial. No entanto, pretende-se ampliar este sistema para toda a cidade, tornando Vitória a primeira cidade brasileira com universalização de sistema de Provisão de Acesso Público a Internet Sem Fio.





9 plano de investimento

Linha Estratégica 6 - Governança e Sustentabilidade Fiscal

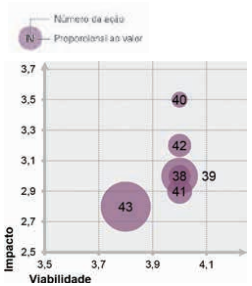
Relação das diretrizes da Linha Estratégica 6 Governança e Sustentabilidade Fiscal com as demais linhas estratégicas



Tabela de ações da Linha Estratégica 6: Governança e Sustentabilidade Fiscal

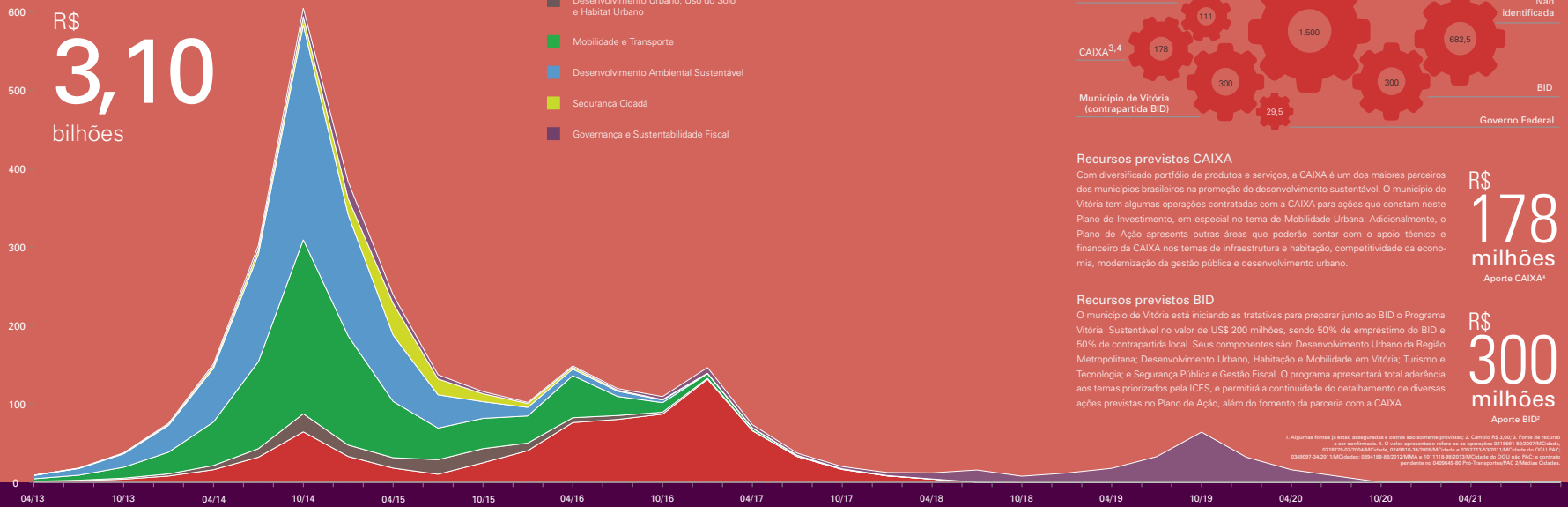
Ord	Ações	Responsável	Pré-investimento	Investimento	Total	Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo
			(mil R$)					
DIRETRIZ 1 - Ampliação da Arrecadação Municipal e Eficientização do Gasto								
38	Aumento da arrecadação baseada em receitas próprias	Semfa, Seges	1.200	52.400	53.600			
39	Melhoria na eficiência da administração financeira e dos gastos públicos	Semfa, Seges	1.200	18.000	19.200			
40	Modernização administrativa	Seges, Semfa, Semad, Segov	240	10.000	10.240			
DIRETRIZ 2 - Aprimoramento da gestão por meio do uso de tecnologia								
41	Implantação de um Centro Integrado de Operação da Cidade	Seges, Semfa - Sub TI, Semsu, Setran, Semmam, Semse, Segov	5.000	20.000	25.000			
42	Upgrade da Rede Metrovix e provisão de acesso público à internet sem fio	Semfa - Sub TI, Seges	1.500	20.000	21.500			
43	Implantação do Projeto Vitória Cidade Inteligente (Cisco)	Semfa - Sub TI, Seges	15.900	159.000	174.900			
		Total	25.040	279.400	304.440			

Gráfico de Viabilidade e Impacto das ações



Valor total do
Plano de Investimento

R$
3,10
bilhões



Linhas Estratégicas

- Polos de Geração de Desenvolvimento
- Desenvolvimento Urbano, Uso do Solo e Habitat Urbano
- Mobilidade e Transporte
- Desenvolvimento Ambiental Sustentável
- Segurança Cidadã
- Governança e Sustentabilidade Fiscal

Estratificação das fontes de financiamento[1]

Recursos previstos CAIXA

Com diversificado portfólio de produtos e serviços, a CAIXA é um dos maiores parceiros dos municípios brasileiros na promoção do desenvolvimento sustentável. O município de Vitória tem algumas operações contratadas com a CAIXA para ações que constam neste Plano de Investimento, em especial no tema de Mobilidade Urbana. Adicionalmente, o Plano de Ação apresenta outras áreas que poderão contar com o apoio técnico e financeiro da CAIXA nos temas de infraestrutura e habitação, competitividade da economia, modernização da gestão pública e desenvolvimento urbano.

R$ **178** milhões
Aporte CAIXA[4]

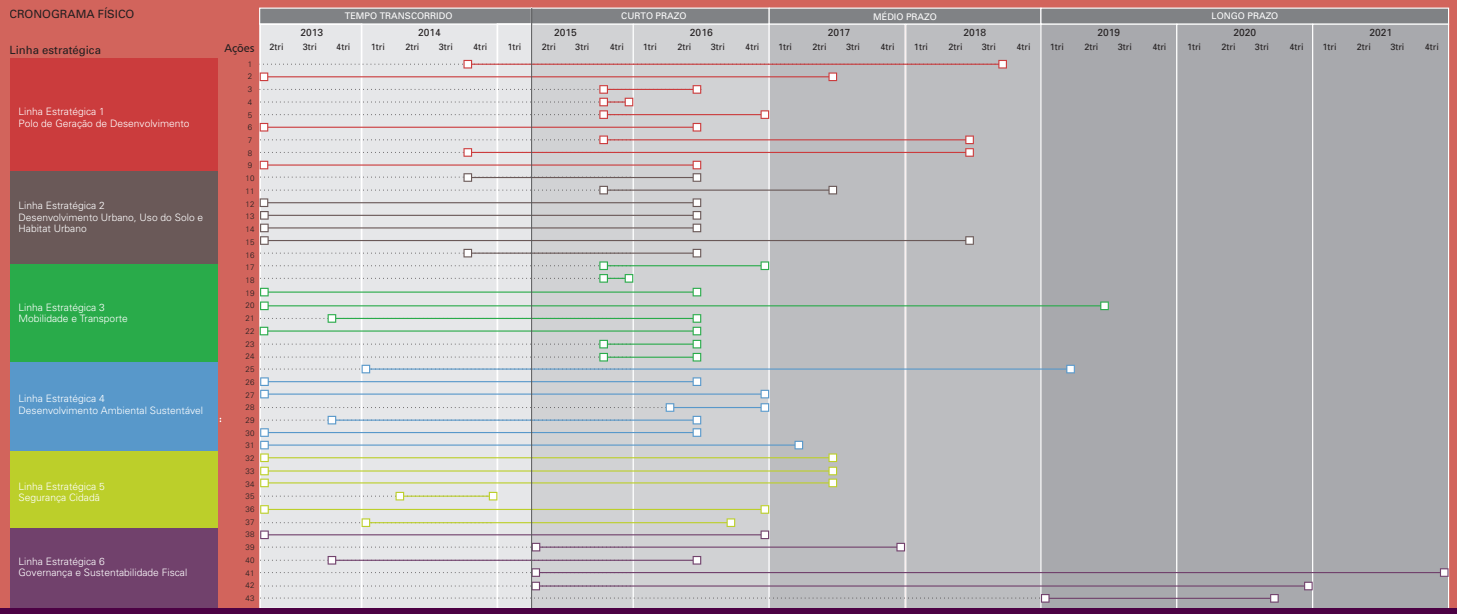
Recursos previstos BID

O município de Vitória está iniciando as tratativas para preparar junto ao BID o Programa Vitória Sustentável no valor de US$ 200 milhões, sendo 50% de empréstimo do BID e 50% de contrapartida local. Seus componentes são: Desenvolvimento Urbano da Região Metropolitana; Desenvolvimento Urbano, Habitação e Mobilidade em Vitória; Turismo e Tecnologia; e Segurança Pública e Gestão Fiscal. O programa apresentará total aderência aos temas priorizados pela ICES, e permitirá a continuidade do detalhamento de diversas ações previstas no Plano de Ação, além do fomento da parceria com a CAIXA.

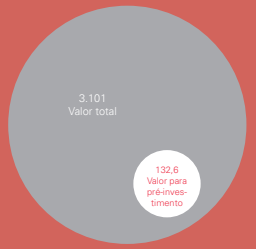
R$ **300** milhões
Aporte BID[2]

1. Algumas fontes já estão asseguradas e outras são somente previstas; 2. Câmbio R$ 3,00; 3. Fonte de recurso a ser confirmada; 4. O valor apresentado refere-se às operações 0218591-35/2007/MCidade, 0218729-02/2004/MCidade, 0249819-34/2008/MCidade e 0252713-53/2011/MCidade do OGU PAC; 0349097-34/2011/MCidades; 0394189-86/2012/MMA e 1011118-86/2013/MCidade do OGU não PAC e contrato pendente no 0400649-80 Pro-Transportes/PAC 2/Médias Cidades.

CRONOGRAMA FÍSICO



Previsão de Pré-investimento em relação ao valor total (em milhões de R$)



Valores de Pré-investimento e Investimento por Linha Estratégica (em milhões de R$)







10

monitoramento e seguimento das metas

Os investimentos definidos no Plano de Ação representam um importante passo no caminho para o crescimento sustentável de Vitória. Os estudos realizados e atividades descritas apontam para uma sequência de ações e de metas que visam a impactar positivamente os temas identificados como críticos para o desenvolvimento da cidade no médio e longo prazo.

No entanto, para que metas estabelecidas sejam alcançadas, é essencial que sejam apropriadas por todos os atores envolvidos e acompanhadas de perto. Nesse sentido, como resultado das ações do plano desenvolvido para Vitória, a prefeitura conduzirá um processo interno de monitoramento das ações do Plano de Ação. Para além das instituições municipais a ICES também pretende apoiar a criação de uma rede de monitoramento cidadão independente e autônoma na cidade, composta por organizações da sociedade civil local.

Rede de Monitoramento Cidadão

A construção de uma cidade sustentável requer esforço contínuo. O papel da cidadania é fundamental no processo de formulação e de cobrança pela efetiva implementação de soluções que podem ter impactos sobre a cidade.

A ICES apoiará a criação ou o fortalecimento de uma Rede de Monitoramento Cidadão que busca não apenas acompanhar a aplicação do Plano de Ação desenvolvido, mas também consolidar uma cultura de monitoramento sistemático, baseado em indicadores, que visa elevar o nível do debate público e auxiliar governo e sociedade a estabelecer e seguir prioridades claras e mensuráveis para sua sustentabilidade.

Em cooperação com entidades da sociedade civil, o BID e a CAIXA apoiarão a transferência do sistema de indicadores desenvolvido para um grupo local de parceiros a ser definido. Para auxiliar nessa tomada de decisão, um mapa da participação será desenvolvido no município, que contará com um inventário das organizações da sociedade civil distribuídos no mapa da cidade.

Além disso, atividades de mobilização estão previstas a partir do lançamento do Plano de Ação Vitória Sustentável. As organizações interessadas em participar da Rede poderão realizar uma eleição dos indicadores mais relevantes para a sustentabilidade da cidade, os quais serão monitorados ao longo dos anos e permitirão a elaboração de relatórios e materiais de comunicação. Além disso, a ICES também poderá apoiar na mobilização de fontes adicionais e independentes de financiamento para garantir a sustentabilidade da Rede no longo prazo.

Com esse esforço continuado e informado da cidadania e do governo local, espera-se que a cidade adquira as ferramentas necessárias para gerar um debate qualificado entre todos os agentes relevantes para a promoção da sustentabilidade de Vitória.



11

conclusão
os desafios de Vitória para o futuro

Vitória é uma cidade com grande capacidade para avançar em soluções inovadoras voltadas para um desenvolvimento sustentável. Trata-se da capital do Sudeste brasileiro com potencial turístico ainda a ser plenamente explorado a partir de sua reconhecida vocação para a gastronomia e para a biodiversidade marinha, peculiar a esta região do país. Mas é possível ir muito além, com a criação de novas áreas de desenvolvimento que estimulem o dinamismo econômico de áreas pouco desenvolvidas e com importantes fragilidades, criando mais oportunidades orientadas a diminuir a desigualdade urbana e social. Como primeira cidade do Sudeste a ter um Plano de Ação ICES no âmbito da parceria entre o BID e a CAIXA, a cidade mostrou um grande interesse em aprofundar seu autoconhecimento. O município trabalhou com instituições internacionais como a IDOM e a Cisco, aceitando o desafio de abrir sua gestão a novas visões. Ao mesmo tempo, deu respostas rápidas na aplicação da metodologia ICES na cidade, sempre demonstrando grande interesse em desenvolver novas maneiras de gerir o espaço urbano. Assim, novos horizontes se descortinaram.

O diagnóstico revelou que Vitória apresenta uma estrutura administrativa eficiente e um território adequado em muitos temas abordados, no entanto, mostrou também que a cidade apresenta algumas regiões que ainda têm grandes desafios a serem enfrentados. Dentre os 23 temas avaliados, o grande número de positivos (9) mostra, a primeira vista, uma cidade com poucos temas críticos e em alerta (Segurança Pública, Mobilidade e Impostos e Autonomia Financeira). Mas são justamente eles que convidam a uma reflexão acerca da necessidade de uma visão intersetorial das políticas públicas, e com uma perspectiva de planejamento de médio e longo prazo.

Além dos temas críticos, percebeu-se, levando em conta o resultado da Pesquisa de Opinião Pública, a necessidade de priorizar alguns temas avaliados classificados como em alerta que apresentavam relações transversais importantes, tanto com as áreas que os levantamentos demonstravam necessitar de intervenções, como com os temas críticos.

O primeiro trabalho para esta priorização foi realizado durante a implementação da ICES, analisando a partir da análise da viabilidade e do impacto de cada ação proposta, fontes de financiamento disponíveis e a avaliação do Prefeito e do seu alto escalão de colaboradores. Por sua vez, a decisão das ações a serem realizadas envolveu, no detalhamento das atividades, o trabalho de todas as secretarias municipais e de servidores públicos das áreas priorizadas.

O diagnóstico mostrou também que Vitória, como polo de uma região metropolitana com grandes desigualdades entre os municípios, pode liderar um processo de parceria que permita ampliar as conquistas da capital para seu entorno, permitindo expandir os ganhos sociais, econômicas e de competitividade da capital a esses municípios. Essa parceria permitirá avançar em políticas e programas regionais, que explorem a potencialidade de cada uma das cidades da RMV e permita a construção de uma estratégia em que todos avancem em um futuro comum e mais harmônico.

Mas planejar apenas não é suficiente. É preciso construir mecanismos eficientes de monitoramento que permitam medir o desempenho e retroalimentem o processo de decisão. Os resultados da ICES deixam claro que os esforços para a promoção da sustentabilidade de Vitória no longo prazo não devem ser apenas do governo municipal. É preciso buscar sinergias e somar esforços com diferentes esferas de governo, como no caso do tema da mobilidade que tem sido discutido intensamente com o governo estadual, com outros municípios conurbados, com a iniciativa privada, com o terceiro setor e com a sociedade. Ademais, é importante criar e aperfeiçoar mecanismos que permitam ampliar a governabilidade e buscar soluções concretas para os problemas, com foco na busca pela melhoria da qualidade de vida dos cidadãos de Vitória e, em última instância, na busca por uma cidade mais igualitária.

O Plano de Ação Vitória Sustentável é uma valiosa ferramenta de conhecimento e de reflexão sobre o futuro, que se agrega a outros que a cidade já possui. Transformá-lo em instrumento efetivo de gestão compartilhada em prol de uma cidade melhor é o desafio de todos nós.

© Instituto Pólis, 2015

Plano de Ação Vitoria Sustentável

Autores
Danielle Cavalcanti Klintowitz
Ana Cristina Gentile Ferreira
Vitor Coelho Nisida

Coordenação editorial
Danielle Cavalcanti Klintowitz
Ana Cristina Gentile Ferreira

Edição de textos
Instituto Pólis, BID, CAIXA e
Prefeitura Municipal de Vitória

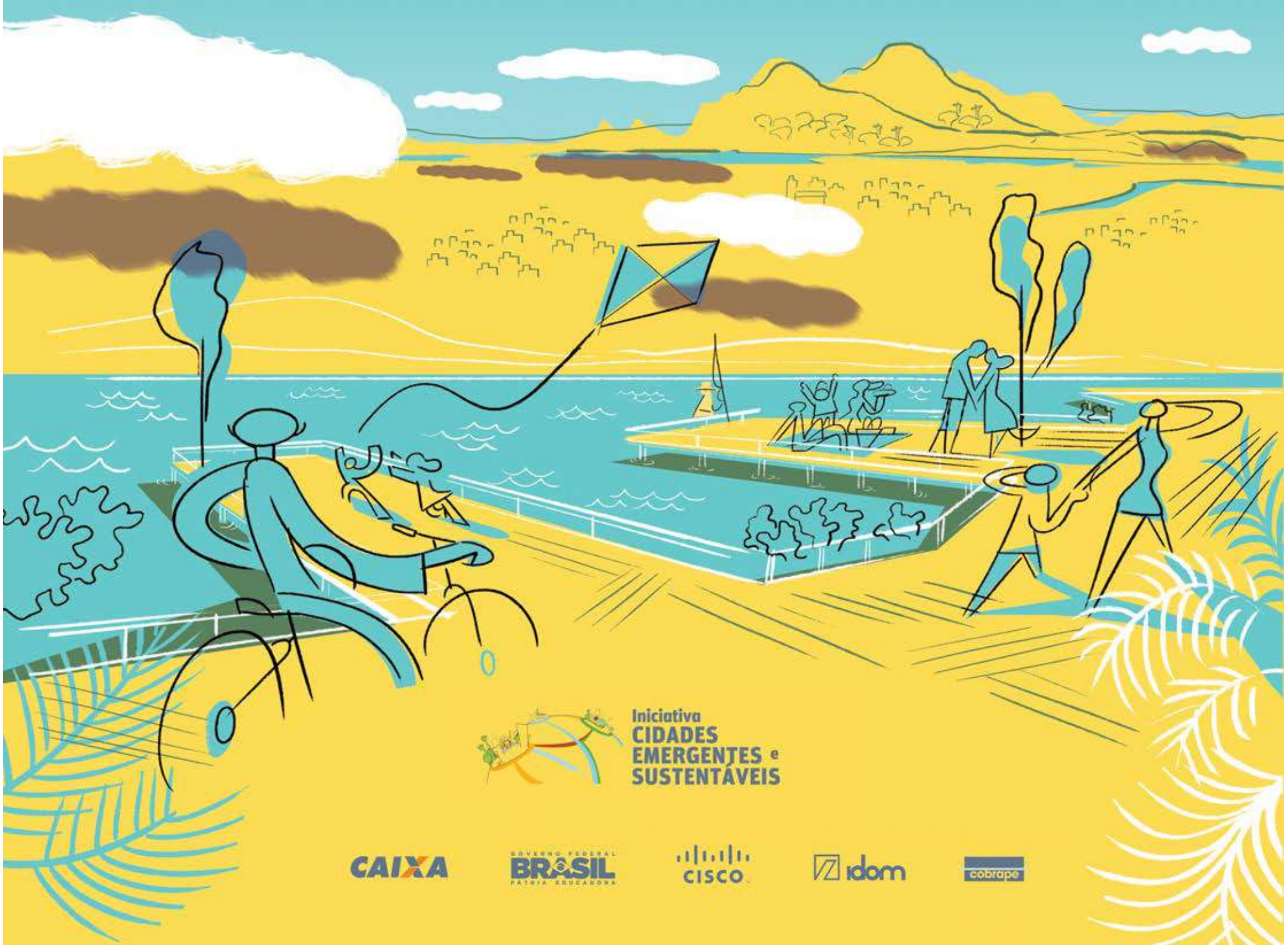
Editoria e direção de arte
Renata Alve de Souza I Tipográfico Comunicação

Capa e ilustrações
Bernardo de Alcântara e França

Infográficos
Daniel das Neves e Kátia Miller

Fotos
Prefeitura Municipal de Vitória

família tipográfica Univers
couchê fosco 115g/m2
duo design 250g/m2
200 exemplares


Iniciativa
CIDADES
EMERGENTES e
SUSTENTÁVEIS
CAIXA
GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA
cisco
idom
cobrape

PLANO de AÇÃO
Vitória SUSTENTÁVEL

2015

Iniciativa CIDADES EMERGENTES e SUSTENTÁVEIS

BID Banco Interamericano de Desenvolvimento

FUNDO SOCIOAMBIENTAL CAIXA

VITÓRIA

InstitutoPólis

CAIXA

GOVERNO FEDERAL BRASIL PÁTRIA EDUCADORA

CISCO

idom

cobrape



sobre este plano

O Plano de Ação Vitória Sustentável é resultado de um importante esforço empreendido em conjunto pela Prefeitura Municipal de Vitória, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a CAIXA e o Instituto Pólis na busca do crescimento sustentável do município. Para o desenvolvimento da ICES em Vitória foi fundamental a coordenação da Secretaria de Gestão Estratégica (SEGES) que é responsável, no âmbito municipal, pelo planejamento e a execução integrada das políticas, programas e ações da administração municipal. Contamos também com o empenho e dedicação de todas as secretarias setoriais do município, o que possibilitou a integração e a articulação das várias ações desenvolvidas e planejadas permitindo uma leitura integrada sobre o território de Vitória e municípios vizinhos, e seus principais desafios.

Foram investidos recursos humanos e financeiros na realização de um diagnóstico da cidade a fim de identificar o caminho mais adequado ao enfrentamento dos problemas específicos de Vitória e de sua região metropolitana hoje e no futuro. Os principais desafios identificados e caminhos apontados estão expressos neste Plano de Ação. Este documento sintetiza os resultados deste diagnóstico realizado de forma multisetorial, a priorização das áreas de atuação, as ações para o crescimento sustentável da cidade e as soluções propostas.

As ações propostas deverão contribuir para a atuação e para o direcionamento dos investimentos do poder público, das organizações da sociedade civil e do setor privado para o planejamento integrado das políticas, com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida de toda a população, de forma equilibrada com o meio ambiente e com as especificidades territoriais. No entanto, a transformação positiva do uso do território, do planejamento da gestão urbana, e da prestação de serviços dependerá do esforço e da cooperação entre esses agentes, do setor privado, e da cidadania, juntamente com o indispensável apoio do governo estadual e federal. A formulação do Plano de Ação procurou contribuir para o diálogo entre os diferentes atores que atuam na cidade de forma a avançar na articulação de ações cada vez mais integradas.

É importante destacar, por fim, que embora a ICES tenha como foco central o Município de Vitória, com boa parte das ações voltadas à definição de potenciais de desenvolvimento socioeconômico e territorial locais, ficou claro para todos os envolvidos no processo a necessidade imperativa de avançar na gestão metropolitana integrada. Este é o desafio central para uma região na qual Vitória é a cidade referência, considerando que o enfrentamento de muitas das questões apontadas passam por essa compreensão das dinâmicas regionais.

ICES BRASIL

INICIATIVA CIDADES EMERGENTES E SUSTENTÁVEIS

apresentação



Vitória, uma cidade sustentável, ancorada na Gestão Compartilhada

Vitória é a capital e o principal centro econômico, financeiro, político e administrativo do estado do Espírito Santo. Juntamente com os estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, compõe a Região Sudeste do Brasil.

O município é constituído por uma ilha principal, várias ilhas menores no seu entorno além das ilhas da Trindade e Martin Vaz, distantes 1.140 km, e uma parte continental situada ao norte, totalizando uma área de 98 km². Vitória integra, juntamente com os municípios de Cariacica, Fundão, Guarapari, Serra, Viana e Vila Velha a Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), que possui cerca de 1.884.096 habitantes.

Recentemente Vitória foi considerada a melhor cidade do país para se abrir um negócio, a 1ª capital do país em qualidade de vida e a 2ª capital mais transparente do Brasil. Mesmo com todas as conquistas e sendo um dos melhores centros urbanos do mundo para viver, Vitória sofre, como a maioria das cidades brasileiras, com diversos problemas de ordem estrutural, ambiental, segurança, mobilidade urbana e acessibilidade, dentre outros.

Para vencer esses desafios, A Prefeitura de Vitória elaborou seu Planejamento Estratégico 2013/2016, que incluiu a elaboração do PPA 2014/2017, com base na gestão compartilhada, transparente, eficiente e participativa. Foram definidas quatro diretrizes organizadas de forma sistêmica, integrada e articulada: "Ambiente Social de Paz", "Equidade e Justiça Social", "Desenvolvimento com Sustentabilidade" e "Gestão Compartilhada, Transparente e Eficiente", que se traduziram em 38 Programas de Governo.

Em 2015 Vitória completará 464 anos, e temos muitos desafios, como ser reconhecida nacional e mundialmente, como uma cidade sustentável, ancorada na gestão compartilhada; organizada, segura e humana; saudável para os moradores e encantadora para os visitantes; inovadora, dinâmica e repleta de oportunidades; uma cidade que valoriza e abraça sua rica identidade, sua história, sua paisagem e sua diversidade cultural, com equidade e justiça social.

A parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Caixa Econômica Federal no âmbito da Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis (ICES) é e será de suma importância para a implementação de ações e projetos que tornarão possíveis a realização de grande parte desses sonhos e desafios.

E este **Plano de Ação Vitória Sustentável** aponta os caminhos a serem percorridos para consolidarmos nossa cidade de forma sustentável, inteligente, socioeconomicamente equilibrada e feliz.

Luciano Santos Rezende
Prefeito de Vitória



A ICES no Brasil

A sustentabilidade urbana é um dos temas mais relevantes do século XXI. Diferentes instituições, em todo o mundo, se debruçam sobre o assunto, buscando soluções criativas para os problemas que se apresentam hoje, e que podem ser agravados pela mudança climática. A Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis (ICES) nasceu no BID em 2011 como um produto de conhecimento, e se apresenta como uma resposta aos cidadãos da América Latina e Caribe (ALC) diante dos enormes desafios de desenvolver cidades melhores para se viver.

As cidades médias brasileiras registram atualmente uma importante dinâmica de crescimento populacional e econômico. Estão em um estágio de desenvolvimento no qual é possível aproveitar suas economias de escala e controlar os custos da aglomeração, melhorando a eficiência dos serviços urbanos. Além disso, apresentam condições para alcançar um desenvolvimento mais sustentável, evitando, no futuro, enfrentar situações mais difíceis e custosas de serem corrigidas.

Estas cidades possuem potencial de apresentar resultados positivos mais impactantes em sua competitividade, caso concentrem ações e tenham foco de atuação em temas estruturados e com uma visão intersetorial. A ICES é uma contribuição concreta do BID para estas cidades.

No Brasil, a ICES nasceu apoiando a cidade de Goiânia (GO) com um Plano de Ação lançado em 2012. Uma parceria com a CAIXA, que consideramos de alta relevância para a sociedade brasileira, nos permitiu expandir nossa atuação para João Pessoa (PB), Palmas (TO), Vitória (ES) e Florianópolis (SC). Hoje temos a ICES presente em cidades nas diferentes regiões do país.

Vitória é a segunda cidade a lançar seu Plano de Ação no âmbito desta parceria. Ter uma importante cidade da Região Sudeste do Brasil com o plano concluído, apontando novos rumos diante dos desafios para sua sustentabilidade, é para nós motivo de orgulho, e demonstra que trilhamos caminhos seguros para melhorar a vida das pessoas.

Esperamos que o governo e a sociedade de Vitória se apropriem deste trabalho exitoso, e busquem juntos concretizar as ações previstas, construindo, em um caminhar contínuo, um futuro em que as pessoas se sintam cada vez mais preparadas e apoiadas diante dos problemas, desafios e oportunidades de viver na cidade.

Parabenizo a todos que coletivamente construíram o Plano Vitória Sustentável e desejo os melhores resultados nesta jornada.

Daniela Carrera-Marquis
Representante
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID



Plano de Ação Vitória Sustentável

A CAIXA é parceira dos municípios brasileiros na busca de soluções para o desenvolvimento sustentável do País, priorizando a sustentabilidade ambiental, econômica e social em suas ações e parcerias.

Fortemente alinhada a essa diretriz, a Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis (ICES), lançada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em 2011, busca responder ao desafio da sustentabilidade urbana em cidades de médio porte da América Latina e Caribe.

Por isso, é motivo de grande satisfação para a CAIXA o lançamento do **Plano de Ação Vitória Sustentável**, desenvolvido no âmbito da ICES, que além de atacar os problemas urbanos mais urgentes, viabiliza recursos técnicos e financeiros para apoiar municípios na elaboração de Planos de Ação Sustentáveis Locais.

Implementada inicialmente pelo BID na cidade de Goiânia, a parceria com a CAIXA, a partir de 2012, possibilitou a expansão da ICES para as cidades de Vitória, João Pessoa, Florianópolis e Palmas. O apoio da CAIXA à Iniciativa ocorre por meio de aporte de recursos financeiros do Fundo Socioambiental CAIXA, destinado a apoiar, em caráter demonstrativo, projetos inclusivos, inovadores, sustentáveis e reaplicáveis, que contribuam para o desenvolvimento de cidades melhores de se viver.

O intenso dinamismo econômico e populacional de Vitória e os bons indicadores de qualidade de vida de sua população - acima da média nacional - evidenciam a sua condição de cidade emergente e a posicionam de maneira estratégica no desenvolvimento regional e nacional, aspecto determinante para a participação de Vitoria na ICES.

Em Vitória, sete áreas temáticas foram identificadas como críticas: mobilidade urbana; segurança, gestão de resíduos sólidos, uso do solo e ordenamento territorial, competitividade econômica, mitigação de mudanças climáticas e gestão fiscal.

Certa de que a ICES contribuirá para a construção de um futuro mais harmônico e sustentável para a cidade de Vitória, a CAIXA parabeniza a todos os que contribuíram para a construção do Plano de Ação Vitória Sustentável e deseja sucesso ao município na concretização das estratégias e ações priorizadas para a cidade.

Miriam Belchior
Presidente da CAIXA

EQUIPE COORDENAÇÃO SEDE/BID

Ellis J. Juan
Coordenador Geral da ICES

Horacio Terraza
Coordenador Setorial para Infraestrutura e Meio Ambiente, ICES

Andres Blanco
Coordenador Setorial para Instituições e Desenvolvimento, ICES

Maurício Bouskela
Especialista Sênior em Ciência e Tecnologia (IFD/CTI)

Harvey Scorcia
Jovem Profissional, ICES

Avelina Ruiz
Consultora, ICES

David Maleki
Consultor, ICES

Gines Suarez Vazquez
Consultor, INE/RND

Luis Lopez-Torres
Consultor, ICES

Maricarmen Esquivel
Consultor, INE/CCS

Martin Kerres
Consultor, INE/CCS

Sebastian Lew
Consultor, ICES

EQUIPE COORDENAÇÃO | REPRESENTAÇÃO DO BRASIL/BID

Márcia Casseb
Coordenadora da ICES no Brasil
Especialista Sênior em Desenvolvimento Urbano e Saneamento (FMM/CBR)

Cristina Mac Dowell
Especialista Sênior em Desenvolvimento Fiscal e Municipal (FMM/CBR)

Dino Caprirolo
Especialista Principal em Modernização do Estado (ICS/CBR)

Janaina Goulart
Especialista Sênior em Comunicação (CMG/CBR)

Vanderleia Radaelli
Especialista Sênior em Ciência e Tecnologia (CTI/CBR)

Veimar Nobre
Especialista de Transporte (TSP/CBR)

Andres Muñoz Miranda
Associado Sênior em Desenvolvimento Fiscal e Municipal (FMM/CBR)

Thiago Mendes
Associado Sênior para Mudanças do Clima (CCS/CBR)

Marcelo Facchina
Consultor, ICES (FMM/CBR)

Renata Seabra
Consultora, ICES (FMM/CBR)

Katia Miller
Consultora, ICES (FMM/CBR)

William Lauriano
Consultor, Economia (CSC/CBR)

Mônica de Oliveira
Consultora, Mudanças do Clima (CCS/CBR)

Andreza Leodido
Consultora, Mudanças do Clima (CCS/CBR)

Tiago de Barros Cordeiro
Consultor, Segurança Cidadã (ICS/CBR)

Pollyane Alves
Consultora, Assistente de Projeto (CSC/CBR)

Danielle Pinto
Assistente de Projeto (CSC/CBR)

EQUIPE COORDENAÇÃO CAIXA | MATRIZ/ BRASÍLIA-DF

Jean Rodrigues Benevides
Gerente Nacional - Gerência Nacional de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental

Marcus Venicius Monturil Rego
Gerente Nacional – Gerência Nacional de Segmentos

Mara Luisa Alvim Motta
Gerente Executiva - Gerência Nacional de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental

Stella Maris Martins Garcia
Gerente Executiva - Gerência Nacional de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental

Soraya Souza Zaiden
Gerente Executiva em Exercício – Gerência Nacional de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental

Teresa Cristina Montalvão Moreira
Técnico Bc. - Gerência Nacional de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental

Flávio Yutaka Oshiro
Arquiteto – Gerência Nacional de Segmentos

Rogéria Cristina B. de Araújo
Assist. Exec. Sênior – Gerência Nacional de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental

EQUIPE COORDENAÇÃO CAIXA | VITÓRIA/ES

José Carlos Cassoli
Superintendente Regional – Superintendência Regional Norte do Espírito Santo

Jeferson Won Rondon de Souza
Gerente de Filial de Governo – Gerência Executiva de Governo Vitória/ES

Ana Paula Carvalho Andrade
Coordenadora – Gerência Executiva de Governo Vitória/ES

Marisa Chaves Barboza da Silva
Assistente Sênior – Gerência Executiva de Governo Vitória/ES

Eduardo Silveira Nitz
Engenheiro – Gerência Executiva de Governo Vitória/ES

Mônika Gimenes Alvarenga Ferrari
Supervisora de Filial – Representante CAIXA - Gerência Executiva de Governo Vitória/ES

Marcela Cardoso Oliose
Supervisora de Filial – Representante CAIXA – Gerência Executiva de Governo Vitória/ES

equipe de trabalho

EQUIPE PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA (PMV)

Prefeitura Municipal de Vitória | Plano de Ação ICES

Antônio Claudino de Jesus
Assessor de Projetos Especiais – Coordenador

Bianca Assis Ribeiro de Sousa Loureiro
Secretária Municipal de Gestão Estratégica

Lenise Menezes Loureiro
Secretária Municipal de Desenvolvimento da Cidade

Joventina Vieira Santiago Tavares
Subsecretária de Gestão Pública

Prefeitura Municipal de Vitória | Equipe Técnica

Anna Claudia Aquino dos Santos Pela
Ariane Celestino Meireles
Ivani Soares Zecchinelli
Juliano Galimberti da Rosa
Leandro Andrade Haddad
Mardel Freitas Braga
Pedro Ronchi
Renata Salles Pirola
Regina de Fátima Wigeneron Gimenes
Ricardo Camões Osório
Thiago Zecchinelli Sampaio

Prefeitura Municipal de Vitória | Colaboradores

Amanda Duarte Quenupe Torres
Ana Elisa Nahas Amorim Pimentel
Daniel Pombo de Abreu
Daniela Fonseca Figueiredo
Gabriela Gilles Ferreira
Inês Borgo da Cunhalima
João Luiz Paste
Jomir Antonio Lozer Morelato
Lana Pantoja do Nascimento de Sá
Melissa Passamani Boni
Tiago Gomes Bongiovani

Prefeitura Municipal de Vitória | Apoio

Alexsandra Wenceslau do Nascimento de Souza
Claudiceia Dias
Pauline Guedes Lyra
Taíse Vieira dos Santos

INSTITUTO POLIS | COORDENAÇÃO

Margareth Matiko Uemura
Gerente de projeto

Danielle Cavalcanti Klintowitz
Coordenador técnico

Flávio Henrique Ghilardi
Coordenador de indicadores

João Carlos Ignácio
Coordenador financeiro

Instituto Polis | Especialistas Setoriais

Érica Cristina Castilho Diogo
Especialista em planejamento urbano e regional

Ana Cristina Gentile Ferreira
Especialista em planejamento urbano e regional

Rafael Ambrosio
Especialista em planejamento urbano e regional

Sebastião Ney Vaz Júnior
Especialista em saneamento

Marcos Pimentel Bicalho
Especialista em transporte e mobilidade urbana

Marcel Fantin
Especialista em meio ambiente urbano, poluição da água, ar, solo, sonora

Ricardo de Souza Moretti
Especialista em mudanças climáticas/desastres naturais

Rosângela Dias Oliveira Paz
Comunicação/mobilização social

Leandro Pereira Morais
Especialista em economia local/competitividades

Roberto Kishinami
Especialista m conectividade/análise e desenvolvimento de sistemas de informações

Odilon Guedes Pinto Júnior
Especialista em gestão pública e gestão fiscal

Khaled Ghoubar
Orçamentista

Instituto Polis | Equipe Técnica

Jorge Kayano
Especialista na análise de indicadores socioeconômicos e demográficos

Júlio Cesar Pedrassoli
Geógrafo pleno

Vitor Coelho Nisida
Arquiteto júnior

Instituto Polis | Equipe de Apoio

Lucas Figueiredo
Auxiliar administrativo

Maria Aparecida Mendes dos Anjos
Secretária

Instituto Polis | Equipe Contrapartida

Vilma Guerra
Supervisora financeira

Gisele Balestra
Coordenadora administrativa

índice

resumo executivo 14

apresentação

1 iniciativa cidades emergentes e sustentáveis – ICES 32

2 o que representa Vitória e por que incluí-la na ICES? 38

3 como realizamos a avaliação de Vitória? 46

diagnóstico

4 o que nos ensinaram os números? 52

5 como encontramos o território? 82

6 estudo de base adicional: conectividade em Vitória 110

soluções

7 em que temas nos concentrarmos? 124

8 plano de ação: o que temos que fazer? 132

9 plano de investimento 196

10 monitoramento e seguimento das metas 200

11 conclusão (o desafio da sustentabilidade em Vitória) 202



resumo executivo

Iniciativa cidades emergentes e sustentáveis (ICES)

Os processos de urbanização apresentam um ritmo acelerado na América Latina e Caribe (ALC), região em desenvolvimento mais urbanizada do planeta[1]. A taxa de urbanização passou de 62%, em 1980, para 80%, em 2014. Se essa tendência se mantiver, estima-se que em 2050 essa taxa alcance 86%[2].

Esses padrões de crescimento urbano têm sofrido alterações nas últimas décadas. O acelerado ritmo de crescimento das grandes metrópoles perdeu força, e observam-se maiores taxas de crescimento nas cidades médias. Essas cidades são os novos vetores para a difusão de inovações, geração de conhecimento, concentração de mão de obra especializada e de atividades econômicas da região.

Esse fenômeno também é observado no Brasil. As cidades médias brasileiras apresentaram grande dinamismo nos últimos anos. Comparando-se os dados do Censo IBGE de 2000 e 2010, observa-se que o número de cidades médias[3] aumentou de 207 para 263, e seus habitantes passaram de 60,2 milhões para 74,6 milhões. Hoje elas abrigam 39% da população. Além disso, as cidades brasileiras médias têm apresentado maior crescimento econômico: a participação no Produto Interno Bruto (PIB) cresceu de 39%, em 2000, para 45%, em 2010.

O rápido crescimento urbano e a concentração das atividades econômicas criam oportunidades para milhões de pessoas, mas também trazem consigo grandes desafios para os governos locais na provisão de serviços básicos, na garantia de níveis adequados de qualidade de vida, na redução das desigualdades, na geração de empregos, na proteção do meio ambiente e no enfrentamento dos desafios das mudanças do clima. Além disso, as cidades médias da ALC necessitam de governos locais fortalecidos em suas capacidades institucionais e operacionais, o que acaba sendo limitado pela escassez de recursos para investimentos e pela dificuldade de manter uma gestão fiscal adequada.

Considerando o contexto atual dessas cidades emergentes, o BID criou a ICES, um programa de assistência técnica voltado aos governos das cidades médias da região. A ICES é uma metodologia de avaliação rápida, que permite a identificação e priorização de projetos de infraestrutura, assim como a definição de ações urbanas, ambientais, sociais, fiscais e de governança de curto, médio e longo prazos. Essas ações visam a atacar os desafios de sustentabilidade local antes que eles se tornem um limitante ao desenvolvimento.

A Iniciativa representa uma nova perspectiva para o desenvolvimento urbano da ALC com foco nas cidades médias e emergentes, e utiliza uma abordagem integrada e interdisciplinar baseada em três dimensões:

- ambiental e mudança climática;
- urbana;
- fiscal e governança.

[1] Conforme dados das Nações Unidas, a região mais urbanizada do planeta é a América do Norte, seguida de América Latina e Europa.

[2] ICES. Guia Metodológica Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis. Banco Interamericano de Desenvolvimento: Washington, 2014.

[3] A ICES identifica como cidades médias, no Brasil, aquelas com população entre 100 mil e dois milhões de habitantes.

Além disso, a ICES busca ajudar as cidades a gerir sua vulnerabilidade frente a desastres naturais e na necessidade de adaptação às mudanças do clima, prioridades comumente negligenciadas nas agendas locais de desenvolvimento.

Essas dimensões retratam, mas não esgotam os fortes vínculos intersetoriais presentes na vida urbana. O tratamento dos desafios urbanos exige ações que se voltem para um desenvolvimento integral, e que permitam satisfazer as necessidades do presente sem comprometer o bem estar das gerações futuras. A Iniciativa contribui para que cidades emergentes da ALC possam, de maneira apropriada, identificar seus principais problemas e ações que permitam orientá-las em sua trajetória para uma situação de sustentabilidade.

No Brasil, a Iniciativa ocorreu inicialmente na cidade de Goiânia, uma das cinco cidades da ALC na qual a metodologia foi aplicada em sua fase piloto a partir de 2011[4]. Hoje, a ICES está presente em 20 países da região, esperando atingir 50 cidades e uma população de 52 milhões de pessoas até 2015.

A expansão da aplicação da ICES em cidades brasileiras está sendo possível a partir de uma parceria entre o BID e a CAIXA, iniciada com a assinatura de um Termo de Compromisso em 2013. No âmbito desta parceria estão sendo contempladas quatro cidades brasileiras, o que permite atingir todas as regiões do país, atendendo a uma cidade por região: além de Goiânia (GO), na Região Centro-Oeste, estamos atuando em João Pessoa (PB), na Região Nordeste, Vitória (ES), na Região Sudeste, Florianópolis (SC), Região Sul e Palmas (TO), Região Norte.

[4] As outras cidades foram Porto Espanha (Trinidad e Tobago), Montevideo (Uruguai), Trujillo (Peru) e Santa Ana (El Salvador).

A metodologia parte da elaboração de um diagnóstico rápido através do levantamento de 117 indicadores referentes à 23 temas da cidade divididos nas três dimensões de sustentabilidade da ICES. Este diagnóstico vem acompanhado de três estudos de base:

- Inventário de gases de efeito estufa;
- Vulnerabilidade diante riscos naturais no contexto das mudanças do clima;
- Estudo do crescimento urbano.

Estes diagnósticos e estudos de base são o ponto de partida para o processo de priorização que é realizado por meio de filtros que, ao serem aplicados, permitem estabelecer uma ordem de prioridade dos temas críticos para a sustentabilidade da cidade. A metodologia ICES define cinco filtros para priorizar cada um dos temas:

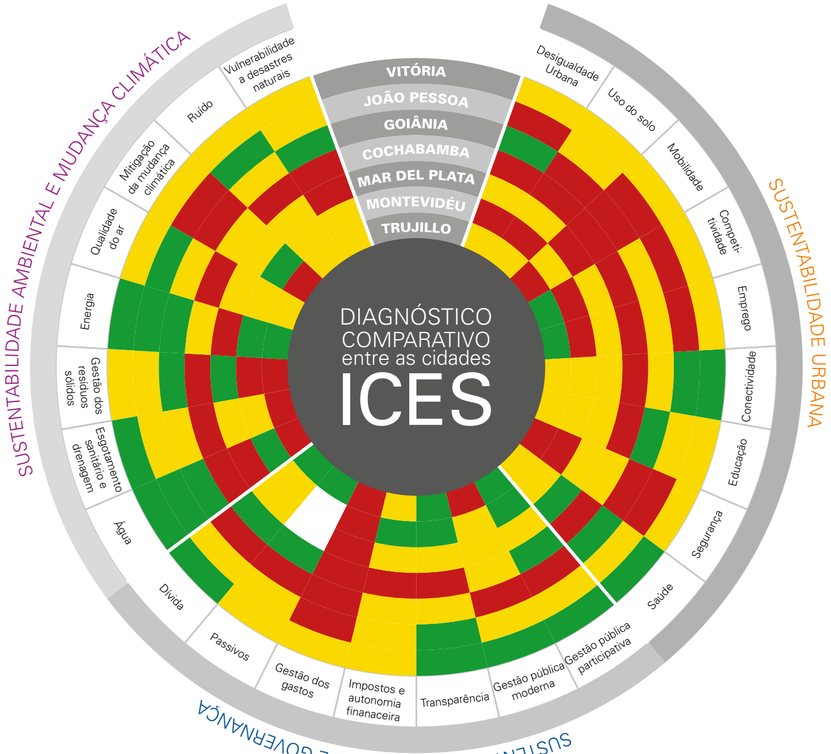
1. Situação dos indicadores e temas na fase de diagnóstico;
2. Pesquisa de Opinião Pública, que busca captar a opinião dos cidadãos sobre as condições das temáticas tratadas;
3. Impacto Econômico, que avalia os benefícios socioeconômicos que se obterá ao resolver os problemas relativos a cada tema e o custo para a sociedade da inação em relação ao tema.
4. Ambiental/ mudança climática, que avalia a interrelação entre a mudança do clima e cada um dos temas, considerando tanto a emissão de gases de efeito estufa, quanto a vulnerabilidade frente aos desastres naturais e o crescimento da mancha urbana.
5. Técnico, que avalia a partir da percepção dos especialistas das diferentes áreas o impacto de cada tema em relação aos outros setores.
6. Como resultado da aplicação destes filtros obtém-se uma lista de temas para intervenção prioritária para garantir o desenvolvimento sustentável da cidade.

Diagnóstico setorial

O levantamento de inúmeros dados sobre a capital capixaba viabilizou a construção de um amplo diagnóstico setorial sobre a cidade, cuja leitura e análise se basearam na construção dos 117 indicadores que integram o Programa ICES Vitória. Esses indicadores, divididos em 23 diferentes temas, montaram um panorama sobre os diversos setores estratégicos em que a incidência das políticas públicas municipais é fundamental.

Com a maior renda per capita entre as capitais e o 4º melhor Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) entre todas as cidades brasileiras, Vitória tem muito do que se orgulhar. De fato, algumas políticas setoriais, essenciais ao pleno desenvolvimento e bem estar social, foram muito bem avaliadas pela metodologia dos indicadores ICES, como é o caso dos serviços de saneamento básico.

O abastecimento de água é exemplar é já atende de 99,3% da população com qualidade de potabilidade e continuidade de serviço. A universalização é uma questão de pouco tempo e a companhia local de saneamento, CESAN, continua investindo para que o saldo hídrico permaneça positivo e a capacidade de atendimento dê conta da demanda crescente nas próximas décadas. Em relação à coleta de esgoto, a rede foi ampliada para quase 80% da cidade em 2013, com previsão de chegar aos 100% já em 2015. A capacidade local de tratamento dos efluentes já contempla a totalidade do esgoto produzido na cidade e só aguarda a ligação de todos os domicílios à rede de coleta.



Outro serviço básico de Vitória cujo desempenho foi extremamente positivo nos indicadores ICES foi energia. O fornecimento de energia elétrica está praticamente universalizado na cidade e as interrupções foram reduzidas a baixíssimos índices. Além do excelente sistema de distribuição, o município tem trabalhado para desenvolver meios de melhorar a eficiência energética, adotando equipamentos e estratégias mais econômicas que reduzem os gastos públicos com luz. O maior desafio de Vitória e do Estado do Espírito Santo nessa área é o desenvolvimento de fontes renováveis de geração de energia: alternativas que diminuam o impacto socioambiental e que deem conta de atender a crescente demanda capixaba por eletricidade.

A saúde pública de Vitória também é muito bem avaliada. Todos os indicadores que medem a qualidade desse serviço apontam para um sistema de qualidade: alta expectativa de vida ao nascer, baixíssimas taxas de mortalidade infantil, boa relação entre leitos hospitalares e população residente. Os destaques do sistema público de saúde da capital capixaba são o apoio à saúde da família e a acessibilidade e qualidade da atenção básica, muito bem avaliada pelo Ministério da Saúde.

Por ter inúmeras áreas verdes de proteção ambiental, parques e praças para usufruto público, por ter controlado a expansão de sua mancha urbana e o avanço sobre áreas ambientalmente frágeis, Vitória também teve um ótimo desempenho nos indicadores de uso do solo. O ordenamento territorial da cidade é composto por Plano Diretor, atualizado a cada dez anos, Plano Municipal de Habitação de Interesse Social e Plano Municipal de Redução de Riscos. Esses planos congregam os principais instrumentos de planejamento e programas para a implementação da política urbana de Vitória, visando à democratização da cidade e a construção de um território socioambientalmente mais includente.

Vitória foi bem avaliada ainda em outros dois temas, de acordo com a metodologia dos indicadores ICES. A conectividade da cidade aponta para um grande potencial de expansão das redes de comunicação e tecnologias de informação: já existem mais linhas de telefonia móvel do que habitantes na capital capixaba. A gestão democrática da cidade também foi bem avaliada por seus canais de participação popular e de transparência governamental, especialmente, sobre as finanças municipais. Existem instrumentos para que os moradores de Vitória exerçam sua cidadania de forma participativa e as políticas públicas municipais contam com 26 conselhos setoriais para debater e decidir os rumos do município.

As contas de Vitória estão sanadas e a situação da dívida municipal bastante confortável, pois as receitas correntes do município cobrem, suficientemente, todos os passivos da dívida. É importante frisar, entretanto, que o baixo coeficiente do serviço da dívida significa que o governo municipal tem controlado suas finanças para não gastar excessivamente, porém não tem aproveitado seu próprio potencial de financiamentos e, portanto, de investimentos nas áreas mais estratégicas da cidade.

Um setor bem estruturado, mas que necessita atenção é o sistema de educação pública. Esta área acumula inúmeros indicadores positivos, como a alta escolaridade e a média de anos estudados da população, porém os bons índices do município não se refletem em um bom desempenho das escolas e dos alunos uniformemente no território. Embora o índice de educação de Vitória seja muito alto e contribua para seu excelente IDH Municipal, seu nível de excelência tem atraído matrículas de moradores de municípios limítrofes, o que já representa uma demanda adicional com o qual o município terá que lidar no planejamento e na execução de sua política educacional local.

Embora universalizada, a coleta domiciliar de resíduos sólidos de Vitória ainda não conta com uma destinação totalmente satisfatória do lixo que produz. Ainda há descarte irregular e a compostagem e o aproveitamento energético de resíduos ainda não são alternativas adotadas para a devida destinação do que Vitória produz de resíduos sólidos urbanos, sendo grande parte dispostas no aterro sanitário da cidade.

A poluição atmosférica e sonora também são temas que preocupam o Município de Vitória e vêm mobilizando ações para se solucionar os seus problemas decorrentes. Hoje, as medições oficiais de poluentes no ar de Vitória apontam para uma qualidade do ar aceitável de acordo com resoluções do CONAMA, mas ruins quando submetidos a avaliações de acordo com os parâmetros da Organização Mundial da Saúde, o que coloca a necessidade de uma regulação local mais rigorosa para o controle devido dos poluentes emitidos no município. Sobre os ruídos urbanos, apesar do serviço de fiscalização, o município não tem conseguido atender à demanda de denúncias e precisa desenhar novas estratégias de ação preventiva e controle da emissão excessiva de ruídos, baseada em um diagnóstico mais preciso das principais fontes de poluição sonora.

Um setor estratégico dentro do planejamento de políticas públicas e ações diretas do Governo Municipal é a vulnerabilidade da cidade diante de desastres naturais no contexto das mudanças do clima. Apesar de contar com um sistema estadual de monitoramento e alerta para desastres naturais, Vitória é uma cidade especialmente sensível às mudanças de nível do mar, face à sua confi-



guração geográfica e geomorfológica e, por isso, clama por soluções mais integradas de gestão de risco, calcadas em um planejamento adequadamente elaborado para as condições físicas e ambientais em que se encontra o município.

O município de Vitória precisa ainda dar mais atenção à sua boa gestão de gastos públicos, atentando para a provável queda de receitas dos próximos anos, e ao seu perfil de município economicamente competitivo. A capital capixaba possui uma economia muito dinâmica que gera inúmeras divisas para o município, mas padrão de crescimento econômico precisa contemplar um novo modelo de redistribuição de renda para que possa incluir mais a população local neste circuito virtuoso de competitividade e geração de renda.

Embora a taxa de desemprego (7,25%) e de informalidade (30%) sejam relativamente baixas, mais de um terço da população tem rendimentos abaixo de dois salários mínimos mensais. É uma contradição se comparado com os bons números socioeconômicos como o grande PIB e o alto índice de escolaridade da população que, embora tenha um bom grau de formação, recebe salários muito baixos. As políticas locais de geração de emprego, articuladas com as dinâmicas econômicas regionais e nacionais, devem visar a criação de postos de trabalho com melhores remunerações, que sejam mais compatíveis com o nível de formação da população.

As desigualdades internas à Vitória apresentam índices visíveis no território municipal e seguem uma lógica de segregação. O Índice Gini de 0,59 revela um padrão e desigualdade social significativo e as análises territoriais demonstram que a população mais pobre vive nas áreas onde os serviços públicos básicos são mais deficientes. Embora a capital capixaba seja um município muito rico, há muito que se fazer para aprimorar as políticas públicas de combate à pobreza e desigualdades socioterritoriais. O Programa Terra que atua nos assentamentos informais da cidade, onde estão quase 28% dos domicílios de Vitória, é um exemplo de política pública que aponta para o enfrentamento destes problemas em diversas dimensões.

Dentre as políticas públicas em que Vitória precisa investir mais esforços e recursos para melhorar nos próximos anos estão três áreas bastante críticas, mas no entanto estratégicas, para o município. A mobilidade urbana é uma delas. Os pontos de estrangulamento na cidade são inúmeros e os congestionamentos diários são uma das maiores preocupações da população local. O sistema de transporte público não é suficientemente amplo e estruturado pra atender à crescente demanda e à má distribuição territorial dos empregos da cidade contribuem para piorar a situação, pois exigem grandes deslocamentos diários de boa parte dos cidadãos. Os investimentos em transporte coletivo e meios alternativos de transporte urbano precisam ser ampliados e o planejamento da rede e dos projetos de mobilidade deve, necessariamente, observar a escala real do problema que tem dimensões metropolitanas.

A segurança pública na capital capixaba é outro tema que deverá receber especial atenção nos próximos anos, apesar de alguns índices de desenvolvimento humanos serem extremamente positivos. Vitória é uma das cidades mais violentas do Brasil com uma altíssima taxa de homicídios (acima das médias nacionais) e o maior número de mortes por arma de fogo dentre as capitais brasileiras. A violência doméstica e os crimes contra o patrimônio precisam ser considerados como um problema sensível para a cidade, sobretudo, por causa da subnotificação dos crimes correlacionados. Em sua grande maioria (quase 90%), os cidadãos de Vitória declaram se sentir inseguros andando pela cidade, o que é um índice muito preocupante.

O último - mas não menos importante - tema crítico para o município está relacionado à sua autonomia financeira. O que parece ser uma situação muito confortável, já que Vitória tem a maior receita per capita das capitais brasileiras, é, na verdade, objeto de grande preocupação, pois a tendência de queda na arrecadação municipal deve seguir constante. 40% das receitas de Vitória são próprias, mas as transferências constitucionais tem diminuído desde 2012, principalmente o ICMS estadual. Este quadro aponta para estratégias que ampliem ainda mais a autonomia financeira de Vitória, para depender menos e menos dos repasses dos governos Estadual e Federal e poder realizar os investimentos que o município precisa sem comprometer as finanças públicas.

Mudanças do clima: um constante desafio

Considerando o alto grau de vulnerabilidade aos efeitos da mudança do clima que apresentam as cidades da região da América Latina e do Caribe (ALC) e em menor medida sua contribuição às emissões de gases de efeito estufa (GEE), a ICES oferece a essa temática um lugar prioritário durante o processo de análise e priorização de atividades. É muito importante que a ALC se prepare para enfrentar os efeitos da mudança do clima, uma vez que estes terão um grande impacto em seus processos de desenvolvimento.

Nesse contexto, o BID complementa as atividades realizadas em cada cidade participante, com o apoio específico para a realização de um inventário da emissão de gases de efeito estufa e de um mapa de vulnerabilidades a desastres naturais. Isso permitirá que as autoridades possam contar com informações de base adequadas que lhes permitam tomar decisões sobre o futuro desenvolvimento da infraestrutura urbana e social da cidade.

Inventário de gases de efeito estufa e manual de mitigação

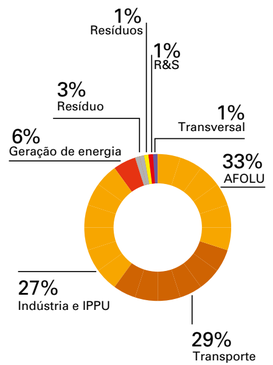
Hoje, 70% dos gases de efeito estufa (GEE) emitidos no planeta estão associados a atividades nos centros urbanos. Tendo em vista o protagonismo que as cidades têm neste fenômeno global e a contribuição que elas devem fomentar para um desenvolvimento ambientalmente responsável, o Consórcio IDOM-Cobrape realizou um estudo de mitigação e mudança climática para a Região Metropolitana de Vitória (RMGV).

O estudo procurou fazer medições temporais para analisar possíveis variações estabelecendo como limites os anos de 2010 e 2013. O diagnóstico apontou como principal agente emissor, em 2010, o setor industrial da Grande Vitória, sobretudo por causa da produção siderúrgica. 66% das emissões são de responsabilidade da produção industrial metropolitana, 27% dos transportes motorizados e 4% das residências e serviços. A produção energética também ganhou importância devido à ativação da usina termoelétrica no município de Viana. A variação destes números para o ano de 2013 foi usada para construir um cenário tendencial de emissão de poluentes para as seguintes décadas: 2020, 2030, 2040 e 2050.

Os números apontam que a queima de combustíveis fósseis no uso de transporte motorizado deva ser o principal responsável pelo incremento da emissão de GEE nos próximos anos, cujo saldo precisa ser mitigado na RMGV com ações e estratégias específicas. A primeira ação proposta pelo estudo é a implementação de um monitoramento qualificado e constante sobre a emissão dos gases de efeito estufa, o que, segundo o mesmo estudo, poderia reduzi-la em 25% as emissões em 35 anos.

Para cada tipo de responsável pelas emissões, sugere-se uma medida diferente de acordo com o potencial de mitigação e com a importância e o impacto que cada um gera no meio ambiente. Ao todo, são sete ações e estratégias diferentes que necessitam de investimentos tanto nos setores da indústria, de transportes quanto na melhoria da eficiência energética do consumo doméstico. O estudo aponta também para a importância de se implementar ações para a captação de carbono com atividades agrícolas ou manutenção de cobertura vegetal que, no caso de Vitória, representa um grande potencial em suas áreas de preservação ambiental.

Participaçõa dos setores na mitigação dos GEEs



Fonte: Elaboração Consórcio IDOM – COBRAPE

Vulnerabilidade diante riscos naturais no contexto das mudanças do clima

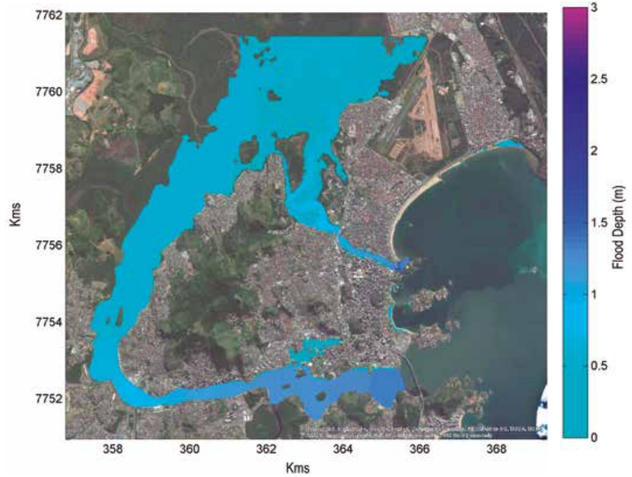
O estudo de vulnerabilidade diante dos riscos naturais no contexto de mudanças climáticas teve como objetivo o diagnóstico dos principais perigos a que Vitória está sujeita para que se possa estimar os desastres a eles associados, bem como planejar as medidas prioritárias para qualificar os mecanismos de gestão do risco como é o caso de instrumentos de ordenamento territorial que podem dirigir a ocupação humana para áreas mais seguras a formação de assentamentos urbanos.

As três componentes do risco foram consideradas: a ameaça, a exposição e a vulnerabilidade. Elas foram utilizadas como critério de diagnóstico das áreas ameaçadas por inundações fluviais, inundações costeiras e deslizamentos, que foram os riscos previamente definidos como prioritários entre o consórcio IDOM-Cobrape e as Prefeituras de Vitória e Vila Velha.

No caso do risco de inundação fluvial, foram identificadas as principais áreas de inundação para diversos períodos de retorno, considerando possíveis variações dos níveis pluviométricos ao longo do tempo em um cenário de mudanças climáticas. O modelo Digital de Terreno (MDT) do município de Vitória foi utilizado para determinar tais áreas apesar das limitações de leitura topográfica paras aquelas bacias hidrográficas que também pertencem a municípios vizinhos, cujas bases territoriais não são tão completas ou apuradas.

O estudo também mapeou as áreas de Vitória que estão mais sujeitas a alteração do nível médio do mar pela dinâmica das marés e/ou efeitos de mudanças climáticas, considerando sua probabilidade de ocorrência em dois períodos de retorno distintos: 10 anos, que representaria um cenário de menor impacto, e 200 anos para o qual projeta-se uma elevação do nível do mar em até 1 metro.

Pegada de inundação (profundidade) obtida para os cenários de PR de 10 anos com 1 m de SLR (direita)



Fonte: Elaboração Consórcio IDOM – COBRAPE

Representação conceitual da transferência da série de nivel do mar obtida pela simulação numérica do domínio de inundação

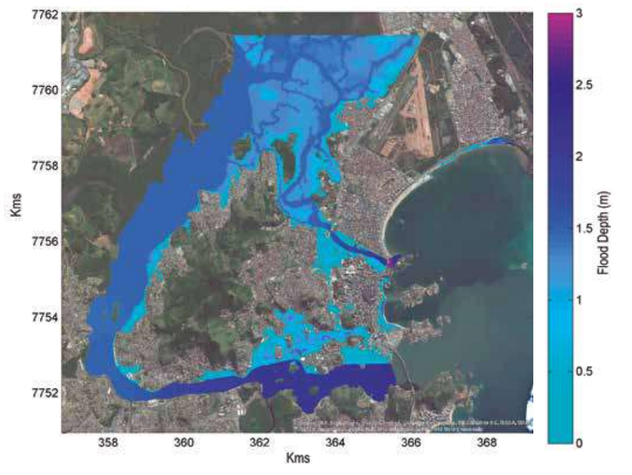


Fonte: Elaboração Consórcio IDOM – COBRAPE

Foram calculadas possíveis perdas monetárias para cada situação simulada, assim como o número de pessoas potencialmente afetadas pelas inundações marítimas. Considerando as condições de clima atual este número varia entre 5 mil e 11,5 mil habitantes a depender do tempo de período considerado. Os bairros de Ilha de Santa Maria, Monte Belo e áreas limítrofes foram identificados como os locais com maior potencial de danos por causa das inundações marinhas esperadas.

Tendo em vista o diagnóstico de áreas e população atingidas, bem como dos custos que os impactos das inundações costeiras implicariam, o estudo aponta para algumas ações preventivas e também mitigadoras. O planejamento territorial articulado, a longo prazo, com os instrumentos de planejamento e gestão das áreas de risco é uma das medidas essenciais para dirigir o crescimento urbano e a ocupação humana de forma a evitar as áreas mais suscetíveis à inundações costeiras. Também são

Pegada de inundação (profundidade) obtida para os cenários de PR de 200 anos com 1 m de SLR (direita)



Fonte: Elaboração Consórcio IDOM – COBRAPE

medidas propostas a proteção dos ecossistemas ligados à vida marinha e estuarina e a elaboração de estudos em escala metropolitana.

O diagnóstico de risco de deslizamentos apontou para este tipo de problema como algo muito recorrente na cidade de Vitória, especialmente, pela combinação das condições topográficas de áreas ocupadas por assentamentos informais, onde as infraestruturas de drenagem e a qualidade construtiva das edificações colocam a população residente em condição de vulnerabilidade. A análise foi feita para Vitória e para a Região Metropolitana em levantamentos diferentes devido à disponibilidade de bases de informações com níveis diferentes de precisão.

Em Vitória, o mapa de suscetibilidade à deslizamentos aponta as áreas de morro ocupadas por assentamentos informais como os locais de maior grau de risco. Ao todo são 140 mil pessoas vivendo em áreas de média ou alta suscetibilidade de deslizamentos, o que representa quase 40% da população da capital capixaba.

Estudo do crescimento urbano

O estudo de base sobre o crescimento urbano de Vitória faz uma análise histórica do crescimento de sua mancha urbana sem perder a dimensão metropolitana, que estão necessariamente relacionados com os processos que induziram este movimento de expansão ao longo do tempo. Os aspectos econômicos e sociais pertinentes a esta análise são usados como elementos da narrativa na construção deste histórico, que também tem como objetivo subsidiar um exercício prospectivo de cenários de crescimento da mancha urbana da Grande Vitória para 2030 e 2050.

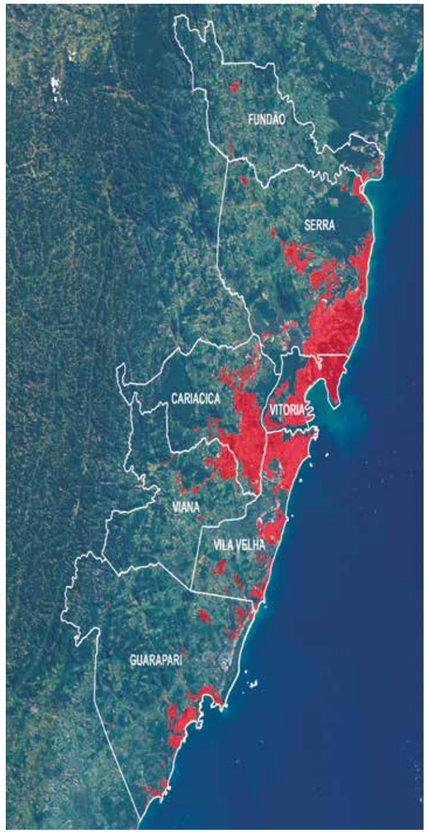
Hoje, a mancha urbana da RMGV tem 33,5 mil hectares de extensão e um razoável grau de conurbação, sobretudo, por meio de suas vias rodo e ferroviários, que constituem os principais eixos regionais de articulação territorial. O espraiamento e a fragmentação da ocupação urbana só ocorrem e passam a ser mais evidentes nas áreas periféricas e áreas costeiras mais afastadas da Região Metropolitana. Dentro do Município de Vitória, entretanto, também há algumas descontinuidades e vazios urbanos, principalmente, nas regiões onde a ocupação é predominantemente irregular e horizontalizada nos bairros próximos do Maciço Central. As áreas mais verticalizadas coincidem com os bairros costeiros mais centrais entre Vila Velha e o norte de Vitória.

Pelo fato de ser uma ilha, a porção insular do município de Vitória possui uma densidade e uma variedade de usos do solo maiores que o restante da RMGV. Nos demais municípios, predomina o uso residencial e, mesmo naqueles em que houve um forte desenvolvimento econômico com a instalação de indústrias, o movimento pendular diário para a capital – principal centro de empregos – ainda é muito grande.

Apesar das condicionantes e limitantes ambientais da ilha, do estuário e dos mangues e matas que são inclusive demarcadas como áreas de proteção, muito do crescimento demográfico dos últimos anos em Vitória tem ocorrido exatamente nestes locais. O avanço da mancha urbana ou seu adensamento nas áreas ambientalmente frágeis não apenas implica uma agressão ao meio físico como também significa um aumento da população residente em áreas que representa algum tipo de risco.

O município de Vitória, capital do estado e sede da região metropolitana, já foi o mais populoso, mas por uma condição de restrição física ao seu crescimento, Cariacica, Vila Velha e Serra já possuem cada uma um número de habitantes superior ao da capital. Não apenas o crescimento populacional, mas também inúmeras atividades econômicas passaram a se instalar nos municípios limítrofes a Vitória nas últimas décadas pela falta de espaço disponível. Um dos resultados desta nova dinâmica foi a conformação de novas centralidades ao longo do território metropolitano.

Apesar de conurbados os municípios da RMGV têm perfis e vocações diferentes. Cariacica, por exemplo, que é um município bastante populoso, acumula baixo desempenho em seus índices sociais, caracterizando-se como o território periférico desta Região Metropolitana. Vila Velha, que já foi a capital do estado, tem características socioeconômicas que a aproximam mais de Vitória, enquanto Serra tem se destacado pelo desenvolvimento industrial, aproveitando-se de sua proximidade com a infraestrutura portuária da capital. Os demais municípios de Viana, Fundão e Guarapari também estão articulados às dinâmicas e à mancha metropolitana, porém em um nível de interação menor dado o afastamento entre eles e Vitória.



Mancha Urbana Atual - RMGV

Fonte: Base IBGE, 2010; Google Earth© e elaboração do Consórcio

O sítio relativamente plano dos municípios da RMGV favorece ainda mais a contiguidade da mancha urbana, entretanto o estudo mostra que nem sempre foi assim. A mancha urbana do que hoje chamamos de Grande Vitória já foi muito mais dispersa e concentrada nos seus diferentes núcleos. O desenvolvimento econômico e urbano que conduziu a região metropolitana a sua condição territorial atual é muito recente e teve início nos anos de 1950. Até o início do século XX o crescimento da mancha urbana foi muito lento.

O ciclo de expansão econômica e os investimentos em grandes projetos do setor produtivo exportador (indústria mineradora, siderúrgica e celulose) alavancaram um forte crescimento e um rápido incremento populacional, iniciando um processo de metropolização e intensa urbanização de Vitória e seus municípios vizinhos. O desenvolvimento urbano não se deu, entretanto, de forma homogênea e includente em toda a cidade, pois as áreas costeiras, mais valorizadas e onde passaram a se concentrar os serviços e, portanto, grande parte dos empregos, foram ocupadas pelas classes mais abastadas. As famílias mais pobres passaram a ocupar assentamentos informais as áreas de morro ou em áreas distantes, que, posteriormente, se consolidaram como bairros periféricos de Vitória.

Dentre os aspectos físicos e geomorfológicos determinantes para a conformação da mancha urbana de Vitória estão o fato de o município situar-se em uma ilha na qual há um enorme maciço rochoso. Além de uma importante barreira física o Maciço Central da Ilha de Vitória também é uma importante área de proteção ambiental ao redor da qual se desenvolveu e se consolidou a mancha urbana da cidade. A condição insular impôs restrições, mas não impediu o crescimento urbano do município e tampouco da região metropolitana, que foi se expandindo nas áreas disponíveis dentro do continente, inicialmente, ao longo dos principais eixos estruturantes da metrópole e, depois, seguindo uma lógica própria de consolidação dos núcleos urbanos principais que estavam fora de Vitória.

O estudo aponta que foi na década de 1990 que os municípios vizinhos à capital capixaba começaram a receber a expansão da mancha urbana não comportada nos limites de Vitória. A expansão se deu com diversos perfis de renda, porém o maior adensamento destes municípios (Cariacica, Serra, Viana e parte de Vila Velha) se deu com o crescimento da população mais pobre.

A prospecção para a expansão futura da mancha urbana da Região Metropolitana da Grande Vitória levou em consideração dois cenários de crescimento demográfico e de expansão territorial, elaborados a partir das tendências de crescimento urbano e populacional dos últimos 30 anos. O Consórcio IDOM-Cobrape projetou um crescimento para 2030, quando a população metropolitana deve chegar a 2,3 milhões de pessoas, e 2050, para o qual foi estimada uma população de 3 milhões de habitantes.

A expansão da mancha urbana referente a este incremento populacional foi simulada a partir de padrões de distribuição territorial, cujos critérios de caracterização foram densidade, limites à ocupação e prioridade de ocupação. A partir destas análises foram gerados três cenários: o Cenário de Crescimento Urbano Tendencial, o Cenário de Crescimento Urbano Intermediário e o Cenário de Crescimento Urbano Ótimo.

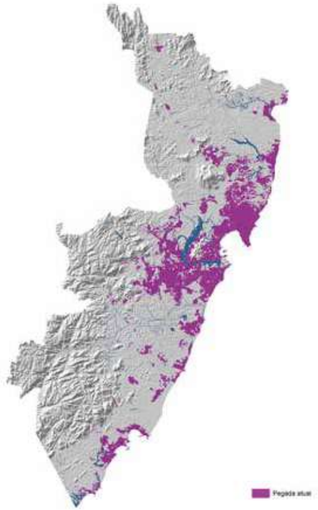
O primeiro cenário representa uma realidade não intervencionista e serve como modelo de limite inferior da análise, isto é, serve como uma perspectiva de crescimento a ser evitada por implicar os impactos mais desastrosos para o futuro da região metropolitana. Neste cenário, tendencial, o crescimento urbano seguiria o padrão de ocupação ao longo dos principais eixos de transporte coletivo e também sobre as limitantes e condicionantes ambientais, agravando ainda mais a agressão ao meio físico e a situação e vulnerabilidade e de risco da população mais pobre.

O risco de deslizamentos ou de inundações fluviais ou costeiras em áreas ocupadas por assentamentos informais aumentaria e a incapacidade territorial da capital de absorver o incremento demográfico empurraria o crescimento populacional para os municípios vizinhos. Neste cenário o espraiamento urbano e a fragmentação territorial seriam maiores e resultaria em uma expansão de até 130% da mancha urbana de 2030 ou de até 150% em 2050.

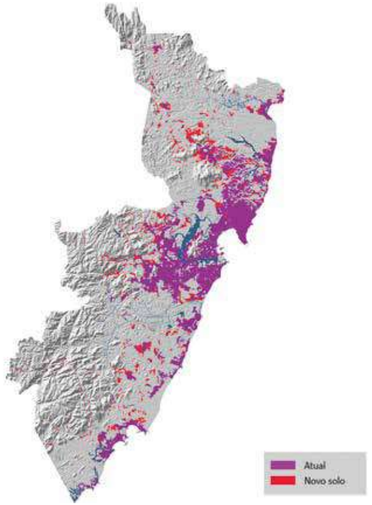
No segundo cenário, projeta-se um padrão intermediário de crescimento urbano, no qual procura-se um desenvolvimento sustentável com a ocupação racional de áreas apropriadas para a urbanização bem como a reestruturação e requalificação da mancha urbana atual. Para esta simulação foram consideradas as restrições orçamentárias, institucionais, bem como algumas limitações ambientais e sociais para a plena implementação dos instrumentos e estratégias de planejamento e ordenamento territorial que poderiam induzir a expansão urbana para seus vazios ou a ocupação de imóveis ociosos.

De uma maneira geral, o cenário intermediário não coloca um novo modelo de desenvolvimento urbano, mas procura regra-lo de maneira mais contida, para evitar a reconversão de uso de terras indefinidamente, qualificar as áreas já consolidadas com o incentivo à diversidade de usos. O aumento da densidade populacional e dos tipos de uso do solo nas áreas já ocupadas seria uma das principais estratégias para controlar a expansão indefinida da mancha urbana, mesmo sem alterar a lógica de crescimento dos municípios vizinhos e a expansão de áreas urbanizadas, decorrente da não capacidade de Vitória receber o incremento populacional das próximas décadas.

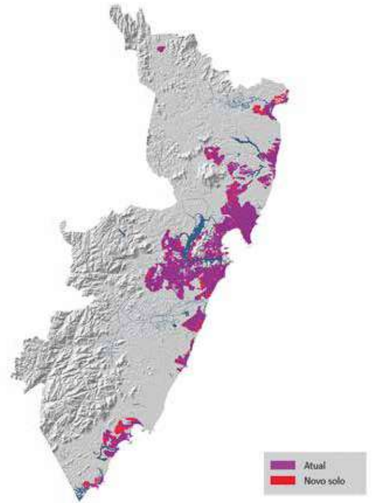
Cenário atual



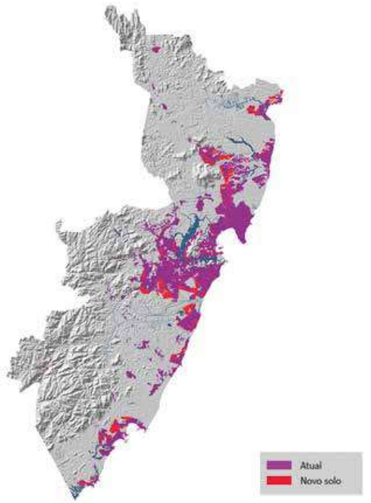
Cenário tendencial



Cenário ótimo



Cenário intermediário



O incentivo à maior diversidade de uso do solo, regulação das áreas de uso ocasional, esforço para ampliar as densidades ao longo dos eixos de transporte público e para utilização de vazios urbanos são as estratégias pontadas para este cenário. Ainda que seja um cenário intermediário, o estudo já aponta para a importância de se priorizar a estruturação de um ordenamento territorial em escala metropolitana, capaz de articular o território como um todo e não apenas as áreas internas aos limites oficiais da capital capixaba.

O Cenário de Crescimento Urbano Ótimo é o limite superior da modelagem de análise e constrói uma condição ideal de desenvolvimento urbano e estruturação territorial para as próximas décadas. Nesta simulação, todas as condicionantes e limitantes ambientais ao crescimento urbano são respeitadas, reduzindo a exposição e vulnerabilidade da população de baixa renda aos riscos naturais de inundações e deslizamentos. O aumento da densidade demográfica média de forma homogênea, a diversificação do uso do solo, ocupação de edifícios ociosos e de vazios urbanos são adotados como principais diretrizes para o ordenamento territorial e gestão do uso e ocupação do solo, as quais não teriam nenhuma restrição financeira, humana ou tecnológica para sua plena implementação.

O desenvolvimento urbano priorizaria o crescimento ao longo das vias tronco de transporte público coletivo, que funcionariam como os principais eixos de adensamento e investimentos. Seguindo estes parâmetros de expansão, em 2050 – horizonte mais distante deste estudo – a RMGV teria que expandir apenas 2% em áreas para comportar de maneira adequada e sustentável, seus mais de 3 milhões de habitantes. O estudo apontou que o município de Vitória poderia suportar o crescimento populacional dentro de seus limites, sem exportar o incremento para seus municípios vizinhos, o que seria um ótimo fator de redução da segregação socioespacial da região metropolitana.

A aplicação dos instrumentos urbanísticos que deem conta destas estratégias de ocupação de vazios, adensamento populacional e estruturação territorial a partir dos eixos de transporte coletivo é fundamental. Dentre os instrumentos urbanísticos mencionados estão as ZEIS, o IPTU Progressivo no Tempo e o Reajuste Urbanístico. A "visão metropolitana" defendida pelo estudo depende, neste cenário, da instituição de um órgão responsável pela gestão do ordenamento territorial em escala metropolitana para planejar e aplicar os instrumentos bem como para implementar a infraestrutura verde regional com unidades de conservação e cinturões agrícolas de amortecimento e transição das áreas de interesse ambiental e áreas de ocupação urbana.

De acordo com o estudo, é importante também que novas áreas sejam repensadas quanto ao seu uso atual, para que, em um cenário posterior a 2050, o município permaneça capaz de dar conta do seu crescimento populacional dentro deste padrão de estruturação territorial, uma vez que tal projeção assegura este modelo compacto de desenvolvimento urbano apenas até este ano limite de 2050.

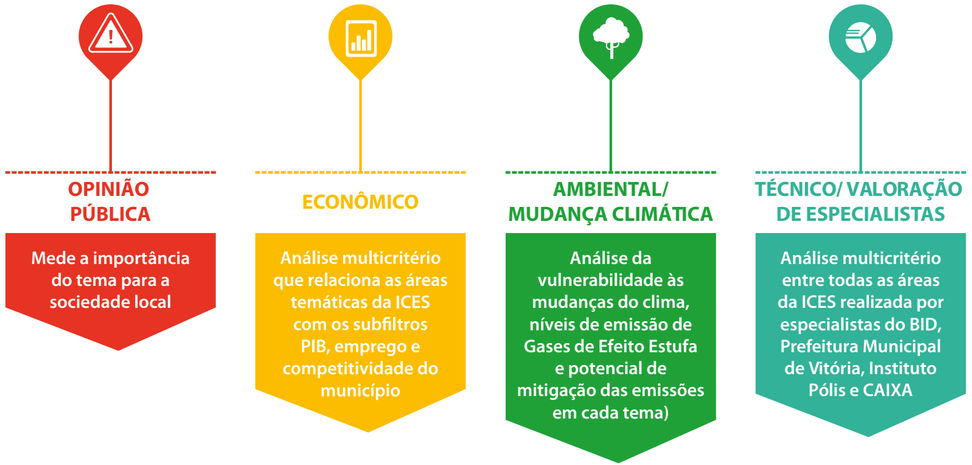
Processo de aplicação de filtros e soluções

Para priorizar os temas mais importantes para a cidade de Vitória e definir quais seria objeto de proposição deste Plano de Ação, foi aplicada a metodologia de filtros proposta pela ICES. Cada filtro tem sua função de ponderar os temas mais estratégicos segundo critérios e pesos próprios.

O primeiro filtro é a "semaforização" resultante da aplicação dos indicadores temáticos na primeira fase do projeto. O resultado de cada um dos 23 diferentes temas foi medido de acordo com um cálculo de priorização: aqueles com os piores resultados receberam uma pontuação maior em relação àqueles com resultados médios ou bons e, assim, passaram a ser considerados temas prioritários de acordo com a aplicação objetiva dos dados sociais, econômicos, urbanísticos e ambientais aplicados aos indicadores ICES.

O segundo filtro, o Filtro Ambiental, foi feito a partir de dados coletados e processados pelo consórcio IDOM-Cobrape, relacionando os 23 temas da ICES com as dimensões ambientais de mitigação de mudanças do clima e de vulnerabilidade a desastres naturais expansão da mancha urbana. A partir desta comparação e estabelecimento de grau de relação entre cada tema e cada dimensão ambiental na cidade de Vitória, foram definidos aqueles que deveriam ser priorizados de acordo com esta análise específica.

O Filtro de Opinião Pública foi inteiramente baseado nos resultados da pesquisa cidadã feita com 1.200 munícipes de Vitória em abril de 2014. O questionário aplicado nas entrevistas possibilitou uma ampla leitura sobre o que a população local pensa sobre o governo, sobre as infraestruturas urbanas, sobre os serviços públicos e quais são as áreas mais críticas que,



portanto, deveriam ser priorizadas nas políticas públicas de Vitória.

Analogamente ao Filtro Ambiental, o Filtro Econômico procurou estabelecer uma correlação entre as temáticas ICES com as dimensões econômicas de desempenho do PIB, geração de empregos e de competitividade local. Os especialistas envolvidos na elaboração deste filtro apontaram o grau de correlação entre os 23 temas e as dimensões descritas acima, para definir quais seriam aqueles que deveriam receber prioritariamente a atenção do governo municipal, visando o desenvolvimento econômico de Vitória.

A aplicação do Filtro Técnico foi feita pelos especialistas temáticos que trabalharam no projeto e apontou a inter-relação que há entre todos os temas. A partir de uma matriz comparativa os 23 temas foram comparados entre si para se estabelecer um nível alto, médio ou baixo de interação entre eles.

O resultado final da aplicação dos cinco filtros foi consolidado por um método de ponderação que avaliou o peso de cada um deles dentro do processo de avaliação da ICES Vitória. O filtro Semafórico recebeu o peso de 35% em função da importância do diagnóstico técnico realizado a partir do levantamento e interpretação dos 117 indicadores. Já o filtro Opinião Pública recebeu peso de 25%, uma vez que a percepção cidadã dos problemas que a cidade enfrenta é algo relevante, embora esta possa ser enviesada devido a superposição de funções dos diferentes entes federados brasileiros. O filtro Ambiental recebeu peso de 20% e o filtro Técnico e o filtro Econômico receberam peso de 10% cada, totalizando os 100% do processo de priorização através dos filtros.

Após a consolidação dos filtros, o ranking de temas a serem priorizados pelo município em suas ações estratégicas e políticas públicas setoriais foi submetido a um último debate do qual participaram os secretários e os técnicos da Prefeitura Municipal de Vitória. A priorização final dos temas centrais deste Plano de Ação, após as discussões com o governo municipal, são: **mobilidade e transporte, segurança, uso do solo e ordenamento territorial, gestão de resíduos sólidos urbanos, mitigação de mudanças climáticas, competitividade econômica e impostos e autonomia financeira**.

Soluções

O Plano de Ação Vitória Sustentável propõe uma série de ações estratégicas e projetos específicos a fim de solucionar os problemas nevrálgicos priorizados e transformar Vitória em um verdadeiro modelo de cidade sustentável e competitiva. Estas ações inter-relacionadas se agrupam em seis linhas estratégicas.

Linha estratégica 1 **Polos de geração de desenvolvimento**

Vitória é um município que se destaca em termos econômicos tanto em relação à Região Metropolitana quanto em âmbito nacional. Contudo, a realidade de Vitória revela que há uma parcela da população ainda carente de serviços sociais básicos, sendo importante a promoção do efetivo desenvolvimento econômico, para além do crescimento econômico, o que envolve transversalizar temas e áreas de atuação, bem como articular as questões metropolitanas, de modo que se estabeleçam soluções para os desafios apresentados com ações necessárias sem prescindir da competitividade da região.

As ações propostas nessa linha de ação fomentam novos territórios de desenvolvimento, a partir do fomento de áreas com potencial turístico, assim como, a diversificação das atividades econômicas com uma visão sócio-territorial, trabalhando em de áreas degradadas e monofuncionais, que hoje não geram oportunidades suficientes de emprego e renda. O planejamento das ações de desenvolvimento econômico dialoga com as estratégias de desenvolvimento urbano e de mobilidade que buscam transformar os territórios monofuncionais de moradia e sem oportunidades de diversificação e inovação de atividades em áreas de usos multifuncionais e concentram-se nas áreas de fora da orla marítima mais consolidada, diagnosticados como mais carentes, menos criativas e competitivas no cenário urbano. O eixo noroeste mostra-se como importante potencial de desenvolvimento da cidade nos diferentes temas, incluindo o tema da competitividade.

Para alcançar estes objetivos a linha estratégica se desenvolve em três diretrizes principais:

1. **Desenvolvimento econômico e territorial de áreas monufuncionais e precárias**, que inclui ações como a Requalificação da Orla Noroeste; Requalificação da Região das Paneleiras e Criação de Polos Gastronômicos em zonas monofuncionais e de interesse econômico, histórico e urbanístico;
2. **Desenvolvimento de novos territórios de desenvolvimento econômico**, que se desdobra em ações tais como implantação de Parque Tecnológico Metropolitano de Vitória; implantação de um Oceanário e ampliação da Fábrica de Ideias.
3. **Desenvolvimento do Potencial Turístico de Vitória**, que busca estabelecer um planejamento público de turismo e fomento da atratividade da cidade.

Linha estratégica 2 **Desenvolvimento urbano, uso do solo e habitat urbano**

Esta linha estratégica está consolidada em um conjunto de ações que estruturará e preparará o território para receber adequadamente as iniciativas dos outros temas. Em um eixo formando a partir da área do Centro Histórico, passando pelo tradicional Mercado da Vila Rubim até a região das Goiabeiras, projeta-se a nova área de interesse de desenvolvimento sustentável da cidade, onde ações de diferentes temas estarão concentradas, de modo a tornar a região mais dinâmica e atrativa. As principais propostas de ações estão localizadas na região noroeste e a área central da cidade. Para tanto as ações de desenvolvimento urbano estão estruturadas em três diretrizes:

1. Planejamento do crescimento urbano que se desdobra em planos e estudos voltados para o desenvolvimento urbano e habitacional em uma visão metropolitana;
2. Intervenções habitacionais com construção de novas habitações de interesse social, melhorias e regularização fundiária;
3. Implantação do Projeto de Revitalização do Centro Histórico por meio da qualificação da infraestrutura e de intervenções em edifícios de interesse cultural e histórico na área central de Vitória e na diversificação de usos na área.

Linha estratégica 3 **Mobilidade e transporte**

Como as demais cidades brasileiras, Vitória teve sua estrutura viária direcionada para a circulação geral, sem prioridade para o transporte coletivo. O Plano de Ação apresenta soluções voltadas para a presença e ampliação de ciclovias e qualificação dos passeios de pedestres, assim como o desenvolvimento de políticas de acesso aos morros, permitindo assim a ampliação das viagens não motorizadas em Vitória.

O tema mobilidade, assim como outras áreas, insere-se com muita relevância na discussão metropolitana. As caraterísticas geográficas, articuladas à integração da capital com municípios vizinhos destacam a necessidade de um plano metropolitano integrado de qualificação do transporte público motorizado e do não motorizado, assim como a integração das obras e projetos do Governo do Estado do Espírito Santo com as soluções pensadas para Vitória. Para o tema mobilidade as ações propostas permeiam escalas diferentes de obras e intervenções, divididas em três diretrizes:

1. Planejamento da mobilidade urbana com interface metropolitana e modernização do sistema, que inclui propostas voltadas à Revisão do Plano de Mobilidade e Realização de Pesquisa OD; integração dos projetos de transporte e sistema viário de abrangência metropolitana e modernização de sistemas e controle de trânsito;
2. Apoio e incentivo às viagens não motorizadas, com a implantação do Plano Cicloviário e melhorias nas condições de circulação e de segurança dos pedestres e ciclistas;
3. Melhoria da Infraestrutura Viária, Promoção da Acessibilidade para toda a Cidade e Segurança no Trânsito, a partir da implantação de obras viárias municipais; Plano de Acessibilidade nos Morros e ações de educação e segurança no trânsito.

Linha estratégica 4 **Desenvolvimento ambiental sustentável**

Para o desenvolvimento sustentável de Vitória, foi apresentada a perspectiva de fazer da cidade um ambiente mais social, com sua infraestrutura voltada para as pessoas. Na região de Vitória predomina a existência da floresta atlântica como mata nativa, ecossistema com ampla biodiversidade e estoque de carbono. Ações voltadas para sua conservação contribuirão para a mitigação das causas da mudança do clima, assim como possibilitará o uso destes espaços pela população. A implantação de uma infraestrutura verde nos ambientes urbanos, além de ações de mobilidade que visam estimular o uso de transportes não motorizados, integrando a preocupação ambiental aos planejamentos locais de forma definitiva, auxiliará nessa transformação do ambiente. Uma preocupação importante refere-se também ao setor de resíduos que gera importantes percentuais de emissões de gases de efeito estufa.

Para o desenvolvimento ambiental sustentável se delineou duas diretrizes:

1. Ações de Mitigação da Mudança Climática que se desenvolve por meio da promoção da instalação e preservação de infraestrutura verde; elaboração de estudo para obras e medidas voltadas para redução dos impactos da elevação do nível do mar; aprofundamento das análises e dos estudos elaborados por meio da ICES para mitigação de mudanças do clima e elaboração de estudos e análises visando à implantação de uma usina de dessalinização da água do mar
2. Qualificação da Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos, que estabelece a necessidade do planejamento da gestão dos resíduos sólidos urbanos; implantação de Eco-pontos e a reforma e modernização da Unidade de Transbordo.

Linha estratégica 5 **Segurança cidadã**

O tema da segurança pública e urbana foi considerado prioritário para a cidade Vitória, que aparece nos diagnósticos como uma das cidades com as mais altas taxas de homicídios do país. Reconhecida como um direito, a segurança vem sendo pensada atualmente também como a convivência pacífica e ordenada dos cidadãos e da sociedade em seu conjunto e não mais exclusivamente como uma política unicamente associada à atividade policial ou a estratégias de repressão. Em outras palavras, a segurança pública deve estar associada à garantia de direitos, à liberdade que resulta dessa condição e a construção permanente de coesão social. É nesse contexto de fortalecimento das políticas de prevenção da violência que e o papel da cidade ganha destaque.

Ainda que os municípios não tenham protagonismo em se tratando de políticas de segurança pública, os espaços da municipalidade permitem que se amplie a interlocução de outras áreas como, por exemplo, educação, saúde, desenvolvimento urbano e mobilidade com a segurança, possibilitando a implementação de uma política transversal de prevenção da violência e, consequentemente, ampliando, assim, a capacidade de prevenção e a resiliência das cidades. A partir destas premissas, estabeleceu-se na linha estratégica de segurança pública duas diretrizes:

1. Implementação de projetos integrados e multidisciplinares, que se desdobram em ações de prevenção por ações educacionais, ações de esporte e ações culturais;
2. Ampliação da Capacidade Institucional, da Gestão da Prefeitura Municipal e dos Conselhos participativos, por meio da elaboração de Plano Municipal de Segurança Cidadã, Capacitações de Gestores Municipais e dos Conselhos Participativos e Ampliação do Programa Botão do Pânico.

Linha estratégica 6 **Governança e sustentabilidade fiscal**

Para alcançar adequadamente todas as soluções previstas no Plano de Ação, é imperativo que se tratem das questões relativas à estabilidade fiscal e administrativa de Vitória. Como visto, embora encontre-se em uma situação fiscal relativamente confortável no presente, as projeções futuras de queda na arrecadação indicam a necessidade de ações com vistas a impedir essas perdas. Dessa forma, são necessárias medidas voltadas para a maior eficiência finanças públicas do município, a qual passa tanto pelo aumento da capacidade de arrecadação do município quanto pela melhoria nos processos com fins a tornar os gastos públicos mais eficientes.

Para avançar nesses aspectos foram estabelecidas duas diretrizes:

1. Ampliação da Arrecadação Municipal e Eficientização do Gasto, que se estrutura a partir de ações destinadas à ampliação da arrecadação baseada em receitas próprias; da eficientização do gasto público e da modernização administrativa;
2. Aprimoramento da Gestão por meio do uso de Tecnologia, com a implantação de um Centro Integrado de Operação da Cidade; upgrade da Rede Metrovix e provisão de acesso público a internet sem fio e implantação do projeto vitória cidade inteligente.

As ações propostas neste Plano para as linhas estratégicas delineadas constituem um ponto de partida para se estruturar um programa sólido de investimentos de forma a garantir as bases para um desenvolvimento sustentável de longo prazo para Vitória. O valor total de investimentos planejados para Vitória é da ordem de R$ 3.101.348.065, divididos nas linhas estratégicas como mostra a tabela abaixo.

Linhas estratégicas do PA	Pré-Investimento	Investimento	Total
POLOS DE GERAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO	19.245.000	737.651.000	756.896.000
DESENVOLVIMENTO URBANO, USO DO SOLO E HÁBITAT URBANO	23.270.000	111.114.000	134.384.000
MOBILIDADE E TRANSPORTE	17.976.065	847.630.000	865.606.065
DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL	42.715.000	833.903.000	876.618.000
SEGURANÇA CIDADÃ	24.370.000	139.034.000	163.404.000
GOVERNANÇA E SUSTENTABILIDADE FISCAL	25.040.000	279.400.000	304.440.000
TOTAIS	**152.616.065**	**2.948.732.000**	**3.101.348.065**

A implementação da ICES em Vitória, em um esforço que envolveu a Prefeitura e diferentes instituições, permitiu gerar um conhecimento que envolve diferentes dimensões da vida da cidade. Ela destacou o papel da Vitória como elemento chave para traçar um novo caminho no desenvolvimento metropolitano, e poderá guiar a cidade para uma futuro que traga cada vez mais qualidade de vida para todos os seus cidadãos.



1 iniciativa cidades emergentes e sustentáveis . ICES

Os processos de urbanização apresentam um ritmo acelerado na América Latina e Caribe (ALC), a região em desenvolvimento mais urbanizada do planeta[1]. A taxa de urbanização passou de 62%, em 1980, para 80%, em 2011. Se essa tendência se mantiver, estima-se que em 2050 essa taxa alcance 86%[2].

Esses padrões de crescimento urbano tem sofrido alterações nas últimas décadas. O acelerado ritmo de crescimento das grandes metrópoles perdeu força, e observam-se maiores taxas de crescimento nas cidades médias. Essas cidades são os novos vetores para a difusão de inovações, geração de conhecimento, concentração de mão de obra especializada e de atividades econômicas da região.

Esse fenômeno também é observado no Brasil. As cidades médias brasileiras apresentaram grande dinamismo nos últimos anos. Comparando-se os dados do Censo de 2000 e 2010, observa-se que o número de cidades médias[3] aumentou de 207 para 263, e seus habitantes passaram de 60,2 milhões para 74,6 milhões. Hoje elas abrigam 39% da população. Além disso, as cidades brasileiras médias tem apresentado maior crescimento econômico: a participação no Produto Interno Bruto (PIB) cresceu de 39%, em 2000, para 45%, em 2010.

O rápido crescimento urbano e a concentração das atividades econômicas criam oportunidades para milhões de pessoas, mas também trazem consigo grandes desafios para os governos locais na provisão de serviços básicos, na garantia de níveis adequados de qualidade de vida, na redução das desigualdades, na geração de empregos, na proteção do meio ambiente e no enfrentamento dos desafios das mudanças do clima. Além disso, as cidades médias da ALC necessitam de governos locais fortalecidos em suas capacidades institucionais e operacionais, o que acaba sendo limitado pela escassez de recursos para investimentos e pela dificuldade de manter uma gestão fiscal adequada.

Considerando o contexto atual dessas cidades emergentes, o BID criou a ICES, um programa de assistência técnica voltado aos governos das cidades médias da região. A ICES é uma metodologia de avaliação rápida, que permite a identificação e priorização de projetos de infraestrutura, assim como a definição de ações urbanas, ambientais, sociais, fiscais e de governança de curto, médio e longo prazos. Essas ações visam atacar os desafios de sustentabilidade local antes que eles se tornem um limitante ao desenvolvimento.

A Iniciativa representa uma nova perspectiva para o desenvolvimento urbano da ALC com foco nas cidades médias e emergentes, e utiliza uma abordagem integrada e interdisciplinar baseada em três dimensões: (I) ambiental e mudança climática; (II) urbana; e (III) fiscal e governança. Além disso, a ICES busca ajudar as cidades a gerir sua vulnerabilidade frente a

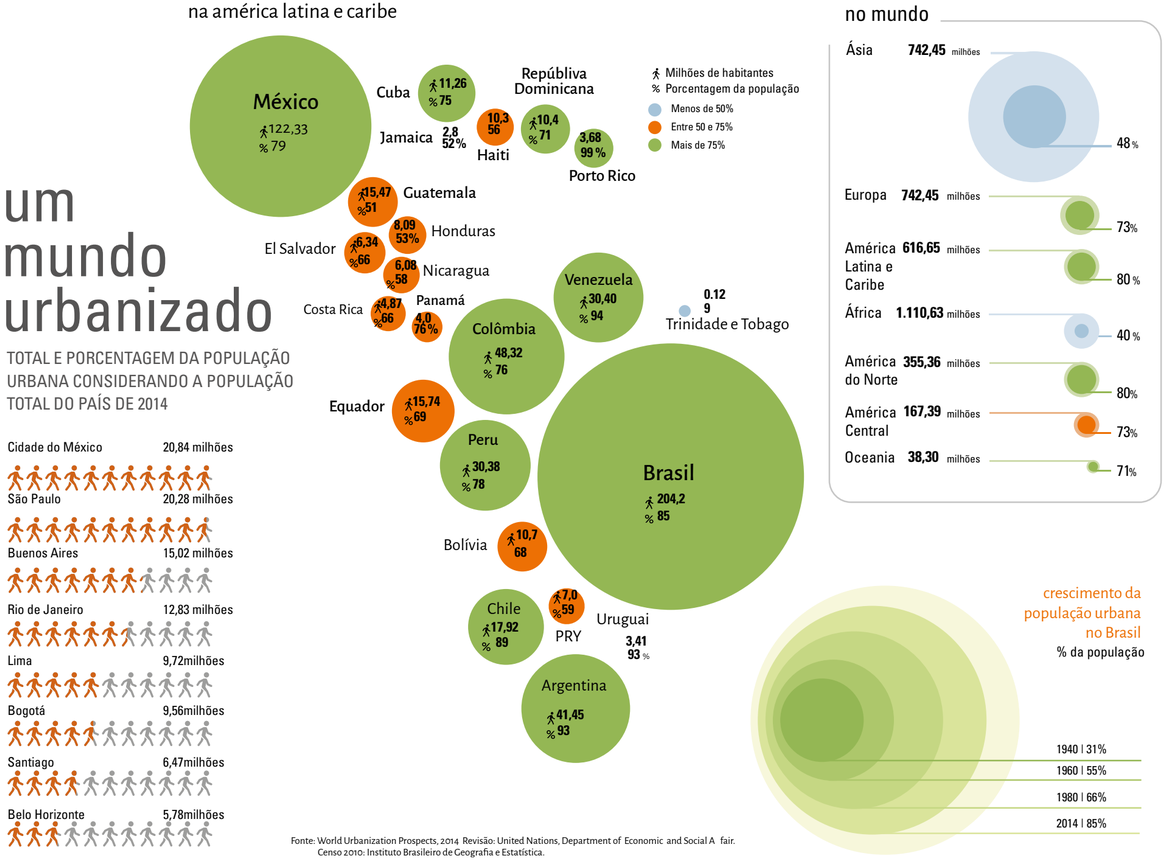
[1] Conforme dados das Nações Unidas, a região mais urbanizada do planeta é a América do Norte, seguida de América Latina e Europa.

[2] Nações Unidas. World Urbanization Prospects [Highlights], the 2014 Revision. Nova York: Nações Unidas. Disponível em: http://esa.un.org/unpd/wup/Highlights/WUP2014-Highlights.pdf.

[3] A ICES identifica como cidades médias, no Brasil, aquelas com população entre 100 mil e dois milhões de habitantes.

um mundo urbanizado

TOTAL E PORCENTAGEM DA POPULAÇÃO URBANA CONSIDERANDO A POPULAÇÃO TOTAL DO PAÍS DE 2014



Fonte: World Urbanization Prospects, 2014 Revisão: United Nations, Department of Economic and Social A fair.
Censo 2010: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

desastres naturais e na necessidade de adaptação às mudanças do clima, prioridades comumente negligenciadas nas agendas locais de desenvolvimento.

Essas dimensões retratam, mas não esgotam os fortes vínculos intersetoriais presentes na vida urbana. O tratamento dos desafios urbanos exige ações que se voltem para um desenvolvimento integral, e que permitam satisfazer as necessidades do presente sem comprometer o bem estar das gerações futuras, tornando as cidades mais criativas e resilientes. A Iniciativa contribui para que cidades emergentes da ALC possam, de maneira apropriada, identificar seus principais problemas e ações que permitam orientá-las em sua trajetória para uma situação de sustentabilidade.

No Brasil, a Iniciativa ocorreu inicialmente na cidade de Goiânia, uma das cinco cidades da ALC na qual a metodologia foi aplicada em sua fase piloto a partir de 2011[4]. Hoje, a ICES está presente em 20 países da região, esperando atingir 50 cidades e uma população de 52 milhões de pessoas até 2015.

A expansão da aplicação da ICES em cidades brasileiras está sendo possível a partir de uma parceria entre o BID e a CAIXA, iniciada com a assinatura de um Termo de Compromisso em 2013. No âmbito desta parceria estão contempladas quatro cidades brasileiras, o que permite atingir todas as regiões do país: além de Goiânia (GO), na Região Centro-Oeste, em João Pessoa (PB), na Região Nordeste - que concluiu em setembro de 2014 seu Plano de Ação, Vitória (ES), na Região Sudeste, Florianópolis (SC), Região Sul e Palmas (TO), Região Norte.

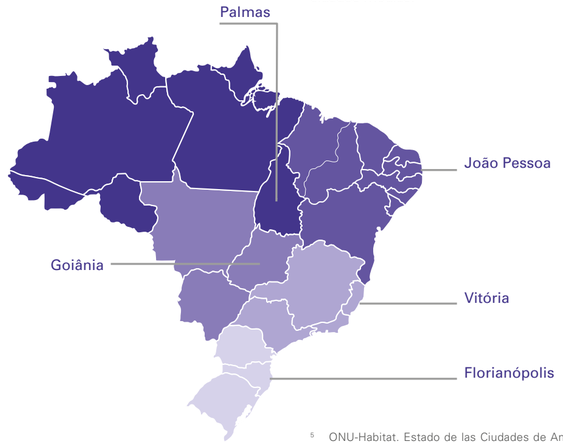
[4] As outras cidades foram Porto Espanha (Trinidad e Tobago), Montevideo (Uruguai), Trujillo (Peru) e Santa Ana (El Salvador).

O que é uma Cidade Sustentável?

Uma cidade sustentável é aquela que oferece alta qualidade de vida a seus habitantes, sem com- prometer os recursos e possibilidades de futuras gerações. É uma cidade com infraestrutura que leva em conta a escala humana, que minimiza seus impactos sobre o meio natural e é capaz de se adaptar à mudança do clima. Ela conta também com um governo local com capacidade fiscal e administrativa para manter o seu crescimento econômico e para conduzir suas funções urbanas com participação ativa da sociedade.

O que é uma Cidade Emergente?

Para a ICES, uma cidade emergente deve ter uma área urbana de tamanho médio que mostra crescimento populacional e econômico acima da média em seu país. Além disso, desenvolve-se em um ambiente de estabilidade social e governabilidade. Em termos de crescimento populacional nos países da ALC, observa-se que as cidades médias cresceram a uma taxa maior que as grandes cidades, além de ser mais dinâmicas que essas, pois a contribuição das cidades médias emergentes da região ao PIB vem crescendo constantemente nas últimas décadas[5]. Isto nos permite prever que o maior desafio da sustentabilidade urbana na América Latina encontra-se precisamente nas cidades médias.



[5] ONU-Habitat. Estado de las Ciudades de América Latina y Caribe 2012: rumbo a una nueva transición urbana. Rio de Janeiro: ONU-Habitat. Disponivel em: http://www.onuhabitat.org/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=816&Itemid=538

Cidades na América Latina onde a ICES está presente



CAIXA BRASIL apresenta: PLANETA sustentável
#ofuturoagentefazagora
planetasustentavel.com.br
CONTEÚDO PUBLICITÁRIO

SUA CIDADE MELHOR

A CAIXA, por meio da Iniciativa para Cidades Emergentes e Sustentáveis (ICES)*, incentiva os municípios a se planejarem para crescer, sem deixar de lado a qualidade de vida dos cidadãos.

1 ENGAJAMENTO
A iniciativa é aplicável a cidades em rápido crescimento, numa parceria entre a CAIXA, o BID, a prefeitura e uma entidade técnica especializada.

2 PEÇASPRIORITÁRIAS
São avaliados cerca de 120 indicadores relacionados a desenvolvimento urbano, meio ambiente e gestão para identificar as principais demandas locais. Os temas mais importantes são destacados e incorporados a um Plano de Ação Sustentável para a cidade.

3 RESULTADOS
Em nove meses, são feitos o diagnóstico, a pesquisa de opinião pública e a discussão de propostas que geram o Plano de Ação, que direcionará o crescimento de forma sustentável e inclusiva.

MÃOS À OBRA
Quatro municípios brasileiros participam da iniciativa, no âmbito da parceria entre CAIXA e BID. João Pessoa, o primeiro a aderir, deve concluir seu Plano de Ação no primeiro semestre de 2014; os demais, no segundo semestre.





RECURSOS
A CAIXA destina até R$ 1 milhão do seu Fundo Socioambiental para cada cidade elaborar seu Plano de Ação Sustentável.
Saiba mais em caixa.gov.br

*A ICES é uma metodologia do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Goiânia (GO) foi o primeiro município brasileiro a participar da ICES, que está sendo expandida para outras cidades em parceria com a CAIXA.

EQUIPE PLANETA SUSTENTÁVEL | ILUSTRAÇÃO/ILUSTRAÇÃO | FOTO DIVULGAÇÃO



2 o que representa Vitória e por que incluí-la na ICES

Vitória, a capital do Espírito Santo, tem 327.801 habitantes (CENSO 2010) e é a cidade polo de uma Região Metropolitana (RMV) que agrega outras seis cidades: Cariacica, Fundão, Guarapari, Serra, Vila Velha e Viana. Vitória está conurbada com três dessas cidades (Cariacica, Serra e Vila Velha), configurando o centro da Região Metropolitana da Grande Vitória, que concentra 90% da população total desta região.

A intensa migração interna no estado do Espírito Santo e a advinda de outros estados foi responsável pelo incremento populacional da Grande Vitória que, hoje, possui quatro cidades que compartilham intensas relações de trabalho, mobilidade, serviços e moradia. Ainda existe um forte processo de concentração demográfica da população do Espírito Santo na RMV, que, em 1970 representava 26,1% do total do Estado e que hoje corresponde a 48%.

A capital agrega 20% do total da população metropolitana, distribuída tanto pela porção continental quanto pela porção insular da Ilha de Vitória. Devido às características físicas do sítio, repleto de morros e morrotes, apenas 53,9km² – do total de 98,2km² – correspondem ao território urbano efetivamente ocupado. Envolto pela Baía de Vitória e pelo estuário formado pelos Rios Santa Maria, Marinho, Bubu e Aribiri, o município apresenta ilhas, encostas, enseadas, mangues e praias, elementos de grande apelo paisagístico.

Apesar de ser a capital do Espírito Santo e apresentar a economia mais potente do Estado, Vitória não é o maior município e nem apresenta as maiores taxas de crescimento populacional na região metropolitana. Municípios como Cariacica, Serra e Vila Velha são mais populosas e têm apresentado taxas mais acentuadas de crescimento demográfico nos últimos anos. No entanto, o município de Vitória permanece sendo o grande polo atrativo da força de trabalho e como o indutor do desenvolvimento da região.

Por todos estes motivos, o desenvolvimento sustentável da Grande Vitória se coloca como um imenso desafio para o Governo do Estado e para o aprimoramento da gestão metropolitana nessa imperante parcela do território estadual. Alguns temas como, por exemplo, habitação e mobilidade têm uma dimensão eminentemente regional e necessitam de estratégias integradas que articulem, necessariamente, as políticas e ações dos municípios da Região Metropolitana, principalmente daqueles que estão conurbados.

Em termos econômicos, o município de Vitória tem grande expressividade na região sudeste e nacionalmente, tanto por sua atividade industrial quanto por sua relevância enquanto polo logístico e de serviços. A indústria destaca-se na produção de alimentos, materiais têxteis, móveis, na siderurgia, produtos químicos e setores ligados à mineração e ao petróleo e gás (este, mais recentemente). Seu complexo portuário é uma importante via para o escoamento da produção mineradora e se integra a diversos modais de transporte, constituindo, com os demais estados da região, a chamada "Faixa de Desenvolvimento da Região Sudeste".

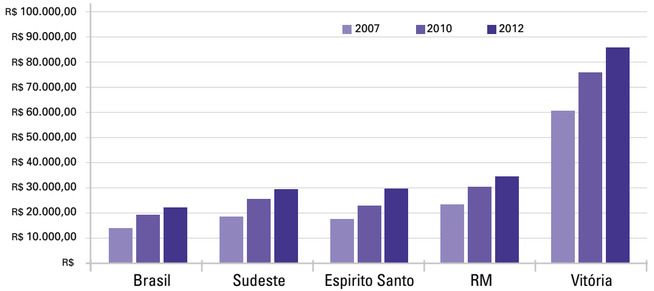
Seu Produto Interno Bruto corresponde a uma parte significativa do PIB estadual, cerca de 29% (SEGES/PMV 2013), e o valor do PIB per capita, de R$86 mil ao ano, é superior à média nacional e o maior entre as capitais brasileiras (IBGE, 2014). Se comparado com o estado do Espírito Santo ou com a média da RMV, o PIB per capita é, respectivamente, 2,9 e 2,4 vezes superior.

Baía e Terceira Ponte



Foto: Yuri Barichivich

PIB *per capita*



Fonte: IBGE, 2007, 2010, 2012

O tema educação é definitivamente um dos elementos responsáveis por Vitória apresentar um alto Índice de Desenvolvimento Humano (0,845), sendo o 4º melhor IDH Municipal do Brasil junto com Balneário Camboriú (SC) segundo o estudo 'Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2012' do PNUD, atrás apenas de São Caetano do Sul (SP), Águas de São Pedro (SP) e Florianópolis (SC), respectivamente. O componente de educação no IDH de Vitória – composto também por indicadores de saúde e renda – é elevadíssimo, e configura o maior dentre as capitais brasileiras. Como consequência do bom padrão do ensino público, famílias de municípios vizinhos matriculam seus filhos nas escolas de Vitória, o que demonstra a importância de expandir a articulação metropolitana existente, e o desafio que se coloca para o desenvolvimento desta e de outras políticas públicas.

Esse dinamismo populacional e econômico, somado aos bons indicadores de qualidade de vida da população retratados pelo alto IDH Municipal, são elementos determinantes para que Vitória tenha sido escolhida como umas das cidades para receber a Iniciativa de Cidades Emergentes e Sustentáveis (ICES). Os dados demonstram a condição emergente de Vitória entre as cidades médias brasileiras e a coloca como estratégica para o desenvolvimento do país.

O crescimento econômico apresentado nos últimos anos, somado ao incremento e à concentração populacionais, originaram novas oportunidades para a Vitória e sua Região Metropolitana, mas também trouxeram enormes desafios. As características físico-territoriais de Vitória, que impedem a expansão de sua mancha urbana, são limitadores significativos. A crescente demanda por novas moradias da Região Metropolitana como um todo (que expandiu 127% nos últimos trinta anos) e a reduzida disponibilidade de terra disponível com a devida infraestrutura, foram responsáveis pela expansão de precariedades habitacionais e situações de risco no município.

Além disso, a valorização do solo urbano, ocorrida a partir dos grandes empreendimentos industriais, comerciais, de serviços, e mesmo dos lançamentos imobiliários, tem se tornado grandes impedimentos para o desenvolvimento urbano mais inclusivo, de maneira a dar acesso à população de baixa renda a áreas consolidadas com boa prestação de serviços, acesso a transporte de qualidade e oportunidades de trabalho.

Como consequência desse processo, percebe-se uma migração da população para as cidades conurbadas da Região da Grande Vitória, onde há maior disponibilidade de terra, mais barata e mais acessível para a população de menor renda.

Com os gargalos de mobilidade que se formaram nos últimos anos nas conexões entre Vitória e os municípios vizinhos, oportunidades de emprego e atividades econômicas também têm migrado para as cidades metropolitanas do entorno, sem, porém, permitir a desconcentração da dependência da capital.

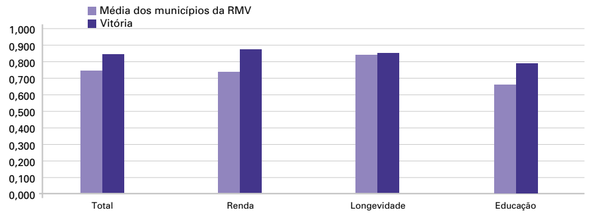
Esses e outros desafios que serão apresentados mais adiante demonstram que Vitória, apesar de seu crescimento e desenvolvimento exemplares, não está livre dos riscos que esses processos de concentração impõem, como, por exemplo, o aumento da desigualdade urbano e dos índices de violência.

A ICES atua no sentido de apoiar os atores públicos, privados e a sociedade de Vitória a alavancar as oportunidades existentes nesses espaços que podem ser cada vez mais sinérgicos e atrativos, buscando caminhos para construir um espaço urbano equilibrado e justo, de maneira a orientar o crescimento e permitir o desenvolvimento pleno e sustentável do município e da região.

Ranking IDHM 2010	Município	IDHM 2010 Total	Renda	Longevidade	Educação
1 º	São Caetano do Sul (SP)	0,862	0,891	0,887	0,811
2 º	Águas de São Pedro (SP)	0,854	0,849	0,89	0,825
3 º	Florianópolis (SC)	0,847	0,87	0,873	0,8
4 º	Balneário Camboriú (SC)	0,845	0,854	0,894	0,789
4 º	Vitória (ES)	0,845	0,876	0,855	0,805
6 º	Santos (SP)	0,84	0,861	0,852	0,807
7 º	Niterói (RJ)	0,837	0,887	0,854	0,773
8 º	Joaçaba (SC)	0,827	0,823	0,891	0,771
9 º	Brasília (DF)	0,824	0,863	0,873	0,742
10 º	Curitiba (PR)	0,823	0,85	0,855	0,768

Fonte: PNUD, 2010

IDH municipal



Fonte: PNUD, 2010

Como Vitória foi Escolhida?

Considerada a 7ª economia mundial, o Brasil possui 5570 municípios com ocupação heterogênea do território, características ambientais diversas e distintas dinâmicas sociais, econômicas e urbanas. Esses municípios estão localizados nas cinco regiões, e concentrados nas regiões Sudeste, Sul e no litoral.

As primeiras cidades a fazer parte da ICES foram Goiânia, localizada na Região Centro Oeste, e João Pessoa, localizada na região Nordeste. Para a identificação das cidades brasileiras com potencial para integrar a ICES na etapa piloto da parceria BID/CAIXA foi desenvolvida, no início dos trabalhos, uma metodologia pautada em critérios objetivos, que permitissem uma abordagem regional na escolha.

Como ponto de partida foram utilizados alguns conceitos iniciais aplicados pela ICES.

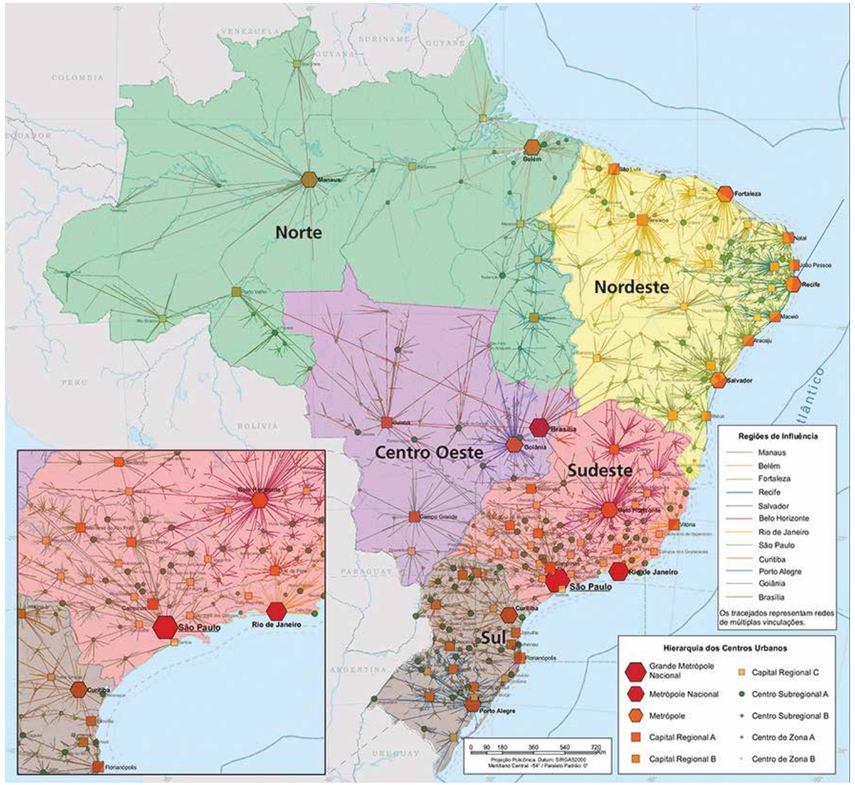
As primeiras perguntas a serem respondidas foram: qual é o objetivo da ICES? Em quantas cidades é possível atuar? Quais são as cidades médias no Brasil de acordo com a ICES?

Partiu-se dos conceitos da ICES aplicados em sua fase de concepção:

a) Cidades médias: atuar em um grupo de cidades consideradas médias de acordo com uma faixa de população, a partir de características específicas de cada país da ALC. Para o Brasil foi adotado o critério de considerar cidades entre 100 mil e dois milhões de habitantes de acordo com o IBGE. Em 2010 havia 263 municípios com população nessa faixa, distribuí- dos como mostrado na figura 2.4.

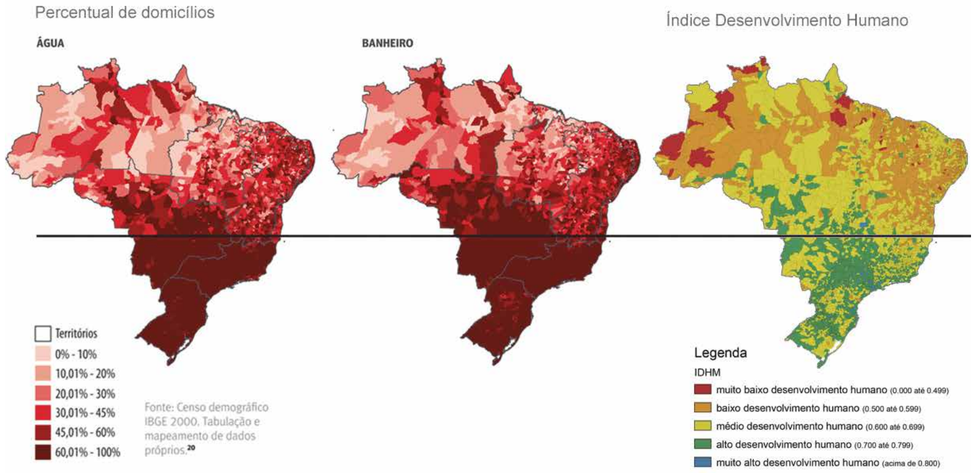
b) Cidades emergentes: atuar em cidades que demonstraram um crescimento populacional positivo considerando os últimos períodos intercensitários, e que apresentam, adicionalmente, uma série de indicadores em evolução: (I) crescimento do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), segundo o PNUD; (II) crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) per capita; (III) qualidade institucional e governabilidade, avaliadas a partir de pesquisa realizada com especialistas do BID e avaliação da existência de experiência com o próprio Banco.

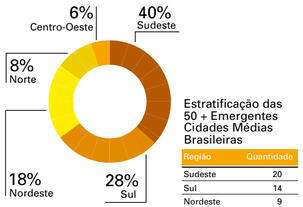
Rede Urbana Brasileira



Fonte: Elaborado com base em Região de Influência das Cidades 2007, IBGE.

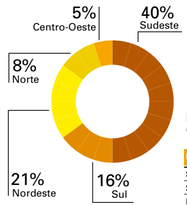
Estratificação das cidades médias brasileiras por região segundo a ICES, 2013
Mapas da concentração de melhores condições no Sul e Sudeste.





Estratificação das 50 + Emergentes Cidades Médias Brasileiras

Região	Quantidade
Sudeste	20
Sul	14
Nordeste	9
Norte	4
Centro-Oeste	3
Total	50



Estratificação das Cidades Médias Brasileiras

Região	Quantidade
Sudeste	131
Sul	43
Nordeste	54
Norte	21
Centro-Oeste	14
Total	263

Fonte: Elaborado pelo BID com base nas publicações "O Estado das Cidades no Brasil", 2010 e "Atlas Brasil 2013".

A partir desta primeira abordagem, utilizada para construir uma primeira lista de cidades para a etapa piloto da ICES, notou-se que as cidades que aparecem nas primeiras posições do ranking concentravam-se nas regiões Sul e Sudeste do país. Esse resultado levaria à continuidade da concentração histórica dos investimentos e atenções nessas regiões.

No Brasil, indicadores de urbanização mostram um país dividido em duas partes: um sul com condições mais adequadas e um norte que, apesar de grandes avanços das últimas décadas, ainda apresenta uma situação mais precária. Como mostrado na figura 2.6, observa-se uma concentração das melhores condições de recursos básicos, como abastecimento de água e existência de banheiros, nas regiões Sul e Sudeste. O resultado do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) municipal de 2013 corroborou esta divisão geográfica. Visando diversificar a área geográfica de atuação, o BID e a CAIXA optaram por ampliar as variáveis de análise para a escolha das cidades na expansão da ICES.

Foram incluídas outras variáveis àquelas utilizadas inicialmente pela ICES, que permitissem ampliar a abrangência do leque de escolhas de cidades, localizadas em diferentes regiões do país, e que permitissem criar diferentes experiências na busca da sustentabilidade urbana.

São trinta variáveis divididas em quatro categorias, sendo três relacionas às dimensões da ICES: Categoria I – socioeconômicas; Categoria II – urbana; Categoria III - ambiental; e Categoria IV – fiscal e governança. Foi definido que o peso das variáveis para formar o indicador composto seria igualmente proporcional entre as quatro categorias, tendo sido considerado um percentual de valoração de 25% para cada uma. As variáveis receberam pesos iguais dentro de cada categoria, ao passo em que dentro de cada uma delas o peso das variáveis foi composto de forma a totalizar 25%. Desta forma, explicam-se os diferentes valores para cada variável, o que depende do número de variáveis em cada categoria. Ao final do processo, foi possível criar um ranking de cidades divididas por região. Foram elencadas, assim, as 50 primeiras do ranking.

Em uma segunda etapa, sem considerar o ranking, já que as 50+ são classificadas como "emergentes" e com potencial de receber a ICES, foi elaborada uma lista de cidades por região do país. O município de João Pessoa foi o primeiro a ser selecionado, sendo a primeira cidade a aplicar a metodologia no âmbito da parceria. Vitória e Florianópolis, ao aceitarem o desafio de implantar a metodologia, iniciaram ao mesmo tempo sua aplicação em dezembro de 2013.

O Brasil tem hoje cinco cidades na ICES, cada uma localizada em uma região do país: Goiânia (Região Centro Oeste), João Pessoa (Região Nordeste), Palmas (Região Norte) e Vitória (Região Sudeste).

Categorias e variáveis usadas para priorização das cidades.

	Fator	%	% e qualidade
SOCIOECONÔMICO	**Região**	3,1%	25%
	IDH Longevidade	3,1%	8
	IDH Educação	3,1%	
	IDH Renda	3,1%	
	PIB 2000 - 2010	3,1%	
	População	3,1%	
	Cresc. das Agências CAIXA	3,1%	
	Contido em Reg. Met. ou Capital	3,1%	
URBANO	Elaborado Plano Diretor	2,8%	25%
	Plano Diretor Revisto	2,8%	9
	Plano Diretor Aprovado	2,8%	
	Proximidade Grandes Eventos	2,8%	
	Crédito Imobiliário	2,8%	
	PAC - Infraest. Social e Econômica	2,8%	
	Cidades Históricas	2,8%	
	Possui Cons. Municipal de Segurança	2,8%	
	Possui Plano Municipal de Segurança	2,8%	
AMBIENTAL	**Índice de Atend. com Rede de Água**	4,2%	25%
	Índice de Atend. com Rede de Esgoto	4,2%	6
	Índice de Tratam. de Esgoto	4,2%	
	Riscos Ambientais e Desastres	4,2%	
	Possui Cons. Mun. Meio Ambiente	4,2%	
	Possui Unidades de Conservação	4,2%	
FISCAL E GOVERNABILIDADE	Expeeriência com A CAIXA	3,6%	25%
	Experiência com a PNAFM	3,6%	7
	Experiência com o BID	3,6%	
	Experiência com o OI	3,6%	
	Gastos com Pessoas/Receitas	3,6%	
	Divida/Receita	3,6%	
	Rating Capac. de PGT (STN-CAIXA)	3,6%	
	TOTAL	100%	



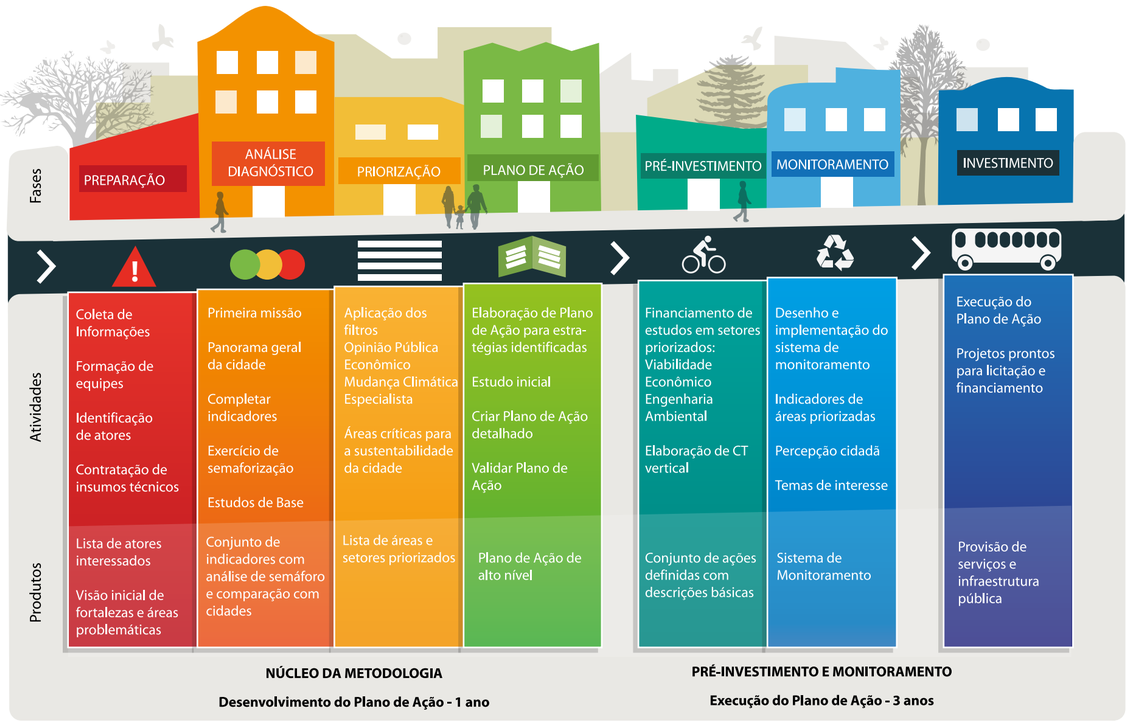
3

como realizamos a avaliação de Vitória?

Para apoiar as cidades de porte médio da América Latina e Caribe a estabelecer um caminho mais claro em direção à sustentabilidade, o BID desenvolveu uma metodologia de diagnóstico rápido que oferece elementos objetivos e analíticos acerca da situação de uma variedade de setores examinados. Dentro desse enfoque, a metodologia instrumentaliza o processo de priorização de soluções que visam estabelecer o desenvolvimento de médio e longo prazos para cada cidade. Ademais, a metodologia busca oferecer insumos ao financiar estudos e/ou buscar financiamento disponível que objetivam a realização de investimentos chave para atingir os objetivos priorizados. Assim, a ICES representa uma nova maneira de identificar e abordar os objetivos mais urgentes de sustentabilidade das cidades a partir de uma visão integrada e multissetorial.

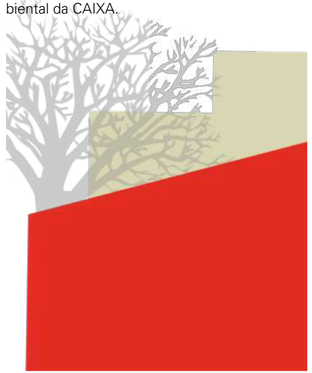
A metodologia ICES compreende seis fases, agrupadas em duas etapas. A primeira etapa consiste no contato com o governo local, formação de equipes e levantamento de informações sobre a cidade (Fase 0), na avaliação rápida e transversal da realidade urbana (Fase 1), na priorização dos mais importantes desafios para sustentabilidade de médio e longo prazos da cidade (Fase 2), e na elaboração de um Plano de Ação para a cidade contendo propostas concretas para interferir positivamente as áreas identificadas como críticas ou que mereçam atenção (Fase 3). A primeira etapa tem duração média de um ano. A segunda etapa da metodologia tem como enfoque a execução do Plano de Ação (Fase 4) e no incentivo à criação de um sistema monitoramento cidadão (Fase 5). Essa etapa tem duração média de três a quatro anos, a depender das intervenções contidas no Plano de Ação.

Fases de uma cidade na Iniciativa CIDADES EMERGENTES e SUSTENTÁVEIS



Fase 0 Preparação

A preparação da ICES em uma cidade brasileira começa com o processo de seleção e o convite formal do BID e da CAIXA para participação na Iniciativa. Após a oficialização do interesse da cidade em integrar a ICES - que é feita a partir do envio de uma correspondência que oficializa a adesão - é realizada a designação oficial de um coordenador-geral e de coordenadores para cada uma das três dimensões, dando-se início à Fase 0 da metodologia, que tem quatro objetivos principais: (i) constituir a equipe técnica que conduzirá o processo; (ii) dialogar com os atores dos diversos setores da cidade para obter uma visão geral inicial dos desafios mais críticos enfrentados; (iii) identificar os principais atores envolvidos e (iv) iniciar a compilação de estudos gerais sobre a cidade e outras informações relevantes que estejam disponíveis. No caso da ICES Vitória, a Fase 0 envolveu também a seleção e contratação do Instituto Pólis para a aplicação da Iniciativa na cidade com os recursos disponibilizados pelo Fundo Socioambiental da CAIXA.



Fase 1 Análise e Diagnóstico

Esta fase tem como objetivo principal identificar as áreas críticas que afetam a sustentabilidade da cidade. Para isso, realiza-se uma avaliação multissetorial e territorial rápida de um conjunto de indicadores quantitativos e qualitativos. Os indicadores são complementados com um diagnóstico mais abrangente sobre diferentes temas, realizada por um grupo de especialistas, acompanhado pela prefeitura, BID e CAIXA. No caso de Vitória, o diagnóstico envolveu o levantamento de 117 indicadores agrupados em 23 áreas temáticas. Uma vez completado o levantamento, os valores obtidos são comparados com os parâmetros propostos pelo BID para a América Latina e Caribe. Como resultado dessa comparação, cada indicador é classificado de acordo com um sistema de semáforos: (I) verde: a cidade mostra bom desempenho; (II) amarelo: o desempenho da cidade poderia melhorar; e (III) vermelho: a situação da cidade é crítica e é necessário atuar.

A partir desse exercício de "semaforização" de indicadores, são analisados em conjunto os resultados do processo por tema, assim como aspectos qualitativos não refletidos diretamente pela avaliação dos indicadores. Ao final, determina-se a cor de consenso entre as diferentes instituições envolvidas para cada um dos 23 temas ou setores.

A metodologia ICES também propõe, de forma a complementar a análise da cidade, um diagnóstico territorial, onde várias informações são analisadas mais detalhadamente por zonas da cidade, raios censitários, unidades administrativas ou outro tipo de divisão territorial. O objetivo dessa análise é identificar zonas críticas na cidade, nas quais os indicadores coletados demonstram um desempenho abaixo da média e que concentram vários problemas identificados.

Fase 2 Priorização

Nesta fase, busca-se estabelecer a ordem de prioridade dos temas críticos para a sustentabilidade da cidade, identificados na fase anterior. Todos os temas e setores da ICES são priorizados a partir da aplicação de quatro filtros: (I) opinião pública (a importância do tema para a sociedade local); (II) econômico: análise multicritério (relaciona as áreas temáticas da ICES com os subfiltros relacionados a dados secundários obtidos para o PIB, emprego e competitividade do município); (III) ambiental/mudança do clima (vulnerabilidade à mudança do clima, níveis de emissão de gases de efeito estufa e potencial de mitigação das emissões em cada tema); e (IV) técnico/valoração de especialistas (análise multicritério entre todas as áreas da ICES). Como resultado, obtém-se uma lista de temas ou áreas de intervenção prioritárias para a sustentabilidade da cidade. A análise realizada durante a Fase 2 envolve a equipe técnica do BID, da CAIXA, da prefeitura, entidades parceiras e de outros atores chave da cidade.



Fase 3 **Plano de Ação**

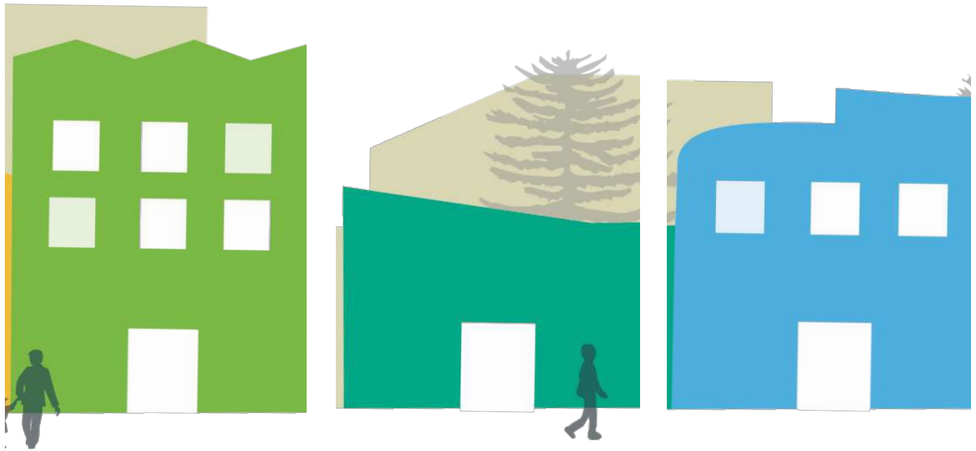
Esta fase tem por finalidade aprofundar a análise dos temas priorizados na fase anterior e identificar as soluções técnicas concretas que serão formuladas no Plano de Ação. O Plano inclui a programação das ações a serem implementadas e a identificação de possíveis fontes de financiamento. Neste caso, é importante mencionar que serão incluídos não apenas estudos preparatórios que podem ser incluídos pelo BID, mas também aquelas soluções que podem ter outras fontes de financiamento (locais, nacionais, privadas, outras fontes multilaterais, agências de cooperação etc.) e que venham a somar nas iniciativas para uma cidade mais sustentável. Embora o Plano de Ação tenha como foco principal as estratégias a serem implementadas pela cidade no curto e médio prazos, sua definição e programação estão orientadas para uma visão de longo prazo.

Fase 4 **Pré-Investimento**

Durante esta fase se inicia a execução do Plano de Ação. Neste momento são realizados os estudos de pré-investimento para formular propostas das soluções concretas incluídas no Plano de Ação. Esses estudos e projetos permitem aprofundar o diagnóstico rápido dos temas priorizados na Fase 2. Além disso, permitem facilitar a formulação de soluções factíveis, que podem ser financiadas por diferentes fontes.

Fase 5 **Monitoramento**

Esta fase busca contribuir para a implementação ou fortalecimento de um sistema de monitoramento cidadão da sustentabilidade na cidade. Seu objetivo principal é gerar um conjunto de indicadores de medição padronizados que permita realizar o acompanhamento dos temas identificados como prioritários nas fases anteriores, que deve ser gerido de maneira independente pela sociedade civil local. Um propósito adicional dessa fase é o fortalecimento e aprimoramento das práticas de participação cidadã e de acompanhamento da prestação de contas dos governos, de modo a fomentar a eficiência na administração pública e incentivar o direcionamento dos recursos para setores prioritários ao desenvolvimento sustentado da cidade.

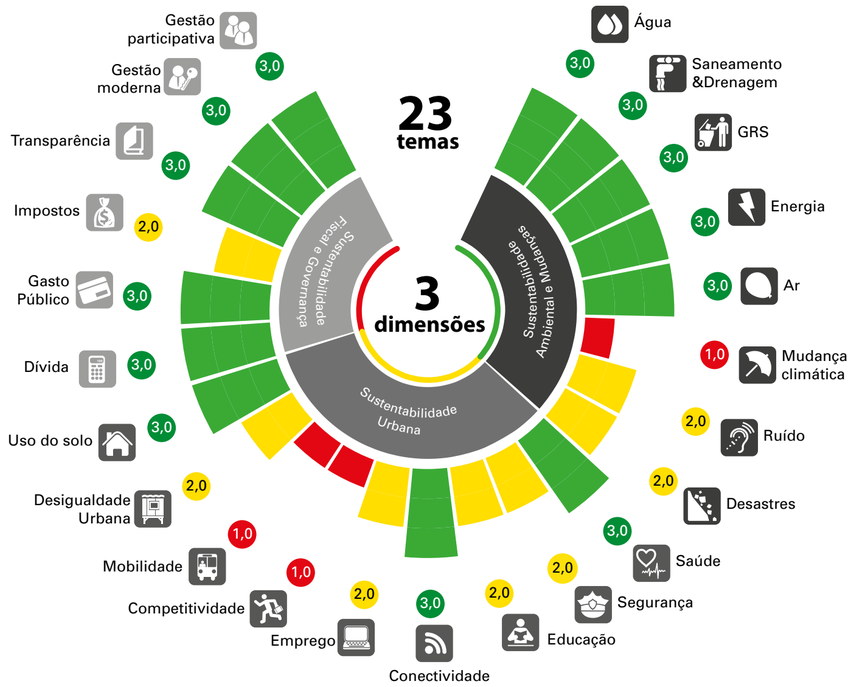






4

o que nos ensinaram os números?



Como explicado anteriormente, o primeiro exercício que se realiza uma vez firmado o acordo de participação de uma cidade na ICES é o de estabelecer os setores ou temas críticos para a cidade. Isso ocorre por meio de uma análise de seu desempenho em diversos indicadores, que buscam avaliar o desempenho municipal nos mais variados aspectos.

Como visto anteriormente, uma cidade sustentável na visão da ICES deve se sobressair em três dimensões:

- 1) Sustentabilidade Ambiental e Mudança Climática
- 2) Sustentabilidade Urbana
- 3) Sustentabilidade Fiscal e Governança

Com essas três dimensões em mente, criamos, para cada uma delas, uma série de pilares, que por sua vez se dividem em temas e subtemas a serem analisados por meio de indicadores e de uma análise qualitativa complementar. A figura a seguir ilustra os níveis de análise da ICES em uma cidade. Cada um dos indicadores é comparado a valores de referência para a América Latina e Caribe, e são classificados de acordo com seu desempenho relativo em um semáforo que o posiciona nas cores verdes, amarela, ou vermelha.

Dentro das dimensões, avaliamos em Vitória um total de 11 pilares, 23 temas, 59 subtemas, por meio de 117 indicadores. A aplicação da metodologia do ICES possibilitou uma leitura de desafios e oportunidades a serem pensadas para o desenvolvimento sustentável da cidade. Além disso, tivemos todos os temas também avaliados pela população local por meio da pesquisa de opinião pública, trazendo ao conhecimento dos técnicos a percepção da sociedade sobre cada um dos temas abordados na ICES.

O diagnóstico apontou temas, caracterizados como verdes, que indicam a existência de políticas públicas bem desenhadas e compatíveis com as necessidades e características de Vitória,. Os temas que apareceram como amarelo, apontam a necessidade de monitorá-los mais atentamente, uma vez que representam desafios para o médio e longo prazo. Os temas que aparecem em vermelho mostram a necessidade de intervenções mais imediatas e incisivas, uma vez que representam desafios que já se manifestam como de forte impacto negativo na vida da cidade.

Os temas relacionados à infraestrutura urbana de água, esgotamento sanitário, drenagem e energia apresentaram todos seus indicadores em verde, assim como o acesso a saúde, a conectividade e o uso do solo. A Gestão Pública de maneira geral também foi analisada de forma positiva, embora questões relativas à capacidade de arrecadação de impostos e autonomia financeira do município, como veremos, apresentam um cenário preocupante.

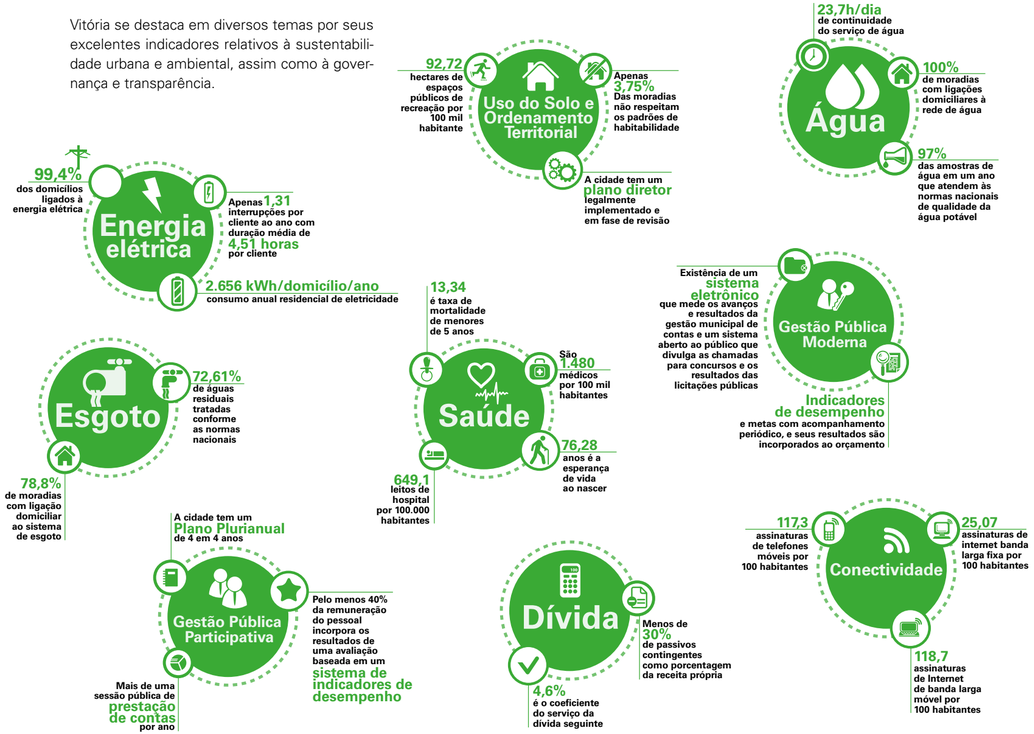
Os temas de Competividade da Economia, Emprego e Gestão do Gasto Público foram avaliados como amarelos. O mesmo ocorreu com os temas de educação e desigualdade urbana. Temas que perpassam questões climáticas como vulnerabilidade diante de desastres naturais no contexto da mudança climática, qualidade do ar, problemas com ruído e gestão de resíduos sólidos também merecem atenção, principalmente no contexto mundial atual que aponta para necessidade das cidades se prepararem para as mudanças climáticas e ambientais do futuro próximo.

Por último, os indicadores que merecem atenção imediata para o desenvolvimento sustentável de Vitória são aqueles que se referem aos temas de Segurança Pública e Mobilidade Urbana, que aparecem na cidade como destaques negativos tanto na avaliação quantitativa feita por meio da coleta de indicadores, como na avaliação dos cidadãos por meio da pesquisa de opinião pública.

A seguir apresentamos uma síntese dos principais resultados deste exercício com os indicadores e pesquisa com a população. Para alinhar nossa leitura com as soluções propostas a seguir, já separamos os temas de acordo com os resultados obtidos: primeiro apresentamos "os grandes valores de Vitória"; em seguida apresentamos os temas destacados como amarelo, que indicam "em que Vitória pode melhorar"; finalmente, falaremos a respeito dos "temas críticos de Vitória".

"Os grandes valores de Vitória"

Vitória se destaca em diversos temas por seus excelentes indicadores relativos à sustentabilidade urbana e ambiental, assim como à governança e transparência.



Água

A Companhia Espírito Santense de Saneamento - CESAN), companhia estadual, é responsável pela captação, tratamento e distribuição de água no município de Vitória, tendo a concessão do abastecimento de água na Região Metropolitana de Vitória por um prazo de 50 anos.

O Sistema Integrado de Produção de água para o Município de Vitória abrange as bacias hidrográficas do Rio Jucu (Estações de Tratamento de Água - ETAS Vale Esperança e Cobi) e Santa Maria da Vitória (Estração de Tratamento de Água - ETA Carapina) que são responsáveis, respectivamente, por 61% e 36% do abastecimento da Grande Vitória. Os sistemas Santa Maria e Jucu possuem juntos 36 Reservatórios, 115 estações elevatórias e quatro milhões de metros de rede de água.

As bacias hidrográficas que abastecem Vitória abrangem territórios de 10 municípios do Espírito Santo e três microrregiões (central serrana, sudoeste serrana e metropolitana), totalizando cerca de 10% do território do estado. Essas bacias devem ser consideradas no planejamento regional e gestão dos serviços de saneamento ambiental, posto que estabelecem relações com a quantidade e qualidade das águas, tanto as de adução para tratamento e consumo humano e industrial, quanto as das praias e as necessárias à manutenção dos ecossistemas.

O sistema de abastecimento de água em Vitória atende a quase totalidade da população (99,3%, segundo o censo do IBGE 2010), dentro dos padrões de potabilidade estipulados pelo Ministério da Saúde.

Nos últimos anos a CESAN tem realizado importantes investimentos em saneamento em todo o Estado do Espírito Santo. Entre os anos de 2003 e 2010 foram investidos R$ 1,01 bilhão e para o período 2011-2015 estão sendo investidos mais R$1,02 bilhão. Deste total, R$ 400 milhões estão sendo investidos em obras no Município de Vitória. Com estes investimentos, ocorreu uma redução de 93% da intermitência no abastecimento de água no município de Vitória.

A universalização dos serviços de infraestrutura de abastecimento de água potável em curto prazo pode ser uma realidade. Entretanto a garantia de tarifas acessíveis a todos, bem como a transparência sobre a tarifação são alguns dos desafios colocados para a municipalidade e para a região metropolitana e sua resolução passa por outro desafio que é a proposta de implantação de agência reguladora que englobe os serviços de saneamento ambiental, já prevista no plano estratégico da cidade de Vitória - Agenda Vitória 2008-2028.

Em Vitória há um saldo hídrico para atendimento até 2030. Esse indicador aponta pra o futuro do abastecimento da Grande Vitória porque ele posiciona que na atual condição hídrica de abastecimento e baseado no aumento da demanda, sem considerar investimentos para ampliação do sistema e busca de outras tecnologias, é possível garantir independência hídrica para o abastecimento nos próximos 15 anos. Ou seja, Vitória tem garantida a captação de áagua até o ano de 2030, tempo suficiente para que possam ser planejadas ações de recuperação hídrica e investimentos em soluções alternativas.

Paralelamente à resolução das questões estruturais do sistema de abastecimento, é necessário também empenhar esforços para a conscientização ambiental por meio de programas educacionais e informativos que atentem à população para o uso racional da água, questão que vem tomando destaque no Brasil devido aos eventos climáticos observados nos anos recentes.

O diagnóstico da área indica que as principais áreas de ações futuras para o abastecimento de água devem se concentrar em propostas que envolvam a questão metropolitana, atentando para a questão da preservação dos mananciais que garantirão a captação futura.

O excelente sistema de captação, tratamento e distribuição de água em Vitória é bem avaliado pela grande maioria da população, aparecendo com destaque como uma política pública muito positiva do município. Não apenas o serviço é universalizado, como também apresenta baixos índices de intermitência e oferece uma boa qualidade da água tratada durante o ano todo. Investimentos públicos continuam sendo feitos para garantir que o abastecimento atenda as demandas atuais e futuras mantendo a mesma qualidade do serviço prestado, mesmo com os resultados positivos apresentados.

Em comparação às Cidades Pares ICES brasileiras e latino americanas (Florianópolis, João Pessoa, Pereira e Mar del Plata), Vitória apresentou o melhor resultado no tema da água, sendo a única cidade na comparação que não apresentou nenhum indicador relativo a este tema amarelo ou vermelho.

Esgotamento Sanitário e Drenagem

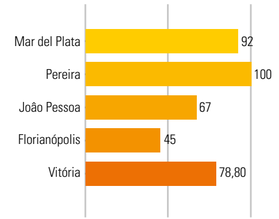
A companhia estadual CESAN, também é responsável pelo sistema de coleta e tratamento de esgotamento sanitário do município de Vitória, tendo a concessão para os próximos 50 anos. Os investimentos em drenagem urbana têm a responsabilidade compartilhada entre o governo do estado e prefeitura municipal, recebendo investimentos de ambas instâncias de governo.

A rede de esgotamento sanitário de Vitória tem sido significativamente ampliada nas ultimas gestões e já está alcançando um estágio bastante avançado de cobertura na cidade. As ações da Prefeitura Municipal têm como objetivo a universalização do serviço, visando à ligação de 100% dos domicílios ao sistema, cuja capacidade de tratamento já contempla toda a quantidade de esgoto gerado pelo município.

Nos últimos anos, houve uma sensível ampliação da rede instalada (79% em 2013 com expectativa de se atingir 100% em 2015). Entretanto, o número de domicílios ligados à rede de esgoto (78,8%) ainda precisa ser ampliado, sendo este um desafio a ser superado para a universalização do atendimento. Este desafio deve-se à existência de um grande número de habitações subnormais, sendo que a Prefeitura Municipal tem feito investimentos para universalizar as ligações nos bairros mais carentes, com perspectivas de alcançar o percentual de 100% dos domicílios ligados à rede de esgoto em 2015.

Em comparação às Cidades Pares ICES, Vitória apresentou o melhor resultado no tema esgotamento sanitário e drenagem, sendo a única cidade na comparação que não apresentou nenhum indicador relativo a este tema amarelo ou vermelho. Vale notar que, apesar de Vitória ainda apresentar percentuais de ligação domiciliar do esgotamento sanitário abaixo das cidades pares latino-americanas, na comparação com as cidades pares brasileiras – João Pessoa e Florianópolis – os resultados de Vitória são muito superiores.

Moradias com ligação domiciliar ao sistema de esgoto (%)



Fonte: Dados Prefeitura Municipal de Vitória – elaboração Instituto Pólis

O sistema de macrodrenagem da cidade de Vitória tem sido alvo de muitos investimentos do Estado nos últimos anos. As obras de drenagem urbana realizadas pelos governos do estado e municipal conseguiram reverter as intensas enchentes comuns no passado, já não havendo ocorrência de enchentes há 10 anos na cidade.

Há, ainda, apenas ocorrências de alagamento de vias públicas, as quais vêm sendo reduzidas com as grandes obras de macrodrenagem previstas no Plano Diretor de Macro Drenagem. O sistema de drenagem escoa as águas em cerca de 2 horas.

Em 2013 foi registrado um evento climático com chuvas que foi classificado pelo Incaper (Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural) como o pior enfrentado pelo Estado do Espirito Santo desde que iniciaram os registros meteorológicos. A Cidade de Vitória sofreu com alagamentos neste período, mas os efeitos da chuva não chegaram a ser caracterizados como enchentes, pois o sistema de macrodrenagem implantado foi eficiente e não permitiu que a situação se agravasse[1].

[1] As enchentes são caracterizadas por fenômenos de transbordamento dos rios devido à elevação do nível d'água dos rios, resultante de precipitações sobre a bacia. Este fenômeno é natural, mas é agravado pela urbanização, que promove a impermeabilização das áreas urbanas, aumentando o escoamento superficial e, consequentemente, o volume de água que chega aos rios. Os sistemas de macrodrenagem buscam interferir neste processo. Os alagamentos, por sua vez, são ocasionados pelo acúmulo de água na superfície urbana e, na maioria das vezes, ocorrem por falhas no sistema de microdrenagem.

Energia

No Brasil, a distribuição de energia elétrica e o fornecimento de gás natural são de competência estadual e, atualmente, no estado do Espírito Santo são realizados por empresas concessionárias privadas. Tal fato limita muito o raio de ação do município dentro deste tema.

O operador do sistema elétrico da cidade de Vitória é o Grupo EDP Escelsa, empresa concessionária de serviços públicos de energia elétrica, que atua em 70 dos 78 municípios do Estado do Espírito Santo.

Hoje, o fornecimento de energia elétrica está praticamente universalizado, atingindo quase a totalidade dos domicílios de Vitória, com 99,4% dos domicílios ligados à energia elétrica. O padrão de serviço oferecido é ótimo, com pouquíssimas interrupções ao longo do ano, com uma média de apenas 1,31 interrupções por cliente ao ano.

Existem leis municipais voltadas para eficiência energética (instalação de sistema de fornecimento de energia solar em imóveis próprios municipais e Programa de Incentivos ao Uso de Energia Solar nas Edificações Urbanas). Além da legislação existente, o município tem tomado importantes iniciativas voltadas para a eficiência energética, como no caso da iluminação pública da cidade, e iniciou discussões sobre a implementação de formas alternativas renováveis de geração de energia elétrica para o futuro próximo.

Entretanto, é importante observar que o Estado do Espírito Santo tem apresentado o maior crescimento no consumo de energia do sudeste brasileiro. Neste contexto, há grande potencial para implementação de ações voltadas para a eficiência energética da iluminação pública e dos prédios públicos. Neste sentido, o município aderiu a programas federais para troca de iluminação pública a fim de torná-la mais eficiente.

Atualmente, o município de Vitória não gera energia renovável. No entanto, há possibilidades futuras, como o aproveitamento energético dos resíduos sólidos urbanos dentro do consórcio metropolitano de tratamento dos resíduos sólidos; a instalação de painéis fotovoltaicos para geração distribuída na implantação do programa Redes Inteligentes (“smart grid”) pela Escelsa; ou a instalação de geradores eólicos tanto em terra (“on shore”) como em locais adequados da plataforma continental (“off shore”).

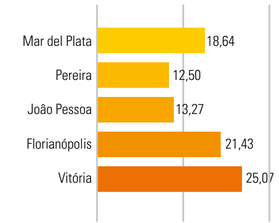
Apesar da qualidade do serviço energético atual em Vitória, a questão da produção de energia renovável e a temática da eficiência energética apresentam-se como importantes ações futuras que podem ser desenvolvidas.

As ações de geração de energia renovável, como o aproveitamento energético dos resíduos sólidos urbanos que já estão sendo discutidas pela Prefeitura no âmbito do Plano de Saneamento Municipal. A prefeitura também já está começando a executar um programa para melhoria da eficiência energética futura com a troca de lâmpadas utilizadas para iluminação pública.

Conectividade

Em comparação às Cidades Pares ICES, Vitória, apresentou o melhor resultado no tema da conectividade A internet banda larga já atende 25% da população, com grande potencial de expansão, seguindo uma tendência nacional. Um aspecto interessante desse cenário é o fato de, em valores absolutos, haver mais assinaturas de telefones celulares do que pessoas na cidade, o que mostra que alguns cidadãos têm mais de um aparelho..

Assinaturas de Internet de banda larga fixa (por 100 habitantes)



Fonte: Dados Prefeitura Municipal de Vitória – elaboração Instituto Pólis

Diante dos bons índices de conectividade da cidade, percebe-se que uma área de possível atuação futura seriam os serviços públicos de telecomunicação, como, por exemplo, a oferta de acesso à internet pública. Em realidade, a Prefeitura, por meio de sua rede MetroVix, já disponibiliza serviços de internet sem fio gratuita em alguns pontos da cidade.

Existe, ainda, um setor na gestão municipal que trabalha com o desenvolvimento na área da informação e conectividade e que tem desenvolvido planejamentos para importantes avanços desta área no município. Este setor foi responsável pela implantação no município do sistema de fibra ótica que abrange toda a cidade.

Na área da saúde, o município é responsável pelo atendimento básico e programa de saúde da família. Nesse âmbito, a cidade já utiliza o prontuário eletrônico – online. Por meio desse sistema o cidadão pode ser atendido em qualquer posto de saúde da cidade, sendo que o médico terá todas as informações sobre a saúde desse paciente disponibilizada online. Foi implantado ainda, o atestado médico informatizado que acabou com fraude em relação à expedição desse tipo de atestado.

Para melhorar a eficiência da administração pública, está se elaborando uma série de medidas ainda, que buscam aproximar o governo municipal de empreendedores através de sistemas de informação, de forma que a prefeitura possa apoiar as empresas e ao mesmo tempo ter mais controle sobre a cobrança de tributos e serviços.

Uso do solo e ordenamento territorial

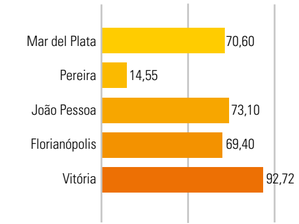
Envolto pela Baía de Vitória e pelo estuário formado pelos Rios Santa Maria, Marinho, Bubu e Aribiri, o município apresenta ilhas, encostas, enseadas, mangues e praias, elementos de grande apelo paisagístico. Vitória é formada por um arquipélago composto por trinta e quatro ilhas e por uma porção continental. A cidade administra ainda a Ilha de Trindade e as Ilhas Martim Vaz, a 1.100 km da costa.

Grande parte da extensão territorial do município está compreendida em uma ilha flúvio-marinha principal, a Ilha de Vitória e, junto com outras ilhas e com a porção continental que formam a capital, Vitória tem cerca de 98,2 km². Devido às características físicas do sítio, todos seus habitantes estão distribuídos em uma mancha urbana de 53,9 km², o que resulta numa densidade de 6.081 habitantes por km², representando 20% da população metropolitana (cerca de 50 % da população do Estado) em 5% do seu território. Originalmente, eram 50 as ilhas que compunham o sítio, muitas das quais foram agregadas por meio de aterros à ilha maior.

Cerca de 40% do território municipal é constituído por morros e morrotes de vertentes íngremes limitando muito a possibilidade de ocupação urbana. Vários aterros propiciaram o crescimento urbano por meio da ampliação de terrenos planos edificáveis, aumentando em cinco vezes o aproveitamento do espaço físico da cidade.

Vitória possui inúmeras áreas verdes, sejam de proteção ambiental, sejam espaços públicos para lazer e recreação, existindo um total de 432 ha de área verde no município. Mesmo que todas as áreas verdes definidas oficialmente como “praças” não sejam todas consideradas como espaços de acesso e usufruto público, Vitória apresenta as melhores relações de espaços públicos por cidadão entre as cidades pares da ICES.

Espaços públicos de recreação (por 100.000 habitantes)



Fonte: Dados Prefeitura Municipal de Vitória – elaboração Instituto Pólis

O município de Vitória foi ocupado primeiramente muito próximo ao chamado maciço central da ilha. A migração interna e a mobilidade das classes sociais de mais alta renda do centro para o mar (ocupação costeira) obedeceu à mesma lógica de ocupação de novas frentes de expansão urbana das principais capitais brasileiras: novas áreas de ocupação impulsionadas pelo uso do transporte individual (carro) gerando novas frentes de exploração imobiliária. Atualmente o bairro Praia do Canto configura-se como a centralidade principal do município de Vitória, com o Jardim da Penha e Mata da Praia se constituindo como subcentros e o Jardim Camburi, depois do aeroporto, reforçando o eixo de expansão a norte.

Em Vitória a primeira frente de expansão imobiliária se deu na direção leste, junto à frente costeira. A ocupação do eixo sul apresenta dificuldade de mobilidade por conta do braço de mar que separa Vitória de Vila Velha. Já a ocupação industrial de grande porte existente ao norte do município de Vitoria, bem como o litoral de característica rochosa, impede a continuidade da expansão urbana nesta direção de forma constante.

A correlação entre condições habitacionais precárias e renda baixa é notada na comparação entre as regiões administrativas, mas é também perceptível na comparação dos dados entre a ilha e o continente. A ilha concentra maior número de domicílios (68,61%) e é onde a ocupação por população de baixa renda ocorreu de forma mais intensa. A ocupação se deu no entorno do Maciço Central, em áreas ambientalmente frágeis, que não interessavam ao mercado imobiliário formal pelas dificuldades que a verticalização em encostas apresenta e também, e principalmente, pelas regras de uso do solo que impõem restrições à ocupação a partir de determinada cota de declividade.

A expansão da área urbana tem sido controlada e seu principal instrumento de ordenamento territorial que estabelece as regras para o crescimento da cidade é o Plano Diretor Urbano – PDU. O primeiro Plano Diretor Urbano de Vitória foi instituído em 1984 e a versão atual, de 2006 (Lei Municipal 6.705/06), já incorpora os instrumentos urbanísticos do Estatuto das Cidades e está em fase de revisão para ser atualizado.

A partir da Lei no. 4167/94 (PDU de Vitória), de 27 de dezembro de 1994, a área urbana passou a abranger todo o território de município, e desde então, a definição de território não sofreu qualquer alteração, assim, atualmente, não há taxa de crescimento anual da malha urbana dentro do território municipal.

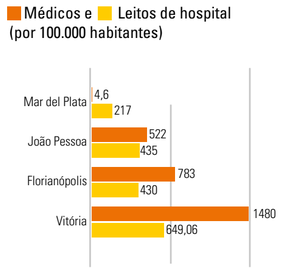
O Plano de Uso do Solo está vinculado ao PDU de 2006 e incorpora em seu escopo normas de uso, ocupação e parcelamento do solo. O Capítulo I trata Do Uso do Solo Urbano. Segundo a legislação, as normas e diretrizes quanto ao uso e ocupação do solo estão contempladas no Anexo 8 da lei que define as zonas de uso e a classificação por atividades. Em relação às questões ambientais, áreas do município foram definidas como Zonas de Proteção Ambiental (ZPA 1,2 e 3), compostas por ecossistemas de interesse para a preservação, conservação e desenvolvimento de atividades sustentáveis e definidas em função das necessidades de proteção integral e dos diferentes graus de uso sustentável permitidos.

Em 1984 foi criado o Conselho Municipal do Plano Diretor Urbano – CMPDU, como órgão consultivo do Poder Executivo para matérias de natureza urbanística e de política urbana, sendo responsável pelo acompanhamento permanente da implementação das normas estabelecidas pelo PDU. Composto por representantes do poder público, sociedade civil e moradores de todas as regiões administrativas da cidade é o mais antigo da Grande Vitória. O PDU de 2006 propôs a criação do Sistema Municipal de Planejamento e Gestão Urbana composto pelos órgãos responsáveis pelo planejamento e gestão do território urbano.

Saúde

Vitória acumula ótimos indicadores de saúde como a elevada esperança de vida ao nascer e baixas taxas de mortalidade infantil, diferenciando-se do país, que ainda apresenta muitos problemas em relação a este indicador. Vitória apresenta um valor de esperança de vida ao nascer superior á média do país (73,5 anos).

A relação de médicos e leitos hospitalares por habitante é considerada excelente no município demonstrando que o serviço público e privado de saúde dá boa resposta às necessidades dos cidadãos. O enorme número de leitos de Vitória deve-se ao seu papel de centro de referência estadual, e particularmente para a região metropolitana. Em relação ao número de médicos e leitos hospitalares por 100 mil habitantes, Vitória apresenta resultados muito superiores aos apresentados pelas cidades pares ICES.



Fonte: Dados Prefeitura Municipal de Vitória – elaboração Instituto Pólis

A cobertura da população de Vitória por planos de saúde é de mais de 70%. Quase dois terços desta cobertura são oferecidos por empresas empregadoras. Mesmo assim, uma parte expressiva da população está acessando os serviços oferecidos pelos planos ao mesmo tempo em que utilizam o SUS - Sistema Único de Saúde.

A administração mantém um claro compromisso com a implementação do SUS – Sistema Único de Saúde - e o fortalecimento da Estratégia da Saúde da Família, tanto ampliando a cobertura da população pelas Equipes de Saúde da Família e de Saúde Bucal, que já é das mais altas entre as capitais – 80% e 65% respectivamente. O governo municipal está ainda introduzindo equipes de NASF – Núcleos de Apoio à Saúde da Família, que não havia nas gestões anteriores em Vitória.

Um dado que a administração municipal apresenta, com satisfação, é o do IDSUS – Índice de Desempenho do SUS. Ele foi construído em 2012 pelo Ministério da Saúde com 24 indicadores, buscando produzir "uma aferição contextualizada do desempenho do sistema de saúde, avaliando o acesso e a sua efetividade". Os municípios foram divididos em 6 grupos. Os municípios do Grupo 1 são os que apresentam melhor infraestrutura e condições de atendimento à população. Apenas 29 municípios entraram neste grupo, entre eles 21 capitais. No Espírito Santo, apenas Vitória faz parte dele, possuindo o melhor IDSUS, de 7,08. Os maiores destaques em Vitória estão nos indicadores de acesso e qualidade da atenção básica.

Gestão pública participativa

As gestões públicas contemporâneas se pautam, mesmo que parcialmente, pela participação dos cidadãos desde o planejamento das ações, da consulta sobre as prioridades a serem adotadas, à definição de recursos para as áreas a serem contempladas, até o acompanhamento da execução dos gastos públicos.

A Prefeitura Municipal de Vitória tem feito um importante esforço, através da Secretária de Gestão Estratégica, para a construção de uma política de Gestão Compartilhada que tem como princípios, gabinete itinerante que, por meio de audiências, realiza escuta à população e; planejamento estratégico. Neste contexto foram implantados diversos serviços. O Gabinete online foi criado como um canal de participação virtual destinado às pessoas que precisam expor os problemas enfrentados e não têm condições de participarem presencialmente. Adicionalmente, existem ainda canais de comunicação entre a gestão e os cidadãos como as redes sociais (Facebook; twitter; instagram e whatsapp).

Assegurada pelo Art. 54 da Lei de Responsabilidade Fiscal, há em Vitória, no mínimo três sessões públicas por ano, ao final de cada quadrimestre, para apresentação do Relatório de Gestão Fiscal para que a população possa ter contato com a gestão orçamentária municipal. As apresentações dos Relatórios são precedidas de ampla divulgação para que a população possa ter conhecimento de quando e onde vai ocorrer e desta forma poder participar ativamente.

Existem ainda, na cidade, 26 Conselhos Municipais que discutem e tomam decisões periodicamente sobre as políticas públicas desenvolvidas pela gestão municipal.

Gestão pública moderna

A Prefeitura de Vitória conta com vários instrumentos que contemplam uma gestão pública moderna. Um exemplo importante da moderna gestão de Vitória é a remuneração do pessoal baseada em sistema de indicadores de desempenho. Com a implantação do Sistema de Avaliação de Desempenho no Município de Vitória, os servidores efetivos do município passaram a ser avaliados por suas competências, conforme estabelecido por Lei Complementar Municipal, utilizada para fins de aquisição da estabilidade no serviço público, conforme o art. 41 parágrafo da Constituição Federal.

O site do governo publica informações de forma transparente sobre as mais diversas áreas da atuação pública, inclusive a de finanças, o que permite à população conhecer o planejamento das ações da prefeitura e discutir sobre elas nos canais de participação existentes. A transparência das contas municipais possibilita aos cidadãos acessarem as receitas e despesas do governo e, portanto, um importante instrumento para a cidadania.

A cidade possui um orçamento planejado por quatro anos, baseado no Plano Plurianual – PPA, lei que define as prioridades do Governo pelo período de 4 (quatro) anos. Em Vitória, há vasta abrangência dos conteúdos integrantes do plano plurianual, ou seja, o estabelecimento, de forma regionalizada, das diretrizes, objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

Através do site da Prefeitura de Vitória é possível acessar o link Portal da Transparência, que também dá acesso ao Portal de Compras, Editais e Licitações, onde se obtêm informações

sobre as compras e licitações, inclusive de pregões eletrônicos e presenciais que estão ocorrendo. O sistema permite aos cidadãos e empresas se informarem sobre os procedimentos e quando vão ocorrer os processos licitatórios, o que amplia a possibilidade de participação de todos.

Em comparação às Cidades Pares ICES, Vitória apresentou no tema Gestão Pública Moderna os melhores resultados, sendo o único município com todos indicadores verdes. Este fato deve-se ao empenho da gestão municipal atual em empreender uma gestão com planejamento e monitoramento através de indicadores de resultado.

Vale destacar, ainda, o papel da Controladoria Geral do Município – CGM, que exerce um importante controle interno de toda a gestão municipal, por meio de mecanismos que visam à garantia da aplicação dos recursos públicos em conformidade com os bons princípios da administração pública e com a legislação vigente.

Esse conjunto de instrumentos permite à população conhecer o planejamento das ações da prefeitura, ter um quadro motivado de funcionários e uma população informada a respeito do andamento das políticas públicas.

Dívida

O balanço das contas de Vitória demonstra que sua situação em relação à dívida pública é bastante segura, o que significa um bom controle sobre os cofres da cidade. Os passivos da dívida municipal estão dentro de níveis bastante seguros em relação à receita da cidade e seu coeficiente de serviço se mantém baixo.

O coeficiente do serviço da dívida em relação às receitas próprias do município, segundo dados da Prefeitura de Vitória em - 2013 foi de 4,6%, portanto dentro dos melhores padrões de classificação desse item. A série histórica deste indicador, desde 2010 apresentou constância neste padrão positivo, mostrando que este resultado positivo está consolidado no município.

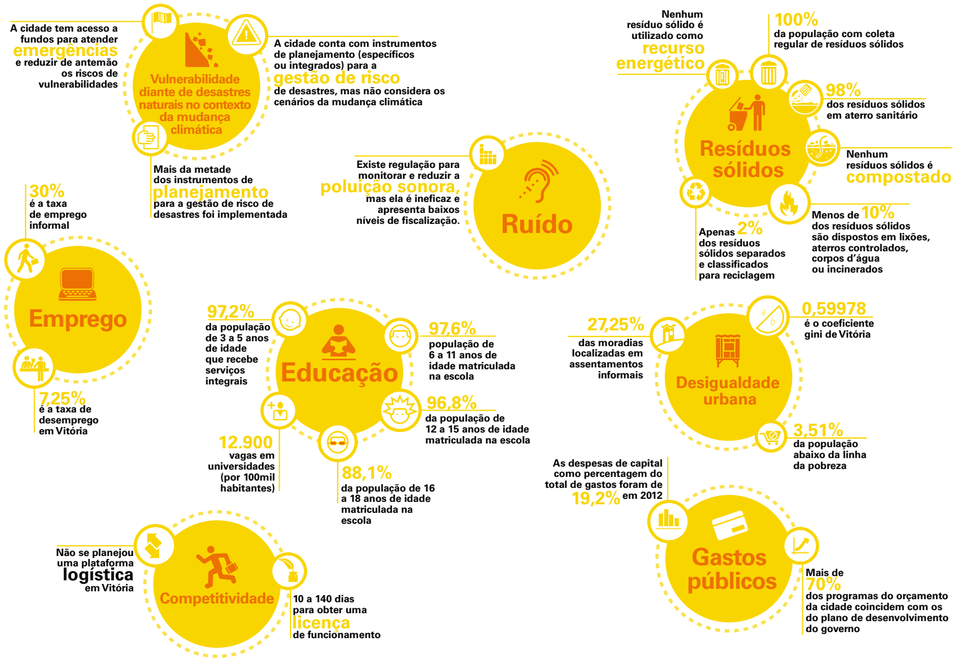
Coeficiente do serviço da dívida

2010	2011	2012	2013
5,1%	5,7%	7,0%	4,6%

Fonte: Secretaria Municipal de Fazenda – SEMFA.

Contudo, apresentar baixos valores de dívida contratada nem sempre significa que a situação deve permanecer assim, o governo local de Vitória têm uma ampla margem para obter financiamentos através de operações de crédito, que deve ser utilizado para garantir o maior investimento nos temas priorizados a curto, médio e longo prazo. Assim, para o tema da dívida, o diagnóstico aponta para a possibilidade de ações de estudo sobre a consecução de financiamentos que poderão ser obtidos pelo município para a execução de políticas públicas, possibilitado pela condição atual da dívida do município.

O que em Vitória merece atenção e pode melhorar!



Uma variedade de temas em Vitória foram diagnosticados como amarelos e serão aprofundados a seguir. A composição de variáveis que formam os indicadores destes temas obtiveram resultados regulares para alguns itens e insatisfatórios para outros, resultado um tema classificado como amarelo no cômputo geral. Nesses casos os resultados negativos alertam para temas que necessitam de melhorias, questões ainda não resolvidas de maneira adequada ao desenvolvimento sustentável do município, mas que não apresentam ainda situações graves. Tais ressalvas devem pautar discussões da gestão pública e da sociedade desde o planejamento até a definição de recursos para implementação de programas e ações das áreas abordadas a médio e longo prazo.

Educação

A área de educação é muito bem estruturada em Vitória, atraindo inclusive usuários de municípios vizinhos que buscam vagas no município de Vitória. A média de anos de estudo em Vitória é uma das mais altas do país, chegando a 10,4 anos.

O município de Vitória possui alguns indicadores de educação bastante favoráveis, apresentando o segundo melhor índice de Desenvolvimento Humano - IDH-E (dimensão educação do IDH Municipal) entre os 81 municípios com mais de 300 mil habitantes do país (inclusive todas as capitais estaduais). A capital capixaba também apresentou-se como um dos cinco municípios brasileiros com índice 'muito alto' de desenvolvimento em educação.

Observa-se em Vitória um fato curioso e diferenciado em relação ao resto do Brasil. Existe uma ampliação da procura por vagas no ensino público pelas famílias de classe média em função da melhoria da qualidade do serviço prestado. O índice de reprovação por Regiões também tem indicado melhoras nos últimos anos.

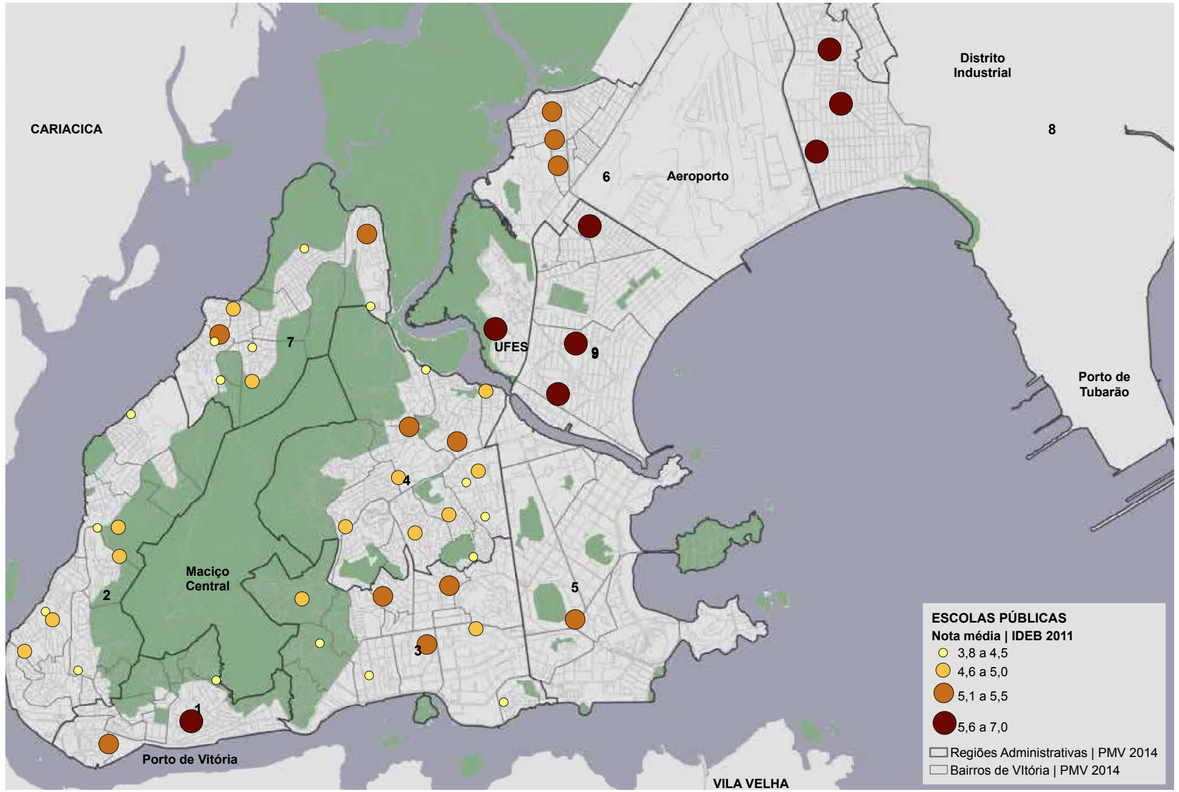
Vitória apresenta-se, então, como ilha de excelência na política pública de educação. Contudo, enfrenta um desafio importante, pois os bairros limítrofes com outros municípios apresentam uma demanda das cidades vizinhas para as escolas de Vitória. A postura da Prefeitura municipal diante deste fato é de não impedir o atendimento mesmo quando se verifica o fato dos alunos morarem em outras cidades. Entretanto, esta posição cria um risco importante para o tema, que precisa disponibilizar cada vez um número maior de vagas para atender seus munícipes e os municípios do entorno. Neste sentido, é fundamental que se faça uma discussão metropolitana sobre a questão da educação, buscando alternativas integradas entre os municípios e, também, o envolvimento do governo estadual.

Por outro lado, a cidade apresenta diferenças socioterritoriais que se refletem diretamente nos indicadores educacionais, e que acabam contribuindo para a reprodução de desigualdades territoriais existentes. O reflexo de problemas na área da educação podem ser observados nos resultados da avaliações da Prova Brasil e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB por escola, que apresentam resultados muito diferenciados de acordo com a região dos alunos. O diagnóstico da área sugere que o enfrentamento das desigualdades territoriais na questão educacional seja a principal linha de ação futura.

Na comparação no tema Educação com as Cidades Pares ICES, Vitória que foi o único município que não obteve vermelho no resultados individuais das variáveis que compõem o tema. No entanto, na variável que refere-se ao número de matriculas entre crianças e adolescentes, em idades de 6 a 15 anos, não apresentaram resultados tão satisfatórios em relação ao benchmark estabelecido na metodologia, resultando em um indicador amarelo para o tema, ainda que em comparação as outras cidades a Educação em Vitória se apresente mais satisfatória.

	Vitória	Florianó-polis	João Pessoa	Pereira	Mar del Plata
Taxa de alfabetismo entre os adultos	97%	98%	90%	94,90%	98%
Porcentagem da população de 3 a 5 anos de idade que recebe serviços integrais de desenvolvimento infantil pré-escolar	97,20%	72%	32%	72%	90%
Porcentagem da população de 6 a 11 anos de idade matriculada na escola	97,60%	88,60%	81,17%	96%	N/D
Porcentagem da população de 12 a 15 anos de idade matriculada na escola	96,80%	88,60%	99,52%	83%	91,00%
Porcentagem da população de 16 a 18 anos de idade matriculada na escola	88,10%	90,90%	83,75%	48%	75,00%
Vagas em universidades por 100.000 habitantes	12.900	2.722	4381	41%	5.134

Fonte: Dados Prefeitura Municipal de Vitória – elaboração Instituto Pólis



1 – Centro, 2 – Santo Antônio, 3 – Jucutuquara, 4 – Maruípe, 5 – Praia do Canto, 6 – Goiabeiras, 7 – São Pedro, 8 – Jardim Camburi e 9 – Jardim da Penha I Fonte: IDEB, 2011 – elaboração Instituto Pólis

Gestão de Resíduos Sólidos

A Secretaria Municipal de Serviços (Semse) é responsável pela execução, gerenciamento e fiscalização dos serviços de limpeza pública no município de Vitória. A SEMSE executa os seguintes serviços: coleta seletiva, coleta de lixo domiciliar, coleta de lixo hospitalar, varrição de ruas e lavagem de ruas e escadarias, mutirões de limpeza, limpeza de feiras livres, limpeza da Baía de Vitória e estações Bota-Fora.

A coleta de resíduos sólidos domiciliares em Vitória foi universalizada e quase a totalidade dos resíduos sólidos urbanos (98%) produzidos em Vitória é encaminhada para um aterro sanitário, com uma boa vida útil remanescente (20 anos), localizado no município de Cariacica, município vizinho da Grande Vitória. A disposição dos resíduos sólidos de Vitória é feita no aterro da empresa Marca Ambiental, com área total de 2.207.255 m².

Quando avaliados os indicadores do tema, o resultado mostra-se satisfatório. No entanto problemas com a disposição dos resíduos e baixos índices de reciclagem foram citados pela população do município e refletem as diretrizes determinadas no novo marco legal da política nacional.

A Pesquisa de Percepção Cidadã apontou que 44% dos entrevistados relataram que muitos resíduos são deixados para trás durante este processo. Ademais, apesar de não ocorrer disposição de resíduos em lixões ou aterros controlados em Vitória, o descarte irregular de resíduos sólidos domiciliares pela população é um problema sério a ser equacionado.

Além disso, a compostagem e o aproveitamento energético de resíduos não existe no município, e a separação e classificação para o processo de reciclagem apresenta uma porcentagem muito baixa com relação à totalidade dos resíduos gerados (apenas 2%).

A prefeitura municipal atualmente está elaborando o plano municipal de saneamento, que inclui o tema dos Resíduos Sólidos Urbanos. Tal planejamento demonstra a preocupação do governo local em discutir novas alternativas e tecnologias para solucionar a disposição final dos RSU de Vitória, mas o tema ainda inspira cuidados que devem refletir-se em políticas de médio e longo prazo.

Outra ação futura fundamental no tema de resíduos sólidos é a reflexão e busca de novas alternativas à disposição integral dos resíduos no aterro sanitário. Além do aterro utilizado atualmente ter uma vida útil determinada, a nova política de RSU do Brasil determina que se reduza significativamente a disposição dos resíduos em aterros.

Em comparação às Cidades Pares ICES, Vitória apresentou um resultado no tema Gestão dos Resíduos Sólidos muito semelhante aos demais municípios, inclusive em comparado às cidades brasileiras. Os resultados vermelhos concentram-se nas questões ligadas à reciclagem, compostagem e aproveitamento dos resíduos para produção de energia limpa, o que revela que esses temas ainda precisam avançar. Esta é uma realidade brasileira, não exclusiva de Vitória, mas com a aprovação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, busca-se um avanço nos resultados dos municípios brasileiros nas ações ligadas ao tema.

Indicador		Unid.	Valor Inicial	Cidades Pares - ICES			
				Florianópolis	João Pessoa	Pereira	Mar del Plata
10	Porcentagem da população da cidade que conta com coleta regular de resíduos sólidos municipais	%	100%	100%	100%	100%	100%
11	Porcentagem de resíduos sólidos municipais da cidade dispostos em aterros sanitários	%	98%	94%	99%	100%	99%
12	Vida remanescente útil das instalações do aterro sanitário	anos	(*) 20 anos	10	15	12	20
13	Porcentagem de resíduos sólidos municipais da cidade dispostos em lixões, aterros controlados,corpos d'água ou incinerados	%	<10%	0%	0%	0%	0%
14	Porcentagem de resíduos sólidos municipais da cidade compostados	%	0%	1%	1%	0%	0%
15	Porcentagem de resíduos sólidos municipais da cidade separados e classificados para reciclagem	%	2%	5,00%	1,01%	0,20%	9,20%
16	Porcentagem de resíduos sólidos municipais da cidade utilizados como recurso energético	%	0%	0%	0%	100%	0%

(*) Pode ser licenciado para mais 25 anos.

Fonte: Dados Prefeitura Municipal de Vitória – elaboração Instituto Pólis

Qualidade do ar

A Região Metropolitana da Grande Vitória possui uma Rede Automática de Monitoramento da Qualidade do Ar (RAMQAR) administrada pelo Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA). Os dados coletados nas estações de monitoramento da RAMQAR estão relacionados aos seguintes poluentes atmosféricos: Partículas Totais em Suspensão (PTS); Partículas Inaláveis (PM10); Ozônio (O3); Óxidos de Nitrogênio (NOx); Monóxido de Carbono (CO) e Hidrocarbonetos (HC). No sentido de viabilizar a análise da qualidade do ar, também são realizados o monitoramento de parâmetros meteorológicos nestas estações, incluindo Direção e Velocidade dos Ventos, Precipitação Pluviométrica, Umidade Relativa do Ar, Temperatura, Pressão Atmosférica e Radiação Solar. No Município de Vitória existem três estações que fazem parte da RAMQAR: Vitória Centro, Enseada do Suá e Jardim Camburi.

Os padrões de qualidade do ar existentes são considerados bons para todos os poluentes medidos, em que pese alguns eventos regulares registrados anualmente, principalmente nos períodos de outono e inverno, quando há menor precipitação.

Entretanto, é importante observar que os padrões de qualidade do ar observados nestas medições (Resolução CONAMA 03/1990) estão muito defasados se comparados aos parâmetros atuais de qualidade do ar definidos pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como adequados para a saúde humana. Nesse sentido, se levarmos em consideração os padrões de qualidade do ar definidos pela OMS, a concentração de poluentes atmosféricos no Município de Vitória apresenta muitos eventos considerados acima do estabelecido como aceitável.

A diferença nos padrões de análise sugere a necessidade de se estabelecer, em nível estadual e/ou municipal, padrões mais rigorosos de qualidade do ar e, também, dar efetividade aos mesmos com o objetivo de melhor resguardar a saúde e qualidade de vida dos cidadãos que vivem nesta municipalidade.

Ruído

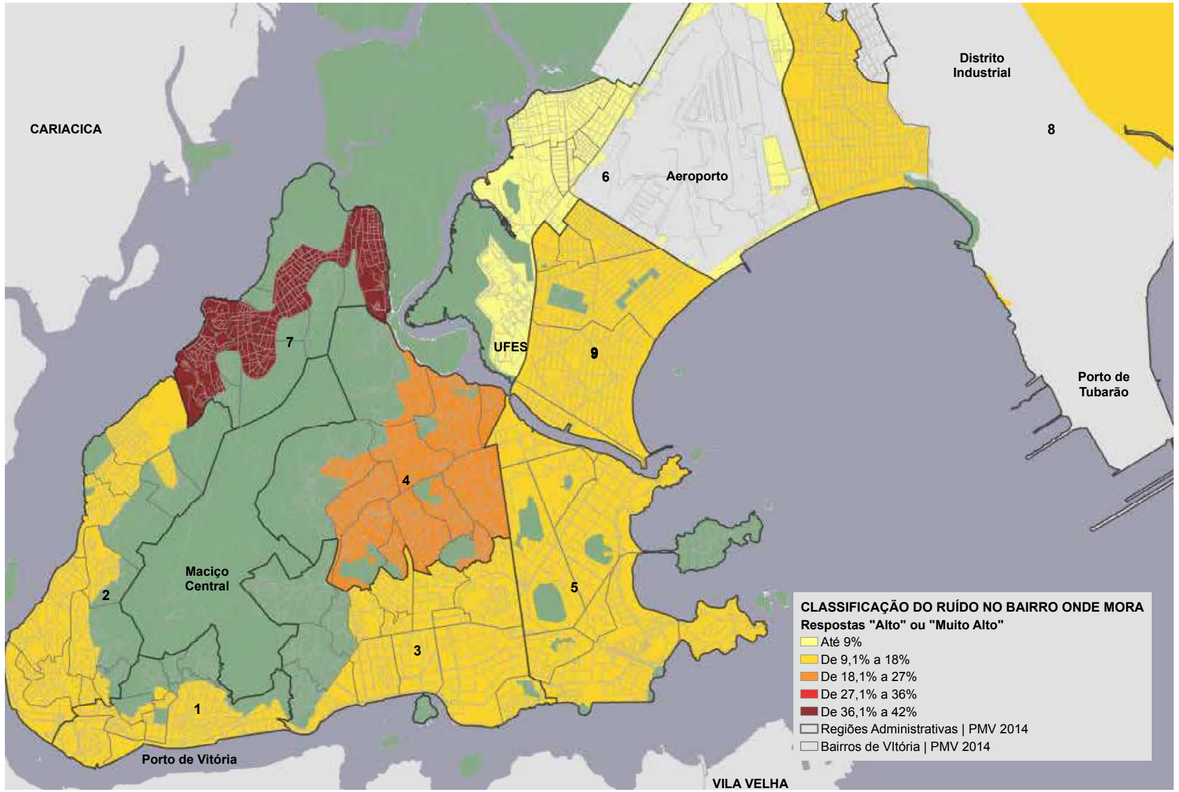
O Município de Vitória possui um sistema estruturado de controle e fiscalização da poluição sonora desde 1998. Este sistema, chamado Disque Silêncio, ligado à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, funciona 24 horas por dia mediante denúncias de perturbação do sossego público. Este serviço trabalha com resposta imediata para a denúncia realizada e os parâmetros adotados são aqueles estabelecidos pela norma brasileira NBR 10.151/2000 e Resolução COMDEMA n. 44/2012, que determina os limites máximos de decibel (dB) permitidos por tipologia de zona definida no Plano Diretor.

Entretanto, apesar de o Disque Silêncio atender cerca de 3 mil denúncias anuais, o cumprimento das normas acústicas fornecido por este tipo de fiscalização é limitado e o monitoramento inconstante. Fundamentalmente, a fiscalização mediante demanda não permite um tratamento amplo da problemática que envolve a poluição sonora em ambientes urbanos e periurbanos.

Para tanto, faz-se necessário desenvolver uma política mais ampla de prevenção, mitigação, monitoramento e fiscalização das fontes de poluição sonora, incluindo, por exemplo, um maior controle na concessão de alvarás para atividades e empreendimentos geradores de ruído, investimentos em tecnologias de monitoramento de ruído, ações de educação ambiental e o estabelecimento de uma rotina de fiscalização, independente de denúncias, em áreas críticas.

Ademais, para que esta política seja efetiva, é importante elaborar um amplo diagnóstico que vá além da base estatística de ocorrências registradas pelo disque silêncio, incluindo uma base de dados espaço temporal sobre a dinâmica das diversas fontes de poluição sonora local. Importante observar que a Pesquisa de Percepção Cidadã ICES evidencia que, apesar de algumas regiões administrativas apresentam níveis maiores de ruídos, a poluição sonora atinge a todas as regiões e segmentos da sociedade de Vitória através de fontes diversas.

Destaque especial pode ser dado para a poluição sonora provocada por fontes de difícil percepção pelo atual sistema de monitoramento e fiscalização, incluindo os ruídos e incômodos provocados pelo trânsito e circulação, por som automotivo e, também, por aqueles ruídos derivados de carros, motos e bicicletas de propaganda.



1 – Centro, 2 – Santo Antônio, 3 – Jucutuquara, 4 – Maruípe, 5 – Praia do Canto, 6 – Goiabeiras, 7 – São Pedro, 8 – Jardim Camburi e 9 – Jardim da Penha I Fonte: Pesquisa de Opinião ICES, 2014, elaboração Instituto Pólis

Vulnerabilidade diante de desastres naturais no contexto da mudança climática

Quando comparado ao cenário nacional, a estrutura que Vitória possui para os riscos da cidade é relativamente boa, pois conta com sistemas de alerta estaduais que têm apresentado eficiência nos últimos eventos ocorridos. A análise realizada nos três Estudos de Base realizadas pela parceira IDOM-Cobrape e desenvolvidas no próximo capítulo dessa publicação, permite uma análise mais aprofundada do tema.

Vitória está incluída no Centro Nacional de Monitoramento de Desastres Naturais - CEMADEN. Estando incluída como cidade monitorada, o município pode ser atendido pelo sistema nacional de alerta apesar de não existir um sistema próprio municipal.

Vitória é uma cidade especialmente sensível às mudanças de nível do mar, face à sua configuração geográfica e geomorfológica. A Prefeitura Municipal de Vitória em conjunto com a Universidade Federal (UFES) desenvolve há vinte anos o PROJETO MAPENCO, que monitora as áreas de risco do município e respaldam tecnicamente a Defesa Civil Municipal em suas ações. Este Projeto elabora onze laudos geológico-geotécnicos por mês. E a Secretaria Municipal de Obras (SEMOB) é responsável, ainda, pelo desenvolvimento de cinco projetos de encosta por mês. Atualmente, estão mapeados, no município de Vitória, 136 setores com risco geológico-geotécnico, sendo que desses, 95 são setores em risco alto e muito alto. Os mapeamentos indicaram 562 domicílios em setores de risco alto e muito alto, e um número de 120 domicílios indicados para remoção por conta do risco.

Os impactos nos setores de drenagem de águas pluviais e esgotos, bem como os riscos associados a esses setores, tais como inundações e problemas de saúde pública associadas aos esgotos, podem ser relevantes nos próximos anos.

Em 2008 foi aprovado em audiência pública o Plano Municipal de Drenagem Urbana, onde foi cadastrada toda a rede de drenagem e produzidos mapas de pontos críticos de alagamento e de vulnerabilidade ao assoreamento das redes.

Existem 98 bacias de drenagem em Vitória. Foram realizadas 29 ações estruturais (obras) levando em consideração os dados produzidos. Para tanto a demandas e as obras foram primeiro simuladas em software (modelo digital).

Em Vitória, existem ainda, três estações de bombeamento que operam 24 horas por dia retirando das galerias as águas das chuvas (Sistema B. República, Sistema Maruípe e Sistema J. Camburi). Os investimentos anuais em manutenção são da ordem de R$ 4,2 milhões. Foram construídos dois reservatórios de amortecimento em Maruípe para complementar o trabalho da estação de bombeamento, com as águas lançadas nos manguezais. Estas obras estão inseridas em um planejamento que prevê aplicação de R$ 235 milhões em drenagem em 29 bacias da cidade, sendo R$ 16 milhões em intervenções já concluídas e R$ 123 milhões em andamento. Há recursos próprios da Prefeitura e dos governos federal (PAC 3) e estadual.

Colocam-se como desafios importantes ainda aumentar a quantidade de projetos a serem elaborados por mês para suprir a necessidade da Prefeitura Municipal, assim como ampliar o número de laudos a serem elaborados por mês, tendo em vista a grande quantidade de processos aguardando a elaboração de laudos. Existe, ainda, a necessidade de readequar a estrutura organizacional da PMV e aumentar a quantidade de profissionais para atendimento da gestão do risco de forma mais eficiente, principalmente na área de fiscalização.

É importante observar que apesar destas medidas que vem sendo tomadas pelo governo local, ainda há falta de gestão de risco integrada, uma vez que são realizadas apenas ações isoladas. Assim, é fundamental também que se incorpore o Mapeamento de Risco no Mapa de Uso e Ocupação do Solo do município, inserindo a definição de resiliência na gestão do risco no município e criando respostas aos munícipes de acordo com a preparação realizada.

Gestão do gasto público

Os gastos correntes nas prefeituras brasileiras, normalmente, superam em muito as despesas de capital porque a prefeitura fundamentalmente é uma prestadora de serviços nas áreas de educação, saúde e, de forma auxiliar, na área da segurança pública o que envolve a contratação de mão de obra.

Os dados de Vitória apontam que mais de 70% dos programas do orçamento incluídos no PPA (Plano Plurianual) coincidem com os planos de desenvolvimento do governo, no entanto o gasto público tem sido objeto de muita preocupação do governo local de Vitória, que tem projeções importantes de perda de receita nos próximos anos.

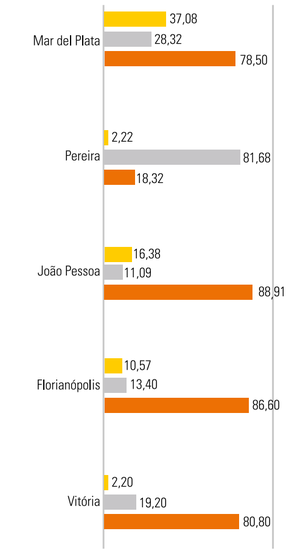
Em Vitória, seguindo a tendência nacional, os gastos correntes como percentagem do total de gastos foram de 90,1% em 2013, percentual maior do que os anos anteriores. Será importante a Prefeitura acompanhar e planejar permanentemente os gastos correntes para que não faltem professores, médicos e que o nível salarial continue atraindo profissionais para a área pública.

Gastos correntes (porcentagem do total de gastos)

2010	2011	2012	2013
80,1%	84,8%	80,8%	90,1%

Fonte: Secretaria Municipal de Fazenda – SEMFA

Gastos correntes como porcentagem do total de gastos



Fonte: Dados Prefeitura Municipal de Vitória – elaboração Instituto Pólis

Em comparação às Cidades Pares ICES, Vitória apresentou no tema Gestão do Gasto Público os melhores resultados, junto com Florianópolis, apresentando todos os indicadores positivos. No entanto, com a diminuição da receita, um grande desafio de Vitória é melhorar a gestão de seus gastos. Este tem sido o principal esforço da secretaria de finanças municipais na gestão atual. Entre os anos de 2012 e 2014 houve uma considerável diminuição nos gastos. Contudo, a maior diminuição dos gastos observada foi em investimento, o que representa um risco importante para o desenvolvimento sustentável do município.

Variação das despesas (PMV)

Variação na Despesa 2013/2012	Global	Part. %	Recursos Próprios	Part. %
Despesa total	-12,6%	100,0%	-9,2%	100,0%
Pessoal	-4,0%	49,9%	-7,6%	51,3%
Custeio	-2,8%	38,9%	-3,0%	38,1%
Investimento	-59,9%	8,0%	-43,9%	7,0%
Serviço da Dívida	36,8%	3,3%	36,8%	3,6%

Fonte: Secretaria Municipal de Fazenda – SEMFA

Ajustar as despesas à realidade da queda de receita nos últimos anos configura-se como a principal ação a ser enfrentada pela Prefeitura de Vitória em curto prazo.

Competitividade da economia

Dentro da estrutura de governança da Prefeitura de Vitória na área de competitividade econômica atua a Companhia de Desenvolvimento de Vitória – CDV, uma empresa pública municipal, pessoa jurídica de direito privado, constituída sob a forma de sociedade anônima e que iniciou suas atividades em 1987. Enquanto instrumento de negócios da Prefeitura Municipal, esta companhia é responsável por analisar conjunturas econômicas, desenvolver estudos e pesquisas, contratar projetos de viabilidade técnica e econômica, com o objetivo de fomentar e desenvolver a economia destas estruturas da cidade em médio e longo prazos. Além da CDV, também atua na área a Secretaria de Desenvolvimento da Cidade – SEDEC que, entre outras atribuições, concede licenciamentos para novos negócios na cidade.

A Secretaria de Turismo, Trabalho e Renda - SEMTRE é responsável pelo desenvolvimento turístico e pela geração de trabalho e renda, sendo um importante indutor do desenvolvimento econômico com inclusão social, desenvolvendo programas de curto, médio e longo alcances, complementando a ação estratégica da CDV"

Vitória é um município que se destaca, em termos econômicos, seja entre os municípios de sua Região Metropolitana, seja em âmbito nacional. O PIB per capita da cidade, que apresenta a riqueza produzida pela população local, é o maior entre as capitais brasileiras.

Contudo, a realidade deste território apresenta uma considerável desigualdade que se revela no insuficiente acesso de parte da população aos serviços sociais básicos e na demanda ainda existente por condições dignas de moradia em áreas de difícil acesso, de risco e de interesse ambiental. Este fato se expressa na diferença entre crescimento e desenvolvimento econômico, sendo o primeiro entendido como um indicador de crescimento da economia (aumento do PIB) e o segundo como a distribuição dos frutos deste crescimento de forma justa com a sociedade. Este entendimento pressupõe que para o desenvolvimento sustentável são fundamentais algumas ações estratégicas estruturantes para melhorar a avaliação do tema em Vitória, permitindo uma melhor absorção da dinâmica econômica por uma parcela significativa da sociedade.

Em termos gerais, a economia de Vitória é voltada para as atividades portuárias, ao comércio, à indústria, à prestação de serviços e também ao turismo.

A indústria destaca-se na produção de alimentos, têxteis, móveis, siderurgia, produtos químicos e setores ligados à mineração e ao petróleo e gás (este, mais recentemente). Atualmente, seguindo uma trajetória semelhante à da própria economia brasileira, a indústria em Vitória vem perdendo participação no PIB municipal, em detrimento do aumento do setor de serviços, embora muitos deles ainda conectados com a indústria (os chamados "serviços industriais", de apoio à atividade industrial, como os serviços logísticos, de intermediação financeira, bancários, de consultorias às indústrias em temas jurídicos, de marketing etc), além dos serviços ligados ao turismo e ao comércio. Na última pesquisa sobre PIB municipal, quase 50% da geração de riqueza concentrava-se nesse setor.

Os novos e volumosos investimentos realizados no município e na região ao longo dos últimos trinta anos demonstram que boa parte destes se origina nas atividades das grandes empresas produtoras de commodities (mineração, siderurgia, celulose, petróleo e gás natural) e, sobretudo, por empresas internacionais, num nítido cenário de internacionalização do território capixaba. Em que pese que tais investimentos acarretam uma melhoria da competitividade sistêmica do território, bem como a um aumento na arrecadação de determinados tributos, entende-se que este "modelo" de crescimento negligencia parte importante da população local, em termos do acesso aos frutos deste aumento da competitividade (emprego de melhor qualidade, qualificação da mão – de- obra em setores modernos, mobilidade urbana de melhor qualidade, salários e moradias dignos, etc.).

Emprego

Na área de trabalho e renda, a Secretaria de Turismo, Trabalho e Renda da Prefeitura de Vitória (SEMTTRE) faz a articulação do trabalhador desempregado, de baixa renda ou de baixa qualificação profissional com o mercado de trabalho da região metropolitana, por meio da Agência Municipal do Trabalhador. É de responsabilidade desta secretaria, ainda, a oferta de cursos de capacitação e qualificação profissional e o estímulo à formação de associações e empresas associativas de produção de bens ou serviços. Também facilita o acesso do empreendedor formal e informal ao crédito.

Vitória tem uma taxa de desemprego de 7,25% e uma taxa informalidade de 30%, dados inferiores ao do estado do Espírito Santo que apresenta 46% de taxa de informalidade, colocando a cidade em uma situação razoável no tema.

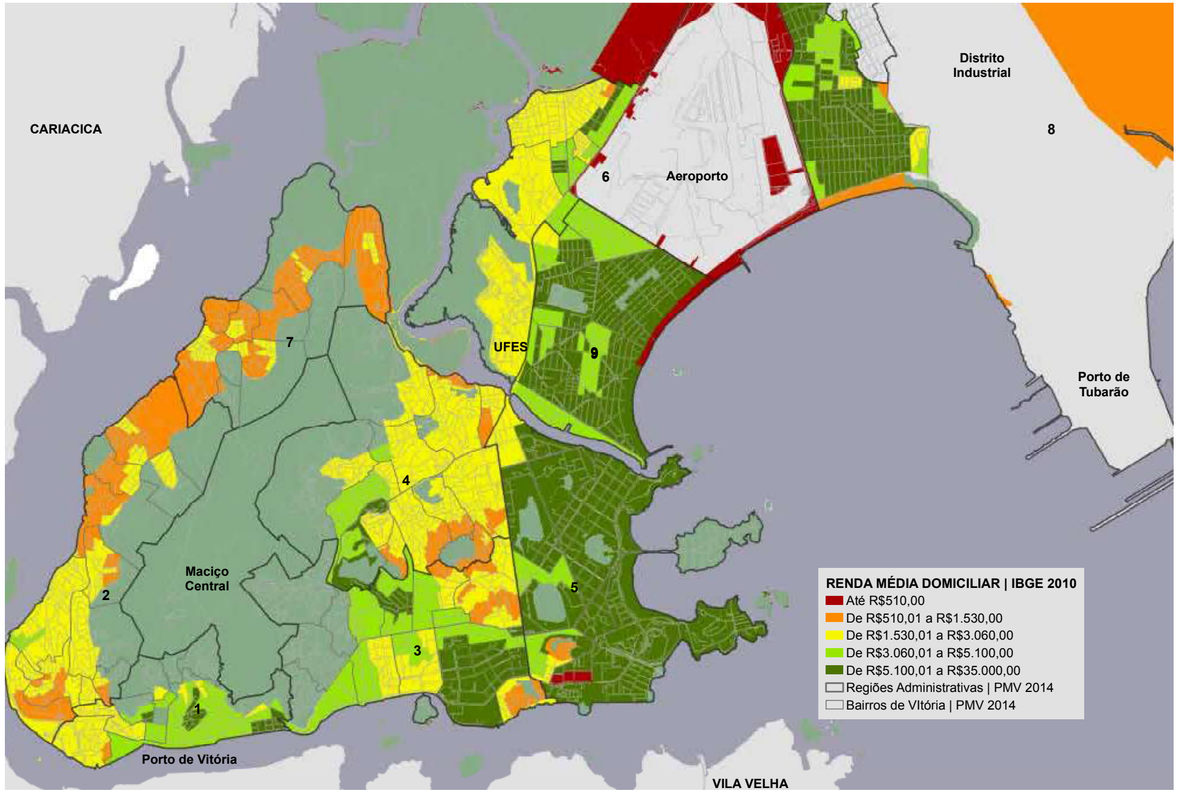
Em relação ao rendimento do trabalho, os dados do IBGE (2010) apontam que 34% da população economicamente ativa tem rendimento abaixo de 2 salários mínimos e apenas 3,02% recebem rendimentos acima de 20 salários mínimos.

Contudo, o fato de Vitória concentrar suas atividades no setor de Serviços (cerca de 50% do PIB), e mais especificamente, Serviços de Governo, faz com que exista um conjunto de servidores públicos, principalmente da esfera federal, com remunerações bem acima da média nacional.

Entretanto, os trabalhadores com empregos formais de Vitória têm um grau elevado de escolaridade, com mais de 66% deles com o ensino médio completo ou diploma universitário, o que revela uma contradição quando comparado aos os percentuais de famílias com baixos salários. Explicando esta contradição, os dados apresentados pelo estudo Agenda Vitória 2008-2028[2] mostram que a demanda por trabalhadores no município de Vitória se concentra em áreas que exigem pouca qualificação, mesmo que, para efeito de seleção dos trabalhadores para as vagas disponíveis, exija-se alto nível de escolaridade. Neste sentido, é essencial que o município caminhe para um modelo desenvolvimento econômico que possibilite a geração de emprego com melhores salários e de melhor qualidade.

O fato dos indicadores de emprego apresentarem-se como amarelos nas análises apontam para a necessidade de reflexão por parte do governo e da sociedade sobre a implementação de ações que visem o desenvolvimento de novos investimentos em diferentes dimensões setoriais e intersetoriais, de modo a conectar a nova oferta de empregos e à demanda de mão-de-obra local. Além disso, promoveria maior articulação entre as instituições de ensino e qualificação da mão-de-obra, em prol do pacto pela geração do emprego local.

[2] http://www.vitoria.es.gov.br/arquivos/20110511_agendavix_trabalho_diag.pdf.



1 – Centro, 2 – Santo Antônio, 3 – Jucutuquara, 4 – Maruípe, 5 – Praia do Canto, 6 – Goiabeiras, 7 – São Pedro, 8 – Jardim Camburi e 9 – Jardim da Penha I Fonte: IBGE/Censo 2010. Elaboração Instituto Pólis

Desigualdade urbana

Constata-se que há uma desigualdade muito alta na Grande Vitória, haja vista a renda altamente concentrada em Vitoria. Da mesma maneira, no interior do município de Vitória, apesar do alto PIB per capita e da pouca presença de população abaixo da linha de pobreza, constata-se uma desigualdade importante que aparece quando os indicadores são territorializados, por isso o índice Gini é muito alto. O expressivo resultado do índice Gini (0,59) mostra uma importante desigualdade na distribuição de renda e riqueza entre os cidadãos do município.

A desigualdade de renda verificada no território reflete-se nas moradias da população, segundo Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS, 2007) - 27,25% dos domicílios de Vitória estão localizados em assentamentos informais. Contudo o Programa Terra, que atua de forma integrada nas áreas de interesse social com projetos de urbanização, programas habitacionais e sociais, conjuntamente com o Programa Habitar Vitória desenvolvido pela Secretaria de Habitação, vem reduzindo significativamente esta demanda

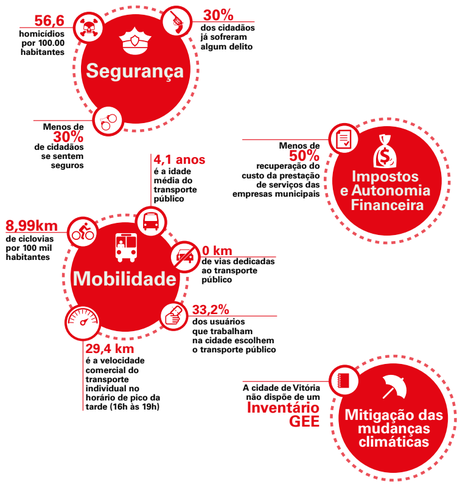
Observa-se ainda que regiões administrativas da cidade onde aparecem as menores concentrações de renda são também as regiões onde indicadores de outros temas apresentam pior desempenho e onde a população, na pesquisa de opinião, apontou as maiores fragilidades das políticas públicas. Este fato demonstra que apesar de Vitória ser uma cidade que na média apresentou bons resultados nos indicadores, existe uma desigualdade urbana importante a ser considerada.

O tema da desigualdade no município sugere como horizonte de atuação o aprimoramento das políticas de combate à pobreza, assim como das políticas de infraestrutura e de estímulo econômico, de modo a distribuir os benefícios do desenvolvimento de maneira mais sustentável e integrada no território.



O que nos chama atenção: os temas críticos de Vitória

Existem quatro temas críticos em Vitória presentes em todas as três dimensões de sustentabilidade da ICES. Isso reforça a necessidade de pensarmos em soluções transversais que permitam melhorar a qualidade de vida de seus cidadãos.



Mobilidade

Em Vitória a Secretaria Municipal de Transportes, Trânsito e Infraestrutura Urbana (Setran) planeja, coordena e gerencia a implementação das políticas municipais de transporte, trânsito e de infraestrutura viária e de iluminação pública.

A mobilidade é um dos maiores gargalos na capital capixaba: os congestionamentos diários nos horários de pico têm se tornado um grande entrave para a locomoção da população de Vitória. A pesquisa de opinião pública ICES revelou que 70% da população da Região Metropolitana de Vitória consideram os engarrafamentos no trânsito um dos principais problemas para a qualidade de vida dos cidadãos. Nessa mesma pesquisa, a melhoria da mobilidade apareceu como um dos maiores desejos da população.

A própria configuração do uso do solo de Vitória contribui para os gargalos de mobilidade. A relação emprego e moradia nos bairros em Vitória mostrou-se muito pior do que nas cidades pares brasileiras, isto é, a cidade é constituída de muitos bairros residências, onde existem poucos empregos, e bairros com maior dinâmica econômica, onde existem poucas moradias. Esta configuração leva a que a maioria dos moradores (42% segundo a Pesquisa Origem e Destino de 2007) tenha que se deslocar cotidianamente nos horários de pico pela manhã e no final do dia.

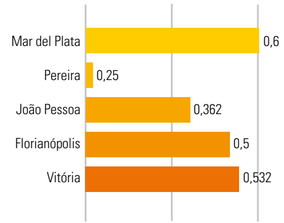
Média da relação entre emprego e moradia nos bairros de Vitória

Cidades Pares brasileiras - ICES			
	Vitória	Florianópolis	João Pessoa
Razão emprego / moradia	14/1	1,7/1	1,29/1

Fonte: Dados Prefeitura Municipal de Vitória – elaboração Instituto Pólis

A frota de automóveis na cidade é muito grande, sendo a segunda cidade entre as cidades pares em percentual de automóveis por habitantes (0,532 automóveis per capita, IBGE, 2010).

Automóveis *per capita*



Fonte: Dados Prefeitura Municipal de Vitória – elaboração Instituto Pólis

Adicionalmente, o sistema de transporte público é deficiente em relação à demanda, que tem uma escala metropolitana. Assim, apenas 33,2% dos habitantes da cidade usam o transporte coletivo como modal cotidiano. A elevada participação do transporte individual é resultado da renda relativamente mais alta da Capital aliada aos constantes engarrafamentos em diversos horários do dia.

O Município de Vitória é atendido por dois sistemas de transporte coletivo que se superpõem e competem entre si: os serviços municipais, constituído por 55 linhas, operando com uma frota de cerca de 300 veículos, respondendo por 19 mil viagens ao mês, e os serviços metropolitanos, com 198 linhas e uma frota de mais de mil ônibus. O sistema metropolitano – TRANSCOL, gerenciado pela CETURB-GV, empresa do Governo do Estado, é um modelo tronco-alimentado, estruturado em 7 terminais de integração: Dom Bosco, Vila Velha, Ibes, Itacibá, Laranjeiras, Carapina e Campo Grande.

Apesar dos investimentos estaduais que se iniciaram recentemente para melhorar as infraestruturas de transporte coletivo, o município ainda não possui corredores dedicados exclusivamente ao transporte público e o serviço convencional de linhas de ônibus tem uma fraca avaliação em relação ao tempo de espera e de viagem. Os investimentos em transporte coletivo são uma grande urgência na cidade.

É necessário também, o investimento em modos alternativos de transporte. Apesar dos 29,5 km de ciclovias existentes, bastante expressiva para a realidade brasileira, a rede de vias e faixas para bicicleta ainda tem uma extensão pouco abrangente e precisa ser expandida para atender mais regiões da cidade e se consolidar como uma alternativa para o transporte urbano cotidiano.

A atual gestão tem investido neste modal como prioridade, ampliando a malha cicloviária, a instalação de paraciclos e realizando outras ações como a redução de vagas para estacionamentos de carros em áreas de grande densidade de trânsito, a instalação de estacionamentos rotativos além de campanhas incentivando a convivência pacífica no trânsito.

O município de Vitória tem grande importância dentro da Região Metropolitana devido à concentração de empregos e de serviços. Porém, como o crescimento populacional dos outros municípios tem sido maior do que o de Vitória, a participação percentual desses nas viagens cotidianas tem aumentado. Atualmente, Vitória é o grande polo de atração de viagens da Região, recebendo em 2007, 510 mil viagens diárias (quase 43% do total), além de viagens entre os demais municípios, que precisam necessariamente passar pela já saturada Área Central de Vitória.

Atração de viagens dos municípios da RM no interior do município de Vitória

	Centro	Centro Expandido	Reta da Penha	Maruípe	Serafim Derenzi	Continental	Total
Cariacica	3.668	2.130	3.129	1.370	305	2.520	**13.122**
Serra	2.525	1.977	3.583	1.252	205	4.042	**13.584**
Viana	444	450	208	28	88	1.811	3.029
Vila Velha	2.788	2.082	1.582	480	298	2.584	**9.814**
Vitória	3.728	4.289	3.642	4.992	1.740	6.605	24.996
Externa	13.153	10.928	12.144	8.122	2.636	17.562	**.545**
Total	**20,4%**	**16,9%**	**18,8%**	**12,6%**	**4,1%**	**27,2%**	**100,0%**

Fonte: Pesquisa Origem-Destino Região Metropolitana da Grande Vitória 2007

Dada a natureza do problema e a dimensão metropolitana da questão de mobilidade, é essencial que Vitória trabalhe de forma integrada com demais municípios da RMV e com o Governo do Estado. Assim, na área de transporte, as ações de planejamento e a integração metropolitana devem ser necessariamente serem implementadas pelo município em integração com a gestão metropolitana.

Neste sentido, o governo do Estado do Espírito Santo já iniciou a construção de uma ligação de transporte coletivo de alta capacidade, por ônibus - BRT, em via exclusiva para a conexão da RMGV que inclui um importante trecho de sistema passando no interior do município de Vitória.

Seria muito interessante o desenvolvimento de consórcios associados ao tema para gestão da mobilidade metropolitana.

Segurança Pública

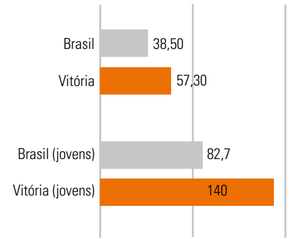
Embora Vitória tenha bons índices de desenvolvimento humano e seus sistemas de educação e de saúde públicas sejam reconhecidos pelo desempenho acima da média, a capital capixaba sofre bastante com os indicadores de segurança.

No que se refere ao tema de Segurança Pública, a cidade de Vitória possui, em sua estrutura de governança municipal, duas secretarias que atuam na área. A Secretaria Municipal de Segurança Urbana – SEMSU, cujos objetivos são a proposição e execução de ações de prevenção à violência e à criminalidade a partir de estratégias de inclusão social. E a Secretaria de Cidadania e Direitos Humanos – SEMCID, que tem como meta a construção de uma cultura cidadã de direitos humanos e de paz e a defesa da igualdade racial e de gênero, bem como a toda forma de tolerância. A cidade também tem uma Guarda Civil Municipal que é subordinada à SEMSU e responde por parte dos projetos da secretaria.

Dados de pesquisas recentes colocam Vitória como uma das cidades com as mais altas taxas de homicídios do país, sendo considerado 3º. Capital com o maior número de mortes por arma de fogo no Brasil.[3]

A partir dos dados disponíveis em pesquisas nacionais como o Mapa da Violência organizado pela FLACSO/Brasil, Vitória é a 7ª capital com maior taxa de homicídios (por 100 mil habitantes) no país, com 57,3 enquanto a média brasileira é de 38,5[4], número que dispara quando são considerados os homicídios de jovens entre 15 e 29 anos. Nesta faixa etária específica, Vitória é a 4ª capital do país, com uma taxa de 140,7 homicídios a cada 100 mil habitantes. A taxa brasileira é de 82,7/ 100 mil habitantes.

Taxas de homicídio no Brasil e em Vitória/ES (cada 100.000 habitantes)



Fonte: Mapa da Violência organizado pela FLACSO/Brasil

De acordo com os dados disponibilizados pela SEMSU, essas mortes se concentram em algumas regiões administrativas da cidade (Maruípe, Santo Antonio e São Pedro principalmente), revelando uma distribuição desigual da violência, que deve ser observada nas políticas de prevenção. Essas informações são confirmadas pelos resultados obtidos na pesquisa de percepção cidadã da ICES. Ainda no diagnóstico do perfil dessas mortes, Vitória segue os padrões internacionais e do restante do país: os homicídios estão concentrados entre os homens e jovens (16 a 29 anos) com predominância na raça negra.

Apesar de a taxa de violência doméstica registrada no município não ser tão elevada assim como a de roubos e furtos, estes são crimes com reconhecida subnotificação e merecem algumas ponderações e por isso não podem ser menosprezados nas políticas específicas de prevenção. Trata-se, indiscutivelmente, de um tema prioritário para a cidade.

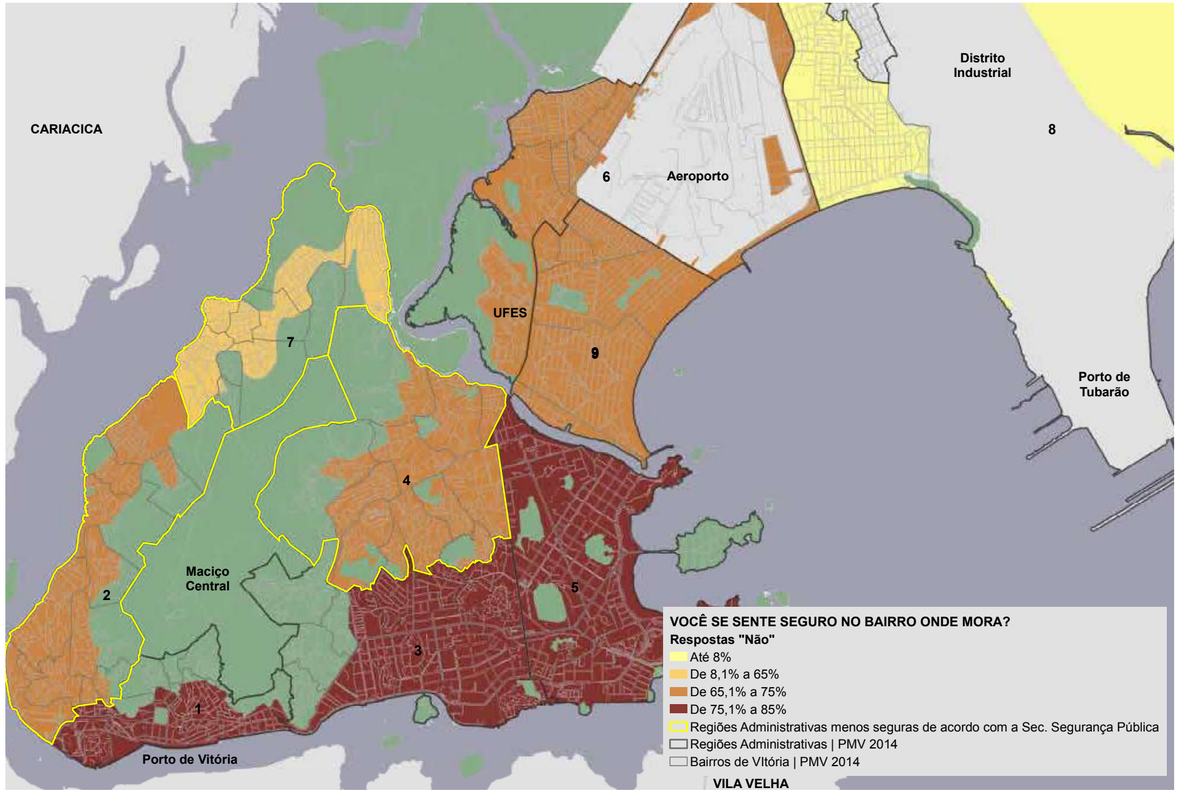
A Semcid desenvolve um programa voltado a este tema em um Centro de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica – Cavvid, que oferece suporte e apoio às vítimas, assim como desenvolve um programa de sensibilização com os agressores. Importante ação inédita é desenvolvida através do "Botão do Pânico" que é fornecido às vítimas com medida protetiva determinada pela justiça e que garante a cobertura da Guarda Municipal em caso de tentativa de aproximação feita pelo agressor.

Ainda no campo da violência contra a mulher, os indicadores levantados pela ICES devem ser observados com cautela, sobretudo quando analisados junto com a taxa de homicídios de mulheres no Estado e em Vitória. O Espírito Santo é o estado com a maior taxa de homicídios entre mulheres (9,4/100 mil habitantes) e Vitória ocupa a 18ª posição em relação ao país[5]

[3] Mapa da Violência 2013 - Mortes matadas por Armas de Fogo

[4] Dados do ano de 2012.

[5] Mapa da Violência 2012 Caderno Complementar 11: Homicídio de Mulheres no Brasil.

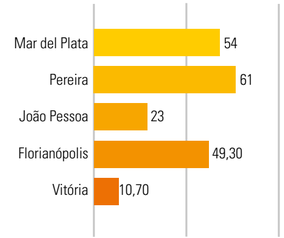


1 – Centro, 2 – Santo Antônio, 3 – Jucutuquara, 4 – Maruípe, 5 – Praia do Canto, 6 – Goiabeiras, 7 – São Pedro, 8 – Jardim Camburi e 9 – Jardim da Penha I Fonte: Pesquisa de Opinião, 2014, elaboração Instituto Pólis

Além disso, vale considerar também a taxa de estupros para o estado (a informação não está disponível para os municípios). O Espírito Santo registrou uma taxa de 16,5 em 2012. A título de comparação, a taxa mais alta no Brasil foi registrada em Roraima (52,2) e a mais baixa em Minas Gerais (10,1).

Os números de roubos e furtos são menos preocupantes quando comparados aos crimes contra a vida, sugerindo que os crimes contra o patrimônio não são fundamentalmente uma prioridade para o município. Entretanto, duas observações são necessárias: (i) e a (ii) esses são crimes com altas taxas de subnotificação e, normalmente, são também avaliados a partir de pesquisas de vitimização. Além disso, o fato de que menos de 30% dos entrevistados declarou se sentir seguro na cidade pode ser interpretado considerando não apenas os crimes contra a vida, mas também os crimes contra o patrimônio, um elemento que reconhecidamente contribui para a sensação de insegurança.

Cidadãos que se sentem seguros (%)



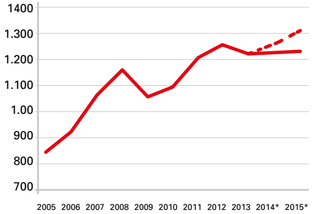
A porcentagem de cidadãos que se declaram inseguros na cidade é muito alta. Na pesquisa de percepção cidadã em Vitória, 89,3% dos entrevistados responderam que, em geral, não se sente seguro caminhando sozinho à noite na cidade. Na mesma pesquisa, ainda, 79,3% dos entrevistados responderam que, em geral, não se sentem seguros no bairro onde vivem. Entre as cidades pares selecionadas na ALC, Vitória foi a que apresentou os piores resultados na percepção de segurança nos cidadãos.

Ainda na pesquisa de percepção cidadã em Vitória, 17,6% dos entrevistados responderam que ele ou algum parente já foi assaltado, agredido ou vítima de algum delito nos últimos 12 meses.

Impostos e autonomia financeira

A autonomia financeira é um indicador fundamental que permite conhecer a capacidade do município de definir suas políticas públicas com recursos próprios. Vitória tem maior receita per capita das capitais brasileiras.

Evolução da receita disponível em R$ bilhões (PMV)



Fonte: Prefeitura Municipal de Vitória, 2013

Entretanto, Vitória teve uma perda muito significativa de receita entre os anos de 2012 e 2014. Em 2012, a receita per capita de Vitória era 45,5% maior do que a do 2º colocado neste ranking, sendo em 2013 esta diferença baixo para 27,0% esta diferença. Em relação à média nacional, o mesmo ocorreu: em 2012, Vitória estava 83,3% acima da média nacional, baixando a diferença, em 2013, para 55,1%.

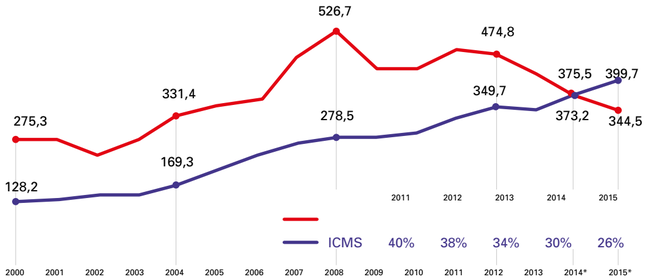
Em R$ preços correntes	2012	2013
Vitória	4.115	1.940
Curitiba	2.829	1.528
São Paulo	2.775	1.586
Porto Alegre	2.670	1.389
Belo Horizonte	2.543	1.491
Rio de Janeiro	2.510	1.462
Palmas	2.393	1.237
Florianópolis	2.205	1.257
Cuiabá	2.180	1.127
Recife	1.993	1.058
Aracaju	1.922	1.006
Porto Velho	1.805	996
João Pessoa	1.791	978
Teresina	1.747	934
Fortaleza	1.606	781
Natal	1.577	853
Manaus	1.551	809
Boa Vista	1.521	923
Maceió	1.398	717
Rio Branco	1.356	724
Belém	1.316	684
Salvador	1.296	753
Macapá	1.083	583
Total	2.246	1.251

Diferente de outros municípios brasileiros que apresentam baixa autonomia na receita, Vitória tem quase 40% de sua receita vinda de tributos/arrecadação própria. Entretanto, o município ainda conta fortemente com a receita advinda de transferências constitucionais, como royalties e ICMS. O imposto municipal que mais contribui com a receita é o ISS, representando 62% dos impostos arrecadados e 24,8% da receita corrente total do município e caracterizando-se como o maior ISS per capta das capitais brasileiras. Contudo, o ISS arrecadado é muito concentrado em algumas atividades. Existe uma gama de atividades que não pagam o imposto. O IPTU é responsável por apenas 11% dos impostos arrecadados.

Nesta gestão o governo municipal está realizando uma série de medidas a fim de cobrar destes serviços com o advento da NOTA VITÓRIA, seguindo o modelo da nota fiscal paulista. O objetivo desse programa é incentivar a solicitação de documento fiscal dos prestadores de serviços estabelecidos no Município de Vitória, através da disponibilização para todos os clientes pessoas físicas que contratarem serviços no Município de Vitória de 30% do ISS efetivamente recolhido pelo prestador.

Até 2013 o ICMS foi o principal componente da receita municipal, representando naquele ano, 34% da receita total. Entretanto este imposto tem apresentado uma importante queda a partir de 2012.

Receita de ICMS e ISS em R$ milhões



Fonte: Prefeitura Municipal de Vitória, 2013

A cidade de Vitória começou a sentir os efeitos da unificação das alíquotas do chamado ICMS de importação. O estado do Espírito Santo e consequentemente a capital do estado onde está situado o porto tiveram as alíquotas daquele imposto reduzidas de 12% para 4%, o que levou a perda de arrecadação. Isso ocorreu devido à aprovação da Resolução Nº 13 do Senado Federal em 2012. Essa Resolução unificou a alíquota do ICMS interestadual sobre os produtos importados em todo território nacional. Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento (MDIC), os automóveis foram um dos itens que afetaram o desempenho das importações nos portos capixabas.

Nesse novo quadro, em 2013 houve uma perda de receita total de R$ 169,3 milhões e em 2014 e 2015 deverá ocorrer uma perda de ICMS de R$ 50 milhões em cada ano, apontando para uma tendência de estagnação da receita disponível.

Houve, ainda, queda das transferências do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) devido à isenção do IPI da indústria automobilística e da linha branca.

Assim, a receita de Vitória teve importantes perdas nos últimos anos, com uma forte tendência de estagnação da Receita Disponível. São perdas que precisam ser compensadas por outras formas de aumento de receitas e/ou com a melhoria dos gastos públicos. Apenas assim será possível manter o nível de investimentos e qualidade dos serviços na cidade.

Em conclusão, apesar de Vitória ter uma receita própria ampla - acima da média dos 80 maiores municípios brasileiros - e de depender menos de transferências governamentais de outros entes federativos do que a maioria dos municípios brasileiros - a queda na arrecadação total apresenta-se como o principal desafio das finanças públicas municipais a ser enfrentado já a curto prazo para que os investimentos planejados sejam possíveis.

Mitigação a mudanças climáticas

O Estado do Espírito Santo editou a Lei 9.531/2010 que Institui a Política Estadual de Mudanças Climáticas - PEMC, contendo objetivos, princípios, diretrizes e instrumentos de aplicação.

Na PEMC estão previstas a adoção de ações de mitigação e adaptação às mudanças climáticas

com base em um Plano Estadual de Mudanças Climáticas que fundamenta e orienta a implantação da PEMC, bem como em um Plano Estratégico para Ações Emergenciais (PEAE), que tem por objetivo dar resposta a eventos climáticos extremos que possam gerar situação de anormalidade em território capixaba, notadamente em áreas de vulnerabilidade direta.

Existem 20 estações meteorológicas instaladas no Estado do Espirito Santo e mais 27 previstas, além da instalação de medidores de vazão. Ainda, com aporte financeiro da VALE do Rio Doce serão instaladas 25 estações meteorológicas automáticas, um radar com 250 km de visada, um supercomputador e um centro de monitoramento. Toda esta estrutura se constituirá no Centro Capixaba de Monitoramento Hidrometeorológico, que será responsável pelo monitoramento e gerenciamento de risco e desastre, assim como, pela prevenção e resposta atuando de forma integrada.

Estão sendo elaborados um mapa de vulnerabilidades climáticas e o Plano Diretor de Drenagem da Região Metropolitana de Vitória, bem como de Resíduos Sólidos.

A questão de obras e intervenções na drenagem deve ser repensada. O tempo de recorrência[6] exigido é de 50 anos e com as chuvas mais intensas a cada ano deveria ser de 25 anos.

No município de Vitória, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente da Prefeitura de Vitória é o órgão da estrutura administrativa local que apresenta atribuições com maior interface com o tema.

Em comparação às Cidades Pares ICES, Vitória não apresentou resultado satisfatório no tema Mitigação da Mudança Climática, no entanto, o estudo realizado pela parceria Idom-Cobrape apontou o indicador como amarelo.

Conclusão a respeito dos indicadores

Este diagnóstico rápido efetuado sobre a base de indicadores coletados segundo a metodologia da ICES nos revela que Vitória apresenta uma situação positiva em relação a maioria dos temas tratados. No entanto, o município apresenta, também, alguns temas importantes classificados como amarelos, que despertam alertas para a reflexão de como melhorá-los de forma a torná-los verdes em um futuro próximo, melhorando a qualidade de vida da população nestes aspectos.

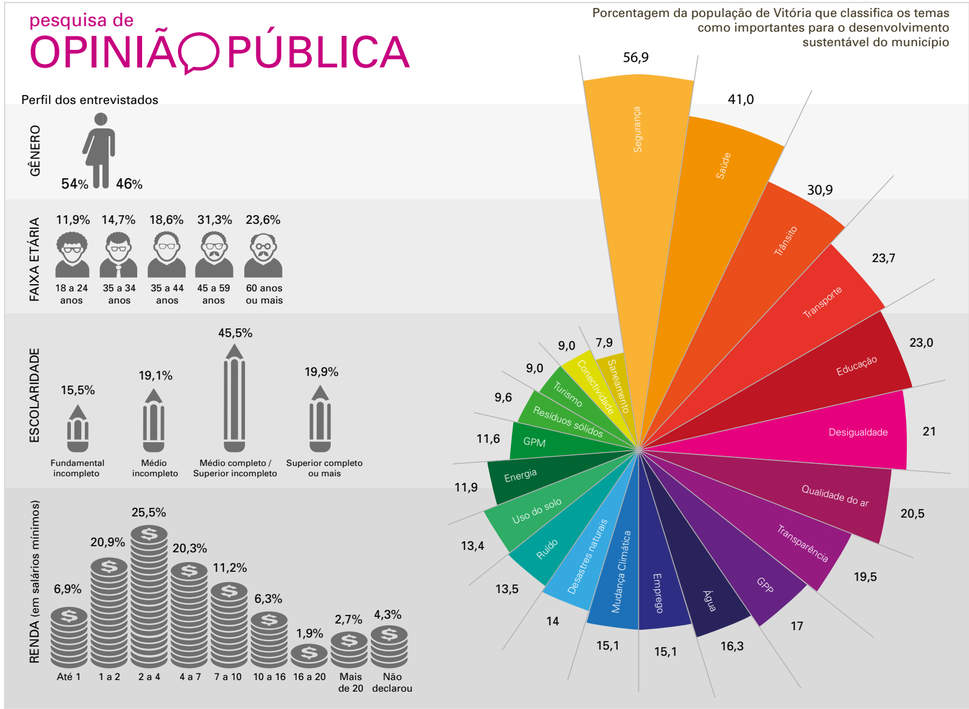
Muitos dos temas elencados como amarelos podem inclusive torna-se rapidamente verdes com simples campanhas cidadãs, com uma melhor comunicação entre o governo e a sociedade e com intervenções de baixo custo que podem reverter-se em importantes impactos positivos para a qualidade de vida da sociedade, como no tema da reciclagem de resíduos sólidos secos e orgânicos, por exemplo.

Poucos são os temas que apresentam indicadores vermelhos, que necessitam de soluções e ações urgentes e imediatas. Este diagnóstico é condizente com as características de pujança de produção de riqueza no município e com a tradição técnica e de planejamento do governo local.

No entanto, os poucos temas que se apresentaram como vermelhos, obtiveram indicadores individuais técnicos muito ruins e foram assinalados como graves também pela população, na pesquisa de percepção cidadã. Este fato mostra que de Vitória ter revelado ser uma cidade com boa qualidade dos serviços públicos e planejamento, os pontos frágeis apontados apresentam-se como graves e precisam ser solucionados rapidamente para garantir um desenvolvimento sustentável para o município.

O diagnóstico revelou que os temas ligados à segurança e mobilidade apresentam importantes entraves à preservação e melhoria da qualidade de vida da sociedade local. Se estes temas não forem tratados com presteza e assertividade, podem comprometer o desenvolvimento da cidade como um todo, implicando redução da boa qualidade de vida dos cidadãos.

[6] Para as obras de engenharia, segurança e durabilidade frequentemente associam-se a um tempo ou período de recorrência cujo significado refere-se ao espaço de tempo em anos onde provavelmente ocorrerá um fenômeno de grande magnitude pelo menos uma vez. No caso de obras de drenagem este tempo diz respeito a enchentes de projeto que orientarão o dimensionamento de modo que a estrutura indicada resista a estas enchentes sem risco de superação. A escolha do tempo de recorrência da enchente de projeto de uma obra de engenharia, consequentemente, a vazão a ser adotada no projeto de uma determinada obra, depende da comparação do custo para sua implantação e da perspectiva dos prejuízos resultantes da ocorrência de descargas maiores do que a de projeto, levando-se em conta que quanto maior o tempo de recorrência mais onerosa será a obra, porém os prejuízos decorrentes da insuficiência a esta vazão serão menores, resultando menores despesas de reposição ou reparos.





5

como encontramos o território?
(estudos de base)

Como parte do diagnóstico de Vitória, a ICES realizou três estudos de base que permitiram obter uma perspectiva mais ampla a respeito das principais problemáticas no território metropolitano no que tange à (I) mitigação das mudanças do clima, (II) à redução de riscos frente a desastres naturais que se relacionam a essas mudanças, (III) e à evolução histórica e futura do crescimento urbano.

Grande parte dos temas analisados no diagnóstico por indicadores em Vitória guarda uma estreita relação com o território mais amplo no qual a cidade está situada. Por essa razão, a ICES realizou três estudos em profundidade no nível da região metropolitana[1], (7 municípios):

1. Um estudo de emissões de gases de efeito estufa;
2. Um estudo de ameaças naturais, riscos e vulnerabilidade; e
3. Um estudo do crescimento urbano e uso do solo.

Os resultados desses estudos são valiosos para o planejamento e gestão urbana não apenas no âmbito da ICES mas também para instrumentalizar as decisões da cidade em geral. Além dos estudos propriamente ditos, foi entregue às cidades um completo inventário de emissões de gases de efeito estufa divididos por setor, o qual pode ser atualizado pelas próprias autoridades municipais responsáveis pelo tema a partir da ferramenta oferecida e das capacitações realizadas. Os dados, lançados publicamente e disponíveis à sociedade civil[2] podem também servir de linha de base para o monitoramento externo e educação/sensibilização sobre o tema.

A cidade de Vitória também recebeu a base de dados geográfica completa desenvolvida no âmbito dos estudos 2 e 3, incluindo imagens de alta resolução do satélite LANDSAT e análises e modelizações em formato shape.

A seguir, resumimos os principais resultados desses estudos.

[1] A Região Metropolitana de Vitória (RMGV) compreende os municípios de Vitória, Cariacica, Vila Velha, Serra, Fundão, Viana e Guarapari.

[2] Todos os estudos da ICES podem ser encontrados no Urban Dashboard da Iniciativa (www.urbandashboard.org)

Estudo de Base 1 **Inventário de Gases de Efeito Estufa e Manual de Mitigação**

As cidades crescem e rapidamente se transformam em centros de população, de inovação, consumo de energia e recursos naturais e fontes de emissão de gases do efeito estufa. Hoje, 70% dos gases de efeito estufa associados ao consumo são emitidos nos centros urbanos.

Com o objetivo de fomentar um desenvolvimento inteligente e ambientalmente responsável, durante a aplicação da ICES o Consórcio IDOM-Cobrape realizou um estudo de mitigação e mudança do clima para a Região Metropolitana da Grande Vitória. O estudo revelou uma situação relativamente confortável na região, mas com uma evolução que pode vir a trazer preocupações.

O inventário foi desenvolvido a partir da metodologia de inventário que está de acordo com a ISO 14.064 e segue o guia de diretrizes do IPCC 2006, incluindo os procedimentos para identificar os setores e atividades chaves. Essa metodologia considera as emissões diretas e indiretas, ou seja, emissões que são produzidas, respectivamente, dentro dos limites geográficos da área de estudo e produzidas fora, mas que possuem uma relação direta com as atividades dessa região. Para a área de estudo em questão foram consideradas as fontes de emissão apresentadas na figura a seguir.

Com o objetivo de poder identificar o comportamento das emissões de GEE ao longo do tempo e realizar as devidas projeções até o ano de 2050, estabeleceram-se dois limites temporais para o inventário: 2010 e 2013. Para 2010, as emissões foram de 6,8 milhões de toneladas de dióxido de carbono (CO2), 15,7 mil toneladas de metano (CH4) e 155 toneladas de óxido nitroso, o que totaliza 7.141.457 toneladas de CO2e. Para 2013 houve um pequeno decréscimo de 0,6% das emissões de GEE, totalizando 7.101.555 tCO2e, o que corresponde a 6,7 milhões de toneladas de CO2, 15,6 mil toneladas de CH4 e 180 toneladas de N2O.

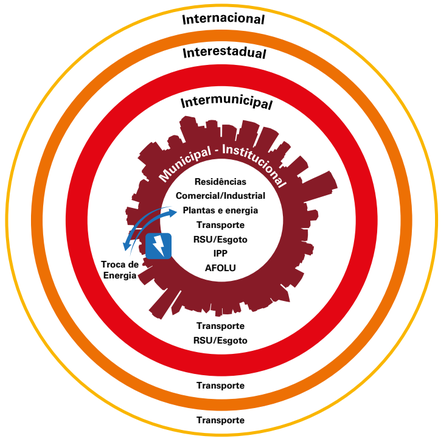
Emissões por Setor

Em 2010, a maior fonte de emissões é o setor Industrial e IPPU com 72%, principalmente pela produção de aço. Em segundo tem-se, de forma também expressiva, o setor de transportes, com 29%, impulsionado pelo uso de combustíveis fósseis. E, em terceiro, pelas emissões residenciais e de serviços com 5%, cujo principal causador é o consumo do Gás Liquefeito de Petróleo (GLP).

Para 2013, observou-se um acréscimo de 7% nas emissões do setor de produção de energia, pela intensificação do uso da termelétrica de Viana para complementar o Sistema Integrado Nacional. Apesar do setor Industrial e IPPU reduzir a participação no total de emissões em 2013, ainda continua sendo a maior fonte de emissão, com 60%.

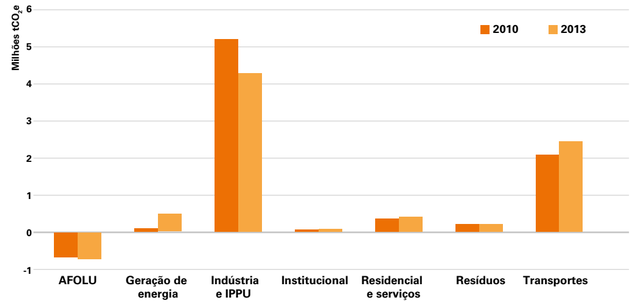
O inventário de GEE de 2013 apresenta um quantitativo de 3,83 tCO2e/per capita, valor já próximo da média mundial (4,7 tCO2e/per capita em 2009), e acima da média da América Latina (2,59 tCO2e/ per capita em 2009) e da maioria das cidades integrantes da iniciativa ICES.

Fontes de emissão Consideradas para a Região Metropolitana da Grande Vitória



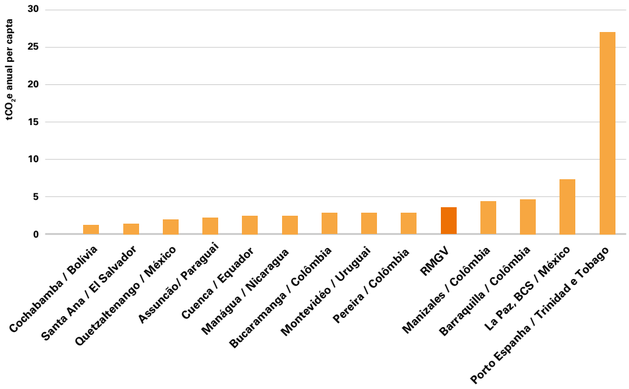
Fonte: Elaboração do Consórcio IDOM-COBRAPE.

Emissões por Setor em 2010 e 2013



Fonte: Elaboração do Consórcio IDOM-COBRAPE

Emissões per capita de tCO2e



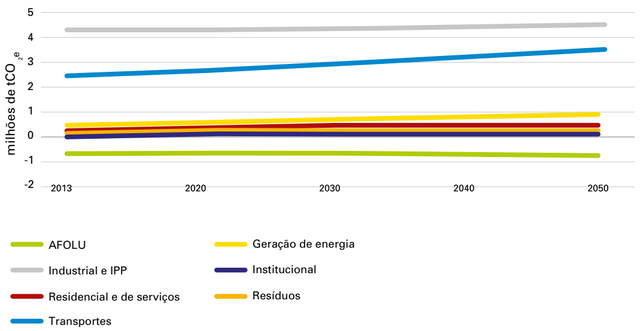
Fonte: Elaboração do Consórcio IDOM-COBRAPE.

O Cenário Tendencial

Considerando-se os cenários tendenciais para 2020, 2030, 2040 e 2050, observa-se uma tendência mais acentuada de crescimento nas emissões do setor de Transportes. Este fato está relacionado com a tendência de aumento do número de veículos, esperado para todo o hemisfério Sul ao longo das próximas décadas, consequência do crescimento esperado de população e renda. É previsto um crescimento populacional com taxa de 0,43% ao ano e do número de carros por habitante em 0,02% ao ano, portanto um incremento provável de emissões GEE em termos absolutos de 42% (até 2050) e per capita de cerca de 33%.

Com o aumento das emissões e da tendência desse quadro se permanecer ascendente, o saldo de emissões da RMGV é elevado e deve ser mitigado por meio de estratégias e ações concretas. Essas práticas têm o potencial de trazer para o município uma vantagem ambiental importante que pode se tornar também uma vantagem competitiva, considerando o mercado de carbono e de compensação ambiental.

Cenário Tendencial de Emissões GEE



Fonte: Elaboração do Consórcio IDOM-COBRAPE

O Cenário Inteligente e Estratégias de Mitigação

Os Estudos revelam que investir no monitoramento e na redução da emissão de GEEs nos próximos 35 anos representaria cerca de 25% de GEEs a menos sendo lançados na atmosfera, ou seja, uma redução de emissões em mais de 2,2 milhões de toneladas de carbono equivalente, alterando também a possível emissão per capita de 4,44 tCO2e/habitante em 2050 para 3, tCO2e/habitante para o mesmo ano.

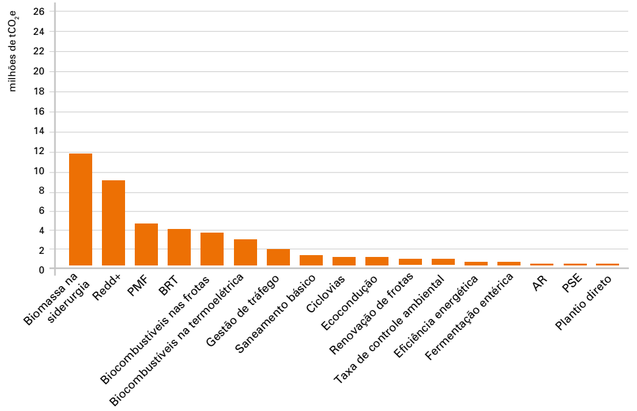
Os principais alvos de intervenção levantados são os setores Industrial e IPPU, Transportes e AFOLU. O primeiro é o maior responsável pelas emissões na região, e deve ser tratado de forma diferenciada. O segundo possui grande relevância localmente e uma alta perspectiva de mitigação. Já o setor de AFOLU possui grande potencial de redução de GEE. Contudo, todos os demais setores foram observados segundo sua relevância de forma a participarem das estratégias e ações de mitigação.

Considerando as principais fontes de emissões de GEE da RMGV, citam-se como estratégias e ações: (I) implantação de uma infraestrutura verde, (II) implantação de Agricultura de Baixo Carbono; (III) Biocombustíveis na Termoelétrica; (IV) Biomassa na Siderurgia, (V) redução do consumo de energia nos setores residencial e de serviços, por meio de ações de eficiência energética; (VI) implantar estação de tratamento de efluentes com recuperação de gases, (VII) redução do consumo de combustível nos meios de transporte.

Sobre um detalhamento do custo benefício dessas estratégias e suas respectivas linhas de ação, o estudo abordou cada uma de forma individual, cujos resultados são apresentados na sequência, já sua descrição técnica será abordada posteriormente. Do total em investimentos, cerca de R$ 2,2 bi, mais de 80% está alocado nos setores Industrial e IPPU e de Transportes, já que demandam os maiores custos para suas intervenções.

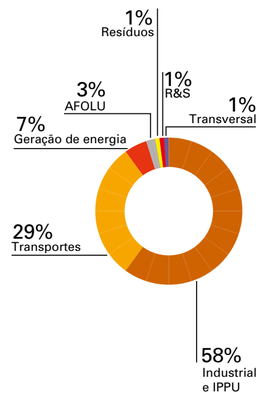
Contudo, os maiores investimentos não representam proporcionalmente os maiores ganhos em termos de mitigação dos GEEs, embora necessários, conforme se observa no gráfico a seguir, que apresenta a contribuição de cada setor na redução total de emissões.

Participação dos setores na mitigação dos GEEs



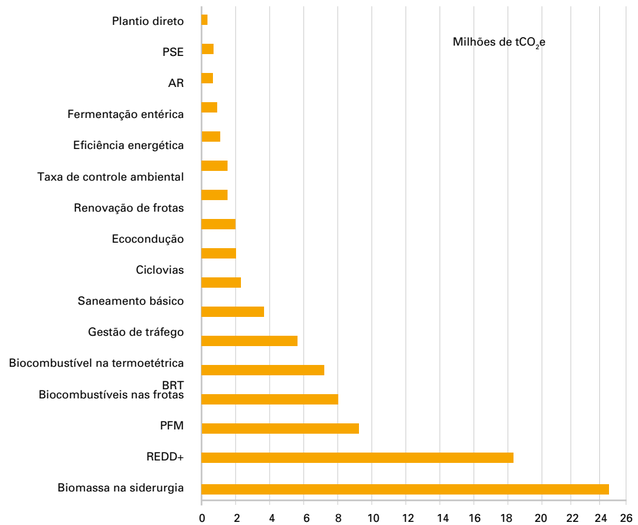
Fonte: Elaboração do Consórcio IDOM-COBRAPE

Distribuição dos investimentos por setor



Fonte: Elaboração do Consórcio IDOM-COBRAPE

Redução total de GEE por Ação



Fonte: Elaboração do Consórcio IDOM-COBRAPE

O montante total reduzido por cada ação, individualmente, pode ser observado na Figura 07. Nota-se a relevância dos resultados de ações a serem tomadas nos setores Industrial e IPPU e de Transportes, devido às suas grandes emissões, e também o setor AFOLU, com enorme potencial de redução de GEE.

A emissão de gases de efeito estufa em Vitória não possui um monitoramento adequado, nem mecanismos atuantes de controle e fiscalização municipais. Espera-se que o inventário da emissão de gases de efeito estufa elaborado no âmbito da ICES auxilie a prefeitura no sentido de elaborar um plano de mitigação com metas de redução setoriais e sistemas de monitoramento para definir, implementar e operacionalizar as medidas de mitigação de GEE nos diferentes setores e áreas de infraestrutura.

O controle das emissões de gases de efeito estufa em Vitória pode ser utilizado para beneficiar processos de aumento da competitividade da economia local. Ter um monitoramento adequado, assim como mecanismos comando e controle associados a instrumentos de incentivos financeiros, por exemplos isenções fiscais podem auxiliar na redução das emissões de GEE ao mesmo tempo em que aumentam a atividade econômica da cidade. Espera-se que o inventário de emissões de gases de efeito estufa elaborado no âmbito da ICES auxilie a prefeitura no sentido a ampliar o conhecimento e incentivar novos estudos para subsidiar a tomada de decisão informada e consciente de suas implicações ambientais, econômicas e sociais.

Estudo de Base 2 **Vulnerabilidade diante riscos naturais no contexto das mudanças do clima**

Os estudos de risco e vulnerabilidade realizados em Vitória identificam os principais perigos naturais que ameaçam a cidade. Além disso, eles buscam estimar o risco de desastre associado, isto é, medem a combinação da probabilidade de que se produza um evento e suas consequências em termos de impactos econômicos e humanos.

Os resultados obtidos permitem à cidade priorizar seus investimentos para melhorar seus mecanismos de gestão de risco. Os dados e mapas gerados facilitam a revisão dos instrumentos de desenvolvimento relacionados ao ordenamento territorial, guiando assim o crescimento da cidade e evitando a criação de assentamentos em zonas de risco.

Os estudos de base analisam três componentes do risco:

1. Ameaça: a intensidade em um local específico e para uma frequência ou suscetibilidade dada do evento;
2. Exposição: a quantidade de infraestrutura, população ou bens geograficamente afetados pela ameaça;
3. Vulnerabilidade: as características e as circunstâncias de uma comunidade, sistema ou bem que os fazem suscetíveis aos efeitos danosos de uma ameaça.

O consórcio IDOM-Cobrape, em colaboração com as prefeituras de Vitória e Vila Velha, realizou um exercício de análise e priorização das ameaças a serem estudadas na RMGV. A partir desse processo, três ameaças foram identificadas:

- Inundação fluvial[3]
- Inundação costeira
- Deslizamentos

Inundação fluvial

O estudo de inundações fluviais está centrado, fundamentalmente, no estudo hidrológico e hidráulico e analises das áreas de inundação das diferentes redes de drenagem que ficam contidas na RMGV e, mais especificamente, na cidade de Vitória. O objetivo de tais análises é identificar as principais áreas de inundação fluvial, para diversos períodos de retorno e incluindo, também, as possíveis variações nas chuvas e temperatura no caso de um cenário de mudanças do clima.

Para realizar tal modelização é necessário possuir um Modelo Digital do Terreno (MDT) com boa qualidade. Para a cidade de Vitória foi possível utilizá-lo, entretanto, as interações provenientes dos Rios Santa Maria e Jucu, que provém de demais municípios da RMGV foi dificultada pela falta de dados topográficos adequados e de batimetria dos rios.

Por este motivo, para a análise de inundações fluviais, foi realizada a seguinte metodologia: a partir do modelo digital do terreno disponível ASTER de 30 metros por célula, foram analisadas as direções que adquirem o fluxo de chuvas, relacionando, assim, cada célula com sua área tributária ou área de aportação de vazão (subbacia), de forma que foi possível definir os rios da RMGV por meio das células com maior área, transportando, portanto, maior vazão. Isto permite definir os canais dos rios, não a nível de ameaça, já que não determinam sua profundidade e velocidade, mas a nível ambiental e como limitante ao desenvolvimento urbano, já que os canais e áreas ribeirinhas são zonas ricas, férteis e sensíveis que devem ser protegidas por razões ecossistêmicas que vão além das medidas de mitigação de risco para infraestruturas e pessoas assentadas em suas margens e em zonas inundáveis.

Esta limitação de ameaça fluvial afeta a RMGV e não ao município de Vitória, que foi mais bem caracterizado pela análise de risco de inundação costeira e estuarina.

Inundação costeira

A inundação na costa é um fenômeno que envolve os eventos extremos da dinâmica marinha, as características geométricas e mecânicas das defesas costeiras e a da topografia afetada pelos eventos de inundação. Além disso, é importante ter em conta que as mudanças do clima tem impacto direto na alteração dessa dinâmica em um futuro próximo, alterando não apenas a dinâmica marinha, mas também o espaço urbano, o que acarretaria em uma maior vulnerabilidade para as cidades costeiras.

Para tanto, o objetivo da análise de inundação costeira é definir aquelas zonas que serão inundadas pela água do mar pela consequência da soma das ondulações, da maré astronômica (força gravitacional da lua, principalmente) e da maré meteorológica (pressão atmosférica e vento), associado aos níveis do mar e a frequência ou probabilidade de ocorrência. A estes três fenômenos, também é necessário somar a possível subida do nível médio do mar por efeito de mudanças do clima para diversos cenários temporais, como o ano de 2050.

As imagens a seguir representam, de todas as combinações estudadas, a de menor impacto, correspondente ao período de retorno (frequência) de 10 anos e com o clima atual e a de maior impactos, sendo esta correspondente a um período de retorno de 200 anos e com cenário de subida do nível médio do mar de 1 metro (o máximo projetado para todo o século XXI). O restante de combinações ficam contidas entre estas duas manchas de inundação.

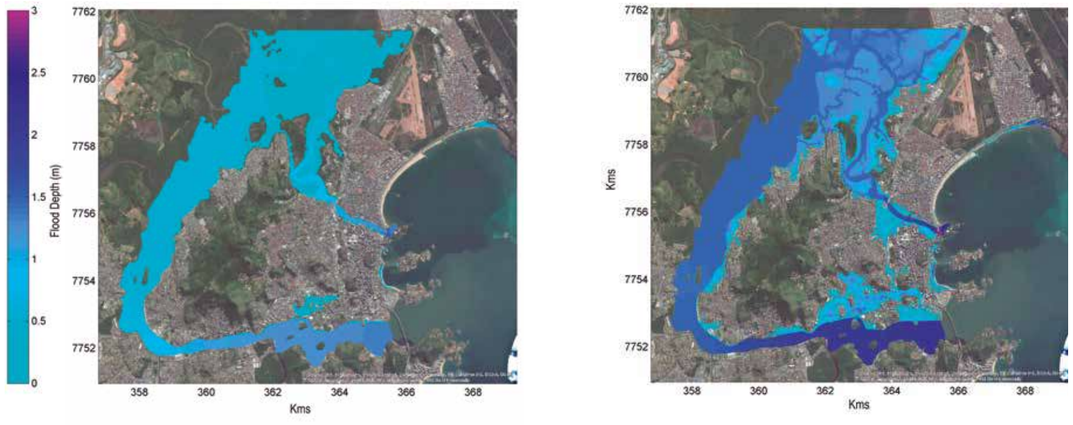
[3] A não existir informação disponível e adequada para construir um Modelo Digital do Terreno para os demais municípios da RMGV (exceto Vitória), é impossível representar os canais dos rios com a precisão adequada para estudar a ameaça fluvial. Apesar de Vitória possuir tal informação, a falta de informação para a RMGV afeta o estudo desse município, pois os rios Jacu e Santa Maria influenciam diretamente nessa ameaça. Entretanto, graças a qualidade de informação disponível para o município de Vitória, foi possível realizar a modelização de inundação costeira e sua influência nos rios Jacu e Santa Maria, identificando as áreas inundáveis com suficiente precisão.

Representação conceitual da transferência da série de nivel do mar obtida pela simulação numérica do domínio de inundação



Fonte: Elaboração Consórcio IDOM – COBRAPE

Pegada de inundação (profundidade) obtida para os cenários de PR de 200 anos com 1 m de SLR (direita)



Fonte: Elaboração Consórcio IDOM – COBRAPE

Analisando-se as subidas do nível médio do mar em um cenário muito mais extremista de mudanças do clima, a realidade territorial do município de Vitória se veria radicalmente alterada. É um cenário hipotético para um período de retorno bastante alto (200 anos), o que significa uma baixa possibilidade de ocorrência, porém não nula e que deve fazer parte de planos de risco e emergências municipais.

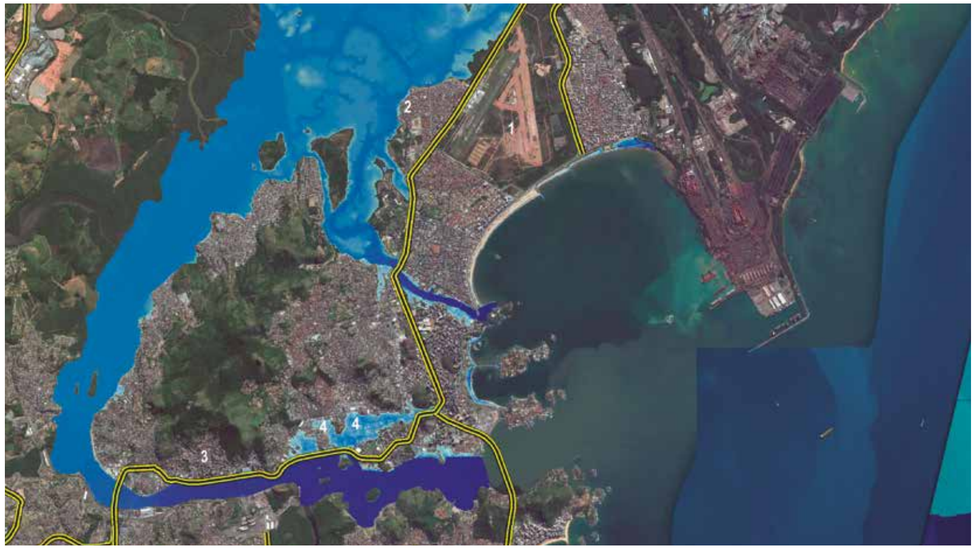
É importante enfatizar que, se não houver medidas mundiais, regionais e locais para a diminuição das emissões de gases de efeito estufa, como relatado anteriormente, o cenário de inundação marinha mais extremo pode se tornar uma realidade futura.

Estas imagens mostram como o principal impacto se produz nas entradas de água por meio dos rios e canais que conectam o rio Santa Maria com o mar, fazendo com que este entorno seja alvo de atenção e cuidado para instalações futuras de infraestrutura de contenção, mas, tão importante quanto, um desenvolvimento urbano adequado que viabilize a instalação de infraestruturas e impeça a construção de edificações em áreas mais vulneráveis.

Tratando-se das possibilidades de riscos de inundações costeiras em um cenário climático atual, com a modelização realizadas, é possível destacar diversas questões relevantes:

- A perda máxima esperada (PML) por inundação marinha varia em uma categoria de 14 e 27 milhões de reais de acordo com os períodos de retorno respectivos de 10 e 200 anos com o cenário de clima atual, sendo possível incrementar teoricamente até cerca de 93 milhões de reais com um período de retorno de 200 anos em um cenário incremento do nível do mar de 0,5 m, por efeito da alteração climática.
- A perda anual esperada (PAE) por efeito de inundações marinhas, de acordo ao cenário de clima atual, subiria para cerca de 5,5 milhões de reais.

Análise de coincidência de rede de rodovias e aeroporto sobre manchas de inundação



1 Aeropuerto
2 Bairro de Jabour
3 Centro histórico
4 Bairros de Ilha Santa Maria e Monte Bello

Fonte: Elaboração Consórcio IDOM – COBRAPE

- O núcleo de maior perda anual esperada se encontra nos bairros de Ilha Santa Maria, Monte Belo e zonas circundantes, onde maior persistência de inundação marinha se espera. Igualmente nas margens do Rio Santa Maria devem ser considerados como zonas sensíveis.
- O número de pessoas potencialmente afetadas pela ameaça de inundação em Vitória, em condições de clima atual, se estima em entre 5.000 e 11.500.

Como forma de evitar e mitigar esses problemas, algumas ações e recomendações podem ser ressaltadas:

- Planejamento urbano adequado e a longo prazo: somente com um planejamento urbano que esteja integrado com os mapeamentos e modelagem de riscos de inundação (para, no mínimo, um período de retorno de 50 anos) seria possível evitar a vulnerabilidade de pessoas e bens em áreas com possibilidade de inundação costeira.
- Conservação de ecossistemas ligados à vida marinha/estuarina e que não podem receber usos urbanos, como os manguezais.
- Detalhamento e ampliação do escopo do estudo: é necessário realizar um estudo de inundação marinha ainda mais detalhado e ampliado, também, aos outros municípios da RMGV, já que também sofreram impactos, principalmente em contexto de mudanças do clima e que podem acarretar em ações que afetem a cidade de Vitória.

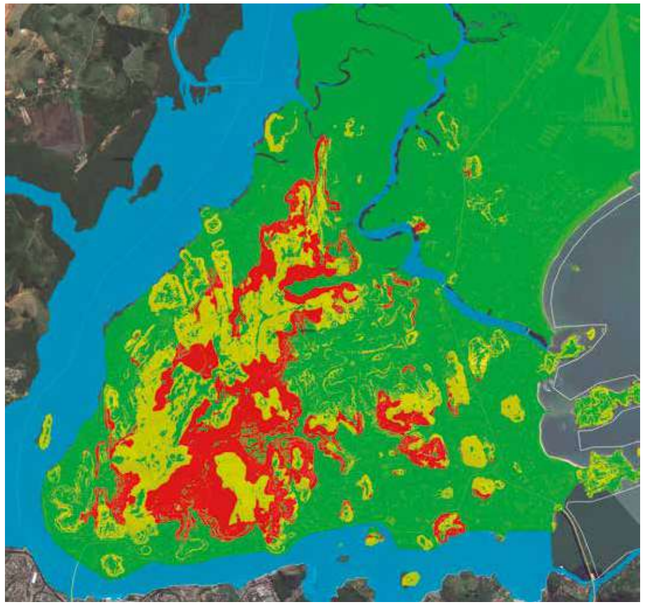
Deslizamentos

Os deslizamentos são uma importante ameaça para o município de Vitória e RMGV e a análise dos eventos históricos indica que esta ameaça é recorrente, produzindo diversos danos em muitos elementos vulneráveis. No município de Vitória, especialmente, os processos de deslizamento acontecem de maneira periódica nas épocas de chuvas. As dimensões dos processos são muito variáveis, sendo difícil realizar uma extrapolação do mapa de suscetibilidade ao de periculosidade.

Assim, foram realizadas duas análises, uma para Vitória e outra para a RMGV, já que as informações disponibilizadas possuíam qualidades e precisões distintas, principalmente no que se refere às escalas dos mapas geológicos, litológicos e do modelo digital do terreno (como já comentado anteriormente). Deste modo, a precisão dos resultados alcançados se relaciona com a precisão dos dados obtidos: para a RMGV os mapas produzidos estão baseados em informações a 1:50.000, que, mesmo que com menor precisão que para o município de Vitória, os resultados encontrados são importantes para identificar as zonas mais problemáticas e servir de limite ao desenvolvimento urbano, principalmente em cenário ótimo e intermediário.

Após as visitas de campo a Vitória e RMGV, foi observado que há tanto fatores naturais como antrópicos que disparam os processos de ladeira e deslizamentos. É habitual encontrar no território lançamentos de águas residuais em áreas com acentuada inclinação, a ausência de calhas de guarda na zona superior dos taludes e sobrecargas em zonas próximas da borda de taludes com a presença de moradias e edifícios (muitos relacionados com invasões). Assim, diversos taludes e áreas com acentuada inclinação se vêem mais vulneráveis, pois acabam por não possuir nenhum tipo de sustentação ou fator corretor que evitem a erosão do mesmo e sua estabilidade.

Mapa de suscetibilidade para o município de Vitória



Fonte: Elaboração Consórcio IDOM – COBRAPE

Portanto, os principais problemas identificados acabam ocorrendo em locais onde também encontram-se alguns assentamentos informais, ligados a áreas de morro e em inclinações mais acentuadas. Está clara esta ligação, já que, -normalmente, são áreas com restrições à construção formal, mas que se vêem propícias a segmentos sociais de mais baixa renda que possuem menores possibilidades de aquisição de lotes não vulneráveis.

Tais zonas são mais suscetíveis a deslizamentos por sua condição topográfica e física, mas, também, pela falta de infraestrutura urbana adequada, como falta de canalização de águas, que é um elemento desencadeante a deslizamento, principalmente em momentos de chuvas. Todos esses fatores soma-

dos a um tipo de construção informal, de mais baixa qualidade construtiva, faz com que tais áreas (e vermelho no mapa ao lado) sejam mais vulneráveis e que os danos sofridos no caso de deslizamentos sejam maiores.

De maneira geral, a análise e modelagem das áreas mais suscetíveis a deslizamentos em Vitória e RMGV aponta como principais questões:

- Devido à falta de dados não foi possível realizar uma avaliação detalhada da vulnerabilidade funcional da cidade de Vitória, se bem que em conjunto parece relativamente pouco sensível.
- A vulnerabilidade das infraestruturas principais da cidade frente a deslizamentos parece pouco significativa.
- O valor estrutural, habitações e edifícios terciários e industriais associados, exposto à ameaça de deslizamentos, está na seguinte ordem de magnitude:
  - Susceptibilidade Alta: cerca de 1.245 milhões de reais; e
  - Susceptibilidade Média: em torno aos 1.150 milhões de reais.
- O número de pessoas residentes em zonas com susceptibilidade média e alta de deslizamentos se eleva a mais de 140.000.

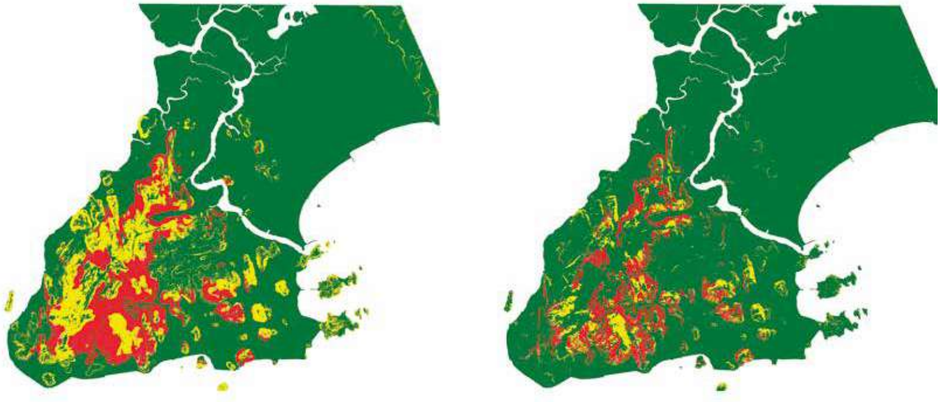
Inventário de Processos

Inventário Microrregião		
RMGV	CPRM	IDOM
Gravitacional	**178**	**145**
Deslizamentos superficiais	**291**	
Quedas de Bloqueios	**32**	

Municipalidade de Vitória			
FASE	PMRR	IDOM	Total
Deslizamentos	**122**	**6**	**128**
Quedas	**8**	**3**	**11**

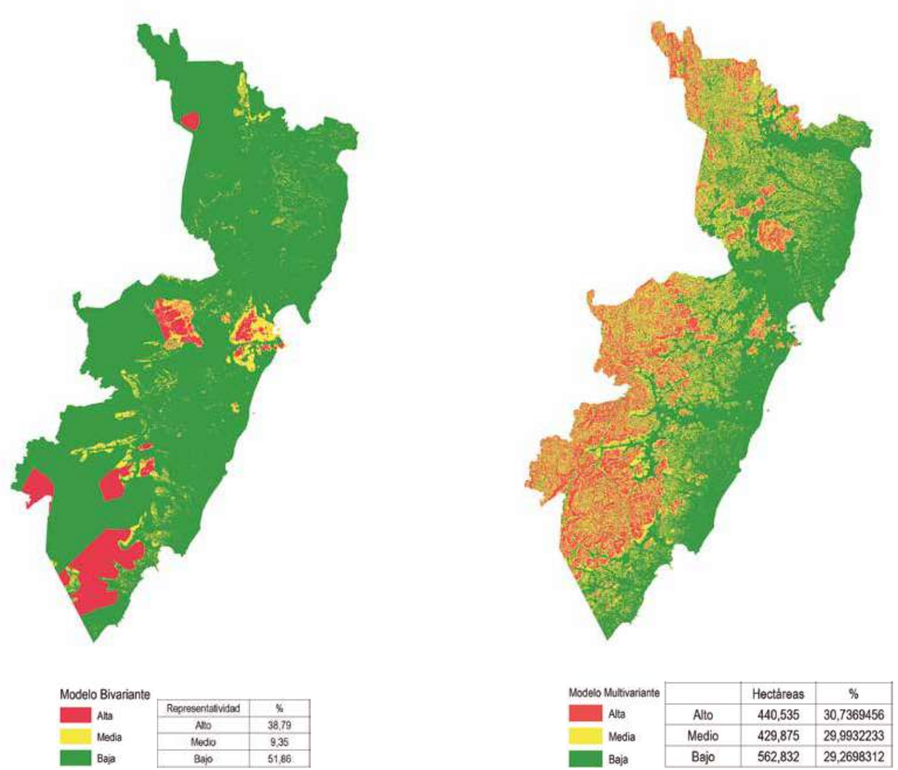
Fonte: Elaboração Consórcio IDOM – COBRAPE

Mapas de suscetibilildade do municipio de Vitória



Fonte: Elaboração Consórcio IDOM – COBRAPE

Mapas de suscetibilildade da RMGV

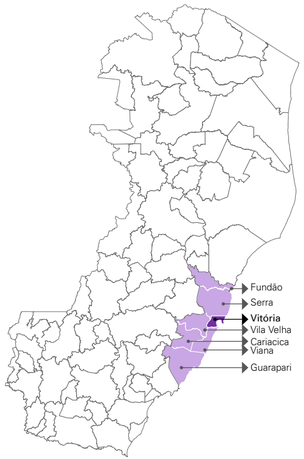


Fonte: Elaboração Consórcio IDOM – COBRAPE

Estudo de Base 3 **Estudo do Crescimento Urbano**

O estudo do crescimento urbano da Região Metropolitana de Vitória tem por objetivo realizar uma análise histórica e atual do crescimento da mancha urbana considerando a relação da cidade com seu entorno, bem como as dinâmicas globais e regionais que as afetam. O estudo também faz um exercício prospectivo por meio do desenho de cenários de crescimento de longo prazo (2030 e 2050). Uma vez projetados os três cenários, analisamos suas diferenças com relação aos custos econômicos que cada um representa para Vitória e para a região metropolitana.

Região Metropolitana da Grande Vitória



Fonte: Elaboração Consórcio IDOM-COBRAPE com base em IBGE, 2010.

A Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) é uma das mais recentes regiões metropolitanas criadas no Brasil; em 21 de fevereiro de 1995, pela Lei Complementar Estadual nº 58. Constitui-se de sete municípios: Vitória, Cariacica, Vila Velha, Serra, Fundão, Viana e Guarapari e sua área central sofreu um processo de conurbação intenso e acelerado. Hoje, a mancha urbana de Vitória se estende nos municípios de Cariacica, Vila Velha e Serra e está fragmentada por Fundão, Viana e Guarapari.

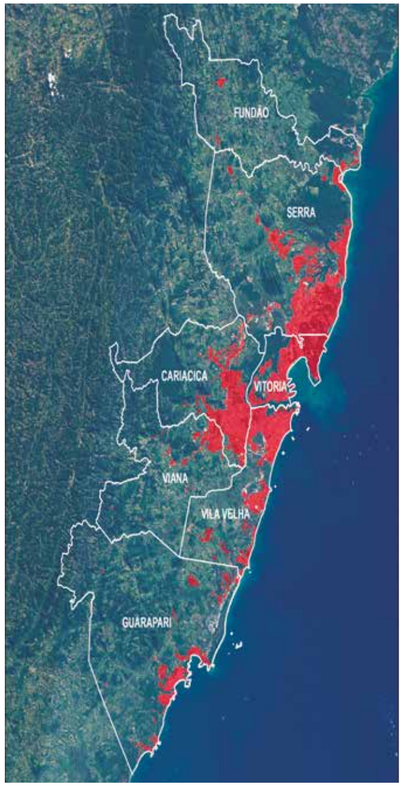
Vitória é o principal polo de desenvolvimento urbano e industrial do Estado do Espírito Santo, concentrando uma população de 1.687.704 habitantes, o que representa cerca de 48% da população total do Estado, sendo que sua área equivale a 5% da área do estado (IBGE, 2010).

No caso da RMGV, cada município tem suas particularidades e vocações, porém interferem e dependem das dinâmicas uns dos outros, principalmente da capital. A RMGV contém indicativos de coesão que são expressos pelo adensamento populacional e participação na dinâmica urbana e econômica que a classifica como alto grau de integração metropolitana.

A conurbação urbana é uma realidade para a RMGV. A rede de rodovias e a ferrovia existente são vetores de crescimento e assentamento urbano que provocam um contínuo urbano entre todos os municípios da região. A RMGV é rica em articulações viárias das mais diversas formas, pois uma das mais importantes atividades da região e que calcou seu desenvolvimento, desde tempos coloniais, foi o transporte de mercadorias através dos portos de Vitória.

A área insular do município de Vitória conecta-se com o município de Vila Velha por meio de duas pontes, Ponte do Príncipe e Ponte Terceira; e com Serra pela Ponte da Avenida Nossa Senhora da Penha, deixando-a integrada com sua porção continental.

Mancha Urbana Atual - RMGV



Fonte: Base IBGE, 2010; Google Earth© e elaboração do Consórcio IDOM-COBRAPE.

Atualmente existem três portos na capital: Porto de Vitória, Tubarão e Praia Mole. Em Vila Velha existem mais dois portos, Terminal Vila Velha (TVV) e Companhia Portuária de Vila Velha (CPVV). O aeroporto internacional Eurico Aguiar Salles é um dos poucos do país com terminal de cargas internacional, o que evidencia o caráter da região como grande pólo logístico.

A RMGV é bastante integrada e interdependente e por isso, Vitória, que já foi o município com maior número de habitantes, atualmente, foi ultrapassada por Cariacica, Serra e Vila Velha que contam com população maior de 340.000 habitantes cada. Este fato deve-se, principalmente, ao esgotamento do território de Vitória e do transbordamento das atividades econômicas polarizadas para tais municípios, consolidando novas centralidades.

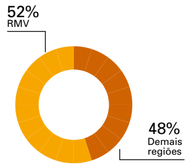
Vila Velha foi a capital do estado até a fundação de Vitória, e durante boa parte de sua história esteve muito ligada a esta, inclusive sendo anexada nas décadas de 30 e 40. Hoje ainda é o município com características mais próximas a da capital. Já Cariacica é um município com baixos índices sociais e, apesar de grande relevância para a região, tem características de periferia urbana no contexto da RMGV. Serra, por sua vez, contém inúmeras indústrias, principalmente na região sul, próximo ao porto de Tubarão e nos complexos CIVIT e vem recebendo um contingente populacional bastante considerável nos últimos anos.

Viana, Fundão e Guarapari ainda apresentam uma população mais reduzida, com menos de 110.000 habitantes. Também estão pouco mais afastados do contínuo urbano e tem papéis secundários para o desenvolvimento da RMGV; são municípios com menor densidade populacional e mancha urbana reduzida. Apesar disso têm suas características próprias, sendo Fundão o município com maior porcentagem de área rural e sua principal atividade econômica é a cafeicultura. Já Viana tem como principais atividades a indústria e o setor terciário e Guarapari tem como principal atividade o turismo, de reconhecida beleza cênica e areias terapêuticas, possuindo número considerável de segundas residências da população de classes alta e média dos outros municípios.

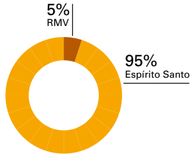
Houve, portanto, um intenso processo de migração entre municípios, dada a forte inter-relação territorial e econômica dos mesmos. Entre 2005 e 2010 os municípios de Serra e Vila Velha receberam um maior contingente populacional, ainda assim acompanhado por Vitória e a seguir por Cariacica.

No que se refere às suas características físicas, a maior parte da RMGV é relativamente plana e seu relevo é constituído por tabuleiros costeiros, sendo este formado por rochas sedimentares desgastadas da região serrana e compactadas nas partes mais baixas do relevo. A RMGV está inserida no bioma Mata Atlântica e é abrangida pelas bacias dos rios Jucu e Santa Maria da Vitória, na região central, além das interbacias dos rios Piraquê-Açu, ao norte, e Benevente, ao sul. O rio Jucu é responsável pelo abastecimento de água de Vila Velha, Viana, a maior parte de Cariacica e a toda a ilha de Vitória, sendo sua parte continental abastecida pelo rio Santa Maria.

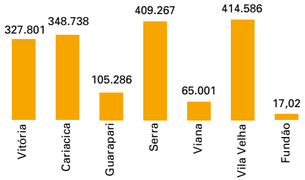
População da Região Metropolitana em relação à população do estado de Espírito Santo



Área da região metropolitana em relação ao estado de Espírito Santo



População 2010 municípios RMGV



Fonte: Dados IBGE, 2010; elaboração do Consórcio IDOM-COBRAPE

Como a RMGV cresceu até hoje?

A área que hoje abriga a Região Metropolitana da Grande Vitória possui algumas das mais antigas cidades do país. Apesar da colonização ter se iniciado ainda no começo do século XVI, até o fim do século XIX seu desenvolvimento foi muito vagaroso, devido a constantes ataques de indígenas que ocupavam as florestas e travavam lutas de guerrilha, além de ataques eventuais de franceses, ingleses e holandeses.

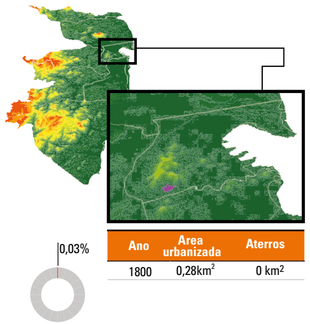
A fundação do Espírito Santo foi iniciada em 1535, quando Vasco Fernandes Coutinho tomou posse da capitania hereditária e se fundou a Vila de Espírito Santo, atual cidade de Vila Velha. Porém, devido aos ataques mencionados, em 1551 foi construída uma nova capital insular, com o nome de Nossa Senhora da Vitória, atual cidade de Vitória.

A nova capital se desenvolveu na parte alta da ilha, posição estratégica protegida por um paredão rochoso na sua retaguarda. Esta localização deu origem a ruas estreitas e tortuosas, e, na parte baixa da cidade, foram construídos vários fortes a beira mar. Vitória foi elevada à categoria de cidade em 1823, mas até o início do século XX esta ainda possuía seu traçado colonial, que trazia condições de salubridade consideradas precárias. Sua paisagem começa a mudar em 1908, com a execução do primeiro aterro da cidade que criou o parque Moscoso, e a partir daí com uma série de outras obras sanitaristas e modernizadoras que se estenderam até anos 50.

A partir dos anos 50 a região entra em uma nova fase de crescimento devido à implantação de grandes projetos produtivos voltados para exportação na região de influência imediata da cidade de Vitória, onde se destacam os investimentos realizados pela CVRD – Companhia Vale do Rio Doce, CST – Companhia Siderúrgica de Tubarão, Aracruz Celulose e Samarco Mineração. Estes investimentos induziram o surgimento de novas atividades e alavancaram as existentes, provocando o surgimento de novos segmentos sociais e atraindo migrantes de diversas origens.

A nova dinâmica econômica estabelecida inicia o processo de metropolização de Vitória e um rápido processo de urbanização envolvendo as cidades vizinhas à capital, dando lugar à formação da Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV). A taxa de crescimento populacional da RMGV saltou de uma média anual de 1,68% na década de 40 para 5,26% na década seguinte, seguido de um índice de 6,58% nos anos 60.

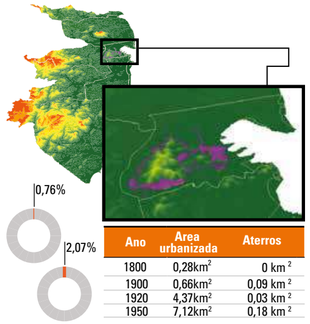
Mancha urbana em Vitória em 1800



Ano	Area urbanizada	Aterros
1800	0,28km²	0 km²

Fonte: OLIVEIRA; ANDRADE, 2014, base cartográfica PMV, 2014, IJSN, 2014 e IBGE, 2010 e elaboração do Consórcio IDOM-COBRAPE

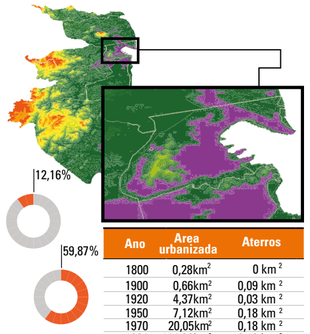
Mancha urbana em Vitória em 1950



Ano	Area urbanizada	Aterros
1800	0,28km²	0 km²
1900	0,66km²	0,09 km²
1920	4,37km²	0,03 km²
1950	7,12km²	0,18 km²

Fonte: OLIVEIRA; ANDRADE, 2014, base cartográfica PMV, 2014, IJSN, 2014 e IBGE, 2010 e elaboração do Consórcio IDOM-COBRAPE

Mancha urbana da RMGV em 1984



Ano	Area urbanizada	Aterros
1800	0,28km²	0 km²
1900	0,66km²	0,09 km²
1920	4,37km²	0,03 km²
1950	7,12km²	0,18 km²
1970	20,05km²	0,18 km²
1984	114,38km²	0,18 km²

Fonte: OLIVEIRA; ANDRADE, 2014, base cartográfica PMV, 2014, IJSN, 2014 e IBGE, 2010 e elaboração do Consórcio IDOM-COBRAPE

Nos anos 50 o município de Vitória teve sua maior taxa de crescimento registrado, uma média de 4,97% ao ano. Este período foi marcado pela ocupação da região onde hoje se situam os bairros Romão, Forte São João, Itararé, Morro Gurigica, Ilha de Santa Maria, Monte Belo e Morro São José, além das encostas do maciço central na região de Santo Antônio com a formação do bairro de Santa Tereza.

Em 1984 é aprovado o primeiro Plano Diretor Urbano de Vitória, que visa o ordenamento de uma cidade já marcada pela fragmentação. Porém o PDU consolida um processo intenso de verticalização e, além da continuação da expansão horizontal, principalmente nas áreas novas da cidade criadas pelos aterros de Bento Ferreira e da Enseada do Suá, a cidade se expande verticalmente, com classes desfavorecidas nos morros e classes altas e médias no modelo de torres. As ocupações ao longo da Av. Serafim Derenzi crescem, formando os bairros de Nova Palestina, Resistência, Redenção, Aglomerado São Pedro, Grande Vitória, Estrelinha, Inhanguetá e Nossa Senhora Aparecida - que completam a conurbação na parte insular do município, o que vai conferir à mancha urbana um aspecto de anel em torno do Maciço Central. Em Camburi é implantado o porto de Praia Mole e surge o bairro Maria Ortiz e ampliam-se os bairros de Jardim da Penha e Jardim Camburi.

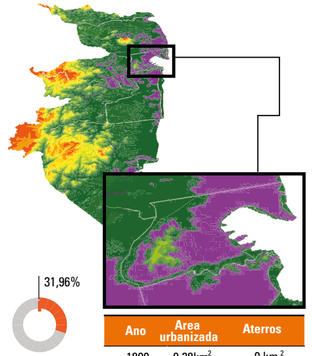
Percebe-se, assim, uma segregação sócio espacial na cidade de Vitória. Ao mesmo tempo em que a população de mais alta renda passou a ocupar edifícios verticalizados ligados à costa, principalmente, o centro da cidade terminou de terceirizar-se e os morros e áreas com pior qualidade urbana, como a oeste do maciço central, eram ocupados por população de menor renda. No entanto, por se tratar de um município insular (em parte) e com restrita área municipal (em comparação com os municípios vizinhos), já na década de 1990 Vitória não apresenta grandes áreas de possível expansão da mancha urbana.

Os municípios vizinhos a Vitória passam a receber vetores de crescimento da mancha urbana conurbada de 1990. Este processo torna-se ainda mais intensos nos 20 anos que procedem. Vila Velha também apresenta um processo de adensamento de diversos bairros, principalmente aqueles ligados à costa, ao mesmo tempo em que conta com uma grande periferia de residências unifamiliares, basicamente.

Até 2004, Vila Velha apresenta um vetor de crescimento costeiro muito fragmentado e distanciado da mancha urbana existente em Guarapari. Ao mesmo tempo Serra consolida mais intensamente seu vetor de crescimento costeiro, se comparado com a mancha urbana de 2004, e Fundão passa a contar com um núcleo urbanizado também próximo à costa.

Até 2014 as dinâmicas urbanas de segregação sócio espacial se intensificam e a população com menor renda é empurrada com mais intensidade à periferia dos municípios da RMGV. Vitória, neste caso, acaba ainda expulsando população mais carente e Cariacica, Serra, Viana e a parte interiorizada de Vila Velha passam a ampliar suas manchas urbanas, principalmente ao redor de eixos rodoviários e em vales, o que configura uma mancha urbana atual muito esparsa e pouco conectada.

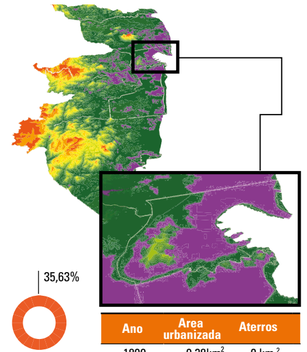
Mancha urbana da RMGV em 2004



Ano	Area urbanizada	Aterros
1800	0,28km²	0 km²
1900	0,66km²	0,09 km²
1920	4,37km²	0,03 km²
1950	7,12km²	0,18 km²
1970	20,05km²	0,18 km²
1984	114,38km²	0,18 km²
1950	7,12km²	0,18 km²

Fonte: OLIVEIRA; ANDRADE, 2014, base cartográfica PMV, 2014, IJSN, 2014 e IBGE, 2010 e elaboração do Consórcio IDOM-COBRAPE

Mancha urbana da RMGV em 2014



Ano	Area urbanizada	Aterros
1800	0,28km²	0 km²
1900	0,66km²	0,09 km²
1920	4,37km²	0,03 km²
1950	7,12km²	0,18 km²
1970	20,05km²	0,18 km²
1984	114,38km²	0,18 km²
1994	157,97 km²	
2004	300,52 km²	
2014	335,46 km²	

Fonte: OLIVEIRA; ANDRADE, 2014, base cartográfica PMV, 2014, IJSN, 2014 e IBGE, 2010 e elaboração do Consórcio IDOM-COBRAPE

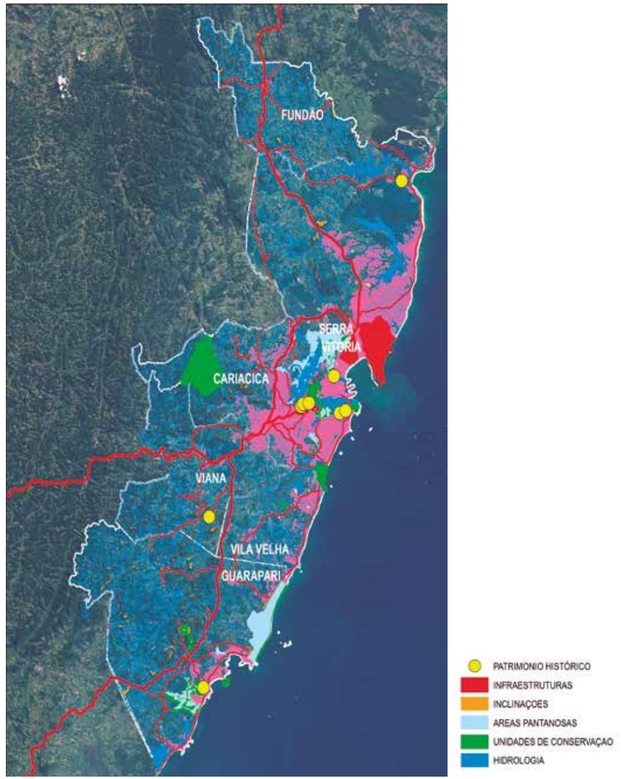
Como a RMGV crescerá no futuro? Condicionantes e limitantes ao crescimento da mancha urbana

O contínuo urbano da RMGV apresenta uma área total de 33.500 hectares e ainda se encontra fragmentado e espraiado, principalmente em relação às áreas urbanas costeiras mais afastadas e os municípios do interior, que contém um menor contingente populacional. Contudo, os municípios de Vitória, Vila Velha, Cariacica, Serra e Viana apresentam uma continuidade forte da mancha urbana atual, estabelecendo uma área conurbada, onde vivem a maioria do contingente populacional atual da região.

Existe uma área costeira com maior verticalização ou com condições de uso mesclado no norte de Vila Velha ligada pela Terceira Ponte à Vitória e que vai praticamente até o bairro de Jardim Camburi. No entanto, 34% do território urbano da RMGV têm uma ocupação interiorizada, horizontalizada e irregular. Ela apresenta descontinuidades e vazios urbanos, caracterizando, assim, a periferia da RMGV e, a área oeste da cidade de Vitória. Os locais próximos ao maciço central e de inclinações mais acentuadas também possuem essas características.

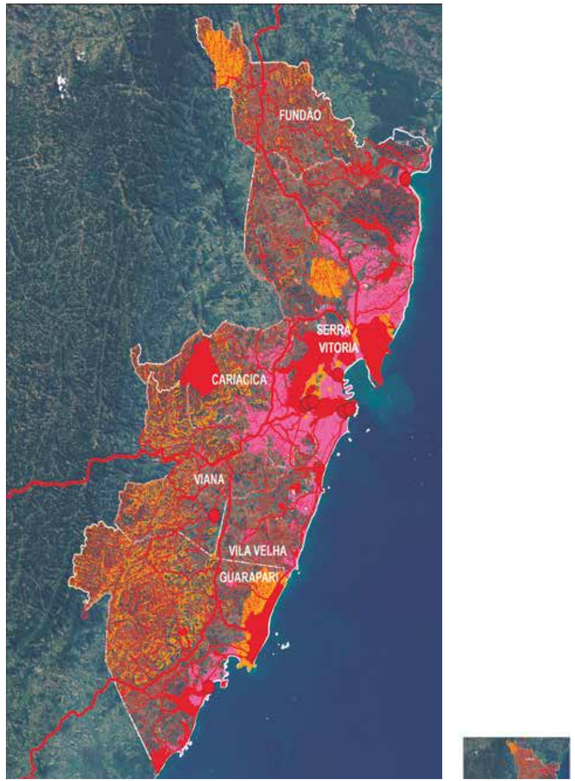
Além disso, também relevante seria a ocupação costeira de uso ocasional ligado aos atrativos cênicos e balneários de Guarapari, Vila Velha, Serra e Fundão, que marcam uma tendência de crescimento linear costeiro tanto ao norte como ao sul de Vitória, aproximando-se, inclusive, das áreas com uso urbano diário e permanente.

Conjunto de Limitantes e Condicionantes ao Crescimento Urbano



Fonte: Elaboração do Consórcio IDOM-COBRAPE.

Conjunto de Limitantes e Condicionantes ao Crescimento Urbano



Fonte: Elaboração do Consórcio IDOM-COBRAPE.

A cidade de Vitória apresenta índices de densidade elevados em diversos pontos, com uma maior variedade de usos do solo, diferente dos demais municípios. Tal característica deve-se ao fato da condição física insular e a pequena área territorial do município, o que fez com que suas construções se encontrem mais compactas no território. Os demais municípios da RMGV possuem usos do solo mais voltados a residências e, por isso, há um forte movimento pendular diário entre os municípios e a cidade de Vitória.

O crescimento urbano acelerado de Vitória e região acabou por invadir áreas de condicionantes e limitantes ao crescimento urbano. Isto significa que diversas variáveis que deveriam ser respeitadas e mantidas sem ocupação humana e urbana, por questões ambientais, legais, técnicas ou de outra índole, não foram respeitadas e a área urbana histórica e atual altera o uso do solo desses locais.

Os condicionantes refletem fatores que estabelecem alguma restrição para a urbanização e construção de edifícios, mas sem proibição total de tal prática. Os limitantes, entretanto, são aqueles que impedem a urbanização e construção por diversos motivos, porém, assim como os condicionantes, nem sempre são respeitados. Além disso, a partir dos resultados do estudo 2, foram identificadas áreas de risco natural e que poderiam ser ainda mais afetadas por mudanças do clima em cenários futuros, analisando, especialmente, os riscos de inundação fluvial e costeira e deslizamentos.

Quanto aos condicionantes ao crescimento urbano, a cidade de Vitória possui, em 2010, um maior contingente populacional vivendo em unidades de conservação e com taxas elevadas de crescimento nos últimos anos. Quanto aos limitantes ao crescimento urbano, as áreas de proteção permanente e de manguezais próximas ao Rio Jacu (em Vila Velha) foram as mais invadidas

nos últimos dez anos, diminuindo as características naturais e de proteção de tal ecossistema.

No que tange os riscos naturais, Vitória seria o município com maior população em locais de maior suscetibilidade de deslizamento e de inundação, porém com taxas de crescimento interanual mais baixas que os demais municípios. Viana e Guarapari teriam uma quantidade de área municipal afetada por deslizamento muito mais altas que os demais, porém mais localizado em áreas montanhosas fora do perímetro urbano, influenciando menos população moradora. Já as inundações afetariam o município de Vitória mais drasticamente (e se veriam pioradas em cenários de mudanças do clima), afetando, principalmente as planícies costeiras e área de aterro.

Limitantes e Condicionantes considerados

		Limitante	Condicionante	Risco
Infraestrutura	Ferroviária	X	X	
	Portos		X	
	Aeroportos	X	X	
	Rodovias	X	X	
Água	Areas alagadiças	X		
	Lagos e lagoas	X		
Inclinações Protegidas	25º - 45º		X	
	+ 45º	X		
Unidades de Conservação	de Uso Sustentável		X	
	de Proteção Integral	X		
Áreas de risco natural	Deslizamentos			X
	Inundações			X

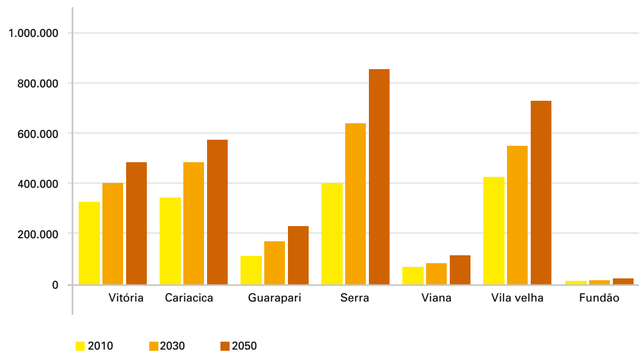
Fonte: Elaborado por Consórcio IDOM-COBRAPE.

Para compreender como crescerá a RMGV e, especialmente, a cidade de Vitória a futuro, entende-se as tendências territoriais avaliando seu crescimento nos últimos 30 anos e projeta-se a população de maneira estatística e territorial (cenários de crescimento urbano). Para isso, foram examinados estudos publicados que levem em conta a projeção estatística populacional para a área de estudo em questão, mesmo que utilizem de distintos métodos projetivos e que não contemplem, completamente, o período temporal de 2030 e/ou 2050. Além disso, também foi realizada, pelo Consórcio IDOM-COBRAPE, uma projeção estatística por município, sempre comparando-as com os estudos existentes, e, posteriormente, uma projeção populacional territorial, para entender como tal população se localizaria no território.

Portanto, para os cenários de crescimento da mancha urbana, foram adotados os seguintes valores para a Região Metropolitana da Grande Vitória:

- População a 2030: 2.373.761 habitantes
- População a 2050: 3.018.896 habitantes

Prospectiva de crescimento populacional



Fonte: IBGE, 2010 e elaboração do Consórcio IDOM-COBRAPE.

Os cenários de Crescimento Urbano

O histórico de espraiamento da mancha urbana da Região Metropolitana da Grande Vitória torna importante a análise de diferentes cenários do seu crescimento. A metodologia para o cálculo da superfície da mancha urbana em diferentes cenários parte da projeção global da população da região metropolitana e seus municípios, individualmente, a 2030 e 2050. O cálculo da superfície da mancha urbana identifica as formas que esse contingente populacional se distribuiria pelo território ao longo do tempo. Os critérios estabelecidos serviram de base para as formas de crescimento nos diferentes cenários propostos e se relacionam, basicamente, com três principais temáticas: densidades, limitantes ao crescimento urbano e prioridade de ocupação urbana.

Cenário de Crescimento Urbano Tendencial

No cenário tendencial, as áreas desfavorecidas veriam sua situação mantida ou piorada, ou seja, as debilidades detectadas seriam mais acentuadas e as fortalezas diminuídas. É, portanto, um cenário não intervencionista e que serve como modelo de limite inferior da análise.

A ocupação no território seguiria os vetores históricos e atuais de crescimento urbano: crescimento linear e fragmentado pela costa e pelos eixos de transporte público e crescimento fragmentado por áreas interiorizadas em locais mais planos e fundos de vale. Além disso, também manteriam a tendência de ocupação urbana em áreas de limitantes e condicionantes ao crescimento urbano, totalizando uma população em áreas de risco natural a 2050 de 327.439 habitantes, o que significa 10% da população total prevista.

A população em áreas de condicionantes ao crescimento urbano teria o crescimento mais expressivo, totalizando uma população em áreas de risco natural a 2050 de 327.439 habitantes, o que significa 10% da população total prevista. No município de Vitória, a ocupação ocorreria, principalmente, nas áreas de conservação de uso sustentável próximo ao maciço central, onde também localizam-se as áreas com maior suscetibilidade de deslizamentos, isso significa que uma maior população ainda sofreria riscos a vida, muito condicionado, também, por momentos de fortes chuvas.

A cidade de Vitória chegaria a sua capacidade de carga e não conseguiria absorver o contingente populacional esperado estatisticamente se mantiver os padrões de crescimento urbano atual, deixando de receber um contingente populacional esperado de 41.526 habitantes a 2030 e 115.623 habitantes a 2050. Tal população seria absorvida pelos municípios de Serra, Cariacica e Vila Velha e fariam com que a parte da nova mancha urbana futura de tais municípios fosse de responsabilidade do município de Vitória, que não seria capaz de receber tais contingentes populacionais em sua área municipal.



Cenário Tendencial

Apresenta uma continuação da tendência de adensamento de cada classe de análise, até atingir sua capacidade de carga (capacidade física de recebimento de tais índices urbanísticos atuais).

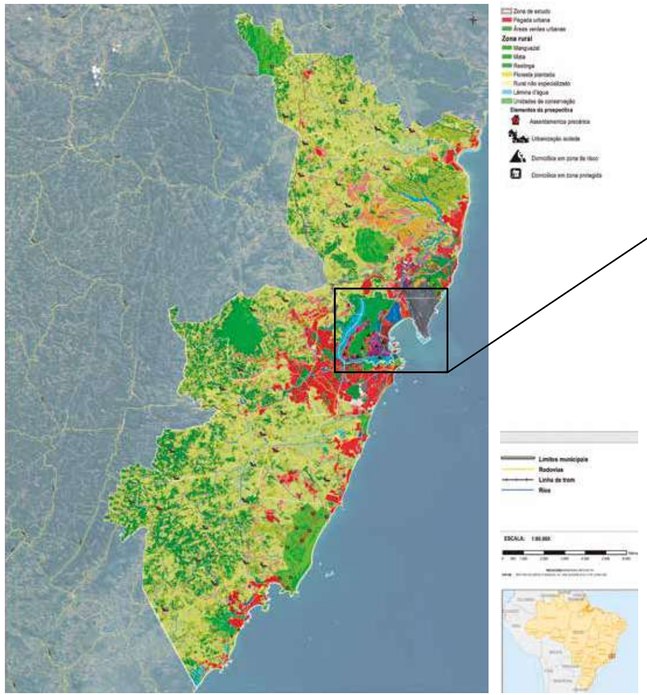
Cenário Ótimo

Busca a densidade ideal da cidade para que não seja necessário ampliar a mancha urbana a 2030 e 2050, respeitando as áreas de limitantes ao crescimento urbano e buscando resolver as principais questões urbanas da região.

Cenário Intermediário

Discutido e validado em oficinas de participação, este cenário também busca resolver os principais problemas urbanos levantados, mas entende que mudanças bruscas são complicadas e lentas. Busca assim sanar os problemas urbanos derivados de uma expansão urbana desordenada.

Espacialização da Mancha Urbana Tendencial.





Fonte: Elaboração do Consórcio IDOM-COBRAPE

A mancha urbana tendencial da RMGV é de 43.825 hectares a 2030 e de 50.244 hectares a 2050, o que significa uma diferença de aproximada de 10.322 hectares a 2030 e 16.721 hectares a 2050, em comparação com a mancha urbana atual. Ou seja, a mancha urbana a 2030, a mancha urbana cresceria 130%, enquanto que em 2050 seria 150% maior que a mancha urbana atual.

De forma sintética, se a mancha urbana atual continuar mantendo as mesmas formas de ocupação e espraiamento que ocorreram até hoje, Vitória e a RMGV teriam:

- Crescimento linear por rodovias e linha de costa, inclusive com pressão de segunda residência em diversos pontos como Guarapari, Vila Velha, Serra e Fundão
- Crescimento de novos solos urbanos de maneira fragmentada pelo interior dos municípios, ligados à oportunidades menos custosas de moradia na RMGV, principalmente de morfologia de até 2 pavimentos.
- A cidade de Vitória não conseguiria manter os mesmos índices de crescimento populacional apresentados até 2010 e, como já ocorre atualmente, passaria a expulsar população a outros municípios (parte da mancha urbana tendencial futura dos outros municípios é de responsabilidade de Vitória – custo Vitória) e também cresceria sobre áreas frágeis e de conservação, como morros com inclinações acentuadas e manguezais, ampliando sua população em áreas de risco à vida humana e diminuindo drasticamente a qualidade de vida urbana da cidade.

Cenário de Crescimento Urbano Ótimo

O cenário de crescimento urbano ótimo, ou imagem desejável do crescimento urbano, como discutido até aqui, permite fixar o limite superior da análise de desenvolvimento urbano a futuro, seguindo uma perspectiva de crescimento urbano sustentável. Entretanto esta é uma imagem difícil de reproduzir, tendo em conta os importantes investimentos necessários para controlar a dinâmica tendencial do crescimento urbano.

No entanto, em se tratando de um cenário hipotético, é possível considerar critérios básicos orientados para a melhora da qualidade de vida da população mediante uma gestão ótima dos elementos naturais como elemento inspirador da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável, considerando o respeito às áreas de limitantes e condicionantes ao desenvolvimento urbano, como é o caso das zonas de risco e vulneráveis. Estes critérios permitem criar medidas de adaptação às mudanças do clima, auxilia na constituição de cidades mais funcionais, densas e compactas, com melhores sistemas viários e de transporte público e com maior oferta de usos, serviços e equipamentos públicos. Para isto, com a finalidade de unir estes elementos, o cenário ótimo acaba por considerar uma disponibilidade absoluta de recursos financeiros, humanos e tecnológicos, assim como a perfeita adequação de uso e ocupação dos solos urbanos.

Com isto, o modelo proposto é direcionado a um ordenamento consciente do território, promovendo o adensamento dos solos urbanos, de maneira mais homogênea e buscando reverter o quadro de segregação socioespacial da população da RMGV. Assim, ao se aumentar a densidade líquida para a RMGV à uma média de 90 habitantes por hectare, ao ocupar os edifícios ociosos, as áreas de vazios urbanos e as áreas estratégicas dentro da mancha urbana atual, a mancha urbana esperada a 2050, para atender os 3.018.896 novos habitantes, seria de 33.571 hectares, 2% maior que a mancha urbana de 2010.

Em oficinas de participação dos Estudos Base, os técnicos municipais indicaram 3 áreas estratégicas em Vitória, dentro do contexto urbano atual, que poderiam transformar-se em solo urbano qualificado no futuro. São elas:

- Terreno próximo à Fazendinha, na região noroeste de Vitória
- Terrenos de uso primário próximo aos bairros de Joana d' Arc e Resistência
- Parque Tecnológico previsto próximo à Universidade Federal do Espírito Santo, no bairro de Goiabeiras

A cidade de Vitória, neste cenário e adotando as estratégias propostas, poderia absorver todo o contingente populacional estatisticamente esperado a 2030 e 2050, sem expulsar parte a outros municípios, ampliando sua densidade líquida média de 63 habitantes por hectare (atual) para 93 habitantes por hectare a 2030 e 2050. Entretanto, é importante destacar que, sem as medidas e aplicação de instrumentos urbanísticos de adensamento e criação de novos solos urbanos, o município de Vitória não teria capacidade de carga para o recebimento de novos contingentes populacionais. No cenário ótimo a 2050, com esses instrumentos, é possível ampliar a oferta praticamente dentro da mancha urbana atual, mas em cenários temporais mais longos, a capacidade de carga chegaria ao limite já que é proposto um cenário de adensamento qualificado (e não um adensamento indiscriminado que diminua a qualidade urbana). Para tanto, outras medidas deveriam ser tomadas, por exemplo, a retirada do aeroporto da área urbana da cidade e levá-lo outro local, reconvertendo o local em um novo bairro.

De forma sintética, para que a cidade de Vitória e sua região metropolitana possam atingir um contexto urbano sustentável e qualificado a 2030 e 2050, algumas ações e recomendações deveriam ser tomadas:

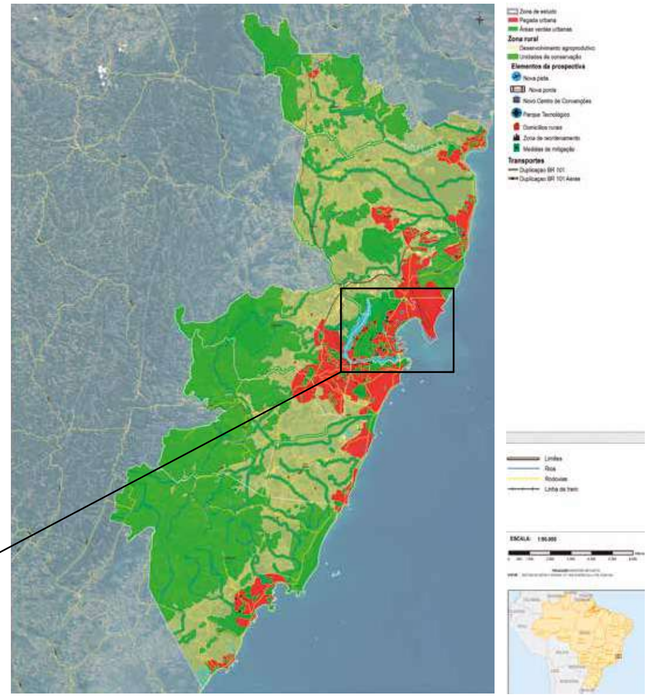
- Ampliação das densidades habitacionais (de forma qualificada e com variedade de uso do solo) por meio de uso de instrumentos urbanísticos previstos no Estatuto das Cidades e, ainda, outros ainda não presentes mas que possam constar nos Planos Diretores Municipais, são eles:
  - Operações Urbanas: por meio deste instrumento seria possível ampliar a densidade de setores urbanos, principalmente aqueles próximos ao BRT proposto, e requalificar o espaço urbano.
  - Áreas de Intervenções Urbanas: neste ponto é importante ressaltar que toda o passeio marítimo e o passeio estuarino de Vitória poderia ser requalificado e transitável, já prevendo estruturas de contenção para as previsões de inundações costeiras. Além disso, a área do canal em Vitória é um ponto estratégico para uma intervenção urbana, pois a futuro apresentará maior vulnerabilidade a inundações costeiras.
  - Zonas de Interesse Social: as zonas de interesse social, principalmente aquelas próximas a áreas de acentuadas inclinações e inundáveis (Estudo 2), mas que não necessitem reassentamento populacional, somente um contínuo monitoramento e fiscalização para congelar o crescimento dos bairros e adequar às edificações, diminuindo sua vulnerabilidade.
  - IPTU Progressivo: diversos imóveis e terrenos vazios por toda a RMGV poderiam exercer sua função social e evitar a necessidade da expansão da mancha urbana a futuro.

- Reajuste Urbanístico: alguns bairros de Vitória possuem conflitos fundiários que impedem sua requalificação e adensamento, como Bento Ferreira e Ilha de Santa Maria. Com o reajuste urbanístico seria possível fomentar as negociações para sua reorganização cadastral e legal.

- Visão metropolitana: é necessário instituir uma empresa metropolitana que faça a gestão do ordenamento territorial de toda a área:
  - Plano de Ordenamento Territorial Metropolitano: este plano daria diretrizes para os Planos Diretores Municipais e conteria o espraiamento urbano futuro, além de integrar-se com outros planos metropolitanos, como o Plano de Mobilidade.
  - Infraestrutura verde (Estudo 1): a instalação de uma infraestrutura verde que conecte as unidades de conservação existentes com um cinturão verde metropolitano ampliaria a qualidade ambiental das cidades, faria possível a produção rural/alimentícia próxima às mesmas e neutralizaria as emissões de gases de efeito estufa.



Espacialização da Mancha Urbana Ótima



Fonte: Elaboração do Consórcio IDOM-COBRAPE

Cenário de Crescimento Urbano Intermediário

O cenário de crescimento urbano intermediário, discutido em oficina participativa com diversos agentes locais, está orientado a um desenvolvimento sustentável da cidade, buscando terrenos aptos para o recebimento de novos contingentes populacionais a futuro, mas ainda reestruturando e requalificando a mancha urbana atual. Este cenário, portanto, busca uma melhora da dinâmica urbana, mas tendo em conta limitações administrativas, financeiras, ambientais e sociais, que influenciam na ocupação de terrenos ociosos e de vazio urbano, o que causa certa pressão para a expansão da mancha urbana por solos não urbanizados.

Neste sentido, entende-se que a RMGV possui grande potencial para o recebimento de novos contingentes populacionais em áreas em consolidação e de vazios urbanos, sendo necessária a inclusão de instrumentos urbanísticos que favoreçam tais práticas dentro dos Planos Diretores de todos os municípios. Além disso, a forte presença de domicílios vagos, que não cumprem seu dever social, é uma peça-chave para a absorção de futuros contingentes populacionais em áreas já com infraestrutura instalada.

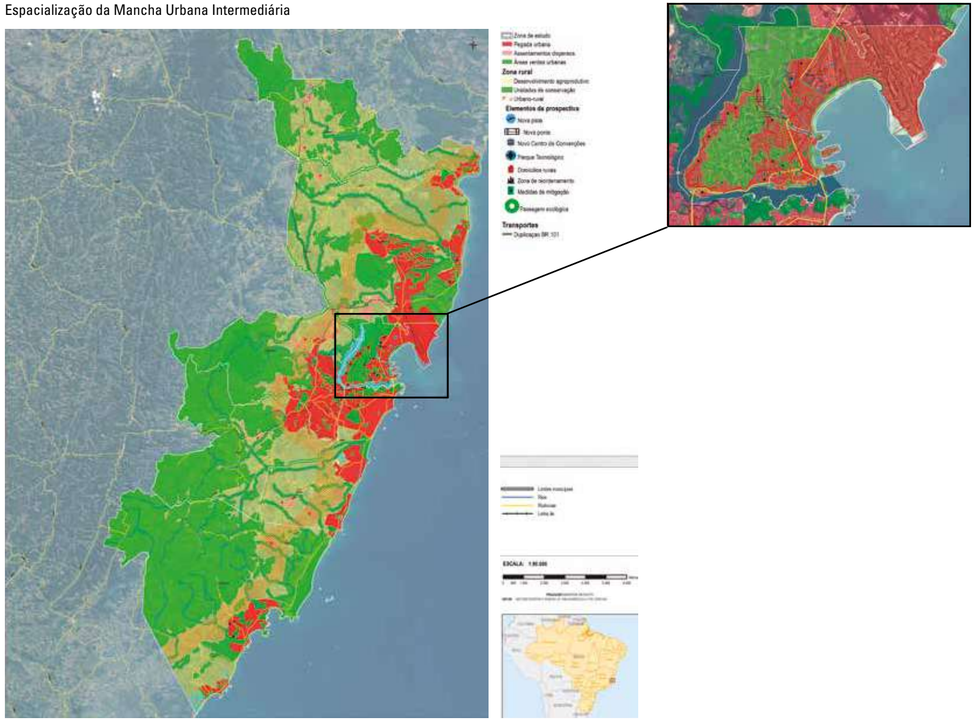
Os novos solos urbanos se fazem necessários, neste cenário, principalmente no município de Vitória, pela não adoção de medidas para a reestruturação de áreas já consolidadas, como proposto no Cenário Ótimo, já que, sabe-se que sua aplicação é um processo lento e burocrático, o que acarreta na necessidade mais emergencial de novos solos urbanos, principalmente para a população mais carente, latente por moradias e que, dificilmente conseguiriam adquirir imóveis já valorizados em áreas de reconversão urbana. Além disso, este cenário não nega a existência e ampliação de zonas para domicílios ocasionais, ligados ao veraneio e ao turismo, aceitando sua ampliação, mas buscando critérios de morfologia urbana mais compacta e mista, sem a necessidade de ocupação de grandes áreas e com localização adequada no território – zonas aptas ao seu recebimento.

Especificamente, a cidade de Vitória chegaria a sua capacidade de carga em 2050 e não conseguiria absorver o contingente populacional esperado estatisticamente, mesmo com todas as ações elencadas até aqui, já que o Cenário Intermediário busca conciliar o recebimento de novos contingentes populacionais com um adensamento e qualificação urbana. A população não absorvida por Vitória seria localizada nos principais municípios da RMGV, como já ocorre atualmente, mas ainda adotando critérios de adensamento e sustentabilidade para o crescimento urbano. Esta situação acaba por reafirmar, entretanto, uma forte necessidade de estabelecer um ordenamento urbano metropolitano, já que é impossível planejar Vitória, sem estabelecer relações com o restante da RMGV.

De forma sintética, para que a cidade de Vitória e sua região metropolitana possam atingir um contexto urbano sustentável e qualificado a 2030 e 2050, algumas ações e recomendações deveriam ser tomadas:

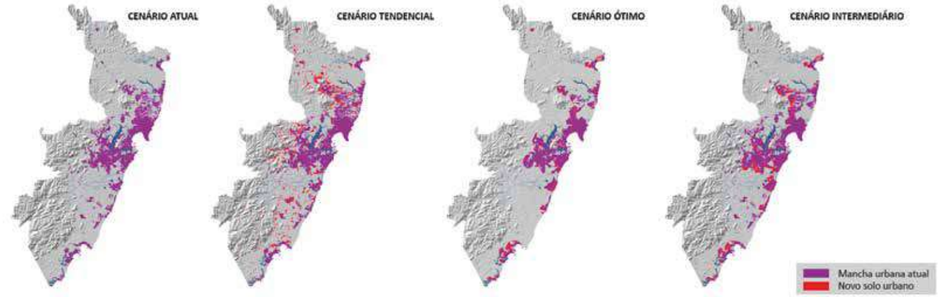
- Esforço na utilização prioritária de vazios urbanos, zonas pouco consolidadas e domicílios vagos, antes da necessidade de reconversão de novos solos.
- Esforço em ampliar a densidade de maneira qualificada, principalmente ligada a eixos de transporte público
- Regulação de construções de uso ocasional para a um crescimento menos fragmentado e fora de áreas ecologicamente frágeis
- Utilização de áreas de oportunidade ligadas ao contexto urbano atual, como podem ser: terrenos próximos à Fazendinha, Joana D'Arc e futuro Parque Tecnológico de Vitória
- Maior diversidade de uso do solo e tipologias edificatórias mistas, diminuindo a necessidade de novos solos urbanos
- Visão metropolitana quanto à estruturação e ordenamento territorial, ampliando as áreas verdes e de proteção e contendo o crescimento da mancha urbana a futuro.

Espacialização da Mancha Urbana Intermediária



Fonte: Elaboração do Consórcio IDOM-COBRAPE

Diferenças entre Cenários de Crescimento Urbano a 2050



População a 2050	3.018.896 habitantes		
População na Mancha Urbana Atual	2.336.050 habitantes	3.018.896 habitantes	2.752.138 habitantes
População Fora da Mancha Urbana Atual	682.846 habitantes	0	266.758 habitantes
Nova Superfície Urbana a 2050	16.721 hectares	68 hectares	5.743 hectares
Densidade Média da RMGV	60 habitantes/hectare	90 habitantes/hectare	77 habitantes/hectare
Investimentos necessários para urbanização	R$ 6.636 milhões	R$ 636 milhões	R$ 2.798 milhões

Fonte: Elaboração do Consórcio IDOM-COBRAPE



6

estudo de base adicional:
conectividade em Vitória

Além dos estudos de base territoriais conduzidos no âmbito da ICES e apresentados no capítulo anterior, em Vitória realizamos um estudo adicional que busca entender como a cidade se vale de Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) no seu dia a dia e como poderia utilizá-las para melhorar a qualidade de vida da população. Esses estudos foram desenvolvidos em uma parceria entre o BID e a Cisco Systems América Latina[1].

A tecnologia está no centro de várias soluções criativas. Uma Cidade Inteligente pode catalisar transformações de espaços em comunidades conectadas possibilitando:

- Promover segurança, gestão da mobilidade, sustentabilidade ambiental e adaptação às mudanças do clima, saúde, educação e outros serviços públicos;
- Estimular um crescimento econômico sustentável;
- Possibilitar sustentabilidade ambiental por meio da gestão de recursos e eficiência operacional, e;
- Melhorar a qualidade de vida dos cidadãos.

Como a figura acima mostra, a base de uma Cidade Inteligente está em uma infraestrutura sólida de internet de banda larga, que possibilite apoiar serviços compartilhados entre várias instituições. O presente estudo procurou olhar tanto para a essa infraestrutura básica, quanto para os cinco "eixos" de serviços ao cidadão na cidade de Vitória.

Vitória é uma das cidades da América Latina e Caribe com o maior potencial de se transformar em uma Cidade Inteligente. A rede de internet pública municipal e os indicadores de conectividade acima da média evidenciam esse enorme potencial. Por essa razão, Vitória foi escolhida no âmbito da ICES para a colaboração com a Cisco na realização dos estudos de base adicionais de conectividade. Os estudos foram realizados entre os meses de junho e dezembro de 2014, e os resultados estão estruturados em três grandes seções:

1. Diagnóstico e Identificação de Desafios, contendo os resultados da aplicação da metodologia e da pesquisa de percepção cidadã a respeito do ambiente de Tecnologia de Informação em Vitória;
2. Soluções para uma Cidade Inteligente, onde cada um dos eixos é descrito com base nas entrevistas com gestores municipais e possíveis soluções de TICs são descritas e priorizadas;
3. Plano de Ação no qual se recomenda um plano de implementação com a apresentação dos respectivos requisitos de investimento.

[1] Esclarecimento: Os estudos estão inseridos no âmbito do Memorando de Entendimento entre a Cisco e o BID, foram realizados sem custos para a Prefeitura Municipal de Vitória, e não implicam nenhum tipo de vínculo comercial entre a empresa e a municipalidade.

Diagnóstico e identificação de desafios

O primeiro passo para a definição de um Plano de Ação para Vitória está na compreensão de suas necessidades. A pesquisa para identificação dos desafios e potencialidades da cidade para a área de TICs e conectividade teve os seguintes componentes:

- Uma pesquisa com os cidadãos de Vitória com vistas a identificar desafios urbanos amplos, oportunidades e recomendações para melhorias na cidade. Mais abaixo, ainda neste capítulo, veremos mais detalhes a respeito da metodologia e dos resultados da pesquisa;
- Um diagnóstico da infraestrutura de TICs em Vitória para identificar quais áreas apresentam potencial para elevarem Vitória à condição de uma Cidade Inteligente;
- Entrevistas com gestores municipais para entender suas opiniões a respeito do ambiente de serviços digitais da prefeitura. Optou-se aqui em explorar os eixos com atividades já em curso na Prefeitura de Vitória, e por essa razão as contribuições da Prefeitura são relatadas nos primeiros parágrafos da descrição de cada um dos eixos deste capítulo.

Pesquisa com Cidadãos

A pesquisa tratou dos seguintes temas:

- Informações gerais sobre os cidadãos e seus domicílios;
- Serviços de telecomunicação;
- Nível de desenvolvimento tecnológico dos domicílios (acesso a telefone, cabos, wi-fi etc.) e a percepção de qualidade e preço dos serviços;
- Avaliação geral dos serviços municipais acordados previamente com a Prefeitura:
  - Segurança;
  - Trânsito e Mobilidade;
  - Sustentabilidade Ambiental e Mudança do Clima;
  - Saúde;
  - Educação.

A pesquisa é uma ferramenta tanto para entender a percepção do cidadão comum a respeito da tecnologia e dos serviços públicos oferecidos quanto para monitorar o uso de TICs em Vitória ao longo do tempo e em comparação com outras cidades da região. 7.978 pessoas participaram da pesquisa, que procurou entender:

- A percepção dos cidadãos em relação à provisão dos serviços públicos a partir de sua experiência;
- O conhecimento dos cidadãos com relação à disponibilidade de soluções tecnológicas para a melhoria dos serviços públicos;
- A demanda dos cidadãos por soluções tecnológicas com fins a melhorar a prestação desses serviços.

Existência de Fibra Ótica em Vitória



Fonte: Prefeitura Municipal de Vitória, elaboração SEMFA/GEO

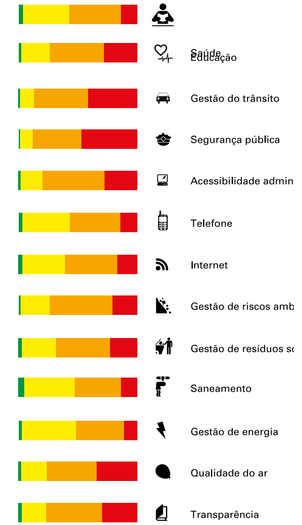
A tabela ao lado resume a percepção da qualidade dos serviços na cidade:

Os destaques da pesquisa encontram-se no infográfico.

Percepção da Qualidade do Serviço

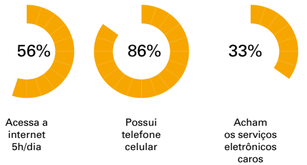
Serviço	Ótimo	Bom	Regular	Ruim
Educação	4.0%	38.7%	44.0%	13.3%
Saúde	2.0%	24.4%	45.3%	28.2%
Gestão do Trânsito	0.7%	11.9%	45.9%	41.5%
Segurança Pública	0.6%	10.8%	41.6%	46.9%
Acessibilidade Administrativa	1.0%	19.1%	52.3%	27.6%
Telefone	3.0%	40.3%	42.9%	13.7%
Internet	2.9%	36.2%	44.3%	16.6%
Gestão de Riscos Ambientais	1.1%	25.1%	52.8%	20.9%
Gestão de Resíduos Sólidos	2.4%	28.8%	45.9%	22.8%
Saneamento	4.7%	43.0%	38.9%	13.4%
Gestão de Energia	3.0%	45.3%	40.7%	11.0%
Qualidade do Ar	1.2%	22.2%	42.5%	34.1%
Transparência em Finanças Públicas	2.3%	20.8%	47.7%	29.1%

Avaliação da Qualidade dos Serviços



Resultados das pesquisas com os cidadãos

Porcentagem da população que:



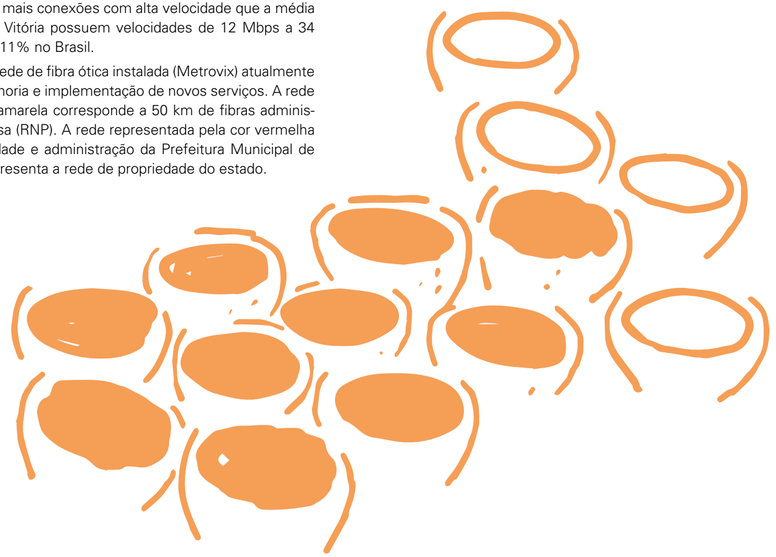
Considerando as areas de segurança, trânsito e mobilidade, sustentabilidade ambiental e mudança climática, saúde e educação, porcentagem dos entrevistados que:



Infrasestrutura Atual de TICs

Vitória possui uma série de vantagens tecnológicas se comparadas ao resto do Brasil. Atualmente, a cidade já possui parte da infraestrutura necessária para integrar e oferecer serviços avançados que podem elevá-la à condição de Cidade Inteligente.

- **Acesso à Internet:** Vitória é a segunda cidade em termos de acesso a internet no Brasil, com cerca de 68% da população conectada a ela. Em comparação, outras cidades densamente povoadas como Rio de Janeiro e São Paulo encontram-se na 23ª e 19ª posições respectivamente[2].
- **Razão entre Pontos de Conexão a Internet e Cidadãos:** A razão entre pontos de conexão e cidadãos em Vitória (255 por 1000) é maior do que a média brasileira e também do que maioria das cidades mais populosas do Brasil, como o Rio de Janeiro (126 por 1000) e São Paulo (158 por 1000)[3].
- **Maior Velocidade de Conexão:** Vitória possui mais conexões com alta velocidade que a média brasileira. 26% das conexões de internet em Vitória possuem velocidades de 12 Mbps a 34 Mbps, comparado com uma média de apenas 11% no Brasil.
- **Rede de Fibra Ótica Instalada:** os 160 km de rede de fibra ótica instalada (Metrovix) atualmente presentes em Vitória pode ser usada pra a melhoria e implementação de novos serviços. A rede Metrovix possui dois tipos de fibra. A de cor amarela corresponde a 50 km de fibras administradas pela Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP). A rede representada pela cor vermelha corresponde aos 110 km de fibra de propriedade e administração da Prefeitura Municipal de Vitória. A rede representada pela cor verde representa a rede de propriedade do estado.



[2] FGV. Mapa da Inclusão Digital no Brasil. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: http://www.cps.fgv.br/cps/telefonica/

[3] Disponível em: http://www.internetlivestats.com/

Soluções para os eixos de Cidades Inteligentes

Esta seção começa com uma discussão a respeito da metodologia que a Cisco utilizou para priorizar as potenciais soluções por eixo. Em seguida, apresentam-se as soluções de infraestrutura para cada um deles.

Metodologia

Dois critérios principais foram utilizados para priorizar as soluções para Vitória: (i) Impacto na Cidade e (ii) Viabilidade de Implementação.

- **Impacto na Cidade:** este critério define benefícios e vantagens que serão geradas pela implementação de uma certa solução em Vitória. Para definir o impacto de uma solução, dois subcritérios foram estabelecidos:
  - **Visão de Cidade Inteligente:** este subcritério tem um peso de 65% dentro do critério de Impacto na Cidade, e é composto por três elementos que definem as principais características de uma cidade inteligente e sustentável na perspectiva da ICES.

    Sustentabilidade Ambiental: o impacto da solução em minimizar danos ambientais e a mudança climática;

    Sustentabilidade Urbana: relacionado à construção de espaços urbanos que permitem aos cidadãos melhorar seu padrão e qualidade de vida;

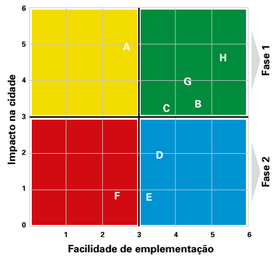
    Sustentabilidade Fiscal e Governança: relacionado à capacidade administrativa do governo em manter o crescimento econômico de forma participativa.
  - **Visibilidade da Solução para os Cidadãos:** este subcritério tem um peso de 35% dentro do critério de Impacto na Cidade. Soluções tecnológicas implementadas pelos cidadãos tem maior impacto quando atendem a expectativas e podem ser efetivamente vistas pelos cidadãos. Um exemplo disso é o uso de câmeras de vigilância, que aumentam a percepção de segurança dos habitantes de uma cidade.
- **Viabilidade de Implementação:** Este critério leva em conta a viabilidade técnica da implementação das soluções na cidade a partir da perspectiva da infraestrutura tecnológica existente e recursos de TICs necessárias para que a solução funcione adequadamente. Para definir a facilidade de implementação, dois elementos foram levados em conta:
  - **Viabilidade Técnica:** com um peso de 70% dentro do critério de Viabilidade de Implementação, leva em conta o estado atual da infraestrutura da cidade (tecnológica ou física) que pode ser utilizada para instalar serviços e soluções na cidade.
  - **Recursos de TIC necessários:** com um peso de 30%, está relacionado com as capacidades tecnológicas necessárias por cada solução ou serviço proposto para funcionar adequadamente. Essas capacidades podem ser resumidas em três: capacidade de processamento de dados (unidade de processamento central), armazenamento de dados e armazenamento de dados temporário (memória interna).

Critério de Ajuste

A análise mostrou que algumas soluções foram classificadas fora do quadrante de primeira prioridade, ainda que muito próximas. Nesses casos, um critério de ajuste foi usado para determinar se a solução deveria ser priorizada numa primeira fase, segunda fase ou mais adiante. Este critério de Prioridade de Implementação foi baseado nas contribuições de especialistas sobre o potencial futuro da solução na cidade. Esse critério de ajuste garante que soluções úteis para a cidade, mas que estão marginalmente fora dos critérios estabelecidos, sejam reconsideradas se entendidas como interessantes para o desenvolvimento de Vitória.

Ferramenta de Priorização com os Principais Critérios de Comparação

Ferramenta de Priorização com os Principais Critérios de Comparação



Soluções de segurança pública
A. Videovigilância
B. Analytics de vídeo
C. Sistema de interoperabilidade e colaboração
D. Controle de acesso e smart card
E. Rastreamento GPS em unidades
F. GPS Tracking em ativos chaves
G. Plataforma cidadã
H. Comunicações unificadas

Análise da Priorização

- As soluções com mais alta incidência nos critérios de priorização estão localizadas no quadrante verde. Essas soluções tem um impacto positivo significativo para a cidade, e são de mais fácil implementação. Por isso, fazem parte da primeira fase de implantação das soluções na cidade de Vitória. Essas fases são mostradas em maior detalhe a seguir e na Seção de "Descrição de Alto Nível das Soluções Técnicas" do relatório completo.
- O quadrante amarelo mostra as soluções com incidência significativa em termos de impacto, mas que não possuem grande facilidade de implementação devido aos requisitos de TIC ou infraestrutura física para a operação. Algumas soluções localizadas nesse quadrante poderiam mover-se para o quadrante verde em razão do critério de ajuste comentado anteriormente. Em geral, as soluções indicadas no quadrante amarelo também fazem parte da primeira fase de implementação das soluções em Vitória, sobretudo em razão do seu impacto positivo na cidade.
- O quadrante azul indica soluções que não possuem grande incidência sobre o indicador de Impacto na Cidade, mas que são facilmente implementáveis por não exigir requisitos sofisticados em termos de tecnologia. Essas soluções tem pouca probabilidade de serem implementadas numa primeira fase, mas poderiam ser aplicadas em fases posteriores.
- Finalmente, as soluções do quadrante vermelho não possuem incidência significativa em nenhum dos dois critérios de priorização. Essas soluções não possuem impacto significante na cidade e não podem ser facilmente implementadas. Portanto, não são priorizadas em uma primeira fase, ainda que eventualmente possam ser aplicadas em fases posteriores.

Soluções por Eixos

Como indicado acima, a pesquisa, as visitas de campo e as entrevistas mostraram que Vitória deveria considerar investimentos que recaem sobre cinco eixos principais. Nesta seção, o contexto atual da utilização da tecnologia em cada um desses eixos será apresentado, bem como recomendações de melhorias nas respectivas áreas. Todos os investimentos para cada um dos eixos devem ser apoiados em uma infraestrutura de rede robusta, e por isso começamos tratando dela.

Infraestrutura de Rede Municipal

O ponto de partida para a discussão das soluções por eixos está na rede municipal que servirá de estrutura para elas. A infraestrutura básica – cobertura, velocidade, confiabilidade, resiliência, custo – é o que torna viáveis todas as soluções discutidas nesta seção.

Como mencionado anteriormente, a conectividade de internet em Vitória já está acima da média brasileira. Da mesma maneira, a cidade é bem servida pela rede municipal de fibra ótica (Metrovix), que cobre quase todas secretarias, prédios públicos e serviços municipais.

Embora bem servida de infraestrutura, a rede de Vitória possui alguns gargalos e desafios, dentre os quais se destacam:

- A falta de um banco de dados consolidado, o que acaba exigindo o preenchimento, pelo cidadão, de diferentes sistemas (muitos manualmente) e sem integração de dados;
- Um data-center pequeno que não atende à demanda atual;
- O link de internet de 200 Mbps está sendo usado em mais de 80% de sua capacidade;
- Dependência de diferentes softwares, alguns desatualizados, e falta de uma padronização para e-mails ou compartilhamento de dados.

Para fazer face a esses desafios, Vitória continua a investir em infraestrutura. Os projetos que mais se destacam são:

- Vitória Online, um projeto para provisão de WiFi pela cidade;
- Projeto de um novo data-center, bem como um novo prédio para a Subsecretaria de Tecnologia da Informação (SubTI);
- Projeto de um Centro de Comando e Controle de 900 m^2 projetado para armazenar e centralizar os centros de monitoramento de diferentes secretarias e agências.

Em vista desses desafios e desses projetos, a Cisco recomenda:

- A Metrovix necessita ser flexível para adaptar novos serviços, escalável para suportar a demanda crescente por banda, e passível de ser conectada a todas as instalações da prefeitura;
- O novo data-center deve prover uma única base de dados para armazenar informação de múltiplas fontes e assim integrar todos os serviços do município. A discussão por eixos que segue faz referência frequente à coordenação centralizada, seja nos campos da segurança pública ou de gestão ambiental. Um data-center e uma rede Metrovix robustos são essenciais para possibilitar esse nível de coordenação entre os órgãos do município.
- A pesquisa de opinião mostrou que apenas 22% dos respondentes conheciam um local na cidade onde há acesso gratuito a Wi-Fi. Ademais, 25% disseram que havia áreas da cidade em que não havia nem cobertura de internet nem de telefone celular. Um acesso mais amplo, ou mesmo ubíquo, permitiria um melhor acesso dos cidadãos aos serviços municipais. Além disso, vários estudos apontam para uma correlação positiva entre acesso a internet banda larga, crescimento econômico, competitividade e inovação[4].
- O Centro de Comando e Controle da Cidade planejado pelo município deveria ser transformado em um Centro Integrado de Operação da Cidade, dentro do qual se pudesse:
  - Prover uma visão holística da cidade ao permitir acesso a dados e informações coletadas por um ambiente compartilhado;
  - Integrar sensores e aplicações conectadas (câmeras, semáforos etc.) localizadas pela cidade;
  - Gerir incidentes ocorrendo em tempo real e planejar para eventos antecipados;
  - Usar dados analíticos para prever eventos futuros de forma coordenada, melhorar a provisão de serviços e oferecer informação para aprimorar políticas públicas.

[4] ITU, Impact of Broadband on the Economy. 2012. Disponível em: https://www.itu.int/ITU-D/treg/broadband/ITU-BB-Reports_Impact-of-Broadband-on-the-Economy.pdf; Banco Mundial. Information and Communications for Development 2009: Extending Reach and Increasing Impact. 2009. Disponível em: http://www.scribd.com/doc/17023553/Information-and-Communication-Technologies-for-Development-2009-Extending-Reach-and-Increasing-Impact?autodown=pdf

Segurança Cidadã

Atualmente Vitória é monitorada por 142 câmeras de vídeo-vigilância dispostas pela cidade e conectadas via rede Metrovix. Ônibus privados também são monitorados por câmeras. Os cidadãos também podem usar o serviço do **Fala Vitória** para sugestões, e mulheres sob medidas protetivas têm acesso a botões do pânico. Contudo, toda a operação e controle é feita manualmente.

Melhorias atualmente planejadas preveem a inclusão de 85 câmeras adicionais, novas câmeras portáteis para agentes da polícia, tablets e dispositivos de GPS nos carros da polícia, e serviços de Waze/Google via prefeitura para a provisão de informações em tempo real para os cidadãos.

É importante notar que, na pesquisa de opinião realizada para os estudos de base de conectividade, bem como na pesquisa de percepção cidadã para a ICES, segurança é o tema que mais desperta insatisfação dos moradores de Vitória.

Com esses elementos em vista, a Cisco recomenda:

- Os **componentes de vigilância por câmeras** devem ser integrados a uma plataforma única centralizada para que todas as autoridades competentes possam acessar a rede. O uso de inteligência de vídeo e respostas automáticas também devem ser integrados à rede (ou às câmeras), uma vez que o monitoramento automático frequentemente se prova mais eficaz que o monitoramento humano. Para além dos aspectos de segurança, as câmeras devem ser dispostas pela cidade de maneira a possibilitar, quando possível, o monitoramento do tráfego na cidade;
- **Um sistema de colaboração e interoperabilidade** permitirá a integração de rádios, redes de IP e sem IP em casos de emergências. Ele também facilitará a comunicação com equipes móveis como inspetores e equipes de manutenção trabalhando pela cidade;
- **Controle de acesso e smart cards** permitirão a gestão do acesso a órgãos públicos por meio de um cartão único contendo todas as informações do cidadão. Esse controle poderia incluir estacionamentos, transporte público, saúde e outros serviços.
- **Rastreamento de GPS para veículos e itens do inventário municipal** permitiria aos gestores monitorar o uso e localização de todos os equipamentos de propriedade do município. Isso aprimoraria a gestão do inventário e reduziria a incidência de equipamentos perdidos ou mal alocados. Além disso, a solução de GPS aliada ao monitoramento central melhoraria a capacidade de resposta da prefeitura a incidentes.
- **Quiosques Interativos e Comunicações Unificadas** podem informar os cidadãos com respeito a questões de segurança urbana. Essas ferramentas permitiriam aos cidadãos reportar situações como roubos, acidentes, brigas e outras emergências. Acessíveis por qualquer aparelho com IP, isso também permitiria uma comunicação de mão-dupla entre cidadãos e autoridades. Ademais, um **ambiente de comunicação unificado** possibilitaria comunicação por chat, voz, vídeo, email, entre outros, de qualquer aparelho entre gestores, órgãos e cidadãos.

Tráfego e Mobilidade

Os semáforos de Vitória estão conectados por uma infraestrutura de fibra ótica, mas são controlados por três sistemas que não podem ser integrados. Os ônibus possuem monitores GPS que oferecem informações das linhas, horários e status via serviços do **Ponto Vitória** e **Fala Vitória**.

A cidade espera aprimorar os serviços de mobilidade ao melhorar o sistema de provisão de informações por meio de aplicações móveis e integração com Waze. Parquímetros digitais e outros sistemas de estacionamento também estão sendo desenvolvidos. Finalmente, sistemas de BRT e sistemas de integração de bilhetes também estão planejados para o futuro próximo.

Após os estudos, a Cisco recomenda:

- Instalar **semáforos inteligentes** e permitir o controle centralizado de sinais verdes/vermelhos para abrir e fechar ruas e assim facilitar a mobilidade;
- Oferecer **acesso público de Wi-Fi** para passageiros do transporte coletivo de forma a facilitar informação para transporte e outros serviços para a cidade.
- Instalar **Pontos de Ônibus Inteligentes e painéis digitais** de forma a melhorar a experiência de transporte público para os cidadãos ao oferecer informação em tempo real sobre mobilidade e outros serviços da cidade.
- Integrar os componentes relativos à mobilidade em Vitória numa **plataforma única e centralizada**. Isso permitirá um foco específico em gestão da mobilidade, aumentar a satisfação dos cidadãos e gerar externalidades positivas ao meio ambiente. Se adequadamente integradas nessa plataforma centralizada – que pode ser o Centro Integrado de Operação e Controle –, o sistema de vigilância também pode ser usado para auxílio da gestão da mobilidade em Vitória, inclusive com a inclusão de funcionalidades como leitura automática de placas e contagem de veículos.
- Introduzir soluções de **estacionamento inteligente** para reduzir o tempo gasto pelos cidadãos para procurar vagas. A solução seria conectar as vagas de estacionamento (tanto nas ruas quanto em garagens), por meio de um chip, a um sistema que mostra aos cidadãos onde há vagas disponíveis. O pagamento pode ser feito por um *smart card* de Vitória ou por aparelhos celulares. Monitores na cidade ofereceriam uma visão sistêmica da disponibilidade de vagas.
- Um sistema de bicicletas compartilhadas no qual o pagamento seria automático e a localização de estações estaria disponível em aplicações móveis de forma a possibilitar o uso eficiente dessa infraestrutura. Ao promover o acesso ao *smart card* de Vitória mencionado acima e permitir a conectividade tanto das bicicletas quanto das estações por Wi-Fi ou rede de celular, a cidade pode implementar essa solução simples e altamente visível para uma estratégia de Cidade Inteligente de Vitória.

Sustentabilidade Ambiental e Mudança Climática

Vitória já utiliza sensores para monitorar a qualidade ambiental da cidade. 28.000 árvores foram registradas, e a qualidade da água em 24 praias é monitorada (manualmente) toda semana. Os parques urbanos também são monitorados. Alguns sensores de pressão são utilizados para monitorar o sistema de água potável, embora medições manuais também sejam feitas. As conexões clandestinas de água resultam em perdas não-técnicas de aproximadamente 30%. Uma Parceria Pública Privada (PPP) fará a gestão da iluminação pública na cidade, mas a reciclagem de resíduos ainda parece inviável do ponto de vista econômico.

A Cisco recomenda que Vitória adote uma abordagem mais ampla com respeito ao monitoramento ambiental. Recomenda-se a instalação de sensores de qualidade do ar e de poluição sonora, e novos sensores devem ser instalados para ajudar o monitoramento e controle do consumo de energia de equipamentos municipais. Essa informação permitirá a análise em tempo real e ininterrupta do consumo dos recursos naturais mais importantes da cidade.

As soluções propostas com respeito à sustentabilidade ambiental e mudança climática podem ser divididas em duas categorias: gestão energética e sensoriamento da cidade. A integração dessas duas categorias com soluções de mapeamento para gestão do uso do solo criará uma base ampla para o Centro Integrado de Operação da Cidade gerir questões relativas a riscos ambientais.

Soluções de gestão energética auxiliarão a redução do consumo em domicílios, escritórios e indústrias por meio de tecnologias para medir e monitorar o uso de eletricidade. **Sistemas de resposta automática ao aumento da demanda** permitiriam ao Centro Integrado de Operação e Controle enviar mensagens aos usuários com relação ao seu consumo e a regulação de equipamentos não-essenciais. **Medidores inteligentes, edifícios inteligentes e equipamentos mais eficientes** também permitiriam aos usuários reduzir seu consumo ou mudar seus hábitos para períodos de menor preço (num ambiente de preços de eletricidade variável). Finalmente, um painel de energia ofereceria visualização em tempo real para usuários e gestores da cidade, indicando oportunidades para reduzir o consumo.

Sensores dispostos pela cidade também podem monitorar a qualidade do **ar, água** (incluindo vazão) ou *ruído*. Sensores podem também ser usados para gerir as áreas de **saneamento** e **resíduos sólidos** para garantir o descarte seguro e efetivo.

Saúde

Vitória dispõe atualmente de uma estrutura tecnológica bastante ampla para atendimento na área de saúde. Os cidadãos tem à sua disposição portais web para ajudar o acesso a serviços de saúde. Cartões de identidade de saúde permitem o acesso a prontuários médicos unificados por todas as 30 unidades de saúde da cidade. A premiada Rede Bem Estar, um sistema de gestão de informação, apoia essa rede.

A Cisco recomenda que as seguintes inciativas sejam tomadas em consideração para o avanço no eixo de saúde:

- Colaboração entre profissionais médicos é essencial para garantir um atendimento de qualidade aos pacientes. Uma estratégia de Comunicação Unificada permitindo comunicações por meio de voz, vídeo, dados e chat tanto dentro de unidades de saúde quanto entre essas e hospitais dentro e fora da cidade. Isso pode incluir atenção coordenada para casos de maior complexidade, treinamento e compartilhamento de conhecimento ou gestão de emergências entre clínicos e pessoal administrativo.
- O **cuidado à distância** é uma abordagem comumente usada para aprimorar a assistência de saúde com menores custos, fácil acesso e conveniência. O conceito é combinar serviços de telepresença com equipamentos médicos permitindo a cuidadores e pacientes que podem estar a milhares de quilômetros de distância de um ambiente clínico.
- Prontuários eletrônicos permitem que as informações relevantes dos cidadãos sejam armazenadas num data-center único que pode ser usado para informar outros serviços. O prontuário eletrônico oferece informação detalhada sobre o paciente e, quando integrado com estratégias de cuidado à distância, pode aprimorar significativamente serviços médicos a despeito da localização do paciente.
- Soluções mencionadas em outros eixos podem igualmente ser relevantes para o atendimento de saúde. A vigilância por vídeo e o controle de acesso pode aumentar a segurança dos pacientes, unidades de saúde e pessoal clínico. O rastreamento de veículos e patrimônio via chips RFID também pode auxiliar na redução de perdas e aumento de eficiências.

Educação

Com lousas inteligentes em 33 escolas e um portal de educação do cidadão, Vitória já está investindo em tecnologias de educação voltados para o cidadão. Além disso, a cidade também dispõe de um sistema de informação e gestão para escolas públicas que possibilita o monitoramento, ajustes de dados escolares e performance individual de cada estudante.

A cidade está planejando trazer ainda mais tecnologia para as escolas. Uma iniciativa de Wi-Fi nas unidades de ensino será iniciada em 21 escolas. Junto a outros recursos de informática, esse investimento também apoiará o treinamento de professores. Além disso, uma rede de vigilância eletrônica ajudará a promoção da segurança de estudantes, professores e unidades de ensino.

A Cisco recomenda considerar as seguintes inovações para a área de educação:

- A pesquisa de opinião conduzida sugeriu que Wi-Fi gratuito é uma facilidade oferecida de forma limitada em Vitória. Instalar **acesso à internet sem fio em escolas** poderia ajudar a tratar desse problema, ao menos no que tange ao uso de estudantes e funcionários. A instalação também serviria como base para possibilitar iniciativas de ensino à distância e soluções para escolas conectadas;
- Educação à distância promove o aumento do acesso a serviços educacionais, aumenta a flexibilidade em como, quando e onde serviços de educação são consumidos e, em alguns casos, reduz as despesas ao diminuir as necessidades de viagens. Em geral, soluções de educação à distância podem ser viabilizadas tanto ao vivo quanto sob demanda, onde estudantes ouvem ou assistem a aulas pré-gravadas.
- O conceito de **escolas conectadas**, incluindo colaboração em desktops, é focada em como a tecnologia pode transformar o ensino e a aprendizagem na sala de aula. Essa abordagem permite o engajamento dos alunos com áudios e vídeos ricos, interativos e de alta qualidade. Ela pode facilitar, por exemplo, trabalhos em equipe virtuais, agendas mais simples, registros, participação em classe e relatoria com ferramentas de gestão flexíveis.

Nesta linha, bibliotecas digitais permitiriam também aos estudantes interagir com livros e vídeos e compartilha-los por equipamentos móveis ou computadores.

- Assim como no eixo de saúde, soluções de segurança e rastreamento do patrimônio também são relevantes para o eixo de educação, especialmente tendo-se em conta o que foi revelado pelas entrevistas durante o processo de pesquisa: algumas escolas de Vitória, em especial aquelas em áreas mais carentes, servem de espaço para tráfico de drogas e esconderijo de armas.

Plano de Ação

Estimativa de Custo

A tabela da página seguinte oferece um resumo dos custos de cada eixo individual, bem como dos investimentos de infraestrutura necessários para viabilizar as recomendações presentes na seção anterior[5]. A soma dos custos estimados chega a US$ 66 milhões (R$ 231,84 milhões), os quais incluem US$ 16 milhões (R$ 51,84 milhões[6]) para investimento em infraestrutura e US$ 50 milhões (R$ 162 milhões) para investimentos relacionados à implementação de cada grupo de soluções por eixo.

Existem importantes benefícios financeiros a serem auferidos pela implementação de soluções múltiplas e concomitantes no contexto de uma estratégia e Plano de Ação para uma Cidade Inteligente. Além disso, vários dos componentes de rede utilizados para apoiar uma solução pode ser usado para apoiar outras. O trabalho realizado estima que o total de investimento - US$ 66 milhões (R$ 213,84 milhões) - para as soluções dos eixos pode ser reduzido em 15% ou 20% ao se convergir múltiplos serviços em uma infraestrutura única. Isso reduziria os custos de investimento para US$ 53 milhões (R$ 172 milhões).

Todos os custos mencionados referem-se a aspectos tecnológicos. Qualquer projeto de tecnologia também precisa considerar custos de instalação. Contudo, sem um estudo detalhado do local (atividade que foge ao escopo do presente trabalho), não é possível estima-los com a precisão devida. Neste sentido, recomenda-se que Vitória preveja que os custos de instalação variem em torno de 10% do valor total de investimento. Além disso, a operação e manutenção também precisam ser contabilizados no orçamento municipal para a manutenção do projeto. Essas também giram em torno de 10% dos custos de investimento por ano.

Outra possível estratégia de investimento é converter custos de capital em custos de operação. O princípio que rege essa estratégia cada vez mais popular é fazer com que o governo compre a infraestrutura necessária como um serviço, e delegue a um terceiro (ex. PPP) que faça os investimentos em capital. Isso permite que várias soluções sejam implementadas com menos recursos no curto prazo. Os estudos aqui realizados estimam que os requisitos de investimento no curto prazo que poderiam ser implementados sob essa estratégia giram em torno de US$ 28 milhões (R$ 90,72 milhões). Isso reduziria ainda mais os investimentos de capital necessários no curto prazo para Vitória, embora os custos de operação no médio e longo prazo aumentem. Outros modelos financeiros poderiam ser explorados, mas não fazem parte do escopo deste trabalho.

Plano de Implementação

Enquanto os investimentos requeridos são substanciais, é importante notar que eles não precisam ser implementados de uma vez. Algumas soluções, como o IOCC, podem ser implementadas separadamente. No entanto, boa parte dos investimentos para soluções em eixos vão requerer investimentos em infraestrutura. Em particular, o upgrade da Metrovix é estimado em US$ 6 milhões (R$ 19,5 milhões), com mais US$ 6 milhões para implementar a rede Wi-Fi. Do ponto de vista prático, pode-se buscar realizar tais investimentos à medida em que as soluções por eixo vão evoluindo. Para determinar com precisão e detalhes técnicos e estratégicos, recomenda-se que a Prefeitura invista em serviços de consultoria. O benefício de um planejamento detalhado é assegurar que os investimentos feitos hoje sejam eficientes o suficiente para garantir os resultados almejados no futuro. Um detalhamento mais amplo a respeito do escopo dos investimentos em infraestrutura pode ser visto no relatório completo.

[5] Como mencionamos, maiores informações podem ser encontradas no relatório completo disponível em www.urbandashboard.org

[6] Valores do câmbio para o dia 31/03/2015. US$ 1,00 = R$ 3,24

Eixo	Solução	Custo (US$ Milhões)	Custo (R$ Milhões)
Infraestrutura	Total	16	52
	Upgrade da Rede Metrovix	6	20
	Wi-Fi Público	6	20
	Centro Integrado de Operação e Controle (CIOC)	4	13
Segurança	Total	21	68
	Vigilância e Inteligência de Vídeo	3,1	10
	Sistema de Interoperabilidade e Colaboração	2,1	6,8
	Rastreamento GPS em unidades*	1,7	5,5
	Rastreamento GPS em itens de inventário*	1,7	5,5
	Plataforma de Colaboração da Cidade *	6,4	20,7
	Comunicação Unificada	6	20
Tráfego e Mobilidade	Total	7	22
	Estacionamento Inteligente*	2	4.6
	Semáforos Inteligentes	5	16,2
	Pontos de Ônibus Inteligentes	Incluído na Plataforma de Cooperação da Cidade	
	Sinalização Digital	Incluído na Plataforma de Cooperação da Cidade	
	Rastreamento GPS para Veículos Municipais	Incluído em Rastreamento GPS em unidades	
	Contadores de Veículos	Incluído em Semáforos Inteligentes	
Meio Ambiente	Total	11	35,64
	Implantação de sensores na cidade*	10	32,4
	Gestão de Energia	1	3,24
Saúde	Total	6	20
	Medicina à Distância	6	20
	Colaboração Intra-hospitalar	Incluído em medicina à distância	
	Colaboração Inter-Hospitalar	Incluído em medicina à distância	
	Prontuário Médico Eletrônico	Incluído em medicina à distância	
Educação	Total	6	19,44
	Educação à Distância*	6	19,44
	Escola/Classe Conectada	Incluído em Educação à Distância	
	Escola Segura	Incluído em Segurança	
	Acesso à internet sem fio em escolas	Incluído em Educação à Distância	
	Colaboração em Desktops	Incluído em Educação à Distância	

Fase 0: Centro Integrado de Operação e Controle

Recomenda-se que Vitória comece o caminho para sua transformação em Cidade Inteligente pelo Centro Integrado de Operação e Controle (CIOC). O CIOC (IOCC em inglês) é uma plataforma desenhada para auxiliar a Prefeitura de Vitória a obter uma visão ampla das ocorrências variadas da cidade. A solução integra todas as outras soluções tecnológicas da cidade em uma única plataforma de gestão. O CIOC melhora a coordenação de equipamentos e pessoal, além de acelerar a comunicação dos diversos órgãos que servem à cidade. O resultado é que a informação, vídeo, controle de acessos e sensores trabalham em conjunto para aumentar o controle e melhorar a operação da cidade em tempo real. Todos os dados disponíveis são integrados em um painel de operação comum, e a resposta é iniciada e acelerada por meio da colaboração interoperável e tecnologias de notificação. As vantagens oferecidas pelo CIOC são as seguintes:

- Oferece informações estratégicas, auxiliam na tomada de decisões sobre a cidade, antecipam problemas e gerem os recursos da melhor maneira para repostas mais rápidas e efetivas;
- Mapeia a situação da cidade em tempo real por meio de colaboração e análise de dados de voz, vídeo e gestão de recursos;
- Monitora indicadores estratégicos de performance que auxiliam na identificação de tendências, uso de recursos e acompanhamento próximo de gastos;
- Detecta, avalia e oferece uma resposta integrada a partir uma visão holística da cidade, com potencial redução de riscos, consolidação de programas e prevenção de perdas.

Fases I e II: Implementação de Soluções

Recomenda-se que Vitória volte-se depois para investimentos em cada um dos eixos analisados no Plano de Ação acima. As Fases I e II mostram a priorização de acordo com explicado na seção "Metodologia". Os eixos em si estão descritos em ordem de prioridade da esquerda para a direita.

Como mencionado, é importante que, ao longo dessa fase de implementação das soluções, os investimentos em infraestrutura sejam feitos de modo a oferecer o suporte adequado a cada um dos eixos. Com a atual infraestrutura instalada, entende-se que é impossível que as soluções propostas sejam concretizadas. Além disso, muitas dessas soluções vão requerer conectividade Wi-Fi. No entanto, como destacado, a boa notícia é que nem todo investimento em infraestrutura precisa ser feito de uma vez. Por exemplo, um ponto de ônibus inteligente ou um estacionamento inteligente exige conectividade apenas na localidade ou seu entorno imediato, não ao longo de toda cidade.

Conclusão

Vitória já é uma líder em cidades inteligentes na América Latina. Seus indicadores de acesso à internet são maiores que as médias da região, e o uso atual de tecnologia na cidade é bastante avançado. O próximo passo para a cidade está na integração desses serviços, por meio do CIOC e outros, para depois instalar uma rede de padrão internacional juntamente com soluções 3.0. A Cisco acredita que Vitória tem o potencial de se tornar uma liderança global em termos de cidades inteligentes.

	Fase 1 2015 - 2018	Fase 2 20159 - 2021
Segurança		
	Vigilância e inteligência de vídeo	Rastreamento GPS em unidades
	Sistema de Interoperabilidade e colaboração	Rastreamento GPS em itens do inventário
	Plataforma de colaboração da cidade Comunicações unificadas	
Mobilidade		
	Ponto de ônibus inteligente	Rastreamento GPS para veículos municipais
	Vagas de estacionamento inteligente	
	Semáforos inteligentes	
	Sinalização digital	
	Contadores de veículos	
Meio Ambiente		
	Gestão energética	
	Implantação de sensores da cidade	
Saúde		
	Medicina à distância	
	Colaboração inter-hospitalar	
	Colaboração intra-hospitalar	
	Prontuário médico eletrônico	
Educação		
	Educação à distância	
	Escola segura	
	Acesso à internet sem fio em escolas	
	Colaborações em desktops	





7

em que temas nos concentramos?

A análise dos indicadores da ICES sobre o município de Vitória, conjuntamente com os estudos de base e a pesquisa de percepção cidadã construíram uma leitura panorâmica de como estão os diversos temas que são importantes para a cidade, apontando quais estão em situação favorável, quais precisam de alguma atenção e quais são os mais problemáticos.

Para afinar essa análise, com o objetivo final de selecionar os temas mais prioritários de Vitória, a ICES desenvolveu uma metodologia que pondera os resultados da primeira etapa (a dos indicadores) através de filtros específicos. Os filtros assinalam uma pontuação de 1 a 5 para cada área temática, onde 1 é a prioridade mais baixa e 5 é a prioridade mais alta[1]. Após a consolidação dos filtros, os temas com a pontuação total mais alta são apresentados à Prefeitura, Caixa e BID para deliberação e validação em um seminário de áreas priorizadas. A partir desse seminário, os temas acordados como de maior prioridade para a cidade são selecionados.

O **Filtro Semáforo**, preenchido durante a Fase 1 da metodologia e validado no Seminário de Validação dos Indicadores, reflete a análise dos indicadores levantados separados por cada uma das 23 áreas temáticas. Os temas em vermelho ganham prioridade alta (5), os temas em amarelo prioridade média (3) e os temas em verde prioridade baixa (1).

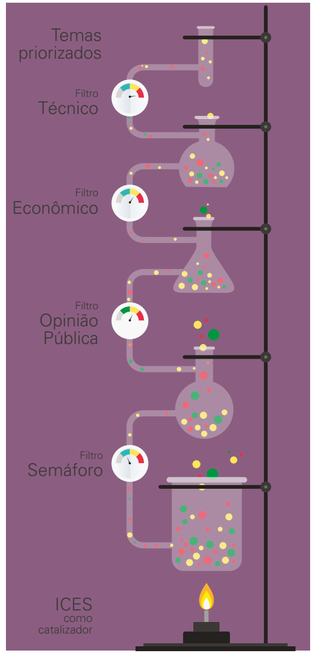
O **Filtro Ambiental** foi preenchido a partir dos dados coletados e analisados pelo consórcio IDOM-Cobrape, que está realizando os estudos de base ligados à metodologia ICES em Vitória. Ele visa a análise da vulnerabilidade a desastres naturais, bem como os potenciais de mitigação das áreas temáticas da ICES em relação aos efeitos de mudanças climáticas.

O **Filtro de Opinião Pública** foi totalmente baseado nos resultados da Pesquisa de Opinião Pública realizada em 2014 no município de Vitória na qual foram entrevistados 1.200 cidadãos, que deram sua opinião sobre os temas abordados pela ICES oferecendo, assim, uma ponderação qualitativa calcada na percepção dos moradores da capital capixaba.

Os últimos são o **Filtro Técnico** e o **Filtro Econômico**, que foram preenchidos pelos especialistas do Instituto Pólis, técnicos da Caixa local, BID e Prefeitura Municipal de Vitória.

No **Filtro Econômico**, foi analisada a relação entre os mesmos temas com o desempenho do Produto Interno Bruto (PIB), a geração de empregos e a competitividade do município de Vitória. **No Filtro Técnico**, foram ponderados os pesos de cada tema avaliado previamente pelos indicadores de acordo com a análise e a visão específica/temática de cada especialista da área.

[1] No caso do filtro ambiental, há também a possibilidade de não preenchimento de valor, indicando uma não relação entre a área temática e potenciais de mitigação. Esses valores foram representados com "0".



Filtro de Opinião Pública

A Pesquisa de Opinião Cidadã foi feita na cidade de Vitória durante o mês de abril de 2014 e entrevistou 1.200 pessoas em todas as nove Regiões Administrativas do município, buscando colher a percepção dos moradores da capital capixaba sobe os temas abordados pela ICES. O número de questionários aplicados em cada região administrativa seguiu a distribuição populacional das mesmas de modo a garantir uma representatividade estatística e territorial da amostra.

A amostra da pesquisa, além da abrangência territorial, tem um perfil bastante heterogêneo em relação ao gênero, faixa etária, renda familiar e grau de instrução dos entrevistados, o que confere um grau de confiabilidade muito importante para a avaliação dos resultados bem como a utilização dos mesmos para a aplicação do Filtro de Opinião Pública. O questionário continha 129 perguntas, divididas em 20 blocos temáticos além dos 7 campos de caracterização do perfil do entrevistado. Os temas e a quantidade de perguntas de cada um estão descritos na tabela abaixo:

A tabulação final dos resultados da pesquisa foi analisada tema a tema e algumas leituras puderam ser feitas por meio da espacialização dos números. Isto possibilitou uma avaliação mais ponderada, para a qual a territorialização das informações coletadas subsidiou análises mais precisas acerca dos problemas e desigualdades na cidade de Vitória. Desta forma, resultados gerais ou médias ponderadas relativos ao município como um todo, foram examinados territorialmente de acordo com a divisão das nove Regiões Administrativas, a partir das quais observou-se as diferenças intraurbanas do município para as várias questões abordadas pelo questionário da pesquisa.

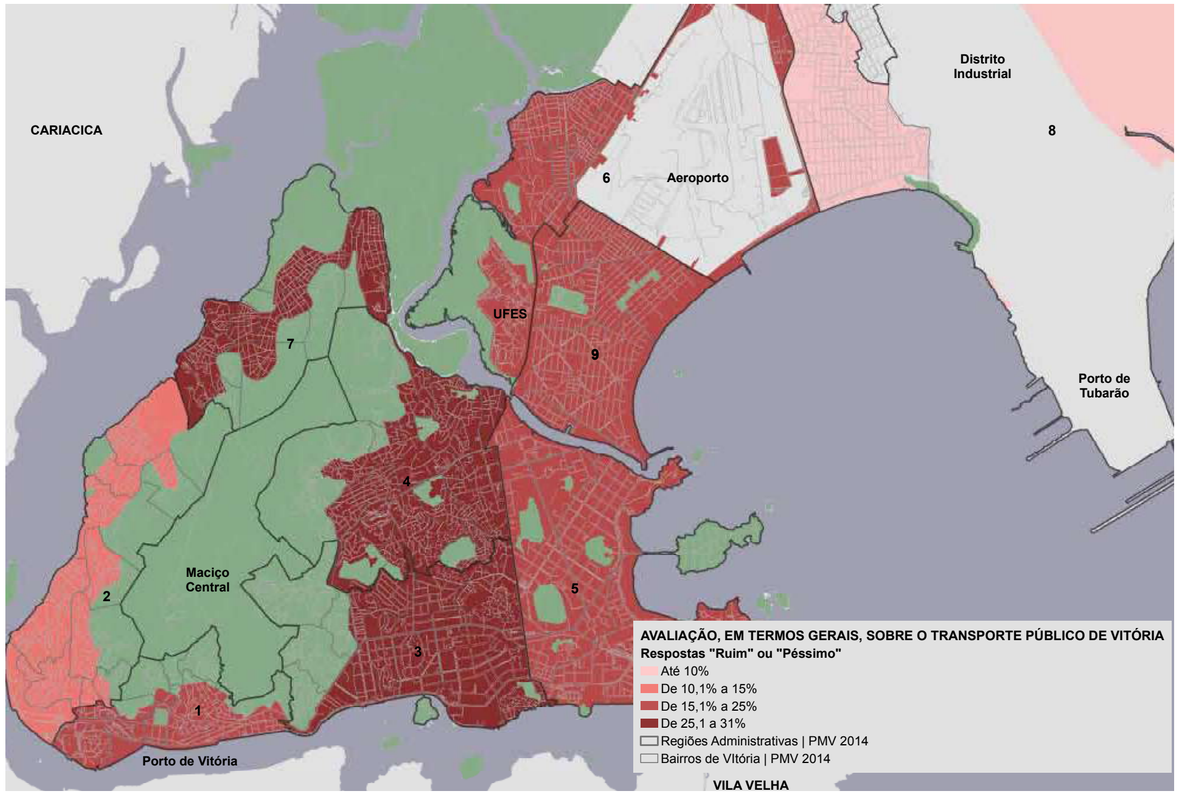
Algumas informações só ganham relevância, de fato, quando localizadas e analisadas no território físico. Somente através deste método que se pode aferir onde estão concentrados os problemas e quais devem ser as áreas priorizadas pelas ações governamentais. Mapear as regiões com mais precariedades ou com os maiores gargalos ao desenvolvimento é um primeiro passo para se definir políticas e ações de cunho estratégico para o município.

Medidas preventivas relacionadas à segurança pública ou mesmo projetos de mobilidade urbana são exemplos de políticas que devem se basear fortemente em uma leitura territorial tanto de dados secundários quanto de levantamentos de dados específico. Para casos como estes, as informações coletadas e mapeadas pela pesquisa de percepção cidadã têm grande importância e conteúdo suficiente para contribuir não apenas com os indicadores e a priorização da ICES, mas também com a formulação futura de políticas públicas para Vitória.

Ademais das informações que serviram para complementar as análises temáticas dos especialistas e os debates técnicos, a pesquisa de opinião também compôs um dos filtros aplicados sobre os indicadores da ICES Vitória. Para tanto foram utilizadas as respostas da questão 104 do questionário, na qual os cidadãos avaliam tema a tema atribuindo a cada um uma nota de 0 a 10: quanto menor, mais grave o problema e quanto maior a nota, melhor é a avaliação que a pessoa faz sobre o tema perguntado. A aplicação deste filtro, computando todos os 1.200 questionários, apontou que os pontos mais graves são: (1) mobilidade, (2) educação, (3) segurança, (4) saúde, (5) gestão pública participativa, (6) gestão pública moderna e (7) transparência.

DIMENSÃO	TEMAS	35% OPINIÃO PÚBLICA
sustentabilidade ambiental e mudanças climáticas	água	1,0
	saneamento e drenagrem	1,0
	gestão de resíduos sólidos	1,0
	energia	1,0
	qualidade do ar	3,0
	mitigação de mudança climática	3,0
	ruído	3,0
	vulnerabilidade desastres naturais	3,0
sustentabilidade urbana	uso do solo/ordenamento territorial	3,0
	desigualdade urbana	1,0
	mobilidade/transporte	5,0
	competitividade da economia	1,0
	emprego	1,0
	conectividade	3,0
	educação	5,0
	segurança	5,0
	saúde	5,0
sustentabilidade fiscal e governança	gestão pública participativa	5,0
	gestão pública moderna	5,0
	transparência	5,0
	impostos e autonomia financeira	3,0
	gestão do gasto público	3,0
	dívida	1,0

Mapa sobre avaliação do transporte público



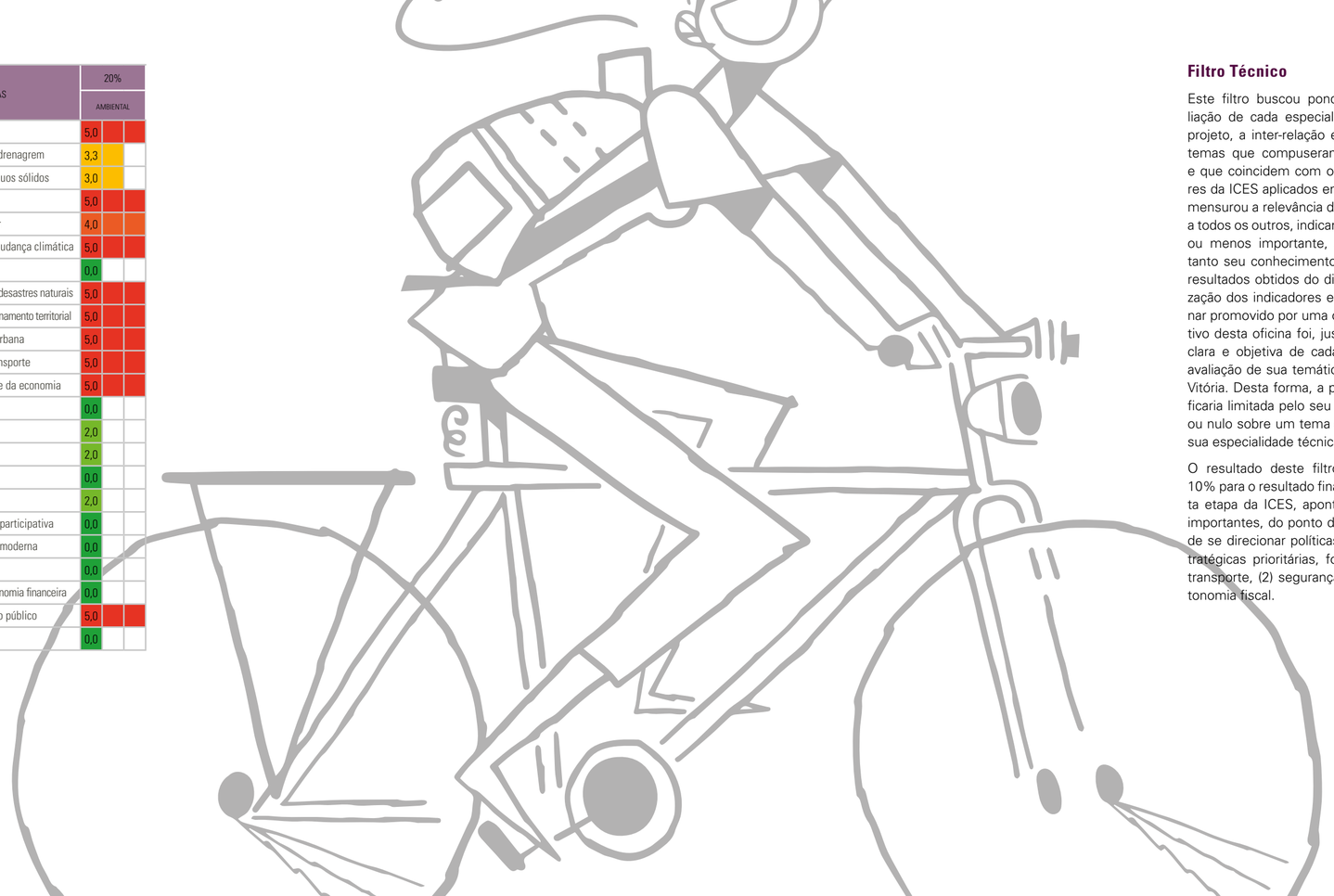
1 – Centro, 2 – Santo Antônio, 3 – Jucutuquara, 4 – Maruípe, 5 – Praia do Canto, 6 – Goiabeiras, 7 – São Pedro, 8 – Jardim Camburi e 9 – Jardim da Penha I Fonte: Pesquisa de Opnião Pública, elaboração Instituto Pólis

Filtro Ambiental

O Filtro Ambiental foi elaborado pelo consórcio hispano-brasileiro IDOM-COBRAPE, responsável pela realização dos estudos de base da Metodologia ICES em Vitória, e buscou verificar a relação de cada um dos 23 temas propostos pela metodologia ICES e coletados pelo Instituto Pólis com as dimensões ambientais. A primeira dimensão diz respeito à mitigação da mudança climática, que está intimamente relacionada à emissão de gases de efeito estufa por cada um dos temas selecionados. A outra dimensão contempla a vulnerabilidade dos temas da cidade frente a mudanças climáticas e desastres naturais.

Tanto para a dimensão de mitigação da mudança climática quanto para a dimensão de vulnerabilidade, foram feitos levantamentos e sistematizações de informações relacionadas aos temas abordados pela ICES e as dimensões ambientais apresentadas acima. Por meio de técnicas de análise multicritério, estimou-se o grau de conexão entre os indicadores selecionados e a realidade ambiental de Vitória. Os resultados podem ser vistos na tabela abaixo.

DIMENSÃO	TEMAS	20% AMBIENTAL
sustentabilidade ambiental e mudanças climáticas	água	5,0
	saneamento e drenagrem	3,3
	gestão de resíduos sólidos	3,0
	energia	5,0
	qualidade do ar	4,0
	mitigação de mudança climática	5,0
	ruído	0,0
	vulnerabilidade desastres naturais	5,0
sustentabilidade urbana	uso do solo/ordenamento territorial	5,0
	desigualdade urbana	5,0
	mobilidade/transporte	5,0
	competitividade da economia	5,0
	emprego	0,0
	conectividade	2,0
	educação	2,0
	segurança	0,0
	saúde	2,0
sustentabilidade fiscal e governança	gestão pública participativa	0,0
	gestão pública moderna	0,0
	transparência	0,0
	impostos e autonomia financeira	0,0
	gestão do gasto público	5,0
	dívida	0,0



Filtro Técnico

Este filtro buscou ponderar, segundo a avaliação de cada especialista que trabalhou no projeto, a inter-relação entre cada um dos 23 temas que compuseram a matriz de análise e que coincidem com os temas dos indicadores da ICES aplicados em Vitória. Cada técnico mensurou a relevância de um tema em relação a todos os outros, indicando se ele é mais, igual ou menos importante, sempre considerando tanto seu conhecimento específico quanto os resultados obtidos do diagnóstico, a semaforização dos indicadores e o debate interdisciplinar promovido por uma oficina técnica. O objetivo desta oficina foi, justamente, a exposição clara e objetiva de cada especialista sobre a avaliação de sua temática para o município de Vitória. Desta forma, a ponderação de um não ficaria limitada pelo seu conhecimento restrito ou nulo sobre um tema que não diz respeito a sua especialidade técnica.

O resultado deste filtro, que contribui com 10% para o resultado final da consolidação desta etapa da ICES, apontou como temas mais importantes, do ponto de vista da emergência de se direcionar políticas públicas e ações estratégicas prioritárias, foram (1) mobilidade e transporte, (2) segurança e (3) impostos e autonomia fiscal.

DIMENSÃO	TEMAS	35% SEMÁFORO*
sustentabilidade ambiental e mudanças climáticas	água	1,0
	saneamento e drenagrem	1,0
	gestão de resíduos sólidos	3,0
	energia	10
	qualidade do ar	3,0
	mitigação de mudança climática	3,0
	ruído	3,0
	vulnerabilidade desastres naturais	3,0
sustentabilidade urbana	uso do solo/ordenamento territorial	3,0
	desigualdade urbana	3,0
	mobilidade/transporte	5,0
	competitividade da economia	3,0
	emprego	3,0
	conectividade	1,0
	educação	3,0
	segurança	5,0
	saúde	1,0
sustentabilidade fiscal e governança	gestão pública participativa	1,0
	gestão pública moderna	1,0
	transparência	1,0
	impostos e autonomia financeira	5,0
	gestão do gasto público	3,0
	dívida	1,0

Filtro Econômico

O Filtro Econômico levou em consideração os dados básicos da economia de Vitória, como a participação dos diferentes setores econômicos no desempenho de seu Produto Interno Bruto (PIB) e no mercado de empregos formais. São valores de referência que auxiliaram a aplicação do filtro pelos especialistas no momento da ponderação entre os temas dos indicadores ICES e as três dimensões econômicas aqui avaliadas: PIB, emprego e competitividade.

A ponderação pretendida no Filtro Econômico exigia que cada especialista, de acordo com sua especialidade - e com o conhecimento adquirido por meio do debate sobre todos os temas do programa ICES -, indicasse se há ou não há algum vínculo entre os setores da economia de Vitória e cada um dos 23 temas abordados. Assim, foi avaliado o nível de relação – ou de concordância - entre os temas dos eixos Sustentabilidade Ambiental, a Sustentabilidade Urbana e Sustentabilidade Fiscal e de Governança com os serviços, comércio, com a indústria e a administração pública de Vitória. Este cruzamento visou ponderar a importância destes vínculos para o PIB municipal e para a geração de empregos.

Para avaliar a competitividade de Vitória os 23 temas foram avaliados a partir de quatro dimensões: Capital Humano, Apoio Empresarial, Ambiente de Negócios e Transparência Pública e Infraestrutura e Investimentos. Aqui, igualmente, a análise procurou estabelecer se há ou não vínculo entre as dimensões de competitividade e os temas avaliados pela ICES.

ÁREA DE AÇÃO/ SETORES PIB		PIB	EMPREGO	COMPETITIVIDADE	TOTAL	%TOTAL	NÍVEL 1 a 5
					96	100%	32
sustentabilidade ambiental e mudanças climáticas	água	5,0	5,0	3,2	13	14%	4,4
	saneamento e drenagrem	5,0	4,8	3,2	13	13%	4,3
	gestão de resíduos sólidos	5,0	5,0	3,6	14	14%	4,5
	energia	5,0	5,0	3,9	14	14%	4,6
	qualidade do ar	5,0	5,0	1,8	12	12%	3,9
	mitigação de mudança climática	5,0	4,2	1,4	11	11%	3,5
	ruído	5,0	3,8	1,1	10	10%	3,3
	vulnerabilidade desastres naturais	5,0	3,9	1,6	10	11%	3,5
					125	100%	42
sustentabilidade urbana	uso do solo/ordenamento territorial	5,0	4,9	2,0	12	10%	4,0
	desigualdade urbana	5,0	5,0	4,3	14	11%	4,8
	mobilidade/transporte	5,0	4,8	4,5	14	12%	4,8
	competitividade da economia	5,0	5,0	5,0	15	12%	5,0
	emprego	5,0	5,0	5,0	15	12%	5,0
	conectividade	5,0	4,9	5,0	15	12%	5,0
	educação	5,0	5,0	4,8	15	12%	4,9
	segurança	5,0	4,5	2,5	12	10%	4,0
	saúde	5,0	4,9	2,5	12	10%	4,1
					84	100%	28
sustentabilidade fiscal e governança	gestão pública participativa	5,0	3,7	5,0	14	16%	4,6
	gestão pública moderna	5,0	4,5	5,0	15	17%	4,8
	transparência	5,0	3,7	5,0	14	16%	4,6
	impostos e autonomia financeira	5,0	5,0	5,0	15	18%	5,0
	gestão do gasto público	5,0	5,0	5,0	15	18%	5,0
	dívida	5,0	5,0	2,0	12	14%	4,0

O resultado final de todo o processo de aplicação do Filtro Econômico, em todas as suas dimensões e etapas, apontou como prioritárias as áreas de ação de (1) energia, (2) qualidade do ar, (3) competitividade da economia, (4) emprego e (5) gestão pública.

Consolidação dos filtros

A semaforização dos indicadores, os filtros ambiental, técnico, econômico e de opinião pública foram agregados, considerando a importância de cada um, para se consolidar um filtro único que subsidiasse o processo de priorização dos temas. Esta é a metodologia da ICES para que as ações estratégicas incidam sobre os problemas mais urgentes do município, levando em conta as várias dimensões apresentadas anteriormente, tanto do ponto de vista técnico quanto da opinião dos cidadãos de Vitória.

Para tanto se realizou uma ponderação para cada filtro de acordo com a metodologia prévia desenvolvida. O filtro Semáfórico recebeu o peso de 35% em função da importância do diagnóstico técnico realizado a partir do levantamento e interpretação dos 117 indicadores. Já o filtro Opinião Pública recebeu peso de 25%, uma vez que a percepção cidadã dos problemas que a cidade enfrenta é algo relevante, embora esta possa ser enviesada devido a superposição de funções dos diferentes entes federados brasileiros. O filtro Ambiental recebeu peso de 20% e o filtro Técnico e o filtro Econômico receberam peso de 10% cada, totalizando os 100% do processo de priorização através dos filtros.

Após a definição do ranking dos temas priorizados pela aplicação dos filtros e sua consolidação, realizou-se, em setembro de 2014, um seminário de apresentação dos resultados ao Prefeito de Vitória, todo seu secretariado e técnicos da Prefeitura. Após a apresentação da pesquisa de opinião pública, dos semáforos das áreas temáticas da ICES, do esclarecimento a respeito da metodologia de aplicação dos filtros e do ranking das áreas priorizadas, o Prefeito e Secretários municipais decidiram pela abordagem de determinados temas e a priorização das áreas temáticas para o Plano de Ação Vitória Sustentável, presentes na tabela a seguir:

DIMENSÃO	TEMAS	35% SEMÁFORO	25% OPINIÃO PÚBLICA	20% AMBIENTAL	10% TÉCNICO	10% ECONÔMICO	100% PONDERADA
sustentabilidade ambiental e mudanças climáticas	água	1,0	1,0	5,0	3,6	2,3	2,19
	saneamento e drenagrem	1,0	1,0	3,3	4,2	2,3	1,92
	gestão de resíduos sólidos	3,0	1,0	3,0	3,8	4,8	2,76
	energia	1,0	1,0	5,0	2,2	5,0	2,32
	qualidade do ar	3,0	3,0	4,0	4,3	2,3	3,25
	mitigação de mudança climática	3,0	3,0	5,0	2,7	3,0	3,37
	ruído	3,0	3,0	0,0	1,0	1,8	2,08
	vulnerabilidade desastres naturais	3,0	3,0	5,0	3,3	1,0	3,23
sustentabilidade urbana	uso do solo/ordenamento territorial	3,0	3,0	5,0	3,5	1,3	3,28
	desigualdade urbana	3,0	1,0	5,0	4,2	1,7	2,89
	mobilidade/transporte	5,0	5,0	5,0	4,2	1,9	4,60
	competitividade da economia	3,0	1,0	5,0	2,0	5,0	3,00
	emprego	3,0	1,0	0,0	2,4	4,8	2,02
	conectividade	1,0	3,0	2,0	1,3	4,3	2,06
	educação	3,0	5,0	2,0	3,7	2,8	3,35
	segurança	5,0	5,0	0,0	5,0	1,0	3,60
	saúde	1,0	5,0	2,0	3,7	1,0	2,47
sustentabilidade fiscal e governança	gestão pública participativa	1,0	5,0	0,0	3,4	1,0	2,04
	gestão pública moderna	1,0	5,0	0,0	2,3	5,0	2,33
	transparência	1,0	5,0	0,0	3,0	2,8	2,18
	impostos e autonomia financeira	5,0	3,0	0,0	2,7	2,7	3,04
	gestão do gasto público	3,0	3,0	5,0	2,6	3,1	3,37
	dívida	1,0	1,0	0,0	2,2	1,7	0,99

Área 1	Mobilidade e Transporte
Área 2	Segurança
Área 3	Uso do solo/ordenamento territorial
Área 4	Gestão de Resíduos Sólidos
Área 5	Mitigação da mudança climática
Área 6	Competitividade da Economia



8

plano de ação:
o que temos que fazer?

O município de Vitória se destaca por apresentar bons índices de desenvolvimento humano e indicadores socioeconômicos igualmente positivos. Os sistemas públicos de educação e de saúde, a alta expectativa de vida de seus cidadãos e a renda per capita acima da média nacional são alguns dos pontos que, tradicionalmente, associam Vitória à imagem de uma cidade próspera e com desenvolvimento adequado.

Vitória tem um altíssimo nível médio de escolaridade, e seu reconhecido sistema público de ensino atrai matrículas de alunos de famílias de municípios vizinhos. A expectativa de vida elevada, as baixas taxas de mortalidade infantil e a relação entre médicos e habitantes na cidade estão acima da média do país. Segundo a Pesquisa de Opinião Pública feita para a ICES Vitória, quase 55% dos cidadãos da cidade estão satisfeitos ou muito satisfeitos com o serviço de saúde utilizado.

Os serviços urbanos básicos de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, energia elétrica, bem como a infraestrutura de drenagem – recentemente remodelada – têm um ótimo desempenho em Vitória de acordo com os indicadores da ICES. A distribuição de água atende a praticamente todos os domicílios da cidade (99,3%, segundo o censo do IBGE 2010). A rede de esgoto e o número de ligações domiciliares têm aumentado expressivamente, com expectativa de se atingir 100% em 2015.

A energia elétrica já está universalizada nos domicílios da cidade. Hoje, o município se coloca de maneira proativa na pesquisa para implementação de formas alternativas de geração de eletricidade e de estratégias de diminuição e eficiência do consumo em áreas públicas.

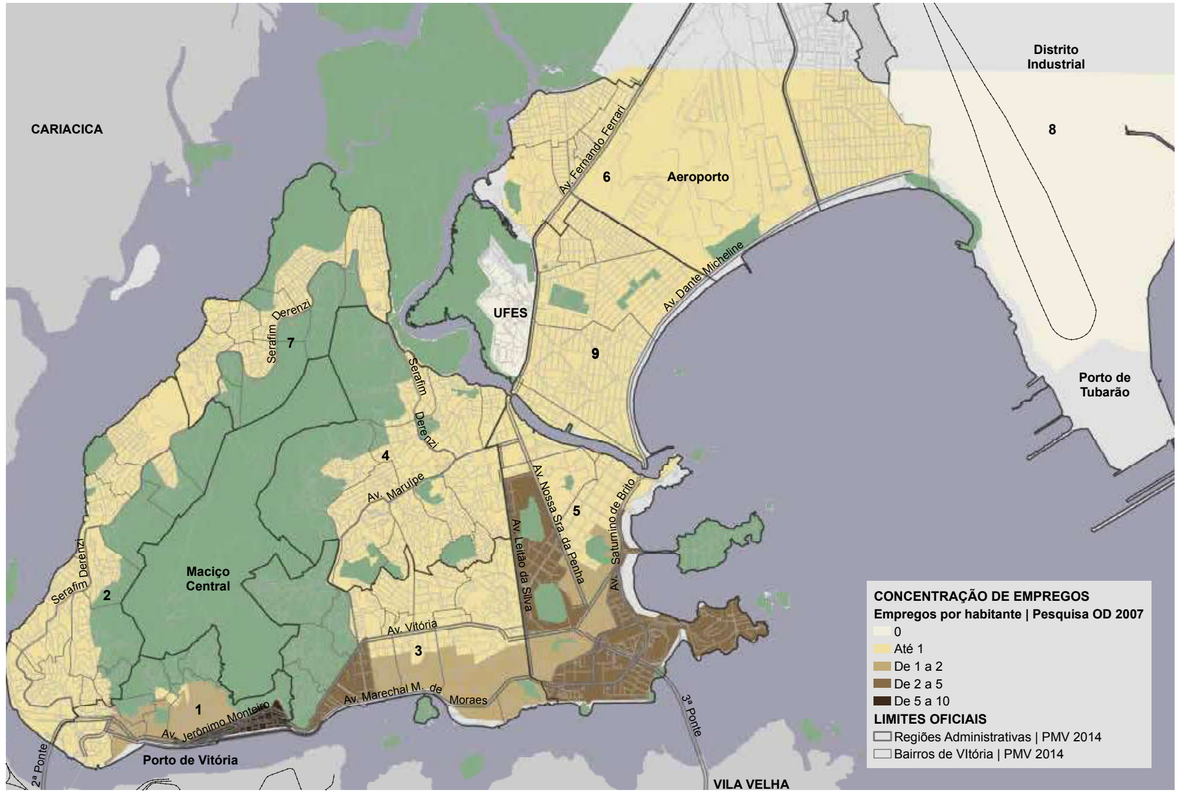
Vitória é uma cidade altamente conectada. Possui potencial para expansão dos serviços de tecnologia com o aumento do número de usuários atualmente ligados à internet de banda larga. Hoje, existem mais linhas ativas de telefonia móvel, no município, do que habitantes.

A capital capixaba conta com inúmeras áreas verdes, sejam de proteção ambiental, sejam espaços públicos para lazer. Somando apenas as áreas verdes de usufruto público, existem mais de 92 hectares para cada 100 mil habitantes e, se considerarmos o total delas incluindo ainda as áreas de proteção ambiental, são quase 130 hectares para os mesmos 100 mil habitantes.

A expansão da área urbana tem sido controlada, e seu principal instrumento de ordenamento territorial que estabelece as regras para o crescimento da cidade, o Plano Diretor Urbano, está em fase de revisão.

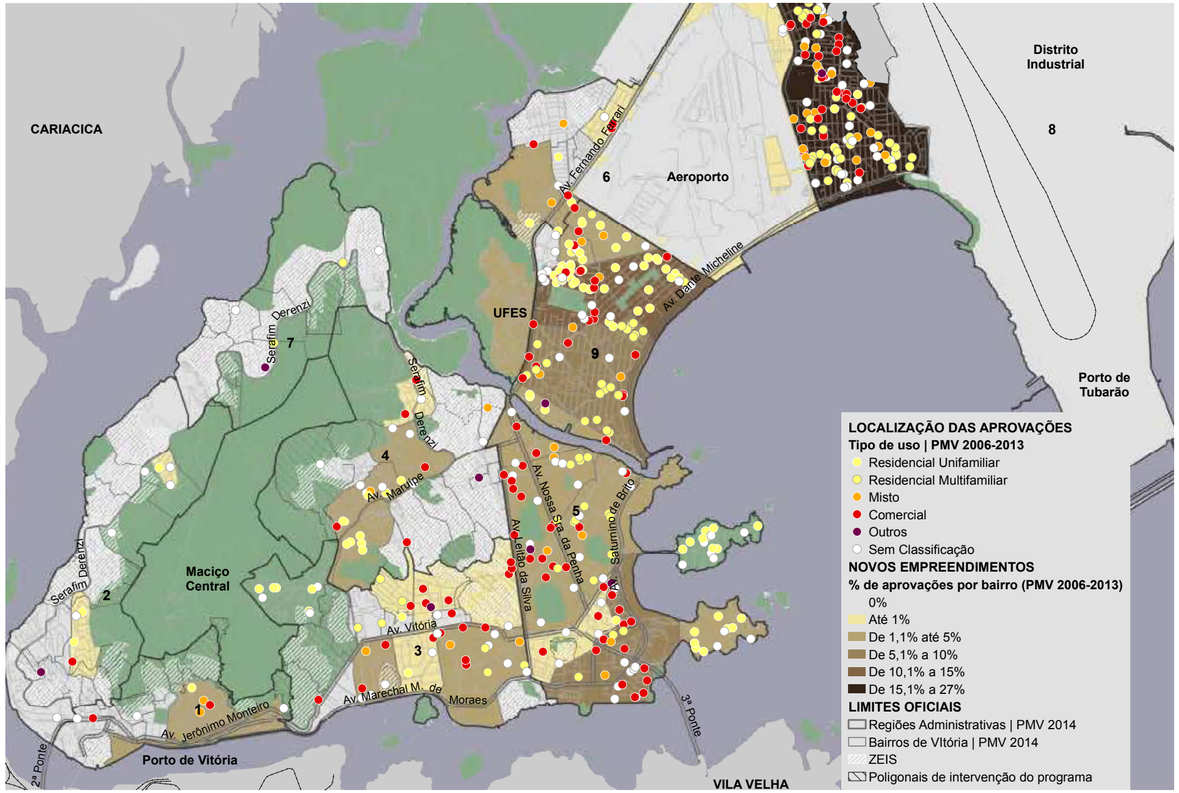
No entanto, a capital capixaba não é um território homogêneo. Alguns dos indicadores que na média do município aparecem como muito bons e são classificados na semaforização da metodologia da Iniciativa ICES na cor verde, distribuem-se de maneira desigual no território. Eles podem, inclusive, aparecer na cor vermelha em certas regiões, afetando de maneira mais crítica algumas áreas da cidade. A pesquisa de percepção cidadã realizada com a população local corroborou essa observação, revelando uma série de desigualdades territoriais em relação à distribuição das políticas e serviços públicos.

Concentração de empregos em Vitória



1 – Centro, 2 – Santo Antônio, 3 – Jucutuquara, 4 – Maruípe, 5 – Praia do Canto, 6 – Goiabeiras, 7 – São Pedro, 8 – Jardim Camburi e 9 – Jardim da Penha I Fonte: Elaboração Instituto Pólis a partir de dados CENSO - IBGE, 2010, CNAE, 2011.

Empreendimentos Aprovados



1 – Centro, 2 – Santo Antônio, 3 – Jucutuquara, 4 – Maruípe, 5 – Praia do Canto, 6 – Goiabeiras, 7 – São Pedro, 8 – Jardim Camburi e 9 – Jardim da Penha I Fonte: Elaboração Instituto Pólis a partir de dados Prefeitura Municipal de Vitória, 2015.

Existem porções do território de Vitória em que coincidem inúmeras variáveis de precariedade, como as menores rendas familiares, as maiores carências por equipamentos públicos, as piores avaliações dos serviços ofertados e das condições de vida urbana, assim como, a menor diversidade de atividades econômicas. Indicadores que se demonstram altamente satisfatórios em determinadas regiões da cidade, em outras chegam a números muito baixos, demonstrando o nível de desigualdade sócio-territorial em que a cidade se encontra.

Analisando alguns dados no território é possível concluir que as regiões em que se concentram as famílias com rendas mais elevadas (IBGE, 2010), são também as zonas onde há maior dinamismo econômico (CNAE, 2011; OD 2007) e maior diversificação no uso do solo (POLIS/PMV 2015). Trata-se das Regiões Administrativas da Praia do Canto (RA 5) e Jardim da Penha (RA 9) na orla marítima de Vitória, onde os assentamentos precários são quase inexistentes.

Do outro lado da área insular de Vitória, ao longo da chamada "Orla Noroeste", nota-se uma cidade completamente diferente, com uma população com menor renda e indicadores de fraco dinamismo econômico como a baixa densidade de empregos e um pequeno número de estabelecimentos comerciais, industriais ou de serviços.

No entanto, apesar do baixo desempenho econômico, trata-se de uma região de Vitória que não deixou de crescer, e teve áreas com um significativo aumento da densidade populacional na última década: são as Regiões Administrativas de Santo Antônio (RA 2) e São Pedro (RA 7).

Nessas áreas, os usos não residenciais são mais raros e a quantidade de assentamentos precários (ou aglomerados subnormais) é muito grande, conformando uma área homogênea monofuncional com pobreza e precariedades. O mapeamento dos empreendimentos aprovados entre 2006 e 2013 pelo município demonstra também que o mercado imobiliário formal atua muito pouco nestas regiões, onde predomina a informalidade na construção do território.

A monofuncionalidade destas regiões não permite oportunidades de emprego e geração de renda, gerando grandes impactos para a mobilidade da cidade de forma geral, já que a população moradora destas regiões tem que se deslocar cotidianamente para as áreas da cidade com maior concentração de empregos.

Evidente que as desigualdades territoriais da capital capixaba não se resumem apenas às diferenças entre as regiões mencionadas, mas são essas regiões destacadas que apresentam as maiores discrepâncias dentro do município.

Alguns números da Pesquisa de Opinião Pública da ICES realizada pelo instituto Pólis em 2014 mostram que a percepção dos cidadãos de Vitória com respeito a diversos temas também é desigual e varia bastante conforme as diferentes regiões da cidade. A avaliação sobre a maioria dos aspectos levantados pela pesquisa tende a ser pior nessas áreas monofuncionais de menor renda, que incluem, além das Regiões Administrativas da Orla Noroeste - Santo Antônio (RA 2) e São Pedro (RA 7), a Região de Maruípe (RA 4).

Em relação às demais regiões de Vitória, que em alguns casos pode também incluir a Região Administrativa de Goiabeiras - área que mais depende do transporte coletivo para a locomoção cotidiana é o local onde os moradores fazem a pior avaliação do transporte público da cidade. A avaliação sobre a oferta e a qualidade dos espaços públicos para lazer e recreação também é deficitária nessas áreas, apesar de estarem muito próximas à maior Unidade de Conservação Ambiental existente na área insular – a APA Maciço Central. A sensação de segurança também é mal avaliada nos bairros da região da Orla Noroeste de Vitória. Deve-se destacar, ainda, que essas são as áreas da cidade onde a pesquisa de opinião apresentou menor percentual de conhecimento sobre o Orçamento Participativo e sobre a existência de outras formas de participação da sociedade nas decisões tomadas pelo poder público municipal.

Ao mesmo tempo em que essas regiões possuem muitas fragilidades nas políticas e serviços públicos e um baixo desempenho dos indicadores socioeconômicos, elas apresentam áreas vazias ou subtilizadas e uma riqueza ambiental com um grande potencial turístico e de usos sustentáveis.

É fato que a municipalidade de Vitória já reconhece as carências e também as potencialidades da Orla Noroeste da cidade. As áreas de intervenção urbanística, os perímetros de zonas especiais destinadas à regularização de assentamentos informais (ZEIS) e os polígonos do Programa Terra que estão gravados nessas regiões também indicam que a Prefeitura está atenta às necessidades da população desta região de Vitória.

Visando o potencial de desenvolvimento dessa região da cidade, a Prefeitura Municipal desenvolveu um grande projeto de intervenção urbanística, denominado Orla Viva, ao longo de toda a sua extensão.

Na perspectiva de dialogar com a distribuição territorial dos indicadores e necessidades levantadas e com as ações da Prefeitura Municipal em andamento, o Plano de Ação Vitória Sustentável, além de priorizar os temas mais caros à cidade, propõe um olhar específico para o território, atento às regiões mais frágeis do município, com estratégias dedicadas ao seu desenvolvimento e à integração às porções da cidade que apresentam melhores indicadores sócio-territoriais, de maneira a proporcionar um desenvolvimento sustentável e que se estenda por todo território de Vitória.

Bairro São Pedro



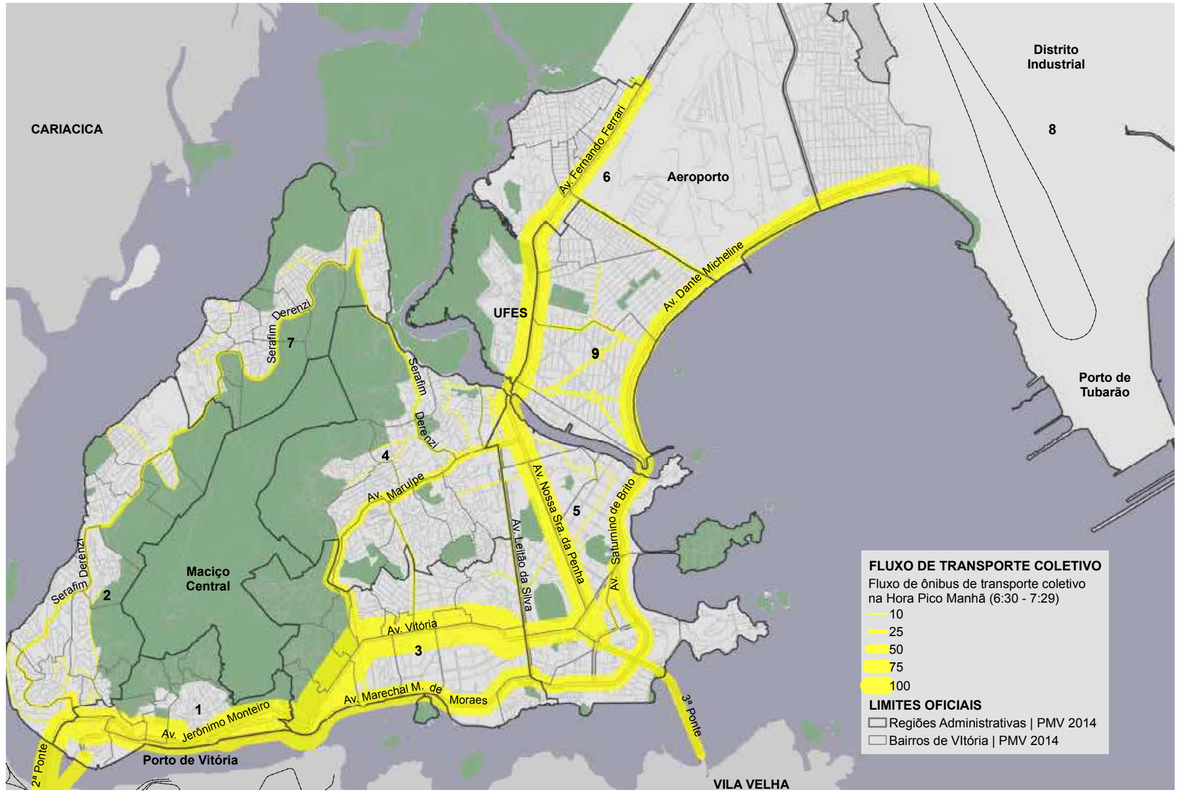
Foto Yuri Barichivich

Os projetos prioritários da cidade foram desenvolvidos para integrar e qualificar o território de Vitória, objetivando aumentar seu dinamismo e sua competitividade econômica. Além disso, os projetos visam a articular essas ações ao conjunto da cidade com obras de mobilidade que priorizam o transporte coletivo e meios alternativos de locomoção.

Também é uma estratégia fundamental a busca de integração de todas as ações com o ordenamento do uso do solo e a legislação urbanística, de modo a promover uma ocupação urbana mais planejada e com uma distribuição de usos e atividades mais equilibrada. A oportunidade de realizar o Plano de Ação Vitória Sustentável paralelamente ao começo da revisão do Plano Diretor foi de grande conveniência para a cidade, que pode tratar as questões do solo mais específicas do Plano Diretor de maneira alinhada com as propostas de intervenção indicadas neste Plano de Ação e vice-versa.

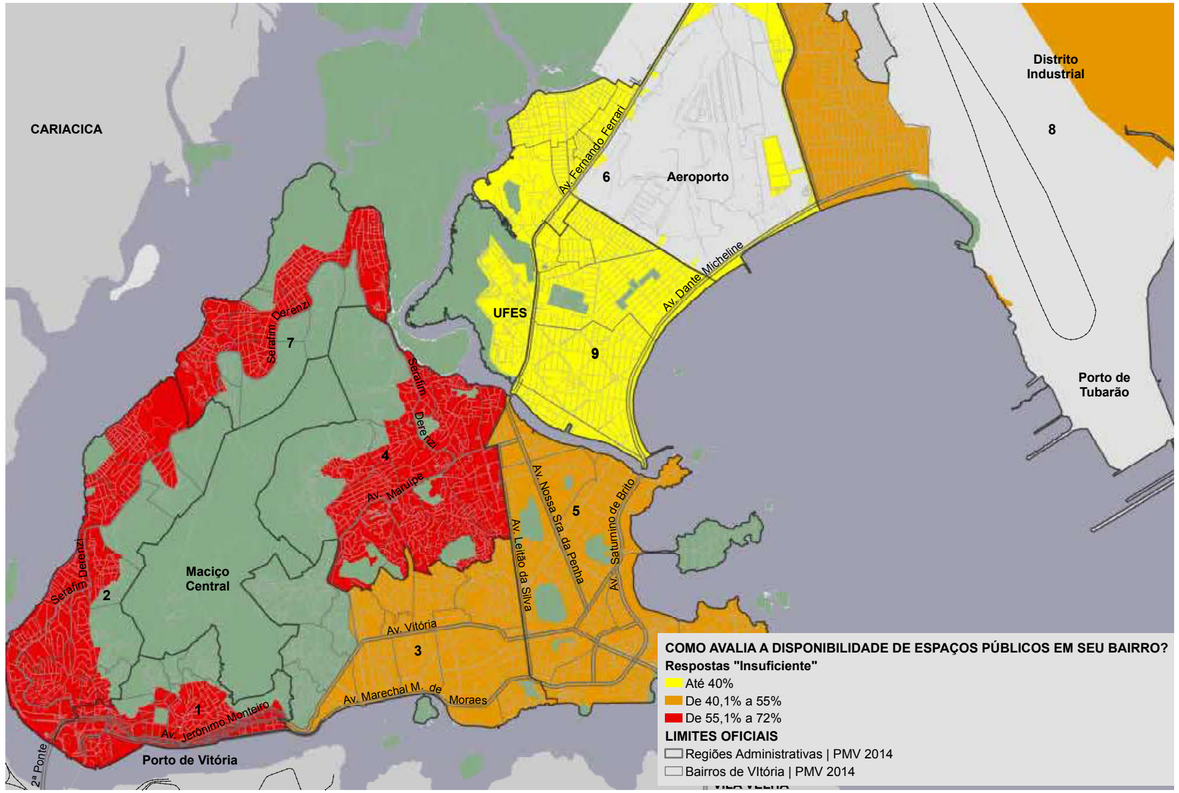
A partir destas considerações, o presente Plano de Ação mapeou os temas e as áreas mais frágeis de Vitória, buscando apontar as soluções e ações estratégicas interrelacionadas de curto, médio e longo prazo que ajudem a promover o desenvolvimento pleno da cidade e a melhora da qualidade de vida de seus cidadãos de modo a transformar Vitória em uma cidade sustentável.

Fluxo em vias de transporte coletivo pico da manhã (das 6:30 às 9:30)



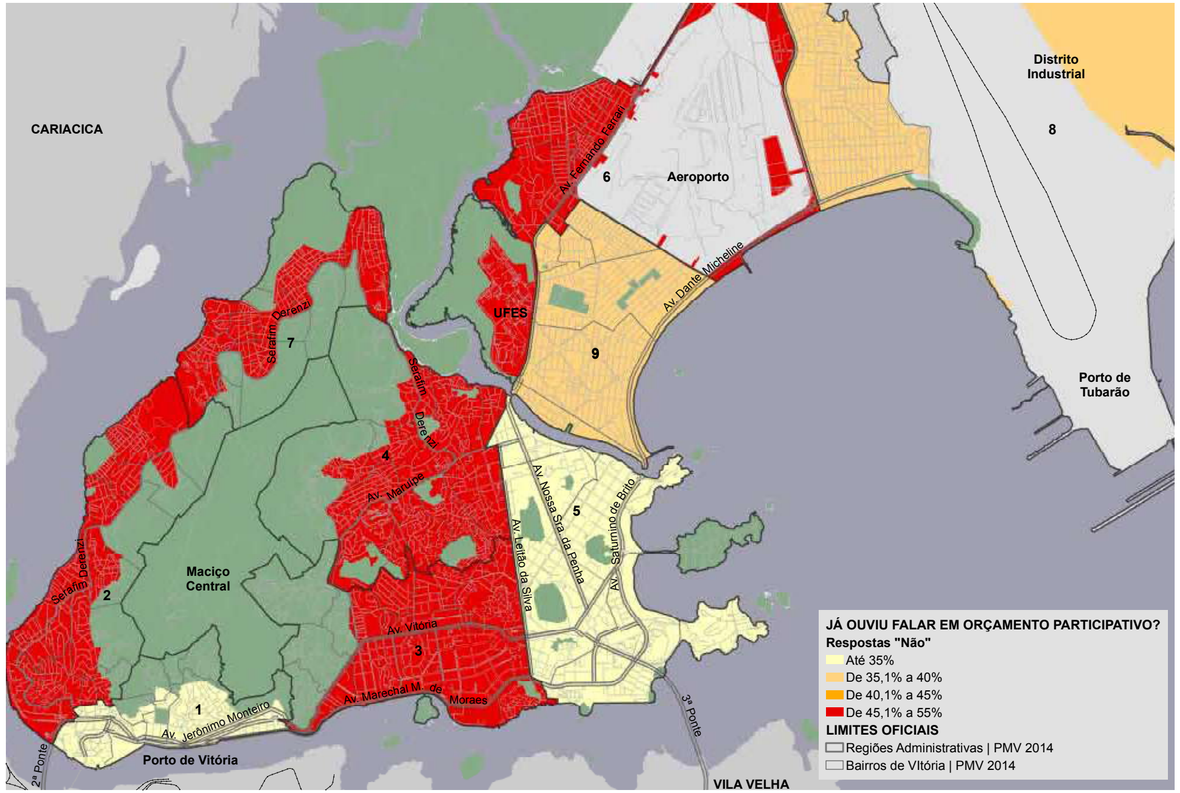
1 – Centro, 2 – Santo Antônio, 3 – Jucutuquara, 4 – Maruípe, 5 – Praia do Canto, 6 – Goiabeiras, 7 – São Pedro, 8 – Jardim Camburi e 9 – Jardim da Penha I Fonte: Elaboração Instituto Pólis a partir de dados Plano de Mobilidade, 2008.

Mapa de avaliação dos espaços públicos de Vitória



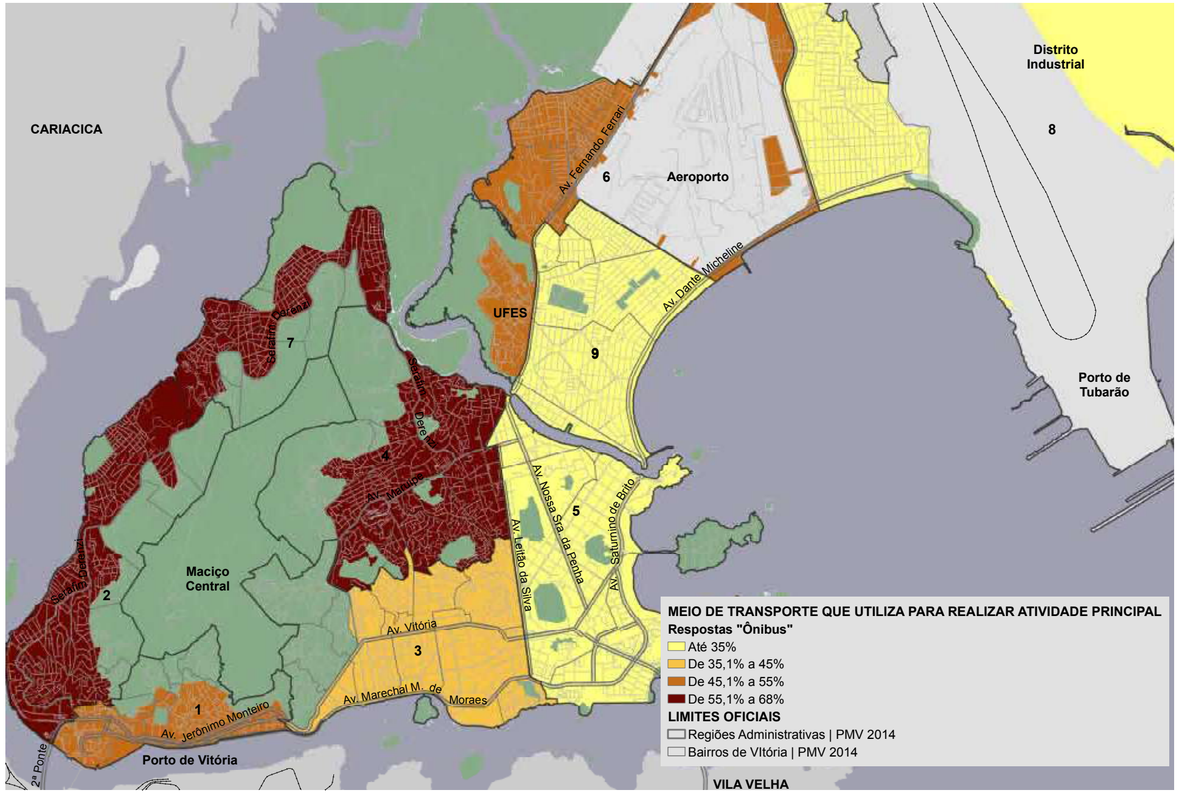
1 – Centro, 2 – Santo Antônio, 3 – Jucutuquara, 4 – Maruípe, 5 – Praia do Canto, 6 – Goiabeiras, 7 – São Pedro, 8 – Jardim Camburi e 9 – Jardim da Penha I Fonte: Elaboração Instituto Pólis a partir de dados Plano de Mobilidade, 2008.

Mapa sobre participação social no governo local



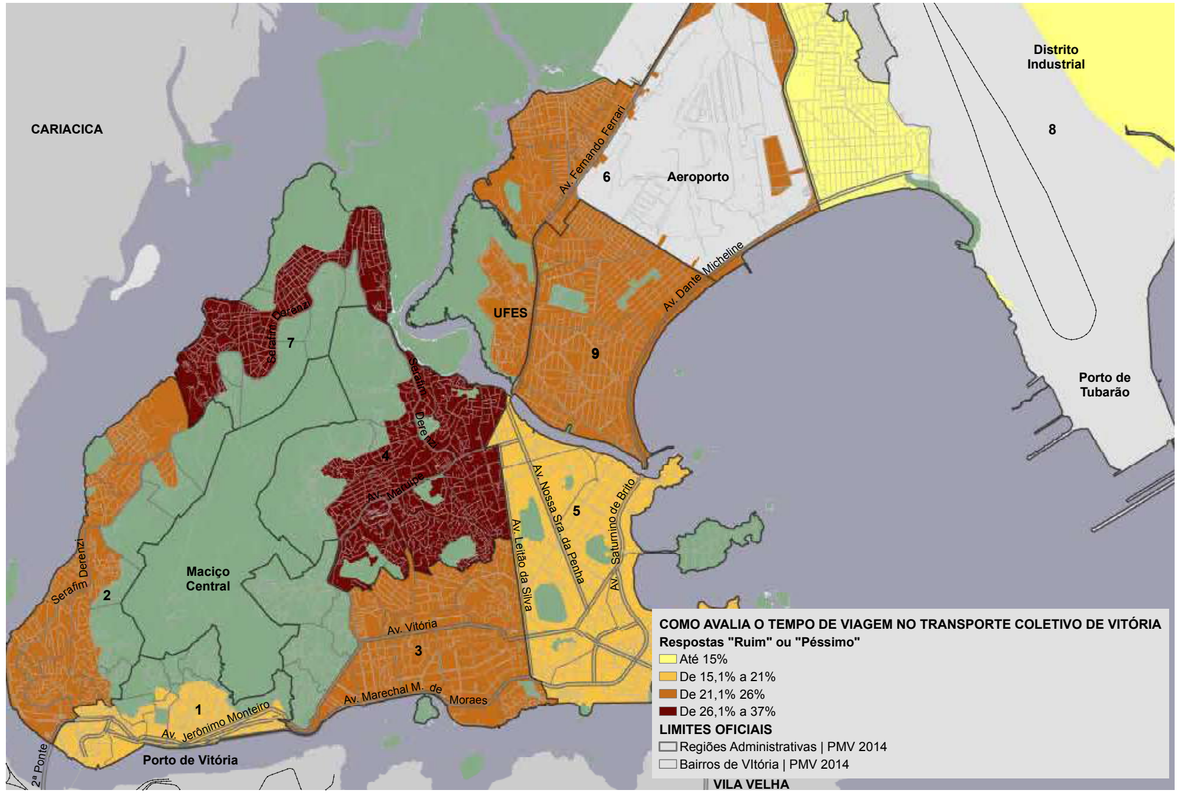
1 – Centro, 2 – Santo Antônio, 3 – Jucutuquara, 4 – Maruípe, 5 – Praia do Canto, 6 – Goiabeiras, 7 – São Pedro, 8 – Jardim Camburi e 9 – Jardim da Penha I Fonte: Elaboração Instituto Pólis a partir de dados Plano de Mobilidade, 2008.

Mapa sobre mobilidade cotidiana



1 – Centro, 2 – Santo Antônio, 3 – Jucutuquara, 4 – Maruípe, 5 – Praia do Canto, 6 – Goiabeiras, 7 – São Pedro, 8 – Jardim Camburi e 9 – Jardim da Penha I Fonte: Elaboração Instituto Pólis a partir de dados Plano de Mobilidade, 2008.

Mapa avaliação do tempo gasto no transporte público de Vitória



1 – Centro, 2 – Santo Antônio, 3 – Jucutuquara, 4 – Maruípe, 5 – Praia do Canto, 6 – Goiabeiras, 7 – São Pedro, 8 – Jardim Camburi e 9 – Jardim da Penha | Fonte: Elaboração Instituto Pólis a partir de dados Plano de Mobilidade, 2008.

Linhas estratégicas

A metodologia ICES em Vitória permitiu consolidar de forma participativa as soluções adequadas que dialogam com o Plano Estratégico do Município, que estabelece como objetivo promover o desenvolvimento sob os pontos de vista ambiental, cultural, social e econômico, voltado ao bem-estar coletivo, à geração de oportunidades, ao dinamismo e à sustentabilidade da cidade, compromissado com o equilíbrio planetário e com a qualidade de vida das futuras gerações.[1]

A implementação das análises e do processo de priorização de temas da ICES definiu 4 temas estratégicos para o desenvolvimento sustentável de Vitória: (I) Mobilidade/Transporte; (II) Segurança; (III) Uso do Solo/Ordenamento Territorial; (IV) Competitividade da Economia. Os temas de Gestão de Resíduos Sólidos, Mitigação da Mudança Climática e Governança Fiscal foram incorporados ao processo de planejamento devido à estreita interrelação que apresentam com os temas priorizados para a sustentabilidade municipal.

A partir dos temas priorizados foram desenvolvidas linhas estratégicas que integram temas e ações com objetivos comuns.

A primeira linha estratégica que se destaca diz respeito aos **Polos de Geração de Desenvolvimento,** com foco no incremento da área econômica, no turismo e desenvolvimento territorial. O foco dessa linha de ação é a integração entre o tema de competividade econômica e desenvolvimento territorial, concentrando as novas atividades nas regiões da cidade que necessitam de maior desenvolvimento. Para que isso aconteça, novos territórios de desenvolvimento econômico devem ser definidos com a priorização de investimentos em projetos de desenvolvimento econômico, assim como projetos de desenvolvimento territorial, como reestruturação de áreas precárias.

A linha estratégica de **Desenvolvimento Urbano, Uso do Solo e Habitat Urbano** está totalmente integrada à proposição de **Polos de Geração de Desenvolvimento**, mencionados acima e prevê ações como a reurbanização de áreas precárias, requalificação da área central e dos parques urbanos de Vitória e o planejamento integrado metropolitano. Esta linha de ação é fundamental para o Plano de Ação na medida em que propõe intervenções estruturais para a execução de todas as ações definidas para o desenvolvimento sustentável de Vitória.

Uma linha estratégica muito importante para a cidade de Vitória é a **Mobilidade**, em especial na interface que integra o sistema local e o Metropolitano. A localização geográfica e a relação entre Vitória e os municípios vizinhos faz com que o tema mobilidade apresente ênfase no cenário Metropolitano. Por tratar-se de um plano de desenvolvimento voltado para o município de Vitória, optou-se por adotar uma linha estratégica que organizou as obras viárias prioritárias e as diretrizes para intervenções de infraestrutura, assim como os sistemas e serviços de transporte coletivo de modo a explorar as interfaces da integração metropolitana nos diferentes sistemas de mobilidade urbana. As intervenções propostas na área de mobilidade serão, também, responsáveis por criar a conectividade urbana e de serviços necessários para que os Polos de desenvolvimento sejam integrados ao restante da cidade e aos demais municípios que compõem a Região Metropolitana.

Outra Linha Estratégica a ser desenvolvida no Plano de Ação faz menção à **Segurança Cidadã,** e surge de evidências que demonstram que os altos índices de criminalidade e de insegurança nos países da América Latina e Caribe têm imposto entraves significativos para o pleno desenvolvimento econômico e social da região. Tendo em mente esse diagnóstico e os dados de pesquisas recentes, que colocam Vitória entre uma das cidades com as mais altas taxas de homicídios do país, faz-se necessário elencar a segurança pública como uma linha estratégica prioritária para a cidade de Vitória. Essa linha foi denominada segurança cidadã pelo entendimento expresso neste Plano de Ação de que a segurança pública deve estar associada à garantia de direitos, à liberdade que resulta dessa condição e a construção permanente de coesão social. É nesse contexto, de fortalecimento das políticas integradas de prevenção da violência que e o papel da cidade ganha destaque.

A Linha Estratégica de **Desenvolvimento Ambiental e Sustentável** tem como foco as questões de mitigação das mudanças do clima, de modo a propor estudos e intervenções para redução dos impactos da elevação do nível do mar e que evitem maiores consequências à ação marítima, e na gestão de resíduos sólidos que têm profundo impacto sobre as questões ambientais e que em Vitória aparece, ainda, como um importante componente do saneamento ambiental a ser enfrentado.

Por último, a linha estratégica **Governança e Sustentabilidade Fiscal** perpassa diferentes temas e áreas da municipalidade por tratar-se de uma dimensão que envolve aspectos relativos à gestão municipal. Essa linha estratégica tem, portanto, o objetivo de garantir a sustentabilidade administrativa do município para que as outras ações propostas possam ser implementadas com ferramentas modernas para a cidade e seus

[1] PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORIA. Planejamento Estratégico 2013-2016, 2013, P. 22. Disponível em: http://www.vitoria.es.gov.br/arquivos/20140306_revista_planejamento.pdf

gestores. Ela impõe um grande desafio na medida em que necessita de grande empenho político das lideranças municipais para garantir o sucesso de sua implementação. Além disso, tendo em vista a vocação tecnológica de Vitória, evidenciada por seus bons indicadores e reforçada pelos estudos de base deste Plano de Ação, essa linha estratégica também oferece ações que visam a aprimorar a gestão dos serviços da cidade por meio da tecnologia.

Linha estratégica 1

Polos de geração de desenvolvimento

Vitória é um município que se destaca em termos econômicos tanto em relação à Região Metropolitana quanto em âmbito nacional. Isso é evidenciado por seu alto PIB per capita, que em 2013 apresentava-se em cerca de R$ 86 mil, enquanto o indicador para uma média nacional é de pouco mais de R$ 24 mil.

A indústria do município tem importante destaque na economia local, embora atualmente a venha perdendo participação no PIB municipal para o setor de serviços - uma trajetória semelhante à da própria economia brasileira. Contudo, muitos deles ainda estão conectados à indústria, o que reforça o papel do setor secundário como eixo importante de desenvolvimento da região.

Estrategicamente localizada na região Sudeste do Brasil, Vitória se destaca pelo satisfatório potencial para integração dos diversos modais de transporte (plataformas logísticas) formando com os estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo a chamada "Faixa de Desenvolvimento da Região Sudeste". Tal fato constitui um importante diferencial competitivo do segmento logístico em razão de estar a menos de mil quilômetros dos principais centros consumidores, produtores e distribuidores do país. Vitória possui hoje dois grandes portos: o Porto de Vitória e o Porto de Tubarão.

No entanto, como observado, a realidade de Vitória revela que há uma parcela da população ainda carente de serviços sociais básicos como saneamento, educação e saúde, a condições dignas de moradia, de mobilidade e de trabalho. Existe na cidade, portanto, a necessidade de se promover, para além do crescimento econômico, o efetivo desenvolvimento, que implica transversalizar temas e áreas de atuação (educação, qualificação, infraestrutura urbana etc.), bem como incorporar a discussão metropolitana tornando mais realista pensar nos desafios e ações necessárias sem prescindir da competitividade da região.

Entendemos competitividade econômica como um conceito amplo que congrega o fomento às atividades e núcleos de negócios que gerem empregos, renda e receita para o município, mas também como polos territoriais de desenvolvimento que dialoguem com a estrutura urbana existente e pretendida, de maneira a trazer não só novos espaços para os negócios, mas também que sejam polos irradiadores de desenvolvimento sócio-territorial.

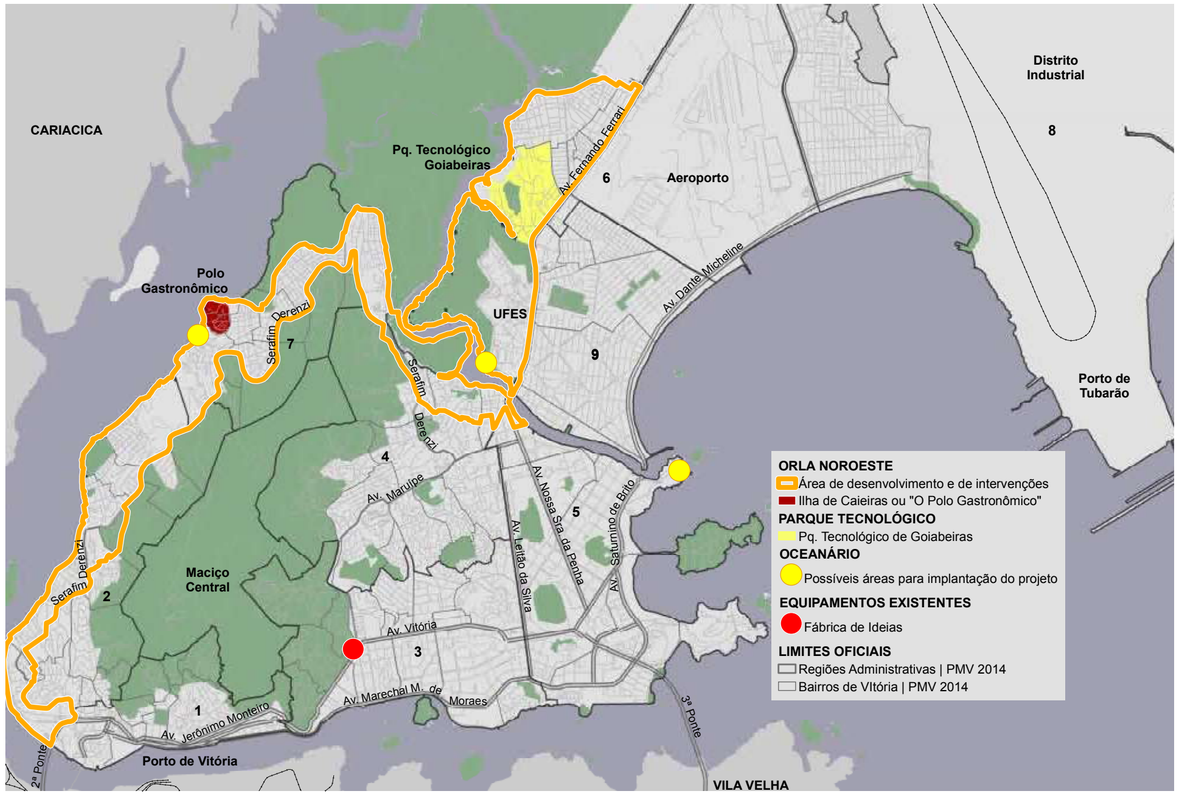
As ações propostas fomentam novos territórios de desenvolvimento econômico, o desenvolvimento de áreas com potencial turístico, assim como o desenvolvimento econômico e sócio-territorial de áreas degradadas e monofuncionais que hoje não geram oportunidades suficientes de emprego e renda.

Do ponto de vista territorial, o planejamento das ações de desenvolvimento econômico dialoga com as estratégias de desenvolvimento urbano pensadas para transformar os territórios, hoje destinados quase que exclusivamente à moradia, em áreas de usos multifuncionais, com residências e oportunidades de empregos na mesma região. Essas ações levam desenvolvimento econômico a regiões da cidade, como a Orla Noroeste e a região de Goiabeiras, que carecem de oportunidades econômicas. Ao mesmo tempo, tem importantes reflexos para a linha estratégica de mobilidade, na medida que a criação de novos empregos em áreas tradicionalmente residenciais diminui o fluxo de longos deslocamentos na cidade nos horários de pico.

Assim, nas propostas de ações de competitividade econômica para Vitória, é possível observar que as áreas de intervenção localizam-se nos territórios diagnosticados como mais carentes de desenvolvimento econômico e urbano, fora da orla marítima mais consolidada. A região noroeste da cidade mostra um importante potencial de desenvolvimento da cidade nos diferentes temas, incluindo o tema da competitividade.

Em relação às propostas de Vitória para melhorar a competitividade da cidade, destacam-se a implantação do Parque Tecnológico, a construção de um Oceanário e a implantação de um Polo Gastronômico. Além dos projetos citados, algumas propostas de menor porte também devem ser consideradas para a competitividade econômica de Vitória.

Mapa de Principais Ações para Competividade Econômica de Vitória



1 – Centro, 2 – Santo Antônio, 3 – Jucutuquara, 4 – Maruípe, 5 – Praia do Canto, 6 – Goiabeiras, 7 – São Pedro, 8 – Jardim Camburi e 9 – Jardim da Penha I Fonte: Elaboração Instituto Pólis.

Diretriz 1

Desenvolvimento econômico e territorial de áreas monofuncionais e precárias

Ação 1 Requalificação da Orla Noroeste

Conforme as análises realizadas e apresentadas anteriormente, a região denominada como Orla Noroeste do município de Vitória apresenta um território monofuncional e com uma série de precariedades e deficiências de serviços, equipamentos e políticas públicas. Ao mesmo tempo, apresenta-se como uma área de grande interesse ambiental e turístico com amplo potencial de desenvolvimento sustentável para as comunidades locais.

A Prefeitura Municipal de Vitória lançou no final de 2013 um Concurso Nacional de Estudos Preliminares de Urbanismo, Paisagismo e Arquitetura para a Orla Noroeste de Vitória. O concurso propôs a criação de um passeio contínuo numa área total de 760.000 m², 15,5 km de orla, envolvendo áreas públicas e privadas, que vai interligar 20 bairros da cidade, beneficiando diretamente 72 mil moradores.

Proposta Vencedora do Concurso Orla Noroeste – Decks e Piers



Fonte: Divulgação Prefeitura Municipal de Vitória

A requalificação da Orla Noroeste objetiva voltar a atenção das intervenções públicas para esta porção do Município, interligando as duas cidades – a Vitória com infraestrutura adequada e com oportunidades de emprego e geração de renda e a Vitória monofuncional, precária e com baixa atividade econômica, recuperando uma importante região com a requalificação de espaços públicos por meio do desenho urbano.

Um dos principais objetivos do projeto é promover a integração urbana e visual para a qualificação de todo o eixo proposto por meio da implantação de ciclovias, passeios, píeres, atracadouros, jardins, mobiliário urbano, áreas de encontro e lazer em toda a extensão da Orla. A implantação dessas novas infraestruturas potencializará os atrativos turísticos da região e viabilizará alternativas de geração de renda para os moradores da região, tais como restaurantes, quiosques e pontos de pesca.

Os aspectos ambientais, principalmente relacionados à presença da água do mar e do manguezal, norteiam quase todas as condicionantes de projeto do concurso. A proposta desenhada atentou para a interface dessa região da cidade com a natureza, em uma área ainda carente de recursos plenos para que este relacionamento seja reciprocamente sustentável. Assim, com a implantação do projeto, pretendem-se criar dois eixos de desenvolvimento sustentáveis integrados: a geração de desenvolvimento econômico e novas oportunidades para a comunidade local e a preservação ambiental com usos sustentáveis.

A harmonia entre o meio ambiente construído e o meio ambiente natural é o objetivo do "Projeto Orla Viva", vencedor do Concurso Orla Noroeste. O trabalho da equipe composta por quatro arquitetos do Brasil, Espanha, Chile e Bélgica foi selecionado pela Prefeitura Municipal de Vitória por fazer uma leitura integrada do território.

O projeto prevê o equilíbrio por meio de intervenções urbanísticas adequadas à região que buscam a reintegração desta porção da ilha de Vitória com a água e todo o ecossistema do entorno, o mangue, que possui características transitórias que reforçam a passagem diferenciada. Nesse contexto, foi projetada a implantação de espaços públicos de contemplação do horizonte que estabelecem a conexão entre o espaço urbano e o ambiente natural do mangue. Para reforçar essa conexão, está prevista também a implantação de atividades que confiram urbanidade e diversificação de usos nas escalas metropolitana, municipal e local.

Um aspecto fundamental apontado para o projeto de Requalificação da Orla Noroeste é o potencial de integração de ações que estão segmentadas em diversas secretarias municipais, ou ainda na esfera do governo estadual. Essas ações podem ser reunidas em um programa único de intervenções ao longo da região por meio do conceito de passeio contínuo. Trata-se de uma iniciativa certamente de grande relevância para a melhoria da qualidade de vida dos moradores, não apenas da região, mas da cidade como todo. Além disso, a requalificação da Orla Noroeste representa um importante passo para a redução da desigualdade urbana em Vitória.

Foram definidas nove áreas de intervenção (duas delas no continente) interligadas por toda a extensão da orla. Os objetivos da Prefeitura para cada uma das áreas são os seguintes:

1. A Orla ou "O Passeio Contínuo".
2. Goiabeiras ou "A Rota das Paneleiras".
3. A Estação Ecológica Municipal da Ilha do Lameirão ou "Base da EEMIL".
4. Andorinhas ou "O Encontro".
5. A Ilha do Campinho ou "Entrada para o Manguezal".
6. A Ilha do Crisógono ou "Mirante da Baía".
7. O Parque Orla Noroeste ou "Os Passos Verdes".
8. A Ilha das Caieiras ou "Um Polo Gastronômico".
9. A área da Faesa e da Fazendinha ou "Um Plano de Ocupação".
10. Estrelinha e Inhanguetá ou "Redesenvolvimento Urbano"

O concurso foi segmentado em etapas de projetos. As atividades definidas são:

1. **Estudos de Impacto Ambiental do Projeto Orla Noroeste (EIA/RIMA)**

   A elaboração de um Estudo de Impacto Ambiental é uma atividade que visa garantir a mitigação dos possíveis impactos ambientais ocasionado pelas obras pretendidas.

2. **Execução da primeira etapa das Obras do Projeto Orla Noroeste com a reurbanização do espaço público da área da Ilha das Caieiras.**

   Para cumprir este objetivo já foi contratado o projeto executivo pela Prefeitura Municipal de Vitória que deverá estar finalizado ainda no ano de 2015, e possibilitará o começo das obras de implantação.

Ação 2 Criação de Polos Gastronômicos em zonas monofuncionais e de interesse econômico, histórico e urbanístico

Vitória possui uma identidade cultural forte ligada à gastronomia, o que tem estimulado o turismo gastronômico na cidade. A tradição pesqueira e a herança da cultura indígena e negra influenciaram profundamente a culinária capixaba, tornando-a eclética. Com a vinda de imigrantes europeus novos pratos foram acrescentados a essa cozinha.

Acrescido à diversidade étnica que influenciou a culinária capixaba, a tradição das panelas de barro, que remonta às tribos indígenas que habitaram o litoral do Estado, constituem o principal elemento cultural na elaboração de pratos típicos da culinária capixaba. Entre os pratos típicos mais famosos citam-se a torta capixaba e a moqueca, a muma de siri e a caranguejada. A moqueca capixaba, a moqueca de garoupa salgada com banana-da-terra e a torta capixaba têm de ser feitas em panela de barro para serem autênticas. Essas iguarias que compõem a culinária única do estado do Espirito são importantes atrativos ao turismo na cidade de Vitória.

A proposta de Polos Gastronômicos vem atender à necessidade municipal de criação e fomento de atrativos turismos para estimular novas atividades econômicas na cidade de Vitória por meio da organização de regiões na cidade voltadas ao serviço de gastronomia regional. Nos polos Gastronômicos, moradores da cidade e turistas contarão com atendimento de qualidade e cardápios de identificação regional e local.

Os Polos Gastronômicos em Vitória serão assessorados pela Gerência de Apoio ao Micro e Pequeno Empreendedor (Gampe), ligada à Secretaria Municipal de Turismo, Trabalho e Renda (Semmtre) da Prefeitura Municipal de Vitória. O principal objetivo é promover a revitalização econômica local, com a conjugação de esforços entre o poder público municipal e a iniciativa privada, para a recuperação da atividade econômica e revitalização dos espaços públicos em áreas onde se observa a concentração de empresas, potencial de desenvolvimento econômico e vocações locais.

Com essa ação, busca-se promover ações conjuntas entre os empresários do setor de gastronomia com as demais empresas e entidades representativas da cadeia para profissionalizar a gestão, qualificar e diversificar os serviços.

O Poder Público local incentivará a promoção e o ordenamento do local mediante apoio dos órgãos envolvidos para garantir o livre trânsito de veículos e de pedestres, a sinalização indicativa dos estabelecimentos participantes, a melhoria da iluminação pública, a limpeza dos logradouros públicos e a segurança local. Os estabelecimentos que integrarem o Polo Gastronômico se comprometerão em participar de programas de qualificação do empresário e seus funcionários, visando à excelência no atendimento e na manutenção do negócio e poderão, ainda, usar áreas públicas para o atendimento do clientes com disposição de mobiliários e equipamentos.

Os programas de qualificação mencionados serão desenvolvidos a partir de parcerias entre o poder público, a iniciativa privada(incluindo a entidade representativa), além do SEBRAE e outras entidades de apoio, com atuação local ou regional.

A implantação dos polos gastronômicos na Cidade de Vitória começou a ser estruturada em 2013 por meio da mobilização e adesão de parcerias que possibilitaram a elaboração de um plano de trabalho que determina as ações que devem ser empreendidas pela prefeitura e as ações empreendidas pela iniciativa privada. Também foram realizadas palestras com as comunidades e empresários locais, oferecendo cursos e consultorias individuais e coletivas, além de missões empresariais para outras regiões do país a fim de estabelecer contato com agentes responsáveis por outras iniciativas semelhantes.

Bairro São Pedro



Foto Yuri Barichivich

No Plano de Ação Vitória Sustentável, prevê-se a implantação do programa Polos Gastronômicos em três regiões de Vitória:

- Ilha de Caieiras
- Centro Histórico
- Curva da Jurema

Polo Gastronômico da Ilha de Caieiras

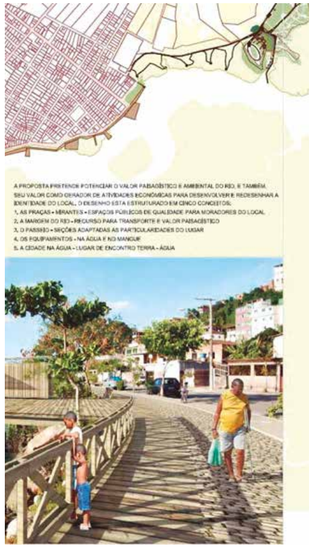
A área de Caieiras era uma ilha próxima a uma área de mangue e isolada do continente. Hoje, depois de um processo de aterro, se tornou uma pequena península de Vitória, na região da Grande São Pedro. A Ilha das Caieiras está cercada por um dos maiores e mais belos manguezais urbanos do mundo, com área de 891,83 hectares.

A área ficou conhecida em um primeiro momento por suas desfiadeiras de siri, profissão tradicional que permanece até hoje. Com tempo, muitas das desfiadeiras abriram seus restaurantes na região. Atualmente a Ilha de Caieiras é caracterizada pela presença de bares e restaurantes especializados em pescados, atraindo um número significativo de visitantes. No entanto essa região não dispõe de infraestrutura adequada, recebendo os visitantes de maneira ainda precária.

A criação do **Polo Gastronômico na Ilha das Caieiras** integra-se à ação de requalificação da Orla Noroeste, sendo um projeto importante para estimular o desenvolvimento econômico da região.

No Projeto Orla Noroeste o Polo Gastronômico está incluído como um plano a ser desenvolvido, onde deverão ser projetadas estruturas de mesas ao ar livre para os restaurantes e bares com a integração dos passeios públicos.

A proposta de "Rua Viva" tem prioridade para pedestre, ciclistas e cadeirantes e deve ser a principal ação para o sucesso do projeto. Outros trechos também deverão contemplar a mobilidade com destaque aos passeios ciclísticos e de pedestres.



Polo Gastronômico do Centro Histórico

Sendo fundada oficialmente no dia 8 de setembro de 1551, Vitória manteve seu traçado colonial até o início do século XX, quando foram produzidas mudanças urbanas e o perfil do território foi alterado por grandes aterros e obras viárias. Apesar dessas grandes transformações urbanas, a área central conservou um grande acervo cultural, com patrimônios datados dos séculos XVI ao XX, por meios dos quais a memória da sociedade capixaba encontra grande parte de sua história.

Recentemente foram realizadas obras de revitalização da Rua Sete, que foi uma das ruas mais importantes do Espírito Santo, onde se encontravam as repartições públicas e também as lojas mais sofisticadas da cidade, e continua concentrando uma movimentação intensa de pessoas cotidianamente. A revitalização busca contribuir para preservar e valorizar o espaço público e potencializar a beleza do patrimônio histórico e paisagístico da região.

A região vai ganhar também a intervenção do projeto Rua Viva, com ombrelones, paisagismo, demarcação da área de bares nas calçadas e melhor iluminação pública. Com essa intervenção urbana, busca-se preparar o local, criando o ambiente para que receba o programa de Polo Gastronômico que tem o objetivo de aumentar o fluxo de pessoas e turistas nessa área da cidade.

Polo Gastronômico da Curva da Jurema

A Curva da Jurema fica localizada na orla marítima de Vitória e apresenta um belo visual da baia de Vitória. O local possui uma estrutura de quiosques padronizados que servem os tradicionais petiscos da culinária capixaba e é muito frequentado pelos cidadãos locais e turistas. A Curva da Jurema é um ponto de encontro e lazer de Vitória. À noite a praia se transforma em um local de encontro de jovens, com uma programação diferente a cada dia da semana.

A implantação do programa Polo Gastronômico nesta região busca melhorar os serviços e atendimentos aos frequentadores do local e turistas, agregando maior valor à região e intensificando as atividades econômicas existentes.

Centro Histórico - Convento São Francisco



Foto Yuri Barichivich

Rua Viva – Triângulo das Bermudas



Foto: Yuri Barichivich

Ação 3 **Fomento da atividade pesqueira na Ilha das Caieiras**

Como já se comentou, a Ilha de Caieiras tem sua história ligada aos pescadores e desfiadoras de siri. No entanto, a atividade pesqueira existente atualmente na região necessita de fomento, como a melhoria da infraestrutura pesqueira, para que esta atividade possa ter um desenvolvimento adequado e continue ocupando parte da população residente da região.

Com base na identificação desta necessidade, o Projeto Orla Noroeste previu em seu escopo atividades como a criação de uma Central de Beneficiamento de Pescado com definição de áreas demarcadas para as diferentes atividades de recebimento, estocagem, manuseio e distribuição dos pescados. Além disso, prevê-se a definição e implantação de áreas como atracadouro e estacionamento de barcos.

Essas atividades previstas no Projeto Orla Noroeste são importantes para o desenvolvimento local e tem profunda articulação com as outras atividades propostas para a região. Sendo assim, entendeu-se como pertinente integrar estas atividades no escopo de ação do Plano Vitória Sustentável.

Considerando a importância da cultura dos pescados na região da Ilha de Caieiras, propõem-se ainda atividades de **fomento cultural dos pescadores na Ilha das Caieiras** com a construção da sede da Associação dos Pescadores e Marisqueiros da Ilha das Caieiras e o anexo do Museu do Pescador. Essa iniciativa também pode servir como atrativo turístico para os visitantes da Orla Noroeste e do Polo Gastronômico.

Ilha das Caieiras



Foto Yuri Barichivich

Ação 4 **Requalificação da Região das Paneleiras**

O saber envolvido na fabricação artesanal de panelas de barro foi o primeiro bem cultural registrado pelo IPHAN como Patrimônio Imaterial no Livro de Registro dos Saberes, em 2002[2]. O processo de produção no bairro de Goiabeiras Velha, em Vitória, emprega técnicas tradicionais e matérias-primas provenientes do meio natural. A atividade, eminentemente feminina, é tradicionalmente repassada pelas artesãs paneleiras às suas filhas, netas, sobrinhas e vizinhas no convívio doméstico e comunitário.

As panelas de barro, fruto de um conjunto de saberes, constituem suporte indispensável para o preparo da típica moqueca capixaba e continuam sendo modeladas manualmente com o auxílio de ferramentas rudimentares - a partir de argila (produto do qual se originou a cerâmica indígena). O processo de produção das panelas de Goiabeiras conserva todas as características essenciais que a identificam com a prática dos grupos nativos das Américas, antes da chegada de europeus e africanos. Depois de secas ao sol, as panelas são polidas, queimadas a céu aberto e impermeabilizadas com tintura de tanino, produto obtido da casca de uma árvore característica do mangue (*Rhizophora mangle*).

Apesar da urbanização e do adensamento populacional que envolveu o bairro de Goiabeiras, fazer panelas de barro continua sendo um ofício familiar, doméstico e profundamente enraizado no cotidiano e no modo de ser da comunidade de Goiabeiras Velha. É o meio de vida de mais de 120 famílias, muitas das quais aparentadas entre si. Envolve um número crescente de executantes, atraídos pela demanda do produto, promovido pela indústria turística como elemento essencial do "prato típico capixaba"[3].

[2] http://portal.iphan.gov.br

[3] http://portal.iphan.gov.br

Galpão das Paneleiras



Foto André Sobral

Em 2011, o galpão da associação das paneleiras, local onde são realizadas as atividades de fabricação e exposição das panelas, foi reformado e adaptado à logística do trabalho das paneleiras. No entanto, essa sede ainda necessita de melhorias para adequá-la à visitação turística mais intensa. Propõe-se, além da revitalização do espaço de exposição e trabalho das paneleiras, a construção de um espaço público externo que permita a instalação de áreas de descanso e sociabilização. O novo espaço das Paneleiras está incluído no escopo do Projeto Orla Noroeste, integrando a região a todo o circuito de passeio projetado.

Proposta Vencedora do Concurso Orla Noroeste – Espaço das Paneleiras



Foto Divulgação Prefeitura Municipal de Vitória

DIRETRIZ 2

Desenvolvimento de novos territórios de desenvolvimento econômico

Ação 1 **Implantação de Parque Tecnológico Metropolitano de Vitória**

A proposta de um Parque Tecnológico em Vitória não é recente. Há alguns anos se discute a possibilidade de implementação de um espaço de propulsão do desenvolvimento econômico no município, que possa centralizar e mobilizar negócios no setor de ciência, tecnologia e inovação de toda a Região Metropolitana.

Vitória é uma cidade com poucos espaços disponíveis para instalação de indústrias e para produção extensiva como, por exemplo, a agropecuária. O desenvolvimento econômico do municípiotem cada vez mais se voltado para o setor de prestação de serviços, fundamentalmente na área de inovação, ciência e tecnologia. No entanto, atualmente não existem na cidade incentivos e vantagens destacadas para os empresários que desejam iniciar um negócio nessa área, o que acaba se constituindo como uma fator de evasão da áreas de inovação.

O Parque Tecnológico vem com o objetivo de cumprir o papel de polo incentivador do desenvolvimento de negócios na área de inovação. Assim, sua instalação trará benefícios para as empresas que atuam nesse setor e para a população, com geração de novos postos de trabalho.

O Parque Tecnológico Metropolitano de Vitória visa a contribuir para o desenvolvimento sustentável e competitivo na economia de produção de conhecimento do município de Vitória e da sua Região Metropolitana; a ampliação da capacidade local de inovação e; a criação de uma marca regional, que permita ampliar o mercado para os bens e serviços intensivos em conhecimento produzidos em Vitória e, por extensão, no Espírito Santo.

Existem diversas possibilidades de concentração de atividades inovadoras e de alta tecnologia para Parques Tecnológicos. No caso de Vitória, a proposta se concentrará em um Parque de Pesquisa, um Parque Tecnológico e um Centro de Inovação. Assim, o novo espaço será uma área para a instalação de empresas de tecnologia e laboratórios de pesquisa públicos e privados. Pretende-se que órgãos das três instâncias de governo (federal, estadual e municipal) trabalhem em conjunto para gerar inovação para toda a cadeia industrial que está se formando no entorno do município de Vitória.

O projeto pretende ser um espaço com infraestrutura para atrair empresas do setor metalmecânico, empresas de tecnologia da informação, software, robótica, nanotecnologia, automação; indústrias de base tecnológica que fazem fabricação de componentes eletrônicos como chips; laboratórios de certificação de produtos; agentes de fomento à ciência; incubadoras; entre outras.

Atualmente já existe um convênio firmado entre a Prefeitura Municipal e Governo Federal para instalação de laboratórios de pesquisa da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e do Instituto Federal do Espírito Santo (IFES) onde serão desenvolvidas incubadoras de empresas de inovação; instalação de agências de fomento e de empresas de apoio à propriedade intelectual.

O Parque Tecnológico será um agente indutor do processo de planejamento territorial por meio de ações mobilizadoras com agentes locais; regionalização do território e constituição de uma governança regional, constituindo um espaço destinado à geração de informações, análises, debates e trocas de experiências entre pesquisadores, agentes locais e sociedade.

O Parque Tecnológico será construído no bairro de Goiabeiras, em um terreno próximo à Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), trazendo melhorias urbanas e oportu-

nidades de emprego para a região que apresentou um importante aumento populacional nos últimos anos.

O projeto está planejado em etapas de implantação com três setores diferenciados.

- Setor 01: Instalação da Estação Ecológica do Lameirão (obra da sede);
- Setor 02: Instalação de Centro de Inovação;
- Setor 03: Área de implantação dos galpões para indústrias com base tecnológica.

A primeira etapa de desenvolvimento do projeto já foi concluída, e refere-se à regularização fundiária do terreno. Ainda em 2015, será iniciada a ocupação dos espaços para instalação de serviços que devem ser prestados no local.

O primeiro edifício a ser construído será o Centro de Inovação (CI), que será administrado pela Prefeitura de Vitória. Sua construção foi dividida em duas fases para que as atividades possam se iniciar no curto prazo. A primeira fase da construção deverá ser financiada parcialmente pelo governo federal, cujos recursos já estão garantidos. O restante dos recursos necessários ainda devem ser negociados.





Ação 2 **Ampliação da Fábrica de Ideias**

Além do Parque Tecnológico, o estímulo a projetos e inovações pode ser realizado em locais já existentes em Vitória, e que possam ser ampliados e potencializados. Um desses espaços é a Fábrica de Ideias, dedicada à formação de empreendedores e com foco nas áreas que são vocações de Vitória, como serviços, tecnologia, economia criativa e turismo. O objetivo do local é estimular bons projetos e inovações. Para isso, o espaço é voltado para a formação de empreendedores modernos, atentos às novidades e transformações vividas em sociedade. Ações desse tipo tornam Vitória uma cidade mais atrativa para investidores e turistas.

As projeções futuras para a Fábrica de Ideias são promissoras: o lugar está pronto para receber o Bistrô de Artes, onde chefs culinários apresentarão suas criações. No espaço, denominado Espaço Verde e Criativa Bistrô, também ocorrerá a capacitação de pequenos empresários.



O projeto para o local - uma antiga fábrica - prevê a oferta toda a estrutura física necessária para o desenvolvimento de projetos, com salas de aula, auditório, oficinas-laboratório e um espaço multiuso de 1.444 m^2, para a realização de exposições e outros eventos de porte maior. No entanto, atualmente apenas uma parte da fábrica está disponível para o público: o espaço multiuso, que está em pleno funcionamento.

Para a implementação da primeira fase da Fábrica de Ideias foram utilizados recursos próprios da Prefeitura Municipal, que investiu na elaboração do projeto global do espaço, considerando todas as fases de instalação, e nas obras da primeira parte que permitiram o início das atividades.



A inserção do projeto de ampliação da Fábrica de Ideias no Plano de Ação Vitória Sustentável destina-se a concluir a instalação da infraestrutura de modo a permitir que este projeto inovador abrigue outras atividades prospectadas que darão ainda maior vigor para as atividades desenvolvidas no local.

Ação 3 **Implantação de um Oceanário**

A região de Abrolhos, que se estende da costa norte do Espírito Santo ao litoral sul da Bahia, detém a maior biodiversidade marinha do Atlântico Sul. Além da diversidade de corais (abriga 19 das 21 espécies conhecidas no Brasil), a região é um dos principais locais de reprodução da baleia-jubarte no mundo.

Pesquisadores que estudam a região descobriram recentemente uma formação de Rodolitos, que são estruturas esféricas encontradas no fundo do mar, semelhantes a corais, que serve de habitat para peixes e pequenos invertebrados, além disso, o calcário produzido pelas algas, ao entrar na cadeia alimentar do oceano, dá origem à carapaça de crustáceos, moluscos e até de corais[4]. Na região de Abrolhos, esse um conjunto ocupa 20,9 mil km^2, o equivalente à área de países como Israel, El Salvador ou Belize.

Calcula-se que esse manto de algas levou cerca de 10 mil anos para se formar. Só agora, porém, foi possível classificar precisamente sua extensão: trata-se do maior banco de Rodolitos do mundo.

Trata-se de uma riqueza ambiental única e que deve ser preservada e conhecida pela população. Ao mesmo tempo, sabe-se que Vitória, tem uma vocação econômica que passa pela atração de turistas. Esses dois fatores são os vetores que levaram a especialistas do tema de competitividade a pensar na implantação de um equipamento que os cidadãos e turistas possam visitar, além de ser um local para a pesquisa e a preservação dessa biodiversidade

Assim, o objetivo desta ação é implantar um Oceanário em Vitória que reunirá várias espécies da vida marinha. O Oceanário poderá ser usado, ainda, para traçar estratégias de recuperação da flora e da fauna marinha e gerar emprego e renda para as comunidades.

O Oceanário de Vitória deverá funcionar em parceria com o Instituto de Oceanografia da Universidade Federal do Espírito Santo, objetivando oferecer educação ambiental, pesquisa, e também um local para visitação, com educação ambiental, lazer e entretenimento para os turistas e para toda a população. Além do desenvolvimento nas áreas correlatas ao uso de um Oceanário, sua implantação criará um novo ponto turístico para Vitória e região.

A Implantação deste Oceanário pretende, assim, não apenas gerar empregos para a população local no próprio empreendimento, mas também transformar Vitória em uma referência turística no Brasil e internacionalmente, o que gerará também outras oportunidades de negócios na área de turismo na cidade.

A localização, o modelo do negócio, a viabilidade técnica, as questões ambientais e o custo do projeto serão definidos por estudos de viabilidade que serão contratados no curto prazo. Já foi realizada uma licitação para selecionar empresas capazes de realizar esse estudo e no curto prazo a Prefeitura Municipal deverá contratar o estudo que iniciará a primeira fase de implantação do Oceanário.

O projeto prevê três fases:

A primeira se refere à de elaboração dos estudos, pesquisas e projetos. Nessa etapa serão realizados estudos de concepção, de localização e *geomarketing*, *master plan*, estudos preliminares do projeto arquitetônico, estudos ambientais preliminares, estudos de *value for money*, estudos de viabilidade legal e socioeconômica e estudos sobre o modelo do negócio. A partir destes estudos e projetos que se poderá ter a noção exata de como se caminhará para a implantação do projeto;

A segunda fase contará com o desenvolvimento do projeto executivo de arquitetura e urbanismo e dos projetos complementares de engenharia;

Na terceira fase será realizada a execução das obras e a implantação modular do Oceanário de Vitória.

A localização do Oceanário ainda não está definida e deverá ser melhor analisada nos estudos de viabilidade. Atualmente existem três propostas de localização que deverão ainda ser avaliadas. No entanto, é importante ressaltar que o Oceanário é um projeto de porte que pode se transformar em um importante Polo de Desenvolvimento territorial para a região onde for implantado e, nesse sentido, os estudos de viabilidade deverão levar em conta os processos de desenvolvimento que estão sendo projetados pelo Plano de Ação Vitória Sustentável.

Atualmente ainda não há recursos disponíveis para a implantação do Oceanário de Vitória. Pretende-se estabelecer um modelo de PPP (Parceria Público Privada) para o financiamento para a implementação desta ação.

[4] A descoberta, publicada recentemente nas revistas científicas PLoS One (http://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0035171) e Science (http://www.sciencemag.org/content/336/6081/524.2.summary), é de um grupo de pesquisadores da Rede Abrolhos, composta pelas universidades de São Paulo, federais do Espírito Santo, Paraíba, Pernambuco e Rio de Janeiro (UFRJ), estaduais de Santa Cruz (BA) e Maringá (PR), Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro e pela organização não governamental Conservação Internacional.

DIRETRIZ 3

Desenvolvimento do Potencial Turístico de Vitória

Ação 1 **Fomento da atividade turística na Orla Noroeste**

O turismo, sobretudo aquele aliado à proteção ambiental, representa uma grande potencialidade para o desenvolvimento de Vitória. A orla noroeste do município, onde se encontram atrativos de visitação e o patrimônio ambiental é um grande exemplo que ainda pode ser explorado no sentido de potencializar sua preservação de maneira sustentável, promovendo, ainda, uma melhora significativa nas condições de vida da população.

As áreas com potencial turístico são um foco importante para Vitória, e incrementar a região com edificações e serviços de apoio voltados para o turismo exercerá papel importante para essa linha estratégica.

Ação 2 **Planejamento Público de Turismo e fomento da atratividade da Cidade**

O turismo é uma atividade com grande potencial para o desenvolvimento econômico local e geração de emprego e renda. O investimento nesse setor possibilita o fortalecimento da provisão de serviços e comércio a partir do aprimoramento desses e de outros setores da economia. Nesse setor, o Poder Público exerce papel fundamental, especialmente no planejamento turístico, um processo complexo que visa apresentar as diretrizes para o desenvolvimento da atividade turística, sistematizando as ações necessárias ao alcance do desenvolvimento sustentável almejado.

Vitória é uma cidade com importante potencial turístico. Considerando este fato, uma ação importante a ser realizada é a elaboração de um Plano Diretor de Turismo e elaboração de um Estudo de Fluxo Turístico. Tais projetos deverão subsidiar o município com dados importantes para que a Prefeitura Municipal e os empreendedores privados possam tomar decisões que tornem Vitória uma cidade mais atrativa para investidores e turistas.

Esses instrumentos de planejamento servirão para orientar as ações da Secretaria de Turismo, Trabalho e Renda (Semttre) com relação às atividades do turismo em Vitória. O documento deverá balizar as ações programáticas do setor de turismo nos próximos 10 anos, evidenciando as ações necessárias para a colocação do turismo como negócio importante para o desenvolvimento sustentável do município, deixando de ser considerado apenas como uma atividade residual ou simples consequência das riquezas naturais existentes.

Com este planejamento será possível a estruturação de produtos turísticos, sua promoção e comercialização. Além disso, o planejamento permitirá estabelecer padrões de novos incentivos públicos para o setor, determinar a capacidade de investimento público e privado para garantir as mudanças no fluxo turístico e promover avanços nas ações voltadas para o desenvolvimento do setor. Contudo, algumas ações pontuais e imediatas de fomento da atratividade de Vitória para o turismo já podem ser desenvolvidas enquanto se elabora as estratégias de planejamento no longo prazo.

As ações de fomento à atratividade de turistas têm dois eixos principais. O primeiro, foca na instalação de infraestrutura na cidade, como a universalização do acesso à internet e a implantação da Calçada Cidadã, que prevê facilitar o acesso de pedestres a todos os locais da cidade, por meio da padronização das calçadas conforme determinam as legislações federal e municipal de acessibilidade. O segundo eixo de ações imediatas destina-se à melhoria da qualidade de visitação dos espaços públicos de Vitória. Nesta chave, propõe-se a instalação de infraestrutura nos parques urbanos, com implantação do projeto de Arvorismo no Parque Estadual da Fonte Grande para melhorar a atratividade desta unidade de conservação; a Implantação do Parque Vale do Mulembá, área próxima ao Parque Tecnológico e a urbanização do Canal de Camburi com a construção Marina Pública que permitirá a ampliação dos atrativos náuticos de Vitória.

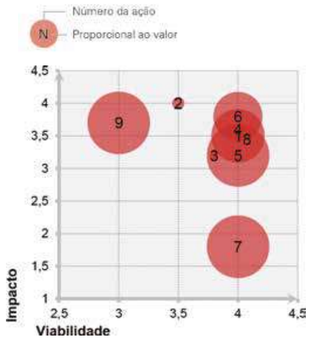
Relação das diretrizes da Linha Estratégica 1 Polos de Geração de Desenvolvimento com as demais linhas estratégicas



Tabela de ações da Linha Estratégica 1: Polo de Geração de Desenvolvimento

Ord	Ações	Responsável	Pré-investimento (mil R$)	Investimento (mil R$)	Total (mil R$)	Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo
DIRETRIZ 1- Desenvolvimento econômico e territorial de áreas monofuncionais e precárias								
1	Requalificação da Orla Noroeste	Sedec, Semmam, Semob	2.125	73.100	75.225			
2	Criação de polos gastronômicos em zonas monofuncionais e de interesse econômico, histórico e urbanístico	Semttre, CDV, Semc	256	3.817	4.073			
3	Fomento da atividade pesqueira na Ilha das Caieiras	Semttre	305	1.524	1.829			
4	Requalificação da Região das Paneleiras	Semttre, CDV	248	1.240	1.488			
DIRETRIZ 2 - Desenvolvimento de novos territórios de desenvolvimento econômico								
5	Implantação de Parque Tecnológico Metropolitano de Vitória	CDV	8.568	106.668	115.236			
6	Ampliação da Fábrica de Ideias	Semttre, Semob	318	61.300	61.618			
7	Implantação de um Oceanário	CDV	6.000	361.200	367.200			
DIRETRIZ 3 - Desenvolvimento do potencial turístico de Vitória								
8	Fomento da atividade turística na Orla Noroeste	Semttre, CDV, Semc	125	2.000	2.125			
9	Planejamento público de turismo e fomento da atratividade da cidade	Semttre, CDV	1.268	126.802	128.070			
		Total	19.213	737.651	756.864			

Gráfico de Viabilidade e Impacto das ações



LINHA ESTRATÉGICA 2

Desenvolvimento urbano, uso do solo e hábitat urbano

Na metodologia ICES, a área temática "Uso do Solo e Ordenamento Territorial" possui diferentes variáveis que permitem uma ampla análise da cidade. Informações quanto **às** condi**ções** de habitabilidade, densidade populacional, crescimento da mancha urbana, existência de legislações urbanísticas, de áreas verdes e de recreação, permitem uma análise territorial. Essa análise é complementada com os estudos de base.

Entende-se a linha estratégica de desenvolvimento urbano, uso do solo e hábitat urbano como um conjunto de ações que estruturará e preparará o território para receber adequadamente as iniciativas dos outros temas.

No cenário de desenvolvimento urbano e sustentável projetado para Vitória, assim como no tema competitividade econômica, as propostas para o desenvolvimento do uso do solo estão mais concentradas nas áreas da Orla Noroeste da cidade. É possível observar no mapa que as principais propostas de ações estão localizadas na região que abarca Orla Noroeste e a área central da cidade, formando um eixo a partir da área do Centro Histórico, passando pelo tradicional Mercado da Vila Rubim até a região das Goiabeiras. É importante observar que nesse eixo projetamos a nova área de interesse de desenvolvimento sustentável da cidade, onde ações de diferentes temas estarão concentradas, de modo a tornar a região mais dinâmica e interessante. Neste contexto, as ações de desenvolvimento urbano buscam dar o suporte para as intervenções projetadas.

DIRETRIZ 1

Planejamento do crescimento urbano

As projeções de crescimento urbano realizadas pelo Consórcio IDOM-Cobrape nos estudos de base, indicam que no cenário tendencial a ocupação no território seguiria os vetores históricos e atuais de crescimento urbano, mantendo a tendência de ocupação de áreas limitantes e condicionantes do crescimento urbano, o que seria responsável pela ampliação da densidade populacional e construtiva de regiões da cidade que apresentam fragilidades físicas e de políticas e serviços públicos. Neste cenário estima-se que 10% do incremento populacional ocuparia áreas de risco até 2050.

Diante deste cenário tendencial, fica clara a necessidade que o crescimento urbano sustentável seja planejado por meios de instrumentos e estudos que analisem a cidade e a região metropolitana a médio e longo prazo, período raramente levado em conta pela administração e gestores públicos envolvidos nas questões governamentais urgentes do dia-a-dia. Além disso, a visão holística a longo prazo tem a virtude de fornecer cenários ótimos de crescimento territorial e espacial, deixando de lado a rigidez dos limites administrativos dos instrumentos de planejamento existentes e propondo uma melhora da qualidade urbana e de vida dos cidadãos.

Para propor ações estratégicas para o desenvolvimento urbano é necessário não apenas analisar estes recursos, mas também definir os objetivos e diretrizes que as conduzirão. O objetivo central é apontar um futuro sustentável, tanto do ponto de vista ambiental como socioeconômico. Para tanto é necessário racionalizar recursos, minimizar a segregação sócio-territorial, garantir a preservação do meio ambiente e utilizar os potenciais existentes na região.

Ação 1 **Estudo para readequação das densidades construtivas**

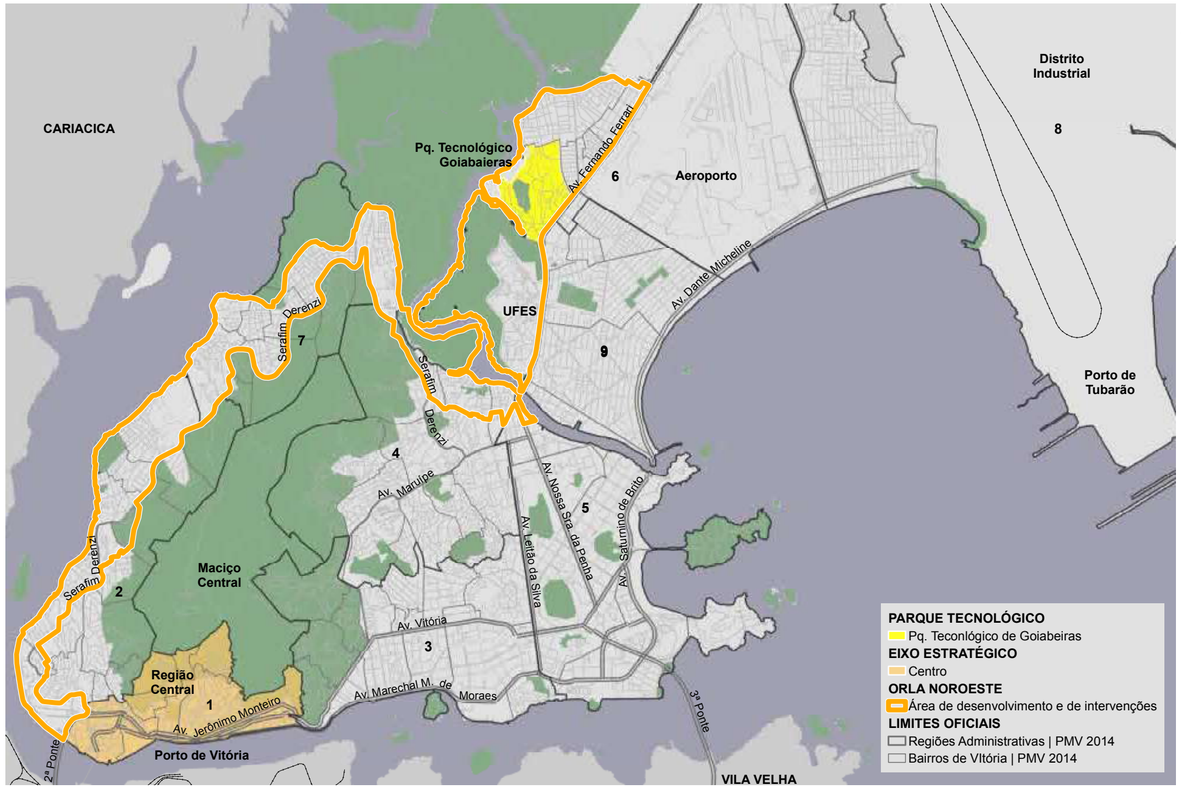
Grande parte dos municípios brasileiros não tem disponibilidade de terra para expansão urbana e Vitória não se mostra diferente. Este fato resulta no agravamento de ocupações em áreas ambientalmente frágeis e inadequadas para a construção de habitações. Em Vitória, podemos observar, ainda, áreas da cidade muito densas contrapondo-se a regiões pouco ocupadas.

O estudo realizado pelo consórcio IDOM-Cobrape também observou em seus diagnósticos problemas relacionados ao crescimento desordenado da cidade e os impactos para o município e região. Este estudo sugeriu que, para reduzir o espraiamento da Região Metropolitana da Grande Vitória, o município sede de Vitória utilize as seguintes diretrizes:

- Aumento da densidade de ocupação;
- Ocupação de vazios urbanos e áreas de oportunidade dentro da mancha urbana atual;
- Ocupação de domicílios vagos;
- Criação de cinturão verde em torno da mancha urbana existente de forma a propiciar a conexão das distintas unidades de conservação.

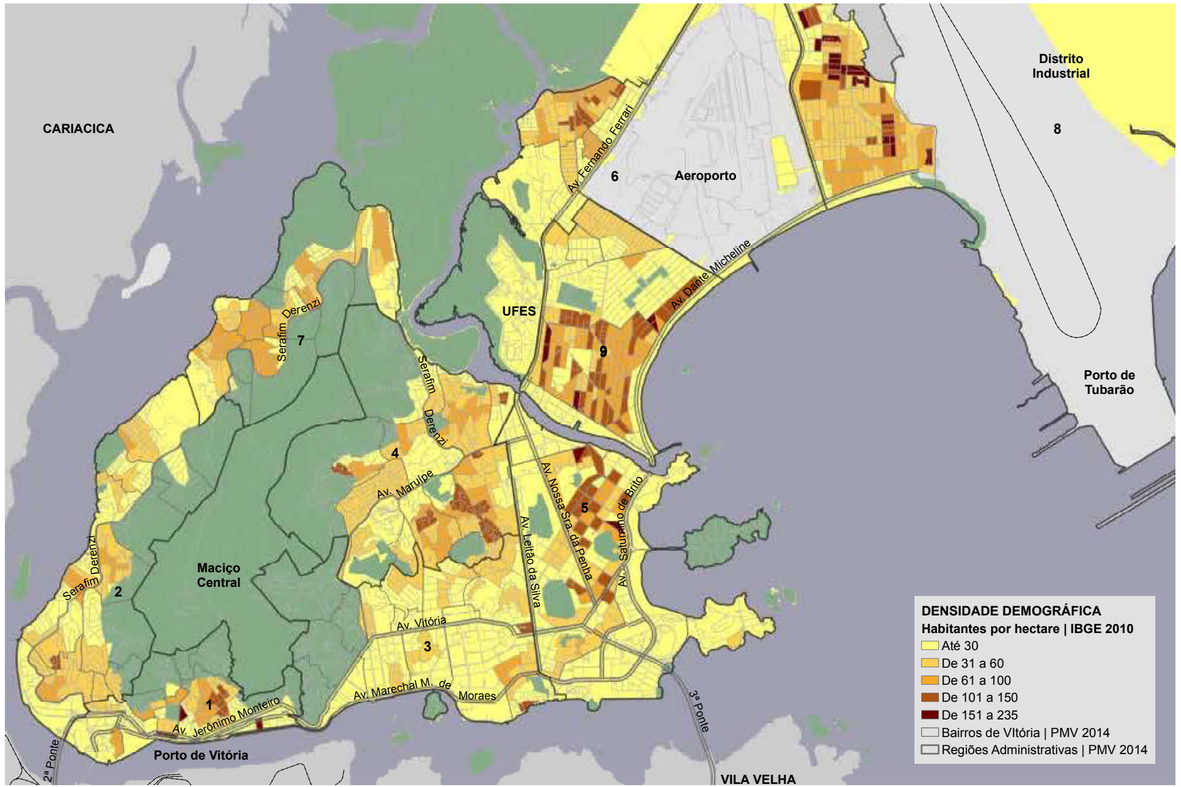
Assim, estratégias para o crescimento ordenado da cidade considerando as questões ambientais devem ser destacadas. Neste contexto, o Plano de Ação propõe a elaboração de um estudo para readequação das densidades construtivas e populacionais no município de forma a viabilizar o adensamento controlado em áreas subutilizadas. O estudo visa, por meio de projeções estatísticas e estudos demográficos, consolidar uma reflexão para orientar o município no desenvolvimento sustentável e ordenado da cidade, de modo viabilizar o adensamento controlado em áreas subutilizadas. Este será um importante instrumento de apoio que subsidiará as propostas de revisão do Plano Diretor Municipal.

Mapa de áreas estratégicas para o planejamentos municipal



1 – Centro, 2 – Santo Antônio, 3 – Jucutuquara, 4 – Maruípe, 5 – Praia do Canto, 6 – Goiabeiras, 7 – São Pedro, 8 – Jardim Camburi e 9 – Jardim da Penha I

Mapa de densidade demográfica



1 – Centro, 2 – Santo Antônio, 3 – Jucutuquara, 4 – Maruípe, 5 – Praia do Canto, 6 – Goiabeiras, 7 – São Pedro, 8 – Jardim Camburi e 9 – Jardim da Penha I Fonte: Elaboração Instituto Pólis, a partir do Censo 2010 (IBGE)

Ação 2 **Plano de Desenvolvimento Urbano e Habitacional Metropolitano**

Cada vez mais no Brasil, a questão metropolitana tem se apresentado como um desafio para as políticas de desenvolvimento urbano. Anteriormente a recente instituição do Estatuto da Metrópole[5], a regulamentação de uso de solo e desenvolvimento urbano no país estava quase que completamente focada em instrumentos de regulação municipal, principalmente o Plano Diretor Municipal. No entanto, o tema metropolitano é uma realidade para as grandes cidades brasileiras e uma importante questão para Vitória, que está conurbada com outros 3 municípios (Vila Velha, Serra e Cariacica) de sua região metropolitana.

Temas como o da migração de parte da população de Vitória para os municípios do entorno em busca de moradia, tendem a ocasionar outros problemas para o próprio município de origem, como de mobilidade urbana, e para os municípios da região metropolitana que tem que acomodar esta nova população.

A questão da mobilidade também deve envolver uma acomodação do fluxo metropolitano, pois, como se sabe, Vitória ainda representa um importante polo de emprego e serviços para os municípios do entorno, o que ocasiona uma quantidade expressiva de viagens pendulares diariamente. Por essas razões, o Plano de Ação Vitória Sustentável propõe a elaboração de um Plano de Desenvolvimento Urbano e Habitacional Metropolitano que busque soluções integradas no âmbito metropolitano para os temas ligados ao desenvolvimento urbano e novas áreas para moradia.

A elaboração adequada desse instrumento de planejamento exigirá a integração e articulação com os municípios do entorno e com o governo estadual para que as soluções encontradas sejam compatíveis com as diferentes realidades que se apresentam nestes municípios e para que haja uma concertação institucional para sua implementação futura. Vitória, como município sede da Região Metropolitana, terá um importante papel de liderança junto com o Governo do Estado nesta ação.

[5] Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015.

Diretriz 2

Intervenções habitacionais

A estruturação e implementação de uma política habitacional de interesse social é um importante instrumento para o desenvolvimento urbano de Vitória. Em alinhamento com uma política dos novos polos de desenvolvimento mencionados anteriormente, que trarão novas oportunidades de emprego em diferentes porções do território, a política habitacional ajudará a estruturar o espaço para um desenvolvimento mais equilibrado, com melhor mobilidade, preservação ambiental e diversidade de usos.

A administração pública municipal tem realizado uma série de intervenções relacionadas à política habitacional em diferentes linhas programáticas. Essas intervenções continuadas já foram responsáveis por um significativo investimento de recursos em soluções habitacionais que agora pretende-se incrementar para garantir sua efetividade no médio e longo prazos.

Ação 1 **Construção de Novas Habitações de Interesse Social**

Segundo dados da Prefeitura Municipal (2014), 380 novas unidades habitacionais precisam ser construídas em diferentes bairros de Vitória visando garantir moradia digna e segura para a população que necessita de novos domicílios. Estas novas habitações serão edificadas, prioritariamente, em ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social) demarcadas no Plano Diretor Urbano do Município.

As ZEIS totalizam 45 áreas, sendo 9 delas na categoria de ZEIS 3[6], ou seja, imóveis públicos ou particulares edificados ou não, não utilizados, dotados parcialmente de infraestrutura e serviços urbanos, necessários à implantação de EHIS (Empreendimentos de Habitação de Interesse Social), com respectivos equipamentos comunitários e urbanização complementar adequados, que serão objeto de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios. Essas áreas foram demarcadas no Plano Diretor Urbano e Plano Municipal de Habitação e de Regularização Fundiária de Interesse Social e devem ser o foco principal das intervenções habitacionais de provisão de novas moradias.

Com a revisão do Plano Diretor Urbano do município, que está em curso, pretende-se que novas áreas sejam demarcadas como ZEIS, ampliando a possibilidade da Prefeitura Municipal realizar os atendimentos habitacionais a partir da construção de novas moradias.

Ação 2 **Melhoria Habitacional**

Segundo as diretrizes do Plano Municipal de Habitação e de Regularização Fundiária de Interesse Social, Vitória deve promover a melhoria das condições de habitação em 100% dos imóveis inadequados. Para cumprir esta diretriz, uma ação importante, além da construção de novas moradias, é a realização de melhorias nos imóveis que apresentam condições e não precisam ser substituídos.

[6] Plano Municipal de Habitação e de Regularização Fundiária de Interesse Social – Documento Final; Outubro, 2008.

A Prefeitura Municipal de Vitória (2014) calcula que 2.422 unidades habitacionais localizadas nos bairros de São José, Nova Palestina e Santo André, todas na Região Administrativa 7, incluída no perímetro de intervenção do Projeto Orla Noroeste, devem ser contempladas com melhorias, como reforma e/ou inclusão de banheiro nos domicílios que não o tem, visando assegurar condições mínimas de habitabilidade às referidas famílias, sem que seus imóveis precisem ser substituídos.

Em um município como Vitória, onde há pouca possibilidade de expansão da mancha urbana, mas que ainda apresenta precariedades habitacionais a serem solucionadas, intervenções de melhorias nos domicílios passíveis deste tipo de intervenção são fundamentais para garantirem um desenvolvimento urbano sustentável.

Ação 3 **Regularização Fundiária**

A Regularização Fundiária para imóveis de baixa renda está incluída no Plano de Ação Vitória Sustentável por sua importância no contexto da política habitacional de desenvolvimento urbano. Como demonstra o diagnóstico realizado pelo consórcio IDOM-Cobrape, uma parte significativa da cidade apresenta irregularidade fundiária, o que impede que o município possa realizar plenamente políticas de desenvolvimento urbano adequadas.

Levantamentos da Prefeitura Municipal, em 2014, definiram 10 bairros prioritários em Vitória que devem ser contemplados com a regularização fundiária. São eles:

- Região Administrativa 3 (Jucutuquara): Romão, Forte São João, Cruzamento;
- Região Administrativa 6 (Goiabeiras) Jabour;
- Região Administrativa 7 (São Pedro) Ilha das Caieiras, São José, Santo André, Resistência, Redenção;
- Região Administrativa 2 (Santo Antônio) Grande Vitória.

Estima-se que a interversão de regularização fundiária nestas áreas deverá beneficiar aproximadamente 10.500 famílias com o título de propriedade de seus imóveis.

O Plano Municipal de Habitação e de Regularização Fundiária de Interesse Social do município de Vitória cita os instrumentos de regularização fundiária do Estatuto da Cidade como premissas para programas e ações, como por exemplo, Usucapião Urbano, Concessão Real de Uso de imóveis públicos e Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia. Além disso, um conjunto de legislações municipais auxilia na definição de parâmetros que permitam a regularização fundiária.

A partir deste levantamento, o plano de regularização fundiária estabelecerá, dentre os diversos instrumentos de regularização presentes na legislação brasileira, qual o mais adequado a cada situação e possibilitará a inclusão social das famílias envolvidas que receberão a posse segura e legal da terra.

Diretriz 3
Implantação do Projeto de Revitalização do Centro Histórico

A região conhecida como Centro em Vitória foi, durante um longo período, uma região de grande dinamismo na cidade, passando, desde o século XIX, por uma série de intervenções de embelezamento e aterros que ampliaram sua dimensão.

Na década de 1970, contudo, Vitória atingiu uma população de mais de 130.000 habitantes, o que gerou a necessidade de expansão da mancha urbana ocupada. A implantação de aterros além da área do Centro e o desenvolvimento dos meios de transporte, como o bonde, fez com que novos bairros se formassem. Esse período marca também o início da formação da aglomeração urbana da Grande Vitória, correspondendo ao grande aumento dos fluxos migratórios em direção a capital e aos municípios do seu entorno.

O Centro de Vitória tornava-se, ao mesmo tempo, o centro que concentrava o comércio e serviços mais especializados para a população de toda a aglomeração urbana da Grande Vitória, quanto, e o lugar de residência da população de mais alta renda da cidade. Sendo assim, a área central aglutinava de um lado praticamente todas as atividades comerciais, serviços, sede das repartições e instituições públicas municipais, estaduais e federais, e de outro as opções de lazer e diversão (concentrando teatros, cinemas, restaurantes, casas noturnas, etc.)[7].

Contudo, a sobrecarga de atividades e população à qual o Centro de Vitória foi submetido a partir do expressivo crescimento que a cidade conheceu durante as décadas de 1960 e 1970, conduziu, paulatinamente, à emergência de uma série de problemas derivados da excessiva concentração. Isso acabou por gerar a perda das amenidades nesta área, fazendo com que, progressivamente, o Centro da cidade fosse abandonado pela elite que, até a década de 1970, nele predominantemente residia[8]. Por consequência, o movimento foi gerando degradação do patrimônio histórico e cultural, além da desvalorização das atividades na região.

Assim, como muitos centros históricos das grandes cidades brasileiras, o Centro de Vitória, sofreu então esvaziamento e desvalorização. Na década de 1990 a área Central de Vitória voltou a ter a atenção do Poder Público municipal e estadual, por meio de projetos de intervenção urbana baseados na ideia de valorização do patrimônio histórico. Na década de 2000, novos estudos e projetos foram realizados pela gestão municipal (2005-2008), como o Planejamento Urbano Interativo do Centro[9]. Dentre algumas proposições de intervenção retiradas desse estudo, pode-se citar a qualificação da mobilidade urbana, valorização e preservação da paisagem e do meio ambiente, valorização turístico-cultural e educação patrimonial, programa de ação social integrada e segurança pública no centro, além da dinamização econômica.

No entanto, apesar da existência de um Plano, e da implantação de algumas ações, muitas intervenções ainda necessitam ser realizadas para que a área central de Vitória volte a ter a vitalidade de outrora.

Ação 1 **Intervenções em edifícios de interesse cultural e histórico na área central de Vitória**

A Revitalização do Centro de Vitória é uma das ações prioritárias para a administração municipal. Seu objetivo é valorizar a região histórica da cidade e reverter seu processo de esvaziamento socioeconômico e cultural, recuperando a atratividade da região central tanto como local para se morar, como para se investir.

Visando criar incentivos para maior atratividade para o centro histórico, a Prefeitura Municipal estabeleceu um conjunto de desconto nos impostos para os imóveis de interesse histórico-cultural de preservação na área. A Prefeitura de Vitória concede, desde 2001, a isenção parcial ou total do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) aos proprietários que mantêm em bom estado de conservação os imóveis de interesse de preservação protegidos por lei. O objetivo é incentivar a manutenção das edificações identificadas pelo programa de Revitalização do Centro como de interesse para a preservação da história e do patrimônio cultural, paisagístico e arquitetônico do município.

Adicionalmente, foi proposto um programa de Revitalização do Centro Histórico que inclui uma série de projetos específicos de intervenções em áreas de interesse cultural e histórico que, em conjunto, conformam uma expressiva reestruturação para a região. Entre as ações propostas estão a recuperação dos imóveis de interesse de preservação, a identificação e destinação de imóveis ociosos para novos usos e a reurbanização e requalificação dos espaços públicos.

Também são de interesse do programa a valorização e potencialização do patrimônio histórico, cultural e paisagístico da cidade; a implantação de novos equipamentos turísticos, culturais e de lazer com ganhos sociais e econômicos para a região.

Segundo a Prefeitura Municipal, entre os 421 imóveis de interesse histórico-cultural localizados dentro do município de Vitória, 172 são protegidos por lei. Ao todo, são 42 edificações tombadas na cidade, sendo 11 pelo município, 25 pelo Estado e 06 pelo Governo Federal. Além disso, 130 edificações são identificadas como de interesse de preservação. Todas estas edificações são protegidas por lei para garantir sua integridade física e incentivar a recuperação e os usos compatíveis com o imóvel.

Os projetos de intervenção em áreas de interesse cultural e histórico já estão sendo realizado pela prefeitura há alguns anos, onde foram investidos montantes significativos de recursos próprios, mas deve ter sua continuidade garantida de modo a que se promova a intervenção integral em todo o conjunto do patrimônio histórico.

Centro Histórico - Teatro Carlos Gomes



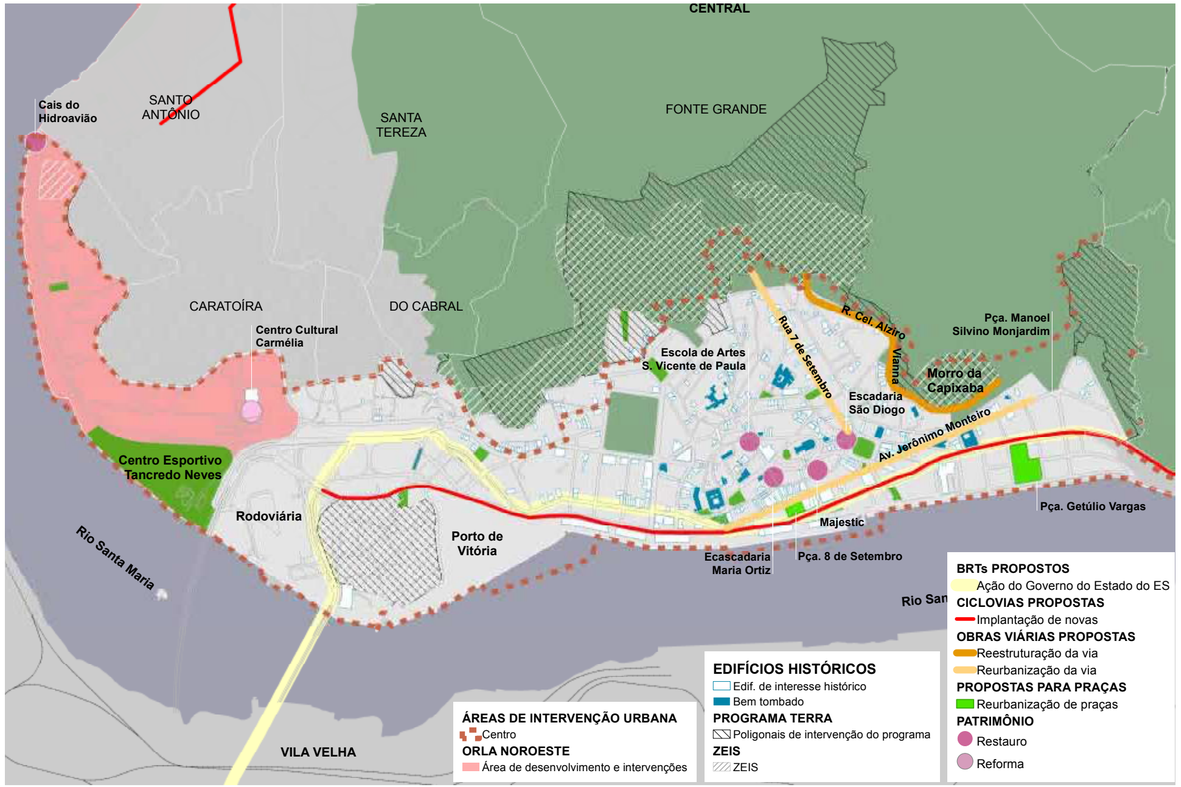
Foto Yuri Barichivich

[7] REIS, Luiz Carlos Tosta dos. Descentralização e Desdobramento do Núcleo Central de Negócios na Cidade Capitalista: estudo comparativo entre Campo Grande e Praia do Canto, na Grande Vitória-ES. Tese de Doutorado. UFRJ / Depto de Geografia. 2007.

[8] Idem

[9] Prefeitura Municipal de Vitória / Secretaria de Desenvolvimento da Cidade. Planejamento Urbano Interativo do Centro de Vitória, 2006.

Intervenções para a Área Central de Vitória



1 – Centro, 2 – Santo Antônio, 3 – Jucutuquara, 4 – Maruípe, 5 – Praia do Canto, 6 – Goiabeiras, 7 – São Pedro, 8 – Jardim Camburi e 9 – Jardim da Penha I Prefeitura Municipal de Vitória, elaboração Instituto Pólis

Dentre as novas ações propostas, está a Reforma do Centro Cultural Carmelia, localizado em Mário Cypreste, e o Restauro do Cais do Hidroavião em Santo Antônio, ambos no extremo oeste da área do projeto Orla Noroeste elaborado.

Outra importante intervenção programada é o processo restauro e reforma do Edifício Majestic, antigo Hotel Majestic, localizado próximo a Catedral de Vitória. Outro edifício que merece atenção e deverá sofrer restauração e reforma é a Escola de Artes São Vicente de Paulo, construção do final do século XIX que foi usada inicialmente como residência e, posteriormente, abrigou a primeira escola particular de Vitória.

O Centro de Vitória ainda contempla escadarias importantes e algumas delas com esculturas de valor histórico, cultural e artístico, como por exemplo, as esculturas presentes na escadaria Bárbara Lindenberg, que devem também sofrer intervenções de restauro e recuperação. Restaurar as escadarias e suas esculturas é parte integrante da conservação patrimônio cultural do Centro.

Está pensada ainda a requalificação do tradicional Mercado da Vila Rubim, com vistas a recuperar sua importância socioeconômica e cultural.

Ação 2 **Qualificação da Infraestrutura na Área Central de Vitória**

Além dos projetos específicos de intervenção e restauro em edifícios de interesse histórico, inserem-se como ações importantes para área Central a substituição da rede elétrica aérea por rede subterrânea, a iluminação cênica de todos os monumentos e escadarias, dando o destaque devido e ampliando a segurança local, e a construção de calçadas cidadãs garantindo acessibilidade e melhorando a mobilidade do pedestre.

Estas intervenções na área em questão são de total relevância para o sucesso de um programa de revitalização de territórios de importância histórica e cultural com vocação turística, como é o caso do Centro Histórico de Vitória.

O cabeamento subterrâneo dará mais segurança à rede elétrica, que ficará protegida de eventos climáticos e colisões de veículos, além de contribuir para a melhoria estética da região do centro. A internalização da fiação, que compreende a retirada de postes das calçadas, eliminará a poluição visual e obstáculos dos passeios na área do entorno dos edifícios de interesse histórico-cultural, dando oportunidade para que as pessoas possam contemplar melhor a paisagem urbana. A ideia da iluminação cênica é ressaltar as linhas e estilos arquitetônicos das construções históricas, incorporando sombras e texturas como elementos de composição e contraste, para um impacto cênico ainda maior para quem visita a área central à noite. A luminosidade é uma das mais privilegiadas formas de realçar imóveis relevantes para a história de uma cidade.

Intervenções como essas com vistas a valorizar áreas de interesse cultural tem sido promovidas em uma série de centros históricos nas cidades brasileiras com incentivo do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), por meio do Projeto Monumenta, do Governo Federal. No contexto do Plano de Ação Vitória Sustentável uma possibilidade é se estabelecer uma parceria entre a Prefeitura Municipal e o Governo Federal, por meio do IPHAN, para o financiamento desta ação.

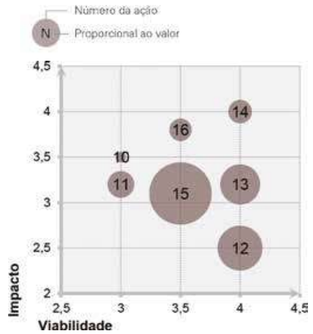
Relação das diretrizes da Linha Estratégica 2 Desenvolvimento Urbano, Uso do Solo e Habitat Urbano com as demais linhas estratégicas



Tabela de ações da Linha Estratégica 2:
Desenvolvimento Urbano, Uso do Solo e Habitat Urbano

Ord	Ações	Responsável	Pré-investimento	Investimento	Total	Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo
			(mil R$)					
DIRETRIZ 1 - Planejamento do crescimento urbano								
10	Estudo para readequação das densidades construtivas	Seges, Sehab, Sedec	1.500		1.500			
11	Plano de Desenvolvimento Urbano e Habitacional Metropolitano	Seges, Sehab, Sedec	10.000		10.000			
DIRETRIZ 2 - Intervenções habitacionais								
12	Construção de novas Habitações de Interesse Social	Sehab, Semob	2.756	27.560	30.316			
13	Melhoria habitacional	Sehab	2.209	22.030	24.239			
14	Regularização fundiária	Sehab, PGM	1.305	6.524	7.829			
DIRETRIZ 3 – Implantação do projeto de revitalização do centro histórico								
15	Intervenções em edifícios de interesse cultural e histórico na área central de Vitória	Semc, Sedec, Semob	3.000	30.000	33.000			
16	Qualificação da infraestrutura na área central de Vitória	Sedec, Semob	2.500	25.000	27.500			
		Total	23.270	111.114	134.384			

Gráfico de Viabilidade e Impacto das ações



Linha estratégica 3
Mobilidade e Transporte

A situação geográfica do Município de Vitória (característica insular e presença do maciço central) gera fortes demandas para investimentos nas infraestruturas relacionadas à Mobilidade e Transporte. Como as demais cidades brasileiras, Vitória teve sua estrutura viária direcionada para a circulação geral, sem prioridade para o transporte coletivo.

A presença e ampliação de ciclovias mostram-se essenciais para o desenvolvimento sustentável da cidade, assim como o desenvolvimento de políticas de acesso aos morros permitindo assim a ampliação na mobilidade dos habitantes de Vitória.

O tema mobilidade não difere de outras áreas quanto à relevância de uma discussão metropolitana. Mais uma vez a questão geográfica e a integração da capital com municípios vizinhos ressaltam a necessidade de um plano integrado de qualificação do transporte público motorizado e do não motorizado.

Um ponto relevante na discussão do tema é a integração metropolitana e as obras e projetos do Governo do Estado do Espírito Santo. A elaboração de projeto de reestruturação da rede municipal e metropolitana de transporte coletivo considerando a proposta de construção do BRT, incluído a integração tarifária, modelo de remuneração dos operadores e gestão compartilhada deve ser considerada uma ação prioritária para Vitória considerando o impacto do BRT no sistema existente de transporte coletivo municipal.

Para o tema mobilidade as ações propostas permeiam escalas diferentes de obras e intervenções, desde um Plano de Mobilidade para toda a região metropolitana como pequenas interferências viárias.

Diretriz 1
Planejamento da mobilidade urbana com interface metropolitana e modernização do Sistema

Mesmo não havendo qualquer menção de obrigatoriedade no tratamento da mobilidade de forma integrada nos municípios componentes de uma região metropolitana na política nacional de mobilidade urbana, como já se constatou, a compreensão do fenômeno metropolitano no planejamento da mobilidade é fundamental no contexto de uma Região Metropolitana de Vitória.

A possibilidade de priorização do desenvolvimento utilizando essa escala de análise resulta em um efeito prático valoroso, pois permite a integração do planejamento de mobilidade no nível macro, incluindo aspectos de uso e ocupação do solo, como previsto na resolução nº 34 do Conselho das Cidades de 2005.

Contudo, embora na lógica de planejamento e desenvolvimento seja importante incorporar a dinâmica metropolitana na questão da mobilidade, geralmente a implementação das ações na escala metropolitana esbarra em questões de cunho federativo. A inexistência de uma agência de transporte metropolitano, por exemplo, acaba dificultando sua implementação adequada.

A partir dessa reflexão, o Plano de Ação Vitória Sustentável traz ações de planejamento e modernização do sistema de mobilidade urbana concentradas nos limites espaciais do município de Vitória, mas que contemplam reflexões sobre as interfaces metropolitanas, como os fluxos cotidianos de viagens pendulares e a integração dos sistemas de transporte metropolitano com o sistema de transporte municipal.

Ação 1 **Revisão do Plano de Mobilidade e Realização de Pesquisa OD**

A partir do PDU (Plano Diretor Urbano), os planos setoriais, entre eles o **Plano de Mobilidade Urbana**, completam o arcabouço normativo que as cidades dispõem para lidar com o processo de produção, renovação e controle da produção do espaço urbano. O Plano de Mobilidade deve ser parte sequencial e harmônica do Plano Diretor, tendo como objetivo orientar as condições de mobilidade da população e de logística da circulação de mercadorias e produtos. Nesse sentido, o Plano de Mobilidade deve organizar os espaços destinados à circulação e a forma de prestação dos serviços de transporte público, contendo diretrizes específicas para as políticas de mobilidade, atuando, pelo menos, em:

- Delimitação dos espaços de circulação dos diversos modos de transporte, inclusive estabelecendo prioridades;
- Regulação das relações entre o Poder Público e os agentes privados provedores dos serviços de transporte; e
- Disciplinamento do uso dos espaços de circulação.

A cidade de Vitória já possui um Plano de Mobilidade, denominado Plano Diretor de Transporte e Mobilidade Urbana de Vitória (PDTMU), elaborado em 2008. Esse Plano foi desenvolvido tendo como referência básica as recomendações do Ministério das Cidades que definiu diretrizes estratégicas para o planejamento da mobilidade no âmbito da Política Nacional de Mobilidade Urbana Sustentável. No entanto, é essencial sua revisão, dado o tempo de realização do plano existente e a intensa dinâmica do sistema de mobilidade metropolitano.

Tal revisão deve incluir pesquisas capazes de subsidiar informações importantes para a nova versão do Plano. A pesquisa de Origem e Des-

tino (OD) é uma pesquisa essencial para o bom desenvolvimento do Plano de Mobilidade, na medida em que apresenta a realidade atual detalhada com dados referentes aos tipos de transporte utilizados, grau de satisfação dos usuários quanto aos serviços prestados pelas companhias de transporte coletivo, tempos de deslocamento, etc.

A Pesquisa de Origem Destino conhecida como "Pesquisa OD" é um instrumento vital para o planejamento de transporte, pois fornece dados para o conhecimento da natureza dos deslocamentos da população em um espaço urbano, incluindo aí sua situação socioeconômica[10].

Nesse sentido, a contratação da Pesquisa OD mostra-se essencial a revisão e desenvolvimento das ações definidas no Plano de Mobilidade.

O Plano deve conter princípios e diretrizes para a política setorial, aprofundamento da leitura técnica (pesquisas, levantamentos e análises), uso de ferramentas de planejamento (modelos, simulação de alternativas), diretrizes para intervenção na infraestrutura, nos sistemas e nos serviços, além de estimativa de investimentos.

Ação 2 **Integração dos projetos de transporte e sistema viário de abrangência metropolitana**

Um ponto importante na discussão do tema de mobilidade incide na integração metropolitana e nas obras e projetos do Governo do Estado do Espírito Santo que interferem no território de Vitória. O governo do Estado do Espírito Santo está planejando uma importante intervenção do transporte metropolitano: o Programa de Mobilidade Metropolitano. Em 2012 foi realizada uma leitura da situação e constatou-se a desarticulação das ações promovidas anteriormente e a necessidade de um novo sistema de transporte metropolitano com transporte coletivo.

O Desenvolvimento deste programa foi baseado da lei federal de 2012 que versa sobre o Política Nacional de Mobilidade Urbana Sustentável e estruturado em 3 pilares: transporte coletivo, sistema viário e multimodalidade. O programa visa também a estabelecer um planejamento para as vias estruturantes, circulação de pessoas e cargas – com destaque para a importância da logística do porto, priorizando o transporte coletivo, recuperação de calçadas, construção de ciclovias, integração entre modais e requalificação urbana e a operação 24h por dia em alguns terminais.

No âmbito deste programa está prevista a estruturação do BRT Grande Vitória (Bus Rapid Transit), incluindo a requalificação do entorno; telhado verde nas estações; calçadas livres para pedestres; estações em média a cada 600m e arborização dos canteiros. O projeto prevê, ainda, corredores exclusivos, plataforma na altura do piso dos ônibus, veículos articulados com ar refrigerado, ultrapassagens nas estações e cobrança desembarcada. Estão sendo estudados 3 tipos de linha: expressas, semi-expressas e paradoras.

Há a previsão de um aumento de aproximadamente 300 mil passageiros/dia na região coberta pelo BRT, passando a carregar em torno de mais de 1 milhão de passageiros/dia na RM de Vitória, em sistema com 10 terminais, 5 portais, 43 estações e 35 km de extensão (primeira etapa). Este projeto terá um importante impacto no território de Vitória e deve ser planejado de maneira conjunta entre municipalidade e governo estadual. Para realização deste projeto será necessária a realização de desapropriações, que devem que ser planejadas de maneira articuladas com o governo municipal.

Para o transporte público metropolitano, propõem-se, ainda, a integração tarifária, com Tarifa Única para os sistemas municipal e metropolitano.

A ICES em Vitória contribuiu para intensificar a articulação entre o governo municipal de Vitória e o Governo Estadual para a discussão e integração dos projetos de transporte e viários de impacto metropolitano. A partir das conversas iniciais entre estas instâncias governamentais, criou-se um grupo de trabalho o qual será responsável por refletir sobre as soluções apresentadas por ambas as parte e estabelecer acordos sobre as melhores soluções. Este grupo intergovernamental já está trabalhando e avançando em busca de soluções que contemplem os desejos da cidade e as necessidades de toda a região metropolitana.

Para colaborar com a reflexão deste grupo de trabalho, o Plano de Ação Vitória Sustentável destaca como importante a **elaboração de projeto de reestruturação da rede municipal e metropolitana de transporte coletivo,** considerando a proposta de construção do BRT e a proposta de integração tarifária com modelo de remuneração dos operadores e gestão compartilhada.

Ação 3 **Modernização dos Sistemas de Monitoramento e Controle**

A implantação deste Sistema de Monitoramento e Controle possibilitará a implantação de 20 totens informatizados com informações da PMV, que deverão ser implantados em locais de grande circulação de pedestres, para que o cidadão tenha informações sobre a cidade e serviços oferecidos pela Prefeitura.

Esses sistemas de monitoramento devem ser estruturados por meio de Sistemas Inteligentes de Transporte para controle do fluxo de veículos particulares, circulação do transporte coletivo e informações instantâneas aos cidadãos e motoristas, priorizando a segurança dos usuários de transporte não motorizados e pedestres. Além da implantação de sistema de monitoramento para a população, local, propõe-se a modernização do Sistema Semafórico e sinalização voltada ao turismo.

Outra ação conectada a modernização de sistema e controle é a criação do talonário eletrônico de autuação utilizado pela Guarda Municipal. O talonário é um dispositivo portátil informatizado usado nas ruas pelos agentes de trânsito, substituindo com vantagens o tradicional talão impresso de multas. Sua praticidade, aliada a múltiplas funcionalidades, otimiza o processamento dos dados e permite um melhor gerenciamento operacional do trânsito urbano.

Diretriz 2
Apoio e incentivo às viagens não motorizadas

A mobilidade urbana não motorizada é um dos pilares para o desenvolvimento urbano sustentável. Atualmente esse tema tem sido orientado ao estudo das densidades urbanas, do uso do solo e de sua relação com o transporte público e na concepção de espaços públicos. Como mostra a pesquisa OD de 2007 realizada na Região Metropolitana de Vitória, as viagens não motorizadas tem grande participação nos deslocamentos urbanos na cidade. Ainda que não tenha a relevância adequada no planejamento urbano no Brasil.

O município de Vitória tem avançado na reflexão e no investimento de recursos em intervenções que oferecem infraestrutura para a mobilidade não motorizada, como a construção ciclovias e de infraestruturas de acessibilidade e segurança nas calçadas para os pedestres. O Plano de Ação Vitória Sustentável traz o incentivo às viagens não motorizadas como uma diretriz dentro da linha estratégica de mobilidade e transporte para que as ações já iniciadas pela administração municipal sejam intensificadas.

Ação 1 **Implantação do Plano Cicloviário**

Dentre as diretrizes para a mobilidade na cidade de Vitória inseridas no texto do PDU, está o apoio a viagens não motorizadas com foco específico para o sistema cicloviário. Para atender a essa diretriz, a municipalidade elaborou um plano cicloviário que pretende infraestruturar e conectar a cidade através de um percurso que passa paralelamente ao sistema viário existente. O Plano intenciona criar um sistema que sirva à mobilidade diária da população nos percursos mais frequentes como trabalho e estudos, além de possibilitar percursos de lazer.

O Plano de Ação Vitória Sustentável contempla a implantação integral do Plano Cicloviário da cidade de Vitória como contribuição efetiva para a diretriz inserida no PDU. O Plano Cicloviário deve que ser associado ao Plano Diretor do município no sentido de que no projeto de implantação de novas vias ou recuperação vias das existentes no município de Vitória, sejam incorporadas as ações previstas no Plano Cicloviário.

Ciclovia implantada na região central



Foto: André Sobral

[10] ARAUJO, Ageu Viana; Pesquisa Origem e Destino: Planejamento de Sistemas de Transportes Metropolitanos; São Paulo; 2003.

Ciclovia Ponte de Camburi



Foto: Diego Alves

Um importante eixo de ampliação das ciclovias está localizado entre as Regiões do Centro e de Maruípe, contemplando os bairros Forte São João e Jucutuquara. Ainda em Maruípe, uma ligação entre a Av. Serafim Derenzi com a Av. Leitão da Silva está prevista no plano. Outro eixo liga o bairro Ilha do Príncipe, passando pelo Centro, até a orla de Camburi, estendendo-se ao bairro Jardim Camburi, no limite municipal com a Serra. Na região do Aeroporto, está prevista a implantação de uma nova ciclovia fazendo ligação entre as avenidas Dante Micheline e Fernando Ferrari. Tal ciclovia é estratégica, uma vez que melhora o eixo para a área onde será implantado o Parque Tecnológico localizado na Avenida Fernando Ferrari, e importante ligação com a ciclovia da orla da Praia de Camburi.

Outros eixos secundários contemplarão ciclovias em áreas de grande circulação, estabelecendo conexão com o anel cicloviário que circunda a ilha. Além dos principais projetos para a ampliação e restruturação das ciclovias, é possível observar uma malha, em vias secundárias e locais, de ciclorrotas que têm como objetivo indicar as rotas mais recomendadas aos ciclistas.

Para que essa ação se efetive, uma primeira fase requer a elaboração de um Projeto Executivo que poderá rever trechos e integrações presentes no Plano existente, de modo a adequar a proposta à realidade atual. Cumprida a etapa de projeto executivo, se realizará a implantação física efetiva do Plano Cicloviário demonstrando a importância das ciclovias para o desenvolvimento sustentável do município.

Ação 2 **Melhorias nas condições de circulação e de segurança dos pedestres e ciclistas**

Algumas ações de prevenção de acidentes e maior controle da frota motorizada devem ser pensadas para todas as cidades, e principalmente em municípios com grande fluxo de pedestres e veículos como é o caso de Vitória. A cidade de Vitória faz parte do projeto Vida no Trânsito, do Ministério da Saúde/Organização Panamericana de Saúde, que tem como principal objetivo reduzir lesões e óbitos decorrentes de acidentes no trânsito, identificando locais de maior incidência de atropelamentos ou colisões, propondo intervenção viárias e atividades educativas, que serão incorporadas nesta Ação. Essas intervenções são fundamentais para garantir a segurança dos cidadãos e estimular os pedestres a ampliarem suas viagens não motorizadas.

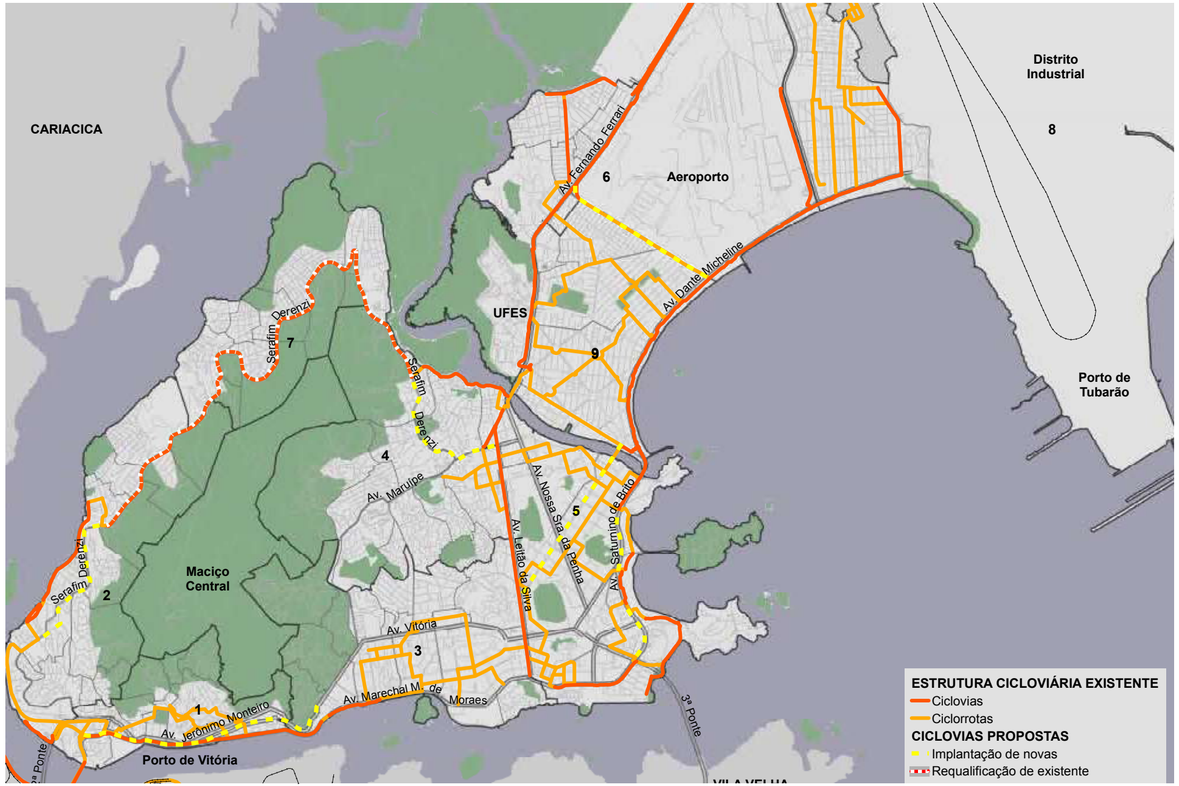
Uma primeira intervenção importante que deve ser realizada é a **melhoria das condições de iluminação nas calçadas de Vitória.** Propõem-se obras de iluminação nas faixas de pedestres que permitiram a maior segurança dos pedestres na mobilidade urbana. Neste projeto estão previstos 9.000 pontos de iluminação em faixas.

De modo a ampliar o escopo e a abrangência, o Plano de Ação Vitória Sustentável aponta a necessidade de melhoria da iluminação nos territórios elevados da cidade, com a ampliação da rede de iluminação pública nas escadas, rampas, becos e vias nessas áreas.

Na área de acessibilidade, Vitória é uma cidade que prima por desenvolver projetos de significativos para os cidadãos. No município 90% da frota de transporte coletivo municipal possui adaptação para deficientes físicos, com elevadores para cadeirantes. Parte das calçadas de Vitória também já é adaptada para cadeirantes, tendo sido investidos importantes recursos próprios para essas adaptações. No entanto, em relação ao transporte municipal ainda é necessário oferecer estrutura para que a locomoção seja realizada com segurança.

Além disso, é necessário ampliar a acessibilidade de maneira geral em Vitória. O Plano de Ação propõe, neste sentido, a instalação de orientação sonora e tátil para os deficientes visuais em 200 pontos de ônibus. A solução proposta deverá realizar a instalação de um aviso sonoro sobre a informação das linhas que passam pelo ponto de ônibus e sobre as linhas que estão chegando ao ponto, ligado com o monitoramento de frota, em tempo real.

Mapa Estrutura Cicloviária



1 – Centro, 2 – Santo Antônio, 3 – Jucutuquara, 4 – Maruípe, 5 – Praia do Canto, 6 – Goiabeiras, 7 – São Pedro, 8 – Jardim Camburi e 9 – Jardim da Penha I Fonte: Elaboração Instituto Pólis a partir de dados Plano de Mobilidade, 2008.

DIRETRIZ 3

Melhoria da Infraestrutura Viária, Promoção da Acessibilidade para toda a Cidade e Segurança no Trânsito

Ação 1 **Implantação de Obras Viárias Municipais**

O Plano de Ação propõe também a implantação de uma série de obras viárias no município de maneira a favorecer a integração do sistema viário existente com as inseridas no âmbito da ICES. O mapa sobre o tema apresenta as intervenções viárias propostas pelo município para melhorar a mobilidade em Vitória, integrando-a a concepção de cidade criada a partir deste Plano de Ação.

Seguindo a lógica de ocupação do território da Orla Noroeste, propõe-se a reestruturação na Av. Serafim Derenzi, que deverá ser realizada com solução diferenciada para o transporte coletivo. A intervenção neste trecho prevê a conexão deste sistema com o do BRT projetado, de forma a integrar o sistema de transporte utilizado pela comunidade local com o metropolitano proposto, ofertando assim novas possibilidades de mobilidade para a população da região e facilitando o acesso dos visitantes para as atividades propostas nesse novo Polo de Desenvolvimento.

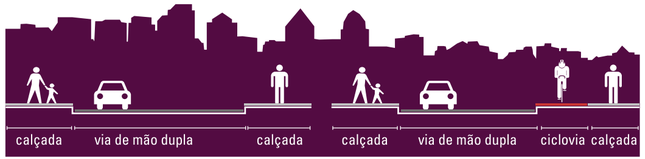
Uma nova via para a área do Terminal de Cargas do Aeroporto deverá ser aberta na Av. Norte Sul, a fim de facilitar o acesso ao aeroporto, que tem previsão de ampliação para os próximos anos. Além tornar mais fluido o acesso ao aeroporto, essas obras facilitarão o escoamento da região do novo Parque Tecnológico proposto.

Há também projetos de mergulhões, que permitem melhorar o fluxo de veículos principalmente nos cruzamentos de vias de acessos estruturantes. No primeiro caso, na região do Aeroporto, o mergulhão deverá ser construído entre a Av. Dante Micheline com a Av. Adalberto Simão Nader. Outro mergulhão deverá ser implantado entre os bairros de Bento Ferreira e Praia do Suá, próximo à Terceira Ponte na Intersecção da Av. Leitão da Silva com Av. Beira Mar e Rua Ferreira Coelho.

Completando as propostas de intervenção no sistema viário de Vitória, está prevista a reurbanização de três vias de fundamental importância para conexão entre regiões da cidade. São elas:

- Trecho da Av. Jerônimo Monteiro
- Av. Marechal Campos
- Rua da Grécia

Especificamente, o projeto de Reurbanização da Rua Grécia propõe a diminuição na calha da via de acesso de veículos de 10 metros para uma largura que varia entre 6 e 8 metros. A mudança na dimensão da via permite a inclusão de faixa de serviço e de uma ciclovia, como modo alternativo de transporte para a região. As dimensões das calçadas também poderão sofrer modificações.



Ação 2 **Plano de Acessibilidade nos Morros**

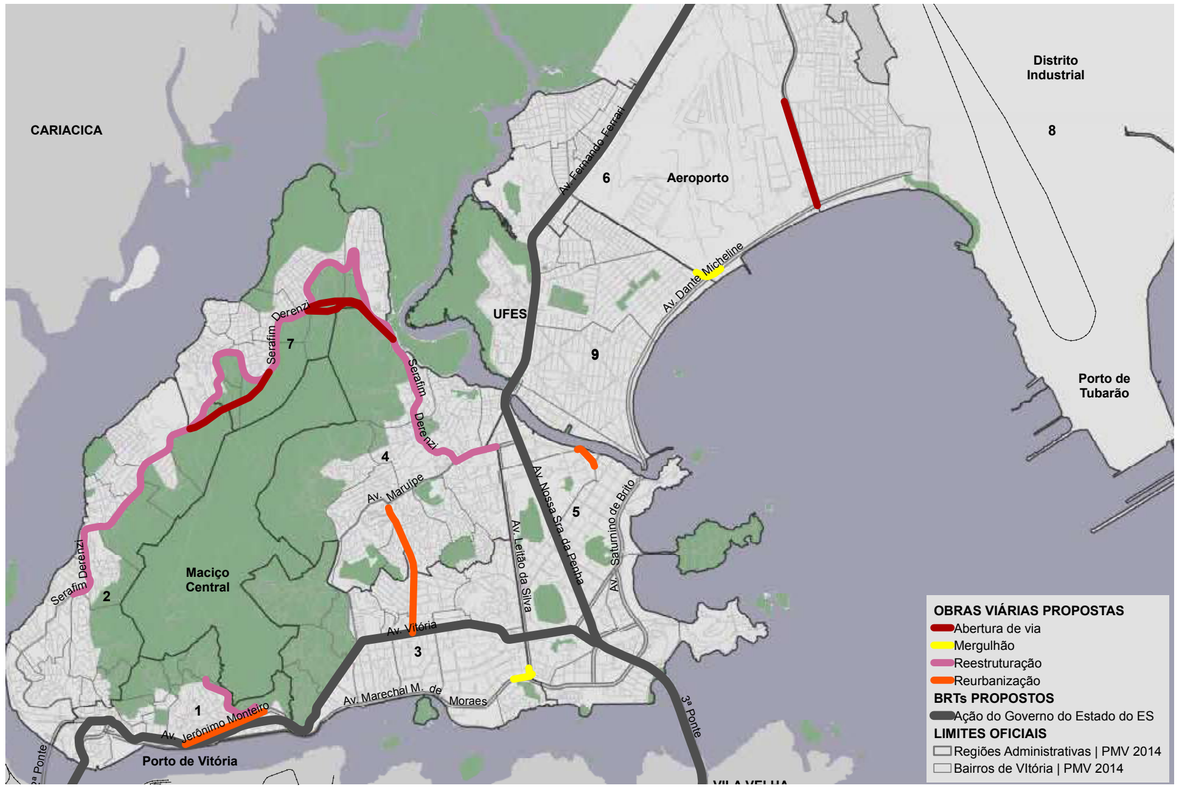
Acredita-se que a acessibilidade universal à cidade é um princípio básico para seu desenvolvimento sustentável. Portanto, os municípios devem buscar soluções que permitam a população usar a cidade e seus serviços de forma plena. Uma das características topográficas de Vitória é a existência de um número significativo de morros no território municipal. E parte deles está ocupada pela população de baixa renda do município. Estima-se um total de 83.164 habitantes residentes, o que corresponde a 24,7% da população, ou seja, praticamente ¼ da população de Vitória vive nessas condições[11].

Por se tratar de áreas acidentadas e, na maioria dos casos, assentamentos precários informais, a acessibilidade para esses locais de moradia é inadequada e exige soluções criativas não convencionais. Recentemente, o poder público local realizou estudos de alternativas de diferentes modais para o acesso em alguns morros específicos, no entanto, verificou-se que a solução deve ser pensada para toda extensão municipal.

Assim, o Plano de Ação Vitória Sustentável propõe como ação específica a contratação de Projeto de Mobilidade nos Morros, no âmbito do Plano de Mobilidade Urbana, que deve contar com projetos executivos de novas vias, escadarias, parapeitos e corrimãos, além de soluções alternativas de mobilidade e acessibilidade, tendo como principal objetivo melhorar o acesso dessa parte significativa da população às demais áreas da cidade.

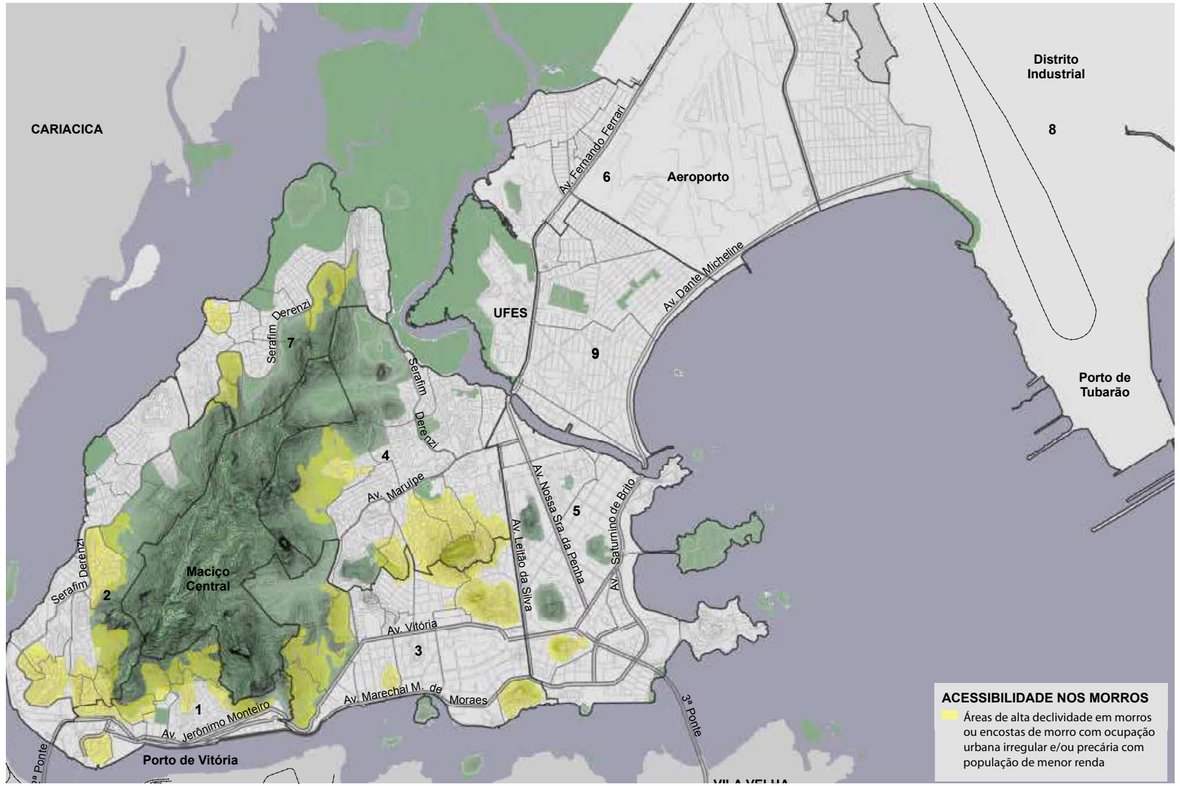
[11] Para calcular a população residente nos morros, foram consideradas as áreas com declividade alta e presença de assentamentos precários, seja morros, morrotes e alguns pontos de encostas do maciço central. No, no entanto, para a elaboração do Plano de Acessibilidade nos morros, é fundamental que seja realizados estudos detalhados sobre a população existente nestes locais e suas características.

Mapa Obras Viárias



1 – Centro, 2 – Santo Antônio, 3 – Jucutuquara, 4 – Maruípe, 5 – Praia do Canto, 6 – Goiabeiras, 7 – São Pedro, 8 – Jardim Camburi e 9 – Jardim da Penha | Fonte: Elaboração Instituto Pólis a partir de dados Plano de Mobilidade, 2008.

Estimativa da mancha urbana ocupada nos Morros de Vitória



1 – Centro, 2 – Santo Antônio, 3 – Jucutuquara, 4 – Maruípe, 5 – Praia do Canto, 6 – Goiabeiras, 7 – São Pedro, 8 – Jardim Camburi e 9 – Jardim da Penha | Fonte: Elaboração Instituto Pólis a partir de dados Plano de Mobilidade, 2008.

Ação 3 **Educação e Segurança no trânsito**

Para discutir a segurança no trânsito e a formação da população em relação ao tema, a Prefeitura Municipal de Vitória possui um projeto de Educação para o Trânsito com o objetivo de educar e conscientizar os cidadãos de Vitória em relação à boa convivência e ao respeito às leis de trânsito através de ações e campanhas. Elas são feitas de forma educativa, nas escolas municipais, por meio de atividades lúdicas que ensinam, desde a infância, o respeito às leis de trânsito e cidadania.

Essas campanhas acontecem durante todo o ano (ações nas escolas, incentivo à implantação da calçada cidadã, entre outras) e algumas somente quando a gerência é demandada ou analisa e entende a necessidade (campanhas de rua), de acordo com estatísticas, por exemplo, da quantidade de multas por conta do uso do celular ao volante ou atropelamentos pelo não respeito à faixa de pedestre.

De maneira complementar ao Projeto Educativo "Cidade no trânsito", propõe-se a criação de uma mini cidade onde as crianças locais e de fora da região metropolitana poderão aprender regras sobre o trânsito de uma maneira divertida. Já é pacífico que um condutor e um pedestre conscientes devem conhecer as regras desde cedo, conscientizando a importância de respeitar as sinalizações do trânsito. Pensando nisso, a SETRAN entende ser necessário educar as crianças sobre trânsito desde cedo e esse projeto é uma maneira divertida para que as crianças aceitem e entendam a necessidade de um trânsito seguro. É um projeto já implantado em outras cidades, e em Vitória seria implantado no Parque Barreiros.



Relação das diretrizes da Linha Estratégica 3 Mobilidade e Transporte com as demais linhas estratégicas

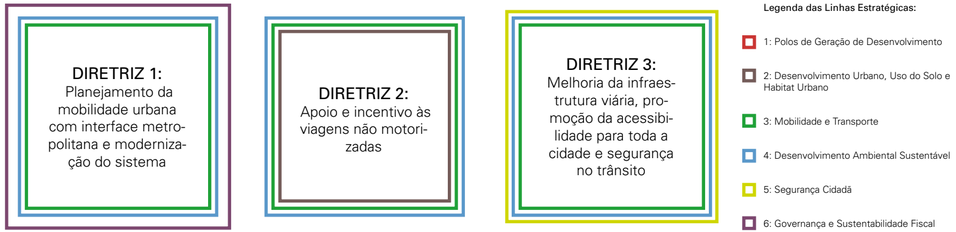


Tabela de ações da Linha Estratégica 3: Mobilidade e Transporte

Ord	Ações	Responsável	Pré-investimento	Investimento	Total	Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo
			(mil R$)					
DIRETRIZ 1- Planejamento da mobilidade urbana com interface metropolitana e modernização do Sistema								
17	Revisão do Plano de Mobilidade e Realização de Pesquisa OD	Seges, Setran, Sedec	5.000		5.000			
18	Integração dos projetos de transporte e sistema viário de abrangência metropolitana	Seges, Setran	1.400	7.000	8.400			
19	Modernização de sistemas e controle de trânsito	Setran, Semfa-Sub TI	1.660	13.000	14.660			
DIRETRIZ 2 - Apoio e incentivo às viagens não motorizadas								
20	Implantação do Plano Cicloviário	Sedec, Setran, Semob	1.382	138.195	139.557			
21	Melhorias nas condições de circulação e de segurança dos pedestres e ciclistas	Sedec, Setran, Semob	1.760	104.450	106.210			
DIRETRIZ 3 - Melhoria da infraestrutura viária, promoção da acessibilidade para toda a cidade e segurança no trânsito								
22	Implantação de obras viárias municipais	Semob, Seges, Setran	3.575	584.835	588.410			
23	Plano de acessibilidade nos morros	Seges, Sedec, Semob, Setran	3.200		3.200			
24	Educação e segurança no trânsito	Setran, Seme, Semus, Semsu		150	150			
		Total	17.977	847.630	865.607			

Gráfico de Viabilidade e Impacto das ações



Linha estratégica 4
Desenvolvimento Ambiental Sustentável

O crescimento e a urbanização fizeram Vitória prosperar nos últimos anos e trouxeram problemas, tais como trânsito com congestionamento, poluição e estresse, através do privilégio das vias para uso dos veículos de transporte. Para o desenvolvimento sustentável, foi apresentada a perspectiva de fazer da cidade um ambiente mais social, com sua infraestrutura voltada para as pessoas.

Segundo os estudos realizados pelo consórcio IDOM-Cobrape, o setor Transportes é um dos mais importantes na geração de emissões de GEE na região de Vitória, estando atrás apenas do setor Industrial. Por conta desta relevância e da evidência da pressão pelo aumento das emissões deste setor, ele se torna prioritário nas ações. Apesar de ações ligadas à mobilidade e transporte estarem organizadas em uma linha estratégica específica, suas soluções trazem importantes contribuições para o desenvolvimento ambiental sustentável. Como forma de garantir a implantação das atividades capazes de reduzir emissões, a estratégia para o setor foi desenvolvida baseada na redução do consumo de combustíveis fósseis, através do estímulo de mudança de hábitos da população e dos próprios governantes, que são papéis chaves na adoção das ações propostas.

A construção de um sistema cicloviário, juntamente com campanhas de estímulo à adesão da bicicleta no dia a dia, é capaz de proporcionar uma redução significativa de emissões de GEE, visto que a cidade é plana e conta com belezas naturais, o que pode servir de estímulo para muitos deixarem os carros de lado e passarem a pedalar. A proposta é aumentar a extensão das ciclovias e a conexão entre elas, para reduzir o consumo de gasolina por veículos automotivos, o que consequentemente gera redução de emissões de GEE. As ações de instalação de ruas vivas e calçadas cidadãs que estimulam os deslocamentos a pé, também podem contribuir significativamente para a diminuição das viagens motorizadas.

A implantação de uma infraestrutura verde nos ambientes urbanos, integrando a preocupação ambiental aos planejamentos locais de forma definitiva auxiliará nessa transformação do ambiente. A infraestrutura verde contribui para regulação do clima, fornecimento de água e regulação hidrológica, assimilação de resíduos e qualidade da água, regulação de nutrientes, retenção de solo e formação de solos orgânicos, prevenção de distúrbios, polinização, recreação e benefícios estéticos e outros que estejam associados ao território em que ela está circunscrita.

Outra importante medida para o desenvolvimento ambiental adequado é a redução de emissões de GEE. No âmbito nacional, ações voltadas para a redução das emissões de GEE provenientes do desmatamento e degradação florestal, como conservação ambiental, manejo florestal sustentável e aumento de estoques de carbono florestal (REDD+) vêm sendo estimuladas em todo o território brasileiro por meio da compensação pela preservação de, principalmente, matas nativas. A implantação do REDD+ é uma relevante opção de mitigação e adaptação das mudanças climáticas, podendo ser implementada com menor investimento, se comparada a outras estratégias. Também pode gerar benefícios adicionais como a proteção da biodiversidade e a diminuição da pobreza.

Na região de Vitória, predomina a existência da floresta atlântica como mata nativa, ecossistema rico em estoque de carbono, bem como em biodiversidade, cuja conservação contribui para a mitigação das causas da mudança do clima. Sua preservação visa assegurar, de maneira compensatória, as áreas de floresta nativa, prevenindo a conversão dessas para outros usos não florestais.

O setor de Resíduos é um setor com importantes emissões em Vitória, isso somado ao fato do saneamento ambiental ser um item de grande importância para a saúde e consequente qualidade de vida da população, o que fez com que uma diretriz de ação fosse proposta para o setor, mais especificamente para os resíduos sólidos.

Diretriz 1
Ações de Mitigação da Mudança Climática

Com o objetivo de fomentar um desenvolvimento inteligente e ambientalmente responsável, durante a aplicação da ICES o Consórcio IDOM-Cobrape realizou um estudo de mitigação e mudança do clima para toda a Região Metropolitana da Grande Vitória. O estudo revelou uma situação relativamente confortável na região, especialmente em razão de seu manguezal e demais áreas ambientalmente protegidas. Contudo, já se nota uma evolução que pode vir a trazer preocupações. Assim, é importante que Vitória já comece a desenvolver ações de mitigação para que no futuro não venha a ter problemas nesta área.

Ação 1 **Promover a instalação e preservação de infraestrutura verde**

O setor de Agricultura, Florestal e Outros Usos da Terra (AFOLU) tem relevância para a garantia da qualidade de vida das populações. Como o município em estudo não conta com área rural, os fundamentos da infraestrutura verde para a Vitória passam pelo fortalecimento de ações voltadas para garantir a presença das áreas verdes existentes no presente e no futuro.

Uma infraestrutura verde, assim como a infraestrutura cinza é construída ao longo de eixos de conectividade entre unidades centrais. No caso da infraestrutura verde, estes eixos são rios, lagos e áreas verdes que ligam Unidades de Conservação (públicas e privadas), Reservas Legais (RL), Áreas de Preservação Permanente (APP), plantações florestais, agricultura e uma série de diferentes usos do solo.

Uma das principais práticas de mitigação no combate à intensificação do efeito estufa é o AR (*Afforestation and Reforestation*, ou arborização e reflorestamento). As atividades de reflorestamento foram reconhecidas pela Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e pelo Protocolo de Quioto como medidas mitigadoras de grande importância no combate à mudança climática. Elas foram vinculadas ao Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, estimulando a obtenção de recursos para a sua implementação.

A proposta de implantação do reflorestamento em Vitória ocorre com a valorização da cobertura vegetal em áreas públicas de maneira planejada e organizada. Neste contexto, como Vitória já possui um **Plano de Arborização** desde a década de 90 e que foi revisado em 2013, foi proposta a contratação de projetos de paisagismo que permitam implementar, a curto prazo, as iniciativas para ampliação da cobertura arbórea na cidade , sob as diretrizes de seu Plano de Arborização.

A formação de uma infraestrutura verde, comandada pelos governos municipais da Região Metropolitana da Grande Vitória, estimulará a participação das iniciativas privadas na conservação da natureza. Agindo dessa forma conjunta, espera-se evitar a degradação da qualidade de vida enquanto são garantidas as bases para o desenvolvimento sustentável.

Como já se destacou, Vitória conta com uma extensa área ambientalmente preservada em Unidades de Conversação (UCs). Essa riqueza ambiental deve ser preservada para as gerações futuras. Assim, uma ação integrada à infraestrutura verde necessária para Vitória é a **preservação das unidades de conservação existentes**. Importantes ações para a garantia da preservação dessas áreas são o monitoramento e a fiscalização, além do fundamental desenvolvimento de atividades de educação ambiental para a população, com foco principal em ações nas escolas.

Outra ação fundamental é a **preservação dos parques urbanos**. Vitória conta com uma importante extensão de parques urbanos, mas esses espaços são muito visitados, e muitos deles não têm infraestrutura adequada para visitação. Na pesquisa de Opinião Pública, uma significativa parcela da população apontou ter poucas áreas de lazer na cidade, apesar da existência dos parques urbanos.

Assim, outra importante ação proposta para a preservação das áreas de interesse ambiental de Vitória é a instalação de equipamentos de infraestrutura e visitação nos parques urbanos, de forma a garantir o uso sustentável dessas áreas.

No mesmo contexto, propõe-se a **implantação de um Programa de Segurança dos Parques Públicos**, de forma a garantir a tranquilidade da população visitante. Os problemas com segurança pública são reconhecidos em Vitória e seu impacto sobre a visitação dos parques públicos aparece na pesquisa de Opinião Pública que revelou que uma parte significativa da população sente-se insegura nos espaços públicos da cidade. Assim, a promoção de um programa de segurança específico para os parques públicos possibilitará a maior visitação desses espaços.

A visitação de áreas ambientalmente protegidas traz conhecimento sobre a riqueza ambiental existente na região e ainda aproxima afetivamente os visitantes desses espaços, o que favorece o fomento à preservação.

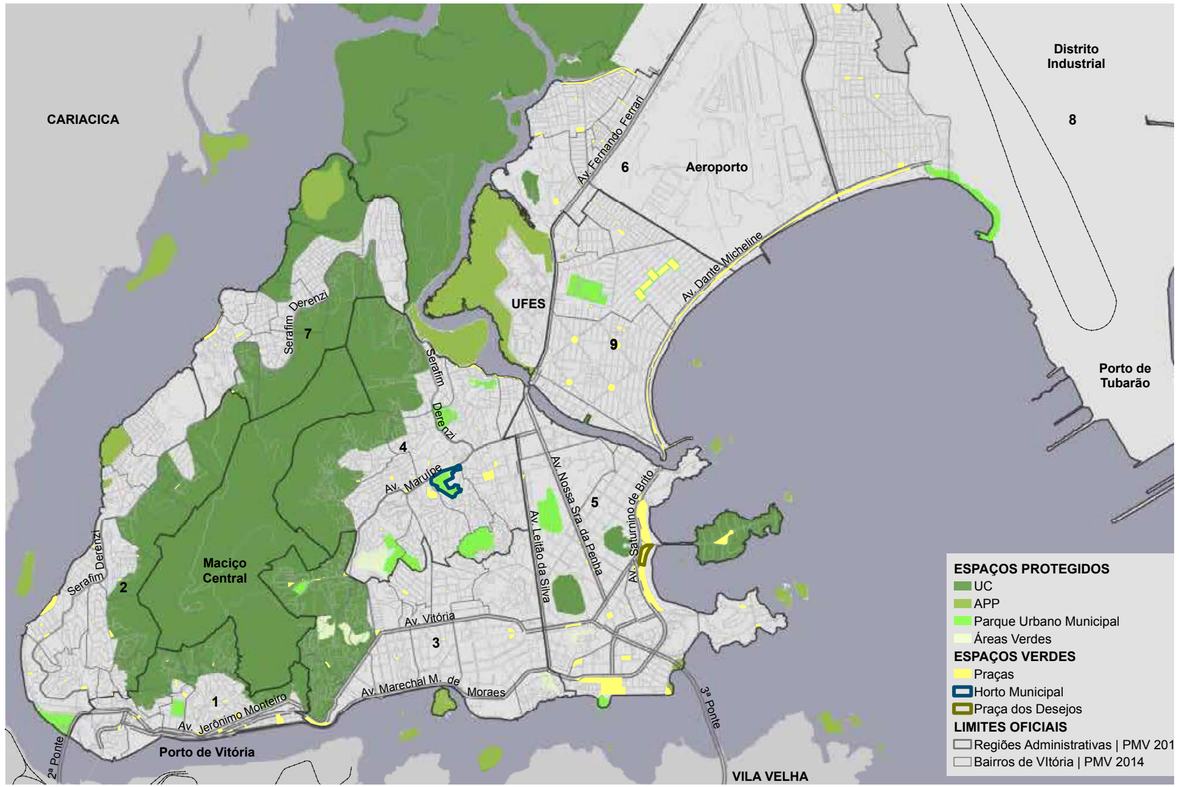
Ação 2 **Elaboração de estudo para obras e medidas voltadas para redução dos impactos da elevação do nível do mar**

Realizado no âmbito da iniciativa ICES, pelo consórcio IDOM-Cobrape, o Estudo sobre Redução de Riscos prevê algumas obras e medidas que devem ser realizadas pela Prefeitura Municipal. Essas recomendações foram incluídas como propostas para o Plano de Ação a fim de intensificar as medidas de mitigação à mudança climática.

A mitigação do risco de inundação costeira deve estar centrada nas zonas de maior impacto tendo como principal medida a separação do canal de Vitória (que une o Rio Santa Maria com o mar). Nesta zona há diversas edificações particulares que estão localizadas muito próximas ao canal, o que dificulta a mitigação do risco de inundação. Portanto, é necessário tomar uma medida conjunta com restrições e renovações urbanísticas para possibilitar a execução de obras civis preventivas.

Os problemas de inundações têm um caráter metropolitano, portanto, considera-se necessário que o estudo não se restrinja à Vitória, mas inclua os diversos municípios que podem ser afetados pelas inundações, conforme diagnóstico desenvolvido nesse sentido pela IDOM-Cobrape.

Espaços protegidos em Vitória



1 – Centro, 2 – Santo Antônio, 3 – Jucutuquara, 4 – Maruípe, 5 – Praia do Canto, 6 – Goiabeiras, 7 – São Pedro, 8 – Jardim Camburi e 9 – Jardim da Penha I Elaboração Instituto Pólis a partir das bases da Prefeitura Municipal de Vitória (2015)

Ação 3 **Elaboração de estudos e análises para o aprofundamento do diagnóstico para mitigação da Mudança Climática**

Para além do Inventário de Gases de Efeito Estufa realizado pelo consórcio IDOM-Cobrape outros estudos e análises são importantes para o aprofundamento das ações de mitigação da Mudança Climática em Vitória. Nesse sentido foi proposta uma série de estudos que buscam apresentar soluções adequadas para cada uma das ações necessárias.

Estudo de modelagem com vistas à recuperação do processo de erosão da baía de Camburi e Curva da Jurema.

Após as visitas de campo efetuadas pelo consórcio IDOM-Cobrape observou-se que a concatenação de fatores naturais com os antrópicos disparam os processos de deslocações de terra. É habitual a ausência de calhas de guarda na zona superior dos taludes, a existência de lançamentos de águas residuais em ladeiras e as sobrecargas em zonas próximas na borda do talude em forma de edificações incontroladas, assim como a execução de taludes de geometria subvertical sem nenhum tipo de sustentação ou fator corretor que mitiguem tanto a erosão do talude como sua estabilidade.

Para as zonas observadas em Vitória, sabe-se que os processos analisados acontecem de maneira periódica nas épocas de chuvas. Somente com um planejamento urbano, que esteja integrado com os mapeamentos e modelagem de riscos de deslizamento, será possível evitar a vulnerabilidade de pessoas e bens em áreas com possibilidade de erosão costeira.

Estudo de avaliação da cobertura espacial da rede de monitoramento atmosférico e qualidade dos dados produzidos.

Conforme o diagnóstico realizado na fase de coleta de dados, constatou-se que existe em Vitória uma rede de monitoramento atmosférico para prevenção de desastres decorrentes de efeitos climáticos instalado pelo governo do estado. No entanto, em avaliação preliminar, questionou-se a efetividade do sistema devido à sua cobertura espacial. Entende-se, portanto, a necessidade de avaliação aprofundada da cobertura espacial dessa rede de monitoramento de modo a garantir a efetiva qualidade do monitoramento e à otimização dessa rede.

Estudo de impactos à saúde advindos da mudança climática e qualidade do ar e proposta de medidas de mitigação desses impactos.

Segundo o Programa de Mudanças Ambientais Globais e Saúde da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca – FIOCRUZ[12], além dos efeitos dos eventos do clima sobre o meio ambiente, existem mecanismos por meio dos quais os processos climáticos podem também afetar diretamente a saúde da população, através de influências sobre a fisiologia humana, como por exemplo, em ondas de calor, ou provocando traumas físicos em acidentes, como em tempestades e inundações. Diante desse quadro, o aprofundamento de estudos dos possíveis efeitos das mudanças do clima sobre a saúde da população de Vitória e apresentação de soluções torna-se extremamente necessário para a garantia de um desenvolvimento ambiental sustentável.

Além dos possíveis efeitos das mudanças do clima sobre a saúde da população de Vitória, uma preocupação da administração pública e da população, captada na pesquisa de Opinião Pública, refere-se aos efeitos das emissões atmosféricas que implicam na qualidade do ar da região. Em 2010, a maior fonte de emissões de GEE foi o setor Industrial. Conforme a avaliação do consórcio IDOM-Cobrape, apesar desse setor reduzir a participação no total de emissões no ano de 2013, ainda continua sendo a maior fonte de emissão, contribuindo com 60% das emissões.

Neste contexto é de urgência que sejam pensadas soluções para redução das emissões do setor Industrial. Incialmente, para que se desenvolvam soluções adequadas, é necessário que se conheça mais profundamente as grandes emissões do setor Industrial devido às suas especificidades. Atualmente a emissão de GEE em Vitória não possui um monitoramento adequado, nem mecanismos atuantes de controle e fiscalização municipais. Espera-se que os estudos propostos ajudem a desenhar as ações de mitigação com metas de redução setoriais e sistemas de monitoramento para definir, implementar e operacionalizar as medidas de mitigação de GEE no setor Industrial.

Assim como em outras áreas abordadas no Plano de Ação, apesar das propostas serem voltadas para o município de Vitória, faz-se necessário um olhar sob a região metropolitana para que os resultados se mostrem mais adequados.

Ação 4 **Elaboração de estudos e análises visando a implantação de uma usina de dessalinização da água do mar**

Vitória tem seu abastecimento de água potável garantido pelas Bacias dos Rios Santa Maria da Vitória e do Jucu, ambas originadas nas vizinhas Regiões Centro Serrana e Oeste Serrana, além da Região Metropolitana de Vitória, não possuindo mananciais próprios que permitam a autossuficiência hídrica da cidade.

Em seu território, especialmente na Ilha de Vitória, foram mapeadas algumas nascentes onde se localiza a APA do Maciço Central, com corpos hídricos de pouca vazão, que estão em processo de preservação e, ou recuperação, mas não representam volume de significância para o abastecimento da cidade. Contudo, são simbólicos enquanto elementos educativos e podem suprir pequenas necessidades dos munícipes, especialmente os que habitam as regiões elevadas da cidade.

Com o advento dos longos períodos de estiagem, que tendem a se ampliar em função das mudanças do clima, já vem sendo bastante impactando a qualidade de vida no Espírito Santo, como se observou no verão de 2014/2015. Neste contexto, Vitória tende a ter seu abastecimento comprometido, indicando que uma saída possível pode estar no mar.

O Plano de Ação Vitória Sustentável propõe que sejam realizados estudos com vistas à instalação de uma usina de dessalinização da água do mar, de modo que ela possa ser aproveitada tanto para consumo humano, quanto para as atividades produtivas.

Diretriz 2

Qualificação da Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos

O setor de Resíduos é um importante emissor de GEE da área de estudo, isso somado ao fato do saneamento ambiental ser um item de grande importância para a saúde e consequente qualidade de vida da população, estruturou-se uma diretriz da linha de ação de sustentabilidade ambiental com propostas para o setor, mais especificamente para os resíduos sólidos urbanos. O objetivo é que a implantação dessas propostas possa ser, ainda, uma opção para a geração de energia, além de reduzir as emissões de GEE.

Todas as propostas citadas nesta publicação objetivam o desenvolvimento sustentável de Vitória em relação ao tratamento e destinação correta dos resíduos gerados pela população.

AÇÃO 1 **Planejamento da Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos**

O município de Vitória possui algumas propostas já consolidadas para o desenvolvimento da área de resíduos. Por meio do Termo de Compromisso Ambiental (TCA) nº. 617/2011, celebrado entre Ministério Público do ES, Ministério Público do Trabalho e Prefeitura Municipal de Vitória, alguns compromissos foram firmados, entre eles os principais foram a Revisão do Plano Diretor de Resíduos Sólidos da RMGV e o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.

Propõe-se, então, a **elaboração imediata dos planos de resíduos sólidos e de coleta seletiva** para o município. O município já tomou inciativa para o desenvolvimento de ambos os planos e eles se encontram em diferentes estágios: enquanto o Plano Municipal de Resíduos Sólidos está sendo gestado dentro do Plano Municipal de Saneamento Básico, que foi realizado com recursos próprios e tem seu prazo de conclusão o mês de maio/2015, o Plano de Coleta Seletiva tem recursos garantidos pelo Governo Federal e se encontra aguardando a liberação do financiamento.

Para completar as atividades de planejamento para o tema de Resíduos foram propostos dois estudos relacionados aos resíduos úmidos. No primeiro caso deverá ser realizado um **estudo de caracterização dos resíduos orgânicos do município de Vitória**, no segundo um **estudo de viabilidade da implantação do processo de compostagem de resíduos sólidos**, visando à redução dos resíduos destinados ao aterro sanitário.

AÇÃO 2 Implantação de Eco-pontos

Ações para implementar a coleta seletiva porta a porta e a entrega voluntária por meio de Postos de Entrega Voluntária – PEVs também foram firmadas, tanto com a proposta de instalação de pontos estratégicos no Município, como a implantação de pontos de coletas em Escolas e demais órgãos públicos. Algumas ações de implementação desses eco-pontos já foram realizadas pela administração pública local com recursos próprios, no entanto, a infraestrutura não está completa. Assim este Plano de Ação propõe a instalação definitiva dos Postos de Entrega Voluntária – PEVs e dos Pontos de Coleta em Escolas e órgãos públicos.

AÇÃO 3 **Reforma e modernização da Unidade de Transbordo**

Uma importante obra para a cidade de Vitória é a reforma e modernização da Unidade de Transbordo de Vitória. O projeto integra diferentes edifícios e uma nova logística de funcionamento no complexo.

A primeira etapa contará com um novo acesso pela Rodovia Serafim Derenzi. A Nova Estação de Transbordo será construída em ambiente fechado, atendendo às exigências ambientais e aeroportuárias. Para proteger as habitações existentes no entorno da Unidade de Transbordo será implantado um cinturão verde, entre a nova estação e a via de acesso.

Galpões para implantação do sistema de segregação de materiais recicláveis serão construídos na área demarcada para as Associações de Reciclagem (ASCAMARE[13]/AMARIVE[14]).

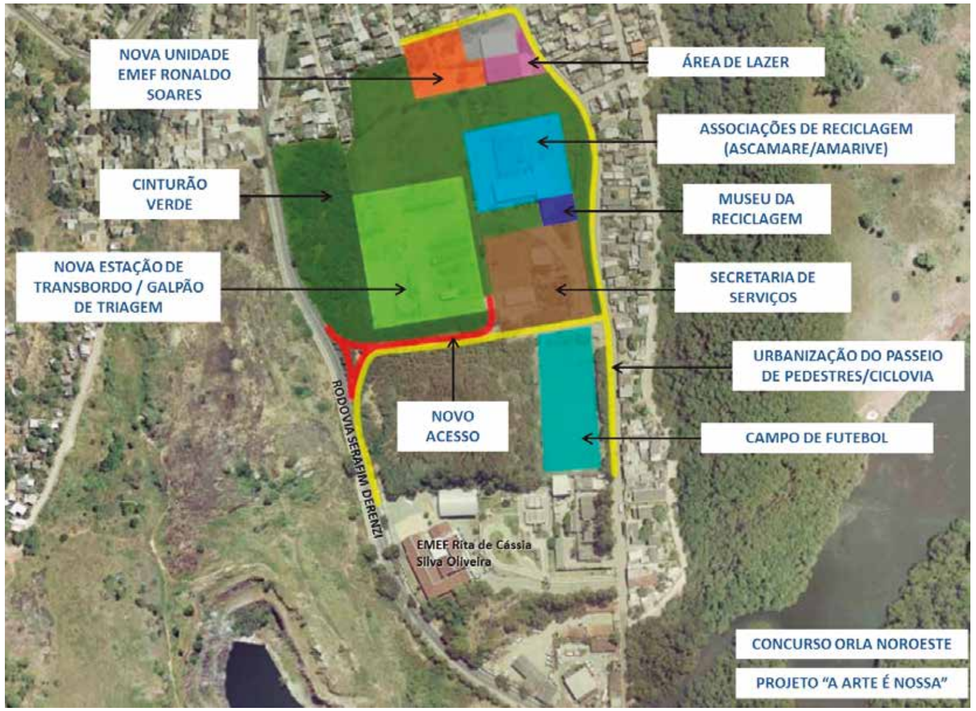
A capacitação continuada para Gestão de Resíduos Sólidos e para Associações de Catadores também deve fazer parte das ações municipais.

[12] Disponível em http://portalgeo.rio.rj.gov.br/protocolo/pcontrole/documentos/saude

[13] Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Vitória.

[14] Associação de Catadores de Materiais Recicláveis da Ilha de Vitória.

Proposta para Parque Logístico e Recreativo



Fonte: Prefeitura Municipal de Vitória

Uma nova área de lazer e um campo de futebol serão construídos. Contornando grande parte da área, será implantado um passeio de pedestre e ciclovias. Ainda na área de intervenção, deverão ser construídos o Museu da Reciclagem e a sede da Secretaria de Serviços. Completando as propostas de novos equipamentos de lazer e serviços para população, uma nova escola (EMEF Ronaldo Soares) deverá ser construída.

Proposta de Criação de Espaço de Vivência em Resistência









Relação das diretrizes da Linha Estratégica 4 Desenvolvimento Ambiental Sustentável com as demais linhas estratégicas

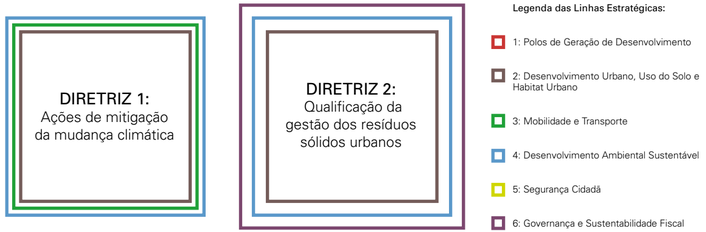


Tabela de ações da Linha Estratégica 4: Desenvolvimento Ambiental Sustentável

Ord	Ações	Responsável	Pré-investimento	Investimento	Total	Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo
			(mil R$)					
DIRETRIZ 1 - Ações de mitigação da mudança climática								
25	Promover a instalação e preservação de infraestrutura verde	Semmam, Semob, Semse	500	3.000	3.500			
26	Elaboração de estudo para obras e medidas voltadas para redução dos impactos da elevação do nível do mar	Semmam, Seges	15.340	761.554	776.894			
27	Elaboração de estudos e análises para o aprofundamento das análises para a mitigação da mudança climática	Semmam, Seges	7.900	40.530	48.430			
28	Elaboração de estudos e análises visando à implantação de uma usina de dessalinização da água do mar	Semmam, Seges	10.000		10.000			
DIRETRIZ 2 - Qualificação da gestão dos resíduos sólidos urbanos								
29	Planejamento da gestão dos resíduos sólidos urbanos	Semse, Seges, Semmam, Semus	7.100		7.100			
30	Implantação de eco-pontos	Semse		1.520	1.520			
31	Reforma e modernização da unidade de transbordo	Semse, Semob, Semttre	1.875	27.299	29.174			
		Total	42.715	833.903	876.618			

Gráfico de Viabilidade e Impacto das ações



Linha estratégica 5 **Segurança cidadã**

Evidências demonstram que os altos índices de criminalidade e de insegurança nos países da América Latina e Caribe têm imposto entraves significativos para o pleno desenvolvimento econômico e social da região. Tendo em mente esse diagnóstico e os dados de pesquisas recentes, que colocam Vitória como uma das cidades com as mais altas taxas de homicídios do país, no âmbito da ICES o tema da segurança pública e urbana foi considerado prioritário para a cidade.

Como já se evidenciou, nos dados disponíveis em pesquisas nacionais como o Mapa da Violência organizado pela FLACSO/Brasil em 2014, Vitória aparece como a 7ª capital com maior taxa de homicídios (por 100 mil habitantes) no país, com 57,3 enquanto a média brasileira é de 38,5[15], número que se eleva quando são considerados os homicídios de jovens entre 15 e 29 anos, majoritariamente do sexo masculino de raça negra. Nessa faixa etária específica, Vitória é a 4ª capital do país, com uma taxa de 140,7 homicídios a cada 100 mil habitantes. A taxa brasileira é de 82,7/100 mil habitantes.

As propostas dos Planos de Ação no tema Segurança Pública têm a prevenção como um de seus principais focos. Além disso, o trabalho interdisciplinar deve auxiliar em propostas e programas da Segurança. Assim, as questões de segurança perpassam ações preventivas, ampliação de programas, de projetos e de estruturas já existentes, e criação de novos programas e ações, discutidos entre diferentes áreas da gestão municipal. A maneira integrada de pensar a segurança pública permitirá a população de Vitória usar a cidade de maneira mais ampla e justa.

Está em curso na América Latina um processo de mudança de paradigmas no conceito e na implementação de políticas de segurança pública. Reconhecida como um direito, a segurança vem sendo pensada atualmente também como a convivência pacífica e ordenada dos cidadãos e da sociedade em seu conjunto e não mais exclusivamente como uma política unicamente associada à atividade policial ou às estratégias de repressão. Em outras palavras, a segurança pública deve estar associada à garantia de direitos, à liberdade que resulta dessa condição e à construção permanente de coesão social. É nesse contexto, de fortalecimento das políticas de prevenção da violência, que o papel da cidade ganha destaque.

Ainda que os municípios não tenham protagonismo em se tratando de políticas de segurança pública, cada vez mais seu papel central no desenvolvimento e aplicação de iniciativas de prevenção da violência vem sendo reconhecido. Nos municípios existe maior possibilidade para que se amplie a interlocução de outras áreas como, por exemplo, educação, saúde, desenvolvimento urbano e mobilidade com a segurança, possibilitando a implementação de uma política transversal de prevenção da violência e, consequentemente, ampliando a capacidade de prevenção e a resiliência das cidades.

Ainda vale lembrar que a gestão municipal é a instância de administração pública mais próxima da população e, com efeito, tem um grande potencial para gerir e implementar estratégias de prevenção como as citadas acima, voltadas a territórios, ao redesenho das cidades e a grupos populacionais específicos como crianças, jovens e mulheres.

Além disso, a administração local tem maiores condições de disseminar as políticas e levá-las para equipamentos públicos de diferentes áreas (escolas, unidades básicas de saúde), presentes no dia-a-dia dos cidadãos.

Outro elemento que expressa o papel importante que o município pode cumprir em se tratando da prevenção da violência é seu potencial para desenvolver redes e consolidar parcerias com diferentes atores da sociedade, como associações comunitárias, ONGs, o setor privado, além da articulação com os governos estadual e federal.

De acordo com as Nações Unidas, as políticas de prevenção podem ser elaboradas a partir de diversas perspectivas[16]:

Por meio do desenvolvimento social, com iniciativas voltadas, por exemplo, as áreas de educação e lazer, para melhorar o bem estar e a qualidade de vida da população, o que aumenta suas oportunidades;

Com intervenções territorializadas, focadas em comunidades vulneráveis e não indivíduos, como programas de reurbanização de favelas ou um diagnóstico participativo de prevenção;

A partir do redesenho do espaço ou da melhoria da infraestrutura, a chamada "prevenção situacional", cujo objetivo é reduzir as oportunidades para ocorrências criminais;

Com programas de reintegração social, que procuram evitar a reincidência de egressos do sistema prisional.

É importante ressaltar, no entanto, que nenhum desses princípios é eficaz quando adotado isoladamente. A implementação das estratégias de forma combinada contribui para uma maior efetividade das políticas.

[15] Dados do ano de 2012.

[16] UNODC, 2010.

Diretriz 1 **Implementação de projetos integrados e multidisciplinares**

No caso de Vitória, como já se comentou, os dados sobre violência apontam que as mortes se concentram em algumas regiões administrativas da cidade (Maruípe – R4, Santo Antônio – R2 e São Pedro – R7, principalmente), informações confirmadas na pesquisa de Opinião Pública. Essa distribuição desigual da violência tem correlação com as carências diagnósticas em outros temas, mas mesmas regiões da cidade.

Alinhando esse diagnóstico à diretriz geral indicada para as linhas estratégicas - que busca articular as ações propostas territorialmente de modo a promover uma ocupação urbana mais planejada e com uma distribuição de usos e atividades mais equilibrada em Vitória - a linha estratégica de Segurança Cidadã também concentra as ações de projetos integrados e multidisciplinares em uma parte do território específico de Vitória, onde justamente as ações de desenvolvimento econômico e territorial se concentram.

Assim, as ações de educação, de esportes e culturais aqui estruturadas compõem uma cadeia continua de ações nessas regiões que garantirão o seu desenvolvimento sustentável.

Ação 1 **Prevenção por ações educacionais e de saúde**

Projetos nas áreas de educação como ampliação do período escolar para o período integral e de atividades extracurriculares são ações de impacto na segurança. Algumas unidades escolares municipais como EMEF e CMEI no Alto São Benedito, EMEF Paulo Freire em Inhanguetá, Unidade Brincarte em Andorinhas, Escola Neuza Nunes em São Pedro e CMEI Geysla Militão em Nova Palestina são exemplos do programa de Educação em Tempo Integral, que tem mostrado grande eficiência.

Assim, no Plano de Ação Vitória Sustentável estão inseridas ações para ampliação do quadro de escolas com período integral de forma a potencializar esta ação em todos os bairros que apresentam maiores índices de violência no município.

O impacto na segurança cidadã gerado pela ampliação do tempo em que o jovem passa na escola pode ser potencializado, ainda, se acompanhado de atividades como: métodos de solução pacífica de conflitos, promoção de uma cultura de paz, e, principalmente, reforço escolar e formação profissionalizante.

Deve-se, ainda, verificar a viabilidade de ampliação da oferta de vagas de Educação para Jovens e Adultos (EJA) nos bairros mais violentos do município.

Além disso, a Secretaria de Estado de Educação executa o programa Coordenadores de Pais, que busca reduzir a evasão e o abandono escolar, com grandes resultados. Seria de grande valia articular a administração municipal ao governo estadual para garantir a ampliação desse programa nas escolas de Vitória que se situem nos bairros com mais altas taxas de criminalidade, ou mesmo a replicação da metodologia a nível municipal.

A existência de programas contínuos de prevenção deve ser estimulada também. A **ampliação do Programa de Ações Educativas para os Direitos Humanos**, especialmente no enfrentamento e prevenção da violência doméstica, da discriminação racial e homofobia é um importante instrumento para a politica de Segurança Pública. Nesse programa, os técnicos do setor identificam os territórios da cidade que possuem uma maior demanda e oferecem ações educativas em parceria com os dispositivos da rede de proteção municipal, como as Unidades Básicas de Saúde (UBS), Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e o Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), espaços que já estão presentes no território. A ampliação do Programa de Ações Educativas para os Direitos Humanos também deve levar em conta a concentração geográfica de crimes específicos ligados à violência doméstica, discriminação racial e homofobia.

No campo da saúde é fundamental compreender seu relevante papel na prevenção da violência. A insuficiência de prestação de serviços básicos de saúde nos territórios mais expostos à violência permite a agressão à vida demonstrada nos índices de doenças de fácil prevenção, com repercussões danosas ao desenvolvimento pleno da criança, especialmente, e de todos os que ali residem expondo-os a comporem os índices mais críticos de saúde e de mortalidade por causas naturais. Por outro lado levam as comunidades à sensação de descaso do poder público, que muitas vezes os leva a buscar outras alternativas, em sua maioria vinculadas aos arranjos de um "poder paralelo" que, aos poucos, os torna reféns de situações que os leva à submissão ao que pode ser denominado "marginalidade".

Este conceito e a constatação real que a denominada "cidade invisível" carece de maiores cuidados de educação, aliados ao suporte de programas de saúde, leva à proposição de suprir estas carências com a implantação de serviços e equipamentos sanitários essenciais, com a construção de novas unidades de saúde em áreas de interesse social, bem como à implementação de programas integrados escola/saúde/comunidade que possam contribuir com a erradicação de problemas nestas áreas e possibilitar ao munícipe residente nestes territórios melhores condições para o exercício da cidadania, antídoto à violência de grande valia.

Ação 2 **Prevenção por ações de esporte**

Os investimentos no Esporte também refletem diretamente nas questões de segurança, uma vez que permite a crianças e jovens o uso adequado dos espaços públicos.

Projetos de reformas e coberturas de quadras existentes e a criação de novos locais para a prática do esporte nos bairros com maiores carências de equipamentos e serviços públicos e com maiores índices de violência vem apoiar ainda mais as ações de prevenção.

Uma iniciativa importante também a ser realizada dentro desta ação é a articulação com o governo estadual, no sentido de aproveitar o programa Campo Bom de Bola, executado pela Secretaria de Esporte.

Ação 3 **Prevenção por ações culturais**

Na perspectiva do incremento de ações de prevenção como elemento fundamental na construção de uma sociedade mais solidária baseada em uma cultura de paz e tolerância, as atividades artístico-culturais são indispensáveis à consolidação desse conceito.

Dentre as ações já desenvolvidas pela municipalidade, o programa Circuito Cultural, que oferece aos moradores a oportunidade de conhecer os fundamentos de manifestações artísticas oferecidas gratuitamente a moradores acima de cinco anos em áreas como música, teatro, dança, artes plásticas, vídeo, fotografia, desenho, literatura e capoeira, realiza visitas técnicas a espaços culturais e intercâmbio entre os bairros do Circuito. É desenvolvido, com ênfase, nas Regiões 4 – Maruípe e 7 – São Pedro, que são compostas por bairros que apresentam altos índices de ocorrências de violência, especialmente contra jovens negros e mulheres, funcionando como uma das bases culturais com foco na prevenção da violência e fortalecimento da cidadania.

Ampliar e consolidar o Circuito Cultural como atividade permanente, assim como outras ações em desenvolvimento na cidade como o projeto "A Arte é Nossa", que realiza intervenções urbanas revitalizando espaços públicos e popularizando manifestações artísticas como grafite, arte-mural, arte-relevo e pintura, dentre outras, faz parte do escopo deste Plano de Ação Vitória Sustentável.

Escolinhas de Esportes no Tancredão



Foto André Sobral

Diretriz 2
Ampliação da Capacidade Institucional, da Gestão da Prefeitura Municipal e dos Conselhos Participativos.

Ação 1 **Elaboração do Plano Municipal de Segurança Cidadã**

Para que o Município de Vitória consiga implementar uma política de segurança cidadã capaz de prevenir e reduzir a violência urbana e que tenha um enfoque integral, local e participativo, é necessário elaborar uma ferramenta de gestão que consiga envolver as ações que já estão sendo implementadas, definir diretrizes, propor novas ações estabelecer metas e resultados a serem monitorados. Essa ferramenta a ser formulada é o Plano Municipal de Segurança Cidadã. Entende-se, então, que o eixo central de atuação no âmbito da segurança pública na cidade de Vitória no próximo período seria a ela-

boração desse plano, que será uma plataforma de planejamento conjunto que mapeie, fortaleça, amplie ou reformule as ações que já estão em curso e, principalmente, desenvolva uma estratégia que garanta articulação e sustentabilidade da política de prevenção da violência no município.

O primeiro passo para desenvolver uma política voltada para esta pauta é conhecer as potencialidades, ameaças, fortalezas e fraquezas da cidade em questão. Para isso, é necessário **elaborar um diagnóstico integral e participativo** que identifique a situação de violência e criminalidade na cidade. Somente a partir de um conhecimento profundo da localidade, é possível desenhar as estratégias de prevenção e enfrentamento dos problemas identificados. Esse processo está em fase inicial em Vitória, pois a Secretaria de Segurança Urbana tomou iniciativa para a elaboração do diagnóstico situacional da cidade e finalizou em dezembro de 2014 uma fase de consulta pública nas 9 regiões do município.

Além disso, outro passo que deve ser dado nessa mesma área é a construção de uma estratégia de **mapeamento das capacidades institucionais da prefeitura**. Esse mapeamento poderá definir a viabilidade das ações propostas e potencializar as que já estão em curso para aprimorar a intervenção da prefeitura.

Um processo participativo e transparente de elaboração do Plano, que envolva diferentes atores sociais é fundamental, já que estimula a formulação de iniciativas de prevenção e enfrentamento da violência mais adequados à realidade local, garante maior legitimidade das ações que serão desenvolvidas, contribui para o empoderamento das comunidades envolvidas para lidar com questões ligadas à segurança em seus territórios e potencializa a participação destes atores na execução do plano, possibilitando um trabalho interinstitucional (Estado, sociedade, setor privado e academia).

Além de envolver os atores externos da sociedade, é importante desenvolver uma estratégia compartilhada por diferentes órgãos da prefeitura que articule a gestão como um todo. Nesse sentido, faz-se necessária a criação de um grupo de gestores responsável, coordenado pelas secretarias de Segurança Urbana e de Cidadania e Direitos Humanos que, além de possível fonte pra o mapeamento institucional, pode viabilizar ações em diferentes frentes da gestão municipal cujas iniciativas estão relacionadas à prevenção da violência.

Outra etapa importante da se refere à **articulação da iniciativa municipal na área de segurança cidadã com o governo do estado do Espírito Santo.** Os estados são entes que possuem um papel central na política de segurança pública e devem estar a par do processo de implementação de uma nova política de prevenção nos municípios. Além disso, é necessário garantir um alinhamento, integração e uma clara definição de funções entre cada ente federativo, para que se efetive um esforço de cooperação entre secretarias e princípios de prevenção do crime e da violência sejam levados em consideração em suas atividades.

A partir do diagnóstico e de um processo participativo de elaboração é possível definir as áreas prioritárias para atuação, seus programas e projetos necessários, além dos órgãos da gestão pública que serão envolvidos. No caso de Vitória, já foram identificadas algumas áreas prioritárias para intervenção. Como resultado da sistematização de dados disponíveis, da consulta da população e do diálogo com as equipes da gestão, já está definido que serão implementadas ações de prevenção da violência com os recortes de juventude, de mulheres e de raça. Algumas, inclusive já estarão sendo desenvolvidas paralelamente ao processo de desenvolvimento do plano. Além disso, de acordo com as informações coletadas pelo próprio município, os índices de violência são distribuídos de forma desigual pela cidade. Por isso, é importante elaborar intervenções focadas nos territórios que possuem maior vulnerabilidade. Outro importante elemento para a prevenção da violência é a gestão dos espaços públicos como praças e as vias da cidade, que está incluído como ação da linha estratégica de desenvolvimento ambiental.

O Plano Municipal de Segurança Cidadã contribuirá para definir de que forma o poder público irá intervir com relação à prevenção da violência na cidade e possibilitar um fortalecimento das capacidades institucionais das autoridades locais, além de otimizar os recursos e esforços da gestão pública e da sociedade civil.

Por fim, tal ferramenta deve estar integrada a uma estratégia mais ampla, que poderá contribuir para um salto de qualidade na criação e implementação de políticas públicas no município de Vitória: a criação, a longo prazo, de um Centro de Inteligência articulando e disseminando informações provenientes de todas as áreas do governo, incluído na linha estratégica de governança e sustentabilidade fiscal. Nesse sentido, é importante que no Plano Municipal de Segurança Cidadã já estejam desenvolvidos os instrumentos para a produção de informação na área de segurança e de prevenção, com vistas em alimentar o Centro no futuro.

O monitoramento permanente e avaliação do impacto do plano e das outras ações empreendidas deve ser parte essencial do processo de elaboração e implementação de uma nova política de prevenção no município de Vitória.

Assim, ambas etapas devem estar previstas desde o início do plano.

O Plano é uma ferramenta que define o conjunto de ações a serem realizadas, relacionando compromisso e responsabilidades dos diversos atores sociais envolvidos, além dos prazos e recursos necessários para a implementação. As ações de monitoramento e avaliação são importantes ferramentas da gestão, pois auxiliam na superação de dificuldades que normalmente ocorrem no processo de execução, indicam eventuais correções de rumo, e garantem um acompanhamento do desempenho e aperfeiçoamento contínuo da qualidade do que se almeja atingir.

A inclusão de estratégias de monitoramento e a avaliação no Plano possibilita a geração de informações concretas sobre os resultados alcançados, identificando as restrições e dificuldades enfrentadas, elaborando recomendações para a ação dos gestores e outros atores sociais envolvidos e promovendo uma gestão transparente do processo. Para que estas estratégias sejam efetivas, é importante que desde o início sejam delimitadas as metas e objetivos de cada iniciativa, além dos resultados esperados, definindo também os indicadores que irão mensurar a efetividade da política e os seus meios de verificação. Existem dezenas de possíveis indicadores no âmbito da prevenção da violência, entre eles taxas de crime e de violência, nível de medo do crime ou sentimentos de segurança entre os moradores, taxas de vitimização, número de moradores usando os espaços públicos e ruas, etc[17]. Monitorar e avaliar vão além de fiscalizar ou de exercer controle social, são possibilidades de fazer com que planos, programas e projetos se tornem melhores, flexíveis e mais criativos.

[17] Prevenção Comunitária do Crime e da Violência em Áreas Urbanas da América Latina: Um Guia de Recursos para Municípios / Banco Mundial

É importante ressaltar que o monitoramento e a avaliação são práticas complementares e interdependentes. O monitoramento fornece informações em tempo real necessárias para a gestão, enquanto a avaliação fornece uma análise mais abrangente. Os dados obtidos ao longo do processo de monitoramento e as suas conclusões podem gerar perguntas que devem ser respondidas pela avaliação e ambos têm objetivos comuns: garantir que a ação programada alcance metas e resultados previstos da melhor forma possível[18].

Ação 2 **Capacitações de Gestores Municipais e dos Conselhos Participativos**

A proposta de criação de um Programa de Capacitação dos Gestores Municipais, no âmbito do observatório de violência, deverá preparar os servidores que atuam em áreas de conflito de Vitória, além de auxiliar na formação dos Gestores nas relações de gênero, raciais e homofobia. As iniciativas de formação deverão abordar diferentes temas relacionados ao trabalho de prevenção da violência. Essas atividades terão o objetivo central de fortalecer a capacidade institucional da Prefeitura de Vitória no que se refere à segurança pública.

Esse tipo de formação pode ser oferecida ao conjunto dos funcionários da gestão municipal ou para grupos específicos em cada Secretaria a depender do seu envolvimento com a implementação das ações ligadas à segurança pública. Seu objetivo é fortalecer o impacto que as políticas desenvolvidas terão ao longo de sua implementação. Uma equipe que possui um maior repertório sobre tais temas terá maiores condições de executar ações efetivas e sustentáveis. Entre os temas de formação que podem contribuir para o fortalecimento das intervenções da Prefeitura no campo da segurança pública estão o papel dos municípios na prevenção da violência; a mediação de conflitos nas comunidades e dentro da instituição; workshop para a formação de mediadores de conflito; juventude e prevenção da violência; desenvolvimento urbano e estratégias de prevenção da violência e interação pacífica no trânsito, levando em conta a nova malha cicloviária proposta.

Além do programa de capacitação de gestores municipais, essa ação também fortalecerá o Observatório de Violência de Vitória, para que este possa apoiar o GGIM, elaborando: diagnósticos, relatórios mensais de conjuntura e relatórios semestrais dos determinantes da violência; além de realizar avaliações das iniciativas de prevenção da violência.

Nesta ação inclui-se também ações destinadas ao fomento da participação cidadã no desenho e implementação de atividades de segurança pública. Nesse sentido, deverão ser feitos levantamento dos Conselhos Interativos de Segurança Pública (CONSIGS) existentes em Vitória.

Esses são espaços de aproximação entre as Polícias, a Prefeitura e a comunidade, e que podem servir para orientar o poder público localmente, no entanto muitos dos Conselhos existentes encontram-se atualmente desativados, e poucos estão suficientemente estruturados para ser um canal efetivo de comunicação entre o poder público e as comunidades. O fortalecimento desses conselhos (por meio da aquisição de equipamentos físicos, da elaboração de procedimentos operacionais padrão, entre outras atividades) pode ser um vetor de fomento à participação comunitária na melhoria da segurança cidadã de Vitória.

[18] Coletânea Convivência e Segurança Cidadã: Guias de Gestão Territorial Participativa - Monitoramento e Avaliação do Plano Integral em Convivência e Segurança Cidadã / PNUD

Ação 3 **Ampliação do Programa Botão do Pânico**

O Espírito Santo é o estado com a maior taxa de homicídios entre mulheres do Brasil, 9,8 por 100 mil habitantes. Já Vitória é a primeira no ranking entre as capitais brasileiras: 10,2 por100 mil habitantes – a taxa nacional é 5,4 por100 mil habitantes[19]. Outra informação referente à violência contra a mulher são os dados de estupros. A taxa de Espírito Santo era de 9,4 por100 mil habitantes em 2012, sendo o estado com a maior taxa de homicídios entre mulheres e Vitória ocupa a 18ª posição em relação ao país[20].

No entanto, Vitória tem desenvolvido ações inovadoras no combate a esses crimes. Desde 2013, uma parte das mulheres em Vitória que se sente ameaçada por ex-maridos, namorados ou companheiros conta com um mecanismo importante de proteção: o Botão do Pânico.

O equipamento foi distribuído para 62 mulheres que estão sob medida protetiva na 11ª Vara Criminal de Vitória e pode ser acionado caso o agressor não mantenha a distância mínima garantida pela Lei Maria da Penha. Ele capta e grava a conversa num raio de até cinco metros. A gravação poderá, ainda, ser utilizada como prova judicial.

Trata-se de aparelho que é disponibilizado as mulheres e possibilita a efetiva fiscalização das medidas protetivas de urgência (MPU) concedidas pela justiça às mulheres em situação de violência doméstica e familiar. É uma iniciativa pioneira implantada no estado do Espírito Santo e tem a intenção de preencher uma lacuna da Lei Maria da Penha, que não prevê mecanismos de fiscalização das medidas protetivas deferidas pelos Juízes das Varas de Violência Doméstica. O equipamento é desenvolvido em parceria com Governo do Estado – através do Tribunal de Justiça do Espírito Santo, o Instituto Nacional de Tecnologia Preventiva (INTP) e a sociedade civil organizada.

O Botão do Pânico também dispara informações para a Central Integrada de Operações e Monitoramento (CIOM), com a localização exata da vítima, para que um carro da Patrulha Maria da Penha seja enviado ao local. Para garantir agilidade no atendimento ao pedido de proteção, a administração municipal disponibiliza viaturas da Guarda 24 horas.

A administração municipal investiu recursos próprios para realizar a fase inicial do programa que obteve um enorme sucesso na prevenção à violência. No entanto, por tratar-se de um programa piloto de grande resultado na cidade de Vitória, o Programa Botão do Pânico deverá ser ampliado com recursos do Instituto Nacional de Tecnologia e do BID. Esses investimentos proporcionarão à administração pública local a ampliação da capacidade institucional de forma a possibilitar a universalização da campanha do botão do pânico para todas as mulheres residentes que estejam ameaçadas.

[19] Dados do Mapa da Violência 2012, atualizados do Relatório da Fase 1 da Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis.

[20] Mapa da Violência 2012 Caderno Complementar 11: Homicídio de Mulheres no Brasil.



Relação das diretrizes da Linha Estratégica 5 Segurança Cidadã com as demais linhas estratégicas

DIRETRIZ 1: Implementação de projetos integrados e multidisciplinares

DIRETRIZ 2: Ampliação da Capacidade Institucional, da Gestão da Prefeitura Municipal e dos Conselhos participativos

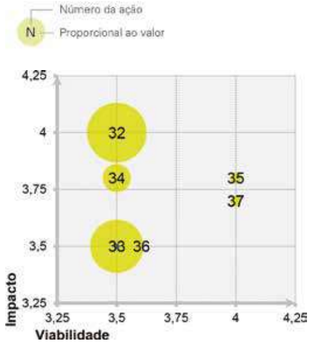
Legenda das Linhas Estratégicas:

- 1: Polos de Geração de Desenvolvimento
- 2: Desenvolvimento Urbano, Uso do Solo e Habitat Urbano
- 3: Mobilidade e Transporte
- 4: Desenvolvimento Ambiental Sustentável
- 5: Segurança Cidadã
- 6: Governança e Sustentabilidade Fiscal

Tabela de ações da Linha Estratégica 5: Segurança Cidadã

Ord	Ações	Responsável	Pré-investimento	Investimento	Total	Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo
			(mil R$)					
DIRETRIZ 1 - Implementação de projetos integrados e multidisciplinares								
32	Prevenção por ações educacionais e de saúde	Seme, Semcid, Semsu	590	58.150	58.740			
33	Prevenção por ações de esporte	Semesp, Seme	280	46.784	47.064			
34	Prevenção por ações culturais	Semc, Semse, Semsu	1.200	12.000	13.200			
DIRETRIZ 2 - Ampliação da capacidade institucional, da gestão da prefeitura municipal e dosc conselhos participativos								
35	Plano municipal de segurança cidadã	Semcid, Semsu, Seges, PGM	2.000		2.000			
36	Capacitações de gestores municipais e dos conselhos participativos	Seges, Semad, Semcid, Semsu		500	500			
37	Ampliação do Programa Botão do Pânico	Semcid, Semsu	300	1.600	1.900			
		Total	4.370	119.034	123.404			

Gráfico de Viabilidade e Impacto das ações



Linha estratégica 6 **Governança e sustentabilidade fiscal**

Para o alcance das metas definidas no Plano de Ação Vitória Sustentável, é necessário que o governo municipal disponha de capacidade de financiamento tanto por meio de recursos correntes quanto pela contratação de operações de crédito.

De acordo com o diagnóstico realizado, o município vem perdendo receita nos últimos anos, principalmente aquelas provenientes das transferências dos governos federal e estadual. É necessário, portanto, fortalecer a gestão fiscal do município, atuando tanto no fortalecimento das receitas públicas quanto na melhoria da eficiência dos gastos públicos, de forma que o governo de Vitória passe a dispor de maior capacidade fiscal para financiar os novos investimentos.

Apesar do Município de Vitória contar com vários instrumentos modernos de gestão pública como o planejamento e monitoramento por meio de indicadores de resultado e a remuneração de parte de seu pessoal baseada em sistema de indicadores de desempenho, ainda se faz necessário avançar na modernização tecnológica da prefeitura, o que permitirá a tomada de decisões de maneira mais ágil e eficaz, bem como maximizará o uso dos recursos do município.

Diretriz 1
Fortalecimento da Gestão Fiscal do Município

Ações relativas ao aumento da eficiência da administração tributária e financeira vêm sendo priorizadas pelos gestores como forma de contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços ofertados pelo governo e para a criação de espaço fiscal para os investimentos públicos

No tocante à administração tributária, é necessário que a Prefeitura de Vitória implante uma série de medidas que visem à ampliação da receita corrente, tanto receitas próprias quanto aquelas provenientes de transferência intergovernamentais, que vão desde a revisão das normas tributárias e do aperfeiçoamento de processos e sistemas até a melhoria do atendimento ao contribuinte e da transparência fiscal, estimulando o cumprimento voluntário das obrigações tributárias. É necessária, ainda, a articulação de um sistema de gestão da dívida ativa integrado entre a Procuradoria e respectiva Secretaria de Finanças.

Apesar dos indicadores relativos ao tema "gestão do gasto público" terem apresentado resultados positivos no diagnóstico realizado, o cenário econômico, tanto local quanto nacional, de limitação dos recursos disponíveis impõe a necessidade de adoção de medidas que melhorem a qualidade do gasto público por intermédio da eliminação do desperdício e da melhoria contínua da gestão dos processos.

Nesse sentido devem ser implantadas ações que melhorem, por exemplo, o processo de compras públicas, maximizando os recursos disponíveis, por meio, de planejamento das necessidades e do aperfeiçoamento do sistema de gestão de suprimentos e gerenciamento de contratos terceirizados. O aperfeiçoamento da administração financeira, a mitigação dos riscos previdenciários e o monitoramento das receitas de transferências são também ações que devem ser implementadas para gerar maior espaço fiscal para o município.

Ação 1 **Aumento da arrecadação baseada em receitas próprias**

De maneira geral é importante que se caminhe para a melhoria do **atendimento ao contribuinte** de forma a estimular o cumprimento voluntário das obrigações tributárias, com modelos de atendimento considerando o perfil do contribuinte, a complexidade da consulta e a segregação por critérios, com desburocratização e simplificação dos processos. Além disso, é importante seguir na ampliação de serviços on-line (legislação, receitas, gastos e gestão financeira) e acesso a informação, bem como melhorar os canais amigáveis de interlocução com a sociedade e a implantação de Programa de Educação Fiscal para Educação para Cidadania.

Uma alternativa para o aumento da arrecadação própria municipal no Brasil é a **revisão do IPTU**. Historicamente no Brasil esse imposto é reconhecido como impopular, e as administrações públicas costumam deixar as plantas genéricas de valores, na qual são baseadas as alíquotas pagas, desatualizadas. Da mesma forma não se empenham na atualização do cadastro de imóveis e no avanço na política de cobrança progressiva em sua arrecadação.

Contudo, o IPTU, além de ser uma importante fonte de recursos, também é um importante instrumento da política de uso e ocupação do solo, e portanto de planejamento urbano. No caso específico de Vitória, o IPTU representou cerca de 4% da receita orçamentária, em 2013. A título de comparação, na cidade de São Paulo naquele mesmo ano, o IPTU representou cerca de 14% da arrecadação.

No Plano de Ação Vitória Sustentável foram incluídas as seguintes ações que visam a melhoria da arrecadação deste imposto:

1. Atualização da Planta Genérica de Valores

Recadastramento, Atualização e Modernização do Cadastro Imobiliário

Ações para a Redução da inadimplência do IPTU

2. Estudo sobre a aplicação da progressividade do IPTU de forma a aumentar a equidade da cobrança deste imposto.

O ITBI (Imposto de Transmissão de Bens Imóveis Inter-Vivos) é outra fonte própria que possibilita o aumento da arrecadação do município. Como o IPTU, o seu aumento depende de uma decisão política. Algumas das ações relacionadas à melhoria da cobrança do IPTU – tais como revisão do cadastro imobiliário com ações de recadastramento, atualização e modernização do cadastro Imobiliário e a atualização de planta genérica de Valores – também estão associadas à melhoria da arrecadação do ITBI.

A Constituição Federal de 1988 deu aos municípios o status de ente federativo, o que envolve apresentar autonomia financeira e tributária. Neste esforço de arrecadação tributária, o ISS (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza) apresenta posição de destaque, pois o setor de serviços é um dos que mais cresceu na década passada. Isso se reflete nas estatísticas de arrecadação tributária municipal que mostram que o ISS é a maior fonte de arrecadação dos municípios. Assim, outra forma de procurar aumentar sua arrecadação está ligada a melhoria da arrecadação do ISS por meio da análise da possibilidade de se ampliar a gama de produtos para a cobrança desse imposto, além de uma ampla e permanente campanha de combate à sonegação. Essas medidas já estão em desenvolvimento pela Prefeitura de Vitória e poderão ter um importante efeito sobre a receita municipal nos próximos anos.

Uma importante ação está sendo a "Nota Vitória", um programa criado a partir do decreto nº 16.082, que permite o contribuinte receber de volta parte do valor pago em impostos. Para isso, é necessário que ele obtenha a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) da prestação de serviços como estacionamentos, academias, escolas, creches e faculdades particulares, cursos de idiomas, lavanderias, construtoras, lojas de conserto de eletrodomésticos, salões de beleza, hoteis, oficinas mecânicas e empresas de limpeza e vigilância localizadas no município.

Além das ações relativas à cobrança dos tributos municipais, também é necessário desenvolver atividades para incrementar a recuperação da dívida ativa do município e assim aumentar o risco subjetivo do não cumprimento tributário. Nesse sentido, a articulação de um sistema de gestão da dívida ativa integrado entre a Procuradoria e respectiva Secretaria de Finanças que estabeleça uma sistemática para acompanhamento do perfil da dívida com vistas a identificar a probabilidade de recuperação do crédito. Para isso é necessário investir na implantação de modelo de gestão por resultados, na capacitação de pessoal para análise estatística de dados; em sistema integrado entre a secretaria de finanças e a procuradoria, bem como na interligação com os cartórios.

A modernização tecnológica com implantação e modernização de sistemas de administração dos vários tributos é também essencial para que se obtenha efetivo retorno das ações de ampliação da arrecadação estabelecidas.

Ação 2 **Melhoria na eficiência da administração financeira e dos gastos públicos**

O governo de Vitória deveria avançar no aperfeiçoamento da administração financeira por meio de medidas que visem ao fortalecimento do planejamento fiscal e do modelo de gestão de tesouraria, bem como na implantação de módulos integrados para gestão do fluxo de caixa e gestão das contas de receitas. Além disso, é importante realizar programa permanente de formação dos técnicos e gestores das áreas financeira e contábil.

Ainda na administração financeira, o município deveria ter uma atitude mais proativa em relação ao monitoramento do montante de transferências a ser recebida do governo estadual e federal. É necessário desenvolver ações que permitam a verificação dos detalhes dos cálculos da base a ser distribuída e dos coeficientes individuais de participações e, principalmente, estudar a evolução e a estruturação dessas transferências, para verificar o que afeta seu desempenho e para traçar cenários. Destaca-se também o gerenciamento das receitas de transferências federais e estaduais, por meio de um sistema que permita avaliar sua correta composição e repasse em tempo hábil de forma que a sua ausência não afete o equilíbrio fiscal. Propõe-se o desenvolvimento de metodologia de acompanhamento das Receitas de Transferências (FPE; Royalties Petróleo, gás natural, hídricos e minerais; salário educação etc.) e a implantação de Sistema de controle das transferências para permitir análise da correção dos valores.

A melhoria da gestão do gasto público pode ser obtida por meio da implantação de metodologia e sistema de apuração de custos dos serviços públicos[21] e no desenvolvimento de um sistema integrado de folha de pagamento (direta – indireta - ativos e inativos). Além disso, pode maximizar o uso de recursos por meio de melhoria dos processos de compras públicas, gestão de contratos e convênios, gestão de suprimentos e planejamento das necessidades (serviços, recursos humanos, compras, aquisição de materiais).

A previdência social representa o grande passivo contingente a ser mitigado pelos governos municipais e estaduais. O déficit dos regimes de previdência dos estados e municípios já se aproxima de R$ 50 bilhões por ano. Em função do tamanho e da importância desse passivo, é necessário que os entes governamentais desenvolvam soluções que permitam a criação de fundos de previdência complementar e a mitigação de riscos previdenciários. Falta mapear o processo da dívida, realizar levantamento do volume e origem do déficit previdenciário e identificar fontes para seu financiamento. O déficit previdenciário é mais explosivo que o problema da dívida pública e pressiona outros

[21] Até a presente data pouquíssimos entes governamentais no Brasil conseguiram desenvolver uma metodologia e implantação de Sistema Integrado de apuração de custos dos serviços públicos. Saber o quanto custa a administração Pública e a oferta de serviços públicos é fundamental para aferir a qualidade do gasto público



gastos. Portanto, é preciso garantir a compensação previdenciária, cujo prazo prescricional pode gerar grandes perdas. É necessário então realizar estudo sobre previdência complementar e modelagem de fundo de pensão ou previdência complementar, bem como desenvolver metodologia de avaliação financeira e atuarial.

Ação 3 **Modernização administrativa**

Para ampliar o impacto das medidas que já estão sendo tomadas de ampliação da arrecadação e melhoria da qualidade do gasto público em Vitória, é fundamental a também a implantação de ações de modernização administrativa que trarão maior capacidade institucional à gestão para que se possa executar todas as ações pretendidas de maneira adequada. Assim se propõem ações como:

- Modernização administrativa e de Sistemas de arrecadação e fiscalização (Estrutura física, tecnológica, operacional e frota de veículos)
- Implantação de um Sistema Operacional Integrado de Tributação
- Revisão e Consolidação do Código Tributário
- Capacitação para o Quadro Técnico/ Fiscal que atuará no sistema de Fiscalização da cobrança dos tributos
- Sistemas integrados: Imperiosa mudança dos sistemas integrados para atender novos padrões contábeis, modernizar gestão financeira e aperfeiçoar a transparência fiscal
- Tesouro: Priorizar investimentos nos tesouros estaduais para corrigir gap em relação à modernização já empreendida na administração tributária – incluindo adotar ou aperfeiçoar sistemas, ampliação e capacitação de pessoal especializado, plano de carreira, etc
- Outras receitas: adotar ou melhorar sistemas para acompanhamento mais fino de transferências federais (FPM, FUNDEB, royalties) e empréstimos
- Contabilidade: Completar transição para novo padrão mundial de contabilidade e adotar sistemas próprios de contabilidade de custo
- Eficiência de gestão: Desenvolver sistemas permanente e eficaz para avaliar qualidade do gasto, a começar por grandes projetos

Diretriz 2

Aprimoramento da Gestão por meio do uso de Tecnologia

A modernização dos sistemas e do uso da tecnologia torna disponível para a Administração Pública as informações precisas necessárias para facilitar o processo de tomada de decisão e para dar condições para que as funções de planejamento, organização, controle e direção sejam executadas de maneira eficaz. Nesse contexto, a gestão da informação centrada em aspectos organizacionais e não meramente tecnicistas se destaca fortemente.

Os Sistemas de Informações modernizados como geradores de informação de caráter decisório, podem trazer outros benefícios para a municipalidade, especialmente na área financeira, pois reduzem os custos das operações e propiciam relatórios mais precisos e rápidos. A administração dos recursos – materiais, humanos e financeiros – pode ser realizada com mais rapidez e precisão com a utilização da Tecnologia da Informação (TI).

Entre os benefícios do sistema estão a melhoria da produtividade nos processos de trabalho, melhoria nos serviços realizados e oferecidos aos cidadãos, melhoria na estrutura organizacional da gestão pública, melhoria no fluxo de informação, melhoria na adaptação da administração pública para enfrentar os acontecimentos não previstos nos projetos e processos de trabalho, otimização na prestação dos serviços aos munícipes, melhor interação entre os gestores e contribui também para o aumento do nível de motivação das pessoas envolvidas nos processos de trabalho.

Para além dos benefícios financeiros e gerenciais de sistemas de informação, o uso da tecnologia também pode possibilitar uma maior e melhor capacidade de sensoriamento e interação entre os serviços da Prefeitura e os cidadãos. Dessa forma, este Plano de Ação também prevê incidir sobre a capacidade de Vitória de agregar informações geradas pela cidade e processá-la de maneira a melhorar a capacidade de resposta do Município às suas demandas cotidianas e emergenciais. Essas iniciativas tem por base dois eixos principais: investimento em infraestruturas e investimento nas áreas de maior impacto potencial para o gerenciamento da cidade. A primeira está detalhada abaixo, e a segunda pode ser vista em maior detalhe nos eixos descritos no capítulo relativo ao estudo de base adicional de conectividade.

Ação 1 **Implantação de um Centro Integrado de Operação da Cidade**

Conforme o diagnóstico elaborado de acordo com a metodologia ICES e os levantamentos feitos no âmbito do Estudo de Base de Conectividade, Vitória é uma cidade líder em cidades inteligentes na América Latina. No entanto, ainda é necessária a integração desses serviços, por meio de um centro de inteligência e comando integrado.

A Implantação de um Centro Integrado de Operação da Cidade, que incorpora diversas secre-

tarias com foco na interação com o cidadão, é uma das ações propostas de melhoria da gestão da Prefeitura como um todo. Sua estrutura deverá ter capacidade para receber diversos órgãos envolvidos em situações específicas, como crises, grandes operações, teleconferências dentre outras. O Centro de Operação deverá ainda permitir, de forma efetiva, centralizar e gerenciar as informações decorrentes dos atendimentos realizados para subsidiar o planejamento, a tomada de decisões e a efetiva ação dos órgãos da Prefeitura.

O Centro Integrado de Operação da Cidade deve reunir, em um só espaço, soluções tecnológicas e integração de pessoal das várias áreas que compõem a Prefeitura Municipal, além de parceiros que atuam direta ou indiretamente nos setores integrados no centro.

Ação 2 **Upgrade da Rede Metrovix e Provisão de Acesso Público a Internet Sem Fio**

A capital tem uma infovia municipal (Rede Metrovix) que interliga à rede da Prefeitura todos os sistemas de saúde, educacional e administrativo do município. Atualmente a cidade de Vitória conta com 160 km de rede de fibra ótica instalada (Metrovix). Essa rede deve ser ampliada para possibilitar a melhoria e implementação de novos serviços de tecnologia que serviram para o melhoria da gestão municipal e também da competitividade econômica do município, por possibilitar a atração de empresas que necessitem de tecnologia avançada para suas atividades.

Sabe-se também que Vitória possui mais conexões com alta velocidade que a média brasileira. Na cidade existe também uma iniciativa denominada Vitória Online, que é um conjunto de tecnologias que permitem a qualquer cidadão acessar a internet utilizando uma rede sem fio, sem necessidade de um provedor comercial. O programa existe desde 2009 para promover a inclusão digital, o apoio ao turista e o desenvolvimento econômico por meio de uma malha pública de acesso à rede mundial de computadores.

A abertura do sinal gratuito de internet contribui para a utilização, criação e manutenção de vários serviços, como acompanhamento de notícias, pesquisas educativas, confecção e manutenção de blogs, participação de redes sociais, entre outras, acesso a serviços municipais, bancários, compras governamentais e educação a distância , facilitando a ampliação do processo de democratização das informações por meio do acesso livre à internet.

Vitória já dispõe de mais de 40 áreas com sinal liberado para acesso à internet, sem necessidade do uso de provedor comercial. No entanto, pretende-se ampliar este sistema para toda a cidade, tornando Vitória a primeira cidade brasileira com universalização de sistema de Provisão de Acesso Público a Internet Sem Fio.



Linha Estratégica 6 - Governança e Sustentabilidade Fiscal

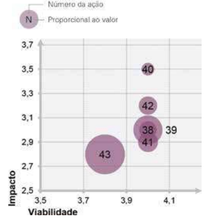
Relação das diretrizes da Linha Estratégica 6 Governança e Sustentabilidade Fiscal com as demais linhas estratégicas



Tabela de ações da Linha Estratégica 6: Governança e Sustentabilidade Fiscal

Ord	Ações	Responsável	Pré-investimento	Investimento	Total	Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo
			(mil R$)					
DIRETRIZ 1 - Ampliação da Arrecadação Municipal e Eficientização do Gasto								
38	Aumento da arrecadação baseada em receitas próprias	Semfa, Seges	1.200	52.400	53.600			
39	Melhoria na eficiência da administração financeira e dos gastos públicos	Semfa, Seges	1.200	18.000	19.200			
40	Modernização administrativa	Seges, Semfa, Semad, Segov	240	10.000	10.240			
DIRETRIZ 2 - Aprimoramento da gestão por meio do uso de tecnologia								
41	Implantação de um Centro Integrado de Operação da Cidade	Seges, Semfa - Sub TI, Semsu, Setran, Semmam, Semse, Segov	5.000	20.000	25.000			
42	Upgrade da Rede Metrovix e provisão de acesso público à internet sem fio	Semfa - Sub TI, Seges	1.500	20.000	21.500			
43	Implantação do Projeto Vitória Cidade Inteligente (Cisco)	Semfa - Sub TI, Seges	15.900	159.000	174.900			
		Total	25.040	279.400	304.440			

Gráfico de Viabilidade e Impacto das ações

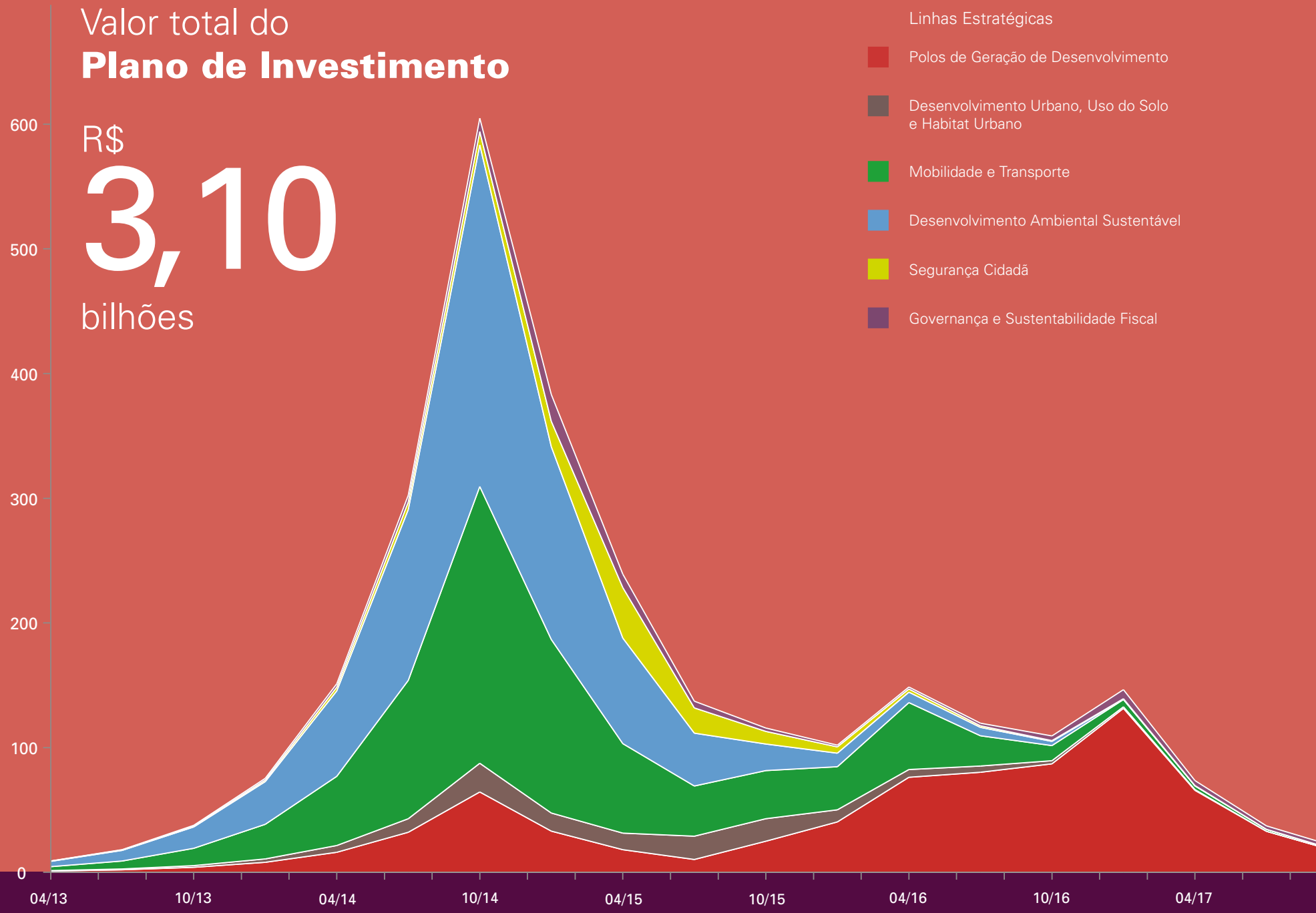




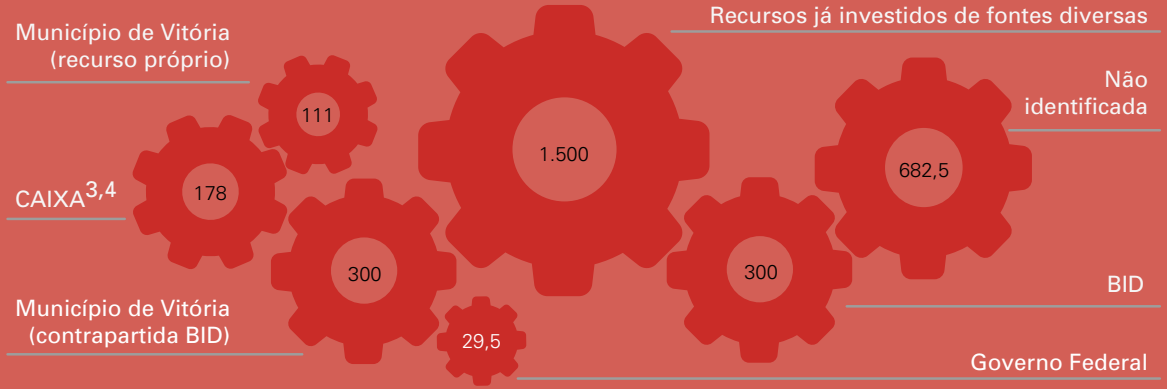
9 plano de investimento

Valor total do **Plano de Investimento**

R$ **3,10** bilhões



Estratificação das fontes de financiamento[1]


Município de Vitória (recurso próprio)
111
CAIXA[3,4]
178
Município de Vitória (contrapartida BID)
300
29,5
1.500
Recursos já investidos de fontes diversas
300
682,5
Não identificada
BID
Governo Federal

Recursos previstos CAIXA

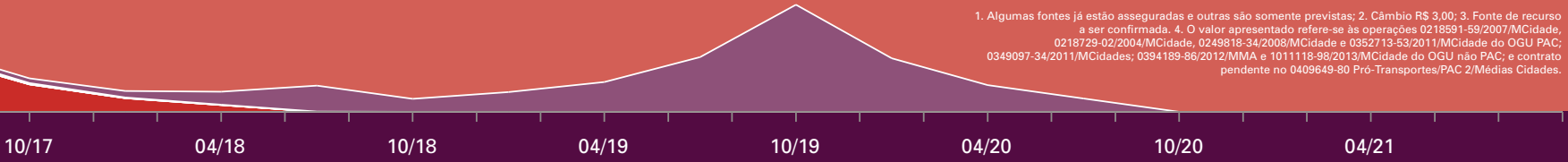
Com diversificado portfólio de produtos e serviços, a CAIXA é um dos maiores parceiros dos municípios brasileiros na promoção do desenvolvimento sustentável. O município de Vitória tem algumas operações contratadas com a CAIXA para ações que constam neste Plano de Investimento, em especial no tema de Mobilidade Urbana. Adicionalmente, o Plano de Ação apresenta outras áreas que poderão contar com o apoio técnico e financeiro da CAIXA nos temas de infraestrutura e habitação, competitividade da economia, modernização da gestão pública e desenvolvimento urbano.

R$
178
milhões
Aporte CAIXA[4]

Recursos previstos BID

O município de Vitória está iniciando as tratativas para preparar junto ao BID o Programa Vitória Sustentável no valor de US$ 200 milhões, sendo 50% de empréstimo do BID e 50% de contrapartida local. Seus componentes são: Desenvolvimento Urbano da Região Metropolitana; Desenvolvimento Urbano, Habitação e Mobilidade em Vitória; Turismo e Tecnologia; e Segurança Pública e Gestão Fiscal. O programa apresentará total aderência aos temas priorizados pela ICES, e permitirá a continuidade do detalhamento de diversas ações previstas no Plano de Ação, além do fomento da parceria com a CAIXA.

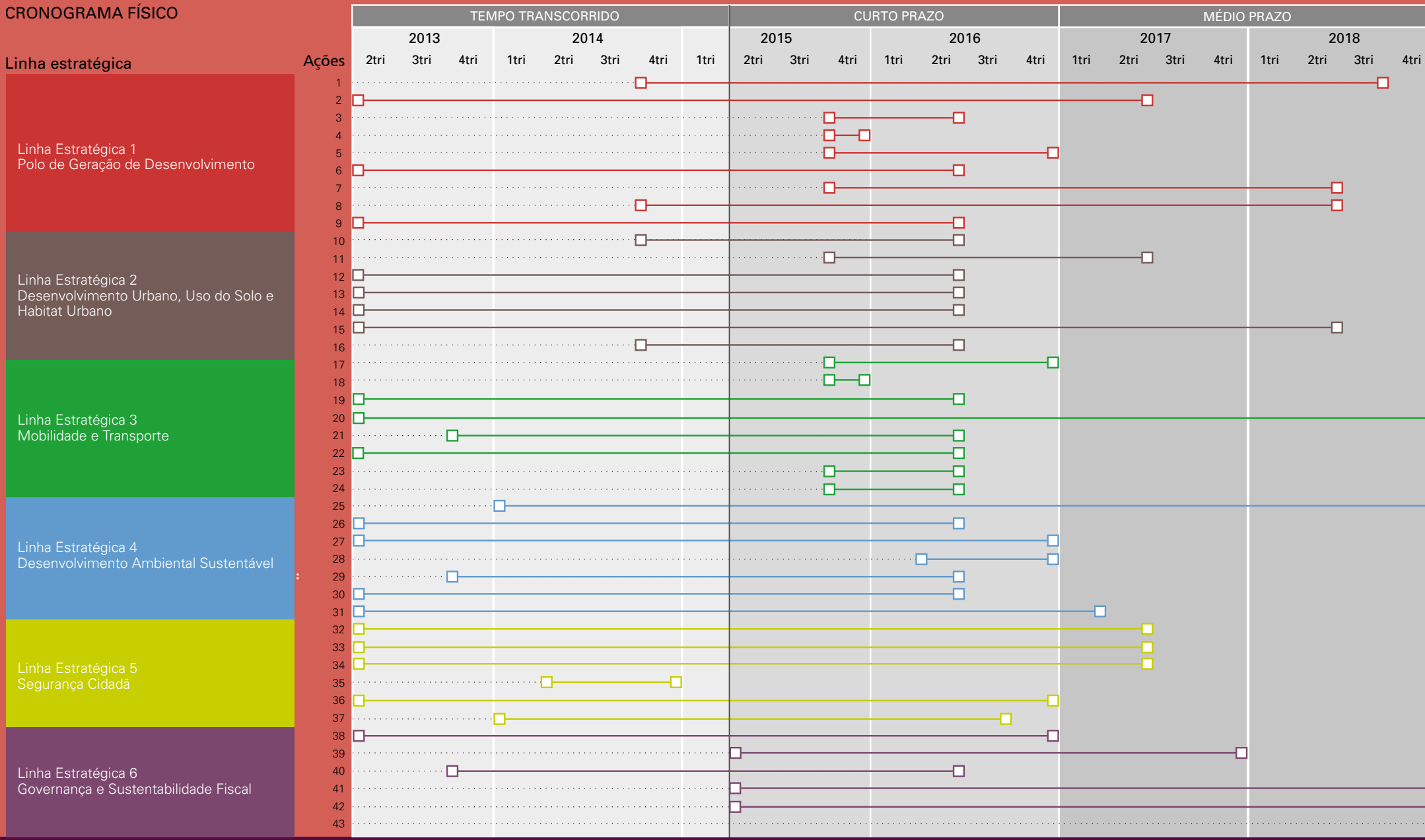
R$
300
milhões
Aporte BID[2]

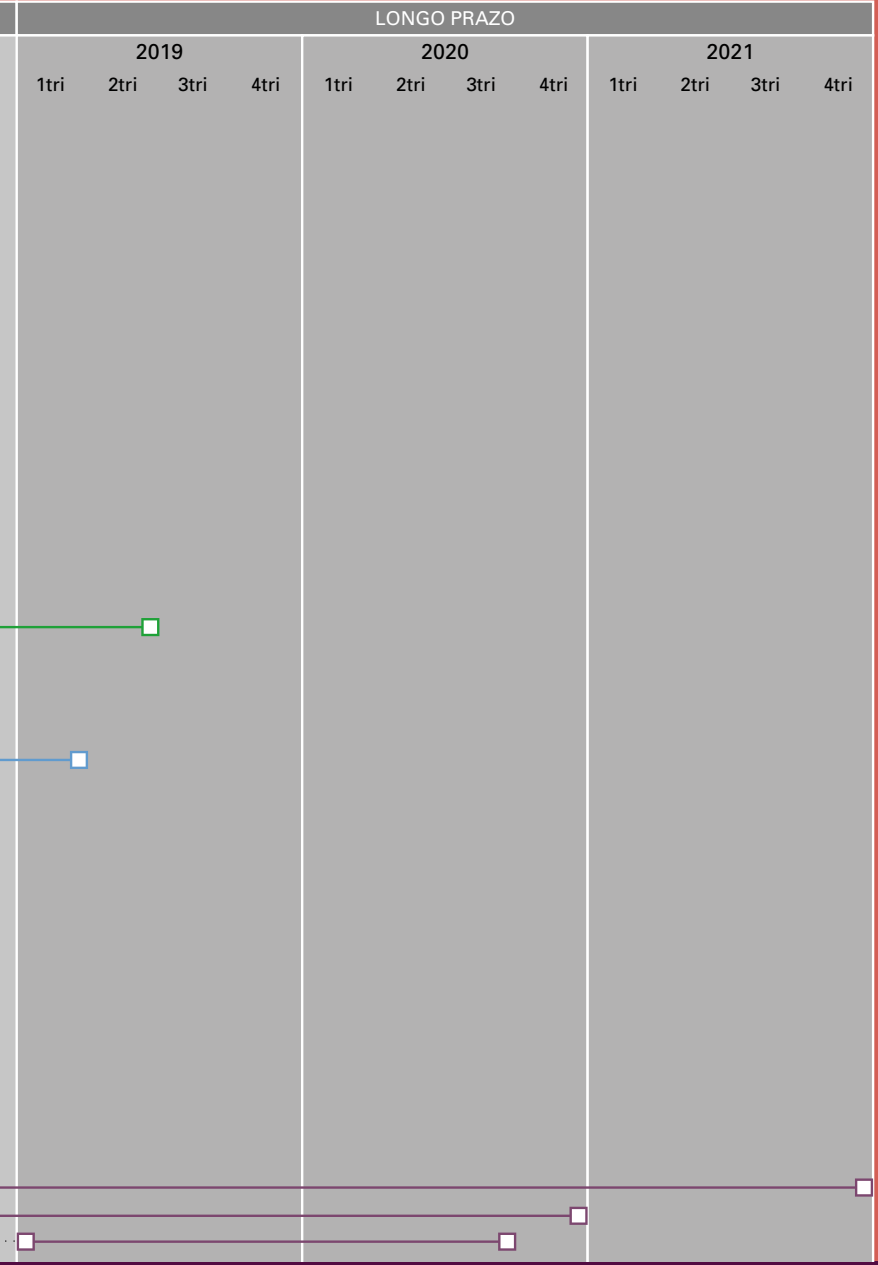


---

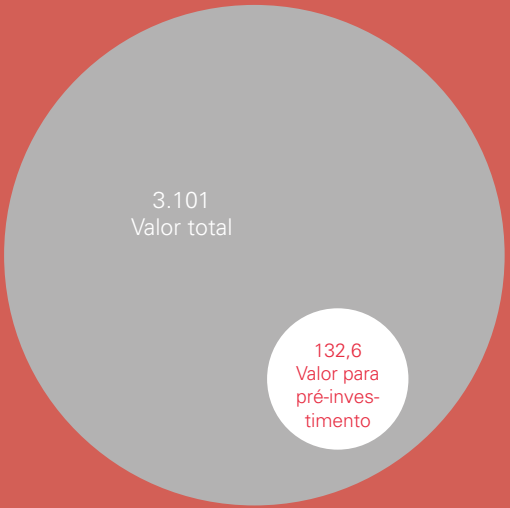
1. Algumas fontes já estão asseguradas e outras são somente previstas; 2. Câmbio R$ 3,00; 3. Fonte de recurso a ser confirmada. 4. O valor apresentado refere-se às operações 0218591-59/2007/MCidade, 0218729-02/2004/MCidade, 0249818-34/2008/MCidade e 0352713-53/2011/MCidade do OGU PAC; 0349097-34/2011/MCidades; 0394189-86/2012/MMA e 1011118-98/2013/MCidade do OGU não PAC; e contrato pendente no 0409649-80 Pró-Transportes/PAC 2/Médias Cidades.

CRONOGRAMA FÍSICO

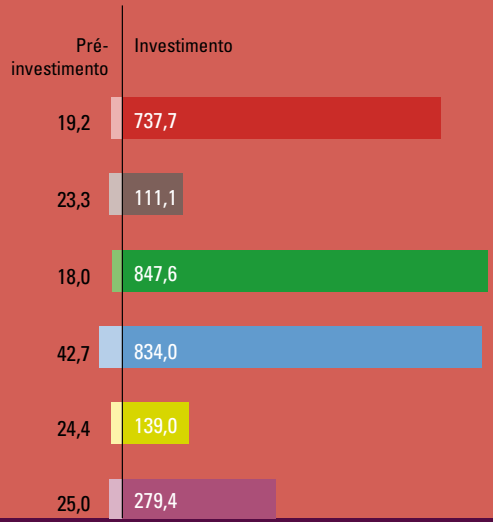




Previsão de Pré-investimento em relação ao valor total (em milhões de R$)



Valores de Pré-investimento e Investimento por Linha Estratégica (em milhões de R$)







10

monitoramento e seguimento das metas

Os investimentos definidos no Plano de Ação representam um importante passo no caminho para o crescimento sustentável de Vitória. Os estudos realizados e atividades descritas apontam para uma sequência de ações e de metas que visam a impactar positivamente os temas identificados como críticos para o desenvolvimento da cidade no médio e longo prazo.

No entanto, para que metas estabelecidas sejam alcançadas, é essencial que sejam apropriadas por todos os atores envolvidos e acompanhadas de perto. Nesse sentido, como resultado das ações do plano desenvolvido para Vitória, a prefeitura conduzirá um processo interno de monitoramento das ações do Plano de Ação. Para além das instituições municipais a ICES também pretende apoiar a criação de uma rede de monitoramento cidadão independente e autônoma na cidade, composta por organizações da sociedade civil local.

Rede de Monitoramento Cidadão

A construção de uma cidade sustentável requer esforço contínuo. O papel da cidadania é fundamental no processo de formulação e de cobrança pela efetiva implementação de soluções que podem ter impactos sobre a cidade.

A ICES apoiará a criação ou o fortalecimento de uma Rede de Monitoramento Cidadão que busca não apenas acompanhar a aplicação do Plano de Ação desenvolvido, mas também consolidar uma cultura de monitoramento sistemático, baseado em indicadores, que visa elevar o nível do debate público e auxiliar governo e sociedade a estabelecer e seguir prioridades claras e mensuráveis para sua sustentabilidade.

Em cooperação com entidades da sociedade civil, o BID e a CAIXA apoiarão a transferência do sistema de indicadores desenvolvido para um grupo local de parceiros a ser definido. Para auxiliar nessa tomada de decisão, um mapa da participação será desenvolvido no município, que contará com um inventário das organizações da sociedade civil distribuídos no mapa da cidade.

Além disso, atividades de mobilização estão previstas a partir do lançamento do Plano de Ação Vitória Sustentável. As organizações interessadas em participar da Rede poderão realizar uma eleição dos indicadores mais relevantes para a sustentabilidade da cidade, os quais serão monitorados ao longo dos anos e permitirão a elaboração de relatórios e materiais de comunicação. Além disso, a ICES também poderá apoiar na mobilização de fontes adicionais e independentes de financiamento para garantir a sustentabilidade da Rede no longo prazo.

Com esse esforço continuado e informado da cidadania e do governo local, espera-se que a cidade adquira as ferramentas necessárias para gerar um debate qualificado entre todos os agentes relevantes para a promoção da sustentabilidade de Vitória.



11

conclusão
os desafios de Vitória para o futuro

Vitória é uma cidade com grande capacidade para avançar em soluções inovadoras voltadas para um desenvolvimento sustentável. Trata-se da capital do Sudeste brasileiro com potencial turístico ainda a ser plenamente explorado a partir de sua reconhecida vocação para a gastronomia e para a biodiversidade marinha, peculiar a esta região do país. Mas é possível ir muito além, com a criação de novas áreas de desenvolvimento que estimulem o dinamismo econômico de áreas pouco desenvolvidas e com importantes fragilidades, criando mais oportunidades orientadas a diminuir a desigualdade urbana e social. Como primeira cidade do Sudeste a ter um Plano de Ação ICES no âmbito da parceria entre o BID e a CAIXA, a cidade mostrou um grande interesse em aprofundar seu autoconhecimento. O município trabalhou com instituições internacionais como a IDOM e a Cisco, aceitando o desafio de abrir sua gestão a novas visões. Ao mesmo tempo, deu respostas rápidas na aplicação da metodologia ICES na cidade, sempre demonstrando grande interesse em desenvolver novas maneiras de gerir o espaço urbano. Assim, novos horizontes se descortinaram.

O diagnóstico revelou que Vitória apresenta uma estrutura administrativa eficiente e um território adequado em muitos temas abordados, no entanto, mostrou também que a cidade apresenta algumas regiões que ainda têm grandes desafios a serem enfrentados. Dentre os 23 temas avaliados, o grande número de positivos (9) mostra, a primeira vista, uma cidade com poucos temas críticos e em alerta (Segurança Pública, Mobilidade e Impostos e Autonomia Financeira). Mas são justamente eles que convidam a uma reflexão acerca da necessidade de uma visão intersetorial das políticas públicas, e com uma perspectiva de planejamento de médio e longo prazo.

Além dos temas críticos, percebeu-se, levando em conta o resultado da Pesquisa de Opinião Pública, a necessidade de priorizar alguns temas avaliados classificados como em alerta que apresentavam relações transversais importantes, tanto com as áreas que os levantamentos demonstravam necessitar de intervenções, como com os temas críticos.

O primeiro trabalho para esta priorização foi realizado durante a implementação da ICES, analisando a partir da análise da viabilidade e do impacto de cada ação proposta, fontes de financiamento disponíveis e a avaliação do Prefeito e do seu alto escalão de colaboradores. Por sua vez, a decisão das ações a serem realizadas envolveu, no detalhamento das atividades, o trabalho de todas as secretarias municipais e de servidores públicos das áreas priorizadas.

O diagnóstico mostrou também que Vitória, como polo de uma região metropolitana com grandes desigualdades entre os municípios, pode liderar um processo de parceria que permita ampliar as conquistas da capital para seu entorno, permitindo expandir os ganhos sociais, econômicas e de competitividade da capital a esses municípios. Essa parceria permitirá avançar em políticas e programas regionais, que explorem a potencialidade de cada uma das cidades da RMV e permita a construção de uma estratégia em que todos avancem em um futuro comum e mais harmônico.

Mas planejar apenas não é suficiente. É preciso construir mecanismos eficientes de monitoramento que permitam medir o desempenho e retroalimentem o processo de decisão. Os resultados da ICES deixam claro que os esforços para a promoção da sustentabilidade de Vitória no longo prazo não devem ser apenas do governo municipal. É preciso buscar sinergias e somar esforços com diferentes esferas de governo, como no caso do tema da mobilidade que tem sido discutido intensamente com o governo estadual, com outros municípios conurbados, com a iniciativa privada, com o terceiro setor e com a sociedade. Ademais, é importante criar e aperfeiçoar mecanismos que permitam ampliar a governabilidade e buscar soluções concretas para os problemas, com foco na busca pela melhoria da qualidade de vida dos cidadãos de Vitória e, em última instância, na busca por uma cidade mais igualitária.

O Plano de Ação Vitória Sustentável é uma valiosa ferramenta de conhecimento e de reflexão sobre o futuro, que se agrega a outros que a cidade já possui. Transformá-lo em instrumento efetivo de gestão compartilhada em prol de uma cidade melhor é o desafio de todos nós.

© Instituto Pólis, 2015

Plano de Ação Vitoria Sustentável

Autores
Danielle Cavalcanti Klintowitz
Ana Cristina Gentile Ferreira
Vitor Coelho Nisida

Coordenação editorial
Danielle Cavalcanti Klintowitz
Ana Cristina Gentile Ferreira

Edição de textos
Instituto Pólis, BID, CAIXA e
Prefeitura Municipal de Vitória

Editoria e direção de arte
Renata Alve de Souza | Tipográfico Comunicação

Capa e ilustrações
Bernardo de Alcântara e França

Infográficos
Daniel das Neves e Kátia Miller

Fotos
Prefeitura Municipal de Vitória

família tipográfica Univers
couchê fosco 115g/m2
duo design 250g/m2
200 exemplares